



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BERNARDO FORTES DE MOURA ARRUDA

CLASSES E CLASSIFICAÇÕES NA CIDADE:
Disputas simbólicas entre frações de elite do Recife

João Pessoa
2025

BERNARDO FORTES DE MOURA ARRUDA

CLASSES E CLASSIFICAÇÕES NA CIDADE:

Disputas simbólicas entre frações de elite do Recife

Tese apresentada à banca examinadora, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB) como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA:

Miqueli Michetti

Orientadora - Universidade Federal da Paraíba

Patrícia Alves Ramiro

Universidade Federal da Paraíba

Michel Nicolau Netto

Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp

Louise Claudino Maciel

Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Juliana Closel Miraldi

Doutora pelo PPGS - Unicamp

João Pessoa, Paraíba

2025



Foto: Bernardo Fortes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 18 / 2025 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 12 de Maio de 2025

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR O DISCENTE BERNARDO FORTES DE MOURA ARRUDA

Aos 17 dias do mês de junho de 2025, às 14:00 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "Classes e classificações na cidade: disputas simbólicas entre frações de elite do Recife" apresentada pelo discente **BERNARDO FORTES DE MOURA ARRUDA**, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: MIQUELI MICHETTI (Orientação), PATRÍCIA ALVES RAMIRO (PPGS/UFPB), MICHEL NICOLAU NETTO (PPGPS/UNICAMP), LOUISE CLAUDINO MACIEL (PPGS/UFPE) e JULIANA CLOSEL MIRALDI (UNICAMP).

Dando início aos trabalhos, a professora MIQUELI MICHETTI, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, a qual foi **APROVADA**. A banca destacou a relevância da pesquisa e a riqueza do material empírico nela recolhido, diante do que instou o discente a produzir uma base de dados sobre ela. Indicou ainda a necessidade de revisão e edição do material, bem como a incorporação das sugestões principais para depósito da versão final. Também considerou que, uma vez feitos os ajustes necessários, a tese apresenta potencial para publicação. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, após cumpridas as demais exigências do regimento do PPGS, expedir o respectivo Diploma de **DOUTOR EM SOCIOLOGIA**.

(Assinado digitalmente em 17/06/2025 18:14)

MIQUELI MICHETTI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2425306

(Assinado digitalmente em 08/07/2025 10:14)

PATRÍCIA ALVES RAMIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2160675

Processo Associado: 23074.044736/2025-27

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **18**, ano: **2025**, documento(espécie): **ATA**, data de emissão: **12/05/2025** e o código de verificação: **bf04e950a2**

Documento assinado digitalmente
gov.br LOUISE CLAUDINO MACIEL
Data: 13/08/2025 13:54:45-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br MICHEL NICOLAU NETTO
Data: 14/11/2025 18:45:27-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA CLOSEL MIRALDI
Data: 17/11/2025 08:41:33-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A779c Arruda, Bernardo Fortes de Moura.

Classes e classificações na cidade: disputas
simbólicas entre frações de elite do Recife / Bernardo
Fortes de Moura Arruda. - João Pessoa, 2025.

316 f. : il.

Orientação: Miqueli Michetti.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Classes sociais - Recife (PE). 2. Elites - Recife
(PE). 3. Distinção Social. I. Michetti, Miqueli. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 316.342.2(043)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Miqueli Michetti. Esta tese teve como um de seus pilares a sua orientação, e só foi possível porque, mesmo diante de circunstâncias difíceis e, por vezes, inimagináveis, ela decidiu continuar apostando na realização do trabalho – inclusive quando eu mesmo já não acreditava que ele fosse viável. Essa postura foi fundamental para a continuidade da pesquisa e para que eu encontrasse força para levá-la adiante. Registro aqui meu reconhecimento.

Agradeço também à professora Patrícia Ramiro, minha primeira orientadora neste doutorado. Sou grato pela orientação recebida naquele momento inicial da pesquisa, sobretudo por sua contribuição ao me fazer redescobrir a importância da sociologia rural como chave para compreender o Brasil – e, inclusive, aspectos centrais desta tese. A redefinição do tema levou à mudança de orientação, mas fico especialmente contente por tê-la agora como integrante da banca, ao lado dos professores Michel Nicolau, Juliana Miraldi e Louise Maciel, a quem agradeço pela leitura atenta e pela disponibilidade. Ressalto, por fim, que a tese de Louise foi uma referência constante ao longo deste trabalho.

Aos entrevistados desta pesquisa, membros de famílias tradicionais e das classes médias, médias altas e altas das elites pernambucanas, que, mesmo diante de compreensíveis reservas, aceitaram compartilhar comigo suas histórias e percepções. Na sociologia, esse grupo costuma ser retratado com certo viés negativo ou reducionista. A disposição em me receber e em falar o que lhes foi possível dizer foi fundamental para a realização deste trabalho. Conduzi a escuta e o tratamento das falas com ética e respeito. Agradeço a confiança.

Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. As discussões em aula, mesmo diante das limitações impostas pela pandemia, trouxeram contribuições decisivas na construção desta tese no meu amadurecimento como pesquisador e sociólogo. Às colegas Anna Kristina, D’Angelles e Marcella, com quem formei fortes vínculos neste período..

E a Julia... bom, ela sabe.

Por fim, dedico esta tese à minha irmã Fernanda. Lembro de uma noite em que me acompanhou em campo e seguimos madrugada adentro. Esse instante de partilha, simples e irrepetível, permanece como o registro mais profundo daquilo que fomos.

RESUMO

Esta tese analisa as disputas simbólicas entre frações das classes médias-altas e altas do Recife, observando como suas formas de morar, classificar e representar a cidade expressam distinções e hierarquias. A oposição entre as Zonas Norte e Sul revela estilos de vida contrastantes: a primeira, associada ao capital cultural e à contenção; a segunda, ao capital econômico e ao prestígio imobiliário. Mais do que delimitações geográficas, tratam-se de territórios socialmente construídos, nos quais grupos buscam reconhecimento e legitimidade. A pesquisa baseia-se em 80 entrevistas, observação participante e diálogo com autores como Bourdieu, Sherman, Savage, Friedman e Laurison. Conclui-se que o pertencimento pleno às elites depende não apenas de renda ou endereço, mas da incorporação de disposições legítimas e do reconhecimento simbólico.

Palavras Chave: Classes sociais, Elites, Fronteiras Simbólicas, Pertencimento Eletivo, Pierre Bourdieu, Recife.

ABSTRACT

This thesis examines the symbolic disputes among upper-middle and upper-class fractions in Recife, focusing on how ways of living, classifying, and representing the city express social distinctions. The contrast between the North and South Zones reveals opposing lifestyles: the former tied to cultural capital and restraint, the latter to economic capital and real estate prestige. Beyond geography, these are socially constructed territories where groups seek recognition and legitimacy. Based on 80 interviews and participant observation, and drawing on Bourdieu, Sherman, Savage, Friedman, and Laurison, the study concludes that full membership in the elites requires not only income or location, but embodied dispositions and symbolic recognition.

Keywords: Social classes, Elites, Symbolic Borders, Elective Belonging, Pierre Bourdieu, Recife.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização dos bairros da zona sul (círculos verdes) e da zona norte (círculos amarelos)	40
Figura 2. Mulheres responsáveis com rendimento de até 1 salário mínimo (%).....	41
Figura 3. Mulheres responsáveis com rendimento > 20 S.M.	42
Figura 4. Indicadores de renda per capita de acordo com seus bairros	43
Figura 5. Índice de Desenvolvimento Humano de Recife por áreas do Recife.....	44
Figura 6. Taxa de alfabetização (Censos de 2000, 2010 e 2022)	45
Figura 7. Taxa de serviço de esgotamento de coleta de esgoto	46
Figura 8. Rendimento domiciliar per capita médio das pessoas em Recife (R\$).....	60
Figura 9. Região limítrofe entre Derby e Graças: Av. Agamenon Magalhães.....	107
Figura 10. Parte nobre das Graças.	108
Figura 11. Vista aérea da Praça de Casa Forte.	191
Figura 12. Casarões na Avenida Dezesete de Agosto.....	191
Figura 13. Conjunto simbólico nas Graças.....	192
Figura 14. Vista aérea das Graças, com destaque para o casarão dos Gibson, na Avenida Rui Barbosa, vizinho a diversos prédios históricos.....	192
Figura 15. Gravura histórica do Rio Capibaribe, com destaque para a navegação fluvial e as casas senhoriais em suas margens.	193
Figura 16. Trechos típicos da Zona Sul do Recife.	254
Figura 17. Av. Conselheiro Aguiar (Boa Viagem, Recife/PE)	255
Figura 18. Edifício Holiday	255
Figura 19. Vista da orla de Boa Viagem.	256
Figura 20. A praia de Boa Viagem, apesar de ladeada por edifícios voltados ao enclausuramento, segue como o maior equipamento popular de Recife.....	256
Figura 21. Vista aérea da Zona Sul do Recife, destacando a orla de Boa Viagem, densamente ocupada por edifícios de alto padrão, que se estendem em linha contínua à beira-mar.	257

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I. Apresentação do problema, contextualização e panorama geral	8
II. Organização dos capítulos:	14
1. DISPUTAS SIMBÓLICAS E ESPAÇO SOCIAL: Fundamentos teóricos e Estratégia Metodológica	16
1.1 Além da Privação: Habitação, Status e Hierarquias Simbólicas entre Grupos Privilegiados	17
1.1.1 A Persistência do Gosto: Entre a Autonomia Cultural e a Estrutura Social	23
1.2 Apresentação do espaço social: aspectos socioeconômicos	39
1.3 Percurso metodológico	53
2. RECIFE DO FOGO MORTO: UMA CIDADE MARCADA PELO DECLÍNIO SOCIAL	64
2.1 As funções das águas em Recife (seu mar e seus rios)	64
2.2 Ascensão de Boa Viagem e legitimação de sua praia	78
2.3 Algumas considerações sobre a concepção espacial, geográfico e sócio-cultural da praia e seu estatuto jurídico	94
2.4 Zona Sul: Modernidade em Movimento entre Carros, Praias e Status	96
3 - “DEPOIS DA PONTE DO PINA A ATMOSFERA É OUTRA...”: Tomadas de gosto e juízos de valor entre os moradores da Zona Norte	102
3.1 Panorama da Zona Norte	102
3.2 Orgulho e bairrismo	117
3.2.1 Tensões e lutas simbólicas na Zona Norte: a busca pela imposição da forma de viver legítima	120
3.2.2 Indivíduos que não criticaram a mudança	129
3.2.3 Casos de incorporação simbólica bem-sucedida na Zona Norte	131
3.2.4 Rápida ascensão e capacidade limitada ou incompleta para apreender e julgar a cidade	136
3.2.5 O isolamento pela falta de boas maneiras	143
3.3 Habitus: senso de familiaridade e desconfortos no deslocamento entre a Zona Norte e a Zona Sul	150
3.3.1 Grupo familiarizado a Boa Viagem	151
3.3.2 Morar em Boa Viagem como afirmação da disposição estética: o grupo do alto capital cultural	167
3.3.3 Pertencimento reflexivo e êxito simbólico	174
3.3.4 Reconfiguração do habitus: como possibilidade de mudança parcial ou tensionamento de disposições incorporadas, diante de novas experiências (sociais, profissionais, urbanas).	183
3.4 Conclusão do capítulo	188

4. A ZONA SUL E O PESO DO ENDEREÇO: Entre o Significado Coletivo e a Negação Individual	193
4.1 A Praia como Paisagem de Status e Espaço de Sociabilidade Seletiva	199
4.2 O arbítrio cultural: o esforço pela sofisticação e estilização como chaves para o reconhecimento como parte das elites	206
4.3 A complexidade do habitus e os dilemas da disposição na análise empírica	211
4.4 Estilização da vida: os casos bem-sucedidos encontrados em nossa pesquisa	216
4.4.1 Formas de apropriação e percepção da Zona Sul e a inescapável relação com o status social.	232
4.5 Distanciamento pragmático: reabilitação simbólica Boa Viagem	249
4.7 Desejo e desencanaixe na Zona Sul: limites do pertencimento eletivo	258
4. 8 Conclusão do capítulo:	270
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a Idealização da Zona Norte e a Moralidade	272
5.1 Proximidade Sem Mobilidade: A Convivência Que Não Rompe Barreiras	274
5.2 A Estética do Pertencimento: Zona Norte, Zona Sul e a Apartação Moral Invisível	277
5.3 Entre Grifes e Livros – A geografia simbólica do Recife como tradução do espaço social	290
5.4 À guisa de conclusão	298
ANEXO A - GLOSSÁRIO	308
ANEXO B - Questionário aplicado	313

"Man, money ain't got no owners. Only spenders."

Omar Little, na série The Wire

INTRODUÇÃO

A cidade é, antes de tudo, uma arena de disputas simbólicas. No caso do Recife, essas disputas adquiriram contornos particulares na medida em que as frações das classes dominantes – historicamente concentradas nas Zonas Norte e Zona Sul – projetaram sobre o espaço urbano suas visões de mundo, seus julgamentos estéticos e suas hierarquias sociais. Diante desse cenário, para a realização desta pesquisa, perguntamos: como diferentes frações da elite recifense apropriaram-se do espaço urbano e construíram distinções simbólicas, de modo a construir distâncias e fronteiras no interior de suas classes, em uma disputa incessante pela legitimação? Quais critérios foram acionados para definir a legitimidade das formas de pertencimento nos bairros e nas cidades?

O objetivo geral deste trabalho foi investigar as disputas simbólicas entre as frações das classes dominantes recifenses, especialmente entre as Zonas Norte e Sul, compreendendo como o espaço urbano se torna instrumento simbólico das lutas por legitimidade, distinção e pertencimento. Especificamente, analisar as formas de vida, os códigos simbólicos e as fronteiras que organizam a elite recifense; identificar os critérios acionados para definir a legitimidade das formas de pertencimento urbano.

A pesquisa analisa, em especial, como a apropriação legítima dos espaços valorizados exige um repertório disposicional específico, relacionado ao capital cultural incorporado, à competência classificatória sobre o espaço urbano e à capacidade de estilizar a vida conforme os códigos das elites. Com base em entrevistas em profundidade e na análise de casos exemplares – tanto de sucesso simbólico quanto de inadequação e rejeição –, investigamos os limites e contradições da mobilidade social ascendente, evidenciando seus efeitos sociais e subjetivos nas experiências de pertencimento urbano.

Partimos da intuição de que tais regiões operam não apenas como recortes geográficos, mas como comunidades imaginadas (Bacqué et al., 2015), investidas de sentido simbólico e socialmente construídas por meio das práticas de gosto, da memória coletiva, das escolhas residenciais e da estetização da vida cotidiana. Ao investigar essas formas de apropriação simbólica do território por parte das classes médias e altas recifenses, buscamos compreender como o espaço urbano torna-se instrumento simbólico das disputas por legitimidade entre frações de classe, revelando traduções simbólicas e correspondências parciais entre o espaço

social e o espaço geográfico, produzidas por disputas classificatórias, tal como proposto por Bourdieu (2000, 2017).

Em vez de analisar a desigualdade urbana a partir das “não cidades” ou dos espaços marginalizados, como costuma ser o foco tradicional das ciências sociais urbanas no Brasil (Maricato, 2000; Caldeira, 2008; Kowarick, 2009), dedicamos o olhar para o estudo dos bairros tradicionais e/ou de elite. A justificativa para esse enfoque reside na nossa necessidade de inverter o tradicional recorte sociológico, a fim de investigar as formas de vida, os códigos simbólicos e as fronteiras que organizaram a elite recifense no mapa socioespacial de Recife.

A capital pernambucana é um caso exemplar, pois sua estrutura social fortemente hierarquizada manifestou-se em um duplo centro de prestígio, o qual convencionamos chamar Zona Norte e Zona Sul. Aquilo que foi materializado pela oposição simbólica entre a Zona Norte, associada à tradição e ao capital cultural consolidado, e a Zona Sul, frequentemente vinculada à ascensão recente, ao capital econômico e à visibilidade pública.

Trata-se, portanto, de uma inversão do olhar sociológico tradicional, que, ao invés de focar na exclusão, busca compreender os mecanismos de reprodução, distinção e disputa no interior da classe dominante. Para esta investigação, nos inspiramos na sociologia relacional de Pierre Bourdieu (2018), cuja abordagem permitiu analisar como as disputas simbólicas operaram por meio da imposição de sentidos autorizados sobre estilos de vida, gostos legítimos e usos valorizados da cidade. Na esteira teórica do debate levantado pelo sociólogo francês, acionamos diferentes autores a fim de constituir um campo complexo para o debate. Embora as arenas simbólicas não fossem campos autônomos estritos, elas acionaram lógicas de consagração e exclusão estruturadas pelos capitais econômicos, culturais e morais que sustentaram fronteiras sociais internas à elite.

Incorporamos também o conceito de pertencimento eletivo (Savage *et al.*, 2005) para compreender como os sujeitos reivindicam lugares simbólicos por meio de adesões estéticas, sensibilidades morais e alinhamentos com estilos de vida consagrados. A homologia entre estrutura social e estrutura simbólica, vital na obra de Bourdieu (2018), propõe que operadores simbólicos são constantemente produzidos e reproduzidos nas fronteiras entre modos de morar, estilos de vida e formas de prestígio. Por outro lado, compreender essas disputas simbólicas exige também considerar os efeitos sociais e subjetivos da mobilidade social ascendente.

É preciso dizer que este trabalho insere-se em uma vertente ainda minoritária, mas em crescimento, da sociologia urbana dedicada ao estudo das elites e dos territórios privilegiados. Em diálogo com autores como Pinçon e Pinçon-Charlot (1997), buscamos expandir o olhar

analítico sobre os modos de apropriação simbólica do espaço por grupos dominantes, sem desconsiderar a riqueza acumulada de pesquisas sobre periferias e exclusão urbana.

Em um recorte histórico, adotamos uma abordagem de sociologia histórica para reconstruir os processos sociais que, desde o século XIX, articularam classes abastadas, paisagem urbana e busca por distinção simbólica, sobretudo em espaços privilegiados às margens d'água, como o rio Capibaribe e a orla de Boa Viagem. Essa perspectiva permitiu compreender como as práticas estéticas e espaciais das elites consolidaram fronteiras simbólicas que ainda hoje estruturam o prestígio, o pertencimento e a legitimidade no espaço urbano recifense.

Para lograr os objetivos citados, adotamos uma metodologia qualitativa, baseada em entrevistas, com observações de campo. Realizamos entrevistas com moradores das Zonas Norte e Sul para captar suas percepções, discursos e estratégias de distinção e pertencimento.

As observações de campo permitiram identificar as práticas cotidianas, os estilos de vida e os modos de habitar o espaço urbano que traduziram as disposições de classe. Estudamos também casos exemplares, que ilustram tanto o sucesso simbólico quanto a inadequação ou rejeição, especialmente no contexto da mobilidade social ascendente.

Observamos, por conseguinte, que indivíduos oriundos de segmentos intermediários ou em ascensão buscam integrar-se aos circuitos consagrados de prestígio e pertencimento, enfrentando, porém, limites simbólicos impostos por sua origem social, por déficits de capital cultural¹ ou por inadequações disposicionais. A localização física, por si só, não garante a inserção plena nos espaços de prestígio, mas precisa ser acompanhada de um repertório disposicional específico, que inclui o domínio de códigos culturais legítimos, sensibilidade estética refinada, contenção simbólica e capacidade de rotular sobre o espaço urbano.

Dessa forma, esta pesquisa pretendeu não apenas compreender as disputas simbólicas contemporâneas entre a Zona Norte e a Zona Sul, visíveis nos discursos, práticas e produtos culturais, mas também revelou os processos históricos que possibilitaram a formação dessas

¹ Nesta pesquisa, o uso do conceito de capital cultural articula dois planos complementares. No plano empírico, refere-se às manifestações simbólicas acionadas pelos entrevistados como trunfos de legitimidade nas disputas internas à elite recifense – como a valorização da erudição, da sobriedade, dos repertórios culturais “clássicos” e da formação intelectual. No plano epistemológico, o conceito é tomado em seu sentido relacional e posicional, conforme formulado por Pierre Bourdieu, enfatizando que o capital cultural não existe como substância mensurável, mas como estrutura de relações diferenciais que se expressa de modo desigual segundo as trajetórias e localizações dos agentes no espaço social. Como será discutido na seção sobre a estilização da vida, esta é compreendida como uma forma situada de expressão dessas disposições – um indício simbólico de hierarquias culturais, e não uma correspondência direta com a estrutura objetiva do capital cultural.

zonas como polos de prestígio e os mecanismos simbólicos que sustentaram as fronteiras internas à elite recifense contemporânea.

I. Apresentação do problema, contextualização e panorama geral

O Recife é palco privilegiado para observarmos a maneira como as elites constroem e disputam territórios simbólicos, materializando suas hierarquias internas no espaço urbano. A oposição entre Zona Norte e Sul vai além de uma simples divisão geográfica: expressa conflitos profundos sobre valores, estilos de vida e critérios de legitimidade entre frações dominantes. Enquanto a Zona Norte se afirma como reduto de tradição, capital cultural e distinção refinada, onde a contenção e a sofisticação discreta constituem marcas de prestígio, a Zona Sul surge como símbolo de ascensão econômica, ostentação e modernidade, frequentemente atrelada ao estigma de “novo-rico”. Tais diferenças não se limitam a descrições superficiais; funcionam como mecanismos de classificação social, determinando quem pertence plenamente à elite e quem ocupa posições subalternas dentro dela.

A tese pergunta-se, assim, por que esses esforços classificatórios que partem da Zona Norte manifestam-se de forma tão sistemática e intensa, e o que está em jogo para esses grupos no ato de delimitar quem pertence e quem aparece como excesso nos grupos e espaços sociais de prestígio. Busca-se compreender também como os moradores da Zona Sul reagem a esses julgamentos negativos, seja por meio da negação, da resignação, da ironia ou da produção de contranarrativas; e se há nuances nessas compreensões. A coexistência e o antagonismo entre essas zonas, portanto, não são meramente geográficos: constituem o núcleo simbólico das disputas seletivas – do bom gosto, das disposições estéticas etc. – que atravessam a elite recifense contemporânea.

Por meio de entrevistas em profundidade, observações de campo e análise das práticas e discursos de moradores das Zonas Norte e Sul, investigamos como o gosto funciona como operador simbólico de distinção e como as escolhas residenciais e práticas cotidianas expressam disposições de classe. A tese sustenta que o espaço urbano é utilizado como dispositivo classificatório, no qual os indivíduos projetam suas posições sociais e constroem fronteiras de pertencimento, reforçando hierarquias invisíveis, mas eficazes, que delimitam quem “tem bom gosto” (quem pertence) e quem “só tem dinheiro” (quem não cabe no grupo, portanto, excesso).

A eletividade do pertencimento, nesse processo, remete à coadunação entre escolhas de natureza simbólica e estética e sensibilidade moral, posse material e repertório cultural, estilo de vida, grupo social e moradia. Pertencer às frações das classes dominantes, longe de ser

automático, é negociado e constantemente avaliado a partir de disposições de gosto, performances sociais e ativos culturais incorporados. Nesse jogo de adesão e exclusão simbólica, desenham-se os contornos do prestígio e distinção na metrópole contemporânea.

Em um segundo plano, esta tese examina como indivíduos oriundos de segmentos intermediários ou em ascensão buscam integrar-se aos circuitos consagrados de prestígio e pertencimento, enfrentando, limites simbólicos impostos por sua origem social, por déficits de capital cultural ou por inadequações disposicionais. A localização física, por si só, não garante a inserção plena nos espaços de prestígio, mas precisa ser acompanhada de um repertório disposicional específico, que inclui o domínio de códigos culturais legítimos, sensibilidade estética refinada, contenção simbólica e competência classificatória sobre o espaço urbano.

A contribuição desta pesquisa é dupla: empírica, ao analisar com densidade etnográfica as elites recifenses e seus modos de uso simbólico do espaço urbano; e teórica, ao investigar como o espaço urbano se torna suporte e expressão das disputas simbólicas entre frações da elite. Pretende-se, com isso, compreender como as frações médias e altas classificam e são classificadas, constroem distinções entre si e como essas distinções espacializam-se na cidade; mas também como essas classificações acabam por atuar como barreiras de aceitação ou exclusão dentro dos grupos dominantes.

Essas classificações de pertencimento, frequentemente mobilizadas pelos próprios moradores em nossas entrevistas, não se restringem a discursos privados: elas encontram respaldo e materialidade nos produtos ofertados pelo mercado imobiliário. Ainda que este trabalho não se dedique à análise sistemática do setor, certos empreendimentos ilustram com clareza como o mercado atua como operador simbólico, objetivando disposições de classe sob a forma de estilos de vida residenciais. Campanhas como a do edifício Arthur Bruno Schwambach, que mobiliza elementos como o “quintal de casa”, ou a do Casa Moser, que integra à fachada um casarão restaurado de 1927, exemplificam como atributos como tradição, contenção estética e vínculo com a história local são convertidos em diferenciais de prestígio. Tais elementos estão diretamente alinhados às percepções expressas por moradores da Zona Norte, e contrastam com a linguagem cosmopolita e acelerada de empreendimentos como o Urban Trend ou o Madison, associados à Zona Sul.

Esses exemplos, aqui apresentados apenas como ilustrações do contexto simbólico no qual esta pesquisa insere-se, sugerem que as distinções formuladas pelos moradores entre tradição e ostentação, contenção e exagero, pertencimento legítimo e inadequação, não são apenas discursos: encontram respaldo e objetivação nas formas de moradia ofertadas pelo

mercado. Tal correspondência inicial entre percepção social e oferta simbólica será explorada com mais profundidade nos capítulos analíticos desta tese.

No Recife contemporâneo, o mercado imobiliário de alto padrão tem atuado como um importante operador simbólico, capaz de identificar, organizar e ofertar estilos de vida associados a determinadas frações da elite. Longe de apenas descrever produtos ou anunciar localizações, a publicidade imobiliária mobiliza referências culturais, valores morais e afetos sociais que refletem e reforçam fronteiras simbólicas entre modos de morar, estilos de vida e formas de prestígio urbano.

Como propõe Bourdieu (2008), a homologia entre estrutura social e estrutura simbólica faz com que os produtos culturais, inclusive imóveis e suas representações, encontrem públicos cujas disposições foram socialmente formadas para reconhecê-los como legítimos. Assim, trata-se de interpelar os sujeitos certos, isto é, aqueles cujas sensibilidades incorporadas já os alinham ao repertório simbólico oferecido.

Ainda que esta pesquisa não se dedique à análise sistemática do mercado imobiliário, algumas representações produzidas por esse setor ajudam a evidenciar como certas frações da elite são interpeladas por signos que correspondem às suas disposições incorporadas. Campanhas como a do edifício Arthur Bruno Schwambach, construído pela Moura Dubeux em Casa Forte, mobilizam elementos simbólicos como o “quintal de casa”, a referência a uma figura histórica local e o destaque para áreas verdes e arquitetura harmoniosa, ativando um repertório sensível à tradição, à memória afetiva e à contenção estética.

De modo semelhante, a campanha do Festival Zona Norte recorre a uma identidade visual inspirada no Movimento Armorial, sinalizando um pertencimento legitimado por códigos culturais regionais de sofisticação. Ainda que não sejam aqui objeto de análise direta, esses exemplos ilustram como o mercado reconhece e explora uma demanda social por distinção, oferecendo produtos que prometem alinhar moradia, paisagem e biografia. Em diálogo com a noção de pertencimento eletivo de Savage et al. (2005), observa-se que tais campanhas não apenas oferecem localização e metragem, mas constroem simbolicamente um estilo de vida afinado com disposições socialmente consagradas. São, portanto, expressões contemporâneas das disputas simbólicas em torno do prestígio, da tradição e da legitimidade de se habitar, distinguir-se e pertencer nos bairros disputados pelas elites recifenses.

Essas disputas simbólicas, assim, longe de se restringirem aos discursos privados, ganham visibilidade em objetos, imagens e narrativas produzidas pelo próprio mercado. No Recife contemporâneo, o mercado imobiliário de alto padrão tem atuado como um operador

simbólico relevante, capaz de organizar e oferecer estilos de vida ajustados às disposições sociais das frações de elite. Longe de apenas anunciar produtos, essas campanhas mobilizam valores morais, referências culturais e afetos simbólicos que ativam distinções entre formas legítimas e ilegítimas de morar. Como propõe Bourdieu (2008), há uma correspondência entre as estruturas sociais e os bens simbólicos que as expressam: é porque certos grupos foram socializados para reconhecer um determinado repertório como legítimo que produtos como o Arthur Bruno Schwambach encontram sentido e valor.

Essas ofertas participam ativamente das disputas simbólicas, oferecendo aos sujeitos meios de se classificar e de se distinguir por meio da forma de morar. É nesse contexto que se pode observar, por exemplo, a coexistência e oposição entre diferentes registros simbólicos mobilizados pelo mercado: de um lado, edifícios como o Moser, com fachada recuada, paisagismo integrado ao entorno, linguagem arquitetônica discreta e vocabulário visual que evita ostentação, e o Ariano Suassuna, cujo nome homenageia uma referência simbólica do patrimônio cultural nordestino e cuja proposta enfatiza sobriedade, tradição e harmonia estética. De outro, empreendimentos como o Evolution Shopping Park, com seu nome em inglês, volumetria verticalizada e vinculação direta com o shopping center contíguo, evidenciando a valorização do consumo como forma de distinção, e o Madison, cuja comunicação evoca o imaginário nova-iorquino, com ênfase na sofisticação cosmopolita, vistas panorâmicas e exclusividade vertical. A esses, soma-se o Urban Trend, que aposta em uma estética “conectada”, jovem e tecnológica, promovendo apartamentos menores, mas com áreas comuns altamente instagramáveis, repletas de grafismos, *coworkings*, lounges com LED e uma linguagem centrada em estilo de vida acelerado e autonomia individual.

Tais diferenças não só expressam frações distintas da elite recifense, mas revelam que o mercado imobiliário é um agente relevante na mediação entre estrutura social e produção simbólica. Ainda que não pertença estritamente ao campo artístico ou cultural, o mercado mobiliza um repertório legitimado de signos, códigos e sensibilidades, ajustando suas ofertas às disposições socialmente formadas das frações de classe que busca interpelar. A lógica do campo da produção simbólica, tal como formulada por Bourdieu, não desaparece, mas se reconfigura: trata-se aqui de uma homologia construída e mediada entre posições sociais e formas simbólicas de consumo, produzida por uma convergência prática entre as disposições dos grupos e as estratégias mercadológicas, que buscam captar e reforçar essas distinções.

Nesse contexto, os empreendimentos imobiliários de alto padrão não apenas expressam disposições já existentes, mas operam como tomadas de posição simbólica, oferecendo aos

sujeitos modos específicos de se afirmar, se distinguir e disputar o pertencimento legítimo no espaço urbano. Ao transformar estilos de vida em produtos, o mercado reconhece e interpela as demandas específicas das frações de classe, criando formas objetivas de classificação e funcionando como operador ativo das lutas simbólicas entre elites.

Um caso revelador dessa lógica de distinção operada pelo mercado é o lançamento do edifício Casa Moser, da Moura Dubeux, na Zona Norte do Recife. Implantado no bairro das Graças, o empreendimento recupera e incorpora à sua fachada o antigo Palacete Augusto G. Galvão, datado de 1927, mobilizando referências à tradição, ao prestígio consolidado historicamente e à memória arquitetônica local como estratégias de valorização simbólica.

Na Zona Norte, a tradição e seus signos são valorizados, e não basta conhecê-los para integrá-los pacificamente no repertório simbólico que forma um capital: assim, o casarão histórico não é tão conhecido quanto defendido pelos moradores, à despeito de sua história. Por isso, a defesa da requalificação é uma bandeira que opera como chancela simbólica, modalidade ativa do conhecimento e das disposições simbólico-estéticas, em outras palavras, investimento dos diferentes capitais - afinal, é da natureza do capital que seja aplicado - que tem por efeito produzir diferenciação, distinção não apenas do imóvel em questão, mas dos membros das elites em disputa, membros que se reconhecem ou são reconhecidos como sujeitos de sensibilidade aguçada, que em geral adotam uma postura comedida e são propensos à contenção diante do consumo de luxo, e ao prestígio herdado.

A presença do casarão restaurado, agora reconfigurado como área de lazer com salão de festas, *coworking* e academia, opera como signo de contenção estética e continuidade histórica, reforçando a distinção entre o “bom gosto” legitimado e as formas de morar percebidas como excessivas ou desprovidas de lastro simbólico. Ao restaurar o palacete de 1927, no coração das Graças, o Casa Moser transforma o patrimônio arquitetônico da Zona Norte em recurso simbólico de distinção e legitimação estética, articulando linguagem visual discreta, integração ao entorno e uma retórica publicitária centrada na “possibilidade de viver a pé”, atributos associados a um ideal de urbanidade vinculado à elite cultural da Zona Norte.

Nesse sentido, o empreendimento ilustra com nitidez como o mercado imobiliário não apenas traduz disposições de classe já existentes, mas também contribui para organizá-las e atualizá-las, oferecendo aos sujeitos meios simbólicos de reivindicar pertencimento a frações legítimas da elite. Ao ativar sensibilidades incorporadas e alinhar moradia, distinção e biografia, o edifício transforma a habitação em instrumento de classificação, contribuindo para a

reprodução das fronteiras simbólicas que estruturam as lutas classificatórias no espaço urbano recifense contemporâneo.

As publicidades evidenciam a materialidade das disputas simbólicas entre Zona Norte e Zona Sul e como tais conflitos classificatórios projetam-se sobre o espaço urbano e são objetivados em discursos que reforçam distinções de estilo de vida, gosto e pertencimento. Neste trabalho, partimos dessas manifestações para investigar, com maior profundidade, as lutas simbólicas travadas no cotidiano por diferentes frações das elites recifenses.

Dessa forma, esta tese parte das disputas simbólicas contemporâneas entre Zona Norte e Zona Sul, visíveis nos discursos, práticas e produtos culturais, para recuar no tempo e compreender os processos históricos que possibilitaram a formação dessas zonas enquanto pólos de prestígio urbano. Sustenta-se que as classes abastadas tiveram papel central na valorização simbólica dos espaços da cidade, especialmente a partir da busca por lazer e distinção nas margens d'água – primeiro do rio Capibaribe, depois da orla marítima de Boa Viagem. Com base em uma abordagem de sociologia histórica, o trabalho investiga como tais dinâmicas contribuíram para a consolidação de formas socialmente legítimas de habitar, classificadas e hierarquizadas ao longo do tempo, e como elas se projetam, ainda hoje, na luta pelo monopólio do bom gosto e da autoridade classificadora sobre a cidade.

Encerramos esta introdução retomando a intuição central que orienta o trabalho: as disputas simbólicas entre Zona Norte e Zona Sul não só estruturam os modos contemporâneos de morar e classificar, mas também se enraízam em trajetórias históricas de apropriação simbólica da cidade. Esta tese propõe uma investigação em duas frentes complementares: de um lado, a análise das formas atuais de distinção e pertencimento urbano mobilizadas pelas elites recifenses; de outro, a reconstrução dos processos sociais que, desde o século XIX, articularam classes abastadas, paisagem urbana e busca por distinção simbólica. Ao longo dos capítulos, busca-se demonstrar como a cidade do Recife foi sendo modelada, classificada e hierarquizada por esses agentes, cujas práticas estéticas e espaciais consolidaram fronteiras que ainda hoje organizam o prestígio, o pertencimento e a legitimidade no espaço urbano.

II. Organização dos capítulos:

A tese está estruturada em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais. Cada um deles articula dimensões teóricas, históricas e empíricas que, em conjunto, buscam compreender as disputas simbólicas entre frações da elite recifense a partir das formas de morar, classificar e representar a cidade.

O Capítulo 1 – “Disputas simbólicas e Espaço Social: Fundamentos teóricos e estratégia metodológica” apresenta o referencial conceitual e o desenho metodológico da pesquisa. A partir da sociologia relacional de Bourdieu e do diálogo com autores como Pinçon & Pinçon-Charlot, Savage, Lahire e Lamont, discute-se como o espaço urbano opera como arena de distinção e legitimação simbólica entre frações de classe. Expõe-se a articulação entre capital econômico e cultural na estrutura das elites recifenses e são descritos os procedimentos empíricos adotados (80 entrevistas e observação participante), com foco na análise das percepções, juízos e disposições que informam as fronteiras simbólicas entre as duas zonas.

O Capítulo 2 – “Recife do fogo morto: uma cidade marcada pelo declínio social” reconstrói historicamente a formação simbólica da cidade e dos polos de prestígio urbano. Analisa a centralidade das águas – o mar e o rio Capibaribe – na constituição das paisagens de distinção, acompanhando o deslocamento do prestígio do eixo fluvial da Zona Norte para a orla marítima de Boa Viagem. O capítulo evidencia como a ascensão de Boa Viagem, no século XX, alterou o mapa do prestígio urbano, instaurando novas hierarquias simbólicas e tensionando as elites tradicionais, o que consolidou a oposição Norte/Sul como estrutura de sentido na sociabilidade recifense.

O Capítulo 3 – “Depois da ponte do Pina a atmosfera é outra...: tomadas de gosto e juízos de valor entre os moradores da Zona Norte” concentra-se nas frações da elite vinculadas à Zona Norte, tradicionalmente associadas ao capital cultural, à contenção estética e à herança familiar. Com base nas entrevistas e no trabalho de campo, analisa-se como esses grupos constroem juízos de gosto e moralidade que desqualificam o consumo ostensivo e a “falta de lastro” das elites emergentes da Zona Sul. O capítulo mostra como a Zona Norte opera como referência classificatória e símbolo de legitimidade, e como seus moradores mobilizam narrativas sobre tradição, cultura e “bom gosto” para afirmar distinções internas no espaço das elites recifenses.

O Capítulo 4 – “A Zona Sul e o peso do endereço: entre o significado coletivo e a negação individual” aborda as experiências e discursos das elites associadas à Zona Sul, especialmente em Boa Viagem. Analisa-se como esses moradores, muitas vezes marcados pelo capital econômico e pela ascensão recente, enfrentam barreiras simbólicas impostas pelas frações culturais da Zona Norte. O capítulo examina estratégias de reabilitação simbólica, reposicionamento e contenção estética – como a estilização da vida e a valorização de signos cosmopolitas –, evidenciando como o pertencimento às elites é negociado por meio da performance e do domínio parcial dos códigos legítimos de distinção.

O Capítulo 5 – “Idealização da Zona Norte: moralidade e pertencimento nas elites recifenses” articula os resultados empíricos e propõe uma interpretação mais ampla sobre as fronteiras morais que estruturam o pertencimento nas elites. O capítulo discute a persistência de hierarquias simbólicas sob a aparência de pluralidade e abertura, mostrando como juízos morais, disposições de contenção e narrativas sobre autenticidade funcionam como critérios de distinção e exclusão. Argumenta-se que a cidade se torna um espelho da estrutura de classe, onde as disputas simbólicas entre tradição e ascensão, contenção e ostentação, produzem formas sutis de apartação moral no Recife contemporâneo.

Por fim, nas Considerações Finais, a tese sintetiza como a homologia entre espaço social e espaço urbano se atualiza nas lutas simbólicas entre as Zonas Norte e Sul. Conclui-se que o pertencimento às elites recifenses exige não apenas recursos econômicos, mas disposições incorporadas e reconhecidas como legítimas – um capital simbólico que define quem pode, de fato, “pertencer”.

1. DISPUTAS SIMBÓLICAS E ESPAÇO SOCIAL: Fundamentos teóricos e Estratégia Metodológica

Neste capítulo, procuramos estruturar nossa análise em três eixos interligados, que, juntos, revelam a complexidade das disputas simbólicas de que tratamos. Inicialmente, apresentamos os fundamentos teóricos que orientam nosso estudo. Inspirados na sociologia relacional de Pierre Bourdieu, analisamos como *habitus*, capital cultural e capital econômico se articulam para produzir hierarquias simbólicas.

Observamos que as elites recifenses não constituem um grupo homogêneo. Diferentes frações mobilizam recursos distintos para legitimar seu status, seja por meio do conjunto de referenciais simbólicos - erudito, regional e popular - que, em Recife, constitui o repertório de caráter plural de grande parte dos membros da classe média-alta, em geral associados à Zona Norte, ou do ostensivo consumo de luxo que se costuma associar àqueles residentes da Zona Sul.

Trazemos dados, mapas e gráficos informando aspectos socioeconômicos de Recife e seus bairros; isso serve como pano de fundo e suporte para ajudar o leitor a visualizar como o espaço social efetivamente se projeta na geografia recifense. Essa visada - que se articula na sobreposição e nas correspondências entre espaço social e geográfico - é, em seguida, colocada em questão sob a perspectiva das lutas simbólicas, que tornam mais complexo um suposto espelhamento entre os espaços.

Por meio do desenho sugerido pelos mapas socioeconômicos aqui mobilizados, de dados e mapas, demonstramos como a segregação espacial reflete e reforça as clivagens não apenas entre classes altas e baixas, mas no interior mesmo das classes, bem como entre essas frações de uma mesma classe ou de classes equidistantes ou próximas (quando designadas pela métrica dos capitais). Em síntese, como se verá melhor adiante, A Zona Norte concentra instituições culturais, escolas tradicionais e bens tombados, enquanto a Zona Sul se destaca por shoppings de luxo, edifícios modernos e forte valorização imobiliária. Os ricos de Boa Viagem concentram maior renda e se destacam como elite financeira, enquanto os da Zona Norte têm patrimônio menor e são mais designados como uma elite cultural. Tais diferenças materiais e simbólicas traduzem-se em performances sociais distintas, que ora naturalizam as desigualdades, ora as sublimam sob o signo da diversidade - mas sobretudo insistem em demarcar fronteiras invisíveis dentro da elite recifense (tema de nossa tese).

Por fim, discutimos os desafios metodológicos enfrentados ao longo da pesquisa. Nossa investigação qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas e observação participante, nos permitiu compreender como os próprios entrevistados classificam a cidade e seus moradores. Identificamos, assim, critérios muitas vezes implícitos que definem o “bom gosto” e o “pertencimento legítimo”, revelando a sutileza e a complexidade das disputas simbólicas no Recife.

1.1 Além da Privação: Habitação, Status e Hierarquias Simbólicas entre Grupos Privilegiados

Nossa atenção volta-se aos “bons bairros” e “belos bairros burgueses”, seguindo a perspectiva de Pinçon e Pinçon-Charlot (1999, 2007) em seus estudos sobre Paris. A análise se apoia na abordagem da *cultural class analysis*, inspirada em Pierre Bourdieu (2008), que propõe questionar muitos “esquemas tradicionais de ocupação” e compreender como as relações de classe se reconfiguram por meio de práticas culturais, modos de produção e sentidos de lugar (Mendez; Gayo, 2019, p. 2).

Essa perspectiva não desconsidera as contribuições da tradição marxista, especialmente no que tange à estruturação das classes, mas enfatiza as dinâmicas de distinção simbólica presentes no interior das elites e das classes médias, em disputas que envolvem capitais diferenciados. Dessa forma, torna-se possível analisar tanto as formas cotidianas de reprodução das desigualdades quanto a heterogeneidade interna aos grupos privilegiados, marcada por trajetórias sociais diversas (Mendez; Gayo, 2019).

“A pobreza se deixa auscultar, inventariar, descrever. (...) A riqueza, porém, é pouco explorada pelos sociólogos, que parecem não se arriscar de bom grado nos bairros nobres” (Pinçon, Pinçon-Charlot, 2007, p. 22). Na esteira dessa afirmação, Elisa P. Reis (2000), autora brasileira, reitera a surpresa com o fato de, até o início do século XXI, existirem poucos estudos sobre não-pobres e, especialmente, sobre membros da elite e como estes pensam a pobreza, a desigualdade e a si mesmos. Sob este ponto de vista, parece possível afirmar que o recorte sociológico pelo lado dos desfavorecidos é uma das expressões de uma sociedade desigual, pois quase sempre é o intelectual ou estudante de classe média ou alta que se debruça sobre o pobre. É o caso de se perguntar se os pobres são mais fáceis de estudar e por quê.

Em diálogo com um campo de estudos sobre elites urbanas e territórios privilegiados - que vive um movimento de expansão -, esta pesquisa busca contribuir, ciente da dificuldade de

acessar esta população, para o panorama de estudos em torno das frações das classes dominantes, sobretudo no caso da cidade do Recife. Assim, buscamos estudar membros da elite - cabe dizer, com seriedade e respeito, em contraposição à certa produção de documentários e filmes ficcionais brasileiros, que, não raro, tratam as classes abastadas sob o viés do estereótipo e da ridicularização.²

O acesso aos interlocutores da elite, mais do que um desafio logístico, configura-se como um dado sociológico relevante, na medida em que revela como condições de origem, trajetórias formativas e disposições relacionais do pesquisador interferem nas possibilidades concretas de realização do campo. Estudar as elites exige, portanto, refletir sobre os limites estruturais e simbólicos que atravessam a entrada nesses espaços, bem como sobre as estratégias que tornam possível essa aproximação. Nesse sentido, esta pesquisa busca também oferecer uma contribuição metodológica ao explicitar os mecanismos de recrutamento, as mediações simbólicas e a modulação da postura do pesquisador ao longo do trabalho de campo – aspectos que se tornam centrais quando o objeto de investigação envolve frações da classe dominante.

Essa dificuldade de acesso não é apenas individual, mas um desafio estrutural que atravessa grande parte da produção sociológica sobre elites. A escassez de pesquisas etnográficas ou qualitativas aprofundadas com grupos dominantes, especialmente em contextos urbanos do Sul Global, está diretamente relacionada aos mecanismos de fechamento simbólico, seletividade das redes sociais e vigilância moral que regulam o ingresso de estranhos nesses espaços. Nesse sentido, as condições particulares que possibilitaram esta pesquisa – como a familiaridade com códigos simbólicos, repertório cultural e certa inserção prévia em redes de prestígio – não anulam, mas antes evidenciam os obstáculos enfrentados por pesquisadores sem esse capital relacional

No caso deste trabalho em específico, nos debruçamos sobre práticas de consumo cultural para melhor anuanciar a teoria bourdieusiana da existência de homologia estrutural entre os espaços de estilos de vida e posições no espaço social - em nosso caso, restrito aos grupos dominantes da cidade, se essa homologia se estende à relação entre esses estilos de vida e as zonas geográficas estudadas.

Captamos as disputas internas entre frações da elite. Como apontam Mendez e Gayo (2019, p. 3), tais frações operam com expectativas distintas, gerando uma dinâmica de distinção entre aqueles com mais capital econômico e os que acumulam, sobretudo, capital cultural.

² Filmes como *Um lugar ao Sol* (2009, Gabriel Mascaro), por exemplo.

Compreendemos que essa cisão se expressa nos embates discretos da vida cotidiana – em nosso caso, nas formas de uso da cidade e, mais precisamente, nas concepções de distinção entre as Zonas Norte e Zona Sul.

Essa distinção produz o que Bacqué *et al.* (2015) chamam de comunidades imaginadas, que encontramos como fenômeno singular nas classes médias e altas. No interior do espaço social que recortam e ocupam, procuram, com frequência, reivindicar uma distinção em relação a outros grupos da mesma classe através da construção de narrativas que são reflexos de como querem ser vistas, ou seja, simulando um senso de pertencimento no qual buscam uma afirmação de identidade e legitimidade (Bacqué *et al.*, 2015, p. 62).

Essa construção simbólica da comunidade articula-se diretamente com a questão da escolha residencial, que, como destacam Bacqué *et al.* (2015), precisa ser compreendida dentro do contexto das trajetórias sociais e biográficas dos indivíduos, levando em conta as estruturas sociais incorporadas ao longo da vida:

Além disso, questionamos a relação entre *habitus*, trajetórias sociais/residenciais e escolha residencial. Dessa forma, demonstramos que a escolha residencial precisa ser compreendida no contexto da vida das pessoas, levando em conta suas histórias e biografias, e reconhecendo o papel das estruturas incorporadas nessas decisões (Bacqué *et al.*, 2015, p. 78, tradução nossa).

A escolha residencial das classes médias não é apenas funcional ou econômica, mas reflete um processo de distinção social que ocorre tanto na diferenciação de *status* em relação às classes populares quanto na disputa interna entre diferentes frações da própria classe média. Como observam Savage *et al.* (2005):

O espaço residencial é uma arena central na qual as pessoas definem sua posição social... A residência de alguém é um identificador crucial, possivelmente o mais crucial, de quem você é (Savage *et al.*, 2005, p. 207, tradução nossa).

Tomamos como referência o estudo de Savage *et al.* (2005), cujo enfoque é destacar as formas de compreensões idealizadas do espaço – isto é, o que esses autores chamam de “lugar-na-mente” [place-in-the-mind] (uma adaptação da expressão “comunidade-na-mente” [community-in-the-mind], de Pahl [1965, 2005] e Brixton-in-the-mind (Butler e Robson, 2003).

Como pontua Bridge (2006), o processo de escolha e valorização de um bairro envolve não apenas o capital econômico, mas também um repertório de valores simbólicos que reforçam a distinção entre diferentes estilos de vida. Escreve o autor que “a escolha residencial não se trata apenas de um investimento financeiro, mas também de investir em uma narrativa social e cultural que legitima o lugar de alguém na hierarquia urbana” (Bridge, 2006).

A relação entre hierarquias sociais e espaço é central na análise de Bourdieu (2017) em *A Miséria do Mundo*, na qual ele mostra que o espaço social transmutado no espaço físico reflete e reproduz as estruturas hierárquicas da sociedade. Dessa forma, as trajetórias residenciais são fortemente influenciadas pelos valores culturais e sociais atribuídos a diferentes tipos de bairros (Bacqué e Vermeersch, 2014; Benson, 2014). Isso significa que a escolha do local de moradia não se limita a uma decisão prática, mas está diretamente ligada à trajetória social do indivíduo.

Nikolaus Fogle (2011) aprofunda essa perspectiva ao argumentar que a cidade não é apenas um espaço físico, mas um campo de luta social, onde diferentes grupos competem pelo significado e pela valorização simbólica de determinados territórios:

É central para uma compreensão bourdieusiana do espaço físico que, assim como o espaço social, ele seja concebido como uma arena de luta. Assim, além de expressar a ordem social, o espaço físico também é uma arma, utilizada por aqueles que possuem o poder de controlá-lo [...] para impor sua própria visão da ordem social à população como um todo. (Fogle, 2011, p. 91, tradução nossa).

Dessa forma, a mobilidade residencial não é apenas um movimento físico, mas um processo de transição simbólica, no qual os indivíduos negociam e reafirmam seu pertencimento a um grupo social específico. A análise bourdieusiana nos permite compreender como o *habitus* opera na escolha residencial, orientando as percepções sobre quais bairros e estilos de vida são desejáveis e legítimos para diferentes frações da classe média e alta.

Portanto, a noção de comunidade imaginada e a escolha residencial não podem ser analisadas isoladamente, mas devem ser compreendidas dentro de uma estrutura mais ampla de disputas simbólicas internas às classes médias-altas e altas, nas quais os diferentes *habitus* moldam as maneiras pelas quais os indivíduos percebem e reivindicam pertencimento ao espaço urbano. Assim, aprofundar a análise bourdieusiana permite-nos compreender como a cidade torna-se um campo no qual essas distinções são constantemente negociadas, reafirmadas e disputadas.

A classe média, especialmente os novos gentrificadores, investe na apropriação de espaços urbanos não apenas por fatores de conveniência ou infraestrutura, mas por sua associação ao *status*, aos estilos de vida e às redes sociais que reforçam sua identidade de classe. Nesse sentido, a localização residencial torna-se um meio de conversão e acumulação de diferentes formas de capital (Bridge, 2006).

Como colocam Pinçon e Pinçon-Charlot (1997), frequentemente a cidade é abordada como um problema social marcado por mazelas e as pesquisas influenciadas por esse viés são

em geral elaboradas por autoridades administrativas guiadas pelo interesse público nas condições de vida dos mais pobres. No entanto, esses autores defendem que a cidade é um todo, um tecido vivo que deve ser visto em seus diferentes aspectos, os quais estão interligados em uma interação que inclui também as classes privilegiadas. De acordo com Pinçon e Pinçon-Charlot:

A cidade é também mestra perseverante nos aprendizados sociais que lhe dizem onde você nasceu, na cidade, mas também na sociedade, e que lhe ensinam os costumes, os gostos, as esperanças ou os desesperos que darão o tom do que você tem que viver (1997, p. 16, tradução nossa).

A cidade, portanto, compreendida através dos usos que diferentes parcelas da população fazem dela, das formas de ocupação e dos sentidos atribuídos às suas diferentes regiões, é fundamental para compreender tanto as dinâmicas de distinção de classe como as de reprodução e de declínio social (Mendez, Gayo, 2019).

As categorias Zona Norte e Zona Sul são bem mais que entendimentos geográficos sobre a cidade, mas concepções de seus moradores dotadas de juízos de valor, por isso, abordamos a cidade do Recife através do sistema teórico criado por Pierre Bourdieu (2000, 2003) em que o espaço social é também um espaço teórico construído a partir dos capitais (econômico, cultural, social, simbólico, político etc.) dos agentes e que definem as posições destes em termos de fração de classe, posições estas que, segundo Bourdieu (2000, 2003) e Pinçon e Pinçon-Charlot (1997, 1999), além de estruturar e hierarquizar as classes sociais, têm a tendência de se reproduzirem no espaço físico.

Assim, a partir das práticas de gosto, que, para Bourdieu (2000, 2003), são definidas pela posição de classe e trajetória dos indivíduos, buscamos investigar se a divisão da cidade entre Zona Norte e Zona Sul reflete as posições teóricas, conforme os ativos sociais, dos agentes. Por fim, uma vez que, segundo o sociólogo francês, as diferentes frações das classes dominantes travam lutas mudas nos diversos âmbitos dos bens simbólicos, buscamos capturar se essas lutas existiam conforme as duas áreas analisadas, conforme a distribuição geográfica das frações de classes, tendo sido investigada e confirmada uma homologia entre frações de classes e espaços físicos.

Para analisar a cidade como um conjunto de relações sociais de classe, usamos o referencial de Pierre Bourdieu (2008, 2017). Ele representa o espaço social como um eixo vertical: na base estão os agentes com menor capital global, como assalariados rurais (Bourdieu, 2017), e no topo, os que possuem maior capital, como profissionais liberais e executivos do setor privado (Bourdieu, 2008).

Na concepção bourdieusiana, os dois principais ativos sociais que contribuem para o capital global de um indivíduo nas sociedades contemporâneas são o cultural e o econômico. Estes tendem a se distribuir desigualmente entre os agentes. Essa distribuição desigual é representada no “plano bourdieusiano” ao longo do eixo horizontal, no qual as posições mais à esquerda correspondem a um maior peso relativo do capital cultural em relação ao econômico, enquanto as mais à direita, à predominância do capital econômico sobre o cultural. No centro do eixo, estão os indivíduos com capitais mais próximos da simetria. Como resultado, as posições dos agentes sociais nesse esquema não são dadas pela simples correlação de valores independentes de um ou outro capital, mas da relação entre a estrutura de capitais e o volume de capital global (Bourdieu, 2008).

O diagrama permite dividir o espaço social não apenas entre dominantes no topo e dominados no sopé, mas também entre frações dominadas e dominantes dentro da fração dominante (Catani; Pereira, 2002), respectivamente aquelas com maior importância do capital cultural, posicionadas à esquerda, e as com maior importância do capital econômico, à direita.³

A distribuição abstrata dos agentes no espaço social define as distâncias sociais entre indivíduos e, como já observava Bourdieu (2017, 2000), desdobra-se também no espaço geográfico.⁴ Em seus comentários acerca de estudo anterior que fizera dos ateliês parisienses de alta costura, Bourdieu (2003) nota que grupos de vanguarda e estabelecidos em disputa no campo da alta costura tendiam a se concentrar respectivamente na Rive Droite e na Rive Gauche de Paris (metades da cidade divididas pelo Rio Sena) e refletiam também as posições esquerda-direita de seu diagrama, ou a predominância do cultural ou do econômico, respectivamente.⁵

Igualmente, sua análise das personagens de *L'Éducation Sentimentale* identificou que as suas sucessivas mudanças de regiões de residência em Paris ao longo da obra refletiam

³ Sobre as diferenciações internas das frações dominantes segundo Bourdieu (2008) e para melhor compreender seu uso de diagramas, cf. cap. 5 de *A Distinção*, 2008, p. 240-370.

⁴ "O fato de que as posições e as oposições constitutivas dos diferentes campos se manifestam, muitas vezes, no espaço, não nos deve induzir ao erro: o espaço físico não passa do suporte vazio das propriedades sociais dos agentes e instituições que, estando distribuídos por essa superfície, transformam-na em um espaço social, socialmente hierarquizado: em uma sociedade dividida em classes, qualquer distribuição particular no espaço encontra-se socialmente qualificada por sua relação com a distribuição no espaço das classes e frações de classe, assim como de suas propriedades, terras, casas etc. (o espaço social). Pelo fato de que a distribuição dos agentes e instituições ligados às diferentes posições constitutivas de um campo particular não é aleatória, os ocupantes das posições dominantes nos diferentes campos tendem a orientar-se em direção às posições dominantes (ou seja, ocupadas pelas dominantes) do espaço social. As distribuições espaciais dos diferentes campos tendem a sobrepor-se, como é o caso em Paris com a oposição, válida praticamente para todos os campos (com exceção das editoras, reagrupadas na rive gauche), entre a rive droite e a rive gauche" (Bourdieu, 2022, p. 37).

⁵ Em Paris, a oposição entre a *rive droite* e a *rive gauche* é válida praticamente para todos os campos (com exceção das editoras, reagrupadas na parcela esquerda ao Rio Sena). A concentração no espaço das lojas de luxo na Rue du Faubourg Saint-Honoré e na Rue Royale exemplifica como diferentes classes de agentes e instituições ocupam posições homólogas em diferentes campos (Bourdieu, 2022, p. 37).

geograficamente suas trajetórias de ascensão ou declínio social (1996). As estruturas do espaço social ou de subcampos específicos desse espaço, como o campo da alta costura, podem ser lidas no espaço geográfico, ele mesmo hierarquizado e estruturado em homologia com o sistema de posições sociais dos agentes. O espaço urbano é, portanto, também um espaço de relações onde lugares, bairros e classes dialogam, respondem e se confrontam (Bourdieu, 2013).

Importante ressaltar que foge ao escopo desta pesquisa analisar e reconstruir todo o espaço social abstrato do Recife, bem como esgotar a investigação sobre o gosto desse público de pesquisa. Concentramo-nos no julgamento e classificações sobre os outros e especificamente sobre essas duas áreas da cidade. Outras regiões serão tratadas de forma tangencial: centro e periferia surgem não como objeto de análise central, mas como parte dos julgamentos sobre a cidade emitidos pelos entrevistados; possuem sua relevância analítica particular, principalmente enquanto julgamentos de classe e atitudes mapeadas sobre o território que podem ser reveladoras de posições de classe e indicativas de suas disputas simbólicas.

1.1.1 A Persistência do Gosto: Entre a Autonomia Cultural e a Estrutura Social

Argumentamos que o gosto ocupa lugar central nesta pesquisa, exigindo uma breve contextualização sobre como as ciências sociais abordam o tema. Segundo Mira e Bertoncello (2019), há duas tradições sociológicas em disputa: uma entende o gosto como escolha individual relativamente autônoma; a outra, como disposição socialmente condicionada, ligada às posições no espaço social. Essa tensão reflete um embate mais amplo entre perspectivas que entendem o gosto como expressão individual fluida – alinhadas à tese da individualização – e abordagens que o tratam como marcador de hierarquia simbólica, responsável pela manutenção ou projeção das classes, frações ou grupos sociais. Esse contraste teórico fundamenta os debates sobre distinção e práticas culturais que orientam esta pesquisa.

A primeira perspectiva, associada à tese da individualização, sustenta que a elevação geral das condições de vida, a expansão da indústria cultural e a multiplicação de estilos de vida dissolveram os antigos marcadores culturais baseados em classe, etnia ou religião. Neste cenário, o gosto passa a ser concebido como expressão reflexiva da individualidade; tese defendida por autores como Giddens (2002), Canclini (1997) e Bernard Lahire (2002, 2005).

Nesta abordagem, a intensificação dos fluxos de produção e consumo, da mobilidade geográfica, a proliferação de artefatos culturais e discursos, em diferentes contextos midiáticos, bem como a disponibilidade de formas diversas de expressão subjetiva ou performance social,

desvinculariam os indivíduos dos constrangimentos simbólicos típicos das sociedades tradicionais. Em detrimento das identidades rígidas do passado, o novo regime não mais é submetido a imperativos estruturais como o de classe, o religioso, o regional, o étnico etc., mas sim em uma construção calcada na constante autorreflexividade, sendo o próprio indivíduo o principal autor de seu modo de ser ou estilo de vida. Daí, a denominação tese da individualização.

Canclini (1997) argumenta que a hibridização cultural, provocada pela desterritorialização e pelas novas tecnologias de reprodução simbólica, rompeu as fronteiras entre cultura erudita, popular e de massa. Bertoncelo e Mira (2019) citam ainda Bernard Lahire (2002), outro autor que pode ter contribuído para a tese da individualização (Maciel, 2018). Para Lahire (2002, 2004, 2005), as fronteiras de classe e seus respectivos consumos culturais, bem como as disposições para práticas e gostos, não são tão bem estabelecidos quanto se pensava. Lahire (2002, 2004, 2005) sustenta que os indivíduos carregam um estoque heterogêneo de disposições, ativadas conforme os contextos sociais vividos, o que explicaria as contradições e variações nas práticas culturais mesmo dentro de uma mesma trajetória de classe. A “cultura legítima”, pensada como própria das classes e frações dominantes, não está, para o autor, necessariamente restrita ao universo representado por eles – os bens culturais tidos como “populares” não estão circunscritos às classes dominadas.

A abordagem concorrente, inspirada em Pierre Bourdieu (1983, 2008), recusa essa leitura da cultura como terreno livre de determinações sociais. Para Bourdieu (1983, 2008), o gosto é estruturado pelo *habitus* e funciona como marcador de distinção simbólica, isto é, como um operador que transforma diferenças sociais em classificações legítimas, servindo à reprodução das hierarquias. Os estilos de vida, nesse sentido, não expressam escolhas puramente subjetivas, mas disposições adquiridas socialmente, inscritas no corpo e nos esquemas de percepção. Como destaca Bertoncelo (2009, 2013), essa abordagem permite entender como gostos e práticas culturais funcionam como fronteiras simbólicas que distinguem grupos e frações de classe, mesmo em contextos democráticos e formalmente igualitários.

Autores como Bernard Lahire (2002, 2005) e Néstor Canclini (1997) questionam a homologia rígida entre gosto e classe social proposta por Bourdieu (1983, 2008). Lahire (2002, 2005) argumenta que os indivíduos incorporam disposições diversas e, por vezes, contraditórias, devido à pluralidade de contextos de socialização, o que explicaria a variabilidade intraindividual das práticas culturais. Já Canclini (1997) destaca a hibridização cultural, provocada pela desterritorialização e pela descoleção simbólica, como marca das

sociedades contemporâneas, nas quais os repertórios culturais misturam erudito, popular e massivo, o que sugere um estranhamento inicial à sociologia clássica, que concebia distinções simplificadas entre alta e baixa culturas e, em certa medida, à teoria bourdieusiana, com a qual dialogamos.

Segundo Lahire (2002), esse estranhamento também pode ser compreendido a partir da pluralidade e heterogeneidade de contextos sociais e dos repertórios por eles exigidos, fatos que vivenciamos desde os primeiros anos de vida. Essa abordagem nos faz concordar que “é preciso constatar que a experiência da pluralidade dos mundos tem todas as chances, em nossas sociedades ultradiferenciadas, de ser precoce” (Lahire, 2002, p. 33) e a enfatizar a importância das variações intraindividuais da ação, sem, contudo, negar a relevância dos grupos, como classes sociais, e de suas conexões com certos gostos e práticas culturais (Lahire, 2005).

Ao contrário do que nós poderíamos entender, tais variações intraindividuais reforçariam ainda mais o social incorporado; contudo, ao invés de um único princípio comportamental para qualquer situação vivida, tal qual concebido por Bourdieu (2008), Lahire (2002, 2005) defende a ideia de um estoque de disposições que podem encontrar-se em estado de “adormecimento”, mas colocadas em prática conforme a conveniência do contexto. Assim, é a partir da interação com a situação presente que o ator social mobilizará, com maior ou menor consciência, os esquemas de ação incorporados.

Lahire (2002) adverte que se as amostras analíticas indicam quais as propriedades (atitudes, gostos, opiniões etc.) estatisticamente mais presentes em certo grupo, isso não nos autoriza a deduzir que cada indivíduo que o integre reúne a totalidade das características que um retrato macro pretende mostrar (Lahire, 2005, p. 36). Em face disso, Mira e Bertoncelo (2019), e Maciel (2018, 2019), consideram Lahire como um representante da tese da individualização.

Bertoncelo e Mira (2019) apontam para uma terceira abordagem concorrente, que estabelece uma ligação direta entre gostos, práticas culturais e estilos de vida – que são socialmente hierarquizados e revelam padrões ignorados pela corrente da individualização. Esta, entendem, seria uma atualização da teoria bourdieusiana. Bertoncelo (2009, 2013) revisa os estudos sobre classes sociais e identifica essa abordagem como especialmente tributária da perspectiva analítica proveniente do pensamento de Bourdieu (1989, 2008), na qual as classes são percebidas como coletividades sociais constituídas não somente pelas dimensões materiais objetivas e posições ocupadas no processo produtivo, mas também por aspectos culturais e simbólicos. Essa abordagem volta sua atenção para as fronteiras sociais e simbólicas que

permitem que as classes sejam percebidas como coletividades sociais, sendo o gosto e as práticas culturais fundamentais para a identificação dessas fronteiras (Bertoncelo, 2009, 2013).

Para parte das ciências sociais, o estilo de vida, as práticas e o gosto que o compõem não mais seriam uma repercussão da classe e das condições de vida (Bertoncelo, 2009, 2013; Bertoncelo, Mira, 2019), sendo agora fruto da construção e da escolha reflexiva (Giddens, 2002). Se as novas instâncias de consagração e legitimação fruto da expansão da indústria cultural, de um mercado globalizado e da generalização das tecnologias de comunicação na vida das pessoas alterou as formas de comportamento, tendo como consequência a dissolução entre o que se considerava cultura de massa ou erudita (Ortiz, 1994, Clancini, 1997), tornando mais difícil qualquer padronização de classe, não podemos deixar de tentar compreender o pano de fundo dessas leituras à luz da história de um debate teórico que, muitas vezes, acaba por ser compreendido sem nuances e deslocamentos complexos no percurso intelectual de cada autor.

É natural que, após o impacto do livro *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (Bourdieu, 1979), diversas críticas tenham sido direcionadas à sua teoria (Maciel, 2018; Pulici, 2000; Bertoncelo & Mira, 2019). Entre os críticos estão Canclini e Lahire, que questionam aspectos centrais da análise bourdieusiana. Uma das críticas mais recentes é a tese do “onivorismo cultural”, proposta por Peterson (2015), segundo a qual as classes altas estariam cada vez mais caracterizadas por um ecletismo em seus hábitos de consumo cultural, especialmente no que diz respeito à música.

Nesse sentido, a crescente erosão das hierarquias culturais e simbólicas reduziria a relevância do gosto como marcador de fronteiras sociais. Tais mudanças nas preferências musicais das elites, ao mesclar elementos tradicionais e contemporâneos, apontam para uma transgressão das distinções de gosto anteriormente observadas por Bourdieu (1979). Essas transgressões no gosto musical das elites, ao misturar o tradicional com o popular, representariam, assim, o fim do esnobismo burguês. Contudo, o autor também coloca esse ecletismo como mais típico das classes altas, precisamente os segmentos sociais com maiores oportunidades de consumo cultural, enquanto as classes baixas seriam marcadas por um repertório mais limitado ou específico⁶. A socióloga Lamont (1992), também na esteira dessas críticas, compara o espaço social de algumas cidades, entre elas Paris, apontando, nesta, o

⁶ Embora Peterson (2015) não negue as distinções de classe, suas análises foram lidas como sinal de enfraquecimento das fronteiras simbólicas. Leituras posteriores, como as de Bennett et al (2009). e Warde, Wright e Gayo-Cal (2008) apontam que a ampliação dos gostos comprometeria a identificação das práticas culturais como marcadores de classe. O onivorismo, assim, tem sido usado como uma das manifestações da tese da individualização do gosto.

capital cultural como elemento distintivo, enquanto, em outras, questões como a moral seriam mais proeminentes.

Lamont (1992) argumenta que os critérios de distinção simbólica não se organizam exclusivamente em torno do gosto cultural. Ao estudar frações da elite norte-americana, ela observa que atributos como integridade, mérito, autenticidade e senso moral passam a operar como marcadores simbólicos de superioridade, muitas vezes em oposição ao elitismo cultural tradicional. Em vez de rejeitar o popular ou ostentar o erudito, certas frações das classes altas reivindicam uma distinção baseada na sobriedade, na simplicidade e na virtude pessoal, o que confere ao julgamento moral um papel central na definição das fronteiras simbólicas.

Nesta pesquisa, essa abordagem mostra-se especialmente útil para compreender como certos grupos estabelecidos julgam negativamente os chamados “novos ricos”, associando seu consumo ostensivo, sua sensibilidade estética marcada pelo excesso, pelo gosto duvidoso, pelo *kitsch* e pelo descompasso com os códigos legitimados de refinamento cultural, e seus modos de sociabilidade percebidos como vulgares ou desprovidos de decoro - destituídos de legitimidade simbólica. Esses julgamentos, embora expressem diferenças de gosto, mobilizam também critérios morais e disposicionais que contrapõem contenção e excesso, sobriedade e ostentação, sensibilidade cultural e improvisado ou exibicionismo. Tais distinções aparecem de forma recorrente nas disputas simbólicas entre a Zona Norte e a Zona Sul do Recife, nas quais o pretense consumismo da Zona Sul é contrastado com a diversidade de repertórios e o interesse por cultura reivindicados por frações culturais da Zona Norte. Por meio do juízo moral, reforçam-se fronteiras simbólicas que reafirmam como legítima a posição dos grupos dotados de maior capital cultural incorporado.

Por outro lado, Bourdieu (2011) alertou contra uma leitura essencialista de sua obra, ou seja, contra a atitude de entender como válidos para qualquer contexto os símbolos de distinção apreendidos em sua pesquisa do espaço social francês da década de 1970. Utilizando essa ressalva do autor, Pulici (2000) e Maciel (2018) colocam que a tese do onivorismo defende *a priori* o que seria a cultura erudita, quando na realidade deveria procurar descobrir quais os novos gostos e práticas consagrados como trunfo distintivo. Trata-se, assim, de uma espécie de nova modalidade de compor um “capital cultural” emergente no que diz respeito a formas de distinção, de modo que o onivorismo cultural passa a ser reinterpretado como um consumo cultural distintivo. Salientamos, ainda, que o próprio Bourdieu (1983, 2008) argumentou que nada garantiria lucros maiores que a aplicação da disposição estética para objetos vulgares, como, por exemplo, o cinema e as histórias em quadrinhos, artes marginalizadas em sua época.

Assim, mesmo que o próprio autor tenha respondido muitas das críticas a ele dirigidas sobre o gosto enquanto elemento distintivo e a validade do capital cultural como trunfo, permanece uma dúvida sobre a validade de sua teoria. É nesse panorama de disputas sobre a noção de um sujeito singular, hostil à ideia de como os estilos de vida exprimem condições de existência e por isso formam coletividades e fronteiras simbólicas através do gosto, que esse trabalho se insere.

Dessa maneira, de um lado temos a tese que apregoa o gosto como socialmente pré-determinado e, de outro, a tese da individualização, à qual se somam críticas à primeira, como a noção de onivorismo cultural e a ideia de um suposto fim das hierarquias culturais. A confrontação empírica entre essas duas abordagens constitui um pano de fundo para a reflexão produzida nesta pesquisa: a tese da individualização se manifesta entre os entrevistados? Há distinções simbólicas e práticas de consumo entre as diferentes frações de classe, sobretudo entre aquelas com maior capital? As antigas fronteiras e identidades de classe perderam força ou apenas deram lugar a novas formas de distinção? Essas perguntas não serão respondidas pontualmente, mas diluem-se nas entrelinhas da análise, da discussão e do argumento, desenvolvidos nos capítulos subsequentes.

Ao mesmo tempo, inspirados pela sociologia bourdieusiana, compreendemos os gostos, as práticas culturais e os estilos de vida ainda funcionam como expressões de estruturas sociais desiguais – não apenas no plano das percepções conscientes, mas sobretudo por meio de disposições incorporadas e práticas objetivamente diferenciadas, que continuam a produzir e reforçar barreiras simbólicas entre as classes.

Ainda que distintas abordagens coloquem em xeque a rigidez da homologia entre gosto e classe, esta pesquisa parte da intuição de que o gosto continua a operar como um princípio classificatório central, sobretudo quando vinculado a estilos de vida legitimados e à disposição estética. Para além de expressar pertencimento, o gosto funciona também como um trunfo simbólico, capaz de converter capitais culturais em reconhecimento social e de sustentar performances legitimadoras nas interações entre frações de elite. Ao mobilizar um repertório de disposições estéticas, os agentes não apenas demarcam fronteiras simbólicas, mas também acionam formas de distinção estratégicas que operam no interior dos grupos em que são disputadas as definições legítimas de bom gosto, refinamento e pertencimento.

A perspectiva bourdieusiana será o principal eixo deste trabalho, por articular gosto, *habitus*, espaço social e capital simbólico como dimensões incorporadas e estruturantes das lutas por reconhecimento entre frações de classe. Embora as abordagens citadas tragam críticas pertinentes à rigidez do modelo de Bourdieu (2018), argumentamos que, em contextos urbanos

profundamente marcados por desigualdades estruturais, como o Recife, as disposições de classe continuam sendo mobilizadas como marcadores de distinção e fronteiras de pertencimento, quando não utilizadas estrategicamente como recurso de legitimação, desvinculação, ascensão ou adesão de classe sobretudo em contextos de mobilidade social e geográfica.

Em disputas simbólicas entre frações de elite – como aquelas que contrapõem Zona Norte e Zona Sul – o que está em jogo não é apenas a posse de capitais, mas a capacidade de impor como legítimo um determinado modo de viver, perceber e usufruir a cidade. A disposição estética e a estilização da vida, neste contexto, tornam-se instrumentos privilegiados nas lutas simbólicas por reconhecimento, distinção e legitimidade entre frações das elites.

Essa lógica classificatória, que transforma diferenças estilísticas em hierarquias legítimas, estrutura o papel central da estilização da vida nas disputas simbólicas analisadas nesta pesquisa. Inspirada em Bourdieu (2008), a noção de estilização da vida remete a um princípio de dominação simbólica que opera não por meio da coerção direta, mas pela imposição de formas legítimas de viver, perceber e consumir o mundo. Nesse processo, a estética cotidiana – da alimentação à moradia, da sociabilidade ao corpo – torna-se um campo de distinção, por meio do qual se constroem fronteiras simbólicas entre frações de elite. O que está em jogo não são apenas práticas culturais isoladas, mas a capacidade de impor como superior um certo modo de habitar a cidade, de usufruir o tempo e de expressar contenção, bom gosto e legitimidade.

Mesmo diante das críticas à rigidez do modelo bourdieusiano, o próprio autor reconhece que os símbolos de distinção não são fixos nem universais, mas historicamente situados. Em *Razões Práticas* e outros textos, Bourdieu (1983, 2008, 2011) alertava que práticas antes desprezadas, como o consumo de histórias em quadrinhos ou de cinema popular, podiam ser ressignificadas e convertidas em trunfos simbólicos, desde que reinterpretadas sob a ótica da disposição estética. Segundo ele, nada garantiria lucros simbólicos maiores do que aplicar uma disposição estética elevada a objetos considerados vulgares.

Por muito tempo, o gosto e o consumo cultural permaneceram à margem dos grandes temas da sociologia. Como destacam Mira e Bertoncello (2019), o foco predominante, entre o final do século XIX e meados do século XX, recaiu sobre o trabalho, a produção e a economia, negligenciando os domínios do ócio, da cultura e das práticas simbólicas. É justamente contra essa lacuna que a teoria de Bourdieu (1983, 2008, 2011) insurge-se, ao recolocar a cultura no centro das disputas sociais e evidenciar como o gosto opera como trunfo simbólico na luta por posições no espaço social.

Vale dizer que o debate sobre padrões de estratificação do gosto e das práticas culturais não é uma novidade nas ciências sociais, como apontam Celeste e Bertoncelo (2019), rememorando Weber (2007) como pioneiro, juntamente com autores como Sombart, Simmel e Elias. Sem pretender nos aprofundar demasiadamente nesses autores neste momento, é importante destacar seus esforços para mostrar as articulações entre cultura e os diferentes grupos sociais, aspecto que, na concepção de Mira e Bertoncelo (2019), foi relativamente negligenciado pelas ciências sociais.

Para Mira e Bertoncelo (2019, p. 23), isso pode ser explicado pelo fato de que, do final do século XIX até metade do século XX, a sociologia tinha como objetos destacados o trabalho, a produção e a economia e não o ócio, o consumo e a cultura. Bourdieu quebra esse panorama e recoloca a dimensão cultural no centro dos debates sobre desigualdade de classe ao tomar a cultura como fonte de poder na luta por melhores posições de classe e, conseqüentemente, como importante fator na reprodução das classes sociais – além, é claro, de ter abordado os condicionantes do gosto e seu papel na constituição de fronteiras sociais e simbólicas.

Por sua vez, ainda que Elias (2001) tenha contribuído decisivamente para a compreensão dos processos de civilização e do controle das emoções nas elites europeias, sua ênfase histórica e seu foco na longa duração não o afastam de uma leitura relacional das classes sociais. Ao contrário, sua análise mostra como a elevação do limiar de vergonha, o refinamento dos costumes e a contenção dos afetos estão vinculados a transformações de longo prazo nas estruturas de poder entre aristocracia e burguesia, num processo marcado por lutas de classe, recomposições do capital simbólico e transformações institucionais, como a centralização estatal. Essas disputas não apenas redefinem os grupos dominantes, mas produzem modelos normativos de conduta que, com o tempo, se difundem e se naturalizam como signos de distinção. Difere, no entanto, da perspectiva de Bourdieu ao privilegiar os mecanismos estruturais e processuais de longa duração em vez da análise relacional dos *habitus* e das disputas simbólicas no presente. A obra de Elias, portanto, oferece um panorama histórico das dinâmicas de classe que moldaram os padrões de comportamento europeus, enquanto Bourdieu permite apreender sua lógica operante em contextos urbanos contemporâneos como o Recife.

A leitura histórica proposta por Elias, assim, ajuda a compreender como determinadas formas de comportamento passam a ser vistas não apenas como preferências culturais, mas como sinais morais de superioridade, convertendo diferenças sociais em distinções naturalizadas. A contenção dos afetos, o domínio do corpo e a moderação nos modos de falar, vestir e comer tornam-se índices de civilidade e bom gosto – critérios simbólicos que operam

como fronteiras sociais invisíveis, mas eficazes. Nesse sentido, embora não formule uma teoria da distinção como Bourdieu, Elias antecipa elementos centrais da lógica classificatória ao mostrar como determinadas classes, ao ocuparem posições de poder, tornam-se modelos de conduta para os demais grupos sociais, num movimento de difusão e assimilação hierarquizado. Como ele próprio afirma, “a mudança nos padrões de comportamento é expressão e resultado da mudança nas relações de poder entre os grupos” (Elias, 2001, p. 126). Tais formas de diferenciação incorporada, embora historicamente situadas, continuam a operar nas sociedades contemporâneas, ainda que sob novos códigos e estéticas, como se verá ao longo desta tese na análise das formas legitimadas de habitar, circular e expressar distinção entre frações da elite recifense.

Para Bourdieu (2013, p. 14), uma classe social não pode ter como único critério definidor a posição que os agentes ocupam na estrutura social, isto é, as relações objetivas que estabelecem entre si. Ou, como posto por Weber (2010, p. 127), que estabelecem sua “situação de classe”, que se caracterizaria, de forma resumida, pela posse de “propriedade” ou “falta de propriedade” na produção. Nesse sentido, é importante atentarmos para a perspectiva multidimensional das classes sociais de Bourdieu (2000), que quebrou com o que ele próprio chamou de perspectiva economicista.

A nosso ver, é nessa perspectiva - sobretudo quanto ao diálogo que Bourdieu (2013) estabelece com os conceitos de classe e *status*, de Weber (2010) - que é possível colocarmos os dois como expoentes teóricos da concepção do gosto e das práticas culturais como demarcadores da estratificação social. Bourdieu de certa forma dá continuidade a Weber ao resgatar as ideias de *status* e de estilo de vida (Bertoncelo, 2009, 2013), sobretudo quando, conforme o próprio autor (Bourdieu, 2013, p. 14), atenta para a função e independência relativa de “procedimentos expressivos” ou “marcas da distinção” que tornam possível aos agentes sociais exprimirem para si e para os outros sua posição na estrutura social. Contudo, em Bourdieu, essas diferenças de segunda ordem (“simbólicas”) dependem das condições e posição na estrutura social, conforme veremos adiante (Bourdieu, 1983, 1990, 2008, 2011, 2013).

Embora Weber (2010) destaque que, na ordem estamental, o dinheiro não garante prestígio, ele próprio reconhece que classe e status frequentemente se entrelaçam conforme o tipo de sociedade. Bourdieu (2013) retoma essa tensão, mostrando que, à medida que a ordem simbólica se autonomiza – ou seja, quando a cultura internalizada se naturaliza como estrutura estruturante –, ela passa a organizar profundamente as relações sociais. Nesse contexto, a propriedade não apenas adquire valor econômico, mas também simbólico, convertendo-se em

fonte legítima de distinção e exclusão social, como se vê nas barreiras a casamentos e nas práticas de endogamia.

Por exemplo, na chamada “democracia” moderna pura, isto é, a democracia destituída de quaisquer privilégios estamentais expressamente ordenados para os indivíduos, pode acontecer que somente as famílias pertencentes aproximadamente à mesma categoria tributária dancem umas com as outras. [...] Essa “igualdade” de estima social pode, porém, a longo prazo, tornar-se precária (Weber, 2013 p. 131).

Pierre Bourdieu (2007), ao reinterpretar Weber (2010), aprofunda a definição de estilo de vida, que Weber relaciona diretamente à noção de status. Para Weber (2010), os grupos de status são aqueles que compartilham um estilo de vida comum, caracterizado por modos específicos de consumo e pela priorização da maneira e forma da ação em detrimento da função (Weber, 2010; Bourdieu, 2013). Essa característica produz uma distinção simbólica entre os grupos, que funciona mesmo em sociedades formalmente igualitárias. Embora Weber (2010) tenha observado que o poder simbólico repousa sobre o reconhecimento, ele não aprofundou as condições sociais desse reconhecimento nem os interesses objetivos que o sustentam. Bourdieu (2013) amplia essa análise ao enfatizar a convivência prática dos dominados, revelando que os estilos de vida não são meras escolhas individuais, mas são produzidos por disposições incorporadas – o *habitus* – que são duráveis e resultado das condições objetivas de existência (Bourdieu, 2007). Assim, as práticas culturais, os gostos, as opiniões políticas, os comportamentos cotidianos, tudo isso está ligado a um sistema de disposições duráveis, produto das condições objetivas de existência:

Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, as diferenças de fato em distinções significantes, ou, para falar, como os linguistas, em valores, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento da função. Em consequência os traços distintivos mais prestigiosos são aqueles que simbolizam mais claramente a posição diferencial dos agentes na estrutura social [...] (Bourdieu, 2013, p. 16).

O espaço social, para Bourdieu, é uma estrutura relacional que posiciona os agentes segundo o volume e a composição dos capitais que detêm, mas essas posições são percebidas e disputadas no espaço simbólico das representações e classificações, no qual o *habitus* age como mediador (Bourdieu, 2000, 2017). Dessa forma, as classes sociais existem enquanto grupos latentes, cujos membros compartilham práticas e gostos semelhantes, ainda que nem sempre tenham consciência explícita dessa situação (Bourdieu, 2017).

As diferenças sociais são percebidas cotidianamente pelos agentes, e grande parte dos termos usados pela sociologia para pensar as classes e conceber o espaço social originam-se do

uso prático dos indivíduos, expressando os julgamentos, muitas vezes controversos, que as classes fazem entre si. Por isso, este estudo busca identificar como os agentes pesquisados transmitem certas classificações no espaço social do Recife, de modo a fornecer um retrato de como se manifestam espacialmente (isto é, no espaço geográfico). Nesse processo, o *habitus* e o estilo de vida atuam como operadores classificatórios, possibilitando a produção de distinções simbólicas entre estilos e modos de vida, que contribuem para a percepção e legitimação das posições no espaço social – estruturado objetivamente pela distribuição desigual dos capitais.

Segundo Bourdieu (2017, p. 30), essa identificação entre percepção e legitimação ocorre devido a uma homologia entre o espaço simbólico, representado pelos estilos de vida, e o espaço social, mediada pelo *habitus* de classe. Assim, a construção das classes sociais corresponde à identificação de agentes com estilos de vida relativamente homogêneos, compartilhando práticas e esquemas similares. Para nosso propósito, é suficiente observar que o gosto e a aptidão para certas práticas – ou seja, os estilos de vida – são estruturados pelo *habitus*, que por sua vez resulta da incorporação das estruturas sociais ligadas à posição no espaço social (Bourdieu, 1983, 1990, 2008, 2011; Peters, 2013).

O *habitus* funciona como um princípio gerador de práticas, gostos e percepções sistematicamente estruturados e objetivamente classificáveis. Essas disposições, ligadas às condições sociais de existência, tendem a refletir a homologia com as posições sociais, definidas pelas combinações e volumes de capitais. Embora as posições sociais não sejam formadas pelas práticas, é por meio destas que os estilos de vida se tornam visíveis e passíveis de julgamento no espaço simbólico, onde os agentes produzem e disputam classificações que reforçam ou desafiam as hierarquias sociais (Bourdieu, 2000, p. 136; Catani; Pereira, 2002). Como sintetiza Bourdieu (2008, p. 6), “o gosto classifica e se classifica”.

Dessa forma, o *habitus* é uma “estrutura estruturante”: simultaneamente estruturado e estruturador, ele organiza as práticas e as percepções delas. Os estilos de vida são produtos sistemáticos do *habitus* de cada posição social, socialmente qualificáveis e capazes de sinalizar para os indivíduos a distinção entre comportamentos comuns e os próprios das condições mais raras. Essas diferenças dão origem a uma linguagem simbólica pela qual os agentes percebem, identificam e classificam as variadas práticas resultantes dos diferentes *habitus* de classe.

Importante destacar que essa homologia entre espaço social, estilos de vida e posições de classe ocorre de forma incognoscível para os indivíduos, pois os diferentes *habitus* não são percebidos claramente, tornando o que é raro um sinal naturalizado de excelência, reservado a poucos, em oposição aos comportamentos comuns da maioria. Assim, o *habitus* atua como

sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada ser o produto da obediência a alguma regra e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (Bourdieu, 2008, p. 87).

Cada posição no espaço social (cada classe ou fração de classe) depende do volume e estrutura de capitais econômicos e culturais apreendidos sincrônica ou diacronicamente, resultando no espaço dos estilos de vida, de maneira que aqueles com estruturas de capitais muito semelhantes possuem o mesmo *habitus* próprio de uma condição de classe específica, logo partilham o mesmo estilo de vida e as mesmas disposições, como o ascetismo aristocrático ou a pretensão pequeno-burguesa. Além disso, sobre o *habitus* podemos dizer que:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de *gostos*) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação do *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. [...] O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (Bourdieu, 2017, p. 21-22).

Dessa forma, vemos que o *habitus* faz com que cada dimensão do estilo de vida simbolize a outra, ou seja, ao mesmo tempo em que todas as práticas do agente são orquestradas, sem qualquer intencionalidade consciente, pelo *habitus* de classe, todos os membros da mesma classe também partilham do mesmo princípio disposicional, o que gera os estilos de vida correspondentes a cada classe, uma vez que haverá uma grande semelhança de gostos e práticas em função da composição dos dois principais capitais (econômico e cultural) que o agente detém. Assim, “os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas” (Bourdieu, 2017, p. 19).

Por exemplo, Bourdieu, em sua análise, observou que, entre os professores, por serem ricos em capital cultural, mas relativamente pobres em capital econômico, tendem a uma alimentação marcada por um consumo ascético: de forma quase consciente empenham-se em escolhas ancoradas na busca pela originalidade com o menor custo econômico. Essa ascese é transponível e sistemática para todos os outros âmbitos de práticas de gosto, como a escolha, conforme mostrado por Maciel (2018, 2019), ao analisar indivíduos com alto capital cultural e relativamente baixo capital econômico em Recife, de uma decoração de valor diminuto que exprima a disposição estética fruto do capital cultural. Além disso, Louise observa que, enquanto os “novos ricos” têm um gosto marcado por um comportamento pretensioso, optando,

no âmbito da decoração, por materiais nobres, chamativos e que demonstrem ostentação da riqueza. No âmbito da alimentação, porém, Bourdieu (1983, 2008) observou que um grupo análogo em termos de posição de classe era marcado pela “comilança”: apesar dos altos recursos financeiros, seu gosto era bastante próximo do das classes populares, justamente porque, sem um capital cultural bem sedimentado, consumiam alimentos pesados, calóricos e de alto custo, o que, na visão do autor, também demonstraria um princípio comportamental marcado pela pretensão.

A estilização da vida é uma dessas marcas próprias a raras condições materiais de existência. Trata-se de um conceito weberiano, utilizado por Bourdieu (1983, 2008, 2013), que exprime uma nova relação com o mundo, marcada pelas práticas gratuitas e desinteressadas, pela ostentação da liberdade e pelo acúmulo de capital cultural, ou seja, pelo surgimento da disposição estética que caracteriza o gosto burguês. Assim, com a suspensão das urgências e retirada para fora das necessidades econômicas, as mais diversas práticas, como a decoração da casa ou a organização de uma refeição, passam a ser caracterizadas por uma maior atenção à forma que à função, de modo que se deixa de lado a função primária ou natural de dada prática, a qual passa a ser submetida pelo primado de uma estilização. Veremos como alguns de nossos entrevistados poderiam se encaixar nessa descrição.

Podemos ilustrar o que foi dito com o debate de Bourdieu sobre os “gostos de luxo” e “gostos de necessidade” (1983, 2008). O autor coloca que indivíduos que ocupam posições dominadas no espaço social, além de terem baixo capital econômico, por viverem sérias privações materiais decorrentes dos baixos salários, contam com um baixo capital cultural. Isso, por sua vez, se dá porque tais indivíduos têm escolhas orientadas pelo imperativo da satisfação das necessidades mais primárias: a situação de urgência impede o distanciamento do mundo, que é justamente o princípio da existência burguesa, necessário à aquisição do capital cultural por meio de seus investimentos “gratuitos”. Assim, a opção por alimentos pesados, carregados de calorias - que levam a engordar - caracterizaria o “gosto” das classes populares - e seria decorrente da necessidade de adequar a economia entre força de trabalho despendida e menor custo possível, reduzindo a alimentação à sua função primária, isto é, de subsistência. Daí que a própria forma corporal dos pobres carregaria o estigma de sua posição de classe.

A estilização da vida ocorre em todos os âmbitos práticos, o que significa a intenção de submeter as pulsões fáceis e necessidades primárias à depuração, ao requinte e à sublimação, ou seja, ocorre a denegação da função. Isso também se verifica na linguagem censurada da burguesia, na *héxis* corpórea, mais contida, e nos espetáculos restritos. Em partidas de futebol

ou circo existe um grande envolvimento do público, enquanto nos concertos e tênis há um maior comedimento. Tudo isso gera oposições que permitem sistemas de classificações entre o que é vulgar e distinto. Com relação à alimentação isso é ainda mais impactante, pois é o social é transformado em natureza

Em oposição, há aqueles que, livres das privações, podem escolher com autonomia. A “retirada para fora da necessidade econômica” (Bourdieu, 2008, p. 54) relaciona-se à incorporação da disposição estética: o estilo de vida das classes dominantes, sustentado por elevado capital econômico e cultural, expressa os efeitos dessa condição privilegiada, permitindo o envolvimento em práticas “gratuitas” e “desinteressadas”. Nesse contexto, o prolongamento da infância, aliado à ação pedagógica da família e da escola, possibilita que os jovens, afastados das exigências econômicas, se dediquem a atividades sem finalidade imediata, como as estéticas. A distância em relação às necessidades materiais favorece o que Bourdieu (2008) chama de “estetização da vida”, na qual a liberdade de escolha torna-se meio de afirmar “boas escolhas” frente àqueles cujas práticas são limitadas pela urgência das carências. Assim, a “estilização da vida” transforma a refeição em cerimônia social que valoriza a forma em detrimento da satisfação imediata, enquanto as classes populares, por comerem de modo espontâneo e sem etiqueta, são vistas, sob o olhar dominante, como “vulgares” ou “animalescas”.

Para Bourdieu (2008), a “estilização da vida” estende o rigor e a norma à esfera cotidiana: alimentação, lazer e consumo cultural passam a ser guiados pela valorização da forma em detrimento da função. Assim, à espontaneidade das práticas populares contrapõem-se atividades reguladas e contidas, como esportes regidos pelo *fair play* e manifestações culturais marcadas pela sobriedade. No campo artístico, a estética popular subordina a forma à função e mantém a “continuidade da arte na vida” (p. 35), enquanto a arte legítima busca um prazer ascético – a “arte pela arte” –, que pressupõe distanciamento das necessidades materiais e favorece uma apropriação “desinteressada” da alta cultura, inacessível àqueles que precisam se inserir precocemente no mundo do trabalho.

Conclui-se que a dicotomia “liberdade” x “necessidade” acaba por manifestar, em diferentes domínios de práticas, as condições de existência dos que ocupam posições mais elevadas (alto capital econômico e cultural) e dos que estão na base, por terem baixo capital cultural e econômico, do espaço social analisado por Bourdieu (2008) (a França da década de 70). Assim, tais princípios sofrem transposições sistemáticas para todos os domínios de práticas

do agente, de modo que cada dimensão do estilo de vida manifesto é matizada pelos princípios imanentes da “liberdade” ou “necessidade”.

Bourdieu (2000) também se refere a outras classes, mas os exemplos levantados acima mostram como o *habitus* depende das condições de existência: podemos ver como o luxo ou a necessidade estão na base de todas as práticas das duas classes exemplificadas. O *habitus* organiza as práticas de modo coerente com a posição social, sem depender de intenção consciente, e permite que os estilos de vida se manifestem como expressão objetiva das condições sociais dos agentes. Dessa forma, a inter-relação entre espaço social, capitais, *habitus* e estilos de vida cria uma linguagem simbólica pela qual os indivíduos percebem, identificam e classificam práticas, consolidando ou desafiando hierarquias sociais de maneira muitas vezes inconsciente (Bourdieu, 2000, 2008, 2017; Catani; Pereira, 2002).

Maciel (2018), influenciado pela teoria de Bourdieu, em especial à maneira como elabora a sistematicidade de práticas entre frações de classes, buscou elaborar estilos de vida conforme as práticas decorativas das altas frações de classe de Recife, e o fez tentando isolar indivíduos com práticas e propriedades relativamente homogêneos, uma vez que, graças ao *habitus*, existe uma homologia entre estilo de vida e classe social: “os conjuntos de propriedades e de práticas no âmbito da moradia aglutinaram grupos de indivíduos ao mesmo tempo em que os separaram de outros grupos, possibilitando a construção de frações no interior das classes altas da RMR” (Maciel, 2018, p. 34).

Ademais, conforme posto por Bourdieu (2017, p. 30), há uma homologia entre o espaço simbólico, ou seja, entre os estilos de vida, e o espaço social, devido à mediação do *habitus* de classe. Assim, o trabalho de construção das classes sociais corresponde à identificação de agentes com estilos de vida bastante homogêneos, com práticas de gosto e esquemas de concepções similares, concepções e tomadas de posição similares (Bourdieu, 1989, p. 136). Isso porque as práticas do mesmo agente e, mais amplamente, as práticas de todos os agentes da mesma classe, devem sua “*afinidade de estilos*” que transforma cada uma delas em uma metáfora de qualquer uma das outras ao fato de serem produto da transferência de um campo para outro dos mesmos esquemas de ação e de serem partilhadas por todos da mesma classe (Bourdieu, 2008, p. 165, grifo nosso).

Em outras palavras, o *habitus*, gerador ou indutor do conjunto de predicativos simbólicos do agente, é transponível. Portanto, cada dimensão do estilo de vida simboliza, com as demais, o mesmo princípio de disposição – assim, todas as práticas do agente são objetivamente harmonizadas, de modo que, entre as escolhas de vestimentas, decoração, arte,

práticas esportivas e alimentares etc., existe um mesmo princípio que organiza tais práticas, como, por exemplo, o ascetismo intelectual ou a pretensão pequeno-burguesa.

É com esse conjunto de ferramentas teóricas – centradas na articulação entre *habitus*, gosto, capitais e estilos de vida – que conduziremos a análise empírica desta pesquisa. A perspectiva bourdieusiana será empregada para interpretar como frações das elites recifenses produzem e atualizam fronteiras simbólicas por meio de disposições estéticas, juízos morais e classificações cotidianas. Em especial, examinaremos como essas disputas se manifestam na oposição entre Zona Norte e Zona Sul, onde diferentes segmentos da elite disputam a autoridade de definir modos legítimos de habitar, circular e se posicionar na cidade, engajando-se em lutas simbólicas pela consagração de estilos de vida e formas de pertencimento. Buscamos, ainda, compreender como o gosto, a disposição estética e os estilos de vida operam como trunfos simbólicos não apenas nas fronteiras externas entre classes, mas também nas distinções internas à elite, legitimando hierarquias e definindo pertencimentos seletivos em contextos de mobilidade e reconversão de capitais. Nesse processo, a homologia entre espaço social e físico funciona como princípio organizador das percepções e práticas, ainda que de modo relacional e atravessado por tensões. Bairros como os das zonas Norte e Sul tornam-se, assim, vetores simbólicos de pertencimento classista, nos quais frações sociais projetam estilos de vida, reivindicam legitimidade e constroem fronteiras – não como reflexo mecânico da posição social, mas como expressão espacializada de disposições incorporadas. Veremos como práticas cotidianas como morar, circular, falar ou consumir não traduzem meras preferências individuais, mas são estruturadas por disposições de gosto que operam como classificadores simbólicos.

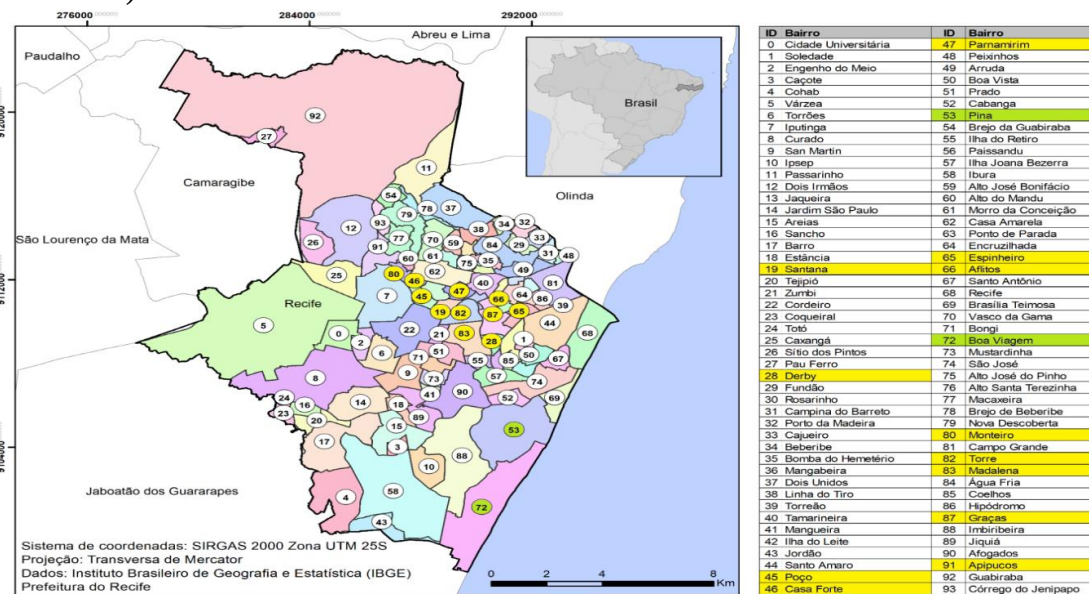
A análise das disputas simbólicas entre as frações dominantes no Recife não pode ser dissociada da materialidade concreta que sustenta essas hierarquias. Se, por um lado, as fronteiras entre Zona Norte e Zona Sul são construídas discursivamente como "comunidades imaginadas" (Bacqué *et al.*, 2015), por outro, elas se ancoram em desigualdades socioeconômicas historicamente consolidadas que se expressam na infraestrutura, nos índices de renda e na distribuição de serviços urbanos. A seguir, apresentamos um panorama dessas disparidades, demonstrando como a segmentação espacial da cidade reflete e reproduz as assimetrias entre os grupos privilegiados, ao mesmo tempo em que fornece os elementos materiais para a produção de narrativas de distinção.

1.2 Apresentação do espaço social: aspectos socioeconômicos

O estudo sobre a diferenciação urbana no Recife evidencia a forte segmentação socioespacial da cidade, marcada pela disparidade entre a Zona Sul e a Zona Norte. A análise começa com a localização geográfica dos bairros, demonstrando que áreas como a Zona Sul concentram bairros de maior renda e melhores condições de infraestrutura, enquanto a Zona Norte apresenta bairros com menores índices socioeconômicos. Dessa forma, verificamos as fronteiras de classes simbólicas no espaço social de Recife, em relação a essas frações de classe privilegiadas e aos bairros ocupados, precisamente em decorrência das respectivas particularidades históricas da ocupação de cada região e de como certas características de seus moradores são mobilizadas discursivamente para reconhecê-las com uma identidade própria.

Aqui retomamos a discussão apresentada no capítulo 1 e argumentamos que essas fronteiras não são construídas apenas historicamente, mas decorrentes da produção de comunidades imaginadas por parte dos próprios grupos sociais que procuram estabelecer para si um senso de pertencimento, uma forma de distinção a partir do desejo de uma autoidentificação. Esse desejo ou busca por pertencimento e identificação pode ser denominado, por Savage (2005), de “pertencimento eletivo”. Assim sendo, apresenta-se a Figura 1, abaixo para demonstrar a exata localização dos bairros.

Figura 1. Localização dos bairros da zona sul (círculos verdes) e da zona norte (círculos amarelos)



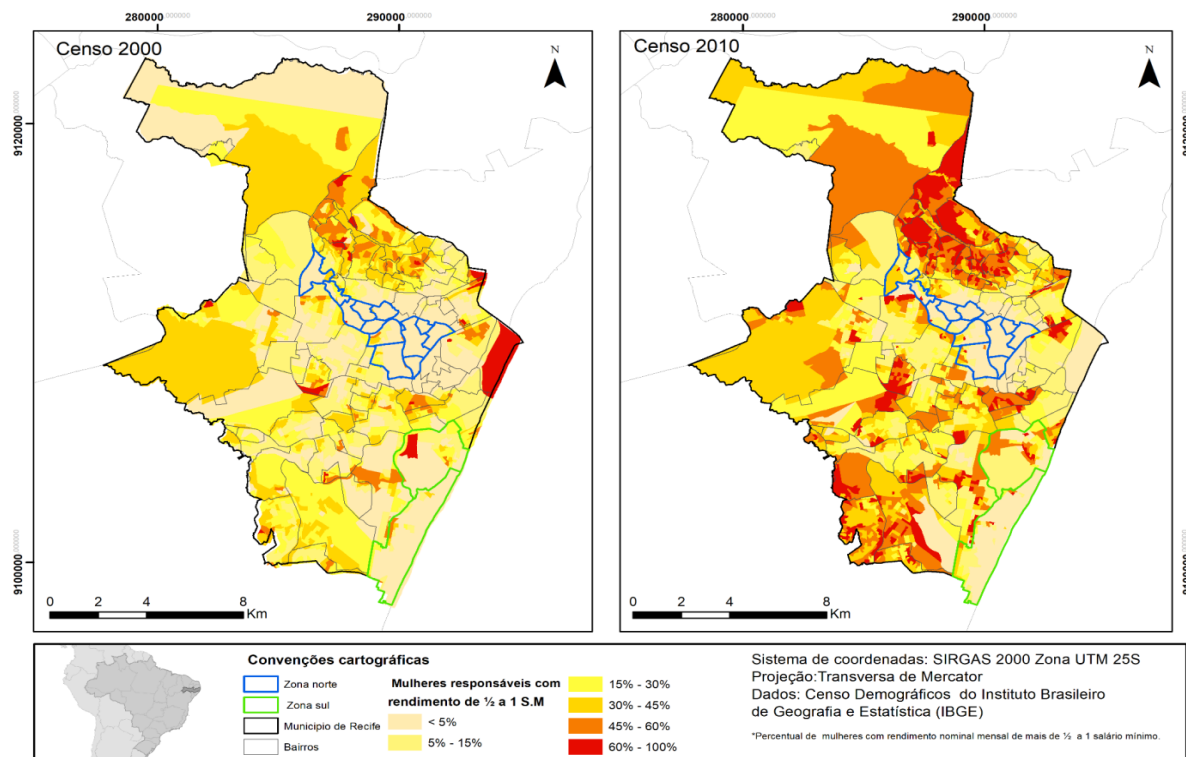
Fonte: IBGE, 2025, adaptado pelo autor.

O mapa da Figura 1 apresenta a localização dos bairros que compõem as zonas socialmente reconhecidas como Zona Norte e Zona Sul do Recife. A representação evidencia que a divisão entre essas zonas não corresponde estritamente à orientação geográfica da cidade, mas expressa uma construção simbólica e socialmente consolidada.

Os bairros identificados como pertencentes à Zona Norte – Santana, Derby, Poço da Panela, Casa Forte, Parnamirim, Espinheiro, Aflitos, Monteiro, Torre, Madalena, Graças e Apipucos – situam-se, em grande parte, na porção central do município, enquanto Boa Viagem e Pina, que compõem a Zona Sul, localizam-se de fato ao sul, mas não representam toda a extensão meridional da cidade.

Essa discrepância reforça o caráter social e simbólico da categorização “Norte–Sul”, utilizada localmente para distinguir territórios de prestígio, pertencimento e distinção. Assim, o mapa evidencia como as elites recifenses constroem e mantêm fronteiras territoriais que refletem hierarquias de classe e estilos de vida, mais do que divisões puramente geográficas.

Figura 2. Mulheres responsáveis com rendimento de até 1 salário mínimo (%)



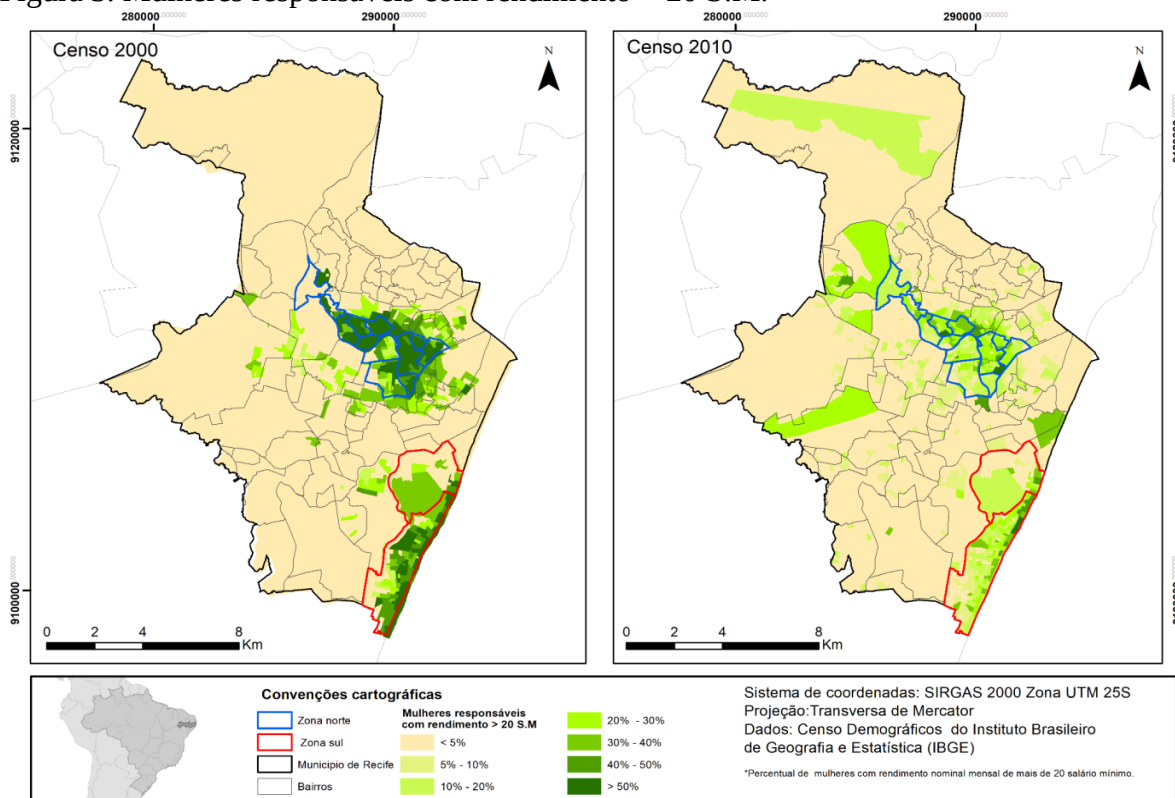
Fonte: IBGE, 2000, 2010.

O mapa mostra a distribuição das mulheres responsáveis com rendimento de até 1 salário mínimo, destacando as áreas de maior vulnerabilidade econômica. Os percentuais mais

elevados concentram-se nas periferias e nas áreas de urbanização precária, enquanto bairros como Boa Viagem, Pina, Casa Forte e Graças exibem índices baixos.

O contraste entre essas áreas confirma a polarização socioespacial da cidade, com uma nítida separação entre os territórios de precariedade e os espaços de privilégio. Em alguns casos, bolsões de pobreza aparecem inseridos em áreas valorizadas, correspondendo às ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), o que revela a proximidade física, mas distância social, entre grupos de rendas extremas - mais um indício de polarização entre pobreza e privilégio projetados na configuração do espaço urbano.

Figura 3. Mulheres responsáveis com rendimento > 20 S.M.

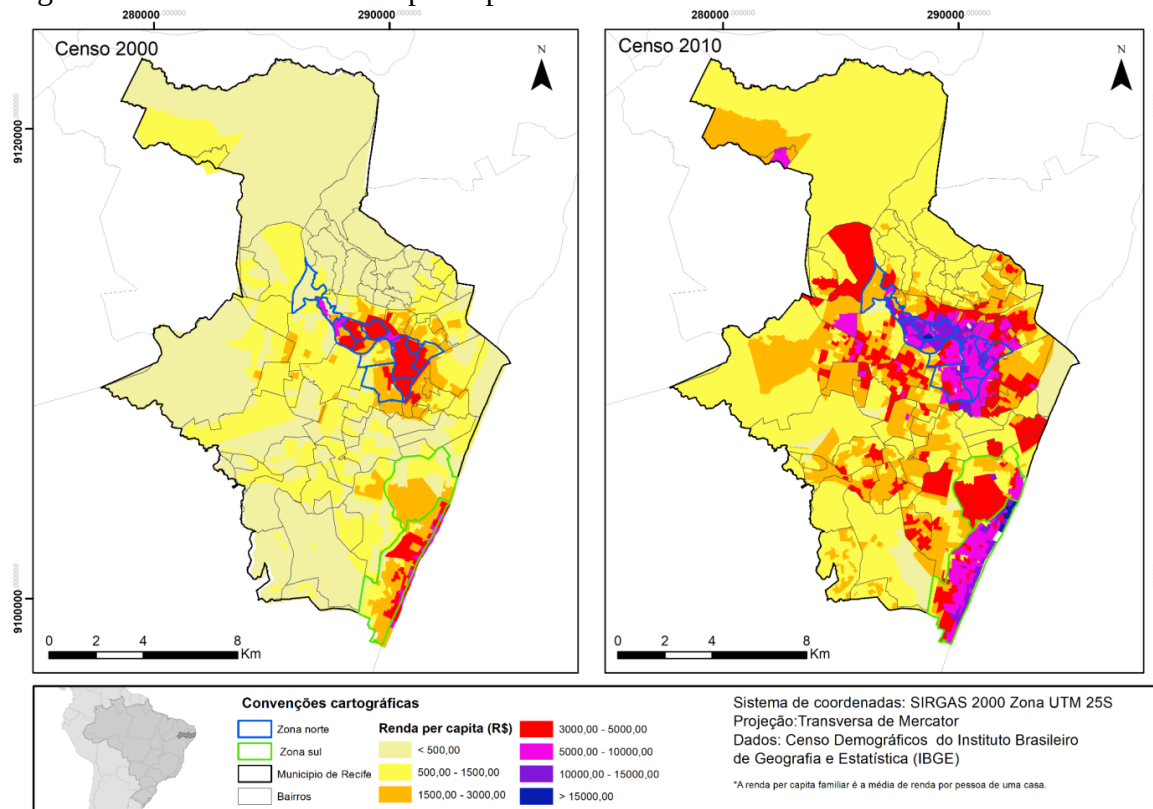


Fonte: IBGE, 2000, 2010.

O mapa da Figura 3 apresenta a distribuição das mulheres responsáveis com rendimento superior a 20 salários mínimos, revelando os pontos de maior concentração de renda e prestígio econômico na cidade. Observa-se que essas ocorrências se concentram fortemente em bairros da Zona Sul, especialmente Boa Viagem e Pina, e em determinados setores da Zona Norte, como Casa Forte, Graças, Apipucos e Poço da Panela. Essa configuração confirma a dualidade espacial da riqueza recifense, marcada por dois núcleos principais de alta renda, separados geograficamente, mas socialmente próximos em termos de capital econômico e estilo de vida.

Embora o indicador se refira a um grupo específico – mulheres chefes de domicílio com alta renda –, ele funciona como marcador das áreas de maior concentração de capital econômico e simbólico. A presença dessas mulheres nos mesmos bairros tradicionalmente associados às elites reforça a ideia de continuidade das hierarquias sociais e de reprodução das posições de prestígio no espaço urbano. Assim, a Figura 3 não apenas evidencia onde se localizam os segmentos de maior renda, mas também ajuda a visualizar como certas zonas de Recife cristalizam o pertencimento a grupos de status elevado, reafirmando a leitura simbólica das divisões entre as elites da Zona Norte e da Zona Sul.

Figura 4. Indicadores de renda per capita de acordo com seus bairros



Fonte: IBGE, 2000, 2010.

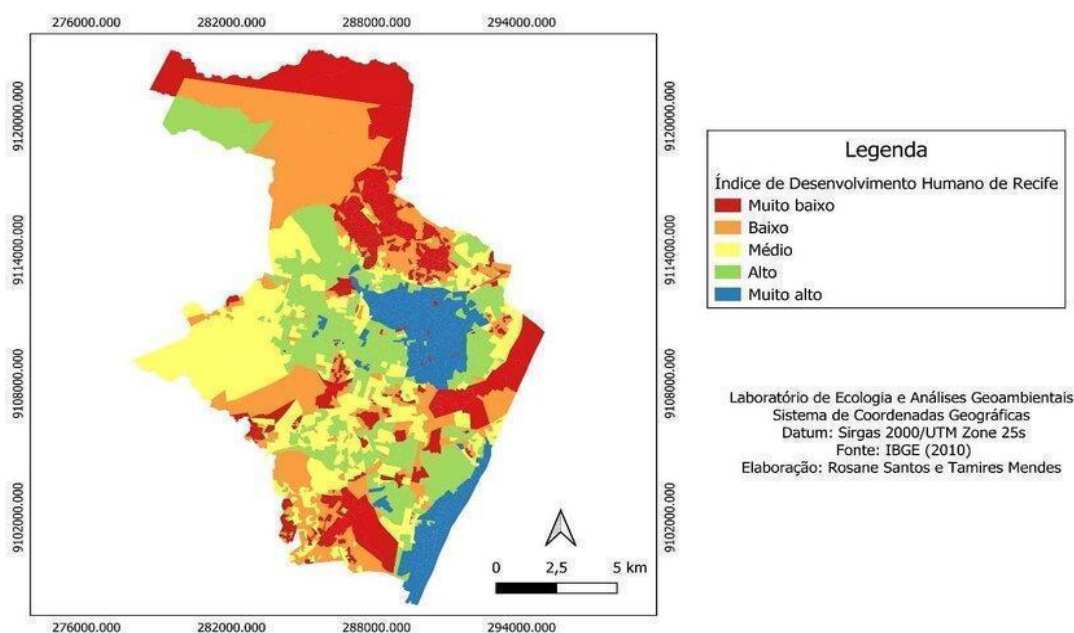
Os mapas das Figuras 4, 5 e 6, quando analisados em conjunto, evidenciam a articulação entre capital econômico, capital cultural e capital simbólico na estrutura urbana do Recife. A renda per capita (Figura 4) concentra-se nos mesmos bairros que apresentam índices elevados de desenvolvimento humano (Figura 5) e altas taxas de alfabetização (Figura 6), delineando um padrão espacial no qual as condições materiais, educacionais e simbólicas se reforçam mutuamente.

As Zonas Norte e Sul, especialmente os bairros de Casa Forte, Graças, Apipucos, Boa Viagem e Pina, configuram-se como territórios de alta concentração de recursos e acesso ampliado a bens culturais e de prestígio. Nesses espaços, o capital econômico se traduz em infraestrutura urbana consolidada, escolas de qualidade, serviços especializados e valorização simbólica do território, compondo o que Bourdieu chamaria de “efeito de localização”, em que o espaço físico participa da legitimação das hierarquias sociais.

Por contraste, as periferias e áreas de urbanização recente mantêm baixos rendimentos, IDH reduzido e taxas de alfabetização inferiores, o que evidencia a reprodução das desigualdades em múltiplas dimensões. Nessas regiões, o capital cultural é limitado pelo acesso restrito à educação e aos serviços públicos, enquanto o capital simbólico – expresso no reconhecimento social e na imagem dos bairros – atua para reforçar a distância entre os grupos sociais.

Em conjunto, esses três indicadores revelam que a cidade de Recife não apenas expressa desigualdades econômicas, mas as incorpora em sua própria morfologia, transformando a renda, o nível educacional e o prestígio dos territórios em formas complementares de distinção e poder simbólico. O espaço urbano aparece, assim, como o campo onde se entrelaçam as dimensões materiais e simbólicas da diferença social.

Figura 5. Índice de Desenvolvimento Humano de Recife por áreas do Recife.



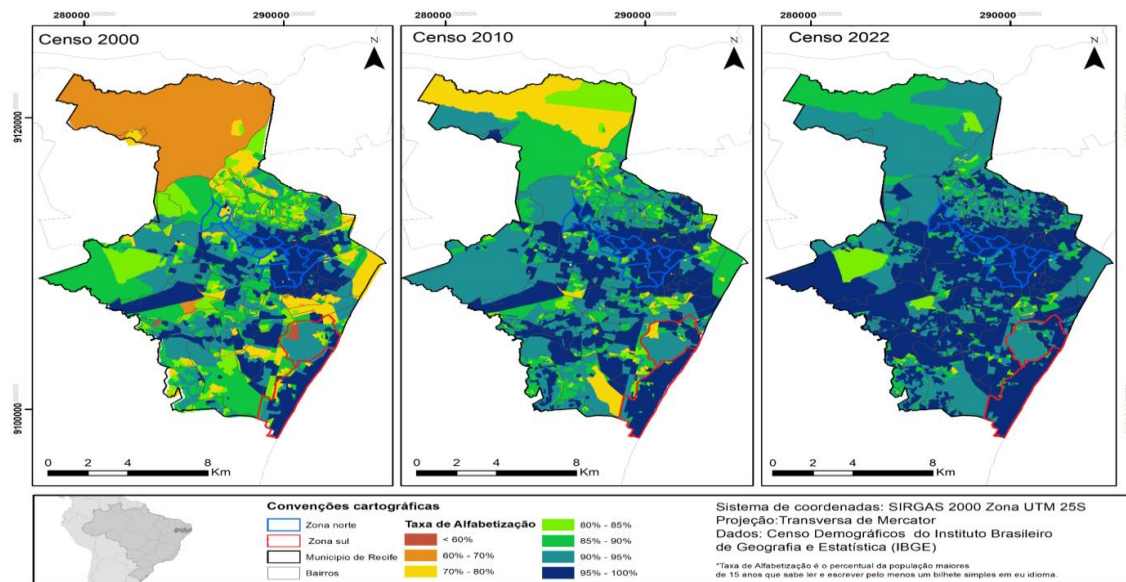
Fonte: IBGE, 2010.

O mapa da Figura 5, que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por áreas da cidade, amplia a compreensão das desigualdades socioeconômicas no Recife. As áreas

de maior prestígio nas Zonas Norte e Sul coincidem com os índices mais elevados de renda, escolaridade e longevidade, enquanto as periferias urbanas registram os menores valores. Embora o IDH agregue variáveis diversas, sua espacialização confirma que os bairros de elite concentram não apenas riqueza material, mas também melhores condições de vida e oportunidades, consolidando sua posição de destaque no espaço urbano.

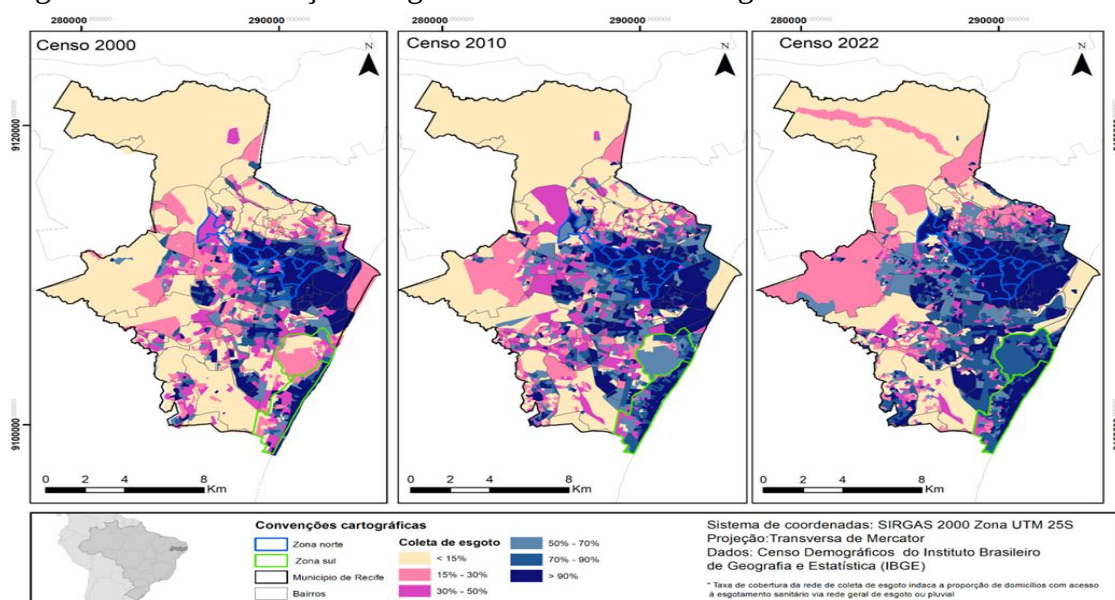
Essas três figuras, analisadas em conjunto, revelam a persistência da polarização social e espacial da cidade. As zonas de elite – Norte e Sul – não apenas concentram o capital econômico, mas também expressam formas de capital simbólico e cultural que definem modos de vida, gostos e repertórios distintivos. Essa configuração reforça a tese de que, em Recife, as diferenças territoriais entre as elites correspondem a formas específicas de distinção e pertencimento, transformando o espaço urbano em um campo de disputas por legitimidade e prestígio.

Figura 6. Taxa de alfabetização (Censos de 2000, 2010 e 2022)



Fonte: IBGE (2000, 2010, 2022)

Figura 7. Taxa de serviço de esgotamento de coleta de esgoto



Fonte: IBGE, 2000, 2010, 2022

Por fim, como se lê nos indicadores de oferta de serviço de coleta de esgoto nos anos 2000, 2010 e 2022 (Figura 7), percebe-se como a distribuição de esgotamento sanitário acompanha a geografia do capital econômico. As Zonas Norte e Sul contam com cobertura quase integral, enquanto as áreas periféricas permanecem com baixos índices de atendimento. A desigualdade na oferta de infraestrutura básica demonstra que o acesso a serviços urbanos está diretamente associado à posição social dos moradores e à valorização simbólica dos territórios.

As melhores condições de saneamento coincidem com as regiões de maior poder aquisitivo e prestígio, evidenciando a sobreposição entre riqueza e qualidade de vida. O mapa revela, assim, que o espaço urbano é estruturado por desigualdades materiais e simbólicas interdependentes, nas quais o acesso à infraestrutura se converte em marcador de distinção e exclusão social. A distribuição dos serviços de saneamento confirma o padrão de segregação territorial e de reprodução das hierarquias urbanas, consolidando a oposição entre as zonas de elite e as áreas periféricas.

Embora os mapas tragam uma sobreposição entre infraestrutura e prestígio simbólico, eles não capturam as diferenças qualitativas entre as frações das elites, como modos de pertencimento, tradições e estratégias de legitimação. Por isso, recorreremos à análise qualitativa, que mostra que a Zona Sul se consolida como paisagem desejável e vitrine moderna, enquanto a Zona Norte mantém reconhecimento simbólico histórico. Assim, os territórios combinam capital econômico, simbólico e social, projetando valores de pertencimento e distinção.

Essa dinâmica ilustra a tetralogia da dominação urbana de Wacquant (2018), na qual dimensões econômicas, simbólicas, políticas e territoriais se reforçam mutuamente. O prestígio social, mais do que a infraestrutura, atrai recursos e legitima privilégios territoriais. Em nossa interpretação, os mapas não são meras representações: tornam visível como o espaço urbano participa da reprodução das hierarquias sociais e da distinção entre Zona Norte e Zona Sul. Eles fornecem a base empírica necessária para ancorar a análise qualitativa e compreender como o pertencimento espacial das elites é socialmente reconhecido e seletivamente construído, reforçando a lógica de reprodução da desigualdade.

Embora os indicadores censitários não revelem contrastes extremos entre os bairros, a comparação entre a Avenida Boa Viagem e a Rua dos Navegantes (Zona Sul) e os bairros da “Zona Norte tradicional” – incluindo áreas abrangidas pela Lei Municipal nº 17.511/2008, Madalena e Torre – evidencia diferenças objetivas em capital econômico, capital cultural, patrimônio urbano e formas de ocupação.

A Zona Sul se caracteriza por uma paisagem urbana marcada por shopping centers, lojas de grife, veículos importados e restaurantes de luxo, símbolos de ostentação do capital econômico. A Zona Norte também possui restaurantes sofisticados, mas seu perfil simbólico privilegia a contenção estética e o capital cultural incorporado. A Lei nº 17.511/2008, que regula o Projeto Urbanístico Integrado dos 12 Bairros, busca preservar a paisagem urbana consolidada da Zona Norte e frear a verticalização desordenada, tendo efeitos concretos sobre a ocupação: entre 2000 e 2014, os bairros da Zona Norte resguardados na Lei tiveram um crescimento vertical de 2.206.639 m², enquanto Boa Viagem sozinha teve 3.102.632 m², chegando a 4.062.261 m² quando somada ao Pina, evidenciando verticalização mais intensa na Zona Sul.

A lógica preservacionista que estrutura a Zona Norte encontra, assim, respaldo na lei descrita acima, fruto de mobilização popular e articulação técnica para conter a verticalização indiscriminada. A legislação impôs limites à densidade construtiva, restringindo alturas, usos e recuos, funcionando como marco institucional de contenção física e simbólica da paisagem urbana, em contraste com a Zona Sul, cuja flexibilização normativa permitiu intensa verticalização.

Em termos de capital econômico objetivado (Bourdieu, 2008), imóveis de 100 m² na Avenida Boa Viagem ou na Rua dos Navegantes apresentam valores médios superiores aos imóveis de mesmo porte nos bairros da Zona Norte tradicional e na Madalena e Torre. Dados de maio de 2025 indicam que o valor médio do metro quadrado na Avenida Boa Viagem é de R\$ 8.041, resultando em imóveis de cerca de R\$ 804.100, enquanto valores em Graças (R\$

5.496/m²), Casa Forte (R\$ 8.002/m²) e Madalena (R\$ 4.306/m²) são, em geral, inferiores ou mais heterogêneos, reforçando a desigualdade territorial entre Zona Sul e Zona Norte.

A hierarquia de preços incide nos valores de IPTU, mais elevados na Zona Sul litorânea, especialmente nas primeiras quadras da orla e na Rua dos Navegantes, onde concentramos a maioria das entrevistas. Contudo, o capital cultural e simbólico (Bourdieu, 1996; Lahire, 2004) se distribui de forma inversa: os bairros da Zona Norte tradicional e a Madalena concentram equipamentos culturais, instituições simbólicas e infraestrutura educativa de prestígio. Destacam-se o Museu do Estado de Pernambuco (Graças), o Museu do Homem do Nordeste (Casa Forte), o Museu da Abolição (Madalena), escolas tradicionais, bibliotecas, centros culturais, praças históricas como a Praça de Casa Forte, e cinemas voltados a programação autoral, em contraste com os cinemas comerciais da Zona Sul.

Além disso, a Zona Norte abriga instituições de consagração simbólica ancoradas em edifícios históricos preservados, como a Academia Pernambucana de Letras (APL) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Esses espaços não apenas materializam prestígio cultural e intelectual, mas reforçam a relação entre capital simbólico e território, consolidando a Zona Norte como polo de produção e guarda da cultura legítima, segundo a perspectiva bourdieusiana.

Essas diferenças também se expressam nos dispositivos legais de preservação urbana e patrimonial. Segundo o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (2012), a maioria dos bens tombados da cidade – nas esferas federal, estadual e municipal – está localizada nos bairros da Zona Norte tradicional. O IPHAN reconhece atualmente 45 bens tombados no Recife, com maior concentração no centro histórico (Santo Antônio, São José) e em bairros como Graças, Apipucos e Casa Forte. Em nível estadual, a Fundarpe mantém tombamentos como o Museu do Estado, a Igreja de Casa Forte e diversos imóveis em Apipucos e Poço da Panela. No plano municipal, o Decreto nº 28.766/2015 da Prefeitura do Recife lista 31 bens tombados e 2.195 Imóveis Especiais de Preservação (IEPs) – sendo a maioria concentrada na Zona Norte tradicional, especialmente nos bairros de Casa Forte, Graças, Afritos, Poço da Panela e Apipucos.

A Zona Sul, por outro lado, possui presença residual desses dispositivos: até o momento, apenas o Edifício Oceania (Pina) figura como potencial IEP em estudo. Adicionalmente, o Recife conta com 33 ZEPHs (Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural), instituídas pelo Plano Diretor para proteger paisagens, núcleos urbanos e arquiteturas de valor histórico ou simbólico. Quase a totalidade dessas ZEPHs localiza-se na Zona Norte –

incluindo áreas como o Poço da Panela, Apipucos, Casa Forte, Graças, Jaqueira e Aflitos. A Zona Sul não possui nenhuma ZEPH registrada, o que reforça seu perfil de urbanização recente centrada em lógicas mercadológicas de verticalização e consumo.

Portanto, ainda que os dados censitários agregados não revelem disparidades tão intensas, a análise articulada de valores de mercado, faixas de IPTU, densidade de equipamentos culturais e educacionais, presença institucional, número de tombamentos, quantidade de IEPs e existência de ZEPHs revela um conjunto robusto de diferenças objetivas entre as regiões analisadas. A Zona Norte tradicional – aqui compreendida como os 12 bairros da Lei 17.511/2008, mais a Madalena – é territorialmente marcada pela densidade simbólica e institucional do capital cultural e patrimonial. Já a Zona Sul – especialmente Boa Viagem e Rua dos Navegantes – destaca-se como espaço de valorização econômica intensa e produção simbólica centrada no consumo qualificado, na verticalização de alto padrão e na proximidade com a orla marítima, ainda que conte “com menor incidência de dispositivos públicos de patrimonialização, mas com alta concentração de signos simbólicos associados ao consumo qualificado e à paisagem valorizada.

Ao articular dados de mercado, IPTU, equipamentos culturais e educacionais, presença institucional, tombamentos, IEPs e ZEPHs, identificamos diferenças objetivas entre as regiões: a Zona Norte concentra capital cultural e patrimonial, enquanto a Zona Sul evidencia valorização econômica e símbolos de consumo qualificado, configurando, assim, padrões distintos de apropriação e prestígio no espaço urbano.

Se a Zona Sul conta com menor presença de instituições culturais tradicionais e políticas formais de preservação, por outro lado, ela mobiliza formas específicas de capital simbólico. A proximidade com a orla marítima – especialmente em Boa Viagem – é amplamente reconhecida como um privilégio urbano, valorizado pela paisagem, pelo acesso ao lazer e pela centralidade simbólica que o mar ocupa na experiência da cidade. O custo elevado de residir próximo à praia expressa esse valor posicional, que se converte em prestígio e distinção. Além disso, a região concentra os dois maiores shoppings centers do Recife - o Shopping Recife e o RioMar -, onde se localizam marcas de grife, restaurantes de alto padrão e espaços de consumo associados ao estilo de vida das classes mais abastadas⁷.

Esses equipamentos, ao lado de edifícios modernos e serviços exclusivos, contribuem para a construção de uma paisagem marcada por signos de distinção contemporânea.

⁷ Embora se encontrem, nesses equipamentos, lojas populares e lanchonetes, frequentados por grupos menos privilegiados. Assim como a praia - em que o mar particip

Diferentemente da Zona Norte, cuja legitimação simbólica se ancora na tradição, na memória urbana e em instituições consagradas, a Zona Sul articula capital econômico, visibilidade e consumo qualificado como fundamentos de valorização simbólica. Trata-se, portanto, de formas distintas de produção de prestígio urbano, que refletem combinações específicas de capitais e respondem a lógicas históricas diferentes – mas igualmente eficazes na constituição de territórios reconhecidos como nobres na estrutura social recifense.

Como aponta Wacquant (2007), os bairros e zonas da cidade não são entidades neutras, mas construções simbólicas que adquirem valor e identidade a partir das classificações sociais que os definem e dos dispositivos que os consagram. No Recife, enquanto a Zona Norte tradicional concentra instituições de prestígio simbólico e educativo – como museus, escolas históricas, academias e centros culturais – que reforçam uma imagem de continuidade, tradição e cultura letrada, a Zona Sul se estrutura como polo de valorização econômica e consumo privatizado, marcada por infraestrutura urbana moderna, alta verticalização e elevados valores de mercado. Cada zona mobiliza, assim, capitais distintos: o cultural e simbólico, mais denso na Zona Norte; o econômico, mais visível e acumulado na Zona Sul. A análise dos mapas reforça essa clivagem: ainda que a Zona Sul disponha de melhor infraestrutura viária e serviços, é na Zona Norte que se concentra a maior parte dos equipamentos culturais e patrimoniais, compondo uma paisagem regulada por dispositivos de preservação e valorização simbólica.

Esse panorama tem caráter duplo, é tanto *histórico quanto geográfico*. Faremos compreender a continuidade no tempo da ocupação dessas duas áreas por parte das classes média-alta e das elites. Localizamos essas duas áreas, comparando os números de alguns indicadores socioeconômicos geográficos, a partir de dados retirados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2010 e 2022. Veremos como tais valores se imprimem nas regiões em questão, e como seu histórico e suas características são evidenciadas ao colocarmos seus indicadores em contraste com os de outras menos favorecidas. É importante ressaltar que tal recurso não esgota o debate acerca da formação e ocupação socioespacial de Recife, nem dá conta da complexidade habitacional das duas regiões tratadas aqui, mas indicam pontos de coordenada para uma imersão panorâmica e uma melhor visualização de dois espaços importantes em relação à cidade como um todo.

Os bairros associados à “Zona Norte” são Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro, Santana, Apipucos, Espinheiro, Derby, Jaqueira, Graças, Torre e Madalena. São reconhecidos, por muitos recifenses, como pertencentes a uma região tradicional de maior duração e relevância histórica da cidade, devido à sua ocupação pouco mais recente em comparação à

área primária de ocupação, isto é, o centro histórico (Bairro do Recife, Ilha de Santo Antônio, hoje Bairro de Santo Antônio, Bairro de São José e, posteriormente, Bairro da Boa Vista). Embora essa região seja muito maior do que os bairros citados e comporte uma imensa área de morros e conglomerados urbanos ocupados por uma população periférica, os entrevistados desta pesquisa tendem a ignorá-los, confirmando o senso comum: são os nomes citados acima os mais vinculadas ao que se entende por “Zona Norte”.

Entre a margem esquerda do Rio Capibaribe e a Avenida Norte, é onde se dá praticamente a fronteira que separa os morros e bairros vizinhos mais populares - com suas casas unifamiliares simples e condomínios populares - dos edifícios mais ou menos suntuosos - com grandes muros, guaritas de segurança e áreas destinadas para estacionamento - que são reconhecidos por “zona norte”. Os muros altos, que são marca de uma arquitetura hostil, são muito mais evidentes em Boa Viagem, mas existem em ambas as regiões.

Há nuances e ressalvas a serem observadas para melhor visualização dos bairros como representantes de uma classe alta e médias elites. O Derby, por exemplo, e parte do Espinheiro, particularmente as áreas próximas à Avenida Agamenon Magalhães - avenida que serve de fronteira para o centro, com grande fluxo de pessoas, linhas de transporte público e veículos privados, e comércio intenso - são regiões nitidamente degradadas, possivelmente pela proximidade com o centro e com a ocupação desordenada. Essa intensidade comercial, em especial, não será vista em nenhuma parte dos bairros da Zona Norte tomados como foco de estudo aqui.

A Zona Sul, por sua vez, identifica-se majoritariamente com os bairros de Boa Viagem, Pina e a subdivisão Setúbal⁸ - parte de Boa Viagem não reconhecida oficialmente como bairro, mas que possui feições de classe e espaço distintas das características mais típicas da elite de Boa Viagem. A partir da Avenida Conselheiro Aguiar, a homogeneidade dos prédios, típicos da Avenida Boa Viagem, decai, à exceção das regiões próximas ao Shopping Recife, Colégio Santa Maria e parte inicial de Setúbal, que trazem prédios com vista para o mar, embora não estejam na beira mar.

A Zona Sul tem a ocupação mais recente. Possui sua grande magnitude geográfica e populacional, mas nessa pesquisa nos concentramos nas regiões mais próximas da Avenida Boa Viagem, na Rua dos Navegantes e na Rua Setúbal, a primeira localizada na beira mar e as

⁸ Desde a década de 1980, há uma vontade de tornar Setubal um bairro. Recuperamos algumas matérias que mostram, não apenas essa vontade, que viria como resultado de um sentimento de pertença, mas os indicadores que provariam as diferenças geoconômicas, sociais e culturais deste pedaço em relação ao todo.

demais paralelas e muito próximas a essa avenida. A razão de nossa escolha reside justamente na expressão simbólica e significativa que é viver “próximo ao mar”, e no fato de se tratar de regiões notadamente habitadas por moradores economicamente abastados. Além disso, são precisamente os espaços que guardam aquela homogeneidade dos prédios luxuosos de que falamos acima. Ademais, os dados apresentados nos mapas acima, sobretudo no de renda e de mulheres com rendimento acima de 20 salários mínimos, confirmam essa configuração socioeconômica das regiões próximas à avenida Boa Viagem.

Entre as duas regiões, existe uma homogeneidade socioeconômica que faz com que sejam bolsões de privilégio na cidade do Recife. O trecho abaixo, de Bezerra e Bitoun (2015), descreve bem essas características, mas sem diferenciar ou nuançar as regiões discutidas em nossa pesquisa:

O fato mais nítido no espaço metropolitano do Recife é a extrema concentração de Categorias Dirigentes e a imensa mancha dos Tipos populares [...]. Há uma clara polarização entre, de um lado, as Categorias de Dirigentes e Intelectuais [...] no litoral sul (Boa Viagem) e nos bairros da margem esquerda do Capibaribe (Graças, Espinheiro) e os Agricultores das áreas canavieiras da Região. Tal espacialização leva à reflexão sobre a existência de processos de “autossegregação”, expressando uma ação coletiva de preservar o local de residência entre pares para evitar a mistura social (Bezerra; Bitoun, 2015, p. 174).

Nos próximos capítulos, mostramos como é nítida a distinção entre a zona sul e zona norte a partir de características relativas aos capitais cultural, econômico e social. Portanto, as frações de classes dirigentes e intelectuais, não diferenciadas por região na passagem acima, serão o foco de nossa análise, tendo em vista as percepções acerca de seus moradores, emergindo, por sua vez, de forma evidente na pesquisa de campo. Mas, a despeito da aparente igualdade quanto a características econômicas, elas foram escolhidas, como dito, justamente pelas particularidades referentes aos diferentes momentos históricos em que se deram suas ocupações, como também pela própria configuração e pela forma de perpetuação dessas ocupações. Consequentemente, identidades coletivas próprias vão se estabelecer para cada região, influenciando as formas de sociabilidade e uso da cidade de seus respectivos moradores e as frações de classes às quais pertencem.

A análise das distinções entre Zona Norte e Zona Sul do Recife, fundamentada nos capitais cultural, econômico e social de nossas elites, não se sustenta apenas em interpretações teóricas, mas exige de nós um rigor metodológico capaz de capturar as nuances dessas hierarquias. Se as identidades coletivas de cada região emergem de trajetórias históricas e formas específicas de ocupação do espaço, como vimos, é por meio de nossa investigação

empírica que essas dinâmicas se revelam em toda sua complexidade. A seguir, detalharemos o percurso metodológico que adotamos, mostrando como nossa abordagem qualitativa – com entrevistas semiestruturadas e uma estratégia de campo sensível às assimetrias sociais – nos permitiu desvendar não apenas as posições objetivas desses grupos no espaço urbano, mas também as disposições subjetivas que orientam suas práticas e percepções.

1.3 Percurso metodológico⁹

Esse trabalho é empírico e qualitativo. Foi conduzida por entrevista semiestruturada¹⁰. Utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada de perguntas abertas, composto por 98 questões elaborado a partir de nossa interpretação da teoria de Pierre Bourdieu, considerando os conceitos de capitais econômico, social e cultural, *habitus* e distinção.

Estruturamos o roteiro para explorar de forma aprofundada a posição social dos entrevistados, suas práticas culturais, trajetórias de socialização, estilos de vida e relações com o espaço urbano. No primeiro bloco, investigamos aspectos socioeconômicos e patrimoniais, como ocupação, escolaridade, renda, imóveis, veículos e serviços domésticos, permitindo identificar os capitais disponíveis aos indivíduos. No segundo bloco, abordamos experiências escolares, acompanhamento parental, atividades extracurriculares, relações familiares e memórias de socialização, fornecendo elementos sobre a constituição do *habitus*. O terceiro bloco explora escolhas residenciais, percepção de bairros, relações com vizinhos e identificações com contextos urbanos, evidenciando a dimensão simbólica do espaço na vida social. No quarto bloco, abrangemos consumo cultural, consumo material e estética cotidiana, hábitos alimentares, corporalidade, sociabilidade, lazer e viagens, possibilitando analisar como preferências e comportamentos refletem posicionamento social e distinção cultural. Por fim, o quinto bloco focaliza deslocamentos urbanos, transporte público e acesso a espaços públicos, oferecendo insights sobre práticas cotidianas e experiências na cidade.

⁹ A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Todos(as) os(as) participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e concordaram voluntariamente em participar, sendo garantido o direito de recusa e interrupção a qualquer momento. Para preservar a identidade dos(as) entrevistados(as), foram adotadas estratégias de anonimização que envolvem o uso de nomes fictícios e, em alguns casos, a combinação ou leve modificação de informações pessoais. Essas alterações foram realizadas com cautela, de modo a não comprometer a coerência narrativa nem a validade analítica das interpretações apresentadas.

¹⁰ Anexo

Esses blocos serão utilizados como norteadores da análise das entrevistas. Usamos essa metodologia inspirados na abordagem de Pierre Bourdieu (2018), o instrumento combina dados objetivos e subjetivos para situar o entrevistado no espaço social e compreender seu *habitus*.

A preferência por entrevistas aprofundadas, em vez de questionários quantitativos, deveu-se à inspiração em Lahire (2004), que produziu efeitos teóricos importantes: a escala da análise deslocou-se do grupo para o sujeito e as nuances individuais se mostraram mais relevantes que eventuais tendências agregadas, tornando imprecisa qualquer tentativa de vincular diretamente estilos de vida a frações de classe de modo automático.

As assimetrias de sociabilidade e acesso não se limitaram a obstáculos logísticos, mas influenciaram diretamente a estratégia de campo e as formas de aproximação aos interlocutores. Embora as entrevistas semiestruturadas tenham sido o método central, parte significativa dos participantes foi recrutada em espaços de sociabilidade da elite recifense – como vernissages, eventos em clubes exclusivos e reuniões privadas de marcas de luxo – e por meio de *taste-makers* ligados ao capital cultural e simbólico, conforme Bourdieu (2008). Em alguns casos, a seleção baseou-se em informações públicas sobre atuação profissional ou prestígio, assegurando o enquadramento no estrato superior da estrutura de classes.

A postura do pesquisador evoluiu de uma apresentação formal, que gerava distanciamento, para interações mais informais e referencialmente próximas ao universo investigado, mudança que refletiu tanto uma estratégia de aproximação quanto sua posição social ambivalente – de origem tradicional e formação privada, mas pertencente a uma fração em mobilidade descendente.

Como aponta Bourdieu em *A Miséria do Mundo* (2023, p. 694–697), a ambivalência social pode funcionar como uma posição liminar capaz de permitir o trânsito entre arenas distintos, ainda que sem assegurar pertencimento pleno. No presente estudo, tal posição favoreceu o acesso a interlocutores da elite, mas exigiu o uso constante de estratégias de aproximação – como a mobilização de sinais de reconhecimento mútuo e o apoio de *taste-makers* – para conquistar a confiança necessária às entrevistas. O próprio roteiro foi sendo adaptado, substituindo perguntas abstratas por comparações indiretas, exemplos contrastivos e situações concretas, o que gerou respostas mais densas e espontâneas. A entrevista foi compreendida como uma relação social situada, atravessada por assimetrias e marcada pela performance simbólica de entrevistador e entrevistado, demandando do pesquisador escuta atenta e ajustes contínuos na linguagem, gestos e formas de abordagem.

Em alguns casos, a escolha dos entrevistados também foi orientada por critérios públicos e notórios, com base em informações acessíveis sobre atuação profissional ou posição de destaque econômico e simbólico – estratégia que permitiu delimitar previamente o pertencimento ao estrato superior da estrutura de classes, em consonância com os critérios de seleção definidos. Embora não tenha sido realizada pesquisa piloto, o roteiro inicial passou por reformulações progressivas ao longo do campo, em função das exigências contextuais e da busca por respostas mais elaboradas. Todos os participantes foram previamente informados sobre o caráter acadêmico da pesquisa, a garantia de anonimato e o uso exclusivo dos dados para fins científicos, conforme as boas práticas da pesquisa qualitativa.

O processo de entrada no campo e condução das entrevistas exigiu também uma constante modulação da postura do pesquisador, que evoluiu durante a pesquisa. Inicialmente, as entrevistas eram realizadas com trajes sociais e uma apresentação marcada por códigos acadêmicos formais, o que em muitos casos gerava distanciamento. Progressivamente, essa abordagem foi sendo substituída por interações mais informais, com maior investimento em referências simbólicas comuns e sinais de pertencimento legítimo ao universo dos entrevistados. Essa mudança não foi apenas estratégica, mas também refletia a posição social ambivalente do próprio pesquisador – oriundo de uma família tradicional, formado no ensino privado, com repertório cultural compatível com certos círculos de prestígio, mas pertencente a uma fração em processo de mobilidade descendente.

Sobre as entrevistas, como Becker (2009) e Bauer e Aarts (2015), fizemos o máximo de entrevistas para alcançar a saturação de visões e classificações sobre o mundo social no que se refere às práticas de gosto. Contudo, embora tenham sido identificadas diversas recorrências, sobretudo quanto às classificações de classe e da cidade, como as categorias nativas “novo-rico”, “classe média”, “playboy”, “pobres”, entre outras; verificou-se que seu sentido não era completamente generalizado. Quanto às classificações sobre Zona Norte e Zona Sul, foi encontrada, de fato, quase uma universalidade de apreciações sobre as duas regiões.

Inspirada em Bourdieu (2023), a pesquisa tratou a entrevista como relação social atravessada por assimetrias objetivas. A posição ambivalente do pesquisador – com trânsito parcial, mas não pertencimento pleno à elite – facilitou o acesso, mas exigiu estratégias de aproximação baseadas em sinais de reconhecimento mútuo e adequação da *hélix* corporal. A etiqueta, a polidez e a contenção gestual mostraram-se chaves simbólicas para reduzir distâncias e conquistar a confiança dos interlocutores.

Assim, como as classificações foram nosso primeiro objetivo, resolvemos adotar a análise de conteúdo discursivo como método de análise dos dados, uma vez que interessam à pesquisa as classificações sociais. Desde o início da pesquisa, tínhamos em mente a expectativa de agrupar os entrevistados de acordo com similaridade de estilos de vida e, por meio desse traço, levantar homologias entre as práticas de gosto e determinadas frações de classe. Nisto, nossa referência inicial foi a teoria de Pierre Bourdieu (1990, 2000, 2003, 2008, 2011, 2017), especialmente a noção de *habitus* como princípio estruturante das práticas e gostos. Entretanto, diante das especificidades do campo, adotamos uma orientação inspirada na metodologia do retrato sociológico desenvolvida por Bernard Lahire (2004), cuja abordagem permite capturar a heterogeneidade disposicional dos sujeitos e a multiplicidade de capitais mobilizados em suas trajetórias.

Como afirma Gill (2015), fala e textos são práticas sociais, de modo que mesmo as afirmações mais corriqueiras estão carregadas de intenções e subentendidos, sendo a análise do discurso um modo de identificar e explorar essas funções e atividades. Ainda segundo a autora, embora não exista uma unicidade na abordagem da análise do discurso, há um consenso, entre os estudiosos, em rejeitar a linguagem como um meio neutro para refletir o mundo. Assim, deve-se ter em mente que o discurso, falado ou escrito, tem um importante papel na construção do mundo social. As diversas abordagens de análise do discurso reconhecem que a maneira como compreendemos o mundo é determinada por contextos históricos e culturais específicos. Nessa perspectiva, o sentido é visto como produto de sistemas de significação em constante disputa – isto é, algo histórico, não essencial e sujeito a mudanças. Assim, rejeita-se uma visão mecanicista que entende o significado como resultado fixo e natural da relação entre significante e significado.

A nosso ver, essa visão da análise de discurso trazida por Gill tem muitos pontos em comum com o pensamento de Bourdieu (1990, 2000, 2008, 2011), em que a legitimidade do que é culturalmente relevante é disputada entre as frações de classe, bem como as classificações das práticas das classes em amplo espectro, o que se daria por meio de uma luta simbólica para definir o senso comum, embora nem todas as classes tenham as mesmas condições de disputa. Assim, da mesma forma que Gill percebe o discurso como resultado de confrontos para estabelecer uma visão de mundo frente às demais, Bourdieu (2000) coloca que é permeado por lutas o campo de produção simbólica responsável pela produção das classes e dos gostos e práticas que tentam estabelecer um arbítrio cultural.

A própria Gill (2015) lembra o fato de que o discurso é orientado para um contexto social. O contexto de uma entrevista com um desconhecido do curso de Sociologia, frequentemente associado à militância de esquerda (Pinçon, Pinçon-Charlot, 1997, 2007; Pulici, 2010), possivelmente foi um fator capaz de contribuir para uma maior ponderação e menor espontaneidade das falas. Gill (2015) fala que o discurso, a depender de uma série de circunstâncias, pode ser emitido de várias maneiras possíveis, pois ele é montado, selecionado, e é papel do analista de discurso decodificar os momentos de excitação, enfatizando-os. Mas, conforme instruem Pulici (2010) e Pinçon e Pinçon-Charlot (1997, 2007), todos esses entraves podem ser minimizados: é preciso evitar choques, tentar mostrar uma comunhão e respeito pelo mundo dos entrevistados.

Nas entrevistas compreendemos que as percepções sobre aparência, hábitos e distinções sociais. Para lidar com isso, investiu-se na construção de aproximação e cumplicidade, ajustando linguagem corporal, vestimenta e tom de voz, conforme lições de Goffman (2014).

Além das entrevistas, recorreremos à observação participante para captar nuances não explicitadas verbalmente, permitindo uma compreensão mais profunda das relações de classe e do comportamento cotidiano – um trabalho de descrição com análise densa (Geertz, 2008). As perguntas abordaram origem social, capitais familiares, infância, escolaridade, lazer, consumo cultural, vida profissional, patrimônio e apreensão da cidade.

A leitura de *Construção da Teoria Fundamentalada* (Charmaz, 2006) orientou a construção de categorias analíticas a partir das recorrências nas falas dos entrevistados, entendendo a análise qualitativa como processo situado e relacional. Dois achados centrais emergiram: (1) a oposição simbólica entre “Zona Norte” (capital cultural, contenção, tradição) e “Zona Sul” (ostentação, consumo visível, estigma de “novo-rico”), funcionando como marcadores de pertencimento e autoridade simbólica; (2) a constatação de que o pertencimento legítimo à elite exige não apenas capital econômico, mas a incorporação de disposições estéticas e comportamentais legitimadas. Assim, as falas foram interpretadas como construções socialmente situadas, em que até hesitações e recusas revelam elementos analíticos relevantes (Bourdieu, 2023).

Conduzimos a pesquisa ao longo de cerca de um ano e meio. Entrevistamos 84 pessoas. O volume de dados produzido foi enorme; por isso, selecionamos 50 entrevistas para análise, de acordo com nossa discricionariedade, visto que se trata de uma pesquisa de observação participante (Geertz, 2008). Dentre as entrevistas selecionadas, 30 foram da Zona Norte e 20 da Zona Sul. Informamos a todos (as) os(as) participantes sobre os objetivos do estudo e

concordaram voluntariamente em participar, sendo garantido o direito de recusa e interrupção a qualquer momento. Para preservar a identidade dos(as) entrevistados(as), foram adotadas estratégias de anonimização¹¹.

No transcorrer da pesquisa, percebemos que uma estratégia mais produtiva para eliciar comentários dos entrevistados sobre a importância das boas maneiras foi a utilização de perguntas com comparações estimuladas entre restaurantes que elogiavam e outros que sabíamos, a partir de nosso conhecimento do meio, serem depreciados ou alvo de chacota. Os exemplos variaram conforme a circunstância da entrevista, mas a pergunta seguia o modelo: entre restaurantes como o Nez Bistrô e o Pecora Nera, bem reputados, e o Recanto da Picanha, Ilha da Kosta ou Pizzaria Atlântico, quais você prefere e por quê? Os últimos estabelecimentos serviam como antípodas da ideia de restaurante de bom gosto para os entrevistados: embora não fossem populares, eram pouco frequentados por eles, geralmente por necessidade ou circunstância (como festas infantis, horários tardios ou consumo via delivery) e sofriam diversos julgamentos de valor, sendo taxados de “pretensiosos” ou “over”. Ao colocá-los diante de comparações tão diretas, os entrevistados apresentaram respostas mais elaboradas do que nas perguntas abertas, destacando o que consideravam negativo e emitindo, ainda que de forma indireta, comentários reveladores sobre o público desses estabelecimentos. Esses dados evidenciam que as distinções analisadas não foram projetadas externamente, mas construídas a partir das próprias falas dos entrevistados ao classificarem comportamentos, ambientes e estilos de sociabilidade. Trataremos das boas maneiras e de questões relativas à alimentação e vestimenta no capítulo dedicado à análise do arbítrio cultural nas elites da cidade.

Para aferir o capital econômico, utilizamos diferentes estratégias, considerando patrimônio da família nuclear e estendida, bem como sua variação ao longo do tempo. Observamos que perguntas diretas sobre patrimônio e renda frequentemente geravam desconforto ou eram omitidas; por isso, adaptamos as indagações de acordo com as circunstâncias, privilegiando perguntas percebidas como menos invasivas e mais agradáveis. Complementamos com informações indiretas, consultas a terceiros confiáveis, pesquisa de valores de bens no mercado e análise de redes sociais acessíveis. Em muitos casos, especialmente com herdeiros de grandes grupos econômicos, optamos por não realizar questionamentos diretos sobre riqueza, respeitando a notoriedade e sensibilidade do tema.

¹¹ A pesquisa seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

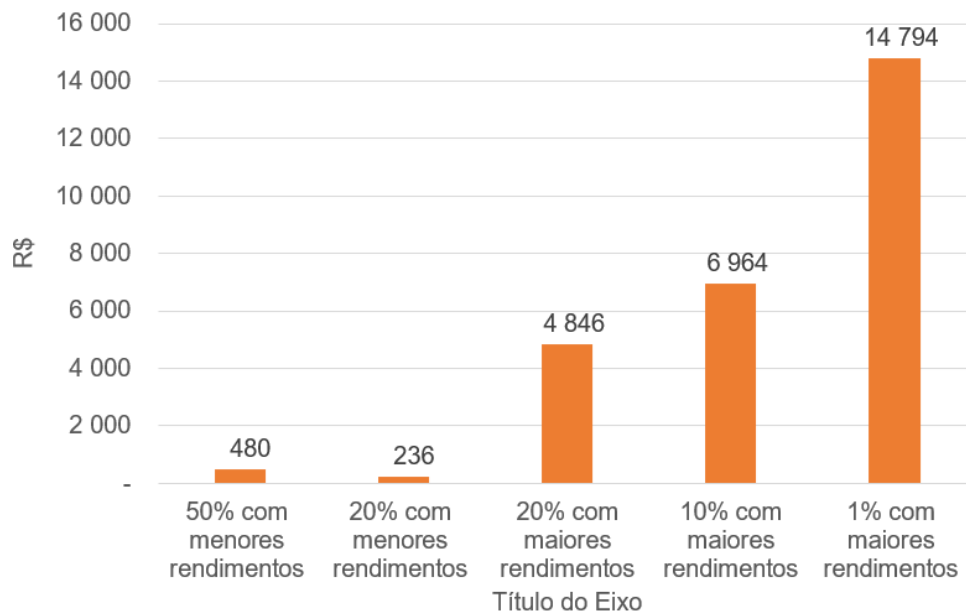
Os aspectos objetivos investigados incluíram renda declarada, investimentos e negócios (áreas, faturamento e porte), quantidade de empregados domésticos, propriedade de imóveis residenciais e de lazer, hábitos de viagem (frequência, composição do grupo, hospedagem e atividades), meios de transporte, propriedade de veículos e suas características. Também examinamos a evolução do capital econômico ao longo das gerações, indagando sobre atividades profissionais, patrimônio e escolaridade de avós e pais, transmissão de bens, ocupação do cônjuge e instituições de ensino frequentadas por antecessores, entrevistados e filhos, considerando se tais instituições representavam estabelecimentos de elite.

A investigação da vida social e história pessoal contribuiu para aferir tanto o capital social quanto, indiretamente, o capital econômico. Perguntamos sobre bairros de residência de amigos, mudanças de moradia, participação em clubes renomados, experiências escolares e universitárias, amizades e sensação de pertencimento aos ambientes frequentados.

O capital simbólico, entendido como reconhecimento social do indivíduo ou de seu grupo (Saint-Martin, 2017), foi investigado a partir de tradição e linhagem familiar, existência de membros ilustres, ocupação de cargos de prestígio ou poder, propriedades notáveis, nomeação de espaços públicos ou privados e reputação histórica da família. Frequentemente, essas informações eram levantadas espontaneamente pelos próprios entrevistados.

Para fundamentar empiricamente a escolha das áreas investigadas, utilizamos dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023), que revelam contraste profundo no rendimento domiciliar per capita: enquanto 50% da população recifense possui renda média mensal de R\$ 480, o 10% mais rico apresenta média superior a R\$ 14 mil. Esses dados evidenciam a concentração de renda e a pertinência de investigar os códigos simbólicos das frações superiores, cujos moradores não apenas detêm alta renda, mas exercem poder classificatório sobre os demais. A seleção dos territórios residenciais também se ancora na espacialização objetiva das desigualdades, considerando que o espaço geográfico recifense expressa hierarquias sociais por meio de padrões de moradia, evidenciando objetivação do espaço social. Essa escolha foi embasa com a informação exposta na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2023, que tem como base o Salário mínimo R\$ 1.320,00, conforme a Figura 8 mostra:

Figura 8. Rendimento domiciliar per capita médio das pessoas em Recife (R\$)
Rendimento domiciliar per capita médio das pessoas em Recife (R\$)



Fonte: IBGE, 2023

Todos os entrevistados situam-se no estrato superior da estrutura social recifense, integrando o 10% mais rico da cidade. A escolha desse segmento não se fundamenta apenas em critérios estatísticos, mas em seu papel estrutural na definição das classificações legítimas da cidade. Conforme Bourdieu (2008), agentes situados no vértice superior do espaço social detêm maior capacidade de produzir, impor e naturalizar esquemas de percepção e valoração, conferindo às suas práticas e representações um poder classificatório desproporcional. Assim, a centralidade desse grupo na pesquisa segue uma lógica sociológica: compreender os mecanismos simbólicos da distinção exige examinar aqueles que ocupam o ponto mais alto da escala de legitimidade social.

Realizamos as entrevistas entre o segundo semestre de 2022 e meados de 2023, com duração média de uma a três horas, preferencialmente em locais que proporcionassem conforto aos participantes, como apartamentos, escritórios ou cafés frequentados por eles. Todas as entrevistas foram gravadas com consentimento prévio e inicialmente transcritas manualmente, sendo posteriormente auxiliadas pelo software Transkriptor e revisadas para garantir fidelidade ao discurso original. Organizamos os dados tematicamente a partir de codificação aberta, realizada parcialmente de forma manual e parcialmente com o auxílio do ATLAS.ti. Entrevistamos 49 moradores da Zona Norte e 31 da Zona Sul (Avenida Boa Viagem, Rua dos Navegantes e Rua Setúbal), escolhidos por apresentarem elevados índices de desenvolvimento.

Até o momento, analisamos dados relativos à renda e à proporção de pessoas negras por bairro, mas outras variáveis serão incorporadas ao estudo no decorrer da pesquisa.

Definimos o número de entrevistas por zona com base em critérios teórico-metodológicos e condições empíricas concretas, buscando alcançar consistência teórica das categorias centrais, especialmente em relação às representações da cidade, formas de distinção e estilos de vida. A maior concentração de entrevistas na Zona Norte decorreu de fatores estruturais e relacionais. Estruturalmente, os bairros da Zona Norte concentram historicamente frações da elite recifense associadas a capital cultural legitimado, prestígio simbólico e autoridade classificatória, constituindo, do ponto de vista bourdieusiano, espaços densos no campo da produção simbólica. Relacionalmente, nossa rede de contatos na Zona Norte possibilitou acesso mais amplo a entrevistados com os perfis desejados, enquanto na Zona Sul a rede era mais restrita e encontramos maior resistência por parte dos agentes abordados. Essa dificuldade de acesso à Zona Sul configura, por si só, um dado sociológico relevante, revelando formas distintas de sociabilidade e fechamento simbólico. A distribuição desigual do número de entrevistas reflete, portanto, não apenas condições práticas de acesso, mas também diferenças estruturais e simbólicas entre as regiões.

Ao utilizarmos entrevistas semiestruturadas, investigamos como os discursos dos entrevistados se organizam em torno das classes sociais e refletem disputas simbólicas, na linha de Bourdieu, que identifica nas classes superiores os agentes mais bem instrumentalizados e interessados no monopólio da produção simbólica, e em diálogo com Gill, ao observarmos a mobilização dessas distinções para legitimar estilos de vida como superiores. Nossa experiência com códigos de apresentação e afinidades sociais, incluindo descendência familiar, escolaridade, moradia, posses e coleções de arte, contribuiu para facilitar o diálogo, embora a desconfiança em relação a nós e à Sociologia persistisse em alguns casos. Observamos que as entrevistas intermediadas por membros da elite foram particularmente frutíferas.

Cabe destacar que abordamos o capital cultural a partir das manifestações simbólicas mobilizadas pelos entrevistados como sinais de distinção e legitimidade, identificando duas dimensões principais. A primeira refere-se ao repertório artístico-cultural e ao conhecimento especializado, abrangendo referências a obras, experiências em museus, galerias, cinemas e instituições de ensino, além de escolhas residenciais e familiaridade com práticas valorizadas. Não buscamos mensurar o capital cultural objetivamente, mas compreender seu papel nos discursos como instrumento classificatório, conforme indicam Pulici (2010) em São Paulo e

Maciel (2018, 2019) no Recife, apoiados por Pinçon e Pinçon-Charlot (1997, 1999, 2007), para quem questionar sobre gosto é percebido como inofensivo.

A segunda dimensão envolve as regras legitimadas de comportamento de classe – boas maneiras, etiqueta e modos refinados – observadas em contextos sociais, hábitos à mesa e interações interpessoais. Tais comportamentos são entendidos pelos entrevistados como critérios de distinção e expressão de pertencimento a determinadas frações da elite. As preferências por restaurantes e espaços sociais também revelam escolhas simbólicas orientadas por requinte, discrição, conforto e vigilância moral.

Assim, o capital cultural, na perspectiva dos entrevistados, manifesta-se na interseção entre repertório artístico, conhecimento especializado e condutas valorizadas – como bom gosto e boas maneiras – segundo os critérios de cada grupo investigado. Para seus membros, esses ativos simbólicos funcionam como instrumentos de distinção legítima nas disputas entre frações da elite, evidenciando tanto o poder classificatório quanto a complexidade das negociações sociais e simbólicas nas interações cotidianas.

Por fim, expressões como “alto capital cultural” ou “rico em capital cultural” designam, em nosso texto, o repertório simbólico considerado legítimo por cada grupo. Esse repertório varia conforme a região ou o meio, mas deve ser entendido segundo os critérios legitimadores próprios a cada comunidade. Embora fundamentada em Bourdieu, nossa pesquisa não pretende abarcar toda a complexidade do conceito nem seus desdobramentos críticos, mas aplicá-lo como ferramenta de análise situada.

A análise das entrevistas e dos dados coletados revelou não apenas as nuances dos estilos de vida e das hierarquias simbólicas que permeiam a elite recifense, mas também como essas distinções estão profundamente enraizadas na geografia social da cidade. A oposição entre Zona Norte e Zona Sul, por exemplo, não é apenas uma divisão espacial, mas um marcador de identidade, prestígio e poder, refletindo disputas históricas e culturais que moldam o tecido urbano. Essa dinâmica remete a um Recife marcado por contradições – entre tradição e modernidade, entre o público e o privado, entre a ostentação e a discrição –, uma cidade cujas águas (rios, mar e mangues) carregam não apenas sedimentos geológicos, mas também as marcas de séculos de conflitos sociais.

Essa herança histórica nos conduz ao próximo capítulo, "Recife do Fogo Morto: uma cidade marcada pelo declínio social", onde exploraremos como as estruturas coloniais, as disputas pelo espaço e as hierarquias simbólicas se entrelaçam na formação da cidade. A poesia de José Lauêrino de Melo (1977), com sua evocação visceral do Rio Capibaribe – repleto de

"detritos", "dejetos" e "entulhos patriarcais" –, serve como metáfora para um Recife que, sob a superfície de seus coqueirais e cartões-postais, guarda as cicatrizes de um passado de exploração e desigualdade. No capítulo seguinte, adentraremos nas funções históricas das águas recifenses e no estatuto jurídico da praia, elementos centrais para compreender como o espaço físico foi (e ainda é) palco de lutas pelo poder, pela memória e pela definição do que é legítimo pertencer a quem.

2. RECIFE DO FOGO MORTO: UMA CIDADE MARCADA PELO DECLÍNIO SOCIAL

O Capibaribe quando enche
 me enche
 de lama
 de lodo
 de detritos
 de dejetos
 de engulhos
 &
 entulhos patriarcais
 de gogo
 de gosma
 de cacos
 de cancros
 de miçangas
 &
 micoses fluviófecais
 de chagas
 de pragas
 de amegas
 de perebas
 de gafeiras
 &
 frieiras sociológicas
 de febres
 de fezes
 de trastes
 de tripas
 de trapos
 &
 tropos lusotropicals

A Fala do Recife (1977)
 José Lauenio de Melo

2.1 As funções das águas em Recife (seu mar e seus rios)¹²

Este capítulo tem como objetivo desenhar um recorte panorâmico da história de Recife, em especial, de duas de suas principais regiões. Buscamos compreender como os elementos hídricos que atravessam o espaço urbano – o mar e a praia de Boa Viagem, na Zona Sul e os

¹² Este capítulo realiza um apanhado histórico fundamentado em obras que investigam a relação entre as águas e a formação urbana do Recife. O enfoque recai sobre o papel do rio e da praia como eixos estruturadores da vida social, do lazer e da expansão da cidade. As análises desenvolvidas dialogam com os estudos de Rita de Cássia Barbosa de Araújo (2007a; 2007b; 2013), Raimundo Pereira Alencar Arrais (2004), Denis Bernardes (2013), Luís F. Sá (2003) e José R. Silva (2016), que, sob diferentes abordagens, exploram a construção histórica dos espaços públicos, as práticas de sociabilidade e as transformações urbanas a partir da interação entre natureza e cidade.

rios, especialmente o Capibaribe, na Zona Norte – participaram - e ainda participam – da construção simbólica, afetiva e social dos territórios e seus moradores. As formas de relação com o mar e os rios não apenas distinguem espaços, mas informam também sobre os sentidos atribuídos a eles pelos habitantes.

Se a Zona Sul, fortemente ligada à praia de Boa Viagem e à sua orla atlântica valorizada, codifica o ideal moderno e cosmopolita, a Zona Norte, por outro lado, ancora-se em um imaginário tradicional, vinculando-se à paisagem ribeirinha do Capibaribe, menos domesticada, mas profundamente enraizada na memória e na vida cotidiana de seus habitantes. A história de suas formações, não obstante, é marcada por continuidades e aberturas, deslocamentos e ocupações, entre as duas regiões.

A intuição que nos guia é a de que as águas operam como dispositivos de distinção espacial, de hierarquias sociais e de estilos de vida contrastantes. Para compreender a memória coletiva associada à chamada Zona Norte, e sua representação como reduto da velha aristocracia canavieira, torna-se necessário um recuo histórico. A permanência desse imaginário é perceptível na arquitetura, nos bairros e até na toponímia urbana, repleta de referências ao universo açucareiro: Padaria Engenho Casa Forte, Edifício Engenho Apipucos, Edifício Casa Grande das Ubaías, entre tantos outros. Trata-se de marcas simbólicas que perpetuam o prestígio de um passado senhorial, materializando-o na paisagem cotidiana.

O objetivo é examinar como essas águas contribuem para a produção de distinções espaciais, hierarquias sociais e estilos de vida contrastantes. Para compreender a memória coletiva associada à chamada Zona Norte, e sua representação como reduto da velha aristocracia canavieira, torna-se necessário um recuo histórico. A permanência desse imaginário é perceptível na arquitetura, nos bairros e até na toponímia urbana, repleta de referências ao universo açucareiro: Padaria Engenho Casa Forte, Edifício Engenho Apipucos, Edifício Casa Grande das Ubaías, entre tantos outros. Trata-se de marcas simbólicas que perpetuam o prestígio de um passado senhorial, materializando-o na paisagem cotidiana.

Do ponto de vista teórico, apoia-se em autores que compreendem a cidade como resultado de interações sociais, políticas, econômicas e ambientais que se sedimentam ao longo do tempo. As cidades seriam, como afirma Casco (2001 apud Zancheti et al., 2008, p. 88), “silos para a reprodução da vida humana”, “recipiente onde os homens” misturam e reproduzem pensamentos, formas de organização política e enquadramentos morais “como novas lentes para o olhar o mundo, lugar de fabricar ferramentas e armas para dominar, moldar, adestrar e retirar o seu sustento da natureza” - elas configuram, assim, espaços físicos das práticas sociais e

instrumentos de dominação e sobrevivência diante da natureza. Essa concepção, que lê o urbano como palimpsesto de temporalidades sobrepostas - isto é, como resultado da sedimentação de “fragmentos dos vários tempos” históricos (Casco, 2001, apud Zancheti *et. al.*, 2008, p. 88) -, orienta a leitura das formações históricas e simbólicas da Zona Norte e da Zona Sul.

Embora ambas compartilhem um movimento de aproximação das águas, não o fazem sob o mesmo horizonte histórico. Em cada uma, o desejo de modernidade se entrelaçou a trajetórias próprias.¹³ As margens do Capibaribe e o mar de Boa Viagem tornaram-se, cada um à sua maneira, territórios de distinção simbólica e experimentação social. Compreender essas diferenças implica considerar como os usos e significados das águas foram historicamente transformados – e como esses processos inscreveram na geografia urbana as hierarquias sociais e os modos de vida que ainda hoje estruturam o Recife. Pois, parte da formação dos bairros considerados nesta pesquisa passa pela maneira como as “águas” - que os contornam ou lhes servem de limite - foram compreendidas e utilizadas pelos diferentes grupos. Para Araújo (2007a), as mudanças sócio-históricas na forma de perceber e usufruir as águas, o mar e os rios, dizem muito sobre a cidade, desde questões concernentes aos costumes do cotidiano às alterações nas noções de higiene e de moralidade (nessa história, inscreve-se até a transformação dos papéis assumidos pela mulher na sociedade). Este percurso no tempo envolve, igualmente, os sentidos - geográfico, físico, simbólico e social - em que a cidade se desenvolveu.

Hoje, as águas são objeto de desejo e mercadoria, mas nem sempre foram valorizadas. Durante o período colonial, até meados do século XIX, as regiões costeiras eram vistas como territórios inóspitos, “terras de ninguém” formadas por extensos areais. Essa percepção, contudo, é relativizada por Araújo (2007a) e por Bernardes (2013): longe de abandonadas, essas áreas cumpriam funções precisas dentro da lógica de exploração colonial, típica do desejo

¹³ Para uma discussão sobre a modernidade como ideal e vetor de transformação da sociedade, cf. Lilia Schwarz, 2018. Neste livro, *O espetáculo das raças*, publicado em 1993, a racialidade é tematizado sob a ótica de uma relação problemática com a modernidade. A autora demonstra como, no Brasil, a modernidade se entranhou por meio da instauração de uma dinâmica de busca por uma hegemonia intelectual às custas das desigualdades racial e social. Essa busca se refletiu, sobretudo, na relação íntima entre figuras importantes da intelectualidade brasileira com o poder do Estado, suas instituições de saber e sua política de apaziguamento nacional. Foi nesse momento de modernização que as principais instituições nacionais foram fundadas, preocupadas mais em parecer “modernas” a tratar seriamente de seus problemas históricos, como a pobreza e o racismo. Embora o livro tenha como tema de fundo a questão racial, o importante é termos em mente que a jovem nação, recém-independente, passou a ter a modernidade como ordem do dia, por meio da abertura ou maior investimento de instituições de pesquisa e ensino. Essa tendência modernizadora, que Lilian localiza em 1870 até 1930 foi algo que se estendeu para todo país, e, em várias áreas, como as várias reformas que ocorreram nas grandes cidades brasileiras, incluindo o Recife, a fim de que elas se parecessem com Paris, enfim, ser moderno, parecer a Europa, foram uma obsessão do País, do estado burocrático recém formado, e, sobretudo, uma preocupação incorporada na intelectualidade do país.

metropolitano de transformar a natureza em recurso ou matéria prima para sua indústria. Para compreender essa transformação na forma de viver e compreender as águas, em Recife, façamos um recuo histórico.

O Foral de Olinda de 1537, outorgado por Duarte Coelho, normatizou o uso das terras e subordinou o litoral à economia açucareira. Regiões alagadas, várzeas e margens fluviais foram instrumentalizadas segundo uma racionalidade voltada ao lucro e ao controle (Bernardes, 2013; Araújo, 2007a) - o mundo natural era, assim, quase em sua totalidade, instrumentalizado pelas necessidades externas do mercado impostas pela metrópole. As águas estiveram, desde então, sob o signo da exploração: mar e rios funcionavam como eixos de transporte e escoamento, não como espaços de contemplação. O Arrecife dos Navios, em Olinda, e os rios Capibaribe e Beberibe, que conectavam o interior ao porto, tornaram-se vetores centrais de acumulação mercantil e base da formação do Recife – uma cidade que nasceu das demandas externas, aproveitando as condições naturais oferecidas pelos arrecifes e pela bacia do Capibaribe (Araújo, 2007a).¹⁴

Desse modo, o intenso fluxo de transportes no porto transformou o que era, antes, terra sem valor em percurso de navegação para o comércio interno e externo. De modo que as terras do “arrecife dos navios” foram sendo concedidas para a construção de armazéns a fim de proteger o açúcar e outras mercadorias, levando à necessidade de erguer toda uma infraestrutura para o abrigo de marinheiros e estivadores, mercadorias e oficiais públicos alfandegários. Todo um conjunto de edifícios, prédios e construções voltados à administração e fiscalização de mercado e fronteira foi construído ao lado de pequenas casas de serviços comerciais que atendiam à demanda das populações atreladas às atividades portuárias. Com isso, se deu a formação de povoados, do surgimento de tabernas, fortificações, edifícios civis, eclesiásticos e públicos.¹⁵

¹⁴ Importante observar que área litorânea de Recife, isto é, a que hoje representa a praia de Boa Viagem, por muito tempo foi considerada “terra de ninguém”, formada por areais desertos que, eventualmente, eram ocupados por povoados de pescadores. Essa imagem, no entanto, é questionada por Rita de Cássia Barbosa de Araújo (2007b) e Denis Bernardes (2013), que afirmam que, não obstante a diferença de percepção do mar, no Brasil Colonial, em relação à atual, o litoral não estava associado de todo à ideia de abandono. Na verdade, sua imagem e função estavam intimamente relacionadas com o papel que uma colônia deve exercer diante da metrópole: isto é, o de servir como área de exploração, a fim de atender os interesses do mercado externo. Sua característica decisiva, portanto, deve-se, em grande parte, à sua função subsidiária da monocultura exportadora. Tal pode se verificar com o Foral de Olinda, o qual descreveremos adiante. De antemão, vale frisar que a considerada “terra de ninguém” era, na verdade, um conjunto de territórios traçados segundo regras estritas definidas por acordos e outorgas da hierarquia colonial, com suas relações de poder e subalternidade (Araújo, 2007b).

¹⁵ Cabe aqui uma nota sobre como toda essa composição, que emerge graças à atividade portuária, bastante rudimentar em seu princípio, é devedora, de certa forma, da decisão do donatário. Forma-se, então, uma estrutura que integrava, como coloca Bernardes (2013), uma “acumulação mercantil, no interior mesmo da colônia, embora indissociável do quadro mais amplo do sistema colonial”, e que tinha como seu condutor mais privilegiado os

Se o litoral sul foi logo percebido pela utilidade de seu porto, e pela navegabilidade dos Rios Capibaribe e Beberibe, adquirindo pujança graças aos fluxos mercantilistas e à interface entre os engenhos, as várzeas e a metrópole - conquistando um importante papel para o comércio que estimulou concessões que beneficiavam o interesse privado -, perguntamo-nos, então, que papel o litoral norte teve em relação à Olinda, tendo em vista que este não possuía características naturais que o habilitava às mesmas funções que o litoral sul.

Ao contrário da ideia de um litoral norte voltado a um uso comum, uma vez que esse supria boa parte das necessidades primárias dos habitantes por meio da prática do extrativismo, esta região, mesmo imprópria para a cultura da cana de açúcar, também foi alvo de disputas. Araújo rememora vários casos em que, por meio de requerimentos judiciais, principalmente no século XVII, no início da ocupação holandesa e se intensificando devido a “fome do campo”, terceiros alegavam a realização em benfeitorias em terras tão agrestes e até então improdutivas e que passavam a gerar frutos, o que justificaria que fossem concedidas como sesmarias (Araújo, 2007).

Assim, as terras antes públicas, pela influência exercida sob a camará foi passando a ser privatizada. Veremos como esse conflito em torno do litoral teve desdobramentos que até hoje persistem, fenômeno que interessa nossa pesquisa, e como a conformação socioeconômica do litoral sul e norte também ganhou importância como fonte de lazer das elites. As novas tendências de exploração e consumo desses ambientes distribuem os fluxos das classes até hoje.

Como observa Araújo (2001, p. 420), as praias brasileiras foram apropriadas como recursos extensivos, voltados à exaustão, sem políticas de preservação compatíveis com sua fragilidade. Em Boa Viagem, a perda do valor simbólico coincidiu com a emergência dos ataques de tubarões nos anos 1990 – efeito da dragagem e da construção do porto de Suape –, revelando a continuidade histórica de uma racionalidade predatória sobre o litoral, típica do desejo colonizador.

percursos designados pelas águas, interna e externa, do território brasileiro. Bernardes pergunta, por sua vez, sob que aspectos, jurídicos e econômicos, se deu a ocupação das áreas antes consideradas para “uso comum”, ou ainda, as terras julgadas como “areia sáfia que não produz fructo nenhum”, que logo se transformariam em fonte de subsistência para a população no interior do sistema colonial. Assim, Bernardes (2013) e Araújo (2007b) colocam que foi a estrutura social metropolitana e as relações sociais e comerciais que ela estabelecia que demandou um formato de administração de tipo latifundiário, estabelecendo leis restritivas à propriedade do solo, estendendo-se também para as regiões litorâneas - o que limitou a oportunidade de ganho para poucos. Assim, o mar e os rios, como argumenta Araújo (2013), traziam consigo a expressão material do período colonial - estendendo-se até o início do império; em outras palavras, nas águas recifenses inscreveram-se igualmente as relações impostas pelos arbítrios do impulso colonizador europeu.

A história de Boa Viagem condensa, assim, as transformações econômicas, sociais e ambientais do Recife no século XX. O mar e os rios, antes emblemas de distinção e contemplação, tornaram-se espaços amplamente acessíveis e carregados de novas contradições urbanas. Na Zona Norte, o Capibaribe permanece como eixo de memória e pertencimento; na Zona Sul, o mar de Boa Viagem materializa o ideal moderno e turístico. Em ambos os casos, as águas não apenas recortam o espaço: elas classificam estilos de vida, produzem hierarquias e organizam memórias coletivas – revelando que, sob diferentes formas, a cidade do Recife continua sendo moldada por suas águas e pelos sentidos que elas mobilizam.

Durante o século XVIII, o processo de ocupação do litoral, sobretudo do norte, se intensificou, e com esse povoamento também foi reproduzida nas areias das praias a estrutura fundiária marcada pelas relações sociais de dominação e exclusão que caracterizavam as terras das sesmarias dos engenhos. Daí que, se “a terra safia”, por algum tempo, passou livre da incorporação pelos engenhos, sendo uma área residual, mas fundamental para o mercado interno da colônia, isso não significou que fossem terras de uso democrático e livres do interesse dos senhores.

A pesca se mostrou economicamente significativa, de tal modo que a atividade se refletiu na ocupação do litoral.¹⁶ Por outro lado, mesmo sendo uma boa fonte de renda, ainda assim não atendia a demanda, o que incentivou outra forma de extração do sal das salinas fundamentais para a salga de carnes de peixe e de boi que vinham de outras paragens, a fim de conservá-las para comercialização. Nesse período, tornaram-se frequentes os relatos de viajantes anunciando a beleza das praias e de sua paisagem romântica, com seus coqueiros balançando ao vento, as pitorescas vilas e casas simples dos pescadores, sua vida frugal, o mar e as simples mas eficientes jangadas. O olhar estrangeiro, inclinado à contemplação de

¹⁶ Sobre o monopólio da pesca, Gilberto Freyre escreve: “A raiz do mal talvez fosse o sistema econômico: os sobrados, as casas grandes, as chácaras estendendo seu poder mar adentro, ou se assenhoreando do produto das pescarias através dos negros pombeiros; dominado esse comércio, do mesmo modo que dominando ou dificultando, o da carne verde, o de cereais, o de leite, o da própria água de beber, que algumas casas-grandes de sítio vendiam a tanto por balde à pobreza” (2006, p. 292). O autor, coloca que uma característica da monocultura da cana de açúcar, os braços (de escravizados) eram quase que completamente re-designados para os gêneros exportáveis, havendo um desprezo por parte dos senhores voltado para a produção de alimentos comuns. Com o processo de urbanização no Brasil, a carestia de gêneros alimentícios se fez sentida. Para mais detalhes sobre a alimentação do Brasil no período, consultar as páginas 283-295 do mesmo livro. Freyre traz ainda, para ilustrar a situação: “[...] o mesmo sucedia ao peixe, que à primeira vista que supõe fosse um alimento fácil para a gente mais pobre das cidades, para a população das casas térreas, dos mucambos e dos cortiços dos fins do século XVII e dos primeiros decênios do século XIX. Mas também o suprimento de peixe tornou-se um comércio dominado por grandes proprietários de terra, donos, no Nordeste, de currais entre as praias e os arrecifes ou com viveiro dentro do sítio” (2006, p. 290).

paisagens bucólicas, foi dando forma à costa do litoral do nordeste, forma que parece ter permanecido a mesma até o século XX.

Ainda que essas formas de ocupação e subsistência estruturassem profundamente o cotidiano das margens aquáticas – incluindo aí o cultivo e comércio do coco –, elas permaneciam alheias à lógica da distinção simbólica e ao repertório sensível das elites. Por outro lado, esse panorama idílico, com o tempo, acabou sendo atravessado pela grande propriedade, por relações de posse e desigualdade de distribuição de terra. O pescador despossuído de moradia tinha dificuldade de acesso aos recursos naturais para a realização de seus trabalhos: nem a madeira para a jangada, nem os peixes, que seriam cultivados em currais, eram dele. Enfim, todo material que o coqueiral dispunha para vida baseada na pesca, inclusive para o levantamento das casas, pertencia a senhores de grandes propriedades litorâneas. Essa relação de privatização foi exacerbada, principalmente, pelos currais de peixes delimitados no interior das praias, produzindo uma forma de pesca por monopólio. As estruturas que impediam a livre pesca, bem como a livre circulação de jangadas e barcos, iniciavam nas areias da praia e adentravam o mar, dividindo as fronteiras de cada porção com simples toras de madeira. Tudo isso despertou a reação dos “pobres livres” que arrendavam as terras dos senhores do litoral, mas também de senhores de terras interioranas que lá mandavam sua escravaria com o propósito de obter os frutos do mar aos quais não tinham acesso.

Iniciou-se um intenso debate sobre a concepção do mar, se público ou passível de apropriação, bem como os limites de seu início e fim de seus territórios. Para os donos das sesmarias litorâneas, por exemplo, a noção de mar podia bem ser a extensão natural de suas terras, já para os pescadores, o mar era tudo o que a água banhava das áreas litorâneas. Contudo, ao longo do século XIX em Pernambuco, ocorreu uma mudança gradual de percepção em relação ao papel do mar, e por extensão da praia, que esteve muito atrelada ao papel que o saber médico-higienista passou a desempenhar na sociedade com o apoio do poder público. Essa transformação refletiu um movimento mais amplo de modernização que começava a ganhar força em várias regiões do Brasil, ainda que de forma mais lenta em comparação com a Europa. Este novo paradigma será responsável por modificar os costumes das elites aristocráticas ligadas ao açúcar e também das classes médias urbanas, que aos poucos irão abandonar os rios, tradicionalmente vistos como local de descanso e lazer, em favor dos banhos de água salgada e da própria praia.

Durante o século XIX, o pensamento médico-higienista reformulou o modo de perceber a natureza urbana. A degradação sanitária das cidades industriais europeias, assoladas por

epidemias, alimentou o discurso médico sobre a relação entre espaço e doença, oferecendo, como escreve Araújo (2001, pp. 132–133), “a matéria-prima sobre a qual trabalhou o pensamento higienista”. Acreditava-se que os pântanos – “conhecidos como ‘bocas do inferno’, pela grande quantidade de substância orgânica em decomposição em suas águas escuras e estagnadas” – exalavam “vapores nefastos à saúde humana”. Esses ambientes, vistos como focos de miasmas e agentes invisíveis das epidemias, condensavam o medo do contágio e a aversão ao que era considerado natural demais, úmido demais, vivo demais.

Paralelamente, a antiga concepção teológica da natureza – herdeira da chamada Teologia Natural – começava a se dissolver. Essa tradição, predominante até o século XVIII, interpretava o mundo natural como expressão direta da vontade divina. O mar, nesse contexto, era visto como espaço de mistério e transcendência, território do sagrado e do temor. Com o avanço do pensamento científico e o declínio dessa teologia, instaurou-se um processo de secularização: o mar deixou de ser uma entidade indomável e passou a ser objeto de experimentação e conhecimento racional. Corbin (1989 apud Anjos, 2020) observa que, ao despartar-se da visão divina, a natureza marítima foi convertida em refúgio terapêutico e moral, articulando-se a um conjunto de normas e rituais burgueses de convivência.

Nesse contexto, a medicina retomou a prescrição hipocrática dos banhos frios, agora em chave moderna: os banhos de mar tornaram-se práticas terapêuticas e símbolo de refinamento. A praia, segundo Silva (2011 apud Anjos, 2020, pp. 342-343), passou a ser compreendida como espaço culturalmente construído, fruto de uma “domesticação” simbólica e científica. Corbin (1989 apud Anjos, 2020, p. 345) observa que, quando o mar deixou de ser visto como criação divina e indomável, iniciou-se sua secularização: as águas, o vento e a areia converteram-se em refúgios terapêuticos, prescritos para doenças nervosas, pulmonares e até melancólicas.

Essas novas concepções médicas - não obstante de cunho moral - chegaram ao Brasil de forma lenta e seletiva, mediadas pelas elites urbanas. Populações indígenas e africanas, bem antes, já conviviam com rios e estuários como parte inseparável de seu cotidiano - espaços de pesca, higiene, transporte e sociabilidade (Araújo, 2016). Essa relação fluida, anterior à sensibilidade burguesa, foi gradualmente suplantada por uma leitura moral e médica das águas. As práticas populares permaneceram funcionais, associadas à subsistência, e não ao lazer. O mar e o rio já eram vividos, porém fora dos parâmetros que o olhar dominante reconheceria como civilizados.

Durante o ciclo modernizador do século XIX, Recife passou por profundas transformações materiais e culturais. A nomeação do engenheiro João Bloem, o acordo para o

abastecimento de água em 1838, o cemitério público de Santo Amaro em 1851 e a iluminação a gás em 1859 simbolizam o esforço de alinhamento com o ideal europeu (Araújo, 2001). O teatro, então, tornou-se ícone do progresso e da distinção, expressão de uma elite que buscava afastar-se das manifestações populares e construir novas sensibilidades urbanas (Araújo, 2001, p. 108). Ao mesmo tempo, a ciência reforçava o valor terapêutico do mar: estudos sobre salinidade, temperatura e densidade consolidaram a chamada “hidroterapia marinha” como prática de prestígio (Corbin, 1989 apud Anjos, 2020, p. 349).¹⁷

Por volta da década de 1840, a elite recifense, que antes buscava refúgio nos “arrabaldes ribeirinhos” – Poço da Panela, Monteiro, Caldeireiro, Caxangá, Benfica, Ponte d’Uchoa, Beberibe –, gradualmente se deslocou dos rios para o mar, como afirma Araújo (2001, p. 95). Enquanto uns vão preferir “respirar a tradição aristocrática do velho burgo de Olinda”, outros buscarão se “isolar no distante povoado na praia de Boa Viagem” (Araújo, 2001, p. 95). Durante o apogeu dos veraneios fluviais, o trabalho dos escravizados foi amplamente mobilizado para viabilizar o lazer das elites – fosse no transporte fluvial, na montagem da infraestrutura doméstica ou no preparo dos banhos. O gosto pelas águas fluviais, contudo, começaria a perder prestígio à medida que o ideal de modernidade se consolidava e a praia passava a simbolizar o novo espaço de distinção social.

Embora o Brasil só tenha se industrializado em meados do século XX, algumas das novas perspectivas e avanços científicos que foram resultado da industrialização na Europa, ocorrida no século XVIII, foram sentidas no Brasil oitocentista. Nos grandes centros europeus como Londres, o número de habitantes aumentou significativamente, e como as cidades não estavam preparadas para absorver esse contingente humano de forma adequada, era comum ocorrerem surtos epidêmicos, o que levou os médicos da época a buscarem explicações e soluções para esses problemas. Nesse contexto, as teorias médicas e urbanísticas que surgiram na Europa influenciaram profundamente as políticas de saúde pública adotadas nas cidades brasileiras.

Foi com base na teoria dos miasmas que várias reformas urbanas modernizadoras foram empreendidas em cidades brasileiras como Rio e Recife. A falta de saneamento básico de muitos lugares e mais a própria condição geográfica e climática, que eram causas de muitas epidemias, fizeram com que as autoridades se alarmassem.

¹⁷ Alguns fatos atestam o processo de modernização. Em 11 de dezembro de 1838, foi estabelecido um acordo entre o Governo Provincial e a Companhia do Beberibe para garantir o abastecimento de água potável nos bairros centrais do Recife, utilizando encanamentos e chafarizes públicos. Outro avanço significativo na cidade foi a construção do cemitério público de Santo Amaro das Salinas, que foi finalizada em 1851.

O Rio de Janeiro é o exemplo mais clássico e conhecido da reforma higiênica posta em prática. As reformas de Pereira Passos, no começo do século XX, o prefeito responsável pela demolição dos cortiços e morros do centro da cidade carioca, foram executadas tendo este pensamento higienista como base. Essas reformas não apenas visavam melhorar as condições sanitárias das cidades, mas também alterar a percepção da sociedade sobre os espaços urbanos e naturais, tornando-os compatíveis com os novos ideais de modernidade.

A crescente integração da economia brasileira ao cenário mundial impulsionou e facilitou transformações tanto no campo quanto nas cidades, especialmente nos principais centros portuários como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís. Após a Independência, a modernização da infraestrutura do país tornou-se uma meta essencial para o projeto político das novas elites econômicas brasileiras, que buscavam adaptá-la às necessidades das atividades econômicas da jovem nação (Araújo, 2001).

Com conhecimento das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que transformaram a Europa a partir do final do século XVIII – os chamados "milagres da civilização moderna", conforme registrado por um cronista importante da época –, essas elites tomaram como referência os padrões urbanos e estéticos vigentes naquele continente. Ao adotar a perspectiva europeia, as classes dominantes passaram a enxergar as cidades brasileiras como ultrapassadas e inadequadas para assumir o papel que lhes caberia na economia capitalista global (Araújo, 2001).

Neste sentido, é interessante apreciarmos as palavras do governador de Pernambuco, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, quando afirma que “o estrangeiro que aporta a uma Província de tanto nome, (...), incorrendo o vergonhoso espetáculo de nossas Pontes, forma de nosso povo, ou de seus governantes a mais lastimosa idéia” (Araújo, 2001). Como cidades ligadas ao mercado internacional, Recife e Rio buscaram modernizar-se na primeira metade do século XIX, mas este impulso urbanístico e modernizador ficou restrito à “praia”, ou seja, às capitais das províncias.

A intenção das elites de modernizar o Recife começou a se concretizar na década de 1830. O primeiro passo foi a nomeação do engenheiro alemão João Bloem como encarregado da Arquitetura da Cidade, um ato da Câmara Municipal do Recife. Em suas análises, Gilberto Freyre observou que Bloem era fortemente influenciado pelo espírito reformista da época, com o objetivo de transformar o Recife em uma cidade mais europeia. Ele buscava eliminar do cenário urbano as evidências dos longos anos de história colonial, corrigindo as falhas, curvas e irregularidades que caracterizavam o complexo tecido urbano da cidade portuária. Em lugar

disso, ele visava criar uma cidade com ruas amplas, edificações organizadas e uma arquitetura uniforme e padronizada (Araújo, 2001).

Por outro lado, o processo de descoberta e valorização do mar e da praia, que transformou esses espaços em símbolos de lazer e saúde, foi impulsionado pelos avanços tecnológicos e infraestruturais da II Revolução Industrial. Durante esse período, novas inovações, como o automóvel, o telefone, o desenvolvimento de sistemas de esgoto e abastecimento de água, além da expansão das vias férreas, desempenharam um papel fundamental na reorganização dos espaços urbanos e na criação de novas formas de interação com o ambiente natural.

Entre os anos de 1838 e 1848, com a suspensão temporária dos conflitos políticos na província e o restabelecimento da ordem institucional, foi que o processo de modernização e a adaptação aos costumes europeus começaram a influenciar a vida cultural e social do Recife. Apesar das tensões ainda persistirem entre conservadores e liberais, esse período foi crucial para que a cidade experimentasse melhorias materiais, conforme o conceito de modernização do século XIX, que envolvia tanto o desenvolvimento da infraestrutura urbana quanto a redefinição do padrão estético e funcional da cidade (Araújo, 2001).¹⁸

A iluminação urbana também foi um ponto de atenção durante a gestão do Barão da Boa Vista. Em 1839, Francisco do Rego Barros firmou um contrato com um empresário para implementar a iluminação da cidade por meio de gás carbônico. No entanto, essa tentativa não teve sucesso. Somente em 1859, quando o Imperador D. Pedro II visitou a província, o Recife pôde finalmente contar com a iluminação dos lampiões a gás.

Freyre (1989 apud Araújo, 2016, p. 2) oferece uma imagem reveladora da essa transformação simbólica em curso, ao afirmar que “a água nobre hoje é a do mar – esse mar nuns lugares tão azul e noutros tão verde que banha as areias do Nordeste”. Pouco mais de um século antes, contudo, “essas praias ilustres não eram senão imundícies”, lugares onde “se atirava o lixo e o excremento das casas, enterravam-se negros pagãos e abandonavam-se lençóis de doentes da peste”. Essa passagem sintetiza a inversão de valores que marcou a história das águas no Recife: de espaço do descarte e da morte, a praia se converteu em território da saúde, da elegância e do lazer – um verdadeiro signo da modernidade tropical.

¹⁸ Alguns fatos atestam o processo de modernização. Em 11 de dezembro de 1838, foi estabelecido um acordo entre o Governo Provincial e a Companhia do Beberibe para garantir o abastecimento de água potável nos bairros centrais do Recife, utilizando encanamentos e chafarizes públicos. Outro avanço significativo na cidade foi a construção do cemitério público de Santo Amaro das Salinas, que foi finalizada em 1851.

Quando os banhos de mar começam a se tornar fonte de lazer para as elites, surgem os chamados “banhistas profissionais”, geralmente homens negros ou pardos, muitos deles expescadores, que eram contratados para acompanhar as mulheres e crianças brancas no momento do banho, segurando-as pela mão e protegendo-as das ondas. Embora fossem reconhecidos por sua força física e experiência com o mar, sua participação permanecia restrita ao papel de assistentes subalternos – sem acesso à fruição estética ou à distinção simbólica que definia o lazer burguês.

Entre o fim do século XIX e início do século XX, o “uso do arrabalde” tornou-se mais frequente e acessível às classes menos favorecidas. A expansão urbana e a difusão dos transportes coletivos aumentaram o acesso aos subúrbios. A introdução de diligências de tração animal, bondes de burro e trens conhecidos como “*maxambombas*” democratizou o acesso aos subúrbios, reduzindo seu caráter exclusivo (Machado e Andrade, 2005 apud Anjos, 2020, p. 359). Essa ampliação de acesso coincidiu com a degradação do Capibaribe, poluído pelas caldas das usinas e pelos esgotos urbanos, o que levou as classes médias e altas a migrarem definitivamente dos rios para as praias de Olinda e, depois, para o litoral sul da cidade (Anjos, 2020).

No início do século XX, o mar consolida-se, então, como espaço de lazer, esportividade e distinção. O corpo saudável e bronzeado passa a representar não apenas vitalidade, mas também status social, corporificando os novos valores estéticos do capitalismo moderno (Araújo, 2016, p. 6). Por outro lado, Olinda logo se torna símbolo de atraso e conservadorismo. Nos anos 1920, Pina e Boa Viagem emergem como territórios da nova cidade do Recife: receberam redes de água, esgoto, iluminação elétrica, bondes, avenidas arborizadas e uma Beira-Mar monumental - ultrapassando Olinda, inclusive em infraestrutura e como atração das elites (Araújo, 2016). O ideal de modernidade finalmente encontrava expressão na paisagem.

As antigas casas de banho – símbolo da distinção oitocentista – não resistiram ao processo de popularização. Em 1860, Recife contava com apenas uma; em 1881, com quatro; em 1894, restara novamente uma (Araújo, 2001). Sua função elitista perdeu sentido quando o acesso ao mar se democratizou e o governo garantiu gratuidade a pacientes da Santa Casa (Araújo, 2001). A praia pública substituiu o espaço privado e pago, e o mar tornou-se domínio coletivo.

Entre as décadas de 1930 e 1950, Boa Viagem e Pina consolidaram-se como novos polos de sociabilidade. Inicialmente redutos da elite, passaram por massificação e urbanização intensa. A degradação do Capibaribe, poluído pelas caldas das usinas e esgotos, levou as classes

médias e altas a migrarem para as praias de Olinda e, depois, para o sul da cidade (Anjos, 2020). A verticalização acelerada dos anos 1950 transformou o bairro em área de residência permanente e apagou os vestígios do passado bucólico (Araújo, 2001). Boa Viagem converteu-se em símbolo da cidade moderna – e de sua contradição: espaço de lazer popular e, ao mesmo tempo, produto de um processo de esvaziamento simbólico.

Esse percurso confirma o que Bourdieu denomina lei de Engels: à medida que um bem simbólico se difunde, perde valor distintivo, especialmente “para os grupos que o legitimam” (Bourdieu, 2008, p. 294). O Capibaribe, descrito no início do século XIX como um dos rios mais deleitáveis, foi degradado, aos poucos, pela urbanização e pela poluição (Araújo, 2001, p. 93; Bianca Cruz, 2019, p. 150). O litoral repetiu o padrão: Olinda, primeiro refúgio marinho, foi abandonada; Boa Viagem viveu o mesmo ciclo, passando de refúgio aristocrático a praia massificada, tomada por automóveis, barulho e densidade urbana (Araújo, 2001, pp. 330-331, 388). Segundo Bianca Cruz (2019, pp. 147-148), esse movimento se repete em novas frentes – Itamaracá, Porto de Galinhas –, impulsionado pela busca incessante de novos paraísos sensíveis, sempre à beira do desgaste.

Essa dinâmica é visível desde o Capibaribe, que foi o primeiro espaço aquático a atrair as elites locais. No final do século XVIII e início do XIX, suas margens arborizadas e suas águas cristalinas ofereciam sombra, privacidade e prazer sensorial às famílias abastadas, sendo descrito como “talvez um dos rios mais deleitáveis e amenos que se conhecem” (Araújo, 2001, p. 93). No entanto, esse mesmo movimento de valorização despertou processos de ocupação urbana, adensamento populacional e poluição – especialmente pelas caldas das usinas e pelo esgoto doméstico –, que destruíram os atributos que antes conferiam prestígio ao rio (Bianca Cruz, 2019, p. 150).

Rita de Cássia enfatiza que, embora o movimento de domesticação simbólica da praia tenha partido das elites, outros estratos sociais também estiveram presentes no litoral. Suas práticas, contudo, mesmo quando eventualmente prazerosas, não eram reconhecidas pelo olhar dominante. O mar e os rios, assim, já eram vividos, mas sob lógicas funcionais, rituais ou corporais que não se enquadravam no repertório sensível e classificatório das elites. A transformação da água em espaço legítimo de sociabilidade e distinção foi, assim, um processo de apropriação seletiva sobre territórios já ocupados por camadas populares e marginalizadas. Essa perspectiva descentraliza o foco exclusivamente elitista e permite compreender o processo de “descoberta” das águas como parte de um deslocamento simbólico que ignorou experiências anteriores e impôs novas classificações ao uso dos espaços aquáticos.

Durante o processo de modernização que marcou o Recife no século XIX, diversos elementos culturais passaram por mudanças significativas, refletindo os novos valores e perspectivas das elites e das classes médias urbanas. Entre esses elementos, o teatro emergiu como um símbolo de progresso e sofisticação, representando não apenas a visão de futuro, mas também as transformações que já se consolidavam no presente. A busca por uma vida cultural mais refinada e alinhada aos padrões europeus levou a um distanciamento das tradições populares e dos costumes que marcaram as gerações anteriores.

Em meio ao surto modernizador, o teatro era um símbolo do porvir, mas também expressão viva do presente, ponto culminante de um processo de transformações que vinha acontecendo continuamente, em ritmo mais ou menos acelerado, conforme o aspecto que se considere, desde a primeira década do século XIX. Aqueles homens e mulheres que ansiavam por uma noite de lirismo no teatro, afastavam-se cada vez mais de suas infâncias; dos modos, comportamentos, valores, hábitos e maneiras de que foram impregnados nos primeiros tempos de suas existências. Distanciavam-se das lembranças de seus pais e avós; assim como também se alargava a distância e aprofundavam-se as diferenças culturais entre a gente da elite e classes médias urbanas e as camadas populares. As primeiras se esforçavam para deixar para trás o drama jocoso do bumba meu boi, os carrosséis e os jogos de argolinhas, o brinquedo de entrudo, prazer ainda há pouco considerado inocente. Até as procissões religiosas, sempre alegres e repletas de símbolos e ritos que estimulavam a exteriorização pública da fé, começaram a apresentar mudanças na forma de exibirem-se em público (Araújo, 2001, p.108).

O trecho apresentado destaca o papel do teatro como um símbolo central das transformações culturais que ocorriam no Recife durante o processo de modernização do século XIX. O teatro representava, ao mesmo tempo, um olhar para o futuro e uma mudança em relação ao passado, servindo como um ponto de convergência entre as aspirações das elites e das classes médias urbanas em busca de uma identidade mais refinada e próxima dos padrões europeus.

A cena teatral, descrita como "um símbolo do porvir", reflete o desejo de romper com os valores e costumes tradicionais que ainda permeavam as memórias de infância das gerações mais antigas. Esse rompimento não era apenas uma rejeição às práticas populares, como o bumba-meu-boi e os brinquedos tradicionais, mas também uma tentativa de demarcar uma distinção social e cultural em relação às camadas populares. A ênfase na sofisticação do teatro sinalizava um afastamento de manifestações culturais consideradas mais rústicas e uma aproximação a práticas vistas como mais civilizadas.

Ao mesmo tempo, o trecho evidencia o impacto desse processo na configuração das relações sociais. A busca por uma vida cultural mais alinhada ao que era considerado moderno e civilizado contribuiu para aprofundar as diferenças entre as elites e as camadas populares.

Enquanto as classes dominantes se voltavam para atividades que reforçavam a sua distinção social, como as apresentações teatrais, as tradições populares começavam a ser relegadas ao plano do que era visto como arcaico e ultrapassado.

Esse movimento também pode ser observado nas mudanças nas procissões religiosas, que passaram a ser mais contidas, refletindo uma transformação na forma como a fé era expressa publicamente. A maior contenção nas manifestações religiosas e o distanciamento das celebrações populares são sinais do desejo de conformar-se a um ideal de sobriedade e decoro que caracterizava a nova sensibilidade burguesa em ascensão.

Dessa forma, o teatro não apenas representava o desejo de um futuro diferente, mas também era um espaço que simbolizava a tensão entre as memórias de um passado tradicional e a construção de um novo repertório cultural, mais urbano e europeu. As mudanças nos comportamentos e nos espaços de lazer, como o teatro, são indicativas de um período de transição no qual o Recife buscava se modernizar e redefinir a própria identidade.

2.2 Ascensão de Boa Viagem e legitimação de sua praia

A mudança de prestígio dos rios para a praia teve sua causa principal no processo de modernização - tanto intelectual, quanto urbanístico - como já apontado aqui. No final do século XIX e início do século XX, a expansão urbana de Recife e as mudanças nas dinâmicas sociais impactaram profundamente os hábitos de lazer e a ocupação dos espaços naturais pela população. À medida que a cidade crescia e novos meios de transporte se tornavam disponíveis, o acesso a áreas anteriormente restritas às elites passou a ser democratizado, alterando o perfil dos frequentadores dos rios e dos arrabaldes recifenses. Esse processo foi marcado por uma série de transformações econômicas e sociais que redefiniram as práticas de veraneio e o uso dos espaços de lazer.

O uso do arrabalde se tornaria mais freqüente e acessível às classes menos favorecidas, depois que se desenvolveu no Recife o serviço de transportes coletivos, com as diligências a tração animal, os bondes de burro, cuja estação central se localizava no Brum, próximo ao porto, e com os trens chamados de maxambombas. (Machado; Andrade, 2005 apud Anjos, 2020, p. 359).

A transformação dos hábitos de lazer em Recife está relacionada este processo de expansão. Rita de Cássia Barbosa de Araújo observa que uma migração das atividades da cidade para as margens dos rios, impulsionada pela abertura de novas estradas. Esse movimento

resultou em um crescimento populacional nos subúrbios, o que democratizou o acesso a essas áreas. A classe média, que antes frequentava os rios para lazer, passou a ver esses espaços de forma diferente, pois os antigos arrabaldes, antes apreciados por sua tranquilidade e beleza, perderam essas características à medida que se tornavam mais densamente habitados (Anjos, 2020).

Manoel Correia de Andrade, geógrafo e historiador, destaca que a ocupação dos subúrbios pelos grupos populares foi facilitada pelo desenvolvimento do sistema de transporte coletivo, que incluía diligências de tração animal e bondes puxados por burros, com uma estação central próxima ao porto de Brum, além dos trens conhecidos como maxambombas. Com isso, os arrabaldes, que antes eram destinos exclusivos para o veraneio das elites, passaram a ser frequentados também pelas camadas menos favorecidas da sociedade (Anjos, 2020).

A desvalorização do veraneio nos arrabaldes de Recife foi intensificada pela substituição dos antigos engenhos de açúcar por grandes usinas. Esse processo teve um impacto direto nos hábitos de lazer da população, uma vez que os rios, especialmente o Capibaribe, foram contaminados pelos resíduos das usinas de cana-de-açúcar, tornando-se impróprios para o uso recreativo. Em resposta a essa poluição, a população da cidade, que tradicionalmente se deslocava para os rios em busca de lazer, passou a frequentar as praias de Olinda, preferindo as águas salgadas como nova alternativa para o descanso e a recreação (Anjos, 2020).

Os discursos sobre higiene e saúde pública no século XIX não tinham como alvo todas as camadas sociais, mas focavam especialmente nas elites urbanas que viviam afastadas dos esforços do trabalho físico. Médicos e higienistas da época apontavam que os membros dessas elites levavam um estilo de vida artificial, cercado de luxo e preguiça, o que os afastava de uma existência considerada mais natural e simples. Para essas pessoas, o retorno desejado à natureza poderia ser alcançado através da prática disciplinada de atividades físicas, como esportes e ginástica, bem como pelo contato mais frequente com espaços ao ar livre e ambientes considerados mais naturais (Araújo, 2016).¹⁹

¹⁹ SCHWARZ (2000), que analisa como, no Brasil do século XIX, ideias liberais como liberdade, civilização e progresso eram incorporadas pelas elites não como expressão de uma transformação social real, mas como forma vazia de prestígio cultural. Eram ideias “fora do lugar”, que circulavam como enfeite retórico num mundo ainda organizado em torno da escravidão, do autoritarismo e da dependência colonial. No campo dos discursos higienistas, essa lógica se expressava na apropriação seletiva do ideal europeu de contato com a natureza: evitava-se o mar, associado às atividades portuárias, ao barulho e ao trabalho escravo visível, preferindo-se os rios, situados no interior e afastados dos centros urbanos, onde era possível cultivar práticas naturalizadas de lazer sem se deparar com o “espetáculo incômodo” da escravidão, cada vez mais condenado por viajantes estrangeiros. Assim, reinterpretava-se à brasileira um ideal europeu de civilidade, contornando simbolicamente a “chaga social” que ameaçava o prestígio moderno das elites locais (SCHWARZ, *Ao vencedor as batatas*, 2000; MEDEIROS, *Recife: três séculos de paisagem – dos descobrimentos portugueses ao século XVIII*, 2000; SÁ, *Do pântano ao riacho: a*

As novas formas de ocupação do tempo livre passaram a ser vistas como atividades de prestígio e elegância, sendo um privilégio da classe dominante. O tempo dedicado ao condicionamento físico e ao cuidado com o corpo se manifestava visivelmente em músculos bem desenvolvidos, transmitindo uma imagem de força e vitalidade. A exibição de um corpo forte e saudável tornou-se um sinal claro de status social, reforçando a distinção entre diferentes estilos de vida e as desigualdades sociais entre as classes. Com essas mudanças nos hábitos e comportamentos, surgiram também novas percepções sobre a estética corporal, moda e elegância. Ao final do século XIX, começaram a se consolidar algumas das tendências que definiriam os padrões de beleza e hábitos corporais nas sociedades capitalistas modernas. (Araújo, 2016).

Já no início do século XX, as mudanças nos usos e significados atribuídos ao mar e às praias tornaram-se evidentes. O uso das áreas litorâneas para fins terapêuticos e de higiene, que até então predominava, começou a perder espaço para atividades esportivas, recreativas e de lazer. Apesar de não serem completamente abandonadas, essas práticas passaram a dividir o espaço com novas formas de sociabilidade e de interação com o ambiente das praias, que agora também eram associadas ao descanso e ao entretenimento. As praias deixavam de ser apenas espaços de talassoterapia para se tornarem um ambiente propício ao lazer, embora esse termo ainda não fosse amplamente utilizado na época.

Essas atividades associadas a um novo estilo de vida passaram ser consideradas formas nobres e elegantes de ocupar o tempo livre, sendo identificadas pela sociedade como um privilégio da classe ociosa. O tempo livre dedicado ao treinamento do corpo e ao condicionamento físico corporificava-se e se tornava visível na exibição de músculos fortes e vigorosos, traduzidos por energia e altivez corporais. A aparência física forte, robusta e corada, tornava-se, em si mesma, uma insígnia de classe. Exibir um físico hercúleo assinalava as diferenças não apenas entre este ou aquele estilo de vida, mas as desigualdades existentes entre as classes sociais no interior de uma mesma sociedade. Associados às mudanças nos hábitos, comportamentos e preceitos morais de certas camadas ou mesmo de determinados grupos sociais, surgiam novos valores estéticos em relação ao corpo e ao vestuário, modificavam-se conceitos sobre moda e elegância, alteravam-se os gostos. Ao findar o século XIX, já estavam demarcadas algumas das tendências que predominariam nas sociedades capitalistas modernas em relação às questões de estética e hábitos corporais. (Araújo, 2016, p. 6).

As praias, associadas aos novos comportamentos e formas de se vestir à beira-mar, tornaram-se símbolos de um estilo de vida moderno. Contudo, a cidade de Olinda, mais conservadora, não se adequava a esse ideal de sofisticação e modernidade que as elites desejavam para Pernambuco e Recife, em franco processo de industrialização. A partir dos anos

1920, as praias mais ao sul de Recife, como Pina e Boa Viagem, passaram a se destacar. (Araújo, 2016).

Sob o governo de Sérgio Loreto, a região passou por um grande projeto de urbanização, que incluiu a instalação de infraestrutura moderna como redes de água, esgoto, iluminação elétrica, e a construção de novos acessos, como bondes elétricos e vias arborizadas. Entre as principais obras, destacou-se a construção da Avenida Beira-Mar, além de uma muralha ao longo da orla, oferecendo rampas de acesso à praia a cada 200 metros. Esse esforço de modernização transformou Pina e Boa Viagem em símbolos do novo Recife, deixando Olinda para trás em termos de infraestrutura e atração das elites (Araújo, 2016).

Olinda deixou de ser interessante para as elites pernambucanas devido à sua imagem de cidade tradicional e pouco adaptada aos novos padrões de modernidade e sofisticação que a industrialização trazia para o estado. Enquanto Recife passava por transformações significativas, como a urbanização das praias de Pina e Boa Viagem, que incluíam infraestrutura moderna e serviços urbanos de ponta, Olinda mantinha seu aspecto provinciano, sem os avanços necessários para atrair as classes que buscavam uma vida moderna e conectada aos ideais europeus.

A ausência de melhorias urbanísticas, como redes de saneamento, iluminação elétrica eficiente e transporte rápido, tornava a cidade menos atraente em comparação com as novas áreas de lazer e turismo que surgiam ao redor de Recife. Assim, a busca por espaços que refletissem progresso e uma estética de cidade moderna fez com que Olinda fosse deixada de lado em favor das praias urbanizadas ao sul da capital pernambucana.

O "enobrecimento" das águas do mar e das praias brasileiras se relaciona diretamente com as mudanças urbanas e o desenvolvimento das cidades litorâneas no século XIX. Esse processo também está ligado à adoção de valores culturais burgueses pelas elites urbanas e aos avanços do conhecimento médico-científico. Na década de 1840, cidades como Recife desempenhavam um papel central na administração política e nas atividades comerciais, conectando a economia interna do Brasil às economias internacionais. (Araújo, 2016).

Apesar de a economia e a política ainda serem dominadas pelo campo, os centros urbanos se destacavam pela comercialização de produtos de exportação e pela maior diversificação social, mesmo em uma sociedade ainda marcada pela escravidão. As cidades eram também locais de intercâmbio de ideias e conhecimentos, onde as elites e a incipiente classe média absorviam costumes e padrões europeus, adaptando essas influências aos seus interesses sociais e políticos. (Araújo, 2016).

As casas de banho, que tiveram seu auge no final do século XIX, enfrentaram um gradual declínio, à medida que o acesso aos banhos de mar foi se popularizando e se tornando mais democrático. Fatores como a concessão de banhos gratuitos para os doentes da Santa Casa de Misericórdia e a liberação das praias públicas para o uso geral da população contribuíram para que os banhos de mar deixassem de ser uma exclusividade das elites e se tornassem uma prática comum entre diferentes camadas sociais. Esse processo de transição, ao mesmo tempo em que ampliava o acesso ao lazer e ao tratamento terapêutico, também marcou o início do fim das casas de banho como uma prática comercial e elitizada no Recife.

Na análise detalhada dos Almanques de Pernambuco, Zanchetti levantou o número de casas de banho que existiam na cidade, incluindo as especializadas em banhos de água salgada. Classificadas como um ramo dos serviços pessoais e operando com uma estrutura empresarial, o Recife contava com uma única casa de banho em 1860. Esse número aumentou para dois em 1870 e para quatro em 1881, mas diminuiu para apenas uma em 1894. (Araújo, 2001).

Esses números indicam as dificuldades enfrentadas pelas casas de banho em se estabelecer na economia urbana do Recife. Essas dificuldades não eram exclusivas da cidade, mas refletiam a estrutura econômica do Brasil na época e os valores morais e culturais prevalecentes entre as elites e as classes médias urbanas. As barcas de banho, por exemplo, enfrentaram preconceitos e a concorrência de uma força de trabalho composta por escravos domésticos que realizavam a maior parte dos serviços para as famílias de elite e classe média durante a primeira metade do século XIX. Da mesma forma, as casas de banho encontraram obstáculos que, embora não tenham impedido totalmente o negócio, tornaram sua prosperidade difícil (Araújo, 2001).

No final do século XIX, a Casa de Banhos Salgados havia se consolidado como uma empresa economicamente estável e uma das poucas do setor de serviços pessoais em Recife. Em 1899, o empresário Carlos José de Medeiros solicitou à Assembleia Legislativa do Estado a prorrogação de sua concessão por mais 25 anos, citando razões econômicas e de saúde pública. Ele argumentou que os retornos financeiros não compensaram seus grandes investimentos e que pretendia fazer melhorias no estabelecimento. Do ponto de vista sanitário, ele destacou a importância do balneário, afirmando que era um local seguro contra doenças e febres, particularmente para estrangeiros ou viajantes. Para os moradores da cidade, o balneário oferecia a vantagem dos banhos de água salgada em ambiente puro e sem riscos (Araújo, 2001).

Medeiros também usou seu pedido para criticar os balneários concorrentes nas praias de Olinda, que ele alegava serem perigosos, mencionando que, de tempos em tempos, vidas eram

perdidas nessas praias. Ele ressaltou que os pacientes da Santa Casa de Misericórdia e as irmãs de caridade que necessitassem de banhos de mar tinham acesso gratuito ao seu estabelecimento.

Em 16 de junho de 1899, o governador de Pernambuco, Sigismundo Antônio Gonçalves, sancionou a Lei n. 379, que prorrogou por mais 15 anos o contrato de Medeiros para a exploração da Casa de Banhos nos arrecifes da capital. A lei também garantiu o acesso gratuito aos banhos para os pacientes da Santa Casa de Misericórdia que precisassem do tratamento. Além disso, o governo reconheceu o alastramento do costume dos banhos de mar entre a população e reafirmou a tradição jurídica de que as praias no Brasil sempre foram destinadas ao uso público, ao contrário do que ocorreu em partes da Europa, onde praias privadas surgiram. (Araújo, 2001).

Desde o final do século XIX, era comum ver banhistas vestidos com roupas escuras, seguindo o ritual de se encaminhar às águas salgadas ao longo das praias públicas. As praias do litoral brasileiro, franqueadas ao público, tornaram-se um espaço onde a população poderia usufruir dos benefícios dos banhos de mar, sem obstáculos como cercas ou muros, que eram proibidos por lei.

A análise crítica sobre o declínio das casas de banho no Recife revela um paradoxo interessante: seu abandono está, em parte, relacionado ao próprio sucesso da popularização dos banhos de mar, inicialmente restritos às elites. O aumento do número de banhistas, especialmente com a abertura das praias para o uso público e a inclusão de grupos antes marginalizados, como os doentes da Santa Casa de Misericórdia, alterou significativamente a dinâmica que antes sustentava essas instalações privadas.

No início, as casas de banho representavam um serviço exclusivo, voltado para as elites urbanas que buscavam higienização e tratamento terapêutico em um ambiente controlado e seguro. Esses estabelecimentos atendiam ao ideal de modernidade e sofisticação, oferecendo privacidade e um espaço protegido para que as elites pudessem desfrutar dos banhos de mar sem se expor diretamente às massas. No entanto, ao longo do tempo, com a crescente preocupação do governo com a saúde pública e a promoção dos banhos como um recurso terapêutico, o acesso a essas instalações foi gradualmente democratizado.

A concessão de acesso gratuito aos doentes da Santa Casa de Misericórdia, embora justificável por motivos de saúde pública, teve um impacto direto sobre a percepção das casas de banho como um local de exclusividade social. O influxo de pessoas doentes e menos favorecidas economicamente fez com que as elites comesçassem a se distanciar desses espaços, buscando alternativas que preservassem seu status. Ao ser frequentado por aqueles que

necessitavam de tratamento médico, as casas de banho perderam parte de seu apelo como locais de prestígio e lazer.

Além disso, o processo de democratização dos banhos de mar no litoral público contribuiu para o declínio das casas de banho. A abertura das praias para o público em geral, com a garantia de que qualquer cidadão poderia acessar o mar para fins recreativos ou terapêuticos, eliminou a necessidade de pagar por um serviço privado que, inicialmente, era restrito às casas de banho. Ao longo do tempo, o mar aberto passou a ser a principal escolha para a maioria da população, que preferia a liberdade e a informalidade das praias públicas às regras e custos associados às casas de banho.

Esse processo culminou na transformação dos banhos de mar em uma prática popular e acessível, deixando as casas de banho como uma relíquia de uma época em que a segregação social e o controle de acesso aos espaços de lazer eram mais rígidos. O declínio das casas de banho, portanto, não foi apenas uma questão econômica, mas também um reflexo das mudanças sociais que estavam ocorrendo no Recife e em outras cidades brasileiras. À medida que o espaço urbano se modernizava e os banhos de mar se tornavam uma prática amplamente aceita e incentivada, a necessidade de manter instalações privadas e elitizadas como as casas de banho foi desaparecendo.

A partir da década de 1930, as praias de Boa Viagem e do Pina começaram a se destacar como os principais pontos de lazer do Recife, competindo diretamente com Olinda, que havia sido, até então, um importante destino de veraneio. Inicialmente, tanto o Pina quanto Boa Viagem eram redutos da elite pernambucana, especialmente Boa Viagem, conhecida por suas mansões e palacetes, onde a elite social do Recife se reunia. No entanto, com o passar do tempo, esses espaços começaram a ser frequentados por camadas mais populares, um fenômeno que marcou o início da transformação dessas praias. (Araújo, 2001).

A modernização das praias do sul, particularmente Boa Viagem, que contou com investimentos em infraestrutura e urbanização pelo governo de Sérgio Loreto, trouxe um novo dinamismo à área, tornando-a cada vez mais atraente. A chegada de serviços públicos e melhorias urbanas possibilitaram que Boa Viagem começasse a se firmar como o local preferido das elites, especialmente por sua proximidade com o Recife. As famílias de alta classe social se deslocavam de automóveis e bonde, desfrutando das amenidades oferecidas pela urbanização e pelo desenvolvimento da orla. (Araújo, 2001). Contudo, ao longo das décadas de 1930 e 1940, um movimento de massificação começou a tomar forma. As camadas populares do Recife e arredores começaram a acessar as praias, o que resultou em tensões entre os grupos sociais.

Eventos como missas campais e atividades de lazer para trabalhadores foram organizados em Boa Viagem, marcando um processo de democratização do espaço, que até então era exclusivo da elite. Embora essa abertura tenha gerado desconforto entre alguns frequentadores tradicionais, Boa Viagem passou a acolher um número crescente de pessoas de diferentes classes sociais. (Araújo, 2001).

Essa expansão do uso público das praias gerou transformações profundas em Boa Viagem e no Pina. O fim dos serviços de bondes em 1937 e a substituição por linhas de ônibus causaram um declínio temporário na ocupação da área, mas o processo de urbanização já estava em andamento. A partir dos anos 1950, o bairro de Boa Viagem começou a ganhar impulso, consolidando-se como uma área de residência permanente e passando por um rápido processo de verticalização. As mansões e palacetes que antes dominavam a orla começaram a dar lugar a grandes edifícios, mudando completamente a paisagem. (Araújo, 2001).

Nas décadas seguintes, Boa Viagem tornou-se o bairro mais populoso do Recife, perdendo muito de seu caráter inicial de veraneio exclusivo da elite. A ocupação vertical eliminou praticamente todos os vestígios das fases anteriores de ocupação, marcadas pelas palhoças de pescadores e pelos luxuosos palacetes da fidalguia. Hoje, a praia de Boa Viagem é um símbolo do desenvolvimento urbano e da massificação do lazer, atraindo tanto moradores quanto turistas, mas sem as características bucólicas que um dia a definiram.

A Lei de Engels, de que fala Bourdieu, se aplica a vários ambientes aquáticos de Recife e Olinda. O Capibaribe, por exemplo, foi o primeiro espaço a atrair as elites locais. No final do século XVIII e início do XIX, suas margens arborizadas e suas águas cristalinas ofereciam sombra, privacidade e prazer sensorial às famílias abastadas, sendo descrito como “talvez um dos rios mais deleitáveis e amenos que se conhecem” (Araújo, 2001, p. 93). No entanto, esse mesmo movimento de valorização despertou processos de ocupação urbana, adensamento populacional e poluição – especialmente pelas caldas das usinas e pelo esgoto doméstico –, que destruíram os atributos que antes conferiam prestígio ao rio (Bianca Crus, 2019, p. 150)

Esse padrão se repetiu no litoral. Como mostra Rita de Cássia, Olinda foi o primeiro refúgio marinho valorizado pela elite, mas sofreu com ressacas, verticalização e a chegada de banhistas de outras classes, perdendo seu “recolhimento aristocrático” e sendo gradualmente abandonada (Araújo, 2001, p. 330-331). Boa Viagem, que sucedeu Olinda como estação de veraneio, também passou pelo mesmo ciclo: buscada inicialmente por suas qualidades bucólicas – mar calmo, areia branca e horizonte aberto –, ela foi intensamente ocupada e transformada, a

ponto de, já em meados do século XX, a paisagem ser descrita como irreconhecível diante dos “barulhentos banhistas”, “cheiro de óleo e perfumes” e “carros e ônibus cheíssimos na avenida” (Araújo, 2001, p. 388). Assim, o próprio atributo que conferia valor ao lugar – sua natureza preservada – tornava-se, paradoxalmente, o vetor de sua descaracterização.

Como observa Bianca Cruz, esse processo de descarte simbólico não se encerra: ele se renova. Praias como Itamaracá e Porto de Galinhas passam hoje por transformações semelhantes, movidas pela busca de novos paraísos sensíveis que reatualizam o ciclo de valorização, apropriação, desgaste e deslocamento (Bianca Cruz, 2019, p. 147-148). O que se observa, portanto, é um processo encadeado, em que a busca pelo bucólico e pelo natural, longe de preservar esses espaços, tende a esvaziá-los de sentido – ao mesmo tempo em que reforça desigualdades no acesso aos ambientes valorizados e na capacidade de protegê-los da degradação.

Como consequência, as praias passam a ser progressivamente abandonadas pelas frações médias, médias-altas e altas, e se tornam predominantemente de uso popular. Ao fim de todo esse ciclo, permanece o dano ambiental e simbólico, agora agravado pela falta de investimento, planejamento e cuidado com esses territórios. Como alerta Rita de Cássia, as praias foram apropriadas como recurso extrativista extensivo, “voltadas para a exaustão”, sem políticas de preservação compatíveis com sua fragilidade (Araújo, 2001, p. 420). Em Boa Viagem, esse esvaziamento simbólico coincidiu com o aumento dos ataques de tubarões a partir dos anos 1990 – episódio frequentemente relacionado à construção e dragagem do porto de Suape. Este último, por sua vez, expressa a continuidade de uma racionalidade histórica fundada na exploração predatória dos espaços costeiros, herança de uma cultura de ocupação e uso extensivo do litoral que remonta ao Brasil colonial.

2.2 “A nobre Zona Norte”

O areial do istmo serviu como destino para o enterro dos rejeitados pela sociedade colonial e escravocrata. As preocupações sanitárias faziam das praias próximas do perímetro urbano, por se tratar de lugar dedicado atividades laborais tidas como prejudiciais à saúde, como a prática de curtume e salga de couro. Assim, no processo de ordenamento das cidades, a ideia de empurrar o sujo para lugares remotos encontrou nessas praias o seu destino. Tal ordenamento, como colocado por Freyre (2006), representou o maior prestígio das ruas, e foi acompanhando pelo processo, observado também por Freyre, de formação das praias como

escoadouro natural, em que as águas faziam o papel de escoar toda sorte de dejetos e imundícies da cidade. Tal atribuição da praia e dos mares como destino dos dejetos, se inicia ainda no período holandês, e foi se firmando como uma tendência sólida durante o Brasil colônia e início do império, sobretudo após a adoção de medidas profiláticas devido à primeira epidemia de febre amarela (1685 tendo sido o ano em que foi registrada a primeira pandemia dessa doença na Vila do Recife e em Olinda).

Assim, se os holandeses, com todo o crescimento urbano pela qual o Recife experimentou durante seu período de ocupação, instituíram regras quanto à ocupação do espaço público, com rigor tal que o não cumprimento das leis que colocavam as águas como escoadouro era punido severamente a partir de 1828, com a instituição das câmaras municipais em todas as vilas e cidades do império, foi definido que dentre um de seus papéis, estava o de regulamentar sobre a salubridade e os espaços públicos. Tal visão foi chancelada pela câmara municipal do Recife, o que reforçou a percepção da praia destinada para usos econômicos, militares, de navegação, mas também foi responsável por marcá-la por certo estigma, o de esgoto, sanitário, depósito de imundície. Em certo ponto, as águas tornaram-se depósito de dejetos provenientes dos cadáveres enterrados a esmo, estes não eram enterrados nos campos santos por falta de recursos, ou pelas epidemias que deixaram centenas de mortos. Os relatos dos viajantes evidenciam outras formas de percepção do mar, ainda não populares no Brasil colônia e império. Enquanto os viajantes europeus eram educados para terem “gosto” pelo mar, isto é, pela contemplação da natureza, a elas serem sensíveis, aqui, tal percepção ainda era inexistente, associando a praia às atividades antes mencionadas, isto é, de forma funcional e carregada de estigmas... O olhar lúdico sobre o mar e a percepção das praias como áreas naturais de lazer, à maneira como o europeu enxergava, não estavam ainda eram cultivados.²⁰

Um exemplo dessa falta de “gosto” pelo mar e da proeminência da visão balizada pela possibilidade de ganhos, é que os recifes, tão importantes para o estabelecimento do porto que veio dar origem à cidade do Recife, usados para abrigar os navios com segurança, teve, no que

²⁰ Araújo (2001, p. 204–211), que analisa como, a partir do Romantismo, as elites europeias passaram a associar o mar a experiências estéticas, sensíveis e moralizantes – em ruptura com a antiga tradição de medo e repulsa. O Romantismo, enquanto movimento cultural e sensível da modernidade burguesa, foi central na produção de um novo olhar sobre a natureza, agora estetizada, curativa e digna de contemplação. Essa sensibilidade conferiu à praia um status simbólico elevado, vinculado ao repertório burguês de distinção e regeneração moral. Como complementa Helena Cristina F. Machado (2000, p. 201), a praia se constituiu historicamente como um espaço de clivagem entre usos legítimos – como passear, contemplar e buscar cura – e usos populares associados ao trabalho, ao corpo exposto e à mistura social. A ascensão burguesa reforçou essa separação entre a natureza domesticada e os usos populares da paisagem, instituindo uma distinção simbólica que, embora central na Europa do século XIX, encontrava barreiras estruturais para se afirmar no contexto brasileiro.

tange às tão famosas condições dos arrecifes, esses que protegiam a costa contra o avanço do mar, alvo de prática predatória já no começo do primeiro século da colonização, sua retirada dos grandes blocos de recifes para servir de uso na para construção civil, mas, sobretudo para as obras de maior vulto como igrejas, fortalezas e pontes. Tal fato é aqui lembrado para frisar esse caráter exploratório que tende a exaurir o mar a ponto de alterá-lo e ameaçar a segurança. Como escreveu ao rei um ex-ouvidor da capitania, em 1709:

A queixa que eu tenho dos moradores do Recife é o desfazimento contínuo com que destroem o mesmo recife de pedra, que Deus lhe pôs diante como antemural para que as águas de um elemento inteiro, unidas com a dos rios, que discorrem o Recife não fossem a sua Ruína, cobrindo e sepultando tudo o que nele se acha edificado. Tiram os moradores estas pedras e as arrancam continuamente para os seus edifícios. Muito receio que o mar venha cobrar algum dia o que lhe extraiu com toda razão da conservação pública (reproduzido em Mello, 1996, 78-82, *apud* Araújo, 2007, p. 72).

Vauthier, que percebeu a interdição sobre o mar, tentou quebrá-la, mesmo advertidos sobre os perigosos tubarões, mas após algumas excursões, passou a temer esse peixe, como também foi mal falado na cidade (Freyre, 2006). O mesmo viajante percebeu que se havia certo tabu sobre as águas salgadas, ele inexistia em relação às águas do rio. Também os rios não eram ainda associados a escoadouros como as águas do mar.

Desse modo, iniciamos uma primeira tendência das águas como espaço lúdico de sociabilidade. Entre 1843 e 1844 o rio começou a figurar como parte do calendário do Recife. É preciso entendermos essa primeira experiência social para também entendermos aquela sociedade em que o mar teve primazia sobre o Rio. Assim, Rita de Cássia de Araújo (2007) pergunta o que significava a percepção sobre o banho do rio, a memória sobre ele: o que revela dessa sociedade? Já antecipamos, o passadio dos rios foi o primeiro ensaio para a entrada do Recife na sociedade moderna, mas, justamente pelos limites socioculturais existentes em uma sociedade colonial e escravocrata, foi esse o escolhido.

Os banhos de rio podem sido motivados por dois fatores: a fuga da cidade, de seus inconvenientes e o surgimento de uma nova sensibilidade de percepção sobre ele, mas tudo isso, legitimado por um saber sanitário, ainda pré-científico, que ganhou força com as epidemias que atingiram Recife e Olinda em 1746 e 1747. Durante esse período, algumas regiões foram afastadas da cidade, mas em seus arrabaldes se mantiveram protegidas. Nesse sentido, o corpo médico e cirúrgico do Recife, em 1758, depois de uma longa pesquisa, apontou que as águas com melhores qualidades curativas eram as localizadas na altura dos bairros hoje conhecidos como Poço da Panela, Monteiro, Santana e Casa Forte. Mais uma vez, mencionamos a

construção da capela, hoje Igreja de Nossa Senhora da Saúde, que demonstrou a consolidação do assentamento da função higiênico-sanitária desses arraiais, que, em tempos passados, foram engenhos.

Na segunda metade do século XVIII, o saber médico pré-científico atraiu a movimentação das famílias patriarcais abastadas da cidade para o interior do Recife. Assim nasciam seus arrabaldes. Desde o período do Brasil holandês, o Recife já havia se tornado uma cidade asfixiante, conturbada, marcada pela sujeira, com ruas empoeiradas na época seca, lamacentas no período chuvoso, tomadas por dejetos, e cujos trajetos haviam sido desenhados de forma tortuosa e estreita. Além disso, essas ruas serviam quase exclusivamente para a circulação de trabalhadores e sua produção. Todo esse panorama é fundamental para entender a rede de modificações que levou as famílias tradicionais da elite a se deslocarem temporariamente, provocando, inicialmente, estadias sazonais e, mais tarde, o estabelecimento fixo nos seus arrabaldes. Gilberto Freyre descreve bem essa cidade colonial:

A compressão do patriarcado rural por um conjunto poderoso de circunstâncias desfavoráveis à conservação do seu caráter latifundiário e, sociologicamente, feudal, fez que ele, contido ou comprimido no espaço físico como no social, se despedaçasse aos poucos; que o sistema casa-grande se partisse quase pelo meio, os elementos soltos espalhando-se um pouco por toda a parte e completando-se mal nos seus antagonismos de cultura europeia e de cultura africana ou cultura indígena. Antagonismos outrora mantido em equilíbrio à sombra dos engenhos (2006, p. 270).

Ou seja, nas palavras de Freyre, a urbanização do Brasil, mesmo bastante incipiente, é lamentada, justamente pelo potencial de tensão que ela traz contido, tão bem ilustrado em sua frase “acentuavam conflitos”:

A cidade do Recife talvez deva ser considerada a primeira de uma série de pequenas sodomas e gomorras que floresceram à margem do sistema patriarcal brasileiro. Foram muitos sobrados que, ainda que novos, tiveram [...] seu destino patriarcal desviado, seu sentido familiar pervertido, sua condição cristã manchada por extremos de libertinagem (2006, p. 158).

À luz dessa história, podemos entender o processo de urbanização iniciado pela vinda da Família Real em 1808. Com saudosismo, Freyre descreve o processo de estilhaçamento das forças antagonicas, antes mantidas em equilíbrio pelo engenho. Se, antes, os segmentos sociais mais díspares conviviam em certa harmonia, completando-se dentro da estrutura física e simbólica da “Casa Grande & Senzala”, com o abalo causado no “mundo feudal brasileiro” pelas transformações modernas, a nova ordem redesenhará a paisagem social na qual os grupos se encontrarão em constante conflito.

Em decorrência dessas mudanças, a cidade assume, na análise de Freyre, uma nova sociabilidade, marcada pela fragmentação, atravessada por elementos populares.²¹ Freyre (2006) associa a esse contexto o surgimento dos mocambos, que vão se multiplicar e formar a nova paisagem metropolitana. Para o autor, trata-se de uma consequência dessa ruptura do antigo balanço das forças sociais antagônicas. Freyre argumenta como, então, a casa se tornará inimiga da rua. A saudade do universo da casa grande, que acomete eventualmente um membro da elite, pode justamente ser tributária do sentimento de perda de controle que a Casa Grande tinha sobre os cativos da senzala. Assim, os recém-libertos passam a ocupar o espaço urbano por meio dos mocambos, caracterizados por uma habitação e uma vida extremamente precárias.²²

Considerando essa cidade que se formava, podemos entender o medo, mas também o estigma que recaía sobre o espaço da rua. Nesse sentido, podemos entender os “melindres” característicos dos sobrados, cujas práticas visavam proteger as “sinhas” dos olhares intrusivos, além, obviamente, de assegurar suas riquezas por meio de paredes grossas, quartos sem janela etc. Enfim, as cidades começam a ganhar seus novos contornos por meio de construções marcadas por essa fisionomia severa, em que a fronteira entre público e privado era demarcada por ásperos muros com cacos de vidros ou artigos pontiagudos, por um interior abafado causado pela reclusão e antipatia em relação à rua. As decorações expressavam bem essa antipatia, com seus gárgulas e dragões com feições assustadoras voltadas para fora. Enfim, como escreveu Freyre, os sobrados do século XVIII até a primeira metade do século XIX eram lugares escurecidos pelo excesso de clausura, assemelhando-se ao “interior de igreja” (p. 323), em suma, “uma habitação úmida fechada” (p. 325). Essas pequenas fortalezas confundiam-se, igualmente, com prisões.

Os sobrados, portanto, tinham como principal função resguardar a família dos perigos externos, dos tipos que circulavam suas ruas (p. 324). Eles, de fato, expressavam a animosidade à estrutura da vida pública que começava a se estabelecer, bem como ao tipo de sociabilidade que a própria sociedade escravocrata havia produzido.

²¹ Para citar um exemplo, a prática da capoeira torna-se frequente nos espaços públicos, em rodas formadas por grupos de negros e mulatos. Esta antiga forma de luta fundava-se na arte de empunhar navalha e faca, servindo, muitas vezes, como reação e defesa violenta contra capitães-do-mato, capatazes e caçadores de fugidos. Mais tarde, ficaria popularmente conhecida como um jogo e uma dança que simula um andar aparentemente desengonçado, mas que despertava medo à época abordada por Freyre.

²² Digno de nota que esse estado de miséria material e alimentar não ocorria na antiga ordem, segundo o mestre de Apipucos, tendo em vista que, para ele – “à sombra do engenho” – ambos se completavam e se ajudavam.

O centro do Recife era um aglomerado marcado pelo intenso burburinho dos que nele trabalhavam, sons esses que marcavam sua condição de cidade portuária, e mais ainda, cidade colonial, nascida para ser explorada ao máximo. O intenso vai e vem de pessoas e mercadorias, toda barulheira advinda dessas atividades, os negros transportando o “tigre” (barris oriundos dos sobrados usados para despejar os excrementos humanos), o suor do trabalho braçal. A cidade era lugar da poluição sonora, do mau-cheiro e dos estigmas derramados sobre os negros, que iam e viam com suas roupas de trapo, às vezes seminus, sobre as mulheres da vida e os mendigos. Enfim, todo um cenário no qual parecia proliferar os miasmas da doença, conforme se dizia o saber científico da época. O Recife era, então, uma cidade de ares opressivos, no interior do qual as sinhás, sinhazinhas e sinhozinhos se escondiam, permitindo-se serem vistos muito raramente na rua. Caminhar pela rua era de tal forma um tabu que, caso rompido, o estigma recaía sobre eles também (Leitão, 2009). Protegidos pelas grossas paredes dos sobrados, viam-se obrigados a se contentar com a visão entrecortada pelos muxarabis das janelas mouriscas. Nesse contexto, o Recife era uma cidade desagradável.

Vale ressaltar, conforme argumentos tecidos por Rita de Cássia Barbosa de Araújo (2007), que essa percepção do Recife como cidade desagradável decorre, em grande medida, de uma construção do imaginário, um processo de acúmulo da memória social, esta que está associada à presença estrangeira após 1808 (com a abertura dos portos e a vinda da família real). Essa presença estrangeira influenciou o surgimento de uma nova sensibilidade nos membros da elite local. Embora os espaços públicos, durante o Brasil colônia, e especialmente em se tratando de Recife, tenham sido malvistas desde sempre, os sobrados acentuaram essa vontade de segregação e quase total fechamento entre o privado e o público (Leitão, 2009). A postura vigente, até então, tolerava e normalizava tal modelo de sociabilidade escravocrata. Todavia, devido ao maior contato com países europeus e suas cidades modernizadas, surge a crítica a esse tipo de cidade colonial, que passa a ser vista como “atrasada”. Essa crítica, fundamentada no modelo ético e estético de cidade burguesa europeia, implicou uma tendência cada vez mais forte no século XIX entre as elites. De modo que a incorporação dessa sensibilidade se traduziu em uma visão sanitarista em que o medo de uma potencial epidemia, causada pelos “miasmas”, estava sempre presente.

Podemos ver, através desse panorama, que a repulsa à cidade e aos encontros por ela proporcionados em seus espaços públicos, com as mais distintas alteridades - que hoje aparece no discurso do medo da violência urbana - já estava presente no período colonial. Igualmente,

a tendência a fugir do centro que, no passado, caracterizou a elite pernambucana (Caldeira, 2008).

Assim, gradativamente, as famílias patriarcais das elites passaram a perceber o Recife como quente, abafado, uma cidade suja; contrariamente à miséria do centro, o bucolismo e as águas regenerativas do Capibaribe começaram a ganhar um novo sentido, fundado na busca por salubridade e bem-estar, que também os ares campestres proporcionaram. Enfim, começamos a compreender o nascimento do que veio a ser entendido como Zona Norte, e ainda mais importante, como elementos mobilizados pelo saber sanitário e incorporados pelas elites locais passaram a compor a percepção coletiva desse local: bucolismo, ar interiorano, valorização da natureza e mesmo a beleza do castigado Rio Capibaribe.

Contudo, é fundamental insistirmos nessa mudança de sensibilidade das famílias patriarcais sobre o Recife. O panorama, trazido por nós, ajuda a entender as motivações que faziam a elite se transferir, sazonalmente, para o campo. Como colocado por Rita de Cássia Barbosa de Araújo (2007, p. 101), no Recife, o passeio público “expunha publicamente as chagas da escravidão e da miséria”:

nos corpos macilentos dos pretos e mendigos, nos seus olhares sem vida e sem orgulho, nos trajes andrajosos com que parcamente se cobriam, nos aleijões e pústulas que exibiam, ultimo recurso de alguns para ganhar a vida; nos gestos lascivos com que as raparigas ofereciam seus corpos de ébano a serviço do sexo oposto..

Paulatinamente uma nova sensibilidade ia se estabelecendo, as famílias letradas e abastadas da camada dominante passavam a adotar um novo padrão cultural de referência: o da moderna sociedade burguesa urbana europeia. As margens do rio Capibaribe, sobretudo onde hoje se localiza a Zona Norte, passaram por transformações culturais e de valores, sob especial influência francesa e inglesa.

A refeições servidas em bandejas de prata acompanhadas de vinhos importados da Europa, quando possível, ou de bebidas de frutos encontrados nas localidades, os vestidos de seda, os anéis, enfim, um novo padrão de sociabilidade mundana passava a se instalar entre as elites: valores tradicionais de uma cultura religiosa altamente tradicional e que por séculos foram dominantes, em uma sociedade colonial, fruto da implementação forçada pela metrópole sobre a colônia, metrópole essa ainda muito signatária do antigo regime, começavam a ser questionados. As elites, começavam a adotar um novo padrão, a moderna sociedade burguesa europeia e citadina passava a fascinar uns e envergonhar outros, o que ajuda a explicar as

mudanças sazonais dos que abandonavam a cidade e seguiam rio acima para viver em um mundo idílico, provido por suas riquezas.

A partir de 1830, as margens do Rio Capibaribe, justamente aquelas onde hoje situamos a Zona Norte, formadas por simples povoados e casas rústicas, se transformaram a tal ponto que passaram a ostentar edificações de gosto simples e refinado, os palacetes começaram a marcar a paisagem do lugar. O Padre Carapuzeiro, em sua coluna jornalística, voz crítica e legítima dos valores tradicionais, tematizou com frequência as mudanças no modo de experimentar o momento de sazonalidade no arrabaldes. Ele lamentava que as famílias que iam passar parte do ano nas estâncias do Poço da Panela, da Madalena e de outros arrabaldes próximos ao rio (que, no futuro, viriam formar a Zona Norte) estavam sendo frequentados por visitantes com hábitos cada vez mais europeizados; a indumentária das mulheres perdia o aspecto simples e reto em favor de trajes cada vez mais elaborados, as construções tornavam-se mais opulentas e as festas, cada vez mais exabundantes e estrangeiras: o tradicional entrudo estava sendo abandonado em favor das valsas francesas. Essa região da cidade passava a exalar um ar cada vez mais nobre.

O que hoje vem a ser entendido como Zona Norte, portanto, nasceu dessa apropriação da modernidade. Uma apropriação, que aos poucos passava a valorizar o lúdico, os bailes, os momentos de sociabilidade mundana. Esses momentos de “passadio” nos arrabaldes, sob o signo da modernidade, não abriam mão, contudo, dos cativos que acompanhavam suas senhoras. Todavia foi um avanço no provincianismo, não apenas para as mulheres, mas mesmo os homens aproveitavam o período do passadio para desfilar montados em seus alazões e com sua melhor indumentária. O campo, os arrabaldes, em comparação à cidade, era um momento de alívio, pois permitia às famílias patriarcais fugir do ar opressor dos sobrados, em troca de um convívio mais intenso, logicamente, entre iguais, e sem os perigos e inconvenientes da agitação do centro do Recife.

A população citadina abastada, mas também as classes médias urbanas, a partir da abertura de uma estrada que ligava o centro ao subúrbio, a partir de 1839, foi atraída pela salubridade, frescor do campo, distância do mal cheiro e ruídos das cidades e de todas as mazelas que a escravidão produzia. Buscou-se conciliar a modernidade, por meio de um estilo de vida burguês, não mais enclausurado, mas aberto aos momentos de reunião coletiva, ao mesmo tempo que o deleite estético da natureza estimulava as camadas medianas a procurarem essa região, provocando também o desejo de se estabelecerem próximos aos grandes senhores

de engenho e dos grandes comerciantes. Esse é o movimento que formou o que hoje se conhece como Zona Norte.

2.3 Algumas considerações sobre a concepção espacial, geográfico e sócio-cultural da praia e seu estatuto jurídico

Diversos sujeitos sociais e instâncias políticas passaram a discutir a concepção da praia e seu estatuto jurídico ao longo do século XIX. Isso, em grande medida, despertado pelos embarços causados pelos currais e seu “despotismo sobre as águas do mar”. Essa tirania passou a ser objeto de leis, mas os proprietários de terras e currais mostraram uma articulação política nas câmaras municipais, ou mesmo através de demonstrações de força que refreiam as medidas voltadas a sua extinção. O governo se viu obrigado a encontrar um meio termo, os currais passaram a ser tolerados, graças a influência que detinham seus proprietários. Mas os interesses em disputa acabaram por impor alguma regulamentação sobre essa colonização do mar. Uma das partes interessadas era a própria metrópole, que tinha grande preocupação em evitar a obstrução das navegações, além do desejo de garantir que as águas do mar fossem de uso comum, portanto, da esfera do domínio público. Assim, os currais resistiram, mas sendo regulamentados pelas câmaras públicas que determinavam as licenças para seu uso, e as condições para tal.

O que é importante reter é que os currais levaram diferentes atores ao conflito, proprietários de terras e de currais, pescadores livres e escravos, as Câmaras municipais, a Coroa Portuguesa, comerciantes, navegadores. Os currais eram a expressão do conflito entre o público e o privado, cujo cerne repousava nas disputas do conceito jurídico e legal do mar, das praias e da propriedade sobre eles. Logo, o que designaria a exploração legalmente legítima ou ilegítima era sua fundamentação sobre tal concepção e seu estatuto jurídico. A praia, então, seria a porção de areia que a maré cobre e descobre quando vaza ou enche; tal noção, defendida pelo poder colonial, estava em desacordo com a dos senhores proprietários da terra beira-mar, que viam o mar como extensão de suas propriedades, e cujas noções, defendidas pela coroa, ameaçavam seus ganhos. Tais colonos, por meio de interpretações da lei personalistas e casuísticas, objetivavam usurpar o que era visto como bem comum, praias e mares, incorporando-as como propriedade privada. Os pescadores, por sua vez, também possuíam interpretações próprias quanto a sua conceituação, e viam todo o solo da praia como públicos, de modo que exigiam o fim dos arrendamentos, recomendando que estes terrenos fossem parte

das praias e mares, enquadrando-se, assim, na concepção da coroa de que eram bens coletivos e por isso não poderiam ser doados como sesmarias.

Todo esse processo de busca pela privatização do mar, e intermediação da Coroa, posteriormente do Estado nacional, a fim de regulamentar as funções econômicas dos mares e praias se mostrou uma tendência que persiste historicamente, em que indivíduos, sobretudo os mais abastados, buscam lograr seu domínio sobre o que é, por tradição, destinado ao uso comum. Reforçamos que todo esse preâmbulo serve para percebermos como o mar foi por 400 anos objeto de disputa jurídica, colonial e social, bem como fonte de exploração econômica que deveria atender a interesses de senhores e da metrópole, mas também, para mostrar como se formou a paisagem idílica que até hoje marca a memória coletiva sobre o nordeste. Contudo, fundamental nessa página da história, é a concepção sócio-jurídica do mar, bem como a percepção das razões pelas quais o litoral norte foi o mais povoado, estando este “livre” da função portuária, e, portanto, marcado por um amplo contingente populacional. Rita de Cássia Barbosa da Lima (2007) coloca que o percurso de Olinda até Goiania, passando por Igarassu e Itamaracá, praticamente não havia região desocupada, a entender pelos relatos dos viajantes, que sempre tinham à vista alguma população, formada por um grande contingente de pessoas em situação de pobreza, negros foros ou ainda escravizados.

Já no litoral sul, esse era mais esvaziado, pouquíssimas eram as povoações. Tal questão, embora não seja aprofundada pela autora, será nosso ponto de partida para entender sua gênese como uma área badalada, voltada para as elites, diferentemente do litoral norte, que não possuía o mesmo prestígio. Tal situação se complementa com a tendência a apropriação do bem público como discutido, mas também queremos ressaltar como o as águas, os rios, os manguezais, as praias e os mares estiveram sob o signo da exploração característica da relação colonial, e que a paisagem idílica formada pelo lento e doce balanço dos coqueirais, que tanto marca a ideia de nordeste, por trás de sua aparente harmonia, escamoteia formatos de privilégio que atribuía a poucos senhores vastas áreas de terra, bem como uma população pobre que lhes servia de mão de obra. Resta sabermos quais motivações levaram a mudanças de concepção que fizeram das águas o espaço lúdico e de prazer que hoje ocupa certo imaginário, e não mais da busca da extração e do lucro, embora, essa função nunca tenha deixado de estar presente, de modo que o caráter extrativo acaba por ser também um outro fator para a sazonalidade das praias prestigiadas, e das esquecidas e degradadas, relegadas ao “povão”.

Tudo isso é uma discussão que enfrentaremos, mas, para tal, julgamos necessário primeiro entender as dinâmicas e concepções primitivas das águas. Assim, veremos como os

espaços de lazer que se tornaram as águas foram surgindo, relacionando, em paralelo, ao aparecimento do arrabalde da Zona Norte, e a memória coletiva decorrente deste.

2.4 Zona Sul: Modernidade em Movimento entre Carros, Praias e Status

A ocupação da Zona Sul do Recife seguiu trajetória completamente diversa da da Zona Norte. Enquanto a última se caracterizou pela criação de diferentes polos de povoação em torno do centro do Recife e pela predominância do uso agrícola, portuário e de comércio e distribuição, intensificado pelo uso dos rios, a primeira manteve-se até às primeiras décadas do século XX como área muito pouco povoada, habitada principalmente por comunidades de pescadores. Seu vetor de urbanização não foi a pequena localidade em volta da Igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem, mas o projeto viário da Avenida Beira-Mar (atual Avenida Boa Viagem). Inspirado em ideias urbanistas importadas das experiências do Barão de Haussmann em Paris e que levaram grandes centros costeiros do Brasil como Salvador e Rio de Janeiro a criarem suas próprias grandes avenidas marítimas, a Avenida Beira-Mar facilitou fortemente o acesso às praias da Zona Sul por meio de veículos automotores individuais ou coletivos e, conseqüentemente, criou a vocação de espaço de veraneio e banho de mar, com o surgimento de grandes residências burguesas de lazer a partir da década de 1920. A ocupação da Zona Sul ao longo do século XX será tratada em mais detalhes à diante.

À medida que os estratos das elites recifenses assimilavam, gradualmente, ao longo do século XIX, o desejo pelas águas salgadas e praias, perdia-se a necessidade de justificar o banho de mar pelas teorias médicas da época que o associava, por exemplo, à talassoterapia. Ao se enraizar na cultura dessas frações, passou a ser valorizado como forma de lazer e sociabilidade. No entanto, o núcleo urbano do Recife não dispunha de praias em suas proximidades que apresentassem condições atrativas. As praias do Brum, Santa Rita e Cinco Pontas, justamente pela proximidade com a vida urbana, não ofereciam a privacidade e o conforto necessários demandados pelas famílias da elite. Eram marcadas pela presença e pelos costumes de pessoas pobres, escravizados e populares que as utilizavam para seu próprio prazer, mas eram também rotas de intensa circulação de cargas e trabalhadores devido à proximidade com o porto. Acima de tudo, porém, essas áreas enfrentavam graves problemas de insalubridade, já que, por séculos, foram utilizadas como locais de escoamento de resíduos e imundícies (Araújo, 2007, p. 437; Arrais, 2004).

Embora a região do Recife contasse com outras praias localizadas no litoral sul, como as do Pina e de Boa Viagem, o difícil acesso a essas áreas contribuiu para que a região litorânea de Olinda ocupasse o espaço pelo desejo de mar desses novos banhistas da elite, especialmente após o declínio dos banhos de rio. O caminho para as praias do que viria a ser a Zona Sul, que à época constituía uma região externa à malha urbana do Recife, exigia atravessar rios e mangues, como o Capibaribe, de forma fluvial, utilizando embarcações pequenas e rudimentares sujeitas a riscos. Essas viagens eram extremamente trabalhosas e marcadas pela insegurança e precariedade das embarcações. Assim, essas praias foram praticamente ignoradas como destino de veraneio durante um longo período, que coincidiu com o momento de esplendor das praias de Olinda - isto é, entre o início da segunda metade do século XIX ao segundo decênio do século XX.

Nos anos iniciais do século XX as praias do Pina e de Boa Viagem mantiveram a mesma paisagem e formas de ocupação de subsistência que marcavam o litoral dos tempos de colônia, com pequenos vilarejos de pescadores, sítios de coco e pés de cajueiro, mangaba, e outras árvores nativas que se integravam ao mangue e às marés. Tal situação contrastava imensamente com as praias de Olinda, que atraía os veranistas. Para o recifense, praia era sinônimo de Olinda e vice-versa (Araujo, 2017). Embora em 1858 tenha sido construída uma linha férrea movida à tração animal que facilitou a integração do litoral sul, chamada Estrada de Ferro do Recife ao São Francisco, ainda assim, esta era deficitária, com baixa disponibilidade de transportes diários e veículos precários. Ressalta-se que a estação para chegar ao principal trecho da praia distava 1.5 quilometro e meio desta, caminho esse que deveria ser feito a pé. Em 1885, passou a ser realizado um empreendimento baseado na oferta de deslocamento de passageiros, bagagens e mercadorias da estação para a praia, este, contudo, também exercido da mesma forma rudimentar que a linha férrea. Esses eram empreendimentos privados que assinalam como era caro e difícil o transporte para essa região da cidade, mas testemunham um princípio de ocupação ou desejo de ocupação desses espaços pelos novos banhistas.

Com a incorporação do hábito dos banhos de mar como uma forma de sociabilidade e divertimento, somado a alguma melhoria no acesso às praias do sul, esse trecho começou a ser visto como potencialmente atrativo. Rita de Cássia de Araújo cita o seguinte comentário de um apelo feito por uma figura proeminente da época: “Uma ótima praia de banhos pouco desenvolvida ainda pela dificuldade de transportes” (2007, p. 454). Assim, mesmo com as benfeitorias para incorporar tais praias, ainda eram reduzidas e onerosas as formas de acesso. Por outro lado, a região que mais tarde se tornará Boa Viagem e Pina possuía características

naturais atrativas, cujas águas eram límpidas e banháveis, e por isso passou a ser especulada por frações das elites. O acesso restrito e o esplendor natural tornavam suas praias passíveis de serem frequentadas quase exclusivamente por esses grupos.

À medida que a movimentação de veranistas aumentava, ainda que de forma contida, comentava-se entre os círculos das altas frações sobre águas e banhos aprazíveis, a natureza e os encantos proporcionados pela região do litoral sul, exaltada pelo cenário bucólico que permitia verdadeiros momentos de contato com a natureza e fuga da vida citadina. Araújo enfatiza: “Aliás, era a busca dessa sensação, a possibilidade de poder sentir-se livre das obrigações e rotina diárias que conduzia muitos à beira do mar” (2007, p. 457). Eram, portanto, momentos idealizados como uma aventura de retorno às origens naturais, anterior à civilização: ausentes de preconceitos, convenções sociais e emulação de comportamentos pautados pela ostentação e afirmação pessoal. A praia era frequentada por aqueles que queriam evitar a cidade e suas rotinas. Por outro lado, as praias de Olinda passaram a ser dissociadas dessa dimensão “naturalista”, pelo excesso de frequentadores e seus esforços para tornar o momento um evento social, isto é, voltado para afirmação de sua individualidade e marcadores de classe. Assim, o litoral norte teria sido corrompido, não possibilitando mais o encontro com a natureza que as praias da zona sul permitiam (Araújo, 2007 p. 457).

Essa distinção entre os litorais do norte e do sul, contudo, carrega uma evidente contradição. Tanto as praias frequentadas para fins de sociabilização, como aquelas idealizadas para a conexão com a natureza são manifestações socioculturais de diferentes grupos sociais. Isso nos permite dizer que, a depender da composição de seus capitais, as concepções, valores e formas de uso das praias vão diferir. É um primeiro passo para compreender o abandono gradual de Olinda, a ocupação do litoral sul, mas também as formas de habitar a cidade baseadas nas concepções incutidas nos *habitus* característicos de frações de classe específicas.

Em todo caso, o sentimento de retorno ao mundo natural e o desejo de simplicidade não passavam, contudo, de expressões de ideias e concepções emersas no interior da vida urbana, civilizada, e sobretudo burguesa. Os grupos que disputavam o valor e a concepção dominantes, que legitimam o uso das praias, sentiam-se, por um lado, os verdadeiros representantes da civilização, e, por outro, sujeitos sensíveis o suficiente para reconhecer e distinguir as imposições da dinâmica socioeconômica da cultura urbana, sendo capazes de se afastar dela para apreciar a simplicidade oferecida pelos espaços naturais. Araújo conclui: “Civilizado era aquele que sabia conviver, temporariamente, com o diferente, desprender-se do conforto

material da cidade, abandonar comportamentos e hábitos citadinos para gozar os dias passados em harmonia com a natureza” (2007, p. 458).

Em 1912, o desejo de superar os obstáculos que impediam Boa viagem e o Pina se conquistarem o espaço que muitos advogavam como merecido de prestígio que passava a ser almejado para a pitoresca região, seus ares bucólicos e intensa vegetação coroados pela placidez do mar, garantida pelos arrecifes que freavam sua fúria e tornavam o lugar pacífico, foi colocado em prática através da reforma da estrada da Imbiribeira e a oferta de um serviço de aluguel de carros. Tais melhoramentos foram apregoados em nome do interesse público, e o poder municipal capitaneou a obra, mas a iniciativa privada desses serviços fez um poderoso lobby para a concretização desses melhoramentos e, por fim, a oferta de tal serviço. Nesse processo, foi central o papel do automóvel individual, tanto alugado quanto privado, como meio para acessar a praia, a ponto de emblematizar a modernidade de Boa Viagem sob seu signo. Além de um símbolo da modernidade, apontava para aqueles restritos grupos que podiam acessá-lo. Enquanto as Praias de Olinda eram acessíveis por via férrea com uma oferta de viagens regular, a zona sul tinha seu público definido, em grande parte, pelo acesso via automóvel individual. A construção de uma rampa que permitia aos carros circularem pela orla e até mesmo adentrar na areia da praia durante os períodos de vazão do mar foi decisiva na criação dessa imagem.

As propagandas de automóveis e os relatos sobre a experiência da velocidade noticiados nos jornais, como os citados por Araújo (2007) retirados do Jornal Pequeno, reforçam a imagem da modernidade que vai se estabelecendo sobre Recife no início do século XX. A aventura da velocidade, que aguçava os sentidos, restringia-se, contudo, ao privilégio de grupos seletos, proprietários de automóveis. Em dado momento, a região de Boa Viagem chega a dar lugar a circuitos de competição de corrida automobilística praticada por pessoas de famílias tradicionais. Araújo (2007, p. 471) cita: “Cinco eram os autos competidores da prova: 1º um Hudson, de propriedade do senhor João Maia, 2º um Chandler, do sr. Lafayette Resende, 3º um Roamer, do sr. Mário Carneiro da Cunha, 4º outro Chandler, do sr. João Cardoso Ayres, 5º mais um Roamer, do sr. Felipe Feliz. O vencedor foi o automóvel do sr. João Cardoso Ayres, conduzido pelo chofer Leon Collat.”

Ainda hoje tal imagem de modernidade sobredetermina as significações sobre o bairro de Boa Viagem, e a zona sul de maneira geral. Ela constitui, contudo, parte do olhar negativo atribuído a seus moradores pelos habitantes tradicionais dos bairros da zona norte - quer dizer, aqueles que se representam intelectualizados, nostálgicos de certo passado da sua região, que

valorizam a percepção tradicional da cidade, cujos sobrenomes, porém, muitas vezes são remanescentes daqueles precisamente citados por Araújo como os novos frequentadores de Boa Viagem e responsáveis pela constituição das novas práticas sobre as praias do litoral sul.

Assim, a ocupação de Boa Viagem reflete as profundas transformações econômicas e sociais que ocorreram no Recife ao longo do século XX, demonstrando como o espaço público das praias passou por um processo de democratização que, ao mesmo tempo, destruiu grande parte de seu passado aristocrático e elitista, cedendo lugar a uma nova forma de urbanização e convivência social. Esse processo histórico de esvaziamento de certos espaços exclusivos e ascensão de novos espaços de luxo tem em Boa Viagem um exemplo ambíguo. Isso porque, se a praia ou a beira-mar foram salutareis para a inflação do bairro, a causa maior de sua valorização, elas não permaneceram ocupadas pela mesma elite que ocupou o bairro. A praia de Boa Viagem em si (não o bairro) não é mais o lugar de veraneio de uma população rica, como séculos atrás, nem o lugar exclusivo, de fácil acesso, àqueles que moram à beira mar. Ela se tornou mais um espaço público de lazer popular, muitas vezes não frequentada pelos próprios moradores, como veremos em algumas falas dos entrevistados.

3 - “DEPOIS DA PONTE DO PINA A ATMOSFERA É OUTRA...”: Tomadas de gosto e juízos de valor entre os moradores da Zona Norte

Madeira do Rosarinho
Vem a cidade sua fama mostrar
E traz com seu pessoal
Seu estandarte tão original

Não vem pra fazer barulho
Vem só dizer... e com satisfação
Queiram ou não queiram os juízes
O nosso bloco é de fato campeão

E se aqui estamos, cantando esta canção
Viemos defender a nossa tradição
E dizer bem alto que a injustiça dói
Nós somos madeira de lei que cupim não rói

Madeira Que Cupim Não Rói,
Capiba

3.1 Panorama da Zona Norte

Percebe-se como a Zona Norte do Recife tem se tornado um espaço privilegiado para empreendedores, ressaltando aspectos como a alta renda per capita, a presença de áreas verdes e o perfil dos moradores, que valorizam a interação social e a sustentabilidade. A adaptação de casarões antigos em bairros como Casa Forte, Aflitos e Parnamirim reflete o desejo de preservar a tradição e a identidade local, atraindo comércios voltados para um público que preza pela qualidade de vida e pela *walkability* (isto é, boas condições para pedestres e caminhantes). Uma passagem na matéria chama atenção:

As empresárias Maria Duarte e Gabriela Mota, que possuem uma unidade da loja Bliss (moda feminina) em Boa Viagem e outra no Parnamirim, observam diferenças no perfil dos clientes das duas regiões. “Em Boa Viagem, as meninas são mais produzidas, gostam de brilho, roupas mais coladas. Na Zona Norte, notamos que as mulheres são mais descoladas e desencanadas. Aqui, a preferência é por roupas leves, coloridas e estampadas”, explica Maria Duarte. (Pimentel, 2018, online)²³

A fala da empresária torna explícito aquilo que o senso comum reproduz cotidianamente: que existem diferenças simbólicas entre moradores da região norte e da região

²³ Empreendedores escolhem Zona Norte como espaço para firmar marcas no Recife. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 abr. 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2018/04/empreendedores-escolhem-zona-norte-como-espaco-para-firmar-marcas-no-r.html>. Acesso em: 24 set. 2024.

sul. Na passagem acima, as diferenças manifestam-se na forma da vestimenta, no estilo de roupa e nos modos de ser (“meninas mais produzidas”, em Boa Viagem, e “mulheres mais descoladas e desencanadas”, na Zona Norte). As diferenças no estilo de vida e consumo entre moradores da Zona Norte e outras regiões, como Boa Viagem, mostram a reprodução de capital simbólico, através do qual o espaço geográfico vincula-se ao estilo de vida e ao pertencimento eletivo, influenciando a reproduzibilidade social e a construção de identidades locais. Desdobramos esses conceitos e expressões, a fim de refinar as lentes tanto sobre as diferenças na forma de vida quanto sobre o próprio senso comum que as reproduz.

De acordo com Bacqué *et al.* (2015), que se concentraram nas famílias de classe média em sua argumentação, as escolhas referentes à residência, como o tipo de habitação e sua localização, são uma maneira de se posicionar no espaço social e urbano, refletindo opções ou buscas por externalizar determinados estilos de vida, identidades de classe e práticas sociais e urbanas por meio das quais as pessoas definem a si mesmas e aos outros.

Tais movimentos dependem dos sentidos atribuídos pelas pessoas a determinados espaços urbanos, isto é, de entendimentos idealizados de certos lugares que influenciam essas escolhas e as maneiras como se vive ou se almeja viver (Butler; Robson, 2003). A decisão por uma residência não é um ato desinteressado, mecânico ou apenas fruto de uma vontade individual. Ela pode ser o resultado de uma identificação mais ou menos reflexiva com símbolos e estilos de vida imaginados que se imprimem na cidade e são apropriados pelas pessoas conforme suas inclinações de escolha, isto é, com a mediação de seu *habitus*. Dessa maneira, a escolha residencial pode ser entendida levando em conta as trajetórias sociais dos agentes, suas histórias e biografias, e reconhecendo o papel das estruturas incorporadas nessas decisões.

Em pensamento semelhante ao de Bacqué *et al.* (2015), Allen (2008) também concebe a moradia como uma escolha de consumo através da qual são transmitidas a identidade social e a posição do proprietário. Nesse sentido, enfatiza que a habitação não é tomada como um simples lugar para morar, mas, fundamentalmente, quando se trata das classes médias e altas, atende a uma necessidade performática de comunicar sobre identidade social e posição social para um outro generalizado.

Esta é, também, uma maneira pela qual essas classes agem para se agrupar com pessoas semelhantes a elas, como afirmam Savage *et al.* (2005), em *Globalization and Belonging*, ao desenvolver o conceito de pertencimento eletivo. Eles espacializam a teoria de campo e *habitus* de Bourdieu ao argumentar que as pessoas sentem-se confortáveis quando há correspondência entre *habitus* e campo, mas, do contrário, sentem-se desconfortáveis e buscam mover-se – social

e espacialmente – para que esse desconforto seja aliviado (Savage *et al*, 2005, p. 9). Isso significa que há uma relação entre senso de pertencimento e espaço que pode ser entrevista nas escolhas de moradia e uso do próprio bairro a partir dos significantes a ele já atribuídos.

Assim sendo, ao associar a biografia dos indivíduos à escolha da moradia, os autores desenvolvem o argumento de que o “pertencimento eletivo” é um instrumento de autodefinição e apreensão de outros espaços e grupos sociais – isto é, uma forma relacional de julgamento crítico. Allen (2008) argumenta que a instrumentalização da casa e de sua localização, como forma de demonstrar posicionamento social, deriva da diminuição da importância do emprego como parâmetro de demarcação de classe, ao passo que crescem as formas de classificação social através do campo do consumo. Nesse movimento, segundo o autor, frações das classes média e alta tornam-se “especialistas” em produção simbólica, usando seu capital cultural para estabelecer maneiras de apreciação de bens e formas de consumo cada vez mais reflexivas a fim de conferir juízos simbólicos de valor distintivos. Por exemplo, restaurantes e bares que oferecem uma “experiência” em oposição àqueles mais “banais”; salas de cinemas com filmes de arte opondo-se às salas de multiplex e seus *blockbusters* e, o que é central para esta pesquisa, formas de experienciar a cidade, tanto na circulação quanto na residência, que se estabelecem na contraposição entre zona norte e zona sul, como será esmiuçado adiante.

Antes de adentrar nas entrevistas, fizemos um percurso teórico comparativo a partir de autores que estudaram a formação das classes média e alta em diferentes cidades. Interessa-nos como se forma a percepção dos espaços urbanos atrelada às condições de classe, sua biografia e formação econômica. Vimos como os moradores com altos níveis de capital cultural são mais propensos a “destacar as qualidades estéticas da cidade”, bem como a sua “infraestrutura cultural” – isto é, os locais voltados à música clássica, restaurantes estrangeiros etc (Allen, 2008, p. 51; Savage *et al*, 2005, Ley, 1996).

Nessa linha de raciocínio, Butler (1997) argumenta, ainda, que a preservação do patrimônio e a estética dos edifícios antigos desempenham um papel central nas motivações relatadas pelos membros da nova classe média ao escolherem determinados bairros. Eles estariam em busca de uma autenticidade histórica, ocupando regiões históricas. Assim, contribuiriam para a gentrificação desses espaços ao acelerar, paradoxalmente, a transformação urbana que produz dinâmicas de exclusão social e econômica. Essa valorização do passado reflete o que Bourdieu (1984) chamava de “julgamento de gosto”, o que envolve a apropriação de espaços considerados “feios” na dinâmica de ocupação do espaço urbano, conforme mostramos no capítulo um.

O julgamento de gosto implica em um tipo de consumo específico do capitalismo recente, o que Lash e Urry (1987, 1994) chamam de “consumo de signos”, em diálogo com Bauman (1988), ao explicar que a “mobilização de riqueza econômica no mercado de bens” pode não refletir práticas de consumo que seriam adequadas àquelas classes sociais (Allen, 2008, p. 52). Argumentamos que essa noção está associada ao pertencimento eletivo, ou seja, às formas de autoidentificação e definição dos diferentes grupos, para comentar as diferenças entre os grupos analisados neste trabalho. Não se trata, portanto, de dizer que a zona norte é feia ou inapropriada para certas classes sociais, mesmo tendo sido ocupada pelas elites por muito tempo (desde o século XIX, mais precisamente). Os aspectos arquitetônicos, culturais e espaciais dessa região, cujo passado lhe confere densidade simbólica, constituem signos atrativos e distintivos.

Jager (1987 apud Savage et. al., 1992, p. 93) argumenta, precisamente, como as novas classes média e alta podem definir-se a partir de escolhas residenciais que refletem disposições excepcionais, isto é, que as distinguiriam da classe trabalhadora. Segundo esses autores, “o processo de gentrificação lhe[s] confere status”, pois sugere que conhecem bem a “história” ou “tradição” de certo lugar ou bairro. Esses grupos tendem a recorrer a pequenos ativos culturais que não estão “confinados aos campos ‘puros’ da arte ou do lazer”, mas da habitação e da região em que habitam. Nesse caso, o desejo de “restauração” de certos aspectos históricos, bem como o investimento em elementos supostamente tradicionais ou arcaicos em suas próprias residências, deixa implícita a vontade de se distinguir – ou, como diz Savage (1992, p. 93), “expressa sua candidatura às classes dominantes”. Essa reflexão, segundo o próprio Savage (1992), volta-se àqueles com alto ou relevante capital cultural, tais como profissionais liberais, e parece descrever bem tendências de percepção acerca de moradores, novos ou velhos, da Zona Norte, que muitas vezes inclinam-se a uma filiação histórica da qual não fazem parte.

Nesta pesquisa, percebemos que os entrevistados, em suas falas, mobilizam representações de lugar baseadas nos estilos de vida por eles atribuídos aos bairros e regiões a fim de legitimar uma disputa pelo maior prestígio nas maneiras de morar e viver. Em última instância, nesse processo, os agentes buscavam construir hierarquias simbólicas conforme os capitais de que dispunham. O que está em jogo são as chamadas “*imagined communities*”, ou comunidades imaginadas: idealizações depositadas sobre o lugar que servem de vínculo de identificação de grupo tanto quanto de atribuição de valores a outros grupos e lugares. Isto é, a combinação de projeções e atribuições formam modos de subjetivação do lugar a partir de dinâmicas relacionais que distribuem grupos e lugares na arena das disputas de classe.

Dentre todos os itens relativos às práticas de gosto em nosso roteiro de entrevista, as perguntas que se mostraram mais eficazes para o mapeamento de fronteiras simbólicas entre grupos potenciais de entrevistados foram: “Em que bairro, ou bairros, você evitaria morar por não se identificar com o estilo de vida²⁴ de seus moradores, e por quê?”; “Qual o critério usado para escolher o bairro em que mora?”; e “Em caso de uma mudança hipotética, para qual bairro, ou bairros, você escolheria se mudar por simpatizar com suas características?”.

As questões mencionadas serviram de ponto de partida para investigarmos se os entrevistados elaboram apreciações que nos permitem identificar diferentes estilos de vida e frações de classe e, principalmente, decompor as homologias entre o espaço físico da cidade e o espaço social das classes a ponto disto ser reconhecível e nomeável pelos entrevistados e, então, classificados por nós a partir de questões como a localização de classes nessas regiões, quais capitais possuem e como se dão essas homologias. Buscamos as classificações posicionalmente: as posições a partir das quais são enunciadas e a maneira como elas posicionam os classificadores.

As formas de nomeação podem indicar, de maneira consciente ou não, a apreensão dos grupos sociais e a presença de julgamentos de valor em relação a práticas de gosto e ao comportamento dessas classes. As práticas de gosto e os estilos de vida são ao mesmo tempo formas de produção de dinâmicas e formas de julgamento classificatório que permitem a diferenciação e apreciação dessas práticas (Bourdieu, 2008, p. 162). O conhecimento intuitivo dos agentes sobre os diferentes grupos sociais (incluindo também o seu próprio), a partir de suas práticas, é revelador de seu ponto de vista e de sua posição no espaço social, assim como dos outros agentes que observa e classifica, formando parte de uma noção de espaço social ao qual o senso comum se liga. É sobre essa espécie de conhecimento intuitivo, que Bourdieu (2018) chamaria de razão prática, que nos debruçaremos para capturar as percepções de classes, a fim de localizar as frações de classe das elites, como se promovem, se consolidam ou se legitimam a partir a instrumentalização de seus diferentes capitais. Vimos como esses capitais relacionam-se intimamente com as regiões investigadas.

Esse conhecimento intuitivo, é importante frisar, está sempre atrelado a uma perspectiva relacional, pois esta implica em um deslocamento de pontos de vista. Por exemplo, alguém que vai do bairro das Graças, na Zona Norte, até cruzar a Avenida Agamenon Magalhães, para

²⁴ A pergunta emprega a expressão “estilo de vida” segundo o senso comum, não como o conceito homônimo encontrado em Bourdieu.

chegar aos bairros do centro, certamente irá perceber a mudança na dinâmica de práticas e estilos de vida do cotidiano. De uma parte à outra, decadente, que se estabeleceu como centro comercial popular, praticamente destituído de expressões do estilo de vida burguês, percebem-se, por exemplo, os prédios antigos, o entrelaçamento entre o comércio de departamento e o informal, a presença de vendedores ambulantes e pregadores de praça pública em meio ao burburinho das rádios de brega e dos anunciantes; fenômeno semelhante ao analisado por Caldeira (2008) na cidade de São Paulo, já comentado por nós. Uma curiosidade salta aos olhos: ao cruzar a Avenida Agamenon Magalhães, passa-se, frequentemente, pelo bairro do Derby e o começo do bairro das Graças – chamado sintomaticamente de “Graças oriental”, em analogia à Alemanha Oriental. São áreas limítrofes que um dia foram nobres, mas hoje encontram-se contaminadas pela dinâmica mercantil.²⁵

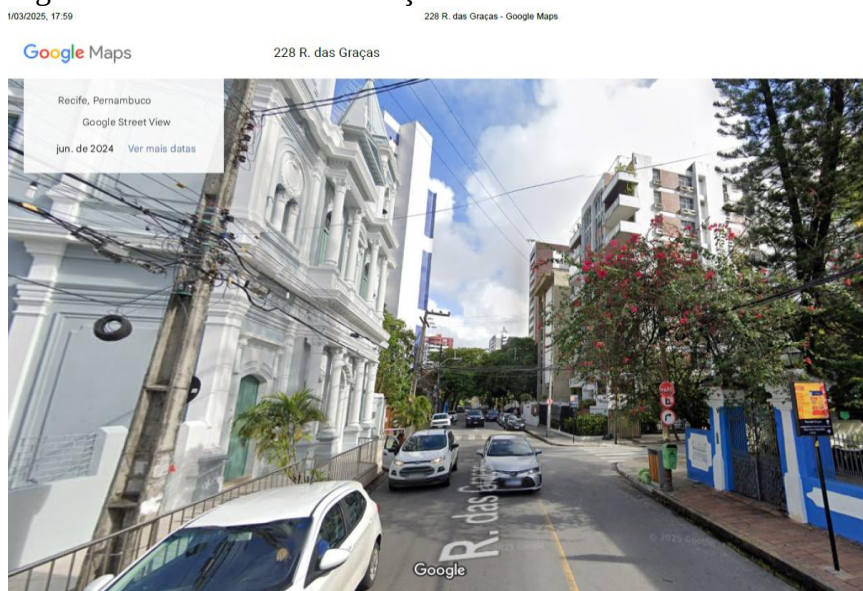
Figura 9. Região limítrofe entre Derby e Graças: Av. Agamenon Magalhães.



Fonte: Google Maps (2025). [Acessado em 11/03/2025]. Região marcada pelo intenso fluxo de transporte público e privado e de transeuntes, além do comércio e de prédios degradados

²⁵ Tal fenômeno de afastamento dos pobres por determinadas frações das classes abastadas pode ser visto em Caldeira (2008), Ortiz (2010). O julgamento de gosto derivado desse afastamento por certas parcelas das classes média-alta não pode ser generalizado. Certa juventude e pessoas da zona norte destacadas por seu alto capital cultural, mas relativamente pobres em capital econômico, têm uma tendência a romantizar esses lugares. Isso não anula o fato de que todos os agentes, das mais diversas origens, sobretudo das frações das classes abastadas, sentem a diferença ao cruzarem a Avenida Agamenon. A apreciação decorrente dessa percepção e suas formas de julgamento de gosto ou aversão dependem do *habitus*, conforme Bourdieu (2018) aponta. Por isso, sobre esses espaços, algumas expressam aversão, enquanto outras sentem-se em casa ou os romantizam.

Figura 10. Parte nobre das Graças.



Fonte: Google Maps (2025). Acessado em 11/03/2025. Área arborizada com prédios de luxo, com a preservação arquitetônica da Igreja e de uma casa centenária, pouco fluxo de veículos privados e ausência de movimento intenso de pessoas e de transporte público.

Bourdieu (2000) aponta que a proximidade dos agentes no espaço social abstrato está relacionada à maior proximidade no espaço físico da cidade, sendo maiores as chances de encontro entre pessoas que ocupam a mesma posição social. Isto se reflete na configuração urbana e, sobretudo, nos bairros, que tendem a aproximar indivíduos com estruturas de capitais semelhantes. Os bairros apresentam-se, então, como a realização espacial de predisposições sociais voltadas para os encontros com indivíduos ou grupos afins, o que chamamos de afinidades eletivas. Isto é, podem ser caracterizados pela objetivação de desejos e escolhas de pessoas que se aproximariam inspiradas por uma semelhança de gosto. O *habitus* de classe e as afinidades induzidas por ele conduziriam um movimento de aproximação entre agentes que moram ou passam a morar em determinada área, motivados, de maneira consciente ou não, por uma identificação, uma afinidade, entre seus julgamentos de gosto e os de seus vizinhos próximos.

No exemplo citado acima, da fronteira simbolicamente representada pela Avenida Agamenon Magalhães, e sua proximidade com o bairro da Boa Vista, centro comercial popular, podemos depreender precisamente a dinâmica descrita acima por Bourdieu (2018). Os grupos sociais mais abastados tiveram uma tendência a se deslocar cada vez mais para o interior da zona norte, afastando-se desses espaços superpovoados, demarcando um juízo de gosto e um deslocamento ou desfiliação aos bairros mais próximos do centro urbano. Investigamos como se distribuem essas afinidades e julgamentos de gosto em duas principais regiões de Recife: a

Zona norte e a Zona sul. Eventualmente, contudo, comentaremos as dinâmicas de aproximação e afastamento das percepções emitidas pelos grupos entre os bairros do centro e da periferia, quando estes forem citados pelos entrevistados.

Compreendemos como as posições no espaço social e os diferentes tipos de capitais (social, simbólico, cultural, econômico, político e outros que possam ser relevantes) influenciam estas apreciações ou categorizações; isto implica em procurar como os referidos capitais distribuem-se no espaço da cidade e explicar como essas distribuições geram padrões de apreensão do espaço urbano. Isso parece estar por trás de noções estereotipadas e muito disseminadas no senso comum acerca das diferenças entre os habitantes típicos da Zona Norte e da Zona Sul, o que atraiu a atenção da pesquisa e, de fato, refletiu-se com nitidez e ênfase nas entrevistas coletadas de moradores da Zona Norte.

Destacamos que, diante da pergunta “Em que bairro, ou bairros, você evitaria morar por não se identificar com o estilo de vida de seus moradores e por quê?” – apesar de haver exceções que veremos mais adiante, por também serem sociologicamente significativas –, os entrevistados tendem a se referir principalmente a bairros de classe média e média alta. Observamos uma tendência, acerca dos bairros “nobres” da cidade, de identificar e apresentar razões mais elaboradas para uma rejeição, a qual não significa apenas recusa de ocupá-los, mas passa pela não identificação simbólica ou eletiva, isto é, pelo sentimento de não pertencimento àquele lugar. Ficou evidente que as opções restringiam-se à cidade oficial, a qual, segundo Maricato (2000), é promovida no mercado imobiliário formal e voltada para as classes privilegiadas. Os bairros periféricos, mesmo quando objeto de rejeição, foram raramente mencionados e, em geral, referidos de forma vaga e distante – por vezes, como lugares temidos –, não fazendo parte, portanto, do horizonte de possíveis que concorriam para a escolha de moradia desses interlocutores.

Trata-se, como propõe Bourdieu (2005), de um horizonte socialmente moldado: o conjunto de alternativas percebidas como acessíveis ou desejáveis é condicionado pela posição de classe e pelas disposições incorporadas. O escopo de opções de moradia, para indivíduos dessas classes, muito frequentemente recorta o espaço urbano de tal forma que os subúrbios e bairros periféricos desaparecem em um ponto cego – quando não são vistos a uma distância que os diminui implicitamente. Um exemplo disso é a fala de Pedro (57 anos, empresário em diversas áreas, especialmente na construção civil, e rentista), que afirmou “Talvez não moraria nos bairros mais atrás [isto é, os bairros periféricos]” após mencionar nominalmente cinco

bairros nobres do Recife e declarar ter morado em todos eles, como se estes delimitassem a totalidade da cidade.

Os bairros de classe média baixa mais frequentemente mencionados foram Afogados, Imbiribeira, Caxangá e Boa Vista. Afogados foi citado como um importante eixo de passagem entre a Zona Norte e a Zona Sul, especialmente no deslocamento em direção ao aeroporto e aos balneários mais requisitados. Já Caxangá foi lembrado por sua função estratégica de ligação com as principais rodovias federais que cruzam a cidade, operando como corredor de mobilidade para além da região metropolitana. A Boa Vista, por sua vez, foi descrita como um bairro comercial central, com grande movimento, mas marcado por um visível processo de decadência – transformação vivenciada e mencionada por diversos entrevistados.²⁶

Alguns entrevistados, sobretudo moradores da Zona Norte, referiram-se aos bairros periféricos como forma de sinalizar abertura à alteridade e à diversidade. Quando mencionavam o contato com pessoas mais pobres, surgiam, em ambas as zonas, relatos de ações assistenciais ou filantrópicas, especialmente no âmbito das relações com empregadas domésticas. Embora essa atitude não fosse generalizada, ela apareceu com mais frequência entre aqueles com maior capital cultural frente ao econômico – por vezes, assumindo um tom que beirava a exotização das áreas populares. Em certos casos, a “valorização da diversidade” ou o apreço por elementos associados ao “popular” funcionavam como marcas de distinção simbólica entre frações culturalmente privilegiadas. Como analisam Sherman (2018), Michetti (2021) e Mira (2019), esse gesto pode operar como uma marca distintiva paradoxal: valoriza-se o outro como sinal de sensibilidade e sofisticação, mas sem romper efetivamente com o distanciamento social. Mesmo nesses discursos, o outro raramente é reconhecido em sua alteridade concreta – antes, é convocado como signo de um *ethos* cultivado. Esse traço foi particularmente evidente na Zona Norte, onde muitos dos interlocutores mantinham relações diretas ou simbólicas com comunidades populares das proximidades.

É uma característica da teoria bourdieusiana, como estamos vendo até aqui, investigar as lutas simbólicas travadas entre as frações da classe dominante – tanto a fração dominante da classe dominante quanto a fração dominada da classe dominante – nos mais variados âmbitos do consumo de bens simbólicos e das tomadas de posições possíveis através dos bens em oferta,

²⁶ Uma percepção mais ampla da cidade, que inclui horizontes residenciais mais diversos, foi mais comum entre entrevistados de origem popular que ascenderam social e economicamente de forma recente. Em muitos desses casos, havia uma maior familiaridade com a cidade em sua totalidade, inclusive com os bairros periféricos. Isto porque se tratavam de pessoas ou grupos oriundos de regiões periféricas, recentemente incorporados ao campo das classes dominantes e que, por isso, além de possuírem uma outra percepção do espaço urbano, estavam se familiarizando, em maior ou menor grau, com as disputas simbólicas entre Zona Norte e Zona Sul.

como na vestimenta, viagens, obras de arte, restaurantes, espaços de lazer etc. Ao contrário de seu aparente aspecto neutro, essas escolhas, que fundam e são fundadas por certa tomada de posição de gosto, constituem uma disputa levada a cabo por diferentes agentes, atravessados por determinado *habitus* de classe. Tal disputa consiste na busca de imposição, com maior ou menor grau de consciência, de uma espécie de princípio simbólico – lido aqui como uma forma moral do gosto – que tem por objetivo legitimar ou estabelecer hierarquizações e distinções no interior das classes abastadas.

Maciel (2019) observou uma disputa em torno do que significaria “bem morar” no seio de diferentes frações da elite do Recife, em que os agentes mobilizam a seu favor os tipos de propriedades (capitais) que detêm em maiores quantidades e dos quais mais dependem para realizar sua reprodução social. Ela constatou que existem correspondências entre estilos de vida e determinadas frações das classes dominantes e que suas tomadas de posição por vezes surgem como barreiras simbólicas, de modo que suas percepções sobre o que seria de bom ou mau gosto no âmbito da decoração de interiores refletiriam implicitamente e, em última instância, disputas de classe. O relevante achado da autora é a presença, na decoração de interiores,²⁷ de barreiras simbólicas que traduzem diferenças de classe e afastamentos entre grupos. Os agentes revelaram a propensão a ser mais simpáticos às tendências estéticas mais próximas da composição de seus capitais, e avessos àquelas mais distantes.

Sem adentrarmos em todas as disputas entre as frações de classe, apenas a fim de ilustrar o argumento da autora, retomamos um dos achados de sua pesquisa, o de que fortes aversões estéticas declaradas por várias frações de classe estão intimamente ligadas a aspectos definidos pelo *habitus*. Por exemplo, agentes bem providos dos capitais econômico, cultural, social e, sobretudo, simbólico (oriundos da antiga burguesia), quando instados a comentar sobre as formas de ambientação que rejeitavam, citavam unanimemente o estilo *clean* e a total adesão a uma decoração moderna, tida como impessoal, sem história, de mau gosto, praticada por “pessoas duvidosas” que não mereceriam atenção ou estima social (Maciel, 2019).

²⁷ Se, como afirma Bourdieu (2008), o gosto é uma forma naturalizada de hierarquização entre o vulgar e o distinto, cabe uma observação sobre a decoração de interiores. Autoras como Pulici (2010) e Maciel (2018) destacam que, no âmbito da entrevista, tais perguntas são vistas como “inocentes”, inofensivas, restritas exclusivamente ao tópico em questão, não tendo relação com hierarquias sociais pelos pesquisados. Por não perceberem como questões de gosto estão fortemente ligadas a posições de classe, os sujeitos se mostram menos refratários a discuti-las, contrariamente à forte recusa em opinar sobre temas como desigualdade, manutenção da ordem social e suas formas de reprodução - como a afirmação de um gosto legítimo, por exemplo, que supõe uma tomada de posição na arena de disputas simbólicas). Isso permitiria ao sociólogo acessar indiretamente pontos sensíveis à questão do imbricamento entre gosto e posição social que define marcadores e fronteiras de classe.

Maciel (2019) percebe ainda que o estilo *clean* e a ambientação moderna são incompatíveis com o estilo de vida desse grupo porque, para eles, a decoração tem a função de exhibir, através de objetos carregados de valor simbólico e cultural, as marcas do passado, de modo que seja a demonstração cabal de uma marca oriunda das “boas famílias” da “ilustre” burguesia tradicional. O estilo *clean* seria aquele dos emergentes ou “novos ricos”, não versados na arte do bom viver pregada e praticada pelas antigas famílias, por não possuírem os códigos artístico-estéticos considerados legítimos nem um lastro de passado que os vincule a tradição familiar para exhibir. O grupo que rejeita essa estética busca na conservação de mobiliário e objetos decorativos herdados uma forma de preservar o capital simbólico das linhagens tradicionais e de se diferenciar dos emergentes. Trata-se, portanto, de uma disputa entre frações de classe no âmbito do gosto, no qual o aspecto “genérico” da decoração denuncia a falta de aptidão estética dos novos ricos.²⁸

Wacquant (2022) afirma que a noção de *habitus* de Bourdieu é embaralhada pela complexidade das cidades, não sendo possível falar de um *habitus* homogêneo correspondente a grandes regiões geográficas, como uma cidade ou parte de uma região metropolitana. Os indivíduos de um mesmo bairro, ainda que possam apresentar posições de classe e gosto semelhantes, possuem trajetórias e composições de capitais distintas, o que nos impede de afirmar qualquer homogeneidade no estilo de vida, práticas de gosto e tomadas de posição deles. Pode-se dizer que a proximidade geográfica é um reflexo da proximidade no espaço social, mas as afinidades eletivas de pertencimento estabelecem, no limite, constelações, nas palavras de Nichols e Savage (2017), que são nada mais que “posições sociais que possuem uma aura, uma distinção que o resto da população reconhece” (Mendez e Gayo, 2019, p. 2).²⁹

A noção de constelação é significativa: coloca em evidência não apenas as dificuldades de delimitar uma homogeneidade de classe, mas as tensões e conflitos internos às próprias classes, expondo as fragilidades das homologias. Tal noção ajuda-nos ainda a notar que, apesar

²⁸ Aqui, cabe ressaltar esta depreciação de casas genéricas ou “de arquiteto”. Significa dizer que aqueles que dependem completamente da decisão de um arquiteto contratado não possuem sensibilidade refinada. Isso foi visto em várias entrevistas, mas cito esta, dada por Martina, de família aristocrática oriunda de um burgo na Itália: “O bom deles é que eles têm, muitos deles, noção da deficiência [de sensibilidade estética], então eles contratam sempre muito bons arquitetos, e esses arquitetos eles investem em arte, né? Ou seja, eles fazem, os arquitetos que eles contratam, fazem o que eles não conseguem, pelo próprio conhecimento deles. [...] Mas, ainda assim, é uma questão um pouco difícil, né, você ter muito dinheiro e não saber escolher sua casa, suas obras [...]: [eles pensam: ‘ah, [se] fulano tem [é porque é bom]?’]. [Perguntam-se:] Qual é o da moda? Qual é o pintor da moda, qual é o escultor da moda?’. Então é mais ou menos por aí, né”. (A fala é de Entrevistada 11, 55 anos, ex-dona de fábrica de massa italiana, que fez reconversão de capital ao falir e hoje assume a profissão liberal de advogada.)

²⁹ Essa é uma das razões para a impossibilidade de perfazermos um mapeamento minucioso e coeso das homologias de classe e espaço geográfico, mencionado acima. Vale mencionar que as homologias foram percebidas, mas não com a riqueza de detalhes e a rigidez de um recorte de padrões imaginadas por este trabalho.

das diferentes posições de gosto, trajetórias de mobilidade social e espacial, orientações políticas e culturais, tais frações homólogas das classes dominantes desempenham um papel político e social eficaz na reprodução das desigualdades – entre frações fronteiriças de um determinado campo de poder, mas também em relação a outras mais distantes.³⁰

Uma constelação define-se pela distância e diferença de características entre astros e corpos celestes que estabelecem entre si uma relação de forças de atração e/ou fuga. Aqui, as frações da classe média alta e alta da Zona Norte e da Zona Sul, cada qual em suas regiões, gravitariam entre si a partir de forças centrípetas e centrífugas, que se dão pelas afinidades eletivas e suas construções simbólicas, reproduzindo de forma mais ou menos dissimulada sua posição de classe, enquanto também se distinguem e se afastam tanto das parcelas menos favorecidas quanto de seus homólogos. As homologias são, assim, problemáticas, no sentido de constituírem problemas sensíveis para o pensamento sociológico.

Nossa pesquisa deparou-se, por sua vez, com nuances que reforçam o argumento de Wacquant (2022), mas deslocam nossa perspectiva sobre as homologias de classe e as distintas posições estruturais ocupadas pelos sujeitos, tal como compreendidas nas falas de nossos entrevistados, ainda que as correlações entre pertencimento territorial e segmentos internos das camadas dominantes estejam presentes e sejam significativas. Uma vez que as classificações espaciais operadas pelo senso comum – de certo modo coerentes e reiteradas – apareciam com frequência nas avaliações espontâneas dos entrevistados, a articulação sociológica assumiu configurações complexas que inviabilizaram uma correspondência direta e unívoca entre localização geográfica, disposições socioculturais incorporadas e posições diferenciais no interior do campo das elites. A proposição de Wacquant (2022) pode ser ilustrada por uma pequena, mas sociologicamente expressiva, exceção: entrevistados da Zona Norte que se distanciam da lógica hegemônica da região ao não aderirem à rejeição sistemática da Zona Sul. Embora numericamente pouco representativo, esse grupo revela-se analiticamente significativo para tensionar os padrões de percepção territorial dominante.

³⁰ Saint-Martin (2018, p.60) define um campo de forças como o estado de coisas num certo momento do jogo de disputas mobilizado pelas formas de poder ou espécies de capital diferentes. O campo de forças, nesse sentido, é, por consequência, uma arena na qual as posições travam uma luta pelo poder - poder capaz de definir princípios de legitimação determinantes na reprodução social. São frações, portanto, detentoras de poderes diferentes que constituem um espaço de jogo no qual agentes e instituições “têm em comum o fato de possuir uma quantidade de capital específica (econômico ou cultural notadamente suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, “enfrentam-se com estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de força” Completando com Bourdieu (2020 p.35), os ocupantes desse campo tem uma facilidade sem igual em converter ou reconverter um capital em outro em momentos decisivos de disputa pela manutenção e continuidade de sua aura de prestígio.

Na esteira das contribuições de Bertoncello (2009, 2013) e Wacquant (2013), compreendemos como central, na teoria bourdieusiana sobre classes, a forma como se produzem as coletividades sociais em relação às sociabilidades cotidianas, que não são correlatas. Wacquant (2013) qualifica essa teoria como agonística, uma vez que Bourdieu descreve a ruptura e a continuidade como fruto de lutas e não de formas de reprodução social. O autor observa ainda que a classe pode tornar-se um grupo social dotado de consciência e conduta coletiva (saindo da classe no papel para a classe real), inclusive como resultado de disputas entre agentes detentores de diferentes capitais que despertam a solidariedade de grupo. As frações homólogas que compõem o grupo dominante (a fração dominante da classe dominante x a fração dominada da classe dominante) estão em permanente disputa pela imposição do princípio dominante de dominação, o que ocorre pela definição das categorias de percepção do mundo social. Bourdieu (2000, 2017) afirma ainda que a afinidade de estilos de vida em uma classe não é suficiente para que esta organize-se automaticamente na concepção marxiana de classe como grupo de interesses e objetivos comuns organizados.

Wacquant (2022, 2023), ao trazer Bourdieu (2012) para a cidade, desenvolve a ideia de trialética dos espaços, segundo a qual três dimensões funcionam como placas tectônicas em fricção uma com as outras, isto é, efetuando-se segundo uma lógica de força ou poder: o espaço simbólico, o social e o geográfico. A interação entre esses diferentes espaços é fundamental para pensar a cidade. Chamamos poder simbólico o conjunto de categorias que são utilizadas para pensar e hierarquizar pessoas, objetos, lugares e atividades. Esse poder molda a forma como indivíduos entendem, experimentam e agem no mundo social e é formado por instituições sociais dotadas de autoridade, como o Estado; ele é alvo de disputas simbólicas que podem ou não ser travadas no seio das instituições estabelecidas.

O espaço social tende à especialização na forma de distintos campos autônomos de classes e frações de classe, que possuem distinta composição, organização e princípios. As diferentes posições de classe em disputa no espaço social realizam a comunicação desse espaço com o das lutas simbólicas entre diferentes identidades de grupo. As disputas no espaço simbólico são lastreadas por disputas no espaço social.

Por fim, o último elemento dessa trialética é o espaço geográfico, que materializa o espaço social e suas distintas categorias simbólicas. A interação entre esses três espaços forma a cidade e, ainda mais importante, a comunidade imaginada. Contudo, no interior das

comunidades imaginadas, bem como dos grupos sociais homólogos, formam-se circuitos de *mini-habitus*³¹ que distinguem frações no interior das classes.

Portanto, os *mini-habitus* não são completamente coesos, pois permitem certa heterogeneidade dentro de uma mesma classe social, moldada por fatores como localização geográfica, acesso a recursos e redes sociais. Porém, eles também não são totalmente fragmentados, pois compartilham elementos comuns dentro de um *habitus* metropolitano maior, como padrões de consumo, mobilidade urbana e estratégias de distinção social. É possível dizer que, para Butler e Robson (2003), o conceito de *mini-habitus* indica um gosto que não é completamente coeso, diferentemente da noção tradicional de *habitus* em Bourdieu, que enfatiza uma maior homogeneidade dentro das frações de classe.

Em seu livro *Bourdieu in the city: challenging urban theory*, Wacquant (2022) dedica-se a pensar os “bairros problema”, periféricos e marginalizados, e para isto analisa a contribuição simbólica de instituições como o Estado, a imprensa e o saber científico para a definição das categorias de julgamento dessas regiões. Realizamos o mesmo caminho no sentido inverso e voltamos aos bairros privilegiados, utilizando, como material de análise, os julgamentos do cotidiano, que também são dotados de extrema eficácia quanto à orientação das pessoas. Por meio das disputas que travam no espaço social, os agentes têm a possibilidade de classificar a si e aos outros, mas o poder de imprimir essas classificações no campo simbólico está intimamente ligado aos trunfos relacionados às posições de classe no espaço social e às posições no campo de poder ocupadas pelos indivíduos e grupos classificadores (Bourdieu, 2000) – tanto em um como no outro espaço teórico, os agentes estão em constante disputa, empregando seus capitais a fim de atingir melhores posições, bem como estabelecer uma definição própria de qual é o capital legítimo (Bourdieu, 2020).

³¹ A noção de *mini-habitus* foi formulada por Butler e Robson (2003) para descrever circuitos disposicionais localizados, associados a bairros ou regiões específicas dentro da metrópole. Segundo os autores, esses *mini-habitus* coexistem com um *habitus* metropolitano mais amplo, permitindo explicar variações intra-classe no interior da cidade. Bacqué *et al.* (2015) retomam essa formulação ao mostrar como diferentes frações da classe média constroem pertencimentos territoriais específicos, modulados por trajetórias residenciais, capitais herdados e experiências urbanas. Essa leitura dialoga com a proposta de Wacquant (2022), que afirma que o espaço urbano contemporâneo, ao articular múltiplos campos sobrepostos e normatividades conflitantes (educação, mercado, mídia, vizinhança etc.), acentua tensões simbólicas nos sujeitos, produzindo o que chama de *habitus* clivado – um *habitus* fissurado, tensionado internamente pela convivência com códigos sociais divergentes. Assim, a ideia de *mini-habitus* não se opõe à teoria bourdieusiana, mas a atualiza para dar conta das experiências urbanas fragmentadas, marcadas por mobilidade espacial, descontinuidades simbólicas e disputas por pertencimento. O conceito permite, portanto, captar como as diferentes frações de classe, mesmo dentro de uma mesma metrópole, constroem estilos de vida parcialmente ajustados aos territórios que ocupam. Ele articula, desse modo, a pluralidade de disposições locais com uma gramática metropolitana compartilhada.

A necessidade de lidar com as nuances, ambiguidades, exceções e particularidades de casos individuais levou-nos a inverter a proposta de “pensar com e contra Pierre Bourdieu” (Lahire, 2002, p. 10) e adotar o caminho de Lahire (2002). Este pensador critica em Bourdieu sua sociologia de grupos que homogeneiza os indivíduos, calando complexidades e reduzindo a ação individual a um modelo de classe pré-definido. Ele reconhece a utilidade das análises de grupos como forma de descrição de tendências estatísticas, panoramas de épocas ou grupos, mas alerta contra a criação e o uso caricatural de rígidos modelos de comportamento social aplicados na escala individual que podem escamotear partes relevantes da realidade. Nem todos os membros de uma categoria teórica apresentarão todas as características mais comuns atribuídas ao grupo e o esforço de Lahire (2002) é no sentido de dar conta dos comportamentos individuais sem discordar da importância do social incorporado.

Para Lahire (2002), o pensamento de Bourdieu (2002) é insuficiente para compreender indivíduos cujas trajetórias rompem expectativas ou determinações sociais de seu(s) grupo(s) de pertencimento, elidindo o improvável, o estranho, as variações e as divergências. “É preciso constatar que a experiência da pluralidade dos mundos tem todas as chances, em nossas sociedades ultradiferenciadas, de ser precoce” (Lahire, 2002, p. 33). Lahire não visa a implosão do projeto bourdieusiano nem dos modelos de grupos, ao contrário: a análise individual só adquire relevância sociológica quando cotejada com conhecimentos prévios de dinâmicas sociais de grande escala (2005, p.33), mas a compreensão do social em sua complexidade exige maior sofisticação na escala individual ou micrológica.

A família não é mais garantia da reprodução e incorporação perfeita de um mesmo princípio geral de comportamento, nem o universo familiar é homogêneo como por vezes se faz imaginar. Lahire (2002) também destaca que não apenas as experiências iniciais imprimem sua marca, mas também as de socialização secundárias ou tardias podem questionar e competir com o monopólio da família. O contexto situacional e as trajetórias dos sujeitos acabam por ter relevante papel para a formação do patrimônio disposicional:

De fato, a questão do peso relativo das experiências passadas e da situação presente para explicar as ações está fundamentalmente ligada à questão da pluralidade interna do ator, também ela correlativa à pluralidade das lógicas de ação nas quais o ator foi e é levado a se inscrever. Com efeito, se o ator é produto de uma condição familiar homogênea e unívoca de existência *x*, e durante a sua vida encontra apenas situações idênticas ou análogas a *x*, então passado e presente são um. [...] Portanto, a articulação passado-presente só toma todo seu sentido quando “passado” (incorporado) e “presente” (contextual) são diferentes, e a articulação torna-se particularmente importante quando os próprios “passado” e “presente” são fundamentalmente plurais e heterogêneos. Se a situação presente não é negligenciável, é, por um lado, porque existe a historicidade que implica que aquilo que foi incorporado não é necessariamente idêntico ou está em relação harmoniosa com o exigido pela situação

presente e, por outro lado, porque os envolvidos não são “um”, isto é, não são redutíveis a *uma* fórmula geradora de suas práticas, a *uma* lei interna, a *um* *nomos* interior. (Lahire, 2005, p. 47-48)

Para Lahire (2005), as experiências do sujeito nas sociedades complexas contemporâneas são marcadas pelo desajuste entre as situações em que se vê inserido e as disposições incorporadas, tensionado por múltiplos vetores que geram crises de adaptação.

Passamos da mera inspiração metodológica de Lahire (2005) para a incorporação de sua teoria ao nosso instrumental teórico. A pretensão inicial de elaborar um quadro geral do espaço social das elites do Recife e de suas práticas de gosto para definir frações de classe nos moldes de Bourdieu foi em certa medida frustrada pela natureza da análise individual, mas ganhou amplitude a diversidade de formas de comportamento – e tal riqueza de detalhes nos auxiliou na identificação das sutilezas, detalhes e contradições do(s) arbítrio(s) cultural(ais) em vigor nessas camadas sociais. O ajuste teórico-metodológico não foi um impedimento para que pudéssemos identificar as disputas de classe ou zonas fronteiriças internas à classe, e não prejudicou a capacidade em avançar na direção do delineamento de grupos e comportamentos de grupo, mas alcançou modelos menos coesos quanto à elaboração de homologias entre frações de classe e estilos de vida. Por outro lado, permitiu perceber melhor suas nuances.

3.2 Orgulho e bairrismo

Nas entrevistas, observamos que, para muitos moradores da Zona Norte, a Zona Sul reduz-se ao bairro de Boa Viagem, que aparece como símbolo de um estilo de vida objeto de rejeição, que não se limita ao espaço físico, mas se estende aos moradores e às práticas que lhes são atribuídas. Percebemos, assim, que a oposição entre as zonas funciona como um marcador simbólico, por meio do qual os entrevistados da Zona Norte reafirmam sua identidade em contraste com aquilo que recusam.

Identificamos, no entanto, exceções significativas. Entre os que não manifestaram rejeição à Zona Sul (15 entrevistados), distinguimos dois perfis. O primeiro reúne moradores que ascenderam socialmente a partir de contextos mais modestos. Em seus relatos, não encontramos a construção de um antagonismo entre Norte e Sul; ao contrário, o que aparece com maior ênfase é o desejo de não retornar a seus locais de origem. Nesses casos, notamos que a distinção simbólica organiza-se mais em torno da superação de um passado social do que

na polarização geográfica dentro da cidade. Esse grupo parece vincular sua identidade territorial ao esforço de consolidar a conquista de um novo lugar social.

O segundo perfil corresponde aos moradores da elite da Zona Norte, entre os quais identificamos uma valorização consistente da própria região. Esses entrevistados destacam características urbanísticas e estilos de vida que associam à ideia de adequação e pertencimento. Interessante notar que uma minoria (cerca de 1/3 dos entrevistados) utilizou o termo “bairrismo” para descrever esse vínculo, preferindo ressignificá-lo como expressão de orgulho e distinção, em vez de vê-lo como uma limitação. Por sua vez, foi ainda mais raro encontrar quem não demonstrasse alguma forma de apreço à região.

As perguntas “O que você pensa sobre os moradores do bairro em que mora?”, “Qual a sua opinião sobre o bairro em que mora?” e “Como você descreveria os moradores do seu bairro?” com frequência foram respondidas com elogios fervorosos à Zona Norte. Muitas vezes, tais elogios apareciam antes mesmo de as questões serem enunciadas. Quase todos os entrevistados aproveitaram a pergunta “Em que bairro, ou bairros, você evitaria morar por não se identificar com o estilo de vida de seus moradores, e por quê?” para, após enaltecer longamente sua região, compará-la à Zona Sul (região mal vista por quase todos).

Dentre as características ressaltadas como positivas e importantes na região, estavam a maior vida cultural e o engajamento dos moradores em atividades culturais (para alguns, essa parte da cidade era a mais pulsante, no aspecto cultural), a tradição histórica dos bairros (que alguns dos moradores conhecem bem), a maior intelectualização de seus habitantes, os aspectos interioranos ou a tranquilidade de alguns de seus bairros e a proximidade com o rio Capibaribe e seus mangues. Como afirmou Lúcio (advogado e galerista, 51 anos), “Eu descrevo o bairro do Poço da Panela como um interior. Eu adoro, porque eu acho ele bucólico, eu acho ele tranquilo, sossegado [...]. Eu gosto muito de mato, adoro mato, eu adoro mar”.

Um segundo sentido de tradição, distinto da histórica que consolidou o valor simbólico do bairro, foi levantado como positivo: o da percepção da Zona Norte como uma espécie de comunidade, frequentemente descrita como uma “grande família”, marcada por vínculos afetivos, coesão social e maior propensão ao convívio. Essa noção, ainda que idealizada, remete a uma forma específica de pertencimento coletivo que associa tradição à continuidade relacional e reconhecimento mútuo. Essa grande comunidade se oporia à Zona Sul e sua diversidade de tipos humanos *outsiders* – turistas, pobres, travestis, prostitutas e até inquilinos foram citados, indivíduos marginalizados, desenraizados ou de procedência desconhecida. Essa leitura

associa-se à necessidade de controle dos contatos sociais a fim de prover segurança, em particular para as crianças, protegendo-as de perigos e más influências.

Este último aspecto foi sempre levantado por entrevistados com maior capital econômico e baixo capital cultural, embora tenha sido possível perceber que mesmo moradores da Zona Norte com alto capital cultural se mostravam preocupados com a chegada de estranhos a seus bairros. Havia uma tendência entre os entrevistados da região, mesmo os de alto capital cultural e que se diziam abertos à alteridade, de formar ou buscar espaços de sociabilidade homogêneos, o que parece contradizer alguns dos valores que declaram apreciar.

Os entrevistados destacaram também o fato de que seus habitantes “usam” e experimentam seu bairro, caminham em suas praças, são usuários recorrentes da bicicleta em detrimento do carro e mais propensos a aceitar grupos sociais periféricos ou discriminados, como a minoria LGBTQIAPN+ – sendo frequentadores assíduos de ambientes e estabelecimentos populares ou locais e aprovando a troca e as relações com os moradores das “comunidades” pobres do entorno. Também era destacado o interesse dos habitantes em arte: o Poço da Panela, Graças, Casa Forte e outros bairros possuem diversos ateliês de artes plásticas, museus, cinemas com programações “menos *mainstream*” ou “alternativas” e lojas de “design autoral”, como foi indicado por alguns entrevistados.

Isabela, 54 anos, produtora cultural e dona de uma grande empresa do ramo, moradora de um edifício de luxo de Casa Forte Expandido, comparou a Zona Norte com a Avenida Boa Viagem nos seguintes termos:

É como se as pessoas [...] tivessem mais distantes de ver essa realidade, sabe? A vista é aquela, só a vista pro mar, aqui você vê ali ó, cheio de morro, eu acho que esse prédio aqui é um prédio que poderia tá na Avenida Boa Viagem [...] você tem outra vizinhança e outra vista, você tá alertado, ali tem o Morro da Conceição, ali tem o Alto do Mandu, ali tem, você, você tá próximo, você não tá numa... sabe? É da Avenida Boa Viagem pro mar, você não vê mais ninguém, é quase isso, é como se a vista não alcançasse outros...

Como disse Marcela, empresária do ramo da publicidade, moradora do Poço da Panela, 59 anos, comparando a Zona Norte com a Zona Sul: “Agora, bicho maluco beleza, mameluco de Casa Forte, é aqui. Mulher que anda com saia indiana... é aqui, isso você não encontra lá [Zona Sul], não. A roupa daqui é diferente. As pessoas se vestem diferente, aqui”.

Essa elaboração crítica, que transforma a posição relativa de menor poder econômico em trunfo simbólico, é constitutiva do que Savage et al. (2005) chamam de pertencimento eletivo: uma forma de vinculação ao território sustentada por códigos morais e estéticos que produzem legitimidade social entre os pares. No caso de Bento, a recusa a Boa Viagem não

expressa apenas uma preferência residencial: ela afirma um modo de habitar o mundo e uma ética de classe. Ao fazê-lo, ele contribui para consolidar o ethos simbólico da Zona Norte como modo de ser legítimo das elites “de raiz”, cuja eficácia simbólica, sustentada em códigos culturais e estéticos específicos, será retomada e analisada nas próximas seções.

Esse sentimento de orgulho não foi observado apenas em entrevistas, mas também nos contatos que tivemos ao longo da pesquisa com pessoas de classe alta residentes na região em eventos de sociabilidade mundana (ocorridos na Zona Norte), como o Forró de Seu Vital, o Festival de Jazz, a troça carnavalesca Os Barbas (todos no Poço da Panela), o Chorinho das Graças (que acontece no bar Fazendinha), na movimentada Rua Fernando Lopes (nas Graças, lar do bar Liamba e outros frequentados principalmente pela classe média alta jovem com alto capital cultural), sistemáticas visitas à feira de orgânicos da Praça de Casa Forte e a mesma praça em outros momentos, a Festa da Vitória Régia, um sarau privado na casa secular de uma professora universitária em Apipucos (frequentado por intelectuais da Zona Norte, como professores das universidades federais, pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco, produtores culturais e jornalistas) e outros espaços de lazer, como bares e restaurantes. Nesses contatos informais permitidos pela observação de campo, quando indagamos sobre os bairros de predileção para moradia, bem como aqueles aos quais tinham aversões, os agentes lançavam declarações como: “sou menina Zona Norte”, “sou Zona Norte”, ao mesmo tempo que rejeitavam a Zona Sul, refletindo o argumento semelhante ao das entrevistas.

As únicas exceções a essas demonstrações de apreço ou superioridade restringiram-se a cinco dos 49 entrevistados. Uma delas, Marina, desembargadora aposentada que possui em sua residência quadros retratando lugares da Zona Norte que já não mais existiam, expressou fortemente o apreço pelas características citadas, mas entende que estas foram perdidas com o que ela observa como desagregamento irreversível do tecido urbano do Recife, o que lhe causa um profundo sentimento de “perda” e uma visão negativa sobre a cidade como um todo hoje. Trataremos mais adiante dos outros quatro entrevistados.

3.2.1 Tensões e lutas simbólicas na Zona Norte: a busca pela imposição da forma de viver legítima

Bourdieu (2008, p. 56-57) afirma, acerca do gosto, que manifestações de predileção são, ao mesmo tempo, a declaração de diferenças no espaço social. Ao contrário do que pensa o senso comum, o gosto não é uma formação individual, mas atravessado pelo *habitus* de classe.

“A intolerância estética exerce violências terríveis. A aversão pelo estilo de vida diferente é sem dúvida uma das mais fortes barreiras entre classes: como bom testemunho, a homogamia” (Bourdieu, 2008, p. 57). Aqueles que se julgam detentores do gosto legítimo concebem como intoleráveis práticas que quebrem com o que consideram adequado. Por isso, tomadas de posição podem ser interpretadas a partir da escolha de bairros para morar e frequentar e são oportunas para investigar como as disputas classificatórias são a manifestação de lutas de classes – sempre lutas de classificação, como diria Bourdieu.

Entre os habitantes abastados da Zona Norte, percebemos que o capital privilegiado em seu discurso é o cultural, com tendência à crítica ao econômico. Decorre daí uma tomada de gosto que os situa no espaço social a partir da localidade, ao mesmo tempo que investem criticamente sobre territórios – sociais e espaciais – com forte configuração simbólica oposta. Assim, a adesão entusiasmada a seus bairros vem junto, muitas vezes, com a rejeição de Boa Viagem. Essa postura, como se verá, possui contradições visíveis.

Júlia, 70 anos, acionista de importante rede de laboratórios de exames médicos da cidade, afirma que deixou de participar da tradicional Festa da Vitória Régia, promovida pela Paróquia de Casa Forte no famoso parque homônimo. O motivo é que o evento cresceu demais e transformou-se numa festa para toda a cidade, “não mais da comunidade”, como diz, perdendo seu caráter local.

O sentimento de que o bairro tem sua natureza ameaçada por forças externas e corre risco de descaracterização é bastante disseminado nos entrevistados da Zona Norte, particularmente quanto às mudanças que estariam ocorrendo em Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro e Santana e com menor intensidade no bairro das Graças. Esse sentimento é maior entre os indivíduos que estão experimentando algum grau de declínio social em razão da diminuição de seu capital econômico e, em menor intensidade, de seus outros capitais; também apareceu com mais força em artistas de profissão (dois entrevistados), cuja renda está sujeita à volatilidade do mercado de arte e dependente do lastro simbólico.

O avanço da especulação imobiliária e o surgimento de estabelecimentos com estilos de gosto divergentes em Santana (“Casa Forte Expandido”), além de impactar nas características vistas como positivas para esses moradores, traz grupos de habitantes com estilos de vida e práticas de gosto diversos daqueles dos antigos moradores. Alguns entrevistados disseram sentir-se cada vez mais deslocados pelas “novidades”. Ficou claro que alguns temem não poder acompanhar o encarecimento do bairro, que se estende do valor dos imóveis aos preços praticados nos novos estabelecimentos das redondezas, e mesmo a possibilidade de terem de se

mudar (embora pareça tratar-se de um cenário remoto). No entanto, a força motriz mais aparente não é o medo do empobrecimento relativo, mas da diferença e da descaracterização do que julgam como o modo adequado de vivenciar a região.

Roberto (63 anos, artista plástico) e Luiza (55 anos, produtora cultural) sentem-se sortudos por morarem no Poço da Panela: ambos moradores antigos, compartilham a opinião de que não teriam como comprar imóveis no bairro após as mudanças recentes, que afirmam ter aumentado o preço dos imóveis. As informações que coletamos acerca do patrimônio desses entrevistados nos levam a desconfiar que essas afirmações quanto a possíveis dificuldades de comprar imóveis ou permanecer no bairro sejam menos avaliações objetivas quanto ao seu patrimônio relativo do que tentativas de se distanciar do capital econômico.

Roberto disse: “Aqui é um bairro de rico, né? [...] é um bairro de rico, eu estou aqui de enxerido na verdade, né?”. Luiza, por sua vez:

Olha esse bairro, para mim não tem melhor. Eu moro aqui desde 8 anos de idade, me sinto uma sortuda, né? Porque se fosse hoje eu não, eu acho que eu não teria condições financeiras de ter um espaço meu aqui. Então eu vi o bairro crescer, se desenvolver [...].

Quando perguntada sobre as mudanças ocorridas no Poço da Panela, ela as atribui aos novos moradores, que define como “novos ricos” e que representariam uma ameaça aos aspectos do bairro que valoriza. Para ela, o aparecimento de levas de novos estabelecimentos comerciais e moradores distantes da verdadeira forma de viver do Poço prejudicam o bairro.

Não se trata de opinião isolada: para muitos moradores da Zona Norte, o antigo estilo de vida e as boas qualidades da região correm risco de ser diluídos ou perdidos por causa dos novos moradores. Muito foi dito nas entrevistas sobre eles. São frequentemente rotulados como “novos ricos” e “nova classe média”, pessoas que “não têm gosto” para as casas que constroem no bairro, erigindo “casas de arquiteto” ou “casas de cerâmica de banheiro”, que não respeitam o verde, transformam tudo em concreto, contornado por muros altos e cercas elétricas, verdadeiros “campos de concentração” que destroem os casarios antigos, que não têm sensibilidade para a história do bairro nem para sua beleza, fazem muito barulho (“pra caralho”, diz Roberto), aumentam o tráfego de carros e tornam disputadas as vagas de estacionamento; não passeiam pelas ruas e não visitam os estabelecimentos tradicionais, aqueles que representam a identidade que os antigos moradores projetam sobre a região.

O mal-estar dos “moradores antigos” para com os “recém-chegados” evoca as observações de campo feitas por Norbert Elias e John S. Scotson em *Os Estabelecidos e Os Outsiders* (2000): também observamos um grupo social coeso com um forte sentimento de

coletividade inspirado em práticas de gosto comuns: o apreço pela paisagem tradicional, construções históricas, horizontalidade das edificações, a presença do verde, memória coletiva, pontos de encontro e formas de sociabilidade comuns, entre outros. São pessoas que se frequentam e partilham um universo que se opõe ao dos recém-chegados, mas, ao contrário do que ocorreu na comunidade observada por Elias de forma crucial, nossos moradores antigos não possuem os meios para defender esse universo das ameaças e sabem disso.³²

Os moradores do Poço da Panela, Casa Forte, Graças e outros bairros travam há décadas batalhas legislativas para conservar as características urbanísticas das regiões, tendo, de fato, conquistado vitórias em muitos aspectos. O Poço da Panela, em particular, conquistou uma das mais rígidas regulamentações urbanísticas do município do Recife que impede a verticalização do bairro, algo que não pode ser desprezado. Essa resistência, no entanto, não impediu que as novidades vistas como perniciosas tenham aprendido a se adaptar e a se imiscuir. O Royal Beach Tennis, a hamburgueria, os cafês “gourmetizados” e outros tantos restaurantes e bares de “burgueses” chegaram para ficar e impõem medo. Os antigos moradores têm a viva sensação de que os lugares que correspondem a seu estilo de vida pouco a pouco são trocados ou readaptados para as práticas de gostos dos novos moradores.

Luiza explicou assim o comportamento dos novos moradores do Poço:

Entrevistada: Em relação aos novos moradores, existe um elitismo. Quer dizer que moram no bairro, mas não conhecem o bairro, não caminham, não andam. Agora as coisas estão mudando, porque está tendo muito, muito comércio elitista no bairro. Tipo bares e restaurantes, Beach Tennis [...]

[Pergunto o que levou a essa mudança]

Entrevistada: Veja... Existe uma coisa chamada status. Não é que o bairro não tinha essa conotação. Tem o novo rico que quer morar em um lugar mesmo que não seja um lugar de acesso, de convívio com outros amigos [...] O bairro é um bairro bucólico, um bairro que tem muita residência, muita área verde... As pessoas tão passando a olhar de outra forma, né? Mesmo que seja sair de um apartamento, um espaço, como é que eu digo, de muito movimento, muita fumaça, as pessoas por mais... [hesita por um longo tempo] ignorantes... a informação hoje em dia existe. Então muita gente também procura o bairro pra tá mais próximo de uma área verde, né? Mas eu acho que essas pessoas levam uma vida tão frenética que terminam sem curtir o bairro. Moram no bairro, mas não curtem o bairro... Eu gosto mais do convívio próximo da comunidade [referindo-se às comunidades pobres na periferia do bairro, próximas às margens do Capibaribe] [...] E existe um desrespeito dos novos que chegam e não conhecem a história do bairro.

E.: Você poderia falar mais desses novos moradores?

³² Abordaremos a questão da capacidade de defesa do espaço do estilo de vida quando discutirmos o conceito de campo de poder.

Pesquisador: Veja, na realidade, eu não tenho muito convívio com moradores novos do bairro, mas eu vou dar um exemplo de um. De um rapaz que eu conheço, que é morador do bairro, que mora numa área que eu chamo de Novo Poço, que é onde tem aqueles prédios todos, né? E que eu, um dia comentando que eu estava tomando uma cervejinha no bairro, perguntou onde é que eu estava. Eu disse: na venda do Seu Vital, e ele não sabe onde é a venda de Seu Vital, então... São pessoas que moram no bairro, mas que só chegam e saem, não? Não circulam, não vão. Não frequentam. Podem vir a frequentar agora esses novos estabelecimentos que eu considero mais burgueses, entende?

Nas lutas simbólicas, diferentes grupos mobilizam os capitais que detêm em maior volume e legitimidade (Bourdieu, 2000, 2017, 2022). No caso em análise, os moradores antigos recorrem não apenas à sua coesão social – constantemente reiterada em práticas e discursos –, mas sobretudo ao seu capital cultural, acionando referências históricas, estéticas e morais para criticar e deslegitimar os novos grupos e suas propostas. Trata-se, em grande medida, de um esforço por converter a própria antiguidade em capital simbólico, o que é característico das disputas que operam sobretudo no registro do capital cultural. Nos anos recentes, moradores das Graças uniram-se para combater um projeto idealizado pelo poder público, sob influência do capital imobiliário e de parcela da população que ansiava por melhorias no tráfego através de grandes obras viárias voltadas aos carros particulares.

Uma fração significativa dos moradores das Graças criou a Associação Por Amor às Graças e, com apoio do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e da ONG INCITI, conseguiram derrotar o projeto. Ele foi substituído pela criação de um parque linear às margens do Capibaribe. No mesmo bairro, há alguns anos, havia o costume de cafés da manhã coletivos todos os domingos – os mesmos moradores que encamparam à luta contra as novas faixas de carro.³³

A importância do modal de deslocamento foi levantada por diversos entrevistados como forma de demarcar diferenças. Muitos moradores valorizavam o caminhar e o uso de bicicleta e criticavam o uso excessivo do carro particular. Alguns traziam diversas informações sobre o impacto urbanístico e ambiental positivo da bicicleta frente ao carro. As bicicletas dos

³³ Essas situações dialogam com as ideias de Bacqué et al. (2015, p. 107), que, estudando bairros de classe média em Paris e Londres, afirmam que as práticas cotidianas dos habitantes são fundamentais para construir simbolicamente o espaço do bairro, moldando-o e remodelando-o ao longo do tempo. Tais práticas – como reuniões, consumo em determinados estabelecimentos e eventos coletivos – contribuem para afirmar uma identidade local, fortalecendo o que os autores chamam de “vizinhança imaginada”. Os moradores investem afetivamente no bairro por meio dessas ações, criando laços simbólicos e reforçando fronteiras sociais e espaciais. No estudo citado, bares, cafés e lojas locais funcionavam como marcos comunitários, evocando obrigações morais e afetivas, semelhantes ao que se observou, em nosso caso, com a defesa do parque linear ou com os cafés da manhã coletivos promovidos por moradores das Graças.

entrevistados eram por vezes caras, algumas importadas e batizadas com nomes: a do irmão de um dos entrevistados chamava-se Simone de Beauvoir, demonstrando tratar-se de pessoas com capital cultural. O uso da bicicleta está direta ou indiretamente associado à Europa e parece ser utilizado por muitos como instrumento de estetização de sua vida e demonstração de capital cultural. Há, na escolha da bicicleta, uma preocupação patente com seu design, buscando modelos que se destacam e customizando o veículo com adereços e mensagens políticas. Esses moradores criticam os “carrocratas”, como alguns entrevistados os chamam, “pessoas que até para ir a uma padaria precisam de carro”, contra os quais o discurso cicloativista se posiciona. Não deixa de ser a expressão simbólica e de engajamento na disputa simbólica contra certos adversários – ricos, mas de baixo capital cultural.

Viviane, 59 anos, arquiteta, mudou-se para Boa Viagem há poucos anos, mas filia-se à Zona Norte, onde morou a maior parte da sua vida, e emprega o mesmo universo de referências e opiniões que os outros moradores da região: “Sempre fui Zona Norte [...] então sempre minha leitura é Zona Norte e acho que meu perfil é Zona Norte”. Sobre o uso da bicicleta, afirma:

Outra coisa que eu adoro, ah, lazer, eu esqueci, amo andar de bicicleta, minha bicicleta tá há dois anos paradinha aqui na garagem, no Espinheiro eu andava direto, eu fui pra Brennand de bicicleta, pra Várzea, pra tudo quanto é lugar, antes mesmo da moda, dos cones e tudo mais. Eu andava até naqueles grupos de bicicleta, acho que é um lazer bacana, me lembrei agora.

Ao falar de “antes da moda”, a entrevistada refere-se ao período anterior à implementação, pela Prefeitura da Cidade do Recife, em 2013, de ciclofaixas temporárias todos os domingos nas principais avenidas e ruas dos bairros nobres, ligando a Zona Sul e a Zona Norte ao Marco Zero (cartão-postal da cidade; Recife, 2013). Tratava-se de um programa voltado para o uso da bicicleta como forma de lazer e a escolha do trajeto das ciclofaixas obedecia a preferência pelas vias mais “bonitas”, seguras e higiênicas.

Nos anos recentes, houve a expansão da rede de ciclovias permanentes. Em nossa amostra, muitos dos nossos entrevistados declararam usar a bicicleta frequentemente e três se declararam cicloativistas. Os cicloativistas da cidade, ainda que reconhecessem méritos na criação de ciclofaixas, consideravam o foco do projeto equivocado por voltar-se à classe média alta e para o uso pontual, sem trazer mudanças estruturais contra o regime “carrocrata”. Os ciclistas de domingo, de conveniência, que pedalam em grandes grupos à noite como forma de esporte são taxados por alguns militantes de “ciclobabacas”. Esses cicloativistas acreditam que a maioria dos militantes pela bicicleta são moradores da Zona Norte.³⁴ Viviane continua:

³⁴ A disputa política em torno das vias para bicicletas será abordada em outro momento.

Por exemplo, o tempo todinho em que eu morei no Espinheiro, o porteiro vinha de bicicleta, vê que coisa boa, e morava longe, ele não só não tá poluindo, como ele tá garantindo a saúde pública, porque ele tá fazendo exercício todo dia ao ir trabalhar. Então, pra mim... agora, eu fui pra Amsterdã louca pra andar de bicicleta, quando cheguei lá não tive nem coragem, uma loucura, é um *crowd*, todo mundo numa velocidade, tem acidentes graves. E os prédios de garagem... é porque o ser humano não tem jeito, porque eu pensava diferente, quando eu via as garagens verticais de bicicleta e as praças enormes todinhas de bicicleta, eu pensava “como é que a pessoa identifica e consegue tirar a bicicleta?”. Porque era muita, muita, muita, num raio, sei lá, de 300 metros todinhos de bicicleta, você tirar a bicicleta do meio. Conclusão, eu, lá, não quis andar, eu crente que eu ia conhecer a cidade de bicicleta, que nada, nem peguei.

É interessante o fato de que, ao contrário do que esperava, não utilizou bicicleta na longa temporada que passou na capital dos Países Baixos, cidade com forte tradição no uso de bicicletas. Talvez seu desinteresse pelo uso da bicicleta esteja ligado à sua observação de que, lá, se trata de um modal de transporte muito comum e não um símbolo de distinção (como suas falas dão a entender sobre ao comentar o uso da bicicleta em Recife).

Os carros também são ressignificados através das motivações por trás de suas escolhas. Novamente, a influência do capital cultural parece estar presente. Viviane ressalta que seu carro é simples, de oito anos de idade, e espera demorar muito para trocá-lo por um novo; diz usá-lo muito pouco e cita espontaneamente sua baixa quilometragem (50 mil km). Pretende com isso demonstrar seu desapego a um objeto que funciona como marca distintiva de consumo e de classe.

Luiza possui um Mobi Fiat, carro pequeno que ela associa diretamente aos europeus, tipicamente compactos; dizendo preferir veículos populares. Thiago, 43 anos, advogado e herdeiro, tem um carro modelo Fiat Cinquecento, considera-o muito “charmoso” e diz que o lembra de cidades italianas. Júlia, empresária (já mencionada), disse ter ficado encantada com o modelo do seu carro após vê-lo com frequência nas ruas da Europa:

“É um carro da Mercedes, é porque tem pouco aqui em Recife, eu vivia sonhando com esse carro, toda vez que a gente viajava... até que meu marido, quando ele chegou no Brasil, meu marido me deu de presente. É pequeníssimo, pra duas pessoas, e eu sou super satisfeita com ele, ninguém pega meu carro.”

Os moradores da Zona Norte tendem a criticar a compra de carros caros e grandes, apontando o Land Rover como “feio” e “cafona”. Essa recorrência nas avaliações estéticas não se limita a coincidências de gosto, mas expressa uma tomada de posição simbólica partilhada, em defesa de um estilo de vida pautado pela discrição, bom gosto e pela contenção – valores frequentemente mobilizados por frações da elite com maior capital cultural como forma de distinção frente a estilos considerados ostensivos ou vulgares. O caso da Zona Norte está em acordo com os achados de Pulici (2019) na medida em que, ao mesmo tempo que os moradores

da região criticam os recém-chegados por não se integrarem ao estilo de vida estabelecido, desenvolve-se a tendência a se evitar ou mesmo abandonar determinados lugares de encontro e sociabilidade onde o estilo de vida estabelecido não esteja sendo cumprido e respeitado, deixando rastros de contaminação dos estilos de vida de grupos opostos.

Muitos espaços de sociabilidade da “comunidade antiga” do Poço da Panela não são propriamente locais comerciais de acesso público, mas espaços de caráter privado que pontualmente oferecem festas e jantares, geralmente aos fins de semana. Em tais lugares e mesmo na citada Venda do Seu Vital, ponto de referência por excelência da vida pública social desse grupo, não se reage com entusiasmo à visita de “estrangeiros” que não compartilham os códigos locais, pelo contrário: a recepção pode aproximar-se da frieza e da antipatia. É também o caso do Jardim Secreto, jardim comunitário situado no Poço da Panela e criado por iniciativa de moradores da Zona Norte.

Temos conhecimento de diversos casos de pessoas de classe média e média baixa de bairros periféricos, não familiarizadas com os códigos da classe média alta da Zona Norte, que se sentiram desconfortáveis ou rejeitadas pela falta de afinidades eletivas quando frequentaram a Fazendinha – estabelecimento das Graças que sedia uma roda de chorinho – e por isso o evitam. Outros frequentadores do bar reclamaram do tom de voz e da gesticulação espaçosa dos estrangeiros. Alguns desses excluídos são parte da subcultura punk e ostentam símbolos distintivos dessa filiação, facilitando a comunicação da diferença. Alguns sentiram raiva do tratamento que lhes foi dispensado e desejo de retornar ao local para utilizar-se de violência como forma de vingança de classe “contra os burgueses”.

Estudos como os de Pinçon e Pinçon-Charlot (2007 *apud* Maciel, 2018) sobre a alta burguesia francesa têm semelhanças com o que estamos observando a respeito da burguesia da Zona Norte. Nos dois casos, são grupos detentores de muitas formas de capitais e bastante ciosos das fronteiras com grupos divergentes (Wacquant, 2022). Sua unidade sistemática como grupo envolveria um processo de agregação de semelhantes e segregação dos dessemelhantes e também de exclusão social a partir dos aspectos da habitação e dos lugares de lazer ou recreio – portanto, a partir do gosto, por meio do qual se dão esses mecanismos de apartação do que é rejeitado como de mau gosto (a quebra com o gosto considerado legítimo).

Ainda segundo Pinçon e Pinçon-Charlot, a burguesia, mais do que qualquer outra classe, tem a necessidade de ritos de instituição que funcionam como certificação da pessoa em sua integralidade. Títulos escolares, participação em clubes da alta sociedade e práticas de gosto nos diferentes âmbitos servem a essa finalidade e, por algumas razões que aos poucos vamos

analisar, começamos a entender esse comportamento fechado da Zona Norte, que vê sua antiga forma de viver a cidade em risco em razão desses novos agentes. Em nossos entrevistados da Zona Norte, uma das formas dessa certificação passa pela moradia, que, além de lócus de transmissão das memórias da linhagem familiar, apresenta-se como uma exteriorização da singularidade. Valoriza-se a expressão autoral por meio da estética da residência, com exemplos de originalidade em contraposição às casas tidas por banais, pasteurizadas ou “de arquiteto”, no dizer de uns, que são comumente mobilizadas contra as edificações e os interiores preferidos pelos novos agentes.

Exemplificando como esses julgamentos sobre as formas de moradia refletem diferenças fundamentais de estilo de vida, Roberto, morador do Poço da Panela, disse, sobre uma casa residencial com muitos sistemas de segurança há pouco construída em frente à sua:

Aí tu vem pra cá, quando é casa tu faz um... campo de concentração. Essa porra desse prédio aí, ó, essa casa aí, tem uma, um campo de concentração em frente. É como se tivesse um, os bolsonarista todinho atirando ali, pufo, pufo, pufo, pufo, e a pessoa ali dentro. Como se tivesse uma guerra, aquela estrutura que tem ali. Não precisa disso. Aí a porta aí aberta, o carro aí tá aberto, aí aquela porta ali se tu der um empurrão ela cai. [...] o pessoal, eles separam muito, né? É muito portão eletrônico, é muita coisa, isso é ruim demais.

Em oposição ao “campo de concentração”, sua casa, que ele encontrou em ruínas e restaurou com toque autoral, tem 150 anos. Ele narra com orgulho e minuciosamente esse processo e o uso que fez de sua disposição artística para transformar a casa, que batizou Casa Simples – ao mesmo tempo uma forma de distinção e de provocação às outras residências.

Diego, por outro lado, descreve as novas casas do Poço:

[Pesquisador]: Muito concreto?

- Muito concreto, muralhas... pouco verde, casas grandes em terrenos pequenos, então com uma densidade construtiva muito grande... eu acho que não tem a lógica daqui, as casas daqui, normalmente, dão pra rua, têm esse contato direto com as pessoas, e, de 30 e poucos anos pra cá, vieram esses projetos que são isolados, então isso quebra a lógica do bairro. Fora a questão do mau gosto mesmo, de revestimentos horrendos, sabe? De porcelanato, de coisas que não têm nenhuma conexão com um bairro como esse. Aqui, você tem elementos mais naturais, digamos, de execução mais rústica, é muito cal, muita areia... e essa questão de vitrificar, de revestir tudo de cerâmica, não existe.

Esses julgamentos sobre as residências evocam o que Weber afirma sobre o funcionamento dos grupos de status: não basta ter posses econômicas para participar desses grupos, é também necessário apresentar um estilo de vida específico no vestuário, nos comportamentos e nos modos de residir. Está claro o papel fundamental da moradia como a base de signos de status em diferentes formações sociais. Sobre os aborrecimentos advindos

dos novos estilos de vida que adentram esses bairros da Zona Norte e que têm gerado mal-estar no que sempre foi um “sonho”, podemos citar Bourdieu:

[...] [T]odas as intolerâncias – ao ruído, aos contatos, etc. – inculcadas por uma educação burguesa são suficientes, quase sempre, para determinar mudanças de terreno ou de objeto que, tanto no trabalho como no lazer, orientam para os objetos, lugares e práticas mais raros em determinado momento. (Bourdieu, 2008, p. 233)

É irônico que os antigos moradores levantem a quebra da atmosfera bucólica do lugar como um prejuízo trazido pelos novos moradores, ao mesmo tempo que pensam a busca por um lugar com mais natureza e calma como um dos motivos para a vinda dos recém-chegados. Isto implicaria dizer que se trata de pelo menos um ponto em comum entre os grupos, mas que não é reconhecido pelos antigos moradores. Podemos supor que seu mal-estar está mais relacionado aos novos estabelecimentos de consumo que o novo grupo sustenta, bem como ao sentimento de intimidação diante de um grupo visto como economicamente superior e o medo de sofrerem uma forma de “gentrificação” contra os não tão ricos como eles se percebem.

O sentimento de desencanto em relação às mudanças na Zona Norte e ao futuro da região, particularmente quanto a Casa Forte Expandido, aparece bastante disseminado nos moradores da região. Mesmo temendo a canibalização de seu estilo de vida pelos novos sujeitos, ainda assim, eles ainda vêm a área positivamente e a entendem superior à Zona Sul.

Observamos, por outro lado, que um pequeno grupo da região, quatro entrevistados recém-ingressos no círculo econômico da elite, não percebiam nenhuma disputa simbólica entre as duas regiões. Estes não partilhavam do orgulho dos demais entrevistados da Zona Norte nem teceram críticas à Zona Sul, mesmo quando provocados sobre o tema. Ao comentarem escolhas de moradia, restringiam-se a questões de conveniência e funcionalidade, como acesso a serviços, aspectos climáticos, ventilação ou ausência de mosquitos. Essa atitude deve-se, provavelmente, ao desconhecimento do estilo de vida da fração da elite da Zona Norte, com a qual ainda não estão familiarizados, e, por isso, desconhecem as disputas simbólicas travadas entre essas frações de elite. Perguntamo-nos se esses entrevistados podem mesmo ser considerados parte desses grupos.

3.2.2 Indivíduos que não criticaram a mudança

A preocupação com as mudanças na Zona Norte, particularmente Casa Forte Expandido, não foi unânime. O casal Luigi e Jussara, que, como mostramos, sente bastante orgulho no bairro, não demonstrou incômodo quanto a isso. Tendo se mudado para uma rua

tranquila de Casa Forte há mais de dez anos, talvez a ausência de incômodo se dê por sua comparação com o bairro onde viveram anteriormente, o Espinheiro – cujo tráfego, barulho e intensa circulação de pessoas os incomodava muito e que compararam a Manhattan. Thiago, já mencionado, também muito apegado ao bairro, também não expressou incômodo.

Essas três pessoas mobilizam, ao longo das entrevistas, um repertório simbólico marcado por referências à arte, à literatura e a práticas culturais de perfil erudito, associando tais elementos a modos de vida discretos, críticos e marcados por certo distanciamento da ostentação. Embora essas manifestações remetam a valores reconhecidos na cultura letrada, o texto não as interpreta como evidência da posse objetiva de capital cultural. O que se observa é o uso dessas referências como recursos simbólicos acionados nos discursos de distinção, nos quais os entrevistados articulam códigos clássicos de legitimidade moral frente a outras frações da elite. Trata-se de uma leitura interpretativa e situada, orientada mais pelas lógicas simbólicas que emergem nas falas do que por um diagnóstico posicional no espaço social.

Pedro, já mencionado, habitante do que Ortiz (2019) chama de “mundo dos ricos”, transita entre as duas zonas da cidade frequentando espaços “hiperrestritos e provincianos”, ambientes social, cultural e simbolicamente homogêneos frequentados por um círculo reduzidíssimo. Não expressa incômodo quanto às mudanças, o que pode ser facilmente explicado por sua insularidade e grande distância da experiência urbana da maioria das pessoas (mesmo dos outros ricos), fenômeno analisado pelo sociólogo. Outro entrevistado, Fernando, 33 anos, de família de classe média alta e empresário de rápido enriquecimento nos anos recentes, é grande entusiasta do Poço da Panela e aprova as mudanças. Ele mostra grande boa vontade cultural expressa em sua justificativa pela escolha de bairro, de condomínio com nome de autor local famoso, e em sua prática recente de colecionador de arte. Diana, 46 anos, banqueira e casada com industrial, também elogia muito a Zona Norte e não expressou incômodo com as mudanças, inclusive frequenta os novos empreendimentos que estão mudando Casa Forte Expandido. Todos os três têm capital econômico superior ao cultural: no caso dos dois primeiros entrevistados, a diferença entre os dois capitais é alta; no da segunda – a que mais demonstra boa vontade cultural –, não é tão significativa.

Dois outros entrevistados, Nara e Juscelino, de classe média alta de grande capital cultural e menor econômico, mudaram-se para o Poço da Panela recentemente (à época da entrevista, estavam lá há um ano, vindos das Graças e Madalena) e estavam deslumbrados com o bairro, que viam como culturalmente muito interessante. Não mencionaram incômodo com as modificações do bairro em nenhuma das perguntas que tangenciam o tema, mas

demonstraram identificar as mudanças e já criticam o trânsito. Porém, sua experiência reduzida não os levou a entender esse problema como uma piora recente do bairro. Uma hipótese é a de que expressam tais opiniões por serem moradores muito recentes do espaço.

O último caso é o de Marcela, 59 anos, dona de uma grande empresa de publicidade. Apresenta simetria entre os capitais econômico e cultural, ambos muito elevados. É proveniente de uma conhecida família de antigos donos de engenho de cana-de-açúcar, posteriormente transformado em usina. É nítido que busca se filiar ao grupo de indivíduos de alto capital cultural, não aos de alto capital econômico, principalmente quando fala de seu bairro, da decoração de sua casa e das suas práticas de lazer. Já morou em Casa Forte, que valoriza, mas hoje mora no Poço da Panela, que diz amar e considera muito superior ao bairro anterior. Seu círculo social é formado por contatos da fração dominante da classe dominante (Bourdieu, 2008), da qual faz parte. Declara-se abertamente bairrista, mas frequenta e gosta dos novos empreendimentos de Casa Forte Expandido. Escolheu como lugar para nossa entrevista um dos novos cafés da área que ainda não conhecia, mas não gostou dele: achou o ambiente barulhento, a iluminação excessiva e a decoração pouco esmerada. Suas escolhas de ambientes para frequentar é marcada por sua afirmação da disposição estética: é habituée de espaços refinados, que utiliza com frequência para encontros com seus amigos mais próximos, de capital econômico tão expressivo quanto o seu, muitos deles moradores de edifícios de luxo da Zona Norte e da Avenida Boa Viagem.

3.2.3 Casos de incorporação simbólica bem-sucedida na Zona Norte

Ao longo das análises anteriores, vimos que o pertencimento simbólico à Zona Norte não se define apenas por localização ou status econômico, mas pela adesão prática a um modo de vida orientado por códigos de contenção, valorização da história urbana, uso partilhado dos espaços públicos e sensibilidade estética. Essa forma de habitar o bairro, contudo, não é dada – ela é construída e reiterada por grupos específicos que mobilizam capital cultural, tempo de residência e familiaridade com os códigos legítimos para definir o que significa “viver de fato” a Zona Norte. Como argumentam Bacqué et al. (2005), o sentimento de pertencimento a uma comunidade urbana decorre de práticas classificatórias cotidianas, nas quais certos moradores assumem a autoridade de nomear o bairro, atribuir valores aos modos de vida e traçar fronteiras simbólicas entre os que pertencem e os que são apenas tolerados.

A seguir, examinamos trajetórias individuais que ilustram a incorporação bem-sucedida desses códigos e disposições. São casos em que a escolha da moradia, o cuidado estético com o espaço doméstico, os hábitos de circulação e o gosto cultural funcionam como expressões práticas de um *habitus* ajustado ao *ethos* dominante do bairro. Em diferentes graus, esses moradores lograram algum nível de reconhecimento simbólico no interior da Zona Norte. Em alguns casos, trata-se de uma legitimação relativamente plena, sustentada por disposições fortemente alinhadas à forma legítima de viver o bairro; em outros, o pertencimento se dá de modo mais ambíguo, exigindo vigilância estética, performance ou negociação. O que os une é terem conseguido, ainda que com diferentes intensidades, traduzir em práticas reconhecíveis os valores simbólicos partilhados nessa comunidade imaginada.

Almir, 46 anos, ocupa um cargo técnico de alto nível na burocracia de um importante banco estatal e é sócio de um escritório de contabilidade da família. Sua trajetória é marcada por uma mobilidade social ascendente consolidada ao longo de três gerações. Neto de um operário fabril e de um servidor público de baixa patente, cresceu em Rio Doce – bairro de uma das zonas mais periféricas de Olinda, marcado por fortes traços de periferização, distanciamento em relação aos centros culturais e ausência de densidade histórica reconhecida. Hoje, ele tem renda aproximada de 100 mil reais mensais e é o único provedor da casa – sua esposa não trabalha por decisão conjunta. Sua trajetória expressa um processo de reconfiguração dos capitais e de incorporação progressiva das disposições exigidas para o reconhecimento simbólico nos circuitos legítimos da elite urbana recifense, ilustrando uma aproximação bem-sucedida dos códigos legítimos da Zona Norte, marcada por escolhas estéticas coerentes, rejeição explícita à Zona Sul e esforço de incorporação simbólica a um *ethos* urbano valorizado pela contenção, pela memória local e pelo refinamento cotidiano.

Assim, a escolha de morar nas Graças não é apenas uma opção de conforto, mas forma de reafirmar o pertencimento a um espaço urbano associado às elites recifenses e que, em suas palavras, qualificou de “tradicional”. Ele afirma, ainda, que não moraria na Zona Sul. Todos esses aspectos indicam o reconhecimento de que certos bairros estão ligados a certas classes sociais, com estilos de vida bastante específicos e distintivos. Ao escolher o bairro das Graças, ele demonstra o movimento de filiar-se a uma fração de classe e, assim, de participar, de certa forma, das disputas simbólicas entre os bairros e seus elementos classificatórios. A apreensão das disputas das classes e sua articulação com o espaço físico é feita com um processo de estilização das práticas e sofisticação no consumo de bens simbólicos que acompanha a familiaridade diante dos imperativos do campo das classes dominantes.

Essa lógica abrange o cuidado com a decoração da casa, tendo ele, na reforma de seu apartamento, buscado uma estética, em suas palavras, “rústico-moderna”. Frisamos também a escolha por um quadro que retrata a Rua do Bom Jesus – a esse respeito, ele informou que primeiro teve uma fotografia emoldurada dessa rua histórica da cidade, mas posteriormente adquiriu uma tela pintada a óleo da mesma região, considerando-a mais interessante que a fotografia. Isso sinaliza não só a incorporação consciente de referências culturais locais como forma de distinção, mas um processo de refinamento de sua sofisticação, rejeitando uma arte marcadamente realista e privilegiando uma mais autoral e experimental.

A casa torna-se, assim, um prolongamento do estilo de vida, constituindo um espaço que não só provê as necessidades básicas de moradia, mas também comunica um repertório de classe. A nova posição social de Almir, mais consolidada, marcada pelo privilégio do ócio e pela ampliação das possibilidades de escolha, faz com que a casa também reflita sua nova condição, extrapolando a dimensão funcional para se tornar um marcador social.

Sua trajetória revela uma forma de pertencimento eletivo, em que a incorporação sensível dos códigos legítimos do bairro – da escolha da localização ao repertório estético doméstico – garante-lhe reconhecimento simbólico, mesmo sem ter as marcas de origem social que, em muitos casos, facilitam o trânsito simbólico na Zona Norte. Mais do que desejar pertencer, Almir é, de fato, confortável no bairro: circula com segurança, consome de forma ajustada e expressa sua adesão por meio de práticas cotidianas compatíveis com o ethos local. Trata-se, portanto, de um caso de pertencimento eletivo legitimado, sustentado por uma boa vontade cultural eficaz e por disposições afinadas às formas dominantes de viver o bairro.

Se Almir representa um caso de pertencimento eletivo confortável e eficaz, pautado pela estilização legítima da vida, o de Guilherme aprofunda essa lógica com uma densidade reflexiva. Sobre este último, comentaremos mais adiante. Importa dizer que, tendo sua formação na Zona Norte, oriundo de família de classe média com relativa instabilidade financeira; sua trajetória consolidou uma posição simbólica legítima ao combinar domínio reflexivo dos códigos simbólicos da elite com uma capacidade aguda para reinterpretá-los, habitá-los, e mesmo criticá-los, sem abrir mão de valores compartilhados na região, como o trânsito por diferentes referências (cf. Bourdieu, 2008; Wacquant, 2022).

Formado em um colégio de elite nas Graças, onde a família se esforçava para mantê-lo próximo aos repertórios considerados legítimos da cidade, Guilherme desde cedo vivenciou as tensões entre sua realidade econômica e o universo simbólico dos pares. Por vezes, morava com os avós na Rua da Aurora para reduzir despesas, mas os pais faziam questão de mantê-lo nas

escolas mais prestigiadas – uma forma de boa vontade cultural que mais tarde se converteria em capital econômico (Bourdieu, 2008; Lahire, 2002). Hoje, é proprietário de uma empresa de tecnologia com mais de cem funcionários e circula com desenvoltura em ambientes de elite, promovendo jantares, viajando com frequência e consumindo arte com critérios próprios, que vão de obras caras a produções com crítica social.

Sua escolha por morar nas Graças, em cobertura, e sua recusa generalizada à Zona Sul, com exceções cuidadosamente justificadas como Setúbal e o Pina, revelam uma operação simbólica ativa: ele reclassifica certos trechos da Zona Sul como “ilhas” com valores próximos da Zona Norte – simplicidade, pluralidade, contenção estética, caminhar na rua (cf. Butler; Robson, 2003; Bacqué *et al.*, 2015). Essa reclassificação permite que ele mantenha certa abertura territorial sem romper com o *habitus* simbólico herdado e construído. Ainda assim, sua fala é marcada por tensões: critica o consumo caricatural da classe média alternativa da Zona Norte, mas também rejeita a ostentação da Zona Sul. Frequenta tanto o Tasquinha do Tio quanto o Galeto do Pekin, demonstrando um gosto múltiplo e sofisticado, expressão de um patrimônio disposicional diverso (Lahire, 2002).

Ao casar-se em Carneiros, em uma cerimônia esteticamente sofisticada e despojada nos moldes das elites locais, Guilherme reafirma sua posição consolidada – ainda que, em suas escolhas, exerça uma reflexividade crítica que lhe permite reclassificar espaços e práticas conforme um repertório próprio, sem abdicar dos códigos legítimos. Seu caso exemplifica como a reconfiguração da estrutura de capitais pode levar ao pertencimento simbólico pleno, especialmente quando acompanhada por disposições afinadas e sensibilidade crítica (Bourdieu, 2008; Wacquant, 2022; Savage *et al.*, 2005).

Trata-se, portanto, do trecho final desta seção, que incorpora Guilherme como gradação mais elaborada do pertencimento simbólico bem-sucedido na Zona Norte, logo após Almir. Guilherme representa a formulação mais refinada de nossa intuição: o pertencimento eletivo reflexivo, com domínio simbólico, seletividade crítica e reconfiguração bem-sucedida dos capitais. Esse caso permite avançar uma intuição central deste trabalho: o pertencimento simbólico à elite recifense pode ser conquistado de forma eletiva, desde que o sujeito disponha não apenas de capital, mas de disposições socialmente incorporadas que lhe permitam operar com familiaridade os códigos legítimos da elite. Como destacam Bacqué *et al.* (2015), as preferências residenciais e os modos de habitar os bairros não decorrem de escolhas puramente individuais, mas de trajetórias sociais que moldam disposições duráveis – o que Bonvalet *et al.* (1999) denominam de “disposições residenciais”.

Nesse sentido, o pertencimento eletivo reflexivo – como no caso de Guilherme – não é expressão de autenticidade ou mérito pessoal, mas fruto de um processo de formação social que torna possível habitar, com fluidez simbólica, os espaços legítimos da elite recifense. Alguns sujeitos incorporam essas disposições desde muito cedo, como resultado de uma socialização familiar coerente com os códigos da elite; outros, como Guilherme, as adquirem ao longo de trajetórias mais complexas, tensionadas entre origem social e aspirações simbólicas, o que torna ainda mais evidente o papel das experiências formadoras na construção do pertencimento.

Os casos de Almir e Guilherme revelam, em gradações distintas, a eficácia simbólica de trajetórias marcadas por ajustamento disposicional e domínio prático dos códigos legítimos da Zona Norte. Ambos ilustram como o pertencimento pleno às elites urbanas recifenses depende menos da origem familiar ou do volume de capital e mais da incorporação sensível das disposições dominantes; por familiaridade espontânea ou internalização reflexiva durante a trajetória social. Nas seções adiante, voltamo-nos aos casos em que esse pertencimento permanece parcial, ambíguo ou negado, iluminando os limites simbólicos da ascensão social quando não acompanhada pelas disposições requeridas para o reconhecimento.

Esse movimento se repete na relação com objetos de consumo como o carro. Nesse sentido, tanto Almir quanto Humberto afirmaram ser proprietários de Mini Coopers e demonstraram não enxergar o carro apenas por sua funcionalidade, mas mobilizá-lo como emblema de um estilo de vida que equilibra discrição e sofisticação e que, por isso, confere capital simbólico. Pequeno, esportivo e tido como elegante, o Mini aparece como uma escolha que materializa o refinamento e o gosto por objetos capazes de marcar posições sociais sem recorrer à ostentação vulgar. Nas palavras de Almir, o carro “puxa conversa” e abre portas para a sociabilidade, funcionando como um ativo simbólico que rende capital social.

A estética do consumo também se evidencia nas práticas e escolhas de lazer. No campo da gastronomia, Guilherme exemplifica bem esse movimento ao transitar entre bares e restaurantes populares e restaurantes mais sofisticados como o Nez. No que tange ao esporte, o modo como ele acessa o universo do tênis, mediado pelo ambiente de trabalho e por seus sócios, de origem social mais elevada, revela as práticas físicas como mais um campo de sociabilidade em que o lazer e o capital social se entrelaçam. O tênis, em especial, mostra-se como um contexto bastante restrito por suas especificidades: requer um investimento financeiro considerável, uma estrutura física própria, não facilmente ofertada em qualquer espaço, e envolve um conjunto de códigos, que incluem a vestimenta e as regras de conduta. Desse modo,

mais do que um hobby, torna-se um rito de passagem para um mundo no qual os elementos de distinção se aprendem e se reproduzem.

Humberto, por sua vez, é praticante de xadrez, esporte que, historicamente, carrega o peso simbólico da intelectualidade e da cultura legítima. Ao se dedicar a esse jogo, ele não apenas reforça seu repertório cultural, mas também se coloca dentro de um circuito simbólico que valoriza a racionalidade, a estratégia e o gosto refinado, marcas claras de um capital cultural acumulado.

3.2.4 Rápida ascensão e capacidade limitada ou incompleta para apreender e julgar a cidade

Nesta seção, analisamos a trajetória daqueles que não alcançaram a incorporação plena dos códigos legítimos da elite, resultando em trajetórias marcadas por ambivalência de pertencimento e exclusão simbólica silenciosa. Voltamos agora a outro grupo que, embora compartilhe a condição de emergente, apresenta formas distintas de relação com a cidade e com os espaços socialmente consagrados. São sujeitos cujas trajetórias foram marcadas por uma mobilidade social recente, em geral decorrente de uma educação formal completada, e pela ocupação de cargos no serviço público, mas cujas práticas e percepções ainda revelam limitações disposicionais no que diz respeito à leitura simbólica da cidade.

Diferentemente dos moradores de Boa Viagem, que apostam na localização como signo visível de distinção, esse grupo revela uma compreensão mais prática e utilitária da moradia – ainda que, por vezes, aspire à simbologia do prestígio urbano. O que o aproxima dos primeiros é a dificuldade em articular um repertório cultural suficientemente consolidado para circular com naturalidade nos circuitos de prestígio da cidade. Nos casos de Sebastião e Duda, essa tensão aparece com nitidez: a ascensão econômica encontra um limite simbólico, pois a ausência de certas disposições – como a estilização da vida, a contenção corporal e o domínio dos sentidos legítimos da cidade – restringe suas possibilidades de reconhecimento e pertencimento entre as elites urbanas.

A educação e a etiqueta consistem em outro aspecto que estabelece barreiras claras de convivência, entendida não apenas como escolaridade formal, mas como “educação doméstica” e senso de adequação social – aquilo que temos tratado como “boas maneiras”. O caso de Milena e de seu marido evidencia esses códigos: ambos valorizam pessoas que sabem se portar, respeitam os limites das conversas e circulam nos ambientes sem invadir o espaço alheio. “Ter educação”, para eles, significa dominar a arte das conversas leves e despretensiosas, em que

temas como política e religião, como citam, são abordados com tato e dentro dos códigos refinados de convivência.³⁵

Segundo Sherman (2017), essa preocupação reforça um traço típico das frações de classe média alta dotadas de forte capital cultural, que veem na boa educação um marcador simbólico de pertencimento e distinção. Saber transitar pelos espaços sociais com naturalidade e sem afetação, reconhecer o que se deve ou não dizer, agir com discrição e respeito ao outro são elementos valorizados e vistos como prova de uma formação social e cultural superior. Por outro lado, a má educação – seja pela grosseria, pela ostentação ou pela invasão de espaços – gera incômodo e contribui para afastar certos indivíduos.

O que está em jogo, assim, não é apenas a moral ou a afinidade ideológica, mas também um refinamento de conduta que funciona como uma senha de pertencimento a um determinado circuito social. Pessoas que ostentam riqueza ou que se comportam de maneira inadequada são rejeitadas porque transgridem essas fronteiras simbólicas, sendo associadas a frações sociais emergentes, com menos capital cultural e menos familiaridade com os códigos da distinção, o que se refletiu nas falas de nossos entrevistados – basta lembrar do esforço entre a maioria dos moradores da Zona Sul em não associar sua escolha de moradia à tentativa de demonstrar ascensão social e riqueza material.

Sherman (2017) mostra que as classes altas valorizam a moderação, a discrição e o respeito para saber “circular” sem parecer superiores. Isso é exatamente o que Milena descreve como o tipo de educação que valoriza e de pessoa que não gosta: quem ostenta, não tem “tato social”, atravessa o limite do que pode ou não ser dito e feito em cada espaço. A “boa conduta”, logo, não é apenas uma questão individual ou moral, mas constitui um “ceiling glass”, uma barreira de classe concreta que reproduz desigualdades. Quem não domina essa “boa conduta” não se encaixa, não avança e é lido como “menor”, ainda que tenha dinheiro ou formação. Nesse sentido, a “educação doméstica” e o controle da performance social aparecem como filtros centrais de pertencimento (Friedman; Laurison, 2019).

Em comum, todos os entrevistados que mencionamos revelam que, para acessar e se manter em determinados espaços sociais, é preciso mais do que recursos financeiros: é necessário dominar um conjunto de práticas, objetos e saberes que simbolizam a incorporação

³⁵ Milena: “Eu gosto de pessoas que têm uma educação razoável, não só formal, mas doméstica. Isso a gente dá muito valor. Pessoas que sabem se comportar, sabem que de repente um determinado assunto não é pra ser dito, sabem transitar dentro da casa de outra pessoa, né? Então a gente dá muito valor a isso.” Já o Marido, diz: “Uma coisa que incomoda muito a gente, que é bom até ressaltar, é essa questão de valores materiais. Pessoas que dão muito valor ao carro que tem, a uma casa que tem, a uma moto, a um sapato, e gostam de ficar falando o que tem. Isso nos incomoda profundamente”.

de um gosto tido como legítimo pelo campo das elites. A escolha do bairro, da moradia, do carro, do restaurante, do esporte ou da decoração da casa são formas de comunicar ao mundo quem se é – ou quem se deseja ser –, sempre em busca do reconhecimento por parte daqueles a quem se deseja equiparar.

Nessas trajetórias, o que se vê é a materialização de um processo em que a estilização da vida atua como um filtro social, capaz de transformar disposições adquiridas em capital cultural e simbólico. Não se trata de um caminho linear ou homogêneo, uma vez que as escolhas oscilam ao longo das trajetórias individuais, segundo as referências com as quais se tem contato e a forma de incorporação ou rejeição, combinando o popular e o sofisticado, o simples e o requintado. É, porém, justamente essa capacidade de classificar os diferentes registros que expressa o grau de refinamento alcançado por cada um.

A estética, nesse jogo, não é mero detalhe, mas instrumento de diferenciação e pertencimento, meio pelo qual os indivíduos constroem e sustentam suas posições em um mundo no qual o reconhecimento social passa pela capacidade de performar o bom gosto.

Chris Allen (2008) analisa como as práticas sociais – e, em particular, as escolhas residenciais – expressam e reafirmam identidades e posições sociais diante de um outro generalizado, de modo que o espaço de moradia deixa de ser apenas um lugar para viver e passa a funcionar como enunciação simbólica da posição social. Para o autor, o capitalismo tardio não se restringe ao consumo de coisas (casas para morar, comida para comer etc.), mas à conquista de “bens posicionais”, isto é, formas de auto-localização frente ao outro na sociedade. Os “bens posicionais” são como “significantes” que estabelecem novos sistemas de classificação (Allen, 2008, p. 70).

Allen (2008, p. 70) argumenta que, por algum tempo, a sociologia tratou a prática deliberada dos agentes de se posicionarem por meio do consumo – seja pela aquisição de bens, seja pela escolha da moradia – como uma verdade generalizada aplicável a todas as classes sociais. É o que o autor denomina de “relação ‘interessada’”, na qual os “aspectos posicionais do consumo” são tomados como algo “universal”, apagando as especificidades manifestas em outros grupos sociais. Nesse sentido, Allen (2008, p. 70) identifica “a necessidade de entender a relação da classe trabalhadora com o consumo (de moradia) em seus próprios termos”, reconhecendo que, nesse contexto, o “interesse” já não é determinante.

Assim, torna-se necessário problematizar a visão dominante que concebe o mercado imobiliário apenas como um “espaço de posições”, analisando-o a partir da experiência e das práticas concretas da classe trabalhadora. Não há, nesse grupo, uma objetificação generalizada

do mercado de casas. Ao contrário, observa-se a ausência desse tipo de racionalidade: a habitação não funciona como instrumento de ascensão ou de diferenciação simbólica, mas, antes, como meio de satisfazer uma necessidade elementar.

Se, na literatura sociológica hegemônica que vê a casa não mais como um fim em si mesma, isto é, lugar que satisfaz a necessidade de morar, como argumenta Allen (2008, p. 74), mas um “meio para um fim” simbólico, nela se resumem dois aspectos importantes para tal compreensão: a habitação torna-se o lugar de expressão simultânea de “competência cultural” e “posição social” pelos quais determinados grupos podem se afirmar. Daí que, na esteira do pensamento bourdieusiano, o mercado de casas se torna um “espaço de posições” socialmente localizadas (Bourdieu, 2006). Para Allen, investigar a escolha de moradia, do ponto de vista das classes trabalhadoras torna relutante o uso de expressões como “pertencimento eletivo”, tal qual colocado por Savage *et. al.* (2005) e explicitado por nós no decorrer da tese.

Na definição de Savage *et. al.* (2005), a eletividade da moradia estaria ligada à associação da biografia do sujeito - ou como ele se lê e quer ser lido - ao significado que acredita está implicado no lugar escolhido. Não parece haver uma identificação semelhante, de imediato, por parte da classe trabalhadora, pelo fato de que a aquisição de um espaço para morar responde a uma necessidade básica real. Essa discussão serve de base para introduzir, neste capítulo, a existência de um grupo social, verificado em nossa pesquisa, que, por vivenciar uma trajetória veloz de ascensão social, assemelha-se àqueles investigados por Allen (2008). Precisamente porque são oriundos de classes populares, a análise e as considerações teóricas feitas até aqui precisam ser abalizadas.

Esse grupo tem entre todos os participantes a característica da ascensão social marcadamente ligada pela educação formal e os esforços em fornecer aos filhos a oportunidade e a promessa de ascenderem por esse meio. Talvez por isso, pela educação, a maioria dos entrevistados desse grupo seja do alto funcionalismo público, ou intermediário. Percebemos, de seus relatos, que a forma de escolher a moradia não é marcada pela eletividade relativa ao valor simbólico ou aspectos concernentes à identidade do lugar, mas por considerações práticas e utilitárias.

Milena, 44 anos, advogada sócia de um escritório de médio porte e professora de Direito, traz noções, a princípio, bem definidas acerca da distinção entre bairros nobres e periféricos - algo compartilhado por este grupo de emergentes. Precisamente porque têm suas origens sociais em classes populares, há uma recusa generalizada pela moradia em áreas pobres. Isso porque, em grande medida, são oriundos desses lugares e compreendem que retornar a eles seria uma

forma de regressão. Em comparação a outros grupos ou frações de classe, analisados anteriormente, essa recusa merece uma observação: enquanto aqueles rejeitam bairros de classe média por uma questão simbólica e sequer percebem as zonas periféricas (com raras exceções), as pessoas do grupo aqui tratado chegam a admitir a possibilidade de retorno em casos extremos. Ou seja, mesmo que sua recusa tenha dimensões sensíveis, simbólicas, de classe, elas consideram a existência da periferia como destino possível, ainda que procurem se afastar de tal conjectura,

Ela é capaz de atribuir sentidos às regiões da cidade, ainda que de forma rudimentar, mas não percebe o espectro de frações de classe que a compõem e as diferenciam. Por outro lado, parece trazer uma noção superficial das distinções entre frações de classe e suas homologias com os espaços, além de pouco aprofundamento no entendimento sobre os sentidos de que os bairros são portadores. Isso se manifesta quando fala do “eixo” de bairros em que moram seus amigos: “Moram nesse eixo: Boa Viagem, Madalena, Graças e Casa Forte”.

A fala parece manifestar a ausência de incorporação de uma métrica que torne equivalentes tais bairros, tão distintos entre si sob o julgamento das elites recifenses de uma maneira geral, e mesmo de uma classe média próxima a elas, ou que mora nesses bairros. Essa comparação entre Boa Viagem e os bairros citados seria considerada absurda pela grande maioria dos entrevistados da Zona Norte, que muitas vezes, para expressar sua rejeição, consideram Boa Viagem como sinônimo da zona sul, e vice-versa.

Milena diz que gostava muito de Casa Amarela porque ficava perto da feira, comparada ao centro da cidade. Por outro lado, menciona a falta de ventilação de seu antigo apartamento e o incômodo maior que era o tempo perdido no deslocamento para áreas mais centrais, seu escritório, fórum ou a procuradoria, pois se deparava com muito congestionamento, principalmente na Estrada do Encanamento, via necessária para a locomoção para os lugares citados. A respeito da Madalena, seu novo bairro, Milena a define como “extremamente centralizado”, precisamente porque a malha de trânsito, ali, facilita o acesso a diferentes regiões da cidade ou aos lugares que fazem parte de sua rotina de trabalho. Milena cogita, um dia, morar em Boa Viagem, “à beira mar”, o que parece subentender, na entrevistada, um princípio de noção de classe e de distinção social.

A função prática e utilitária não está de todo ausente na fala de outros entrevistados, pois a localidade também pode ser enxergada de forma interdependente. Contudo, o simbólico, no grupo de entrevistados aqui, é muito menos desenvolvido, quando não esquecido, ainda que se possa perceber, de forma rudimentar, na articulação de sua fala. Referimo-nos ao exemplo

de Odete, 58 anos, ex-delegada da polícia civil, que já ocupou cargos públicos como secretarias de segurança, tendo alcançado o posto atual por meio de reconhecimento. Seu capital simbólico e social foi uma conversão bem-sucedida do capital cultural, fruto de escola formal. Respondendo à pergunta do que lhe chama atenção no bairro, afirma:

Eu acho as Graças um bairro muito utilitário. Tudo que a gente precisa tem no bairro. Se você precisa de shopping center, de mercado, de feira livre, de 'o que você quiser'. Realmente é um bairro super acessível à vida cotidiana... do dia-a-dia, principalmente a vida doméstica também. Tem cinema, tem tudo. Tudo que você pensar tem nas graças, eu nunca vi um bairro tão bom. E eu desço do meu prédio, eu tenho logo um Bompreço na minha frente. Tenho farmácia do lado, quer dizer, eu tenho tudo. Eu acho um bairro muito acessível. [Odete fala com ênfase e ânimo ao longo de todo o trecho]

Hoje, não estando mais no cargo de delegada, Odete possui um escritório de advocacia com seu marido, especializado em *royalties* de petróleo. Ao comentar sobre sua educação, conta, em baixo tom, que estudou em escolas públicas, argumentando, como justificando-se, que as particulares eram poucas. Com frequência, ela faz autocorrekções ao cometer erros gramaticais, tais como concordância, o que mostra certa insegurança quanto à sua posição atual. Por outro lado, é notório como ela faz esforços de estetização e estilização da vida.

Seu caso demonstra uma inadequação de uma emergente no seio da tradicional elite recifense, mas seus comentários e sua autocorreção permanente indicam certa noção acerca das distinções na representação da cidade sob o ponto de vista das diferentes classes. Ela também expressa uma opinião negativa sobre Boa Viagem, afirmando que não gosta do bairro porque considera as pessoas "muito frias" e "fechadas", cada um vivendo em sua própria "vidinha". Ela também menciona que a vida em Boa Viagem é muito aberta e solta, o que ela considera perigoso para os filhos, além de achar difícil o acesso a serviços e que tudo requer o uso de carro. Seu discurso não se opõe ao carro como transporte cotidiano, tal qual fazem pessoas da Zona Norte, que se atém a um discurso contrário ao veículo privado, utilizando isso como julgamento moral e distintivo.

Em relação à violência simbólica, pode-se argumentar que a percepção dela sobre Boa Viagem reflete uma forma de violência simbólica, que impõe sobre ela o sentimento de que está sempre deslocada em um ambiente que considera elitista e que não se alinha com suas experiências e valores. Essa sensação de desconexão pode ser vista como uma forma de exclusão social, em quem as normas e comportamentos da classe alta não ressoam com sua vivência e identidade.

Assim, a crítica que ela faz ao bairro e às interações sociais que observa pode ser interpretada como uma resposta a essa violência simbólica, que a impede de se sentir à vontade em um espaço que, para ela, é marcado por barreiras sociais e culturais.

Portanto, é um grupo que mostra como a apreensão e consumo simbólico da cidade é uma disposição social, e uma capacidade, fundamental para a ascensão social. Mas não é apenas nos aspectos da cidade que lhes faltam disposições, durante a entrevista as autocorreções, a boa vontade cultural combinada com o reconhecimento do que é legítimo, junto à falta de competência de exercer, são elementos que delineiam muito bem essa fração de classe, transparecendo a origem social desses sujeitos. Assim, percebemos como o consumo da cidade é uma competência determinada por experiências de vida, equivalente a outras competências, como a disposição para a decoração da casa, escolha de como se vestir, a forma de lidar com o dinheiro. É perceptível um desconforto, nesses entrevistados, que coloca Boa Viagem em evidência como algo distante. A violência simbólica produz neles um sentimento de afastamento.

A tensão entre pertencimento material e reconhecimento simbólico encontra em Jaciara e José uma expressão particularmente nítida. Embora residam em um edifício valorizado na Zona Norte do Recife, com localização e estrutura compatíveis com os padrões da elite local, sua inserção simbólica nesse universo permanece precária. Diferentemente de outros moradores, não conseguiram formar vínculos significativos no prédio. A ausência de um círculo de amizades – normalmente construído em cafés, jantares ou conversas casuais nos espaços comuns – revela como a sociabilidade cotidiana das elites exige mais do que convivência: requer disposições incorporadas. Modo de falar, gestos, temas de conversa, postura corporal – tudo comunica pertencimento (ou não) a esse universo. No caso deles, a ausência de boas maneiras legitimadas e de sofisticação simbólica opera como barreira invisível, porém eficaz. Pequenos silêncios, sorrisos contidos, afastamentos não verbalizados compõem a gramática da exclusão simbólica que os mantém à margem.

Curiosamente, é justamente por essa condição de fração dominada que a Zona Norte sustenta um estilo de vida aparentemente mais aberto à diversidade e à informalidade, o que facilita a presença de moradores emergentes com déficit de capital cultural incorporado. Ainda assim, como mostra o caso de Jaciara e José, essa abertura tem limites. A convivência cotidiana continua atravessada por expectativas de sofisticação, modos de interação legitimados e repertórios estilísticos específicos. A presença física é tolerada, mas o pertencimento simbólico continua condicionado ao domínio de códigos que não se aprendem com a mudança de

endereço. Ser da elite, nesse sentido, não é apenas ocupar os lugares certos, mas saber habitá-los – com naturalidade, descrição e forma.

3.2.5 O isolamento pela falta de boas maneiras

O relato de Jaciara e José ilumina um aspecto central da sociologia de Pierre Bourdieu: a discrepância entre os diferentes tipos de capital dos agentes (econômico, cultural e social), ou seja, sua posição de classe, e as disposições que formam o *habitus* de classe. Apesar de alcançarem uma ascensão social significativa por meio da educação formal e do emprego público, suas trajetórias revelam uma adaptação limitada às práticas e expectativas das frações médias e altas da classe média. Essa limitação expõe os desafios de adquirir e reproduzir o capital social e cultural necessários para consolidar e legitimar sua posição em uma região mais dominante do espaço social.

Embora o casal tenha obtido êxito – graças aos esforços de suas famílias – em acumular um significativo capital cultural por meio da educação formal e convertê-lo em capital econômico ao conquistar altos cargos públicos, eles ainda enfrentaram barreiras simbólicas e culturais que dificultaram sua integração plena. Tais barreiras dizem respeito à incapacidade de assimilar completamente outra dimensão do capital cultural: as boas maneiras, os gostos estéticos e as disposições de comportamento refinado valorizadas pelas frações superiores da classe média. Conforme argumentam Sam Friedman e Daniel Laurison (2019) em *The Class Ceiling: Why It Pays to Be Privileged*, o “teto de classe” não é apenas econômico, mas também cultural, manifestando-se em barreiras invisíveis que restringem a mobilidade social mesmo entre aqueles que obtêm sucesso formal. Essa lacuna impede o casal de “encaixar-se” plenamente nesses círculos e afeta, igualmente, as trajetórias de seus filhos, perpetuando desigualdades que vão além das dimensões materiais. Nesse sentido, o que já foi mencionado como “boas maneiras” aproxima-se do que os autores supracitados entendem por “polidez” e “refinamento”.

A formação acadêmica de Jaciara (Odontologia) e José (Engenharia), ambas pela Universidade Federal de Pernambuco, é um marco em suas trajetórias. Porém, a escolha por especializações fora dessas áreas, para atender às demandas do emprego público, evidencia uma limitação no acúmulo de capital cultural.³⁶ Aqui, a educação formal não implica em

³⁶ Tanto Jaciara quanto José tornaram-se auditores fiscais por meio de concurso público. Ambos fizeram uma pós-graduação na área de Administração a fim de progredir em sua carreira. Desde cedo deixaram de atuar em suas áreas originais. Poderíamos dizer com Friedman e Laurison (2019) que nenhum deles incorporou os códigos

incorporação integral das práticas culturais e disposições estéticas das frações dominantes da classe média que facilitariam a consolidação profissional na área de formação original.

Ainda que os dois reconheçam que não progrediram em suas profissões de graduação e que tenham optado por cargos públicos, não percebem plenamente como aspectos intangíveis – isto é, simbólicos, não relativos às competências técnicas – também condicionaram suas trajetórias. As disposições simbólicas, e seu domínio, funcionam, assim, como habilidades de classe.

O casal manifesta, em suas falas, sentimentos de solidão e dificuldade de relacionamento (José relata, por exemplo, buscar ajuda psicológica para lidar com sua timidez). Seu isolamento é percebido e interpretado por eles como aspecto de sua constituição pessoal, e não resultado das condições sociais objetivas de suas trajetórias de classe. Embora reconheçam o desencaixe frente ao ambiente que ocupam, eles o entendem como um problema individual, não relacionado às barreiras simbólicas que marcam sua posição social.

A análise de suas origens familiares aprofunda essa compreensão. Jaciara, filha de pais com pouca ou nenhuma escolaridade, carrega em seu habitus as marcas de uma trajetória marcada pela precariedade e pela ausência de referências culturais mais próximas às elites. Já José, com pai formado em Ciências Contábeis e mãe educada sob as disposições das elites, não herdou plenamente as disposições simbólicas capazes de facilitar sua integração a esferas superiores de sociabilidade. Tal contexto é agravado por uma percepção de declínio social vivido pela família, o que ele expressa ao lembrar a figura do avô materno:

Deveria ter uma certa cultura, porque os filhos tudo formados, né? A origem portuguesa, mas assim, eu sei que a família tinha dinheiro, certo? (Pausa) Tinha dinheiro. Fula, que era uma das tias, que era a irmã dele, de vovô, estudou até na França, sabe? Então, era uma família que tinha certos recursos, certo? Mas não tenho muita ideia de como era exatamente isso, não.

Tal fala evidencia tanto o reconhecimento de uma herança cultural fragmentada quanto a percepção de que essa riqueza cultural e econômica perdeu-se no tempo. Ao admitir não ter “muita ideia de como era exatamente isso”, José mostra sua desconexão com as práticas e

legitimadores dessa classe e dessas profissões, em grande medida por causa de origens. Podemos falar que suas trajetórias dificultam conquistar capital cultural suficiente, além do formal, isto é, sua formação acadêmica, para barganhar um lugar prestigiado no âmbito das profissões almeçadas, que são típicas de uma classe média e classe média-alta. A respeito do capital cultural específico que permite estabelecer conexões, e sua necessidade para legitimar pessoas ou grupos no interior do ecossistema das classes dominantes, ver o capítulo “The helping hand” do livro de Friedman e Laurison (2019). Essas conexões, que formam um capital social fundamental para o sucesso, se dão, na maioria das vezes, através de um background simbólico comum que permite o reconhecimento entre indivíduos de uma mesma fração de classe. Reconhecimento que gera empatia e, conseqüentemente, uma inclinação para a disponibilidade em ajudar – é esse reconhecimento de fração (isto é, a falta de um “sponsor” (patrocinador ou padrinho), nas palavras de Friedman e Laurison, que faltou ao casal em questão.

capitais que poderiam ter sido transmitidos para ele e que se esvaíram, reforçando as barreiras simbólicas que ele e sua família enfrentam ao tentar a ascensão social. Embora o capital cultural institucionalizado tenha sobrevivido, a falta das disposições mais tipicamente próprias das elites data, talvez, de antes de sua infância, como sua incompreensão deixa transparecer.

Os conceitos de “encaixe” (fitting) e “sapato de cristal” (glass slipper) (Friedman, Laurison, 2019) são particularmente úteis para iluminar as barreiras simbólicas e culturais enfrentadas por Jaciara e José, mesmo após terem conquistado significativas melhorias em suas condições econômicas e educacionais. Suas vivências estiveram muito mais próximas às das classes populares ou humildes, não tendo havido contato suficientemente forte com agentes de classes sociais mais elevadas que permitisse a incorporação dos códigos e do universo semântico típicos das altas frações – diferentemente do que podemos ver entre os trânsfugas de classe³⁷.

Embora tenham acumulado capital econômico e cultural suficientes para acessar empregos formais de prestígio, Jaciara e José não conseguiram encaixar-se nas altas frações. A noção de “encaixe” permite perceber como as disposições culturais herdadas e desenvolvidas em contextos de classe específicos, quando muito arraigadas, têm a tendência de uma força de inércia que pode continuar servindo como estruturador de suas experiências em espaços sociais dominados por normas e práticas de frações mais altas da classe média, caso não exista a oportunidade de desenvolver novos repertórios mais complexos ao longo da socialização secundária.

No caso do casal, é possível observar que a mobilidade econômica e educacional não resultou automaticamente na internalização das disposições valorizadas pelas elites. Como Sam Friedman e Daniel Laurison (2019) apontam, a ideia de um “teto de classe” não se restringe ao acesso a melhores condições materiais, mas também envolve barreiras culturais invisíveis que dificultam a adaptação plena aos códigos e práticas dominantes.³⁸ A metáfora do “sapato de

³⁷ Indivíduo que ascende socialmente, mas mantém disposições de origem, vivenciando tensão simbólica e dificuldades de integração (Bourdieu, 2008).

³⁸ Friedman e Laurison (2019) discutem primordialmente as condições de progressão para alcançar posições bem sucedidas entre empregos de elite. Aqui, estendemos sua discussão para compreender como as habilidades intangíveis são necessárias também para adentrar e se manter no interior de alguma das frações de elite. Nas palavras dos autores (2019, p. 124-125, tradução nossa): “Dominar os códigos comportamentais é fundamental para ‘progredir’ em todas as profissões que examinamos. É uma forma fundamental de sinalizar que você é o “tipo certo” de pessoa para progredir, que se enquadra, e é devidamente recompensado pelos decisores seniores. É importante, contudo, constatar que estes códigos estão muitas vezes apenas tangencialmente relacionados com o trabalho realizado em empregos de elite e não são medidas particularmente credíveis de capacidade, desempenho ou inteligência. Em vez disso, argumentamos, representam frequentemente “sapatinho de cristal” metafóricos, tornando os locais de trabalho uma escolha natural para alguns e desconfortáveis para outros. Em particular, actuam

cristal" reflete bem essa dinâmica: o espaço social das elites foi moldado historicamente para pessoas cujos *habitus* e capitais culturais são compatíveis com suas normas. Jaciara e José, mesmo com sua formação, cargo público de salário elevado e morando em um excelente apartamento localizado num bairro nobre, não "calçam" o sapato que encaixa nos círculos da região.

Nosso argumento reforça o efeito intergeracional provocado pelo *habitus* e suas disposições concernentes. A evidente em incorporar características intangíveis se refletiu na socialização dos filhos, já que a reprodução social bem-sucedida exige dedicação e comprometimento constantes por parte da família. Algumas exigências das elites, contudo, não foram cumpridas.

Seus filhos desenvolveram certa facilidade na educação formal e repetiram o trajeto dos pais, graduados em uma instituição de prestígio. A filha, contudo, formada em Design, não consegue acesso a bons empregos e é frequentemente eliminada em seleções, sobretudo nas fases finais do processo. Tal situação corrobora a discussão de Friedman e Laurison (2019) acerca das habilidades intangíveis que influenciam a simpatia dos recrutadores pelos candidatos. No caso da filha, ela perdeu oportunidades por ser considerada “muito honesta” ou “muito tímida” e por apresentar falta de repertório. Estas características contrapõem-se a atributos típicos das altas classes, como expansividade moderada, “informalidade calculada”, jogo de cintura, atitudes de polidez³⁹ e facilidade de manejar conversas de forma natural. Segundo Friedman e Laurison (2019, p. 189), tais habilidades precisam ser assimiladas de maneira a produzir uma “unidade e coesão entre consciência e ação”, de modo que o “exercício de poder” seja eficaz.

O segundo filho, por sua vez, trocou de graduação várias vezes e demonstra uma postura ainda mais tímida e reclusa do que a da irmã. Ambos evidenciam pouca polidez e desenvoltura

frequentemente como barreiras culturais para aqueles oriundos da classe trabalhadora, que muitas vezes lutam para se adaptarem ou se adaptarem a estas culturas de trabalho”.

³⁹ Aqui mencionamos a polidez em um sentido mais específico e complexo que, segundo Friedman (2008), abrange características como autocontrole emocional, respeito às normas sociais, empatia, comunicação eficaz, discrição, habilidade em dinâmicas sociais e gestos simples de boas maneiras. Inclui moderação no comportamento, adaptação ao contexto, uso cuidadoso da linguagem, atenção ao bem-estar alheio, respeito pela privacidade e construção de rapport. Essas práticas refletem a capacidade de alinhar-se às expectativas sociais, demonstrando consideração e respeito, além de reforçar status e pertencimento em ambientes profissionais e sociais, como analisado por Elias (2001) no processo civilizador. Trata-se de um comportamento sutil, “natural”, de gestão da própria imagem perante os outros. Essa noção está presente na análise de muitos sociólogos e historiadores, e embora, à primeira vista, pareça uma noção relativa a traços subjetivos de comportamento, trata-se, para esses autores, de uma construção social, que é adquirida lentamente no interior da família pertencentes a frações de classe específicas, notadamente as mais altas. Digno de nota que essa característica, a polidez, foi eleita no interior de grupos privilegiados que determinam e legitimam comportamentos distintivos de classe.

para os momentos de sociabilidade cotidiana, sugerindo que suas dificuldades em desenvolver uma vida social mais profícua – e que reverbere positivamente em suas carreiras – estão possivelmente interligadas.

A posição e a opinião de Jaciara e José sobre sua moradia em um condomínio de classe média alta localizado em frente ao Rio Capibaribe, na Madalena, bairro nobre, revelam um paradoxo interessante e carregado de significados. Por um lado, há uma clara valorização das características que ambos associam a um bairro e a pessoas de classe média alta, tais como, em suas palavras, “organização”, “educação” e um certo grau de refinamento. Jaciara comenta: "Eu acho que o pessoal tem uma certa, vamos dizer assim, educação, existe uma coisa mais organizada, né? É um pessoal que tem mais... tipo assim... porque eu já morei em favela, aí é coisa mais desorganizada, né?". Essa fala demonstra uma comparação direta com suas vivências anteriores em locais como a favela.

Os argumentos de Friedman e Laurison sobre o teto de classes, o "sapatinho da Cinderela" e suas fronteiras e códigos simétricos ajudam a esclarecer as experiências de Jaciara e José, cujas trajetórias ilustram as barreiras invisíveis enfrentadas pela mobilidade social. A percepção de Jaciara sobre a organização e educação nas diferentes classes é reveladora, apontando para a associação entre polidez, refinamento e um "capital cultural" distinto, como descrito por Friedman e Laurison (2019). A desorganização percebida nas favelas contrasta com a ordem e a educação atribuídas à classe média e destaca uma barreira simbólica na qual as normas culturais de comportamento e etiqueta demarcam a posição social dos indivíduos. A princípio, essa ruptura é exaltada, mas aos poucos ambos vão mostrando um desencaixe e indícios de desajuste social, sobretudo quando afirmam “A gente é muito caseiro” e José acrescenta, brincando: “tem que ser empurrado pra sair de casa”. As poucas saídas são restritas a refeições em shoppings, comportamento incompatível com a vida social e comunitária do bairro⁴⁰.

⁴⁰ Percebe-se uma atribuição específica e funcional ao shopping na experiência de sua utilização por parte do casal. Vale mencionar a mudança de status sofrida pelos shopping centers entre as décadas de 1980 e 2020. A princípio, tomados como espaços de diversão, lazer, sociabilidade e consumo, em grande medida ocupados pelas frações privilegiadas, à medida que vão se popularizando, tornam-se espaços de consumo e oferta de serviços institucionais públicos e até mesmo hospitalares. Se ao longo de sua história, os shoppings foram responsáveis pelo esvaziamento dos centros comerciais urbanos pelas frações de elite e médias, por outro lado, embora sendo espaços privados, acabaram por assumir o papel atribuído aos espaços públicos, como os centros da cidade. Por exemplo, hoje pode-se fazer procedimentos burocráticos dos mais variados, como retirar habilitação, ir ao banco, à casa lotérica, e mesmo procurar atendimento médico. Os shoppings substituíram, assim, o centro, para esses grupos, tornando-se espaços de caráter funcional que não são mais vistos com o deslumbramento inicial. Não são, portanto, lugares distintivos como foram um dia. Em contraposição, os próprios centros urbanos passaram a ser associados às classes populares, como argumentam Caldeira (2008) e Lopes (xxxx), pois lá encontram-se os camelôs, lojas e produtos mais acessíveis, presença massiva de transporte coletivo, e todo um conjunto de códigos que quebra com o ideal

Sobre a solidão no novo contexto, Jaciara descreve: "Aqui é cada um na sua. Tipo assim, quando vai num supermercado, numa farmácia, ou andando na rua, né?". Embora a residência em um condomínio represente um padrão de vida mais elevado, este espaço também simboliza, para pessoas com origens e trajetórias semelhantes às do casal, a solidão e falta de conexões sociais que Friedman e Laurison (2019) identificam como barreiras invisíveis ao "encaixe" que os legitimaria no novo espaço. O sapatinho de Cinderela pode ser interpretado, aqui, como a expectativa de que, ao lograr um certo padrão de vida (como morar em um condomínio), o casal deveria sentir-se plenamente integrado e confortável. Contudo, o que vemos é uma discrepância simbólica, que impede que o "encaixe" ocorra organicamente.

As falas supracitadas demonstram não haver sentimento de comunidade e indicam que, ainda que vivam em um espaço que consideram mais organizado e educado, a interação social, que para eles era marcante em outros lugares, está ausente. A vida no condomínio, apesar de trazer um padrão de conforto associado à ascensão econômica, parece carregar um preço simbólico: a solidão. José menciona que, em outros momentos de sua vida, como em Olinda, no Bairro Novo (onde foi criado e cresceu), ou mesmo no Bairro dos Coelhos, havia “mais contato humano”, em suas próprias palavras. Ele diz: "[...] era muito mais interação [...] ela (sua esposa) tinha lá no Bairro dos Coelhos também. É muito mais interativo, né? Aqui é cada um, assim, meio isolado, né?".⁴¹ Ao descrever sua antiga habitação, José lembra: "A casa vivia cheia...". Essa memória de interações sociais espontâneas nos bairros de origem contrasta fortemente com a vida atual no condomínio, onde predomina a privacidade e a individualização. Assim, a percepção de ser o condomínio um espaço superior em termos de ordem e organização é acompanhada por uma insatisfação subjetiva, causada pela falta de interação e pelo sentimento de desconexão que permeia seu cotidiano.

Friedman e Laurison (2019) explicam que o capital cultural relacionado à socialização e à interação comunitária nem sempre é transferido de maneira fluida entre contextos, evidenciando os limites da mobilidade social, justamente decorrentes do teto de vidro e da ausência de domínio dos códigos para as interações e convívio com os membros da “nova classe”. Assim, foi possível perceber uma incompreensão do casal dos códigos implícitos de

de ordem e refinamento das classes média-alta: isto é, o excesso de pessoas, a sujeira nas ruas, a imprevisibilidade dos encontros, o burburinho e barulho dos camelôs e vendedores.

⁴¹ Interessante notar que essa percepção de isolamento com certo mal-estar contrasta com a opinião dos moradores de Boa Viagem, como vista em algumas de nossas entrevistas. Para estes, o isolamento não é uma marca de dissociação da comunidade, mas uma forma de etiqueta. Isto é, uma forma de polidez: o isolamento aqui é uma forma de privacidade que lhes permite organizar sua agenda de encontros. A interação é ritualística, tem hora marcada e a convivência é limitada por certas normas tácitas: não se pode ir um para a casa do outro, tampouco passar muito tempo no espaço privado do outro, e os encontros, em geral, são realizados em restaurantes ou cafés.

polidez e cortesia de certa “ética da vizinhança” (Savage et al., 2005). O desencontro com normas sociais e convenções de cortesia e etiqueta e a convivência moderada com seus pares são discrepâncias simbólicas entre duas formas diferentes de *habitus*.

O desejo de José de voltar às origens, entretanto, carrega uma ambivalência: "Eu queria voltar às origens de Bairro Novo, mas não voltaria para Bairro Novo, não". Essa contradição reflete a tensão entre a ascensão social conquistada e a dificuldade de se integrar completamente às esferas sociais mais elevadas, sobretudo no que diz respeito ao lugar de moradia, como visto, especialmente por causa das discrepâncias simbólicas e da falta de domínio pleno das boas maneiras típicas das elites. Aqui, o "sapatinho de Cinderela" torna-se um símbolo da impossibilidade de se "encaixar" completamente nesses novos espaços, mesmo com a ascensão econômica e educacional, pela falta de internalização de disposições culturais e sociais que são essenciais para o reconhecimento e aceitação nos círculos mais altos, como vimos com Friedman e Laurison (2019).

Tais barreiras invisíveis, construídas por diferenças culturais, de comportamento e até de expectativas, revelam que o acesso ao capital econômico e sua conversão pela escolha de bons bairros não garantem plenamente o acesso ao capital social, comprometendo, muitas vezes, nos casos específicos de maior discrepância, a sua reprodução e a da posição social. Essa dualidade reflete o impacto da mudança de ambiente sobre as percepções e relações, expondo o conflito entre o desejo de pertencimento e a realidade que valoriza o respeito ao senso de individualidade nas altas classes (Savage et al., 2008).

Mencionamos a existência de uma ética da vizinhança, que tomamos emprestado de Savage et al. (2008). O conceito por trás dessa ética pressupõe uma consideração, a fim de reforçar nossa análise. Savage et. al. (2008, p. 79 a 87) descrevem uma ética da distância respeitável praticada nas vizinhanças de alguns bairros nobres. A vizinhança moderna equilibra a necessidade de conexão social com o desejo de preservar a individualidade e a privacidade: os moradores valorizam relações amigáveis, mas evitam proximidade excessiva ou envolvimento emocional profundo.

Essa nova ética promove o cuidado mútuo, mas sem excessiva interferência na vida privada. Exemplos incluem cumprimentar sobre a cerca do jardim ou socializar em momentos específicos, como churrascos ou festas. Vizinhos ajudam uns aos outros de forma prática, como cuidar da segurança das casas ou compartilhar itens, mas raramente envolvem-se em interações sociais regulares e intensas. Há, segundo Savage et. al. (2008), certa valorização da autonomia, de modo que os moradores escolhem como se envolver, preferindo interações pontuais que

reforcem uma sensação de controle pessoal sobre seus relacionamentos. Essencialmente, essa ética da distância respeitosa é definida por uma abordagem equilibrada que valoriza a privacidade e a autonomia como valores decisivos de certa sociabilidade.

O argumento de Savage *et al.* permite-nos afirmar, sobre o caso de Jaciara e José, que o *ethos* do meio funciona como uma forma de controle ao prescrever limites de convivência e seus vizinhos, provavelmente, cultivam amizade com semelhantes do mesmo condomínio ou bairro, ou com pessoas distantes, mas tendem a ignorar sua presença nesse contexto por não perceberem identificação simbólica com eles. Daí o obstáculo à criação de vínculos de intimidade, essenciais para a conquista do capital social e cultural almejado pelo casal.

3.3 Habitus: senso de familiaridade e desconfortos no deslocamento entre a Zona Norte e a Zona Sul

Apesar da evidente tendência dos moradores da Zona Norte de se distanciar de forma condenatória da Zona Sul e do estilo de vida e práticas de consumo imputados a seus moradores, foi possível identificar alguns entrevistados dessa região que se apresentaram mais abertos à Zona Sul. Agrupamos estes casos em quatro diferentes grupos de acordo com seu comportamento e as motivações que entendemos estar por trás de suas tomadas de posição e procuraremos encontrar explicações para esse desvio da tendência bastante sólida apresentada pelos outros moradores da Zona Norte, pois as nuances desses entrevistados são relevantes para nossa pesquisa. Esses grupos são sociologicamente úteis para o entendimento das disputas de classes sociais e suas possíveis homologias no espaço geográfico da cidade, bem como do tensionamento que reverbera entre as classes mais abastadas do Recife.

Indo dos mais aos menos favoráveis à Zona Sul, começamos com um grupo de quatro entrevistados bem integrados ao modo de vida da elite dessa região, onde estão acostumados a transitar. A este grupo denominamos grupo familiarizado com Boa Viagem.

O segundo grupo é constituído pelo curioso caso de dois entrevistados casados que, apesar de terem um estilo de vida totalmente diverso do comumente atribuído aos ricos de Boa Viagem, não têm críticas àquela região, mesmo sendo profundamente adeptos à identidade da Zona Norte. Chamamos a este casal de grupo dos boêmios, por praticarem a forma boêmia do estilo de vida das elites da Zona Norte, frequentando lugares tradicionais como a Venda do Seu Vital e botecos de Casa Forte Expandido. São personagens conhecidas no círculo da elite e que vivem de herança, tendo sua origem em famílias tradicionais e muito ricas. Contrariamente aos estereótipos bairristas quanto aos diferentes estilos de vida da cidade, estas pessoas se

declararam totalmente abertas ao intercâmbio com a Zona Sul, negando existir qualquer diferença de comportamento entre os moradores das duas regiões.

O terceiro grupo é constituído por duas moradoras da Zona Norte com alto capital cultural e que tinham uma aceitação condicional à Zona Sul; o chamaremos de grupo do alto capital cultural. O quarto e último grupo é composto por uma única pessoa, cuja trajetória interpretamos como um caso de reconversão simbólica bem-sucedida. Trata-se de uma categoria analítica construída especificamente para este caso, a fim de dar conta de sujeitos oriundos da classe média cultivada que, sem ruptura disposicional, refinam e reorganizam capitais culturais herdados em função de sua mobilidade ascendente.

Esses grupos intermediários guardam algumas semelhanças tanto com os grupos mais abertos quanto com os que rejeitam Boa Viagem: com o primeiro, têm em comum o alto capital econômico em sua estrutura de capitais e com o segundo, o compartilhamento de práticas de gosto que eles mesmos expressaram perceber como típicas da Zona Norte, como a posse e valorização do capital cultural – justamente por isso, a escolha pela Zona Sul precisava ser mediada por uma adaptação a seu gosto.

3.3.1 Grupo familiarizado a Boa Viagem

Começamos a análise de nossas “exceções” justamente pelos que se mostraram mais abertos ao território da Zona Sul da cidade enquanto possibilidade de morada e também como destacada opção de lazer. Três desses entrevistados cogitariam morar na Zona Sul, mas o que é comum a esse grupo é que é possível identificar que seus gostos estão ajustados aos daquela região, com facilidade de partilha de afinidades eletivas e que, graças a isso, há intenso trânsito social com os moradores da Zona Sul.

A região também faz parte de seus cotidianos e eles não percebem mudanças de atmosfera ao transitar entre a Zona Norte e a Zona Sul. Isso contraria os relatos do grupo avesso à Zona Sul e do grupo de abertura condicional, que se referiam ao deslocamento para Boa Viagem como uma experiência de desconforto que só é empreendida quando estritamente necessário. Como verbalizou Jacó, um dos entrevistados completamente avesso a Boa Viagem, citando a banda The Playboys, “depois da ponte do Pina a atmosfera é outra”. Podemos citar o relato de outro entrevistado da Zona Norte, Leandro: certa vez, estava indo de carro com seu amigo de trabalho em direção à Zona Sul, onde trabalhavam; ao atravessar a ponte do Pina, ouviu do seu amigo: “Aqui começa a cidade”. A amizade acabou aí.

Através da noção de senso prático, Bourdieu (2013) entende que os agentes, de maneira pré-reflexiva ou, em outras palavras, infraconsciente, tendem a buscar estruturas sociais objetivas nas quais seu *habitus* (suas disposições incorporadas) esteja integrado e ajustado por antecipação, de forma a possibilitar sua reprodução harmônica e evitar conflitos com essas estruturas. Nesse sentido, a relação de *illusio* é fundamental: é somente por meio desse “interesse desinteressado”, desse engajamento profundo com as propriedades e valores relevantes de um determinado campo, que é possível a sintonia entre *habitus* e campo. Para Bourdieu (2011, 2013), o *habitus* é estruturado principalmente pela posição dos agentes no espaço social – ou seja, por sua posição de classe – e tende a variar conforme essas posições. Ao se moverem por diferentes campos, os agentes acionam esquemas de percepção e ação que refletem sua trajetória social e seu lugar na hierarquia mais ampla do espaço social.

Em situações em que não há essa partilha, em que o *habitus* não incorporou a *illusio* necessária para identificar, manejar e ter interesse nos códigos e valores relevantes do campo, ocorre, segundo Bourdieu, desengajamento do agente em relação ao campo ou sensação de desconforto. O desconforto sem dúvidas é a pior das situações: ocorre quando os agentes reconhecem aquilo que é relevante no campo e o valorizam, mas seu *habitus* não incorporou as propriedades e disposições que possibilitam o engajamento fluido e “natural” no campo.

O desconforto frente à Zona Sul e sobretudo a Boa Viagem pode se relacionar a essa quebra na relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social, de modo que o *habitus* de diferentes classes pode manifestar um desconforto de inadequação ao ambiente, ou de desinteresse. Assim, a forma através da qual a Zona Sul, como percepção social de determinado segmento/classe, se apresenta enquanto estruturas objetivas do espaço social. Portanto, o desconforto, a noção de barreira ou até mesmo o desprezo podem expressar essa inadequação do *habitus*, tratando-se da expressão de um antagonismo entre frações de classe média-alta que impossibilita o desenvolvimento da *illusio* que propicia a relação “encantada” com o espaço social objetivo da Zona Sul, com suas regras próprias, especialmente pela falta da incorporação dos capitais relevantes naquele espaço social. Assim, esse sentimento de ruptura narrado por tantos interlocutores, ao falarem de sua sensação de ida para Boa Viagem, ou de adequação, para outros, quando analisados sob a ótica dos estilos de vida, definidos pelo *habitus*, e pela posição no espaço social e suas propriedades, podem ser reveladores de uma fronteira de classes.

Lahire (2022) critica tal visão do *habitus* e sua tendência a “procurar” proteger-se das inadequações e contextos objetivos inadequados e geradores de crise. O autor discorda da ideia

bourdieusiana de *habitus*, afirmando que frisa uma tendência a procurar um meio em que esteja previamente bem adaptado, em que suas disposições estejam não apenas em acordo, mas sejam reforçadas, e argumentando que é impossível, nas sociedades diferenciadas e modernas como as contemporâneas, evitar tais crises. Por isso, ao invés de um único *habitus*, os momentos de crises e discrepâncias culturais pelos quais todos passam tornariam o agente mais flexível, plural, dotado de um patrimônio de disposições para as mais diferentes situações. Porém, essa aversão a Boa Viagem observada entre os interlocutores talvez represente uma quebra com a ideia de pluralidade de disposições para as mais diversas situações, sendo, antes, um reforço ao *habitus*, e por consequência às fronteiras de grupo.

Na coleta desses dados, foi possível verificar que, entre os moradores desse grupo, todos exerciam atividades empresariais bem-sucedidas, nasceram em famílias abastadas - três deles em famílias tradicionais e o quarto em uma família em ascensão - e terem crescido em uma situação de estabilidade econômica contínua, inclusive com melhorias em suas condições materiais ao longo de suas vidas.

Marcelino, 28 anos, é bacharel em direito e dono de uma distribuidora de produtos alimentares. Seguiu os passos do pai, dono de outra distribuidora de maior porte, e afirma não ter intenção de trabalhar na área de seu curso de graduação por pensar que não teria tanta rentabilidade quanto a que auferia sendo empresário. Ele é o único membro do grupo que acredita não ter experimentado a referida estabilidade financeira do grupo: descreveu ter vivido um “perrengue muito difícil na minha vida”, uma fase em que, em razão de problemas nos negócios da família, seu padrão de vida diminuiu. Isso o forçou a transferir-se do colégio Santa Maria, em Boa Viagem, para o colégio das Damas e, por fim, para o colégio Cognitivo, ambos na Zona Norte – todos estabelecimentos privados conceituados voltados a estudantes de classe média alta e alta, ainda que o primeiro tenha mensalidade mais elevada e os dois anteriores sejam escolas de longa tradição. Frisou com muito pesar ter tido que deixar de ser sócio do Caxangá Golf & Country Club, desfazendo-se dos oito cavalos que criava para o exercício de esportes hípicas. Foi também um golpe a venda da casa de veraneio da família na praia pernambucana de Carneiros - veremos em seção própria as hierarquias das praias do litoral pernambucano, bem como a importância de habitações para lazer, como também de títulos e a frequência em clubes tradicionais da cidade para a reprodução do capital social.

Isso que o entrevistado relatou como “momento de falência” e “queda”, ainda que tenha sido uma fase de real luto e perdas patrimoniais com impactos profundos e indesejados em seu estilo de vida, não se configurou como sua saída da elite pernambucana, muito menos como um

período de enormes restrições materiais. No mesmo período, Marcelino ingressou numa renomada e cara universidade particular, que enuncia ter preferido em detrimento de uma universidade pública. Essa seria indesejada, segundo ele, em razão de greves, de sua estrutura precária e por ser lugar de “todo tipo de gente”, não é “seleta” como a faculdade que escolheu. A família continuou a viver em apartamento próprio, manter uma casa de campo e cada um de seus membros tinha carro individual. A “turbulência” desse período foi superada nos anos seguintes com o reerguimento patrimonial da família.

Importa destacar que foi possível perceber, entre os moradores da Zona Norte, uma tendência de aversão à Zona Sul da cidade, entretanto, foi identificado um grupo simpático à Zona Sul. Em parte desse grupo, ainda foi perceptível a existência de graus variáveis de rejeição ao bairro de Boa Viagem como possibilidade de moradia, enquanto que outra parte não expressou grandes óbices em hipoteticamente viver nesse território. Os entrevistados deste último grupo, no qual se inclui Marcelino, quando postos diante da pergunta “Em que bairro, ou bairros, você evitaria morar por não se identificar com o estilo de vida de seus moradores, e por quê?”, nenhum cogitou rejeitar a região, contrariando a tendência majoritária dos moradores pesquisados da Zona Norte, que de forma espontânea declaravam de imediato sua falta de apreciação pela região sul do Recife.

Ao serem perguntados “Em caso de uma mudança hipotética, para qual bairro, ou bairros, você escolheria se mudar por simpatizar com suas características?” e, principalmente, “É comum ouvir a opinião de que existe uma diferença entre a Zona Norte e a Zona Sul, o que você pensa a respeito disso?”, esses entrevistados se posicionaram de modo bastante simpático à Zona Sul e às práticas e gostos de seus moradores, ainda que tenham formulado algumas ressalvas. A última pergunta era sempre apresentada ao fim da parte do questionário que se referia à cidade, justamente buscando-se evitar o enviesamento das respostas e também para provocar os entrevistados a falar sobre suas percepções acerca dessas áreas e as possíveis relações de classe existentes nessas regiões. Assim, quando o tensionamento entre zonas se mostrava ausente na apreciação do interlocutor, essa pergunta era utilizada como provocação para entender se os entrevistados percebiam e/ou se engajavam nessas disputas, apreender os julgamentos que emitiam sobre as respectivas áreas e, eventualmente, a razão que pudesse explicar, sociologicamente, sua percepção dessa tensão no espaço social do Recife, que se traduz geograficamente pelas noções de Zona Norte e Zona Sul que apresentavam.

Mostrou-se revelador, para nossa análise, o conteúdo das falas de três interlocutores deste grupo que chegaram a identificar aspectos negativos na Zona Sul. Quando estimulados a

emitir juízos de maneira mais objetiva, referiram-se ao bairro de Boa Viagem ou à Zona Sul em surpreendente tom de crítica, algumas vezes mais intenso, alegando ser um lugar fútil, culturalmente pobre, sem tradição e caracterizado por pessoas que procuram status e vivem uma vida massificada e consumista. Todavia, mesmo após tecerem longas e minuciosas críticas à área, seus moradores e suas práticas, os três entrevistados disseram preferir não se filiar às percepções por eles trazidas e afirmaram que muito possivelmente se tratava da reprodução de um estereótipo. Inclusive, refutaram os argumentos que eles mesmos trouxeram citando suas próprias amizades e/ou familiares, que habitam o local.

De todos os depoimentos sobre uma mudança hipotética para Boa Viagem ou mesmo em relação à possibilidade de se visitar o bairro para atividades de lazer, o de Fernando, 38 anos, se mostrou bastante relevante para a presente pesquisa. Estamos tratando de um jovem empresário que tornou o processo de ascensão social da família ainda mais proeminente. Quando foi instado a elaborar suas ponderações sobre os julgamentos existentes entre a Zona Norte e a Zona Sul (eles não apareceram espontaneamente, mas de forma estimulada) e suas respectivas diferenças de perfis de moradores no que concerne às práticas de gosto, a princípio apresentou uma visão mais simpática à Zona Sul, inclusive revelando admiração pelo panorama da região no que se refere ao lazer e, sobretudo, à vida noturna. Contudo, de forma abrupta, enquanto argumentava, filiou-se ao recorrente argumento típico dos moradores da Zona Norte quanto à superficialidade da região sul. Sua fala foi marcada por uma permanente tensão entre julgamentos negativos e um desejo de romper com o que ele mesmo classificou como “distâncias” que dividem a cidade.

O que eu observo é que na Zona Sul, na Zona Sul existe uma vida noturna muito mais, muito mais pujante. Com muitos, muito mais bares, muito mais baladas, muito mais festa. Existe ali uma vida ali de praia, né? Que dá um movimento muito grande às avenidas e às ruas adjacentes. É que eu, que eu acho muito legal, acho massa essa vida que tem Boa Viagem, e ali o Pina. ... [longa pausa] Me parece que culturalmente as pessoas de Boa Viagem quase que sem perceber... foram foram... entregando e depositando seus valores em questões mais materiais, em qual restaurante você frequenta? Qual o carro que você anda? Qual o prédio que você mora? É o mais caro? É o mais barato, é o maior, é o menor? Mas não vou lhe falar que eu convivo com isso porque eu não convivo, eu não tenho, sinceramente nenhum amigo da Zona Sul que eu possa dizer para você que eu vejo que tem esses interesses. Então as pessoas de lá podem ser pessoas maravilhosas, que tenham assuntos que sejam superinteressantes, e eu só consigo ter uma visão superficial sobre elas. Vai ver elas têm muito mais para entregar e eu que não estou enxergando porque eu estou distante. E fica uma visão mais míope da coisa. De repente são pessoas super interessantes e que simplesmente eu ainda não tive a coragem e a oportunidade de conhecer mais a fundo, então não sei. Espero que não sejam somente isso que eles parecem ser, que eles sejam muito mais.

A formação de Fernando é característica de uma posição frequentemente marcada pela desposseção de capital cultural: não concluiu o curso de graduação que iniciou numa universidade particular conceituada, tendo se matriculado no mesmo curso do pai, que se formou numa conceituada universidade pública. Assim como o pai, Fernando preferiu seguir no campo de negócios da família com uma empresa própria. Sua aposta foi acertada e o entrevistado, que já vinha de uma família em ascensão, intensificou rapidamente seu processo de enriquecimento nos anos recentes.

É possível que sua aproximação ainda mais intensa de Boa Viagem esteja relacionada ao seu enriquecimento. Se antes o interlocutor possivelmente já tinha condições de consumir os bens materiais e simbólicos dessa região, o que antes era hesitante foi substituído por uma maior segurança, apagando diferenças que, antes, talvez fossem reconhecíveis com mais facilidade. É dentro desse sentido que podemos contextualizar o que pode ser entendido como o esforço de contra-argumentação aos estereótipos, exemplificando com comentários sobre amigos que habitam a região e “não tem esses interesses” fúteis. Ele opina que essas distâncias sociais podem ser a origem das imagens negativas.

Pode-se cogitar que Fernando tenha percebido, através do convívio, que não é mais tão distante desse universo de classe como antes imaginava e que, possivelmente, é parte integrante dele. Ele não relata situações vexatórias ou incômodas, parece ter gosto pelo estilo de vida vivido no local. Dessa forma, ele não se opõe ou levanta barreiras, como veremos com outros entrevistados. Ele tem condições de romper as barreiras não só econômicas, mas simbólicas, de ser alguém considerado apropriado para circular nos espaços de lazer da Zona Sul, além dos espaços residenciais de seus amigos.

Ao longo de nossa interação com este interlocutor, tivemos a forte impressão de que ele buscava apresentar respostas que entendia convenientes para a situação de uma entrevista com um sociólogo e seu julgamento sobre a futilidade de Boa Viagem nos pareceu uma forma de distanciar-se de um estilo de vida que é estigmatizado pelos moradores da sua região e pelos grupos com preponderância do capital cultural como sendo associado à figura do playboy. Isto se alinha com sua evidente demonstração de boa vontade cultural: apesar de estar bastante integrado à Zona Sul e ao seu estilo de vida, o entrevistado parece perceber que o mais “adequado” é demonstrar valorizar a elevação moral e cultural em oposição à superficialidade da vida mundana.

Pedro, 57 anos, empresário, incorporador e rentista, ex-morador da Avenida Boa Viagem, respondeu que não havia diferenças entre os moradores das duas regiões: ambas

tinham “todo tipo de pessoas, meninos, idosos, enfim, pessoas normais”. É o único integrante desse grupo que não identificou algum tipo de diferença entre a Zona Sul e a Zona Norte.

Diana, 46 anos, banqueira, destacou que amava a Avenida Boa Viagem, onde passou a infância e a adolescência, e que até hoje gosta de visitar parentes e amigos que lá residem e frequentar os restaurantes, shoppings, clínicas e demais serviços da região. Apesar disso, se considera uma pessoa “da Zona Norte”.

Procurou-se averiguar o nível de aclimação desses indivíduos à região através das perguntas: “Em que bairros da cidade moram seus principais amigos e familiares?” e “Quais lugares de lazer você frequenta, e por que? Se identifica com o ambiente e com as pessoas que também frequentam?”, cujas respostas possibilitaram perceber como o grupo de fato está em consonância com as formas de consumo simbólico da região, ou seja, seu *habitus* tem incorporada a *illusio* desse universo social que é uma fração da elite. A percepção dessa fração vai se confirmando tanto pelas aversões, motivadas pela falta de consonância entre as práticas de gosto dos indivíduos completamente avessos à Zona Sul e as práticas de gosto por eles percebidas como próprias dos moradores dessa região, quanto do caso das pessoas que gradativamente começam a pensar em Boa Viagem como possibilidade, com a mediação de critérios de escolha que privilegiam práticas que se aproximam de suas preferências de gosto. Desse modo, a afinidade eletiva de estilo de vida tão patente neste grupo suscita a reflexão sobre seus membros comporem a mesma fração de classe que os moradores de Boa Viagem ou simplesmente estarem localizados muito próximos no espaço social.

Para entendermos melhor os capitais das pessoas que compõem esse grupo e, assim, posicioná-las no espaço social abstrato, bem como averiguar seus estilos de vida, buscando similaridades ou não entre eles, vamos, de forma breve, tratar dos demais integrantes desse segmento, através das informações coletadas nas entrevistas.

Diversas outras similaridades podem ser identificadas entre os entrevistados desse grupo. A última pergunta de nosso questionário versava sobre a renda do entrevistado e de sua família nuclear, mas notamos que muitos dos nossos interlocutores preferiram não responder ou demonstravam desconforto;⁴² alguns deles preferiam escrever esse dado ao invés de falar, o que acreditamos ser devido a um dos dois fatores: evitar que a informação fosse registrada na

⁴² No livro *Uneasy Street: the anxiety of influence*, a autora Rachel Sherman (2017) coloca como as frações da elite de Nova York estudadas na pesquisa tratam sua condição de privilégio e, sobretudo, o dinheiro como um tabu tão forte quanto a própria sexualidade, até mesmo a masturbação. Percebemos esse mesmo desconforto quando tratamos com os interlocutores de seu próprio dinheiro ou do reconhecimento de sua própria posição de elite. A maioria das vezes, os entrevistados faziam esforços para diminuir a importância de seu patrimônio e para se passarem por membros da classe média.

gravação e/ou evitar ela fosse ouvida por outras pessoas na casa, particularmente as empregadas domésticas. Por esse motivo, abandonamos seu uso ao longo da coleta de entrevistas. O grupo flexível, no entanto, foi um dos primeiros a ser entrevistado e, curiosamente, dos três a quem a pergunta foi posta, nenhum se furtou a responder. Com a exceção de Fernando (que declarou renda variável de 30 mil reais mensais per capita), todos os outros entrevistados tinham renda familiar mínima de 100 mil reais mensais per capita (não fizemos a pergunta diretamente ao quarto entrevistado, mas sabemos ser também seu caso pelo nosso conhecimento das cifras do seu negócio, visto que era nosso informante mais próximo). Todos declararam morar em apartamentos avaliados em mais de 1,5 milhão de reais, o que pudemos confirmar através de pesquisa. Todos possuem casas campestres e/ou de veraneio. Em todos os casos, os próprios entrevistados ou algum membro de sua família nuclear possuía carro esportivo e de luxo; a troca de veículo é sempre uma movimentação esperada para o futuro breve. Todos têm empregada doméstica dormindo na sua própria residência e, em alguns casos, as famílias têm outros funcionários contratados.

Todos realizam cerca de duas viagens internacionais por ano; feriados e finais de semana muitas vezes são passados em praias de Pernambuco e viagens para Rio de Janeiro e São Paulo também ocorrem com regularidade. Nessas viagens, todos mencionaram realizar turismo gastronômico em restaurantes caros (comportamento visto com maus olhos pelo resto dos moradores da Zona Norte); percebemos que muitas dessas refeições turísticas são exibidas nas contas de Instagram desses entrevistados às quais tivemos acesso.

Todos estudaram em escolas privadas de alto padrão do Recife e realizaram intercâmbios para o exterior quando adolescentes. Em razão de sua educação familiar, são muito afeitos à etiqueta e às regras que constituem as boas maneiras, o que cobram de si e das pessoas em seu entorno. São preocupados com a aparência, seja a física, com grande atenção à manutenção de uma compleição magra, seja através das vestes, utilizando roupas de marca - há uma particular preferência por roupas tipo polo e marcas como Ralph Lauren e Lacoste, estilo que não poucas vezes foi mencionado como feio pelos moradores da Zona Norte.

Todos possuem altíssimo capital econômico e capital cultural menos expressivo, tendo bastante capital cultural objetificado e comprando arte em galerias e em leilões, como peças de grande valor histórico e obras de renomados artistas locais. Acompanhei leilões online com a participação de alguns desses entrevistados, que pareciam adorar o evento. Nisto, Diana foi exceção: possuía obras herdadas da família ou de menor valor; disse que “adora Samico” e Tereza Costa Rêgo e que pretendia levar as filhas para a exposição dessa artista, que estava

ocorrendo quando da entrevista, mas quando perguntamos porque não comprou um Samico, respondeu (sem qualquer traço de ironia): “Prefiro viajar, como ir esquiando em Bariloche”.

Todos demonstram boa vontade cultural. O que menos demonstra isso é Marcelino, muito embora seja um dos que mais compre obras de arte. Seus motivos para isso vão muito além do capital cultural ou social: ele é o único de todos os nossos entrevistados a admitir que um dos motivos para suas aquisições é a possibilidade de especular e lucrar com a revenda da obra. Não se trata de uma prática rara, mas parece haver pudor em declarar isso publicamente. Pedro, entrevistado desse mesmo grupo, afirma que conhece muitas pessoas que o fazem - ao contrário de si, como enfatiza. Conhecemos pelo menos três entrevistados que especulam com obras de arte, mas que não admitiram o fato em entrevista, preferindo declarar o “nobilíssimo” motivo do amor pela arte.

Nenhum dos entrevistados do grupo costuma visitar museus em situações corriqueiras, fora dos eventos sociais marcantes, mas todos têm o hábito de frequentar *vernissages* em galerias. *Vernissages* são oportunidade de construção de uma mistura entre capital simbólico e social; o consumo público de bens culturais pelos integrantes desse grupo é nitidamente ritualizado.

Contrariamente ao teatro “burguês”, à ópera ou às exposições - sem falar das estreias ou sessões de gala - que dão a oportunidade ou pretexto para cerimônias sociais permitindo que um público selecionado afirme e experimente seu pertencimento ao “mundo” na obediência aos ritmos, a um só tempo, integradores e distintivos do calendário mundano, o museu de arte atrai qualquer pessoa - nos limites do capital cultural disponível - em qualquer momento, sem pôr qualquer restrição em matéria de vestuário, nem oferecer, por conseguinte, qualquer uma das gratificações sociais associadas às grandes manifestações mundanas (Bourdieu, 2008, p. 253).

Isto os diferencia dos grupos de entrevistados intelectualizados ou aqueles cuja estrutura de capitais apresenta o capital cultural em maior destaque que o econômico; esses participam de eventos culturais de maneira rotineira ou banal, como a ida a cinemas mais baratos, mas com curadoria mais criteriosa. Já os integrantes deste grupo preferem a ida ao cinema multiplex (salas de cinema que costumam ser muito mal vistas pelas pessoas com maior capital cultural ou com boa vontade cultural na Zona Norte). As pessoas com maior capital cultural costumam realizar a “busca do máximo rendimento cultural pelo menor custo econômico” (Bourdieu, 2008, p. 250), traduzida num consumo cultural sem aspectos ostentatórios ou busca por outras formas de gratificação que não a daquelas da fruição da obra de arte, enquanto esse grupo de entrevistados busca, no consumo de bens culturais, rendimentos para além do cultural, como o social.

Em oposição ao gosto intelectual (oposição essa muito maior do lado intelectual que do lado burguês), o gosto desses entrevistados em matéria de arte e consumo cultural corresponde ao que Bourdieu denomina “gosto burguês” (2008, p. 251, 272): há a preferência por obras já consagradas pelo campo artístico, o que se reflete em suas escolhas de filmes a obras de artes plásticas; preferem obras de composição harmoniosas, de “final feliz”, estética figurativa, estilo tradicional e obras com “mensagens” ou ensinamentos; não gostam de obras experimentais, ambíguas, de “finais tristes”, com representação de violência ou de natureza crítica. Todas as referências cinematográficas utilizadas eram de filmes canônicos de grande apelo ao mesmo tempo cultural e de popularidade, como *Sisi, a imperatriz* (1956), *Dr. Jhivago* (1965), *O Poderoso Chefão* (1962, primeiro filme da série), *E o vento levou...* (1940), *A Noviça Rebelde* (1965), *Casablanca* (1942) e *Bonequinha de Luxo* (1961). Têm interesse em filmes que ganham o Oscar, que sempre buscam assistir, mas foi possível identificar que havia desconforto com relação a alguns filmes recentes premiados pela Academia, como *Parasita* (2019) e *Moonlight: sob a luz do luar* (2016) (ambos filmes de forte crítica social). Os homens declaram preferência por filmes de ação, como as séries de cinema *Matrix*, *007* e *Missão Impossível*. Gostam de realismo e dizem que gostam de ler biografias, sobre a história da Segunda Guerra Mundial, literatura técnica com alguma relação ao seu trabalho e best sellers.

Diana (a integrante do grupo com maior boa vontade cultural), resume a atitude desse grupo à leitura:

Rapaz, eu gosto de ler de tudo, de tudo assim, não é de tudo, né? Eu gosto de ler, hoje em dia eu leio muita, muita, muito livro que tem questões de liderança, de gestão de equipe. Então eu tenho essa leitura que eu preciso tá me desenvolvendo. E eu tenho qualquer besteiro que eu goste de ler. Eu gosto de ler, ééé, Agatha Christie, essas leituras pra você se distrair... Eu gosto de ler... ééé... Harlan Coben, eu gosto de ler uma ficção ou um romancinho pra distrair... Eu tento fugir, na leitura, de assuntos mais pesados. Entendeu? Eu uso mais como uma forma de eu dar uma desligada.

Citaram autores ou obras como Agatha Christie, livros do personagem Sherlock Holmes (de Sir Arthur Conan Doyle), Michelle Obama, Dan Brown, a série de livros Harry Potter (J. K. Rowling) e um citou a Bíblia. Além disso, apenas literatura técnica de suas respectivas áreas. Gostam de obras que o levam ao seu “engrandecimento espiritual”, como colocou um deles. Diana leu *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, quando estava no ensino médio e não gostou, mas demonstrou novamente sua boa vontade cultural ao afirmar que estava tentando reler a obra por causa da filha, que também a está lendo por exigência escolar. Sua leitura da obra era pautada por uma busca por um moral da história, uma resposta à questão da traição ou não praticada por Capitu; parecia estar atenta a uma leitura verista da obra, sem perceber as

dimensões formais da literatura, o papel da ambiguidade e os aspectos transgressores ou experimentais. Trata-se de um modo de leitura de obras artísticas típico da falta de familiaridade com o capital cultural, particularmente o literário; abordaremos mais adiante a questão da fruição legítima.

Sua escolha de obras culturais para consumo é marcada pela busca pelo “garantido”, pelo que foi confirmado como adequado e interessante por instâncias tradicionais de curadoria e crítica, afeitas a um realismo comum, como os prêmios do Oscar e as produções de sucesso em plataformas de streaming como Netflix. Trata-se de um consumo bastante passivo, com as características típicas do gosto burguês (Bourdieu, 2008).

Após essa análise dos entrevistados, poderemos ampliar a discussão acerca do conjunto de propriedades (capitais) dessas pessoas. Por exemplo, como o *habitus* está relacionado às similaridades de classe, se de fato é ele quem define posições de gosto ou se outras experiências vividas ao longo da vida, para além daquelas de origem, são capazes de se estabelecerem como princípio de nossas práticas. Enfim, trata-se de usar tais casos para pensar a querela entre o agente dotado de um *habitus*, tal qual concebido por Bourdieu, e o ator plural de Bernard Lahire e seu patrimônio de disposições.

Nesse sentido, ao lidar com o grupo flexível à Boa Viagem e, posteriormente, com os que lá morariam em certas condições, começou-se a perceber, de fato, uma tendência a uma homologia de classe entre a Zona Norte e a Zona Sul no que se refere aos entrevistados. Para uma análise mais cautelosa e menos taxativa, ponderou-se que, ao invés de se pensar em classes ou frações de classe homogêneas para cada uma das regiões, talvez fosse mais prudente tratar de agentes com composições de capitais muito próximas e que, por isso, também têm práticas de gosto similares, sem, necessariamente, sermos deterministas e afirmarmos termos encontrado classes ou frações de classe bem delimitadas. A análise revelou, antes, que existem indivíduos da Zona Norte cujas práticas e gostos são coerentes com aqueles que eles percebem como praticados e cultivados na região sul do Recife e, por isso, apresentam maior propensão a desenvolver uma sociabilidade ao local e a escolha de lá residir.

Para dar continuidade ao nosso argumento, além de Marcelino, vamos nos debruçar sobre os demais integrantes do grupo flexível, o mais simpático a Boa Viagem, para perceber o quão similares entre si em suas escolhas de práticas de gosto, as quais, por sua vez, são determinadas por suas estruturas de capitais e sua posição e proximidade dentro do espaço social.

Pedro, já mencionado aqui, não indicou sua principal fonte de renda, se era de sua empresa ou os valores dos aluguéis de seus vários imóveis herdados; citou a localização de alguns imóveis localizados em áreas de alto valor e que incluíam terrenos, casas e edifícios comerciais. Importa mencionar que a entrevista com esse interlocutor foi realizada em seu escritório, em um desses imóveis, num endereço cobiçado da cidade e com visão privilegiada da área onde se localiza. Como dito, Pedro tem outros imóveis e sua própria incorporadora imobiliária negocia um grande terreno de sua família, uma fazenda antiga que, em dado momento, transformada em um haras e que atualmente está sendo loteado para criação de condomínios de residências campestres em uma cidade do interior de Pernambuco. Não são imóveis de luxo, mas casas de campo voltadas para a classe média e cuja procura aumentou bastante durante a pandemia, como explicou.

Sobre seu pai, Pedro descreve com orgulho que se tratou de um “empresário nato”, narrando seu pioneirismo para os negócios e sua capacidade inventiva. Em suas palavras, foi, talvez, o primeiro a criar uma concessionária de automóveis no Nordeste. Como disse o interlocutor, “teve tino” e tirou proveito da situação vivenciada pela Europa pós-guerra, que deixou de concentrar o consumo internacional e abriu espaço para países emergentes, como o Brasil. Todavia, mesmo mencionando as facilidades do contexto para a criação do empreendimento, o entrevistado minimiza que as condições eram favoráveis no intuito de exaltar o talento do pai como “um homem visionário e à frente do seu tempo”.

Dessa forma, a fala de Pedro é frequentemente elogiosa ao seu pai, mas também aos seus antepassados, ressaltando sempre terem sido bem sucedidos nos negócios e inventivos. O interlocutor não percebe a importância dos capitais necessários (social, cultural e dos subcampos culturais vinculados ao campo empresarial e econômico, sobretudo) para se possuir uma concessionária em uma época em que automóveis eram artigos de luxo. Ele ignora o social incorporado, como o emprego das disposições que capacitam a de “ler” o momento, de forma mais ou menos consciente, tendo condições para aproveitar a situação, bem como para manter o negócio, uma vez que é necessário capital econômico e especialmente o social, menos tangível, mas essencial para atingir o público de consumidores, membros das frações da elite econômica recifense próximas a seu pai e sua mãe, pertencentes a famílias tradicionais da elite. Para o entrevistado, esses capitais e as suas disposições derivadas para a realização do empreendimento se reduzem ao “tino” ou a uma predisposição natural ao sucesso de sua família.

A perspectiva dos interlocutores dessa fração da elite sobre sua própria história familiar decorre de certa crença nas disposições individuais que conduzem ao sucesso, característica da ideologia do mérito: demonstram grande deferência e respeito ao sucesso e grandiosidade de seus antepassados, que julgam dotados de talentos notáveis,. Inspirados por essa admiração, transferem para si mesmos os supostos atributos particulares que fizeram a carreira de seus familiares no passado. Isso demonstra o forte senso de dignidade social que possuem (como também identificaram Pulici (2019), e Maciel (2018).

Seguindo o mesmo paradigma de “visão de sucesso”, de “senso de dignidade sobre si mesmo” e de capitais apreendidos no seio de uma família abastada que proporcionou conhecimento precoce para o mundo dos negócios, temos o caso de Diana, já mencionada, que compartilha do mesmo comportamento. Sobre seus antepassados, narrou: “Meu lado materno, minha mãe veio de [cidade do interior de Pernambuco], de uma família política, e aí a minha avó foi uma das primeiras vereadoras de Pernambuco, mulheres. Mas, assim, vovó sempre foi muito atuante, assim, o pai dela era prefeito de [cidade no interior de Pernambuco]”; termina sua colocação enfatizando que a sua família possuía “o nome, era muito forte.” A interlocutora fala com orgulho do engenho da família e ressalta sua beleza e tombamento histórico, somado ao fato de que seu avô foi presidente do Rottary Club e um dos fundadores de uma associação filantrópica de expressão nacional.

Todos esses sucessos fortalecem seu senso de dignidade social e se traduzem em várias ocasiões de sua vida profissional em que diz se orgulhar de, em todos os momentos de impasse, ter feito a escolha certa. Além disso, reconhece ter conquistado tudo que sempre quis com muita facilidade, mesmo, nas palavras dela, “sendo mãe muito cedo”, ainda na faculdade - que nem chegou a concluir. Nesse sentido, a entrevistada discorre:

Para mim era desafiador, principalmente no começo, né? Eu comecei nova, em banco, então assim, com vinte, quando eu comecei, antes de me casar, antes de morar em Boston, eu trabalhei 8 meses, com vinte anos, mas eu me casei, assim que eu fiz 22. E aí, eu volto pra banco com 24, eu passei dois anos em Boston, com 24 pra 25 eu já entrei em banco.

Sobre seu primeiro emprego não nega que se tratou de uma indicação de seu primo, mas não se isenta de mérito, afirmando que para permanecer é preciso ter competência. Todas essas posições em bancos privados foram em cargos de gerência. O valor do trabalho é repassado às suas filhas precoce e cotidianamente no seio da família, de modo que a incorporação de disposições se dá de maneira mais natural e insensível, sendo prolongada pela educação escolar, que encontra tais disposições culturais insipientes e as completa, ao contrário de situações de

família que precisam aprender de forma tardia e apressada, cujos filhos entram na escola desarmados desses triunfos e se encontram em uma situação de desvantagem na competição daquele ambiente (Bourdieu, 2008; Souza, 2011).⁴³

Podemos exemplificar a situação acima tratada através do trecho da fala da entrevista em que a interlocutora diz repetir exaustivamente às suas filhas:

A gente precisa ser proativo, a gente tem sempre que fazer o melhor da gente, eu digo a minhas filhas, olha, “[...] alguém pode fazer igual a você, mas melhor que você não. Se você for limpar um chão, qualquer coisa que você for fazer, se você for fazer, você tem que dar o seu máximo pra você tentar fazer o melhor, né? Mas assim, a gente tem que se esforçar, pensando assim, e aí, graças a Deus, a minha primeira experiência de trabalho foi muito rica. Ao ponto deles tentarem me colocar [na filial do banco onde já trabalhava] em Boston [para continuar trabalhando enquanto acompanhava o marido, que foi a Boston realizar uma pós-graduação].

Ao fim do trecho, mesmo nesse caso, a pesquisada não deixa de ressaltar o seu alto valor, em outras palavras, seu senso de dignidade social.

Trazemos o argumento de Bourdieu (2008) contra a ideologia carismática que percebe que as práticas e disposições de um agente não devem ser lidas como se fossem a mais suprema manifestação da essência e sensibilidade dos indivíduos, o que fica exemplificado pelo que Pedro e Diana reproduzem como “tino”, “homem visionário e à frente do tempo”, “sucesso”, “mérito”, “competência”, “esforço”, entre outras expressões. Situação análoga também ocorreu com o empresário Marcelino. Quando o referido pesquisado passou pelo que define como “momento de falência”, este foi superado por meio do que nomeia “esforço” e não por causa de seu capital social, o que ele reconhece e desconhece ao mesmo tempo, como quando, pouco tempo antes de louvar seu próprio “esforço”, afirma: “eu tenho noção que faço parte de um ciclo muito seletivo”. Essa frase representa seu trunfo e a declaração de seu senso de dignidade social. Apesar de reconhecê-lo, o entrevistado não demonstra a percepção de como isso e, sobretudo, seu capital social foram cruciais para seu desenvolvimento econômico posterior.

Fica nítido, traço de dignidade social, de deferência aos ancestrais ilustres e a imbricação entre ambos. Maciel (2019) afirma que a capacidade de narrar sobre os antepassados com clareza e orgulho é um traço do *ethos* dessa classe. Por consequência, isso gera uma espécie de “senso de dignidade” sobre si mesmo, sobretudo pelo entendimento de ser parte de uma estirpe singular em suas proezas, como no caso do grupo demonstrado.

⁴³ Para ver mais situações onde a crença no mérito e, ao mesmo tempo, a falta de disposições de classe para estudos e trabalhos acabaram levar os indivíduos a se sentirem “fracassados”, que “não nasceram para os estudos” e impróprios para o sucesso, cf. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive* (2011) e *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2012), ambos de Jessé de Souza.

Nesse sentido, como argumentado por Bourdieu (2008), a precocidade é resultado da antiguidade. O mecanismo de avanço no tempo permite o usufruto antecipado das propriedades e disposições provenientes das aquisições constituídas no interior daquelas instituições familiares que são capazes de manter seu status enquanto unidade estável. Isso se aplica ao corpus aqui apresentado, que se estabeleceu na burguesia há várias gerações

Portanto, o contexto de antiguidade e estabilidade nessas posições sociais representam uma espécie de atalho e controle sobre o tempo, cuja herança das aquisições de capitais manifesta um aprendizado quase invisível, por ocorrer dentro dessa instituição de modo lúdico, sem precisar ser adquirido através de esforços tardios (marcados pela pressa em incorporar disposições desejáveis aos vários subcampos que constituem o campo do capital cultural como um todo). A batalha com o tempo é mais vantajosa para aqueles em que seus aprendizados são antecipados e que ocorrem de forma aparentemente “natural”, fruto de uma familiarização lenta, contínua e inconsciente.

Esse processo tão singular de aprendizado reverbera numa ideia de dom, de habilidades inatas e de grande estima por si, uma vez que pensam ser únicos por não enxergarem com clareza todo o lento e gradual processo de inculcação pelo qual passaram através dos atalhos propiciado por suas famílias.⁴⁴ Souza (2011), fortemente influenciado pelo pensamento bourdiesiano, propõe que, na sociedade brasileira, ocorre o esquecimento das causas profundas que originam a desigualdade, de modo que a ideia de mérito apaga o fato de que a competição entre indivíduos já se inicia na mais tenra infância. Indivíduos autocontrolados, disciplinados, dotados de pensamento prospectivo, de suporte e inteligência emocional e de motivação para realizar atividades disciplinadas cotidianamente são nada mais que o desdobramento de disposições de classes. A gênese da desigualdade está na violência simbólica pela qual não

⁴⁴ O argumento que mobilizamos de Bourdieu (2008) refere-se ao seu debate entre “doutos” e “mundanos” e às hierarquias existentes na forma de aquisição do capital cultural que reverberam disputas entre frações dominantes. O intuito aqui é utilizar parte da discussão de Bourdieu, não seu argumento completo sobre o embate dessas classes pela legitimidade do que entendem ser a forma mais legítima de incorporação de cultura. O interesse central, nesse momento, é o discurso que naturaliza esse aprendizado, situação típica dos mundanos, os indivíduos cujo aprendizado se inicia notadamente no âmbito familiar e é precoce e gradual. A isto se opõem os “doutos”, aqueles cujo aprendizado é tardio, metódico e que deixa marcas, podendo, por vezes, soar “pedante”.

Essa discussão irá reaparecer mais à frente, quando estivermos abordando o juízo sobre os “novos ricos”, categoria que, com frequência, surgiu nas entrevistas, sobretudo nas questões de gosto sobre arte, alimentação e bebidas, vestimentas, boas maneiras, mas também em questões referentes ao bairro. Um exemplo típico da oposição entre mundanos e doutos pode ser encontrado no modo como alguns dos ricos entrevistados usaram o termo “enochatos” para se referir a novos ricos que estudaram a forma de consumo de vinho e exibiam esse conhecimento de forma ostensiva. Isto foi notado entre indivíduos de famílias tradicionais e, com mais força, entre os emergentes que foram aceitos nos círculos da elite e buscam com mais força se diferenciar da classe à qual já pertenceram (é uma atitude comum entre os trãsfugas buscar apagar as marcas de origem, Bourdieu, 2008, p. 70).

Não se trata de adaptar a contribuição do autor para pensar os dados, mas estabelecer um diálogo sobre seu pensamento sobre a ideologia carismática e a nossa pesquisa.

apenas os indivíduos bem sucedidos na inserção nos altos círculos sociais, mas também aqueles que, mesmo não tendo ascendido economicamente, ajustaram-se mal aos requisitos exigidos pelas elites, passam a acreditar que seu sucesso ou fracasso se devem ao mérito, o que torna invisível as estruturas de reprodução e de dominação social (Souza, 2012).

Percebe-se que a recorrência de manifestações sobre o valor de “dignidade social”, neste grupo de moradores da Zona Norte, em comparação aos outros, está associada à abertura e afinidade que seus membros demonstram em relação à Zona Sul e ao seu estilo de vida. A dignidade social herdada reforça o senso de segurança individual, o que diminui as chances de indivíduos dotados dessa qualidade sentirem-se intimidados por outros grupos sociais, incluindo as elites da Zona Sul.⁴⁵ Percebemos que, com relação a esses interlocutores, a proximidade de capitais com aqueles entrevistados da Avenida Boa Viagem - e, consequentemente, a proximidade entre eles no espaço social - se traduz numa afinidade eletiva em termos de gosto, hábitos e estilo de vida. Nesse sentido, a teoria de que o *habitus* busca as condições sociais objetivas adequadas a ele, fugindo das situações de desajuste, se mostrou eficaz como instrumento de explicação tanto da rejeição declarada pela maioria dos entrevistados da Zona Norte como da abertura a essa mesma região apresentada por esse grupo de entrevistados familiarizados, cuja estrutura de capitais é marcada pelo capital econômico, mas cuja trajetória é marcada também pela concentração de outros capitais, em especial o social.

A maioria dos moradores entrevistados da Zona Norte evitam a Zona Sul por possuírem uma estrutura de capitais com preponderância do capital cultural sobre o econômico, o que se converte em rejeição ao estilo de vida da área e desconforto diante daquele ambiente social, seus valores, princípios éticos e práticas de gosto. Há exceções a esse fenômeno, as quais trataremos a seguir.

3.3.2 Morar em Boa Viagem como afirmação da disposição estética: o grupo do alto capital cultural

Como temos visto, para parte significativa dos residentes da Zona Norte, a Zona Sul – especialmente Boa Viagem – é percebida como um espaço onde o morar se converte em demonstração ostensiva de status e de poder econômico. Convencidos de deter um capital cultural mais legítimo, muitos classificam Boa Viagem como uma localidade medíocre, associando a escolha por viver ali ao desejo de afirmação do capital econômico.

⁴⁵ O senso de dignidade não é uma qualidade presente uniformemente entre as elites antigas. Sua intensidade pode variar, bem como sua demonstração em público, o que pudemos observar. Este tópico será tratado mais adiante.

Ainda assim, três entrevistadas cuja estrutura de capitais combina alto volume econômico com predominância do cultural destoam desse padrão. Embora valorizem o capital cultural como elemento de distinção, manifestaram disposição em residir em Boa Viagem sob certas condições, o que contraria a tendência majoritária de rejeição simbólica à região observada entre os demais moradores estudados. Viviane, já mencionada, diz:

Mas é o seguinte, lá em casa tinha uma cultura do estudo, sempre teve muito incentivo ao estudo, e assim, tinha uma discriminação tão grande por quem não estudava que deus me livre não estudar. Então a família toda se formou... porque tem gente que vira empresário e nem se forma, né?

Marina, 59 anos, juíza, está bastante desencantada com a cidade, pois acredita que as transformações urbanas (o mal planejamento, o grande adensamento, a verticalização desmesurada, a influência das grandes construtoras e a omissão do poder público, as calçadas ruins) destruíram irremediavelmente o Recife. Isabela, já mencionada, morou em Boa Viagem durante a infância e a adolescência e tem vários parentes envolvidos com as artes. Todas tiveram um contato precoce com as artes.

Quando esmiuçamos os motivos pelos quais dizem cogitar (ou já aceitaram) morar em Boa Viagem, nenhuma das três coloca o status ou a vontade de estar próxima ao “PIB de Pernambuco” (termo usado por outro entrevistado). Pelo contrário: apesar de reconhecerem Boa Viagem como lugar de pessoas ricas e estarem cientes de que a Zona Sul é tratada como vulgar por muitas pessoas que se filiam ao capital cultural (sejam as que realmente o possuem, sejam aquelas com aspirações – justamente as mais fervorosas na rejeição), essas três entrevistadas pretendem usar sua capacidade de disposição estética para transmutar a visão negativa de se morar em Boa Viagem. Trata-se de uma estratégia de conversão do vulgar em valor estético, o que é, também, uma forma de afirmação de um traço exclusivo de classe: a sensibilidade para transformar um elemento banal e até repulsivo em algo legítimo.

Viviane elenca dois motivos para mudar-se para Boa Viagem. O primeiro é a proximidade com a praia: amante do mar, sua agenda profissional apertada não a permite muito tempo para programar viagens e morar na Zona Sul permite encaixar a praia em seu dia corrido. A segunda foi a oportunidade de morar no edifício icônico do modernismo pernambucano, projetado pelo famoso arquiteto Gil Borsoi e com um mural de Francisco Brennand em sua fachada. Não teria realizado a mudança se não fosse pela possibilidade de morar num edifício tão interessante do ponto de vista arquitetônico.

Sempre fui Zona Norte, então sempre minha leitura é Zona Norte, e acho que meu perfil é Zona Norte. Mas eu disse, eu não vou abrir mão do mar, que eu não gosto da cultura de Boa Viagem, tá entendendo? Por que eu vou me privar disso aqui porque tem esse povo? [risos]

Diz que cresceu rodeada por livros e que ela e seus irmãos disputavam a posse de livros e coleções de enciclopédia que a família comprava com frequência. O jantar era um evento ritual que obedecia a um conjunto de regras estética e hierárquica quanto à distribuição das pessoas à mesa, dos talheres e utensílios, dos pratos servidos, de horários. Não se tratava de luxo: sua mãe, muito católica, reprovava o supérfluo e o imoderado, mas era exigente com a impecabilidade da casa. Estudou na tradicional escola Instituto Capibaribe, instituição privada escolhida por muitos intelectuais e artistas que valoriza o desenvolvimento do capital cultural; fez aulas de cerâmica e desenho na infância e adolescência, estudou Inglês e Francês. Ressalta seu interesse precoce pela arte, lembrando como tentava reproduzir no papel o gradil e o vitral da fábrica que seu pai dirigia.

Seus pais tiveram uma numerosa família e de seus oito filhos, apenas Viviane não realizou um intercâmbio para o exterior em razão de problemas financeiros que seus pais experimentaram por um breve período. A casa contava com arrumadeira, cozinheira, lavadeira e, em algumas épocas, babá para ajudar a administrar a casa e as oito crianças, liberando aos membros da família o tempo para realizar investimentos em arte e estudos. Havia um ambiente propício para atividades lúdicas, despojadas de função prática, sendo ideal para o desenvolvimento da disposição estética. Sua família conta hoje com artistas plásticos, arquitetos e até seu irmão agrônomo está transformando a casa-grande do engenho da família paterna num espaço cultural, tendo morado em diversas casas interessantes da arquitetura modernista pernambucana - como recorda entusiasmada a entrevistada.

Isabela foi a mais ambígua em sua relação com Boa Viagem. Não se furta a identificar as qualidades negativas da região, ainda que tente colocar nuances quanto aos moradores:

Não sei se eu não moraria de novo em Boa Viagem, assim, eu tenho mil ressalvas, mas ao mesmo tempo eu acho que é um bairro prático, assim, que você faz muita coisa - eu, eu gosto dessa possibilidade de você fazer coisas a pé, sabe? De você ter os serviços ali do lado, você ter uma coisa também agradável, tem uma coisa, vamos dizer, até... é... organizada, né? Eu, eu, eu não sei se eu não moraria, talvez, assim - não, tipo, não me agrada a Avenida Boa Viagem. Não me agrada. [...] Mas assim, tipo a Navegantes, eu acho uma rua muito simpática. Eu morei na [rua] Setúbal, depois - eu acho um lugar simpático, acho assim, a Navegantes, principalmente, eu acho uma rua simpática, tem uns prediozinhos com as carinhas mais, mais amistosas assim.. lembro o Leblon e Ipanema.... [...] E, e, por exemplo, você vai comparar com, sei lá, Leblon, com Ipanema, você tem uns prediozinhos, é uma avenida que você tem uns prediozinhos, parece mais doce, é um lugar muito mais refinado e com pessoas talvez mais ricas, né? Não é, o problema não é esse, mas é você tem uma doçura ali na, naquela avenida de orla de praia que você não tem em Boa Viagem, sabe? [...] eu acho que Leblon e Ipanema, você tem pessoas... mais também um pouco mais, mais, como se fossem mais cultas, assim, é um refinamento, não é financeiro, não. Você tem pessoas mais ricas, mas também mais cultas, que são mais despojadas, no Leblon e em... Eu acho que é a situação geográfica que parece mais despojada. Você tem uns predinhos mais antigos, mais baixinhos, sabe? Às vezes as pessoas que moram são muito mais sofisticadas, mas aqui tem uma... [...] Acho a praia, é linda. mas quando você olha praquela arquitetura, acho que ela podia ser mais, mais doce, mais contemplativa, mais... singela. [...] Não é o povo de Boa Viagem, mas tem, a gente sabe que tem uma classe privilegiada, até porque, como é o lugar mais caro, talvez o metro quadrado mais caro do Recife seja a Avenida Boa Viagem, você tem um reflexo de uma, de algumas pessoas que, que... que vivem isso, que não tão atentas a... que acham que tem um, morar no trigésimo andar da avenida Boa Viagem é... perfeito, entendeu? Eu acho é que não devia existir trigésimo andar na Avenida Boa Viagem. Então a gente vai discordar aí. Mas, claro que deve ser uma moradia incrível, com a vista incrível, né? Uns triplex e não sei o quê, mas... de imediato eu, eu discordo. Não sei, é uma coisa muito sutil, porque eu tenho muitos amigos que moram na Avenida Boa Viagem que são maravilhosos. [...] eu tenho muitos amigos de Boa Viagem que fogem completamente ao clichê, que são cultos e sensíveis.

Isabela, que é produtora cultural (como dito), teve grande contato com o mundo das artes cedo em seu desenvolvimento. O avô materno chegou a ter uma loja famosa de decoração no Recife e colecionava obras de arte. A mãe era multitalentosa: sabia pintar, cantar, tocar violão e piano, mas foi educada para ser “madame”: “ela não fez essa imersão de ser uma artista plástica, sabe? De se livrar de toda uma estrutura para ser uma artista plástica e conviver com outros artistas plásticos e fazendo ali uma profissão”. Tem orgulho de falar do *background* artístico de sua família materna, de sobrenome tradicional e formada por “pessoas revolucionárias em termos de educação e pedagogia”, além de ter muitos artistas renomados.

O avô paterno era abastado, mas a família do pai era “mais desagregada”, sem prestígio de tradição. Seu pai, que descreve como um “*self-made man*”, tornou-se comerciante de maquinário e dono de indústria de equipamentos de segurança individual, mas faliu num período de dificuldade do mercado, o que levou a um grande declínio do patrimônio familiar. Seu posterior enriquecimento se deu através de seus próprios esforços, através da reconversão de seu vasto capital cultural acumulado desde a infância e do capital social que formou através

de sua circulação nos ambientes das elites - estudou no colégio Santa Maria, frequentava clubes badalados como Cabanga, The British Country Club e as praias de veraneio dos ricos.

Essa entrevistada finaliza falando de um prédio específico na Rua dos Navegantes que lhe agrada muito e onde aceitaria morar. Ressalta sua arquitetura modernista, o fato de ser recuado da rua e ter bastante verde, lembrando-lhe os prédios doces do Rio de Janeiro.

Marina disse que gostaria de morar em Boa Viagem, à beira-mar, e poder contemplar o nascer do Sol, caminhar na orla e ver o mar, “se tivesse dinheiro” (muito embora seja rica o suficiente para manter uma residência própria na Europa). Foi a entrevistada desse grupo que menos impôs condições para uma mudança para a Zona Sul.

Marina conta que, ao mudar-se para seu atual apartamento no Monteiro há muito tempo, realizou uma grande reforma que durou um ano para adequá-lo a seu gosto particular. Nessa oportunidade, retirou a prestigiada cerâmica Brennand que revestia todo o piso do apartamento e trocou por outro que lhe aprazia mais. Dissemos-lhe que, para muitas pessoas, retirar esses azulejos seria um “sacrilégio”, mas ela defendeu suas próprias escolhas de maneira decidida:

Entrevistada (Marina): Pra mim não representou sacrilégio nenhum, porque, assim, aquilo não atendia ao meu gosto, não atendia o meu bem estar, de, aqui era eu que ia morar, eu não queria um ambiente escuro, era um piso esverdeado e aquilo não atendia ao que eu queria e então, era o apartamento todinho, mas eu tirei tudinho. Mas não era também, era um piso fabricado Brennand, mas não o, o Brennand mais nobre, vamos dizer assim, mas que se fosse o Brennand mais nobre, não atendesse o meu gosto de morar, eu não ia ficar só porque era Brennand, né? Pesquisador: Mas não houve arrependimento, então, né? Foi algo que você fez com muita certeza.
E. (Marina): Não, de jeito nenhum. Fiz, fiz com muita certeza. Eu nunca fiz nada porque o arquiteto quis que eu fizesse não.

Do lado do seu pai como do da sua mãe, Marina vem de uma família de donos de engenhos de cana que declinaram, como muito dos proprietários de terras para monocultura em Pernambuco ao longo do século XX. A casa da sua infância em Recife era decorada com “móvel pesada” e se assemelhava às casas-grandes; embora a situação de sua família não fosse tão próspera naquela época, ressalta que sua mãe comprava muitos livros e reproduções de obras de arte. Sua tia, freira, tinha a oportunidade de viajar pela Europa em razão de sua alta posição na ordem religiosa e aproveitava para comprar e trazer para a mãe de Marina produtos comprados em museus estrangeiros e obras de arte sacra antigas.

Estudou por um período no Ginásio Pernambucano, antiga e prestigiada escola pública que, na época, ela interpretava como já estando decadente; não gostou da experiência e, em tempos de vacas mais gordas, voltou às escolas privadas. Além dos bons colégios, contou com muito estímulo de sua mãe para desenvolver o gosto pela cultura e antes de se formar na

faculdade já estava adquirindo obras de arte com seu próprio dinheiro. Salienta que suas aquisições são feitas para agradar seu próprio senso estético, para consumo próprio, e não pretende vender suas telas ou esculturas quando o artista encarecer (uma crítica velada).

Marina e seu marido, magistrado como ela, moravam na beira-mar de Olinda, espaço de que gostavam muito, mas decidiram mudar-se para Casa Forte Expandido pensando no conforto térmico da região e, principalmente, nas experiências que queriam para seu filho: morar a região ofereceria a proximidade a melhores estabelecimentos de ensino, melhores opções de lazer e infraestrutura geral e mesmo melhores “amizades”.

A atitude em relação ao bairro mudou ao longo do tempo: “Olha, quando eu vim morar no meu bairro há 22 anos, eu vim com um encantamento de encontrar uma condição climática melhor que aqui. Existia de um microclima, era um bairro assim, muito fresco, com muito verde e tudo isso desapareceu”. Tudo o que era agradável foi deformado pelas transformações urbanísticas, embora ainda admire a vista de seu edifício para o rio Capibaribe.

Ao longo da entrevista, ficou claro que o real impedimento a uma mudança para Zona Sul não era o dinheiro, mas seu marido. Tivemos a oportunidade de entrevistá-lo em outra ocasião, sozinho. Filia-se muito fortemente ao capital cultural e, ao contrário de sua esposa, mas em sintonia com a corrente majoritária da Zona Norte, rejeita o estilo de vida da Zona Sul.

Morar na Zona Sul é algo que seus pares (os indivíduos localizados próximos a elas no espaço social) rejeitam e as duas entrevistadas desse grupo que ainda moram na Zona Norte começaram suas falas rejeitando a região para só depois vislumbrar condições em que aceitariam fazê-lo, sempre passando pelo crivo da disposição estética e reafirmando seu olhar apurado e criterioso. Com essa ressignificação, escapam à redução de sua escolha à mera afirmação econômica.

Bourdieu denominou de disposição estética a “Capacidade generalizada de neutralizar as urgências habituais e suspender as finalidades práticas, inclinação e aptidão duradouras para uma prática sem função prática” (2008, p. 55). É o resultado de uma condição de classe particular: a vida burguesa permite a liberdade de restrições materiais e, como consequência, os investimentos gratuitos e desinteressados necessários para a familiarização com as regras do campo da arte.⁴⁶

⁴⁶ “Bourdieu aponta que a autonomização do campo artístico é marcada pela primazia absoluta que é dada à experimentação e à forma em detrimento da função dos objetos representados. Essa nova percepção da obra constitui-se em oposição à apreciação popular, que se caracteriza pela procura de uma representação realista, de modo a subordinar a forma de representar à coisa representada, sendo que esta deve merecer ser representada, seja por uma suposta importância moral ou pela beleza em si do que é representado. O campo artístico passa a ser marcado por constantes revoluções na forma que dialogam entre si, sendo essas revoluções, portanto, “[...]”

[É] a dimensão de uma relação bastante segura com o mundo e com os outros que pressupõe a segurança e a distância objetivas; a manifestação do sistema de disposições que produzem os condicionamentos sociais associados a uma classe particular de condições de existência quando eles assumem a forma paradoxal da maior liberdade concebível, em determinado momento, em relação a restrições da necessidade econômica (Bourdieu, 2008, p. 56).

Portanto, a ressignificação da mudança para Boa Viagem por meio da disposição estética é também uma forma de afirmação distintiva de suas próprias competências. Essa disposição encontra sua expressão máxima na capacidade de estetização de objetos reputados como vulgares pela maioria.

Essas entrevistadas orientam sua escolha pelo morar da mesma forma que o campo artístico estabelece que a forma legítima de fruição das obras de arte passa pelo reconhecimento de que são autônomas e que devem ser experimentadas com “desprendimento, desinteresse e indiferença, ou seja, recusa de investir-se e de levar algo a sério” (Bourdieu, 2008, p. 37). Essa regra vê como negativa a presença de excesso de seriedade e paixão na relação entre a obra e os agentes, bem como o uso da moral como princípio orientador da fruição (como as opiniões muito engajadas de alguns moradores da Zona Norte em relação à Zona Sul). Essas “adesões ingênuas” são contrapostas à liberdade moral, à experimentação formal, à autonomia da representação em relação à coisa representada (Bourdieu, 2008, p. 38), ou seja, a apreciação da forma é a maneira correta de interação com a arte ou com os objetos que são percebidos esteticamente.

Refletimos que a escolha dessas três moradoras da Zona Norte por talvez morar em Boa Viagem escora-se na segurança e familiaridade de sua fruição estética, caracterizada pelo agnosticismo moral em oposição à leitura ética e moralista do bairro. Pretende-se uma forma mais simples de ler os objetos do mundo e talvez um desafio aos outros moradores da Zona Norte. A transgressão simbólica de neutralizar a dimensão política da Zona Sul e entendê-la com indiferença ética não deixa de ser um ato contra a arte pequeno burguesa, afeita à ética, à moral e à função; é um aspecto da luta entre classes, onde os mais bem dotados de capital cultural, implicados na “mistura de gêneros e na subversão de hierarquias, gostam de procurar

inseparáveis da competência propriamente artística adquirida por uma aprendizagem explícita ou pela simples frequência das obras – sobretudo daquelas reunidas em museus” (Bourdieu, 2011, p. 45). Isso implica dizer que a imagem que concebe o encontro entre espectador e obra artística como espontâneo e sem barreiras esconde a necessidade de um ato anterior de familiaridade, que é justamente a disposição estética, essa capacidade de decifração e apropriação da arte e das experimentações formais que as torna um objeto artístico legítimo e que somente é possível, para Bourdieu, por meio da distância da necessidade, isto é, de uma condição de existência burguesa.” (Fortes, 2022, p. 170)

uma oportunidade de manifestar a onipotência de sua disposição estética” (Bourdieu, 2008, p. 308).

As pesquisadas, ao serem perguntadas sobre suas práticas de lazer favoritas, mencionaram atividades culturais, como cinema, teatro, shows musicais, leitura (uma disse que essa prática está um pouco ausente de sua vida e se censurou por isso). Viviane, de modo enfático, deu a seguinte descrição sobre o que considera boa (e má) viagem:

Por exemplo, quando eu viajo, eu vou a todos os museus que tiver no lugar. Meu lazer em viagem é principalmente conhecer galerias e museus. E aqui é a história mesmo de cultura, acho que a gente não tem, espero que as crianças com a escola estejam indo, porque é um hábito, eu vou a São Paulo, é totalmente cultural minha viagem. Vou a restaurante, mas, por exemplo, tenho amigos que só vão pra restaurante quando viajam. Eu não, restaurante eu vou comer, não vou ter que conhecer tudo quanto é restaurante bacana, não me interessa. Claro, acho ótimo ir num restaurante bacana, mas é uma coisa que não é na minha lista, de jeito nenhum. A minha lista é galeria e museu [...].

Até mesmo as atividades físicas, que três coincidentemente colocaram por último enquanto falavam suas predileções, é feita de modo a fazer presente o capital cultural. Isabela gosta de caminhar pela praça Casa Forte, admirando o projeto paisagístico de Burle Marx, e também pelo Poço da Panela, admirando o casario histórico de ambos os bairros. Gosta de fazer essa caminhada com amigas que têm assuntos interessantes e não gosta do ambiente de academias de musculação, com sua música alta, o barulho das conversas, a “volúpia das pessoas”; sua única experiência positiva com academias foi a Unique (que se define como “espaço de metas”), uma academia “diferenciada” e “mais amena”, “menos extravagante”.

Marina também combina exercícios com atividades culturais. Diz que sem podcasts de notícias, política e economia, não consegue executar suas caminhadas diárias. Viviane, por sua vez, gosta de andar de bicicleta, admirando os transeuntes e a cidade, de caminhar pela orla apreciando o mar e de fazer trilhas pela natureza. Seu comportamento está em consonância com o que Bourdieu fala sobre a fração intelectual e sua relação com as atividades físicas, no qual realizam investimento “estético-ético” (2008, p. 201). Seus discursos elevam o exercício a uma forma de estetismo, ele é reinterpretado discursivamente segundo valores estéticos que não surgiriam entre pessoas das classes populares.

3.3.3 Pertencimento reflexivo e êxito simbólico

Guilherme é uma exceção particular à tendência de rejeição simbólica à Zona Sul entre os entrevistados da Zona Norte. Quando perguntado sobre onde não moraria por não se

identificar com o estilo de vida das pessoas, respondeu de forma direta: “por escolha, não moraria em Boa Viagem”. Ao longo do relato, porém, revelou uma visão mais complexa: embora reconheça Boa Viagem como um “bairro nobre”, valoriza o “clima mais modesto” das Graças, onde mora em um apartamento de cobertura. Frisa que ali não vê carros de luxo e que os moradores são “mais acessíveis”, com maior abertura às trocas sociais, “sem elitismo”.

Filho de professor de educação física com doutorado e de mãe que trabalhou como autônoma em diferentes tipos de vendas, Guilherme cresceu em uma família de classe média instável. Por vezes, morava com os avós na Rua da Aurora para reduzir despesas, mas os pais faziam questão de mantê-lo próximo aos repertórios legítimos da cidade. Estudou no Colégio São Luís, instituição de elite nas Graças, onde a família se esforçava para mantê-lo mesmo diante de dificuldades financeiras. “Várias vezes atrasava a mensalidade, lembro da minha mãe indo na tesouraria negociar.” Essa insistência revela uma forma de boa vontade cultural que mais tarde se converteria em capital simbólico (Bourdieu, 2008; Lahire, 2002).

Na adolescência, percebeu o abismo de classe quando colegas comparavam os modelos de carros de suas famílias: “Enquanto alguns voltavam para casa com motoristas, eu ia de ônibus ou bicicleta.” Sua família nem sempre teve carro próprio, e ele se deu conta de que os pais dos colegas pertenciam a um círculo social do qual os seus estavam excluídos. Essa percepção precoce de distinção, internalizada e reinterpretada ao longo do tempo, ajuda a explicar o modo reflexivo com que hoje, adulto, articula gosto, espaço e pertencimento.

Hoje, como empresário nos setores de comunicação e tecnologia, dirige uma empresa com mais de cem funcionários e, quando perguntado sobre os negócios, responde: “Graças a Deus, muito bem”. Apesar do sucesso econômico e do acesso a circuitos de alto consumo, mantém uma relação seletiva com os espaços da cidade: realiza jantares em restaurantes caros mais de duas vezes por semana, viaja com frequência (inclusive internacionalmente) e passou a comprar obras de arte – tanto figurativas de artistas reconhecidos quanto produções mais acessíveis com crítica social. O Pina surge como exceção cuidadosamente construída à rejeição simbólica que expressa pela Zona Sul. Ele associa o bairro à proximidade geográfica e simbólica com a Zona Norte, valorizando a pista de skate, o restaurante Tasquinha do Tio e a possibilidade de frequentar a praia sem se afastar de seus referenciais legítimos: “Eu acho que primeiro o Pina é um lugar mais próximo da Zona Norte, né? [...] Eu teria o benefício da praia [...] mas, pelo Pina acho que ainda tem algumas coisas que são, que são mais plurais.”

O entrevistado reconhece a pluralidade de públicos da região, marcada pela presença, como aponta, da Barraca do Pingo – ponto de encontro de um público que ele descreve como

mais alternativo, “de esquerda”, diversificado, principalmente diante dos estereótipos de Boa Viagem. Elogia a transformação simbólica que o local proporcionou ao bairro, mas expressa incômodo com o que chama de “personagens”, tanto entre os engajados quanto entre os elitistas formais: “Como eu já me despi de muita coisa [...] começo a ver muito personagem também [...] eu gosto, mas também não tenho tanta paciência.” Essa oscilação entre identificação e incômodo revela uma seletividade crítica sutil: Guilherme não rejeita a pluralidade, mas resiste à performatividade que considera excessiva – seja no entusiasmo engajado de certos frequentadores do Pingo, seja na formalidade ostentatória de alguns espaços de Boa Viagem.

Sua seletividade aparece na convivência de dois polos simbólicos – do boteco Galeto do Pekin ao reservado Tasquinha do Tio – sem ruptura disposicional. Trata-se de uma orquestração prática de disposições múltiplas que sustenta um pertencimento reflexivo à elite cultural da Zona Norte. Não se trata de um trânsfuga, pois conjuga ampliação do capital econômico com heranças disposicionais legítimas do bairro em que sempre morou, através de um domínio simbólico eficaz.

Em contraste com os casos de pertencimento parcial, Guilherme mostra que a combinação de capital econômico ampliado com um patrimônio disposicional afinado – cultivado desde a socialização escolar e familiar nas Graças – permite reclassificar trechos da cidade e operar distinções legítimas sem aderir ao excesso. Seu êxito simbólico é menos um dado de origem e mais uma técnica prática de seleção, que mantém a Zona Norte como referência e permite exceções calculadas na Zona Sul.

Sua escolha por morar nas Graças, em cobertura, e sua recusa à Zona Sul, com exceções cuidadosamente justificadas como Setúbal e o Pina, revelam uma operação simbólica ativa: ele reclassifica certos trechos da Zona Sul como “ilhas” com valores próximos da Zona Norte – simplicidade, pluralidade, contenção estética, caminhar na rua (Butler; Robson, 2003; Bacqué et al., 2015). Essa reclassificação permite-o manter certa abertura territorial sem romper com o habitus simbólico herdado e construído. Ainda assim, sua fala é marcada por tensões: critica o consumo caricatural da classe média alternativa da Zona Norte, mas também rejeita a ostentação da Zona Sul. Frequenta tanto o Tasquinha do Tio quanto o Galeto do Pekin, demonstrando um gosto múltiplo e sofisticado, expressão de um patrimônio disposicional diverso (Lahire, 2002).

Como argumenta Lahire (2004), indivíduos socializados em contextos diversos acumulam disposições distintas, que podem ser ativadas de modo seletivo conforme os campos sociais. Guilherme mobiliza esse patrimônio disposicional múltiplo nos diferentes grupos e espaços que frequenta, exercendo domínio simbólico sobre repertórios contrastantes. Essa

ambivalência diante dos espaços e públicos que frequenta não expressa contradição interna ou habitus clivado, mas uma forma refinada de reorganização simbólica baseada na articulação prática de disposições diversas (Lahire, 2002).

O que ele considera “atrações interessantes” revela um gosto híbrido, reflexo de sua trajetória de ascensão e reconversão simbólica bem-sucedida. Bourdieu (2008) e Wacquant (2023) lembram que a compreensão dos estilos de vida exige considerar a distribuição dos indivíduos no espaço geográfico e social: a apropriação de bens simbólicos, dependente dos capitais econômico, cultural e social, é condicionada tanto pelas disposições herdadas quanto pelo acesso a espaços onde esses bens se concentram. O espaço físico, então, não é em si um capital: torna-se simbólico pelas disputas que ocorrem nos campos sociais (Wacquant, 2022).

O esforço da família de Guilherme para permanecer nas Graças, bairro de elite com ampla oferta cultural e educacional, ilustra de modo exemplar essas formulações. Provavelmente viveriam em melhores condições materiais se aceitassem os limites da renda, mas isso significaria afastar-se dos ambientes de produção do capital cultural legítimo e das sociabilidades associadas às “boas maneiras” e às referências “legítimas”. A boa vontade cultural familiar manifesta-se na dedicação do pai e, sobretudo, da avó paterna – figura central na formação intelectual de Guilherme – em transmitir-lhe disposições voltadas à aquisição de capital cultural. Essas experiências de socialização múltipla explicam sua capacidade de transitar entre espaços e repertórios contrastantes. Já aos 30 anos, era dono de uma empresa de tecnologia com mais de cem funcionários, consolidando a ruptura econômica com sua origem remediada, mas preservando disposições herdadas que modulam seu modo de estar entre elites. Casos como o de Guilherme mostram que a mudança de posição no espaço social não elimina as marcas da origem: as condições iniciais de existência e a inculcação familiar moldam as preferências mesmo quando os capitais se transformam (Bourdieu, 2008).

Diferentemente de outros emergentes que alcançam posições materiais de prestígio mas não conseguem integrar-se simbolicamente aos circuitos da elite, Guilherme mobiliza, com fluência, códigos diversos de sociabilidade e consumo, reinterpretando-os com liberdade crítica. Seu caso exemplifica o que se pode chamar de pertencimento reflexivo sob tensão leve: uma forma de inserção bem-sucedida nos espaços de prestígio, sustentada não por adesão acrítica aos estilos dominantes, mas por uma seletividade simbólica sofisticada, que permite circular, avaliar e reorganizar os signos da distinção. A cidade, para ele, é menos um território dividido entre polos antagônicos do que um campo de possibilidades classificatórias, onde o gosto opera como ferramenta ativa de reconhecimento e de afirmação social.

Esse trânsito entre diferentes espaços simbólicos da cidade, longe de indicar contradição ou clivagem, evidencia um processo bem-sucedido de conversão de capitais – no qual a ampliação dos recursos econômicos se articula à herança de um capital cultural transmitido com esforço simbólico pela família. A combinação entre boa vontade cultural, disposições internalizadas e reinterpretação reflexiva dos estilos de vida urbanos permite a Guilherme reorganizar seus referenciais com liberdade relativa, ajustando-se criticamente às exigências simbólicas dos espaços de prestígio, sem romper com sua origem.

Como já sugeria Bourdieu em *Esboço de uma Teoria da Prática* – precedido de *Três Estudos de Etnologia Cabila* (2002) –, o habitus, embora enraizado em experiências anteriores, pode ajustar-se parcialmente às novas circunstâncias, permitindo reorganizações práticas das disposições herdadas. Guilherme encarna precisamente essa capacidade de adaptação sensível. De modo complementar, Bourdieu afirma em *O senso prático* (2008, p. 108) que o habitus possibilita aos indivíduos enfrentar as situações sociais produzindo respostas ajustadas com base nas disposições adquiridas – não como repetição mecânica de normas, mas reorganização prática da experiência vivida. É o que faz Guilherme: articula, de forma seletiva, a herança disposicional de sua família com as exigências simbólicas dos espaços de prestígio.

Essa habilidade de transitar com desenvoltura por diferentes zonas da cidade decorre não apenas de sua trajetória de ascensão, mas de um investimento familiar bem-sucedido na formação de disposições legítimas. Essas disposições lhe conferem domínio simbólico sobre os espaços e permitem, como ele próprio afirma, “eleger com relativa liberdade onde pertencer”. Ao contrário dos casos marcados por clivagem disposicional ou sentimento de não pertencimento, Guilherme representa a figura de quem, munido dos capitais adequados, consegue reorganizar simbolicamente a cidade e ocupar seus espaços com legitimidade e reflexividade.

Se, em termos econômicos, o comportamento de Guilherme assemelha-se ao do grupo flexível a Boa Viagem, a rejeição que demonstra à região como um todo e as exceções escolhidas a dedo indicam divergência de posições, o que mostra como as diferenças de gosto relativos às localidades geográficas na cidade são disputas simbólicas travadas pelos agentes de diferentes frações de classe com estreita vinculação à dialética de Wacquant: são lutas pela determinação das formas de categorização dos espaços social, simbólico e geográfico.

Se formou na cidade, um espectro mais aberto, mais plural e mais alternativo... ali pelo Pina, ali talvez, puxado muito pela Barraca do Pingo ali, que acaba que é frequentado de maneira mais plural por, por, por um público mais, entre aspas, “alternativo”, que eu também não tenho mais tanta paciência. Confesso que, como eu

já me despi de muita coisa, tanto esse espectro mais formal de Boa Viagem, como esse espectro de muita gente defendendo muita coisa, aí eu começo a ver muito personagem também, aí eu já começo a já começo a ficar um pouco incomodado. Apesar de dialogar muito com a galera um pouco mais da cidade, de esquerda, e tal, eu gosto, mas eu também não tenho tanta paciência mais não. Mas assim, eu acho que Pingo puxou muito o Pina ali pra um lugar, uma ilha dentro de Boa Viagem, mais plural saca? Eu acho que é bacana isso, não é ruim não. Mas eu também não tenho tanta paciência pra isso.

Sua preferência pelo Pina pode ter diferentes razões: por fazer uma concessão ao estilo de Boa Viagem, por vê-lo como um refúgio onde moradores da Zona Norte desfrutam da praia sem sair de seu campo simbólico ou, ainda, por uma tentativa de ressignificar o bairro, atribuindo a ele valores e práticas associadas à Zona Norte: “Eu sempre fui um cara daqui da Zona Norte.” Guilherme cita o Pingo, ponto tradicional para quem vem da Zona Norte, como um dos atrativos do Pina, mas afirma tê-lo evitado recentemente. Embora aprecie o dono e sua esposa, diz-se cansado do hype e das figuras caricatas. Reforçando sua posição ambígua, diz que tem preferido outras áreas da praia, como o trecho em frente ao edifício Acaiaca, conhecido por reunir “playboys” e “cocotas”. Trata-se de uma disputa pelo significado de lugares e pela reprodução de gostos no espaço urbano:

Tal como os indivíduos e os grupos, os espaços são “objetivamente definidos não apenas pelo que são, mas também por aquilo que são reputados ser, um ser *percebido* que, mesmo que dependa estreitamente do seu ser, não pode nunca ser reduzido a ele” (Bourdieu, 1980a, p. 233 *apud* Wacquant, 2023, p. 84).

Wacquant (2022), refletindo sobre o esforço de levar Bourdieu para cidade, argumenta que esse movimento fortalece a teoria bourdieusiana de campos, o que se pode exemplificar pelas disputas entre os agentes no campo das classes e seus desdobramentos no campo de produção simbólica, como as violências exercidas pelo poder simbólico através das formas de categorizar as distintas áreas da cidade. Em sua pesquisa, aplica estes conceitos para falar sobre os “bairros-problema” ou “guetos”, categorizações estigmatizantes mobilizadas por grandes instituições ou campos como a burocracia estatal, a imprensa e o campo científico, que buscam segregar essas regiões da cidade por razões de classe, étnicas ou de outra natureza. Em nosso caso, as disputas simbólicas se fazem notar pela forma como os moradores categorizam, negativa ou positivamente, a Zona Sul e a Zona Norte.

Wacquant salienta ainda que a aplicação do aparato teórico de Bourdieu para o mundo urbano tem como consequência o embaralhamento da noção central de *habitus* em razão da grande diversidade de encontros entre práticas diversas, inclusive entre diferentes classes

sociais; o encontro de práticas diversas torna as barreiras entre classes e outras categorias sociais mais porosa. Importante notar que conclusões parecidas foram avançadas de maneira independente por Gilberto Velho (2012, 2013).

As grandes cidades, culturalmente heterogêneas, apresentam distintos ambientes ou campos, cada um com códigos próprios de conduta, percepção e apreciação de práticas. Essa heterogeneidade propicia o choque entre diferentes disposições, ligadas a diferentes campos, e os agentes sociais, ao transitarem entre esses diferentes campos e travarem contato com esses diferentes esquemas disposicionais, tornam-se passíveis de sofrer influências. Para Wacquant, os *habitus*, na cidade, apresentam graus variados de coerência em função da diversidade de trocas sociais fruto de vários campos, situação típica do ambiente urbano.

Essas considerações ajudam a compreender a situação de Guilherme quando afirma: “Eu confesso que, como eu já me despi de muita coisa [...]”. Ele se referia ao abandono do antigo desejo de integrar-se à fração da classe média alta alternativa da Zona Norte, grupo do qual já foi próximo e simpatizante, mas que hoje critica abertamente. Diz sentir impaciência diante do que considera histrionismo, personagens forçados, comportamentos estereotipados e militantismo exagerado. Ainda assim, sua relação com esse meio não foi totalmente rompida: reconhece valores positivos e mantém certos hábitos associados a esse universo, como o uso frequente da bicicleta em vez do carro.

Ele também menciona os preconceitos que nutria contra moradores ricos de Boa Viagem e contra “playboys” – que, reconhece, não se restringem à Zona Sul. Tal mudança de percepção indica uma abertura gradual ao estilo de vida das classes altas, acrescida de certo distanciamento em relação a práticas típicas das classes médias e médias altas da Zona Norte.

Casado há alguns anos com uma mulher de origem social mais modesta – ex-aluna de escola particular de classe média, moradora de bairro sem distinção da Zona Norte e filha de pais sem ensino superior –, Guilherme apoiou a abertura de dois brechós por ela: o primeiro, ambicioso demais, acabou falindo. O casamento ocorreu na praia de Carneiros, com estética típica dos casamentos de famílias tradicionais e das colunas sociais: decoração em branco e tons claros, flores, linho e vestimentas sofisticadas, mas com um toque de despojamento. Na foto do evento publicada em seu Instagram, ele aparece sem gravata e descalço, acompanhando a postagem com a música de Emicida – o rap “Almas Gêmeas”.

Ainda não é possível responder com clareza se a escolha do Pina como possibilidade de moradia na Zona Sul é um reforço de seu *habitus* de origem, em busca de uma estrutura social mais adequada à sua socialização, ou resultado de outros *habitus* ligados à sua atual condição

de classe e de novas disposições sociais que permitem que se sinta confortável nesses novos ambientes. A pergunta é importante nessa pesquisa porque vimos que muitos moradores da Zona Norte dizem sentir-se mal na Zona Sul, particularmente os emergentes, e mesmo os emergentes moradores da Zona Sul não estão bem adaptados à região.

A sociologia ainda debate se o indivíduo age de forma coesa ou se a ação social é fruto de uma multiplicidade de princípios geradores internos ao agente. Bourdieu propõe uma teoria transposicional do *habitus*, que tende a ver como uniforme sua manifestação em campos diversos:

As práticas do mesmo agente e, mais amplamente, as práticas de todos os agentes da mesma classe, devem *a afinidades de estilo* que transforma cada uma delas em uma metáfora de qualquer uma das outras ao fato de serem o produto das transferências de um campo para outro dos mesmos esquemas de ação: paradigma familiar do operador analógica que é o *habitus*, a disposição designada por “escrita”, ou seja, uma fórmula singular de traçar caracteres, produz sempre a mesma escrita, isto é, traços gráficos que, a despeito das diferenças de tamanho, matéria e cor associados ao suporte (folha de papel ou quadro negro) ou instrumento (caneta tinteiro ou giz), portanto, a despeito das diferenças entre os conjuntos motores mobilizados, apresentam um aspecto familiar imediatamente perceptível, à maneira de todos os traços de estilo ou de atitude pelas quais é possível reconhecer determinado pintor ou escritor tão infalivelmente quanto um homem pela sua maneira de andar.

[...] Cada dimensão do estilo de vida “simboliza com” os outros, como diria Leibniz, e os simboliza: a visão do mundo de um velho artesão marceneiro, sua maneira de administrar o orçamento, o tempo ou o corpo, sua utilização da linguagem e sua escolha de roupas estão inteiramente presentes em sua ética do trabalho escrupuloso e impecável, aplicado, caprichado e bem acabado, assim como em sua estética do trabalho pelo trabalho que o leva a avaliar a beleza de seus produtos pelo que exigem de aplicação e de paciência.

Um exemplo do princípio da unicidade pode ser encontrado nos conceitos de estetização da vida e de laxismo cunhados por Bourdieu: a propensão para consumir bens culturais da alta cultura é muito maior entre os membros das classes abastadas, influenciados por um processo de educação precoce, no seio da família, que os qualificou para o desenvolvimento elevado de seu capital cultural, além do tempo disponível dedicado ao acúmulo de objetos e referências culturais ao longo da vida. A estetização da vida mais tarde guiaria todas as práticas dos atores sociais das classes altas. Isto não aconteceria nas classes baixas, entre as quais as necessidades materiais mais básicas e o trabalho tomam o lugar do tempo de investimento sem retorno imediato necessário à incorporação da disposição estética. As práticas das classes populares

seriam, por isso, caracterizadas pelo laxismo, em oposição à ritualização das elites (Bourdieu, 2008, p. 54-56, p. 167-169).

Lahire (2002) opõe o modelo da unicidade do ator à “tradição disposicionalista” que “tenta levar em consideração, na análise das práticas ou comportamentos sociais, o passado incorporado dos atores individuais” (2004, p. 27). Em oposição a um *habitus* coeso que se manifesta em todas as tomadas de posição do indivíduo, Lahire (2004) propõe o modelo do ator plural, marcado pela incorporação de uma multiplicidade de conhecimentos e, por isso, caracterizado pela fragmentação interna dos indivíduos. Maciel (2019, p. 140) escreve: “Lahire afirmará que o conceito de *habitus* é insuficiente para elucidar os processos de individualização na sociedade contemporânea, porque ele não permite explicar satisfatoriamente as diferenças intraindividuais nos atores” (Maciel, 2019, p. 140).

Assim, o indivíduo inevitavelmente incorporará múltiplas disposições aos seus “patrimônios disposicionais”, que não necessariamente estarão em harmonia entre si. Através da interação desse acervo com o contexto social e as situações vividas pelo ator, essas disposições poderão se alternar sincrônica e diacronicamente. Lahire questiona a unicidade do *habitus*, ressaltando que a transferibilidade das disposições é relativa ao contexto presente e situacional. Nesse sentido, o ator teria, segundo essa teoria, maior flexibilidade de performance do que o previsto na teoria de Bourdieu (Lahire, 2004).

Lahire também critica a atenção desproporcional que Bourdieu depositaria sobre as primeiras experiências de socialização na criação do molde do indivíduo, enquanto se subestima as experiências de vida posteriores, mas cabe notar que Bourdieu reconhece o “efeito da trajetória” (2008, p. 105); comentadores como Wacquant (2022) e Peters (2013) também apontam que o conceito de *habitus* na obra de Bourdieu não se refere um princípio gerador imutável, rígido e estanque, mas a algo aberto à modificação a partir de experiências e da autorreflexão do agente, frutos do desconforto entre as estruturas objetivas e o passado socialmente incorporado. Bourdieu, a partir de sua própria experiência de histerese, refletiu sociologicamente sobre sua trajetória de vida “parvenu” e seu *habitus*, clivado por essa experiência (Bourdieu, 2005), embora o passado sempre tenha continuado com maior força.

3.3.4 Reconfiguração do habitus: como possibilidade de mudança parcial ou tensionamento de disposições incorporadas, diante de novas experiências (sociais, profissionais, urbanas).

A trajetória de Guilherme exemplifica de forma concreta os efeitos simbólicos e espaciais da mobilidade social sobre o *habitus*. A partir de sua experiência, é possível aprofundar a análise de um fenômeno mais amplo: a reconfiguração parcial das disposições incorporadas diante de novas experiências sociais, profissionais e urbanas.

Em contextos de mobilidade social ascendente, inserção em novos círculos de sociabilidade ou mudanças territoriais significativas, o habitus herdado pode entrar em tensão com as exigências e códigos dos novos espaços ocupados, produzindo ajustes, desconfortos ou mesmo transformações duráveis nas práticas e nas preferências dos indivíduos. A seguir, exploramos como essa dinâmica tem sido discutida na literatura sociológica recente, e como ela se manifesta não apenas no caso de Guilherme, mas em outros trajetos residenciais marcados por deslocamentos simbólicos, tensionamentos disposicionais e tentativas de redefinição da trajetória social.

Segundo Bacqué et al. (2015), apoiando-se em Bonvalet e Gotman (1993), a escolha residencial está profundamente vinculada aos processos de formação da identidade social e estabelece uma relação de mútua determinação com o habitus: ao mesmo tempo em que o estrutura, é por ele estruturada ao longo da trajetória de vida. Assim, a escolha de onde e como morar pode sofrer transformações ao longo do tempo, respondendo a diferentes contextos familiares e sociais e fazendo parte de uma trajetória de longo prazo na qual o social e o espacial se influenciam mutuamente (Bacqué et al., 2015, p. 95).

Ademais, os autores afirmam, citando Authier et al. (2010a), que a reprodução social, significando biografias e trajetórias residenciais – “disposições residenciais”, para Bonvalet et al., (1999) ou “habitus residencial”, para Cuturello (1993) –, também pode desempenhar um papel na escolha residencial. Desse modo, gostos por tipos específicos de habitação ou de ambiente residencial são transmitidos dentro das famílias, internalizados no *habitus* e incorporados pelos indivíduos.

Como frisado por Savage et al. (2005), nas opções residenciais as biografias pessoais também entram em jogo, com esforços dos indivíduos para fazer escolhas que sejam congruentes com suas vidas e que confirmem seu senso de si mesmos.

Esse movimento de identificação majoritária dos moradores da Zona Norte com o próprio território expressa, de forma clara, o que Bacqué et al. (2015) descrevem como a relação

de mútua determinação entre o *habitus* e a escolha residencial. A escolha por permanecer na Zona Norte não se dá apenas como um cálculo econômico ou pela disponibilidade de imóveis, mas como resultado de trajetórias sociais e biográficas que ancoram os indivíduos em um espaço no qual se reconhecem e são reconhecidos. Trata-se de uma reprodução das disposições residenciais herdadas, internalizadas no *habitus* e reafirmadas pela construção de laços sociais e simbólicos naquele território específico (Bacqué et al., 2015, p. 95-97).

A negação da Zona Sul, portanto, não é meramente uma recusa por preço ou status, mas a expressão de um *habitus* que, ao mesmo tempo em que se identifica com a Zona Norte, constrói a Zona Sul como um "outro" simbólico – um espaço incompatível com os estilos de vida e as referências culturais da maioria desses moradores. Como afirmam Méndez e Gayo (2019), as escolhas residenciais são moldadas por disposições herdadas no interior das famílias, internalizadas ao longo das trajetórias sociais e manifestadas nas preferências e nas fronteiras simbólicas traçadas entre os diferentes territórios da cidade. Mesmo quando há capacidade material, o *habitus* residencial pode restringir a própria cogitação de certos espaços como legítimos ou desejáveis (Méndez; Gayo, 2019, p. 59).

No entanto, essa lógica de reprodução encontra exceções justamente entre os moradores que possuem capitais econômicos mais elevados. Nesses casos, mesmo quando o capital cultural e o *habitus* se alinham à Zona Norte, o volume de capital econômico acumulado pode reconfigurar o horizonte de possibilidades e flexibilizar as fronteiras simbólicas. Alguns passam a cogitar a Zona Sul como uma alternativa viável – seja porque seu estilo de vida já se aproxima das práticas culturais predominantes na região, seja porque o capital econômico os autoriza a transitar por espaços antes rejeitados. Como destacam Bacqué et al. (2015), o capital econômico não apenas amplia o acesso material ao espaço urbano, mas pode tensionar o *habitus* herdado e produzir deslocamentos simbólicos e espaciais, abrindo caminho para mudanças nas trajetórias residenciais.

Como destacam Butler e Robson,

“(...) A natureza do *habitus* é construída em termos das capacidades objetivas dos indivíduos e sua socialização anterior. É isso que acreditamos constituir os diferentes *habitus* que compõem o *habitus* metropolitano – em outras palavras, cada área, até certo ponto, tem um *habitus* distintivo (ou mini-*habitus*), mas o mesmo acontece com a metrópole como um todo, no que diz respeito à classe média” (Butler; Robson, 2003, p. 67, *apud* BACQUÉ et al., 2015, p. 96).

Essa leitura reforça a ideia de que a Zona Norte se constitui como um espaço de pertencimento simbólico, moldado pelas disposições socialmente incorporadas e pelas

condições materiais dos moradores, funcionando como um verdadeiro mini-habitus dentro da lógica metropolitana.

Butler e Robson (2003) aprofundam essa reflexão ao afirmar que a natureza do habitus é construída a partir das capacidades objetivas dos indivíduos e da socialização anterior, o que acaba por produzir diferentes habitus articulados espacialmente dentro da própria metrópole. Para os autores, “cada área, até certo ponto, tem um habitus distintivo (ou mini-habitus), mas o mesmo acontece com a metrópole como um todo, no que diz respeito à classe média” (Butler; Robson, 2003, p. 67, apud BACQUÉ et al., 2015, p. 96). Nesse sentido, embora a classe média compartilhe certo gosto pela vida urbana e pelas oportunidades culturais da cidade, o local onde cada grupo consegue efetivamente viver é condicionado pelo volume de capitais acumulados – especialmente o econômico – e pelas trajetórias residenciais pregressas, que moldam as fronteiras do possível e do desejável. Assim, o pertencimento a determinadas áreas urbanas resulta não apenas de escolhas presentes, mas também da sedimentação de experiências anteriores e da capacidade de reivindicar legitimamente esses espaços. Os autores ainda ressaltam que as narrativas sobre tais escolhas são, muitas vezes, racionalizações construídas a posteriori pelos indivíduos, funcionando como justificativas elaboradas para dar coerência às decisões tomadas, ainda que estas sejam fortemente condicionadas por estruturas sociais e desigualdades materiais.

Além da mera confirmação das preferências residenciais geradas pelo habitus, os achados de Bacqué et al. (2015), assim como o nosso trabalho de campo, sugerem que o habitus relacionado ao lugar de residência não é fixo ou imutável. Ao contrário, há possibilidades concretas de modificação ao longo das trajetórias de vida, à medida que novas experiências sociais e espaciais vão fazendo emergir outras disposições e habilidades. Em outras palavras, sob a influência da experiência vivida, o habitus pode se ajustar, ainda que parcialmente, às circunstâncias sociais em mudança, permitindo a reconfiguração dos gostos, das percepções e das escolhas em relação aos espaços urbanos. Essa perspectiva ajuda a compreender, por exemplo, as mudanças de gosto por determinados bairros ou estilos de moradia ao longo do tempo, especialmente quando associadas a processos de mobilidade social e transformação das condições de vida.

Lahire (2004) também contribui para ampliar essa reflexão ao destacar as dinâmicas e dimensões geradoras do habitus. Para o autor, a mobilidade social pode produzir gostos variados e até inesperados, que se mostram dissonantes em relação àqueles que seriam esperados tendo em vista a socialização primária. Embora tal observação tenha sido feita no

âmbito das práticas culturais, ela reforça de forma pertinente a ideia de que o habitus não é uma estrutura rígida ou inteiramente determinada, mas um sistema de disposições que pode ser transposto e transformado diante de novas situações sociais (BOURDIEU, 1977). Aplicada à escolha residencial, essa leitura permite entender como determinados deslocamentos sociais e econômicos podem tensionar o habitus herdado, possibilitando mudanças significativas nas preferências e na ocupação de novos espaços urbanos.

Entre os entrevistados, também surgiram casos minoritários em que a escolha residencial resultou em um desajuste entre o habitus e o estilo de vida – no sentido do mini habitus atribuído ao local de moradia. Nesses casos, a decisão de residir em determinados bairros não partiu de uma afinidade simbólica ou de uma identificação prévia com o lugar, mas esteve fortemente motivada pela busca por infraestrutura urbana de qualidade, como boas escolas, segurança, saneamento e serviços; ou pelo desejo de acessar espaços socialmente valorizados e reconhecidos como nobres. A escolha, pois, foi menos uma expressão do habitus e mais fruto de um cálculo orientado pela busca por capitais, especialmente o cultural e o simbólico, que aquele bairro parecia oferecer. Essas trajetórias, porém, nem sempre foram bem-sucedidas, justamente porque a dissonância entre o habitus dos moradores e os códigos sociais predominantes no espaço ocupado gerava sentimentos de inadequação e isolamento, evidenciando os limites das estratégias de mobilidade residencial quando não acompanhadas por um real alinhamento simbólico e cultural com o novo território.

Frisamos o papel da socialização secundária na reconfiguração das disposições residenciais, especialmente aquela construída nos ambientes profissionais e nas redes de amizade formadas na vida adulta, que atua produzindo tensões e novos desejos por determinados espaços urbanos. Como destacam Berger e Luckmann (1967), os círculos de socialização ampliados têm o potencial de deslocar o habitus herdado, tornando-o permeável a novas experiências e referências simbólicas. No caso de Guilherme, essa dinâmica é expressa de forma exemplar. Marcado por uma trajetória de ascensão social, ele ilustra bem um caso de reconversão simbólica bem sucedida: aquele que rompe parcialmente com o espaço social de origem sem, no entanto, inserir-se plenamente na nova fração de classe que passa a frequentar.

A socialização primária de Guilherme foi profundamente ancorada na Zona Norte, espaço de predileção de sua família, a qual sempre buscou residir em bairros como Graças ou Espinheiro, o que orientou a escolha das escolas por ele frequentadas. Contudo, a partir da inserção profissional e das novas relações sociais estabelecidas no trabalho, Guilherme passou a se aproximar da Zona Sul e de seus estilos de vida característicos. Com esse contato posterior,

produziu-se uma tensão clara: embora siga manifestando preferência pela Zona Norte, suas práticas e referências revelam um incômodo com o espaço de origem e uma crescente curiosidade pelos modos de habitar da Zona Sul. Sua trajetória evidencia como o *habitus*, ainda que estruturante, pode ser tensionado pelas experiências posteriores de socialização e pela mobilidade social, gerando deslocamentos simbólicos e reconfigurações nos desejos residenciais.

Por fim, essa análise das trajetórias residenciais permite compreender como se constrói e transforma ao longo do tempo o pertencimento eletivo (SAVAGE et al., 2005), o qual não é dado de uma vez por todas, mas resulta de um processo de familiarização, apropriação e investimento simbólico nos lugares, estando enraizado nas experiências, memórias e relações sociais que os indivíduos desenvolvem em seus bairros e cidades. O pertencimento eletivo também é profundamente moldado pelas trajetórias sociais e residenciais dos indivíduos e das famílias. Para alguns, o bairro de residência é o lugar da realização de um projeto de vida e da confirmação de uma identidade social; para outros, é um lugar de passagem, marcado pela espera ou pela esperança de uma mobilidade futura. Em todos os casos, o espaço residencial é um recurso, um constrangimento e um marcador social, cuja significação só pode ser compreendida à luz das histórias e das trajetórias que o constituem.

Ao mesmo tempo, para alguns moradores – especialmente aqueles que experimentaram um processo de ascensão social partindo da Zona Norte ou de áreas populares da cidade –, a possibilidade de escolher novos espaços de moradia, como a Zona Sul, ou mesmo determinados bairros de prestígio dentro da própria Zona Norte, é vivida como um momento de inflexão na trajetória de vida. Nesses casos, a mudança residencial não se limita a um deslocamento material, mas adquire um significado mais profundo, funcionando como um gesto simbólico de distanciamento da condição social de origem e das referências culturais, estilos de vida e pertencimentos territoriais que a moldaram. Trata-se, assim, de um movimento que indica o desejo de se inscrever em outra fração de classe ou de se afastar dos possíveis estigmas associados ao local de origem – e que, nesse sentido, pode tanto reafirmar a conquista de uma nova posição social quanto expor as tensões e os limites dessa transição.

O novo espaço de moradia passa, então, a operar como uma espécie de “fronteira simbólica” que separa o indivíduo de seu passado, atuando como uma tentativa de reclassificação social. Como destacam Bacqué et al. (2015), a mobilidade residencial pode tornar-se uma estratégia central de mobilidade social e simbólica, na medida em que o acúmulo

de capital econômico começa a tensionar o *habitus* herdado, abrindo fissuras nas disposições incorporadas e permitindo a reconfiguração das posições sociais.

Esse processo de deslocamento, ressaltamos, nem sempre ocorre de maneira fluida ou desprovida de conflitos. Como o próprio conceito de *habitus* sugere, as disposições internalizadas resistem às mudanças abruptas, o que pode explicar o sentimento, já aqui mencionado, de deslocamento simbólico ou mesmo de inadequação nos novos territórios ocupados. O acesso material à Zona Sul, por exemplo, não garante imediatamente o domínio dos códigos culturais, das práticas e dos modos de sociabilidade que estruturam aquele espaço. Assim, o movimento de “escapar” da condição social de origem, embora desejado, pode também expor os limites da mobilidade simbólica e evidenciar as fronteiras invisíveis que operam na cidade, as quais não se desenham apenas pelas barreiras econômicas, mas também pelo pertencimento social e pelas competências incorporadas para habitar determinados espaços.

Dessa forma, a mobilidade residencial oferece-nos um campo privilegiado para observar a complexa articulação entre capital econômico, *habitus* e distinção social. Ao mesmo tempo em que possibilita o reposicionamento dos indivíduos e famílias no espaço social e urbano, ela evidencia as tensões entre a reprodução das origens e as tentativas de ruptura, revelando como escolhas residenciais são atravessadas por disputas simbólicas e pelo desejo de redefinir a própria trajetória. Em nossa pesquisa, trabalhamos tanto com casos em que essa tensão foi vencida, como o de Guilherme, quanto com outros nos quais ela foi mantida – ou amenizada, mas nunca eliminada. Para buscar entender ou explicar essas situações, será mobilizada a ideia de estilização da vida a partir da incorporação de disposições sociais como boas maneiras e etiqueta.

3.4 Conclusão do capítulo

Vimos como a posse de códigos de sociabilidade do campo das elites é fundamental para a aquisição, manutenção e reprodução de altas posições sociais. Enquanto Jaciara e José, junto a Milagres,⁴⁷ também auditora fiscal de trajetória e origem similares, constituem um caso extremo de inabilidade de assimilação das condutas valorizadas pelas elites, e por isso tendem a não serem integrados ao campo, ocupando posições marginais mesmo vivendo em bairro

⁴⁷ O casal Jaciara e José terão mais atenção neste ponto, por ser mais emblemático, enquanto Milagre e outros entrevistados ficarão

nobre, o caso da advogada Milena demonstra o oposto. Esta assimilou e administrou melhor as disposições socioculturais da nova posição de classe - inclusive, capitalizando ainda mais essas disposições, convertendo o capital formal material em formas simbólicas de estilização da sua vida, isto é, conquistando boas maneiras e características solicitadas pelos grupos de prestígio. Assim, Milena parece não apenas a manter e reproduzir, mas a disputar melhores posições no campo dominante.

Comparados Milena e Jacira e José, algo se pode notar: há uma diferença fundamental na educação de seus respectivos filhos. Enquanto a primeira preocupa-se em transmitir os códigos de uma educação formal de etiqueta, o casal teve uma tendência a deixar seus filhos “mais livres”. Essa liberdade não se traduz em independência e autonomia, pois os filhos de Jacira e José não conseguem ser incorporados no mercado de trabalho das elites, mesmo possuindo formação acadêmica em universidade pública de prestígio. Por sua vez, os filhos de Milena possuem amigos nas altas classes e têm maior liberdade de circulação no interior desse campo.

É o que Lareau (2003) discute em sua pesquisa: as formas de educar implicam na conquista da “boa” sociabilização no campo das elites, mas são consequência da assimilação de códigos e éticas de conduta das altas classes, fundamentais para a reprodução social. A grosso modo, poderíamos resumir certas conclusões da obra de Lareau (2003): enquanto os pais de classe média cultivam o desenvolvimento de talentos das crianças por meio de atividades de lazer organizadas e de um planejamento racional extensivo a todas as dimensões de sua vida cotidiana, os pais pertencentes à classe trabalhadora tendem a fornecer apenas condições para a subsistência das crianças, deixando as atividades de lazer por conta delas mesmas, ao invés da racionalização ou planejamento de suas atividades. Endossando o argumento de Lareau, vimos, a título de conclusão, que Guilherme, caso de reconversão simbólica bem sucedida, obteve sucesso no alcance de uma posição privilegiada graças, precisamente, aos cuidados e atenções administrados por toda a sua família, que se dedicou intensamente a um projeto de educação no sentido descrito por Lareau para as elites. Ainda, concluímos, foi essencial, para o sucesso desse projeto, a implicação estratégica do bairro em que moravam.

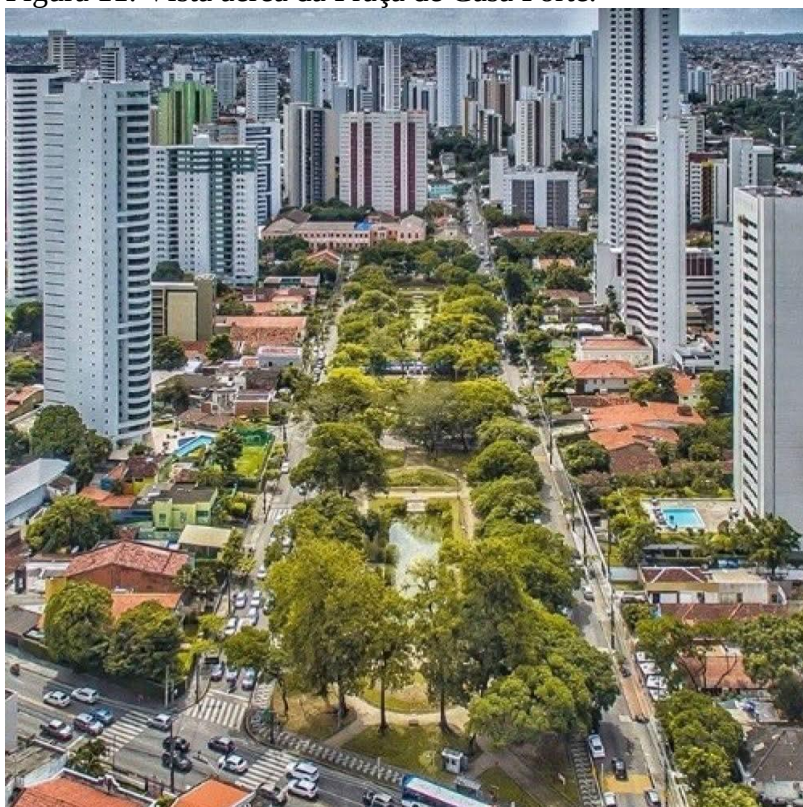
A escolha residencial é vista como uma competência que as classes médias-altas podem exercer, reunindo externalidades positivas em relação à educação, reputação, segurança, entre outros fatores (Clark e Maas, 2015, p. 2). Evidentemente, essa escolha é fortemente influenciada pela lógica da maximização econômica. No entanto, assim como ocorre em outros campos da vida social, ela também é moldada pelas dinâmicas simbólicas de distinção (Boterman, 2012,

p. 16). Como argumenta Boterman, as escolhas residenciais não se limitam à proximidade de serviços ou a critérios puramente econômicos: elas envolvem também preferências culturais e disposições de classe, especialmente no contexto da parentalidade e da aspiração por certos estilos de vida (Boterman, 2012, p. 2405).

Em última instância, o que se revelou decisivo para a reprodução de posições no interior do campo das elites não foi apenas a posse de recursos econômicos ou educacionais, mas a incorporação prática de disposições socialmente legitimadas – aquilo que poderíamos chamar, com Bourdieu, de *savoir vivre*. Esse saber viver não é apenas uma questão de etiqueta, mas um domínio simbólico das formas legítimas de estar no mundo: modos de falar, consumir, educar, habitar e circular pela cidade. Ser reconhecido como portador de *savoir vivre* é, por si, um passaporte de aceitação e pertencimento, que legitima posições e autoriza a circulação entre grupos de prestígio. Ele também opera como critério de distinção entre os filhos – aqueles que, desde cedo, aprendem os códigos da contenção, da adequação e da distinção, e aqueles que, embora bem formados, não conseguem se inserir no campo das elites por ausência dessas disposições incorporadas.

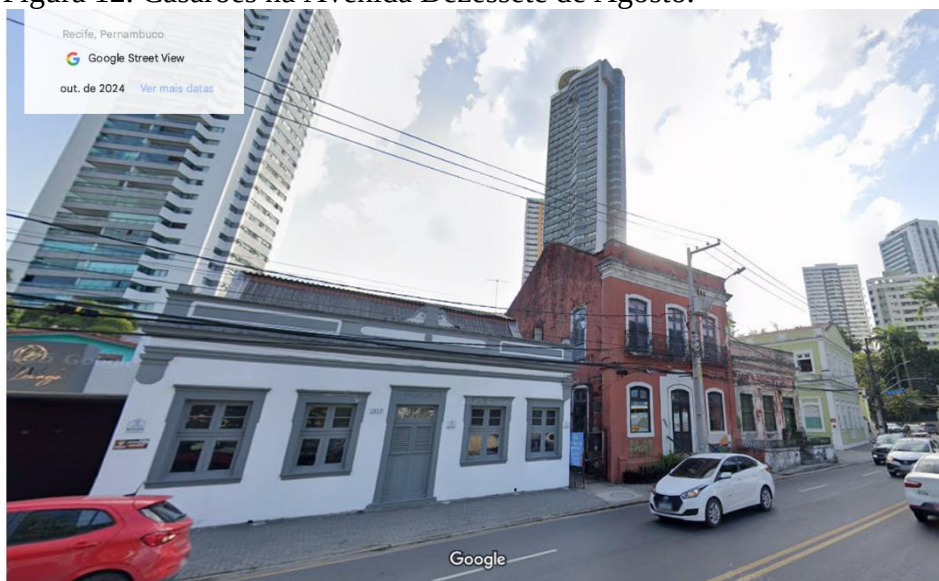
É nesse ponto que a escolha do bairro e das escolas ganha centralidade: mais do que uma busca por infraestrutura ou status, trata-se da tentativa de reunir externalidades simbólicas que permitam à família operar a distinção, estabelecer vínculos legítimos e acumular capital social. Onde falta essa competência – a de distinguir os sentidos da cidade, os códigos da convivência, os circuitos do prestígio –, falha também o projeto de reprodução. Algumas famílias até alcançam o espaço, mas não o pertencimento; residem, mas não se enraízam; circulam, mas não são reconhecidas. Como vimos ao longo desta tese, é precisamente nessa clivagem entre localização e legitimidade, entre presença física e reconhecimento simbólico, que saber jogar – e ter as práticas, gostos, etiqueta e boas maneiras legitimadas – se torna condição fundamental não apenas para ocupar um espaço de prestígio, mas para ser percebido como parte legítima de sua vida social.

Figura 11. Vista aérea da Praça de Casa Forte.



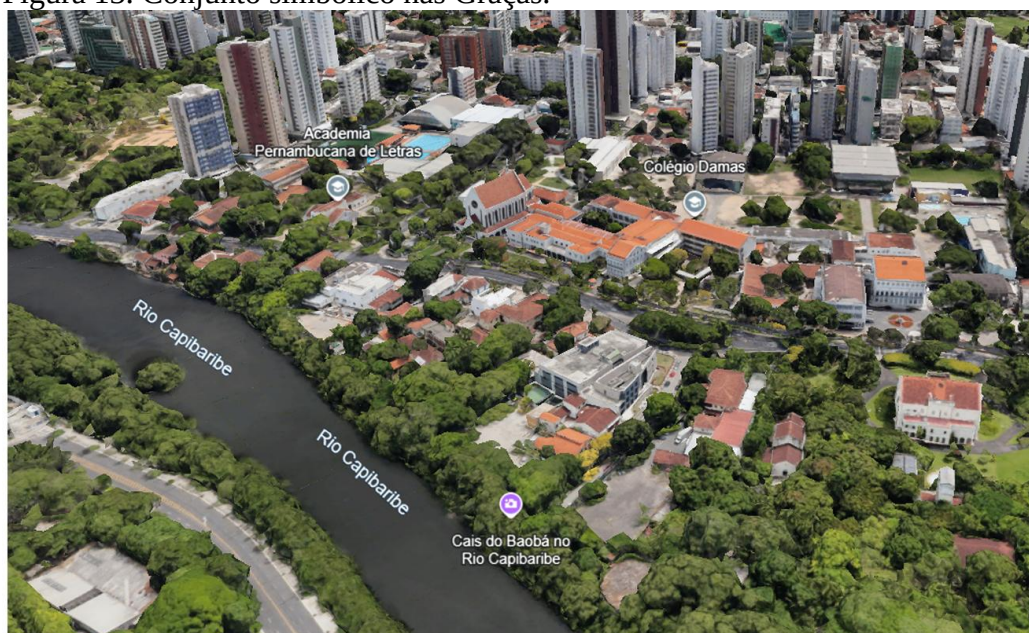
Fonte: Diário de Pernambuco. Descrição: Imagem mostra o contraste entre as casas antigas e o tecido urbano tradicional (com vegetação, traçado orgânico e tipologia horizontal) e a verticalização recente do entorno. A praça, projetada por Burle Marx, aparece como elemento central de valor simbólico e paisagístico no bairro. Fonte: Diário de Pernambuco.

Figura 12. Casarões na Avenida Dezessete de Agosto.



Fonte: Google Street View, 2024. Descrição: A imagem mostra uma sequência de casarões do século XIX preservados na Avenida Dezessete de Agosto, na divisa entre os bairros de Casa Forte e Monteiro. Essas edificações compõem a paisagem urbana tradicional e desempenham um papel importante na preservação da identidade simbólica da Zona Norte do Recife.

Figura 13. Conjunto simbólico nas Graças.



Fonte: Google, Earth, 2025. Descrição: Vista aérea das Graças, com destaque para o Colégio Damas, a Academia Pernambucana de Letras e o casarão dos Gibson, margeados pelo Rio Capibaribe e área de vegetação. Conjunto relevante para a identidade simbólica do bairro.

Figura 14. Vista aérea das Graças, com destaque para o casarão dos Gibson, na Avenida Rui Barbosa, vizinho a diversos prédios históricos.



Fonte: @jordyasanoph (Instagram), 2025. Descrição: Construído em 1847 por Henry Gibson, o imóvel foi posteriormente adquirido pelo comendador Joaquim José de Amorim e, no século XX, tornou-se residência de Maria Thereza Ribeiro de Amorim e de seu marido, Manuel Baptista da Silva, fundador do Banorte. A sucessão dessas famílias tradicionalmente associadas às elites locais ilustra a presença de linhagens de prestígio social na Zona Norte, frequentemente evocada como território de tradição histórica no Recife.

Figura 15. Gravura histórica do Rio Capibaribe, com destaque para a navegação fluvial e as casas senhoriais em suas margens.



Fonte: Gravura de Louis Léger Vauthier (c. 1840–1846) / Acervo público. Descrição: A narrativa do transporte pelo rio revela a localização de antigos engenhos que deram origem a bairros como Apipucos, Monteiro, Poço, Graças, Tamarineira e Dois Irmãos – áreas que, a partir do século XIX, passaram a ser ocupadas inicialmente como sítios e casas de veraneio por frações da elite urbana letrada, antes de se consolidarem como zonas de moradia permanente da alta classe média recifense. Esse processo contribuiu para consolidar a Zona Norte como território associado à tradição e à história da cidade, ainda marcado por patrimônio edificado e traços paisagísticos vinculados ao passado colonial e oitocentista.

4. A ZONA SUL E O PESO DO ENDEREÇO: Entre o Significado Coletivo e a Negação Individual

Este capítulo analisa entrevistados moradores da zona sul, especialmente dos conhecidos bairros de Boa Viagem e Pina, que têm sua costa voltada para o mar. Sobre este território, pairam predicativos costumeiros. No imaginário popular e no âmbito desta pesquisa, aparece como “oposição” aos tradicionais bairros da Zona Norte. Já enumeramos algumas das ideias, reais ou imaginárias, atuais ou anacrônicas, que atravessam o senso comum e os julgamentos correntes que circulam e caracterizam.

Entretanto, importará confrontar a imagem que se costuma fazer do bairro com aquilo que efetivamente dizem seus moradores – pelo menos, aqueles com quem tivemos contato, tentando situá-los no espaço social à medida que objetivamos suas falas. A análise de seu conteúdo não será menos importante que a atenção tomada sobre como e de onde falam, pois nos parece que, se, por um lado, demonstram visões dissonantes, que tentam questionar o conjunto de significados atribuídos ao bairro e seus habitantes, por outro, parecem ter consciência da existência das classificações atribuídas à zona sul e mesmo da realidade de alguns de seus estereótipos.

O perfil comumente atribuído ao “morador de Boa Viagem”, que pressupomos aqui caracteriza-se alguém de classe média alta, detentor de ativos financeiros, cuja preocupação volta-se quase exclusivamente à acumulação – algo que, acredita-se, ostentaria através do consumo conspícuo. Para uma parcela da população, o bairro assume o papel de sonho de consumo da classe média, sendo o pedaço de terra buscado por aqueles chamados “novos ricos”. O perfil idealizado desse morador possui características como: conservador, anti-intelectual, individualista, que, frequentemente, toma posições políticas de direita, defende o discurso da meritocracia, profundamente inclinado à preservação de sua privacidade, avesso ao contato com as classes populares e que evita ou repudia os espaços voltados à prestação de serviços públicos. Esse tipo ideal, no sentido weberiano, reúne características que não são personificadas integralmente por indivíduos reais, mas são comumente evocadas ou sugeridas pelos recifenses, sobretudo da Zona Norte.

Boa Viagem e Pina são geralmente associados ao prestígio e à busca por status, como expresso na fala de Marie, 60 anos, médica e professora universitária:

Eu acho que existe, sim, a coisa da valorização, do que é... por exemplo, tem pessoas que tão ruins financeiramente, muito apertadas, mas que dão muita importância à aparência. Então eu vou falar, mesmo, dos médicos, a minha *racinha*. Às vezes tá bem no começo da carreira, mas tem que ter um carrão. E dizer que mora em Boa Viagem é um status. [...] Eu vejo muitas pessoas mais simples, que vêm das periferias ou de bairros mais simples e que querem morar em Boa Viagem, porque aquilo dá uma conotação de que, financeiramente, tá bem. Não tô falando da avenida beira mar, porque ali talvez não seja muito de novo rico não, ali é de rico, rico mesmo, né. [...] Mas a pessoa quer morar ali. [destaque nosso]

Essas características podem ser afirmadas explicitamente, reforçando a ideia corrente na percepção social dos recifenses, mas podem ser relativizadas ou contrariadas - como demonstra nossa investigação - pelos próprios moradores de Boa Viagem. A ideia de “novo rico” como símbolo da região, por exemplo, é um lugar-comum que, vista mais de perto, prova-se frágil. Marie, quando perguntada sobre sua opinião sobre a associação entre a Avenida Boa Viagem e os novos ricos, responde:

Porque é muito caro, os apartamentos são caríssimos na avenida Boa Viagem, né? Então, assim, tudo bem, [pode] ter novo rico milionário, pode. Mas baseado nisso, baseado em conhecimentos de pessoas que eu tenho [conheço]... e meu pai [por exemplo] teve um sócio que era usineiro, e a família dele era muito rica a vida toda, casou com uma usineira, aquelas coisas de usineiro com usineira... e, por exemplo, todos os filhos iam morar na avenida Boa Viagem, apesar de terem sido criados aqui em Parnamirim. Mas o desejo era vender tudo aqui pra ir morar na avenida, então tem essa questão de os [nossos] pares se reconhecerem, por lá.

Marie dá testemunho de uma percepção complexa, mas consistente, comum a vários entrevistados da zona sul: de que o bairro de Boa Viagem não é tanto o antro dos novos ricos,

mas a continuação da expansão imobiliária de uma parte das famílias tradicionais do Recife, vindas da parte norte. O casamento entre “usineiros” e a vontade de “vender tudo” e morar em Boa Viagem não deixa de remeter a elementos fundamentais na história da ocupação e do uso do bairro – que, como se viu, teve sua praia ocupada em razão da busca de espaço de exclusividade pelas antigas elites, e sua transformação, pela associação com a modernidade, já que o acesso às praias dava-se quase exclusivamente por meio de veículos privados. Em nossa pesquisa, de uma amostragem de 31 entrevistados moradores da Zona Sul, 15 eram de famílias tradicionais ou herdeiros da “aristocracia do açúcar”⁴⁸.

Observando de perto certos espaços emblemáticos das elites de Boa Viagem (loja de alta costura Dona Santa, Galeria Marco Zero, Galeria Joana D’Arc, restaurante Tasquinha do Tio, Cabanga Iate Club etc.), e em contato direto com seus frequentadores, foi possível ainda tomar conhecimento de muitas famílias tradicionais moradoras da Avenida Boa Viagem e da Rua dos Navegantes, locais marcados quase homogeneamente por prédios luxuosos e modernos. Algo mencionado nas entrevistas é que essas famílias, em um passado mais ou menos recente, foram alguns dos agentes transformadores do panorama da praia e do gabarito de suas construções: as antigas casas de veraneio, de que eram proprietárias, deram lugar aos prédios de luxo em função de uma vontade de modernidade encontrada no seio das antigas elites.⁴⁹

Importa chamar atenção para o fato de que o perfil percebido sobre o morador de Boa Viagem, mesmo genérico e estereotipado, destaca pontos importantes sobre a sociabilidade e o modo de vida de seus habitantes. Essa discussão será desenvolvida adiante, mas enfatizamos, de antemão, que esse conjunto de características e preconceitos – atribuídos ao sujeito abstrato da Zona Sul, que se manifestariam, em alguma medida, nos comportamentos sociais, nas

⁴⁸ Um de nossos intermediários enunciou o seguinte comentário: “Em Boa Viagem mora o novo dinheiro, que também é velho... Você me entende?”. A frase sintetiza uma compreensão mais complexa do bairro sobre a qual este capítulo pretende discutir: Boa Viagem não seria definida apenas como o lugar para onde pessoas em ascensão social vão morar, mas também como um território de famílias tradicionais ligadas à aristocracia ou a uma parcela da burguesia do período imperial, cujos nomes se tornaram emblemáticos. Como demonstrado anteriormente, essas famílias fizeram da Zona Sul, primeiro, um balneário para deleite exclusivo de grupos seletos, que buscavam um contato idílico com a natureza, e, depois, o símbolo de uma modernidade, associada, inicialmente, ao carro, e mais tarde à proliferação de empresas multinacionais e marcas importadas, em concentração muito maior do que na Zona Norte, que tiveram no shopping center (o Shopping Center Recife) o exemplo dessa vida “cosmopolita”.

⁴⁹ É digna de nota e sintomática a diferença na escolha de nomes dos edifícios da Zona Norte e da Zona Sul: enquanto no primeiro caso, como já mencionamos, existe uma forte presença de nomes evocativos do passado colonial e do universo da cana-de-açúcar; no segundo, há predileção por nomes de pintores, escritores famosos, destinos, castelos ou países europeus, mas também nomes próprios de pessoas que eram proprietárias de casas no terreno, isto é, personagens dessa antiga elite tradicional. A associação desses nomes ao passado histórico que os teria eternizado, contudo, não costuma ser explícita. É muito comum a adoção de apenas um nome, desacompanhado do sobrenome que o conferiria sua hereditariedade, valor importante entre as famílias burguesas, isto é, o de perpetuar no tempo sua existência enquanto unidade (BOURDIEU, 2008, p. 70-71).

práticas de gosto e no modo de vida de seus moradores --, é o ponto de partida da análise aqui empreendida.

A fragmentação social na Zona Sul do Recife não ocorre - apenas - pela vizinhança direta entre diferentes classes sociais e suas moradias dentro de um mesmo bairro, mas sim por meio de uma configuração espacial que combina continuidade e ruptura históricas. Embora a transição entre a área mais valorizada e seu entorno não seja abrupta, ela é nitidamente perceptível, marcada por uma mudança progressiva, mas bem definida, na paisagem urbana e no perfil socioeconômico dos moradores. Há uma gradação de padrões residenciais, que vai dos edifícios de classe média alta para os prédios de feições mais simples, alguns em estado de decadência, que são ocupados por uma classe média baixa, além daqueles edifícios habitados por classes populares - como o exemplo do Edifício Holiday. A mesma lógica aplica-se no âmbito comercial - edifícios empresariais, com fachadas sofisticadas, que servem tanto ao comércio de luxo, como ao popular. Esse contraste, ressaltamos, evidencia-se à medida que se percorre a região, delineando as fronteiras sociais internas a ela.

Essa organização espacial obedece ao que pode ser chamado de “lógica das bordas duras (*hard-looking edges*)”, que Butler & Robson (2003, p. 102) descrevem como fronteiras físicas e simbólicas que delimitam grupos sociais e restringem sua interação. Na área mais valorizada da Zona Sul, essas bordas não são apenas infraestruturais – como muros, portarias e vias de acesso restrito – mas também sociais e simbólicas, refletindo hierarquias socioeconômicas que organizam a circulação e apropriação do espaço.

Contudo, ao contrário do que ocorre no caso das *juxtaposed localities*, em que diferentes classes sociais habitam áreas vizinhas de forma explícita, em Boa Viagem os grupos sociais não moram lado a lado de maneira integrada, mas limitam-se a compartilhar certos espaços públicos, como a orla e a praia.

A proximidade física, portanto, não se traduz em integração social significativa. A praia é acessível e amplamente frequentada por moradores de diferentes partes da cidade, especialmente de bairros populares, que chegam de transporte público. Já os moradores da área mais valorizada frequentam pouco a praia. Percebe-se que a segregação, mesmo nos espaços supostamente compartilhados pelo seu caráter público, não deixa de existir. Assim, evidencia-se um cenário em que circulam diferentes grupos sociais, mas dentro de circuitos distintos e com apropriações diferenciadas do território (*Bridge*, 2006, p. 1975). Ao se referir à beira-mar, Manoel, 43 anos, dá testemunho da segregação nestas palavras:

Sobretudo quando a gente olha a praia. Quando você for à praia aqui, dá pra sentir um pouco as ilhas e as segregações, claramente. Então aqui na frente tem uma barraquinha que dá muita gente alternativa. Como é o nome dessa barraquinha? É Pingo. Que eu gosto bastante. Aqui é logo aqui, né? Hoje deve estar fechado. Aí você vai indo no sentido Zona Sul e você tem umas mais seletizadas, etc. Se você for sentido Zona Norte, aí você vai chegar ali na entrada de Brasília Teimosa, Buraco da Véia e tal, que é super popular.

“Ilhas de segregação”, portanto, é como se poderia descrever as distâncias entre a elite e o popular, na praia de Boa Viagem e Pina. I que se observa não é um espaço homogêneo e igualmente acessível a todos, mas um território estruturado por barreiras invisíveis que regulam a presença, a permanência, as formas de interação e os padrões de sociabilidade entre os diferentes perfis sociais.

Essa dinâmica também se reflete na percepção dos moradores sobre suas próprias vizinhanças. Socorro, empresária do setor de energia privada, 61 anos, moradora da região, descreve sua localização utilizando dois adjetivos contrastantes: bonita e perigosa. Sua residência, localizada no Pina, tem vista para a comunidade de Brasília Teimosa, mesmo distante. Ela expressa, sem hesitação, o desejo de que essa vizinhança deixasse de existir, argumentando que o espaço “quebra com a beleza do bairro”. Embora não estabeleça explicitamente uma relação de causa e efeito entre sua percepção da praia e sua escolha de não frequentá-la, sua fala sugere que a presença dessa comunidade popular tem influência na sua relação com o espaço.

Quando questionada sobre as preferências de lazer, Socorro afirma evitar a praia de Boa Viagem, optando por passar seu tempo livre em praias mais distantes e desertas do litoral pernambucano. Algumas das quais, conta, “descobriu” por acaso durante um passeio no barco da família. Quando não está veraneando, prefere desfrutar de momentos de lazer no Cabanga Iate Clube⁵⁰, utilizando suas piscinas em vez do mar.

Essa escolha não apenas reforça o afastamento da entrevistada no que tange à sociabilidade da orla urbana, mas também evidencia um padrão recorrente entre as elites da cidade, que tendem a transformar a experiência do lazer em uma prática de distinção social. A valorização de uma praia vazia⁵¹ sugere um processo de apropriação seletiva dos espaços

⁵⁰ Clube de velejo tradicional do Recife. Localiza-se na fronteira entre o rio e o mar recifenses.

⁵¹ Assim como Boa Viagem foi uma descoberta exótica no início do século XX, um território cujo acesso dependia de recursos e móveis específicos, hoje podemos encontrar esse mesmo exotismo em praias como Serrambi e Muro Alto. São faixas litorâneas quase tomadas por corredores estreitos e limitados, distantes uns dos outros, cujos percursos podem ser atravessados por carros até certo ponto graças aos muros ou cercas privados que delimitam o terreno. Em geral, são pouco frequentadas, e atrativas justamente por sua privacidade e pelos poucos e seletos grupos que podem acessá-las. Hoje, em Muro Alto, existem pousadas e hotéis de luxo ao redor e o acesso é ainda mais restrito graças às propriedades que atravessam o terreno. A descoberta de espaços vazios, exclusivos, privativos, sempre esteve presente como vetor de busca distintiva das frações de classe dominante, formas de

naturais, em que o isolamento e a exclusividade são elementos simbólicos significativos para a experiência de lazer. Da mesma forma, a preferência por um clube náutico estruturado, em detrimento da praia pública, traz a ideia de uma busca por um ambiente controlado, regulado por critérios de pertencimento e acesso restrito.

Nesse sentido, a fala de Socorro exemplifica a relação paradoxal de certas frações das elites com os espaços públicos da cidade: embora vivam próximas à praia e valorizem a paisagem marítima como parte da figuração estética do bairro, sua apropriação do litoral ocorre de maneira seletiva, muitas vezes distante dos espaços mais populares e acessíveis.

Além das distinções sociais explícitas nos discursos apresentados, a própria arquitetura da orla reforça essa segregação. Os condomínios de alto padrão não apenas controlam acessos e impõem barreiras físicas imponentes, mas também se apropriam de uma estética urbana que privilegia o afastamento e a exclusividade. Os edifícios, com elevados muros e fachadas impenetráveis, muitas vezes constituem verdadeiros paredões que se fecham para a rua, impedindo qualquer interação visual ou espacial entre os moradores e os aqueles que fogem.

Dessa forma, as barreiras simbólicas tornam-se ainda mais rígidas, materializando as diferenças sociais e limitando as possibilidades de contato entre os grupos. A praia, embora publicamente acessível, é atravessada por códigos implícitos que reforçam dinâmicas de exclusão. Ao invés de um território compartilhado, ela se configura como de maneira

ressaltar a singularidade desses grupos” sensíveis” o suficiente para fruir o contato intimista com a natureza. As praias massificadas, nesse sentido, fazem oposição aos recantos remotos procurados pelas frações dominantes; elas são como “playgrounds”, banalizadas pela frequência de diferentes grupos sociais, sobretudo os mais populares, que ao invés da “verdadeira conexão com a natureza”, fazem um uso leviano e profano desse mundo supostamente “puro”, “seminal”, “originário” que são a natureza e o mar na percepção desses grupos de elite.

A fala de Humberto neste sentido é sintomática: “Porto de Galinhas já está com os dias contados. Aquilo ali é a massificação do turismo...”. Ele fala sobre sua preferência por Serrambi, que afirma ser um local tranquilo, “sem edifícios, restaurantes ou comércio ambulante”, o que torna o local mais agradável para ele. Outra fala reveladora, e ainda mais contundente, é a de Dona Lara: “Minha casa foi perto de Maria Farinha, há muitos anos. Era tipo Carneiros, na época, todo mundo ia para lá.

Entrevistador: Sobre essa casa em Maria Farinha, tu resolveu se desvencilhar dela em que ano?

D.L.: Há vinte anos atrás eu vendi ela.

E.: E o que te motivou?

D.L.: A família não queria mais ir. Tudo é moda, tudo são momentos. Começou Tamandaré, agora já é Carneiros. A vida é sempre mudanças, a vida são momentos. E esses momentos vão... vão surgindo novos valores.

E.: E quais seriam esses valores?

D.L.: Valores, assim... todo mundo vai para aquela praia. Aquela praia tem gente bonita, gente que gosta das coisas boas, como, agora, em Carneiros, acontece esse grande Réveillon. É uma maneira de chamar todo mundo que tem condições para participar... são essas mudanças.

Dona Lara expõe em sua fala um movimento de busca e abandono de espaços exclusivistas, neste caso, as praias pernambucanas: Porto de Galinhas, talvez a mais famosa; Tamandaré, ... Carneiros, ... São todas praias do litoral sul, difíceis de acessar pelas casas e hotéis que ocupam e delimitam seu terreno, tornando estreitos e raros os caminhos de acesso. Trata-se de uma questão complexa, uma brecha legal na Legislação brasileira, que, apesar de proibir a privatização da faixa de areia, viabiliza o cercamento da parte anterior ao areal, tornando raras as entradas.

segmentada, onde cada grupo ocupa um espaço delimitado, mantendo sua identidade e distinção intactas.

Essa estrutura de segregação estende-se para a apropriação dos espaços públicos. Embora a praia seja formalmente um espaço aberto e acessível, sua ocupação revela distinções claras: enquanto trabalhadores informais e moradores de bairros periféricos fazem uso intensivo da área, a classe média alta residente tende a se apropriar dos espaços privados, como clubes e áreas de lazer fechadas. Av. Boa Viagem e Rua dos Navegantes, assim, funcionam como bordas duras, criando barreiras, ao mesmo tempo, materiais e simbólicas. Por extensão, a praia e a orla supõem falsamente um lugar de encontro e sociabilidade para diferentes grupos, já que sua coexistência se dá de forma segmentada e hierarquizada.

Os bairros de Boa Viagem e Pina revelam um padrão de segregação complexo e visível, com uma malha urbana entremeada por favelas e comunidades populares, enquanto sua extensa faixa praieira é frequentada por grupos diversos, principalmente moradores da periferia da cidade e, em especial, de comunidades próximas, como a de Brasília Teimosa, bairro contíguo ao Pina. Essa justaposição territorial não se traduz em interações sociais significativas. É importante pontuar que essas praias (Boa Viagem, Pina, Brasília Teimosa, bem como as de Jaboatão dos Guararapes, não abordadas aqui) são acessíveis por meio de transporte público e, por isso, recebem um grande volume de pessoas de diversas classes sociais.

No decorrer desta análise, examinaremos três posturas distintas, mas vizinhas, das frações da elite que possuem uma tendência de sociabilidade semelhante em relação à praia, encontradas nas respostas dos moradores da parte rica dos bairros do Pina e Boa Viagem. Exploramos questões como acesso ao lazer, consumo e interações cotidianas, tendo sido possível perceber como tentam se distanciar, de diversas formas, do estereótipo do morador da zona sul, ao mesmo tempo que reforçam a lógica de vizinhança desagregada pela forma como se relacionam entre si e com o mar.

4.1 A Praia como Paisagem de Status e Espaço de Sociabilidade Seletiva

O fenômeno da segmentação da praia em Boa Viagem e Pina está alinhado à observação de Butler e Robson (2003, p. 124) sobre áreas gentrificadas de Londres, onde espaços públicos são altamente valorizados em termos simbólicos e imobiliários, mas não necessariamente “utilizados” pelos seus habitantes. Os autores comentam essa relação instrumental entre espaço

público e status: “Não se trata de usar o espaço; trata-se de possuí-lo – ou, ao menos, de ter uma reivindicação sobre ele por meio da proximidade” (Butler; Robson, 2003, p. 86).

Em bairros gentrificados de Londres, a valorização imobiliária se baseia na existência de espaços públicos bem cuidados e visualmente agradáveis, mas que a elite mantém à distância em seu dia-a-dia. Eles se tornam, essencialmente, “paisagens de status”, mais do que locais de uso real. A esse respeito, um dos entrevistados no estudo de Butler e Robson (2003, p. 86) afirma: “É maravilhoso ter uma casa com uma vista tão impressionante. Raramente passo muito tempo ao ar livre, mas aprecio saber que o parque está ali, aberto e disponível caso eu queira usá-lo algum dia”.

Na fala da maioria dos nossos entrevistados, um ponto se sobressai: a frequência da praia de Boa Viagem demanda requisitos característicos dos grupos da elite, por exemplo, a preferência por áreas calmas, não barulhentas, frequentadas por poucas pessoas. Ademais, nos finais de semana, quando a praia encontra-se no auge de sua frequência por populares – principalmente, por ser o principal e maior espaço público da cidade –, os moradores de Boa Viagem optam por sair da parte urbana, à procura de praias mais exclusivas.

A casa de praia, neste sentido, se torna um refúgio exclusivo, no qual a experiência da natureza é filtrada por uma curadoria voltada ao conforto e à privacidade, bem como ao distanciamento das necessidades práticas (um uso contemplativo e marcadamente discreto, distante da “algazarra”, práticas “excessivas”, “espalhafatosas”, “barulhentas” e “festivas” da praia urbana). Esse contraste evidencia como a elite constrói barreiras simbólicas ao redefinir o que é considerado um “uso legítimo” do espaço natural, tal como posto por Michetti e Netto (2023) – a praia é evitada, enquanto a praia particular se torna um espaço de lazer “autêntico” e refinado.

Essa dinâmica mostra como as elites locais criam estratégias para minimizar ou controlar os momentos de interação indesejada. Adotam práticas que lhes permitem usufruir do espaço público de forma seletiva, garantindo um nível de conforto que passa, muitas vezes, por evitar a proximidade com determinados segmentos sociais. Isso se dá por meio de escolhas específicas, como a frequência em horários de menor movimento, a concentração em determinados trechos da orla onde há menos circulação de pessoas de camadas populares, ou mesmo a interação restrita ao contato com vendedores ambulantes, que fornecem um serviço funcional sem gerar proximidade social.

Luizinho, 43 anos, ex-usineiro, empresário e proprietário de um museu a céu aberto, expressa uma relação predominantemente estética com a praia, destacando a paisagem como um dos principais atrativos de morar em Boa Viagem:

“Então Boa Viagem é mais um atrativo visual... (...) É. Gosto do calçadão, gosto do visual na frente, é arborizado... eu moro num andar baixo, então você tem uma sensação de casa, né, eu vejo as pessoas em tamanho natural, diferente de morar num andar muito alto, que parece que você tá meio que isolado. Então, eu gosto dessa coisa de estar vendo gente passando, o mar na frente. É agradável, né? Mas, ao mesmo tempo, tem aquela coisa do barulho, da movimentação. É uma troca.”

Questionado se vai à praia, ele admite: “Pouco. Vou às vezes, mas não sou um frequentador assíduo. (...) Eu fico mais ou menos em frente a (tal localidade) um pouquinho ao norte da...”. É interessante pontuar que, por outro lado, Luizinho tem por hábito viajar aos fins de semana para sua casa em Serrambi, praia frequentada por pessoas de classe alta, ou para sua casa de campo, que é a antiga casa grande da usina que pertencia à família. Isso endossa o que foi mencionado anteriormente a respeito das estratégias das elites para evitar outras classes, enquanto buscam lugares mais exclusivos e distintos, frequentados por semelhantes.

A fala de Richards, 32 anos, herdeiro de uma parte significativa de uma das maiores redes varejistas do país e de um vasto território da família anteriormente ocupado por uma fábrica têxtil, evidencia essa relação com a praia:

Não, não uso muito a praia, não. É tipo quem tem piscina em casa, sabe? No começo, usa, depois perde a graça. Eu moro aqui, mas praticamente não venho. Sei lá, acho meio parado, eu gosto de estar sempre fazendo alguma coisa. Se for pra vir, é coisa rápida, ficar muito tempo aqui não faz sentido pra mim. E tem aquele negócio também, tem uns cantos que ficam muito cheios, prefiro evitar.

Se Luizinho aprecia a paisagem, mas restringe sua frequência à praia a momentos e locais específicos, Richards leva essa lógica ao extremo: a praia, para ele, já perdeu qualquer atratividade enquanto espaço de lazer. Sua presença ali é quase irrelevante, e sua principal preocupação parece ser evitar locais movimentados. Ambas as falas evidenciam a forma como as frações da elite moldam sua relação com a praia de maneira seletiva, assegurando que sua apropriação do espaço público ocorra de forma confortável, o que implica em não interagir com outros grupos sociais.

Dessa forma, a praia de Boa Viagem reflete o que Butler e Robson (2003) descrevem em Londres: um espaço público acessível a todos, mas apropriado e usufruído de maneira desigual. Não há interdição formal ao seu uso, mas sim um conjunto de práticas sutis que modulam a convivência, reduzindo ao mínimo a interação com aqueles que não pertencem ao mesmo círculo social.

É digno de nota que Richards também frequenta Serrambi nos fins de semana, além de, anualmente, fazer viagens para praticar surf em Bali – o que demonstra que, tanto para Luizinho quanto para Richards e outros entrevistados, tratam-se de pessoas que apreciam o mar e a praia, mas que buscam um tipo de consumo alinhado a suas preferências estéticas e sociais, que envolvem o gosto por lugares em que há valorização do silêncio, da preservação da privacidade e de um uso mais comedido do ambiente.

Emanuelle, 50 anos, auditora de contas do estado, moradora da Avenida Boa Viagem, também verbaliza evitar a praia à sua frente, ao passo em que, como os demais entrevistados, também cultiva o gosto por viajar para Serrambi aos fins de semana – quase uma unanimidade entre os membros das frações de elite entrevistadas, tanto da Zona Sul quanto da Zona Norte:

Olha, quase nunca eu vou aqui na frente. Na praia mesmo. Eu uso mais o calçadão pra prática de esporte. (...) Todo final de semana a gente vai, só... eu só não vou quando tem algum evento aqui. Quando tem um casamento aqui, um aniversário, uma coisa de algum amigo, alguma coisa que a gente precise ficar. Mas fora isso, eu não fico aqui. Eu vou pra lá.

Para ela, a experiência na casa de praia adquire o caráter de uma apreciação minimalista, com a escolha consciente de evitar recursos tecnológicos que pudessem macular o contato “puro” com a natureza e as demais pessoas:

Primeiro que é aquela casinha com a... com aquela energia praieira, né? A vibe praianazinha que eu curto demais. É uma casa que foi toda feita para o descanso. A gente não utiliza assim... Lá não tem Netflix, não tem Apple TV, não tem essas coisas. Então a gente utiliza bastante a casa, a área externa. A gente se reúne muito. Justamente por não ter essas coisas dentro da casa, a maioria fica fora da casa, a gente se reúne muito. E o contato com a natureza, o mar na porta, aquele barulho, isso me acalma demais.

É possível notar, nessa fala, uma valorização do “rústico”, tido como autêntico, com a apropriação de elementos que remetem a um estilo de vida simples, muitas vezes idealizado como sofisticado por camadas sociais urbanas mais privilegiadas. Miqueli Michetti e Michel Nicolau Netto discutem essa questão em “Os Mundos da Distinção”, no livro *Distinção e Globalização* (2023), debruçando-se sobre a reinterpretação da simplicidade pela elite no contexto do turismo de luxo, que se apropria de elementos culturais e naturais para obter experiências diferenciadas: o luxo se redefine através da experiência “exclusiva”, que muitas vezes se apoia na ideia de uma conexão mais pura com a natureza e a cultura local.

Na fala de nossa entrevistada, a ausência de plataformas para consumo audiovisual e o incentivo à socialização não são indícios de uma precariedade, mas sim de uma escolha ativa de afastamento frente ao consumo de entretenimento de massa, reforçando uma identidade que rejeita os excessos da modernidade urbana enquanto investe na diferenciação simbólica. A

praia, nesse sentido, surge como um espaço de descanso não apenas físico, mas simbólico, no sentido de se “desconectar” e afastar da “artificialidade” do cotidiano urbano. A ausência de determinadas comodidades tecnológicas não representa uma privação, mas sim uma escolha ativa, baseada em um ideal de autenticidade.

Tal movimento para lugares exclusivos corresponde ao mesmo anseio que inspirou as elites do século XIX a buscar balneários marcados por sua “raridade” para fugir da cidade, sobre a qual tinham opiniões negativas, como já comentado anteriormente (Souza, 2008; Caldeira, 2008; Berman, 2012). O depoimento a seguir, também de Emmanuelle, ilustra bem essa postura de ressalva ou aversão aos espaços públicos por causa da imprevisibilidade dos encontros:

Praças e parques aqui eu não frequento. Isso aí a gente faz mais quando viaja mesmo. Por incrível que pareça também, quando meu filho morava em São Paulo, eu ia muito para os parques para a gente fazer as atividades físicas. Morava próximo a um parque, todos os dias eu ia para aquele parque. Eu andava muito a pé, me deslocava demais a pé em São Paulo. Porque lá você é favorecido até pelo clima. Hoje eu moro próxima à minha academia, mas eu não consigo andar com esse sol na minha cara. Eu vou chegar lá derretida, morta, queimada. E as calçadas péssimas. Você sai andando pisando cocô de cachorro, aí a calçada cheira a xixi, sabe? De cachorro, e isso você tá vendo numa rua dos Navegantes, né? Que é o quintal do pessoal que tá morando na avenida. Então, assim, eu acho que tá difícil aqui em Recife você usar isso de uma maneira confiável, com segurança.

A diferença na maneira como a entrevistada se relaciona com os espaços públicos de Recife e São Paulo pode ser compreendida à luz dos mecanismos de distinção social, nos quais a escolha de frequentar determinados espaços e evitar outros não ocorre de maneira aleatória, mas está orientada por códigos de classe que definem o que é percebido como um ambiente confortável e legítimo para o lazer. Como apontado por Bourdieu (2008), os gostos e preferências não são meramente individuais, mas expressam disposições socialmente estruturadas que reforçam fronteiras simbólicas entre grupos sociais.

Em São Paulo, parques como o Ibirapuera e o Villa-Lobos são espaços valorizados pelas classes médias e altas, atraindo um público socioeconômico semelhante ao da entrevistada. A afinidade eletiva de gostos, e o conforto e a conexão dela decorrentes, cria um ambiente de familiaridade e pertencimento, em que as normas de convivência e os hábitos dos frequentadores operam sob os critérios da ordem e da previsibilidade. Assim, esses parques são vistos não apenas como locais de lazer, mas como extensões de um estilo de vida validado socialmente, funcionando como campos de reafirmação de *habitus* e capital cultural, capital econômico e estilos de vida (Bourdieu, 2008).

Bourdieu (2011, p. 87) explica esse fenômeno através da ideia de cumplicidade ontológica, que expressa o ajuste pré-reflexivo entre *habitus* e estrutura social, permitindo que

condutas se alinhem a fins sociais sem intenção consciente. O habitus, incorporado e estruturado ao longo da trajetória social, predispõe-se quase que “naturalmente” às estruturas sociais objetivas distribuídas no espaço social, possibilitando a inserção em certos espaços geográficos e ajustando-se a determinados campos de classe, de modo que os indivíduos sintam-se naturalmente pertencentes a esses lugares.

Essa configuração é descrita pela noção de fragmentação da vizinhança, um fenômeno que redefine as interações urbanas e o acesso ao espaço público. Em cidades marcadas por desigualdades socioespaciais, como Recife e São Paulo, os locais de lazer deixam de ser espaços compartilhados e passam a refletir a segmentação dos grupos sociais, reforçando o distanciamento entre diferentes camadas da população. A rejeição a espaços percebidos como “populares” e a busca por ambientes mais homogêneos criam ilhas de convivência seletiva, nas quais o pertencimento é mediado pelo capital cultural e econômico e pelo reconhecimento mútuo entre os frequentadores. Assim, o que poderia ser um espaço de encontro e diversidade urbana se fragmenta em territórios de lazer hierarquizados, nos quais a socialização ocorre dentro de limites implícitos de classe. É justamente essa dinâmica que explica o fato de nossos entrevistados de elite não se sentirem confortáveis na praia de Boa Viagem, buscando outras opções com as quais se identificam..

Outras falas muito similares declaram que a localização da moradia, beneficiária da vista do mar, é recorrentemente associada a ideias de privilégio, bem-estar, gratidão, status social, conexão com a natureza e até mesmo conexão com o divino. Todavia, apesar de a praia e o mar surgirem como “paisagens de status”, dificilmente os entrevistados os associam à expressão de riqueza, isto é, o endereço na costa como símbolo máximo da ascensão.

É de forma muito sutil que a moradia em um ambiente que representa o ápice da espacialização concreta do espaço social abstrato surge. Isso porque, como veremos, um dos princípios do campo do poder é a denegação do econômico. Todavia, é justamente quando se fala sobre a praia que essa denegação e o que ela recalca, a riqueza e o capital econômico, começam a surgir – como na seguinte fala, enunciada por Bibiana, 60 anos, cujo sobrenome remete a uma família da antiga aristocracia italiana,⁵² hoje advogada e no passado proprietária de uma importante fábrica de massas:

Olha, é uma liberação, viu. É absolutamente fantástico. Inclusive tem uma... eu não sei se ela é uma socióloga também, ela tava explicando o quanto a visão das pessoas, visão efetivamente do órgão, tá? O quanto a visão nossa tava diminuindo. O foco tava

⁵² A entrevistada tem consciência da importância e do antepassado de seu nome, ao evocá-lo em dado momento da conversa.

diminuindo. Porque nós vemos de uma amplitude muito estreita, é basicamente um apartamento pro outro, uma casa pra outra... a gente vive naquela selva de pedra, mesmo. E ela disse da importância de você olhar o horizonte. Você amplia a sua visão, a sua órbita. E isso é uma coisa muito boa, um exercício que você faz... sem contar o ar puro, né?.

Ao enfatizar a ampliação do horizonte e a libertação proporcionada pela paisagem aberta – em contraste com a experiência da “selva de pedra” –, a fala sugere uma diferenciação tácita entre aqueles que vivem confinados em espaços urbanos densos e aqueles que desfrutam de um ambiente amplo e arejado, como uma residência de frente para o mar. Assim, o ato de “olhar o horizonte” torna-se marcador de uma posição social diferenciada, pois sugere um estilo de vida mais privilegiado, menos restrito física e simbolicamente. A própria ideia de que a visão se amplia e o foco se expande pode ser concebida metaforicamente como uma ampliação da própria experiência de vida, uma benesse que não está acessível a todos simbólica ou economicamente.

O discurso de Bibiana, entretanto, vai no sentido de não enfatizar o aspecto material. A referência a uma explicação sociológica, por exemplo, pode ser lida como o uso do capital cultural para, além de demonstrar a familiaridade com referências culturais e científicas que auxiliam a legitimação de sua morada, apagar o aspecto econômico. Dessa forma, a fala não apenas expressa uma sensação subjetiva de bem-estar, mas também funciona como um mecanismo de distinção social. Assim, o privilégio de morar de frente ao mar tem valor simbólico, mas acessível somente pelo capital econômico.

Cláudia, 56 anos, arquiteta, e Eduardo, 57 anos, médico e professor universitário, casados e ambos vindos de famílias tradicionais, já moraram na Avenida Boa Viagem, de onde optaram sair, e hoje moram em um prédio localizado em uma das ruas que se localizam entre a citada avenida e Avenida Conselheiro Aguiar, a qual serve como fronteira entre a área nobre em que os entrevistados se encontram e as porções de Boa Viagem que não estão imbuídas por esse peso simbólico e não conferem status social tão proeminente. Assim, Cláudia afirma:

Ah, por exemplo, o nosso prédio, a gente sempre brinca que nosso prédio é um passo... todo mundo que vinha morar aqui, na verdade vinha morar aqui com olho na Avenida Boa Viagem. Muita gente com poucos anos de... Eu acho que a avenida é o sonho da classe média, entende? Ter uma hora, na vida, que tem grana suficiente pra comprar um apartamento e vai-se embora pra avenida. Eu acho que a parada é essa, sabe?.

A fala enuncia que o prédio onde moram é percebido como uma “etapa” rumo à orla, evidenciando a Avenida Boa Viagem como o ápice da mobilidade social na hierarquia residencial da cidade e objetivo “natural” para aqueles que melhoram de vida. Porém, esse movimento é visto sob uma ótica negativa pelo casal, pois o desejo de demonstração de riqueza

e mobilidade social se tornam explícitos. Essa percepção negativa coaduna com o comportamento de que as classes dominantes frequentemente negam a motivação econômica por trás de suas escolhas, preferindo justificá-las por razões simbólicas, culturais ou estéticas. Esse mecanismo é visível na fala de Cláudia:

Por exemplo, você mora na avenida Boa Viagem por que? Porque é lindo, porque realmente é lindo, quando eu vou ver os trabalhos, as obras nas casas dos clientes, porque eu vou pra casa dos clientes pra ver as obras, eu fico olhando o mar, realmente é uma delícia. Só que você não fica quando você mora. Você não faz isso. Ou seja, tipo, as pessoas fazem das tripas coração pra ir morar na avenida pelo status. Sem dúvida. Porque ninguém fica parado olhando o mar, ninguém fica....

Desse modo, apesar de reconhecer a beleza da orla, ela sugere que quem mora lá não aproveita a paisagem como um objetivo em si, deslegitimando a motivação estética e reduzindo a escolha a uma operação ostentatória. Essa crítica à “obsessão” por morar na Avenida Boa Viagem funciona como um distanciamento da lógica econômica, um recurso comum entre aqueles que já internalizaram o pertencimento a um espaço social superior. Na mesma esteira, Eduardo verbaliza:

Eu acho que o perfil da pessoa que vai... a gente não pode generalizar, mas o perfil da pessoa que vai morar na Avenida Boa Viagem eu acho que, de forma geral, é o perfil de quem dá importância a demonstrar a riqueza. Porque você podia dizer, porra, eu quero morar na Avenida Boa Viagem porque é de frente pra praia, tudo bem. Mas a gente sabe que o camarada morar ali... Eu morei décadas na Avenida Boa Viagem e isso não fazia diferença. Fazia quando você chegava, chamava as pessoas pra fazer uma festa na sua varanda e todo mundo dizia ‘ai, que coisa maravilhosa.

Assim, Cláudia e Eduardo, ao minimizarem a importância de morar na avenida, reforçam um novo capital simbólico, o da indiferença e da familiaridade com o privilégio, uma forma sutil de reafirmar sua posição sem recorrer a símbolos óbvios de status. Esse deslocamento da valorização do espaço para uma crítica ao seu uso como signo de status pode ser interpretado como uma estratégia de distinção das classes estabelecidas em relação aos recém-chegados. Isso se manifesta na ironia com que descrevem a busca obsessiva por esse endereço, desqualificando implicitamente aqueles que veem a mudança para a avenida como um objetivo de vida.

As falas analisadas revelam um jogo simbólico complexo: enquanto a Avenida Boa Viagem opera como um marcador de status e de ascensão social para muitos, aqueles que já passaram por essa experiência tendem a rejeitar a carga econômica e ostentatória a ela associadas. Essa negação do econômico e da importância simbólica da moradia insere-se em uma lógica de distinção social na qual o verdadeiro privilégio não é propriamente morar na

Avenida Boa Viagem, mas poder tratá-la como trivial, sem a necessidade de reafirmar constantemente o pertencimento ao seletto grupo das elites que lá residem.

4.2 O arbítrio cultural: o esforço pela sofisticação e estilização como chaves para o reconhecimento como parte das elites

Bourdieu (2008, 2017, 2019) afirma que o estudo de um campo específico revela mecanismos universais aplicáveis a todos os campos sociais. Assim, ainda que não tenham exatamente as mesmas regras específicas, nem as mesmas questões de interesse, todos os campos operariam segundo regras gerais aplicadas a casos específicos. Um desses mecanismos inerentes a todos os campos é a luta entre os pretendentes, recém-chegados ou candidatos ao ingresso a, e os indivíduos já dominantes em determinado grupo. Esta dinâmica é marcada pela tentativa de novos agentes de participar e obter posições melhores no campo, movimento resistido pelos indivíduos dominantes, que buscam manter o poder sobre as regras que permitem o ingresso e a ascensão dos agentes.

O campo é formado por questões de interesse que são específicas de cada campo, tornando-o distinto de outros campos e, em alguns casos, mesmo incompreensível, absurdo ou revoltante para os que dele não participam. Também é estruturado por posições que independem, ao menos parcialmente, dos agentes que ocupam as posições. O fator determinante para que os agentes possam ocupar essas posições é ser possuidores das propriedades requisitadas por um campo. No campo da arte, as posições dominantes são necessariamente ocupadas por pessoas possuidoras de alto capital cultural e, adicionalmente, do simbólico, tributário do primeiro. Um exemplo estudado por Bourdieu é o de um estilista famoso da alta costura da França que tentou participar do campo da alta cultura: apesar do grande capital simbólico advindo do seu renome no campo de origem, este não foi suficiente para que galgasse a posições equivalentes no campo de destino (2019). O crivo pelo qual deve passar o contendor que almeja ingressar no campo da arte ou da cultura, por exemplo, é possuir alto capital cultural, o que será julgado pelo conjunto de regras e valores mantidos pelos agentes dominantes no campo e que compõem o arbítrio - “cada campo impõe um preço de entrada tácito” (Bourdieu, 2017, p. 141). O contendor pode buscar se submeter a esse crivo ou desafiá-lo, mas esse desafio nunca é total: isso equivaleria a ameaçar o campo de extinção. Sem campo, o desafiante perderia o círculo almejado, bem como seu investimento para a inserção, tornando-a inútil.

A crença nos valores do campo é condição crucial para sua existência, pois ele só é formado quando há diversos agentes nele engajados. Para isto é necessário o efeito da *illusio*: a capacidade de reconhecer a existência do jogo e de suas regras e valores relevantes, bem como a capacidade de estar no jogo e de estar disposto a dar tudo de si para ele, sem necessariamente realizar cálculos interessados. A lógica utilitarista não se presta a pensar o campo.

Nossa pesquisa observou que há uma disputa pelo direito de entrada no campo das elites do Recife que pode ser observada pelos diferentes graus de inclusão e adaptação de recém-chegados ao grupo, ou seja, pela reação dos e aos indivíduos emergentes, bem como dos que se afastaram ou caíram do campo. Existe um arbítrio cultural no seio da elite recifense que define as regras e valores que devem ser partilhados pelos seus membros e que determinam a aceitação dos aspirantes. Esse arbítrio é comum às frações da elite na Zona Sul e na Zona Norte, ainda que com algumas variações. Foi possível delinear parte de um conjunto de valores e práticas que compõem esse arbítrio através da saturação de recorrências identificadas em nossas entrevistas quanto às práticas que os entrevistados valoravam negativa ou positivamente, em particular as que estavam direta ou indiretamente implicadas nos gostos considerados legítimos e no estilo de vida particular dessas frações da elite.

Esse arbítrio é reconhecido pelos membros do campo. Como colocou Marcela, dona de empresa de publicidade e pesquisa de mercado, 59 anos:

Entrevistada: Conheço muita gente que não nasceu rico e que sabe se comportar, como conheço também os doidos, que não têm... que acha que o dinheiro basta. Doido, né? Que não é assim, viver em sociedade não é isso, é respeitar todo mundo e saber como viver.

Pesquisador: Então você acha que tem como ter bom gosto tardiamente?

Se a pessoa quiser, tem. Se a pessoa se interessar, tem. Agora, se a pessoa tem uma crise de autossuficiência achando que o dinheiro traz tudo... não traz, não.

Não, ninguém nota, não. Porque se a pessoa for gente boa, as marcas que vão ficar vão ser boas. Marcas de quem trabalhou e chegou lá. Com dificuldade. É muito o olhar, é como a arte. É a convivência com as amigas... Tem uma pesquisa aí que diz que o grupo de amigas... Pode olhar no shopping, 5 amigas andando, e 5 amigos, os 5 amigos no shopping todos tão com camisa polo, [...] tão tudo de camisa preta, as meninas tão de sandália alta, [...] tão de vestido longo... então a convivência é que é o segredo do negócio. A observação, a convivência. Com esforço e boas influências se consegue... mas é difícil.... não impossível.

A questão que se nos apresenta é: como indivíduos emergentes ou oriundos de famílias humildes flexibilizam seu *habitus* e aprendem a internalizar os códigos da elite do Recife a ponto de serem aceitos em seus círculos, enquanto outros não atingiram a inclusão no meio? Guilherme e outros entrevistados sobre os quais escreveremos são exemplos de integração bem-sucedida, enquanto outros, como Sebastião, são do segundo caso. Diante dessas trajetórias,

perguntamo-nos sobre quão flexível é o *habitus*, sobre o impacto das experiências de socialização tardias em sua formação e sobre o esforço deliberado de indivíduos de atingirem sua própria sofisticação como forma de passe de entrada para a inclusão nos círculos da elite, como nos casos que abordaremos.

A teoria de Bourdieu de *A Distinção* se mostrou útil para pensar os casos dos endinheirados emergentes que lograram atingir no máximo um contato modesto com o campo das elites, sem serem aceitos como membros plenos (como Sebastião e outros), assim como se mostrou frutífero para refletir sobre os motivos da rejeição ou aceitação da Zona Sul por parte de moradores da Zona Norte. Até aqui, este quadro teórico não havia sido mobilizado em sua integridade, pois fora desafiado por exemplos de agentes que obtiveram êxito ou caminharam para encontrar um lugar entre os estabelecidos, algo que o próprio Bourdieu analisou. Isto é, o sociólogo não se debruçou apenas sobre aqueles que fracassaram em maior ou menor grau na adaptação ao grupo ou espaço social, mas também sobre os que obtiveram sucesso, sendo estes agentes que souberam instrumentalizar seus capitais ou que passaram por mudanças em suas estruturas de capitais. O atual capítulo discutirá os exemplos dos inadaptados, ou daqueles que não souberam manejar as regras do campo.

Para aqueles que souberam se adaptar, Bourdieu fala de uma sofisticação do estilo de vida, ou, em suas palavras, “estilização da vida”. Um exemplo é Isadora, vinda do Ceará, que diz ter vindo de uma “classe média organizada”,⁵³ não abastada, sendo filha de um industrial, que, ao chegar em Recife, sentiu certo deslocamento diante dos pais de amigas suas da escola, quando lhe perguntavam acerca de sua família. Sua fala caminha no sentido de ressaltar certo “tradicionalismo” atribuído à cidade de Recife, percebido por ela como uma força coercitiva, ou seja, que se traduzia na exigência de códigos de comportamento, determinados gostos considerados requintados, além da filiação a sobrenomes tradicionais ou reconhecidos, que suporiam a incorporação natural dos códigos referidos. Isadora relata:

Então, o fato de eu não ter família no Recife, ter família conhecida menos ainda, [...] isso foi uma coisa que dificultou minha relação social e aceitação na sociedade pernambucana, que sempre foi muito rígida, muito tradicionalista e muito reacionária pra minha cabeça, o que eu acho até hoje. Com 19 anos de idade, eu não sabia o que era um psiquiatra, mas uma amiga minha foi e eu resolvi saber o que era um psiquiatra. Cheguei lá com 19 anos de idade, aí ele me perguntou: Isadora, você veio fazer o quê aqui? Eu disse: conhecer um psiquiatra. Ele riu e disse: Isadora, ninguém vem pra

⁵³ “Classe média organizada” são palavras de Isadora e parecem abrandar sua verdadeira condição social. Em seu relato, como veremos, é possível perceber que, em sua juventude, Isadora já manifestava disposições bastante sofisticadas: senso de si, certa curiosidade afinada a uma agudeza intelectual e uma segurança ontológica típicas de certas frações da classe média-alta. O mal-estar que diz sentir diante de suas colegas e familiares destas parece evidenciar certo fechamento das elites de Recife aos forasteiros, mesmo semelhantes de classe. Seu caso diz respeito mais a um deslocamento geográfico do que social.

psiquiatra conhecer psiquiatra, a pessoa vem pra psiquiatra porque tem algum motivo. Aí eu disse: pois eu não tenho, que eu siba, nenhum, a não ser que eu estou muito cansada de ser simpática. Ele chamava, chama-se ainda - [por]que ele tá vivo e é uma pessoa brilhante - Marcos Mendonça. Aí ele deu uma risada e disse: pronto, vamo começar por aí? E daí começou uma terapia... E daí, eu aprendi que eu estava sendo simpática porque não me achava aceita pela sociedade e não sabia de nada, mas no meu inconsciente, claro que eu sentia. Chegar, por exemplo, na casa de amigas minhas... que eu nunca fui rica, mas sempre fui uma classe média organizada, meu pai vivia bem e tal, vivíamos muito bem, e eu, então, frequentava a sociedade através de amigas minhas de colégio. Quando eu chegava, que alguma amiga minha me apresentava às mães, elas diziam - eu toda bonitinha, novinha, organizadinha, imagine, dez anos até 15, 16, 17 -... aí me perguntavam: você é filha de quem? Adiantava eu dizer, que eles não sabiam quem era? Quem eram os dois? Aí eu dizia: olhe, eu acho que a senhora não conhece, era essa a minha conversa. Eu acho que a senhora não conhece meu pai, minha mãe, porque eles não são daqui, não. Eles são do Ceará. Quando eu dizia - sabe esses risinhos de canto de boca? Como quem diz “gentalha de quinta”? E aquilo me maltratava. Eu não sabia que tava sendo maltratada por isso, muito nova, muito inocente, e eu, então, ficava mais simpática do que era com todo mundo, aí eu tava cansada de ser simpática com 19 anos de idade. Então a terapia me ensinou a dizer não, e daí pra frente, meu filho, eu perdi o medo. Então é o seguinte, pra mim, hoje, “não é não” e “sim é sim” mesmo. Se você não gosta, o problema é seu, saia, porque eu sou eu e acabou, entendeu? Precisei desenvolver esse conhecimento e essa experiência pra sobreviver, porque o machismo sempre foi muito grande, o tradicionalismo também...

Se a fala de Isadora enfatiza o forte lastro tradicionalista como eixo de integração social de certos grupos do campo das elites, o que nos interessa é que trunfos são passíveis de ser mobilizados para a aceitação de novos integrantes. Isto é, como se dá entre pessoas em ascensão não apenas a apropriação de uma capacidade de estilização da vida, mas de flexibilização do habitus que atravessa. Em seu caso, bem sucedido, o passe social pode ser traduzido por uma estilização de vida que conjuga as boas maneiras, isto é - de forma grosseira, por exemplo - sua simpatia, com o rigor de suas opiniões e escolhas diante dos outros, a sofisticação de sua postura no interior do grupo do qual faz parte. Isadora é uma senhora que, apesar de sua visão crítica sobre a vida e população recifenses, soube se integrar muito bem ao grupo a que pertencia.

Assim, por “estilização da vida”, segundo Bourdieu (2008, p. 56; 2013, p. 76), entende-se o controle e a neutralização das necessidades econômicas do cotidiano que possibilitam uma maior tendência para escolhas mais elaboradas por parte dos agentes, isto é, certa sofisticação das faculdades individuais e das diversas escolhas de gosto e prática social, como já discutido anteriormente. Como elaborado no capítulo teórico, Bourdieu (2013, p. 75) afirma que não se trata de uma disposição subjetiva, mas uma “objetividade interiorizada”, pois constitui-se a partir de condições específicas livres necessidades prementes. Assim, tal disposição é liberada para aqueles que dispõem de certo capital econômico que configura uma condição de existência relativamente ociosa para investir em atividades “sem função”, possibilitando o acúmulo de novos capitais, sobretudo o cultural em suas várias facetas (a institucionalizada, ou doura, e a

mundana, isto é, própria das boas maneiras). Contudo, nem todos são exitosos no processo de ascensão ou incorporação dessas novas disposições estéticas ou estilizações da vida, principalmente entre aqueles considerados emergentes, mas tal fenômeno não exime aqueles que vêm de família tradicional ou abastada, apesar de suas chances serem maiores por estarem convivendo com outras propriedades em sua formação primária.

A afirmação de que qualquer um é capaz de “aprender o bom gosto”, como dito em outras palavras por Marcela, nos permite retomar a noção de *habitus* a fim de apontar e questionar leituras deterministas do conceito bourdieusiano. Faz-se oportuno levantar aqui a discussão acerca de sua conceituação, especialmente para dissipar significações acachapantes que nossa própria argumentação, involuntariamente, possa ter trazido ao longo da escrita desta tese. Portanto, em paralelo ao tema da estilização da vida e o aprendizado de um manejo sofisticado dos capitais disponíveis - de que dispõem os sujeitos entrevistados aqui -, pretendemos abordar, como pano de fundo, o conceito de *habitus*, delimitando-o sob o expediente de que não se confunda com a simples ideia de injunção social.

4.3 A complexidade do *habitus* e os dilemas da disposição na análise empírica

Com a teoria do *habitus*, Bourdieu propõe delimitar uma ferramenta conceitual capaz de mediar a complexa relação entre indivíduo e coletividade, entre subjetividade e objetividade, ao apresentar o *habitus* como um sistema de disposições adquiridas que orienta a percepção, a ação e os julgamentos dos agentes. Ele é a “história feita corpo”, isto é, “história encarnada nos corpos” (Bourdieu, 2001, p. 184), ou seja, um conjunto de esquemas adquiridos ao longo da trajetória social do indivíduo, que confere certa previsibilidade às suas ações, sem, no entanto, determiná-las rigidamente. O *habitus*, longe de ser um destino fixo, é uma estrutura aberta e adaptável, capaz de integrar novas experiências e transformações históricas.

Loïc Wacquant (2007), ao reconstruir a noção de *habitus*, identifica quatro equívocos comuns. Primeiro, a crença de que ele seria um reflexo mecânico das estruturas sociais, quando, na realidade, ele é flexível e sujeito a transformações. Segundo, a ideia de que seria sempre coerente e unificado, ignorando as tensões internas que podem surgir conforme os agentes transitam por diferentes espaços sociais. Terceiro, a suposição de que o conceito serve apenas para explicar a reprodução social, sem levar em conta sua capacidade de capturar processos de crise e mudança. Por fim, o erro de considerá-lo isoladamente, sem sua relação dialética com os campos sociais onde se insere.

Ao contrário de interpretações equivocadas que veem o habitus como um mecanismo fixo e imutável, Bourdieu enfatiza que ele é durável, isto é, permanece mesmo em situações de transformação social, mas não é estático ou eterno (Wacquant, 2007, p. 67). As disposições constituídas pelo habitus podem “ser corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas” (Wacquant, 2007, p. 67), por exemplo, quando os indivíduos precisam adaptar suas disposições a novos contextos. Wacquant (2007, p. 67) observa, contudo, que o habitus não se altera de maneira abrupta, posto que é “dotado de uma inércia incorporada”, isto é, suas disposições tendem a reproduzir práticas moldadas pelas estruturas sociais que as geraram, funcionando como um prisma que filtra novas experiências e sobrepõe camadas sucessivas de disposições. Esse caráter sedimentado, segundo o autor, explica por que os esquemas adquiridos na infância têm um peso desproporcional na formação dos indivíduos.

Além disso, o habitus não garante uma adaptação perfeita ao meio social, podendo haver um descompasso entre suas disposições e as novas condições que os agentes enfrentam. Essa defasagem cria momentos de perplexidade e desajuste, mas também abre possibilidades para a mudança e a inovação social. Bourdieu (2000) ilustra essa dinâmica em seu estudo sobre a Argélia, em que descreve como o deslocamento de camponeses para o ambiente urbano-industrial desestabilizou habitus tradicionais, forçando uma reconfiguração identitária e social. No trabalho referido, Bourdieu percebe como a migração forçada e a entrada no mundo industrial criaram um choque nas disposições dos camponeses, colocando-os diante de um universo cujas regras não dominavam completamente, forçando assim a improvisação e a adaptação (Bourdieu, 2000).

A análise de Bourdieu sobre a Argélia permite ilustrar essas questões de maneira concreta. A colonização e a modernização econômica não apenas desestabilizaram o habitus camponês tradicional, mas também forçaram a construção de novas disposições em resposta ao ambiente urbano-industrial. Os camponeses deslocados experimentaram um desajuste entre suas disposições incorporadas e as exigências do novo meio, um fenômeno que Bourdieu descreve como uma “histerese do habitus”. A histerese do habitus se dá quando há um descompasso entre esquemas de percepção e ação forjados no passado e um presente que impõe desafios inéditos, levando à incerteza e à necessidade de novas estratégias de adaptação (Bourdieu, 2012a; 2012b; 2001). Esse descompasso gerou incerteza, mas também novas estratégias de adaptação, demonstrando que o habitus não é um mero reprodutor da ordem social, mas um sistema de disposições que pode se reconfigurar diante de mudanças estruturais, podendo permanecer ou não no interior de uma nova situação objetiva.

Se o habitus se constitui como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis” que serve de motor, ao integrar “todas as experiências passadas”, de “percepções, apreciações e ações” (Bourdieu, 2002, p. 261), ele pode, apesar de filtrar a experiência do sujeito, ter sua configuração desmantelada pela “exposição a novas forças externas” (Wacquant, 2007, p. 67). Percebemos, por exemplo, tanto a permanência ou persistência de habitus primários quanto sua alteração, nos entrevistados, sobretudo quando deslocados para um novo contexto social e econômico. Importa aqui apontar a dimensão polêmica do conceito bourdieusiano, colocando-o em questão a respeito da facilidade com que os sujeitos transformam suas disposições, estando mais ou menos abertos à transformação. Este é o teor do debate proposto, por exemplo, por Lahire (2002, 2006, 2012), ao colocar em relação o conceito de habitus, de Bourdieu, e a ideia de patrimônios disposicionais. Não é pretensão desta pesquisa responder à celeuma, mas indicar perspectivas que vêem nas disposições uma maior flexibilidade, ao contrário da aparente rigidez do habitus remetida à Bourdieu.

Para Lahire (2002, 2006, 2012), se a teoria do habitus de Bourdieu demonstrou ser uma ferramenta poderosa para compreender a articulação entre estrutura e agência, o debate subsequente em torno de sua suposta rigidez, na visão do autor, levou a reformulações e desdobramentos importantes. Bernard Lahire (2002, 2006, 2012), ao propor a noção de patrimônios disposicionais, questiona a ideia de um habitus coerente e unificado, sugerindo que os indivíduos incorporam um repertório diverso de disposições adquiridas em múltiplos contextos de socialização, muitas vezes contraditórios entre si. Seu deslocamento teórico enfatiza a fragmentação da experiência social contemporânea, tornando mais evidente a fluidez com que os sujeitos mobilizam suas disposições em diferentes situações.

Muitos veem essa abordagem como uma ruptura com Bourdieu, dado que Lahire substitui o conceito de habitus e desloca o foco para a multiplicidade das disposições individuais. No entanto, é possível interpretá-la também como uma ampliação do projeto bourdieusiano, uma vez que mantém a noção de que os agentes incorporam disposições sociais ao longo da vida e que essas disposições são moldadas pelas estruturas sociais e históricas. Se Bourdieu já reconhecia que o habitus não era monolítico e podia ser transformado em situações de crise,⁵⁴ Lahire leva essa ideia adiante ao argumentar que os indivíduos não apenas modificam

⁵⁴ Como Wacquant (2007, p. 68) escreve, a respeito do suposto determinismo do habitus de Bourdieu, que ele “nunca é a réplica de uma única estrutura social, na medida em que é um conjunto dinâmico de disposições sobrepostas em camadas que grava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados na vida de uma pessoa”. As camadas disposicionais constituídas pelo habitus nos sujeitos nem sempre se harmonizam, podendo gerar tensões internas e momentos de desajuste. Wacquant chega a usar palavras do

suas disposições ao longo da vida, mas também mobilizam diferentes registros disposicionais de forma simultânea, dependendo do contexto.

A teoria de Lahire não deve ser vista apenas como uma crítica a Bourdieu, mas como um esforço para torná-la mais sensível à complexidade da experiência social contemporânea, na qual as trajetórias individuais são marcadas por múltiplas socializações e por um dinamismo maior do que aquele inicialmente previsto pelo conceito de *habitus*. Por fim, não é dispensável dizer, a tensão entre *habitus* e patrimônio disposicional não anula a contribuição de Bourdieu, mas aponta para uma sociologia que reconhece tanto a persistência quanto a fragmentação das disposições, e que problematiza novos métodos para a análise das práticas sociais em uma realidade cada vez mais complexa e heterogênea.

No caso dos entrevistados nesta pesquisa, por exemplo, é evidente que as práticas ou gostos alimentares daqueles que tiveram uma origem popular não desapareceram com a ascensão social. Houve um deslocamento do sentido dessas práticas: elas passaram a ocupar dimensões muito privadas dessas pessoas, como o almoço em família no dia de domingo. Por outro lado, em seus cotidianos, pelo menos nos daqueles que foram bem aceitos nos círculos das elites, a alimentação não deixou de ter uma tendência a se organizar cada vez mais segundo os imperativos de distinção, controle e moderação característicos das frações dominantes socialmente consolidadas. Já os que não foram bem-sucedidos nessa transição, mantiveram antigas práticas, como a frequência de restaurantes caros, mas marcados por uma culinária dita popular.⁵⁵

Se o *habitus* continua sendo a chave para compreender a gramática invisível das práticas, a noção de patrimônio disposicional permite acompanhar de modo mais fino a forma como os agentes negociam, atualizam e até mesmo reprimem certas disposições diante das novas condições sociais que se impõem. Os entrevistados nesta pesquisa demonstram esse jogo de aproximações e distanciamentos entre antigos e novos hábitos, sua antiga classe e o novo patamar que passam a ocupar.

próprio Bourdieu, que afirma que o *habitus* pode “falhar” e “ter momentos críticos de perplexidade e discrepância” (Bourdieu apud Wacquant, 2007, p. 69).

⁵⁵ Por exemplo, restaurantes como Ilha da Kosta, Pizzaria Atlântico, entre outros, que têm como carro chefe pratos como filé à parmegiana, frango à cubana, lasanha à bolonhesa ou ao molho quatro queijos etc, carregados de muita fritura e abundantes em caloria. Além disso, esses restaurantes parecem tentar emular uma sofisticação que acaba sendo percebida como muito excessiva, como a presença de um pianista, as toalhas usadas como guardanapos etc. Bourdieu (2008) lembra que é próprio das classes dominadas buscarem aproximar seu consumo das classes dominantes, nem que seja na forma de *símile*.

Entretanto, para dar conta da heterogeneidade interna destes percursos, é necessário ir além da unidade pressuposta pelo *habitus*. É nesse ponto que as contribuições de Bernard Lahire (2002, 2006, 2012) se tornam fundamentais. Ao propor a noção de patrimônios disposicionais, Lahire rompe com a ideia de uma estrutura unificada e destaca que os indivíduos mobilizam disposições diversas, por vezes contraditórias, adquiridas em diferentes contextos de socialização.

Essa abordagem nos permite observar nos dados empíricos situações em que antigas práticas alimentares, por exemplo, persistem em espaços privados, mesmo entre indivíduos bem-sucedidos na incorporação dos códigos estéticos da elite tradicional. Tais tensões entre permanência e transformação não anulam a importância do conceito de *habitus*, mas exigem uma leitura mais fina de sua articulação com os contextos de ação e das disputas simbólicas em jogo.

A teoria de Lahire é especialmente útil para interpretar casos de entrevistados cujas práticas não se alinham de forma automática com a origem de classe. Ao evidenciar a multiplicidade das disposições incorporadas, Lahire permite entender como sujeitos mobilizam registros distintos segundo o contexto: um mesmo agente pode recorrer a práticas marcadas por distinção estética em certos espaços e, ao mesmo tempo, conservar práticas associadas à sua origem popular em outros.

Por exemplo, práticas alimentares adquiridas no interior de famílias com menor capital econômico e cultural – como almoços tradicionais em dias de domingo ou frequência de restaurantes populares – não desaparecem necessariamente com a ascensão social. Em alguns casos, são ressignificadas e deslocadas para esferas mais íntimas, enquanto nas situações públicas os mesmos sujeitos aderem aos códigos estéticos mais aceitos entre as elites consolidadas. A presença de tensões, ambivalências e até contradições entre esses registros evidencia que as disposições não são harmoniosas por definição: elas podem entrar em conflito e exigir escolhas, repressões ou acomodações, conforme os contextos e as pressões simbólicas.

Nesse sentido, a proposta de Lahire não se opõe frontalmente à de Bourdieu, mas explicita aspectos já reconhecidos por ele, como a possibilidade de perplexidade, desajuste e transformação do *habitus* (Wacquant, 2007, p. 67-69). A diferença está no grau de ênfase atribuído à pluralidade e à simultaneidade das disposições. Enquanto Bourdieu trabalhou principalmente com regularidades geradas por socializações coerentes (como nas classes populares ou dominantes tradicionais), Lahire volta-se à fragmentação da experiência social

contemporânea, propondo que as análises atentem mais aos contextos de uso de cada disposição.

A abordagem aqui adotada se filia a essa leitura ampliada: reconhece tanto a durabilidade das disposições quanto sua reconfiguração, mas entende que a origem de classe é determinante para o posicionamento social dos sujeitos nos diferentes espaços e grupos – isto é, consideramos, em nossas análises, as experiências duráveis identificadas nos entrevistados.. Os dados empíricos revelam como as experiências de trânsito entre zonas distintas da cidade, instituições educacionais, formas de lazer e padrões de consumo geram repertórios híbridos, nos quais se cruzam, por exemplo, o gosto por restaurantes refinados e o apego à comida “de casa”; o desejo de aceitação pelas elites e a valorização crítica da origem popular.

Em vez de conceber o *habitus* como uma matriz unívoca, os casos analisados demonstram como ele pode operar como um campo de tensões, no qual convivem simultaneamente disposições antigas e novas, sedimentadas e emergentes, reproduzidas ou contestadas. Essa interpretação nos permite compreender melhor os modos pelos quais as frações de elite recifense lidam com o pertencimento, a distinção e as disputas simbólicas associadas ao espaço urbano e ao estilo de vida.

4.4 Estilização da vida: os casos bem-sucedidos encontrados em nossa pesquisa

O caso de Isadora é emblemático no sentido de uma adaptação à classe tradicional, tendo incorporado plenamente suas exigências e requisitos tácitos, bem como seus códigos. Ela convive ou conviveu com as principais famílias pernambucanas. Estudou em colégios tradicionais que, apesar de terem deixado de existir, foram dotados de renome no passado. Apesar do desconforto sentido em sua convivência até os 19 anos, como relata, a ponto de procurar um psiquiatra, o manejo de sua abordagem foi fundamental para a constituição de uma estilização singular da sua vida. “Estou cansada de ser simpática” é uma fala significativa que implica os esforços de alguém que tentava agradar, mas desconhecia as engrenagens movidas pelos códigos sociais em jogo no campo em que convivia. Mesmo não sendo de Pernambuco, sua família conquistou uma relevante influência política no Estado. Em parte, pode-se dizer, a assimilação dos códigos e requisitos do campo em que estava inserida, junto ao manejo das “boas maneiras” (sua “simpatia”), seu modo de ser (“a menina bonitinha de laços”) etc., podem ser considerados entre as razões para sua adaptação e a integração de sua família.

A estilização da vida, enquanto princípio estruturante da distinção social, não se manifesta apenas nos modos de ser e interagir, mas também nos espaços que os indivíduos habitam. A sofisticação do comportamento nas mais variadas expressões de práticas simbólicas, como vestuário, culinária, decoração, práticas esportivas e outras é acompanhada por um refinamento estético que se estende ao ambiente doméstico, convertendo a organização do espaço em um marcador simbólico de pertencimento. O caso de Villa ilustra esse fenômeno ao revelar como a estetização da vida se inscreve no cotidiano e é percebida socialmente como um indicativo de status.

Isadora demonstra que a estilização da vida pode se constituir ao longo do tempo, tornando-se um meio de passagem ou inclusão no campo das elites, não sendo necessariamente uma estratégia, pois não é de todo consciente – muito embora possa sê-lo para algumas pessoas, que são impelidas pela boa vontade cultural. Essa boa vontade pode ser vista como pretensiosa, diminuindo as chances de sucesso no processo de aceitação. “Over” é uma expressão utilizada recorrentemente pelos entrevistados para qualificar essas pessoas “pretensiosas”: ansiosas por se distinguirem, serem aceitas, mobilizando para isso recursos estéticos e comportamentais e assumindo certas práticas de gosto nos mais variados âmbitos (como opção por moradia, decoração, vestimenta, ostentação de veículos luxuosos etc.).

Um exemplo que reforça esse mecanismo é o de Villa, cuja casa sempre despertou elogios por seu refinamento estético, sendo muitas vezes associada não apenas ao prestígio e reconhecimento de sua família, mas à sua condição econômica. Isto é, seu bom gosto é, muitas vezes, ligado a uma questão de riqueza. Villa refuta essa relação automática, apontando que a sensibilidade notada em seu lar resulta do apuro estético de sua mãe, arquiteta, cuja formação e prática profissional orientaram a composição visual do ambiente. Seu argumento parece naturalizar o gosto como uma herança familiar, e não como uma disposição própria da classe burguesa, ou seja, de certas condições de existência que permitem o envolvimento com práticas não produtivas. A decoração sofisticada, os móveis selecionados e a organização cuidadosa dos espaços não são meramente produtos de uma acumulação de bens, mas sim expressões de uma disposição estética, que se manifesta como um saber aparentemente natural e legitimado dentro do campo das elites. As aptidões de Villa foram e são desenvolvidas em condições materiais que permitem a ociosidade, isto é, que lhe concedem tempo livre para ser usado de forma lúdica.

A presença de mobília herdada, quadros pintados por membros da família e uma coerência estética visível na disposição dos objetos indicam que o refinamento não é apenas um traço individual, mas um elemento transmitido intergeracionalmente. Assim como Isadora

precisou desenvolver e aperfeiçoar sua estilização para ser aceita no meio social recifense, o caso de Villa exemplifica a maneira pela qual a disposição estética pode ser absorvida no ambiente doméstico e reforçada pela convivência, tornando-se um marcador de distinção social. Trata-se de um marcador social ainda mais forte porque naturalizado – isto é, incorporado de forma inconsciente – ao longo da vida, através de relações íntimas e precoces com o meio cultural, artístico e intelectual em que o indivíduo está inserido, especialmente no seio familiar. Essa incorporação espontânea da herança sensível ou estética da família contribui para a formação da disposição estética, tornando os sujeitos mais seguros e à vontade com determinadas práticas culturais. Esse processo não se reduz a uma simples transmissão mecânica de conhecimentos, mas envolve a internalização – gradual e contínua, o que torna o processo quase imperceptível – de esquemas de percepção e apreciação, conferindo autoconfiança no manejo dos códigos culturais e na expressão do gosto – o que, na perspectiva bourdieusiana, pode ser entendido como uma forma de capital cultural incorporado.

Esse processo demonstra que a aceitação nas elites ocorre pela capacidade de mobilizar e expressar um *habitus* ajustado às disposições estéticas e simbólicas legitimadas pelo campo das elites. Tanto na dimensão individual, como no caso de Isadora, quanto na esfera familiar e intergeracional, como no caso de Villa, a estilização da vida opera como um princípio de reconhecimento e distinção. Nesse sentido, não é apenas expressão de um privilégio preexistente – embora reforce a hierarquia social ao consolidar as diferenças simbólicas entre aqueles que compartilham do *habitus* da elite e aqueles que permanecem à sua margem –, mas pode ser gradualmente apropriada ou reconfigurada, e muitas vezes apenas de maneira parcial, por agentes em deslocamento social. No caso de Isadora, por exemplo, sua trajetória social lhe conferia certas disposições e um conforto advindo de um capital econômico sólido, mas, por vir de outro território e espaço social, precisou reorientar suas práticas e esquemas de percepção para ajustar-se às exigências e aos capitais específicos desse novo campo, sendo bem sucedida nesse processo, apesar das adversidades.

Por sua vez, Villa afirma:

Quando ia pra casa das outras pessoas, eu conseguia ver a diferença entre [nós], mesmo que eu soubesse que essa pessoa fosse até mais privilegiada, eu conseguia ver a diferença entre a casa dela e a casa de uma arquiteta... que foi arquitetada por alguém.

Sua fala evidencia como a estilização da vida, vale reiterar, manifesta-se como um critério de distinção, tornando-se um marcador simbólico que separa aqueles que possuem uma disposição estética refinada dos que apenas acessam bens materiais sem um código de gosto

legitimado. Por outro lado, Villa surpreende-se com o fato de possuir certo capital social, isto é, ser aceito em círculos restritos de famílias tradicionais da cidade. Ele afirma que não entende como pessoas tão “importantes e ricas” podem simpatizar com ele, tomando-o como companhia. Para nós, as afinidades eletivas lançam uma luz sobre essas relações. As pessoas referidas por Villa identificam-se com suas práticas e gostos, vendo-o como alguém próximo, parte de certo universo de referências simbólicas distintivas. Podemos mesmo afirmar que o estranhamento do entrevistado decorre da percepção mais ou menos consciente de que se tratam de famílias antigas e tradicionais com alto capital econômico, além do cultural, enquanto sua família vem de um processo de ascensão mais recente, que possui recursos econômicos mais limitados comparados aos de seus amigos.

A estilização da vida, enquanto princípio estruturante da distinção social, não se manifesta apenas nos modos de ser e interagir, mas também nos espaços que os indivíduos habitam. A sofisticação do comportamento, do vestuário e das escolhas culturais é acompanhada por um refinamento estético que se estende ao ambiente doméstico, convertendo a organização do espaço em um marcador simbólico de pertencimento. O caso de Villa ilustra esse fenômeno ao revelar como a estetização da vida inscreve-se no cotidiano e é percebida socialmente como um indicativo de status.

De outra maneira, trazemos a trajetória de Liana, 48 anos, proprietária de uma renomada loja de decoração em um dos shoppings mais luxuosos da cidade e que compõe o grupo de moradores da Zona Sul que associam, sem pudor, a mudança para essa região a uma afirmação de status econômico. A trajetória de Liana evidencia como esse processo pode ser construído ao longo do tempo, refletindo um investimento consciente na sofisticação como meio de inclusão e reconhecimento. Ela vem de um processo de ascensão social que possibilitou o desenvolvimento de sua disposição estética. Sua família, originária do interior, passou por mudanças significativas até consolidar uma posição mais estável e confortável, sendo que seu pai começou a trabalhar cedo para sustentar a família e, já adulto, investiu em negócios próprios, tornando-se empresário no setor de transporte e comunicação. Essa trajetória refletiu-se diretamente na vida de Liana, a qual teve acesso a uma escolarização melhor e, posteriormente, conseguiu aprimorar sua sensibilidade estética e estilo de vida.

Desde a adolescência, ela sentia um incômodo com a decoração de sua casa, percebendo que o ambiente não correspondia ao que ela desejava expressar socialmente. Ela recorda:

Eu não gostava da decoração da minha casa. Eu aperreei minha mãe, aperreei, aperreei, aperreei, até a gente ir numa loja de decoração e comprar os móveis. A gente trocou a sala inteira pra eu poder me sentir bem na casa.

Sua insatisfação não partia de uma inspiração concreta, mas sim de um desconforto em relação ao próprio espaço: “Não tinha nada pra me inspirar”. O desejo de mudança, nesse contexto, não era apenas uma questão estética, mas também um reflexo da percepção de que o ambiente doméstico poderia ser um fator de distinção social. Antes dessa transformação, Liana evitava receber amigos em casa: “Eu não queria levar meus amigos porque minha casa era feia”.

Diferentemente de Villa, cuja casa já era um reflexo da sensibilidade estética de sua mãe arquiteta, Liana precisou construir essa sofisticação ao longo do tempo. A ausência de referências diretas à arquitetura ou ao design em sua família fez com que sua disposição estética fosse desenvolvida de forma mais intuitiva, baseada na observação e na tentativa de criar um ambiente próximo dos padrões que reconhecia como legítimos.

Além do ambiente, a alimentação também se torna um marcador relevante na construção de um estilo de vida sofisticado: enquanto o pai de Liana valorizava refeições fartas e associava o ato de comer à abundância, ela desenvolveu uma perspectiva distinta, na qual a experiência gastronômica deveria ser pautada pelo refinamento e pela apresentação cuidadosa:

Meu pai gosta de comida pesada, já eu prefiro pratos mais leves, mais bem elaborados. Gosto de cordeiro, pato, pratos com uma preparação mais cuidadosa. No dia a dia, eu opto por carnes magras e bem feitas.

Essa mudança de gosto ilustra a transição de um *habitus* mais próximo do gosto popular para uma disposição estética mais refinada, na qual a alimentação deixa de ser apenas um meio de saciar a fome e passa a ser uma expressão de sofisticação e pertencimento ao campo das elites.

A trajetória de Liana revela como a estilização da vida pode ser construída e aprimorada ao longo do tempo. Seu investimento na transformação do ambiente doméstico e na valorização de um consumo estético mais seletivo demonstra que a estilização da vida não é apenas reflexo de uma posição social herdada, mas também um esforço ativo de adaptação e incorporação de distinções legitimadas. E, de fato, ela foi tão bem sucedida na incorporação das disposições estéticas das elites que seus esforços foram reconhecidos, passando ela a ser integrada aos espaços de sociabilidade dessas elites.

Assim, tanto na dimensão individual, como no caso de Liana, quanto na esfera familiar e intergeracional, como no de Villa, a estilização da vida opera como um critério de reconhecimento e distinção. A preocupação com a decoração da casa, a alimentação e o

refinamento das escolhas cotidianas reafirmam a hierarquia social ao consolidar diferenças simbólicas entre aqueles que internalizam os códigos da elite e os que permanecem à margem desse universo.

Se é por demais evidente que a arte oferece-lhe seu terreno por excelência, ocorre que, em todas as áreas da prática, pode exprimir-se a intenção de submeter as pulsões fáceis e as necessidades primárias à depuração, ao requinte e à sublimação; além disso, em todos os domínios, a “estilização da vida”, ou seja, o primado conferido à forma sobre a função que conduz à denegação da função, pode produzir os mesmos efeitos. Em matéria de linguagem, é a oposição entre a espontaneidade popular e a linguagem altamente censurada da burguesia, entre a busca expressionista do pitoresco ou do efeito e a opinião preconcebida da moderação e da simplicidade fingida – em grego, *litótes*. Verifica-se a mesma economia de meios no uso da linguagem corporal: ainda neste aspecto, a gesticulação e a pressa, a aparência e as mímicas, opõem-se à lentidão – “os gestos lentos, o olhar lento” da nobreza, segundo Nietzsche – à moderação e à impassibilidade que é a marca da altivez. E, o gosto primário, inclusive, organiza-se segundo a oposição fundamental com a antítese entre a quantidade e a qualidade, a comilança e as iguarias, a matéria e as maneiras, a substância e a forma. (Bourdieu, 2008, p. 168).

As diferenças de classe podem ser observadas de modo bastante revelador através do âmbito da alimentação. No que tange a esse aspecto, em geral os entrevistados percebem que há uma diferença entre as classes no conteúdo da alimentação, contudo essas diferenças são concebidas e explicadas de formas diferentes a depender da fração de classe. Para abordar essa questão, podemos nos inspirar no livro *Uneasy Street: The Anxieties of Affluence* (2017), de Rachel Sherman, a qual apreende duas formas distintas de relacionamento das elites em face de pessoas de classes populares: orientados para cima (upward-oriented) e orientados para baixo (downward-oriented). Os primeiros tendem a naturalizar a desigualdade, evitando reconhecer explicitamente seus privilégios e utilizando termos eufemísticos como “sortudos” ou “afortunados” para explicá-lo. Já os orientados para baixo (downward-oriented) tendem a demonstrar preocupação com as desigualdades, mencionando desconforto e uma percepção de que a alimentação adequada é fruto de sua posição privilegiada.

Em nosso caso, parte dos entrevistados relaciona-se com a pobreza encaixando-se no grupo dos orientados para baixo, sendo pessoas que em geral destacam-se por um elevado capital cultural, mesmo que também possuam alto capital econômico. Enquanto esse grupo, no livro de Sherman, é marcado por pessoas que por amizade ou origem social têm um maior contato com pessoas de classe popular e, por esse motivo, expressam uma postura de maior preocupação e “sensibilidade”, no caso da presente pesquisa operacionalizamos o conceito de outra forma, tratando-se de pessoas que tinham em comum um alto capital cultural, mas que apresentavam outras características que os diferenciavam e os tornavam mais complexos. Parte desse grupo, inclusive, por vezes demonstrou concordância com ideais meritocráticos, porém

tinha cuidado em expressar sua opinião de forma a não parecer preconceituosa. Houve também pessoas que teceram fortes opiniões críticas sobre a situação de desigualdade social do país. Ambas as parcelas, entretanto, colocavam a dificuldade do acesso à informação e ao próprio alimento como explicações para as diferenças de alimentação entre as classes populares.

Um ponto sobre nossos entrevistados downward-oriented que merece destaque é o fato de que, quando questionados sobre se haveria diferenças de alimentação entre as classes, eles a reconheciam, mas, justamente por seu alto capital cultural, não as explicavam pela ótica de um gosto ou propensão natural, evitando expressar hierarquizações ou juízos de valor negativos. Entretanto, quando interpelados sobre os restaurantes que gostavam de frequentar e aqueles que evitavam – sendo uma das perguntas especificamente sobre quais lugares consideravam “cafona” e o que pensavam a respeito de alguns restaurantes do Recife –, eles externalizavam nítidas hierarquias que expressavam rejeição aos restaurantes apreendidos como populares. É preciso destacar, contudo, que nesse aspecto não eram os ambientes e práticas de consumo dos pobres que eram rejeitados, mas aqueles das classes médias, com as quais já é possível estabelecer competição, uma vez que a prática de realizar refeições em restaurantes já demonstra uma possibilidade de sair da necessidade e poder fazer escolhas. Por isso, ao acessarem o âmbito do consumo, as classes médias, ou altas ascendentes, que frequentam restaurantes passam a ser hierarquizadas a partir das escolhas por restaurantes tidos como vulgares, marcados pelo gosto popular ou os sofisticados, nos quais a comida não é o fim em si mesmo.

A entrevistada Liana expressa perceber diferenças consideráveis na alimentação entre as classes, realizando mesmo uma separação entre o que seria “alimentar-se” e “encher a barriga” – o que poderíamos entender como diferenciação entre “legítimo” e “vulgar” –, mas adota uma postura de evitar a culpabilização das classes populares por seus hábitos alimentares e não naturaliza esses hábitos reduzindo-os a uma questão de gosto inato:

“A gente vê no nosso dia a dia pessoas que entram no supermercado e pegam uma latinha de Coca-Cola e um Biscoito Treloso para almoçar. Então, para essa pessoa, o conceito de alimento dela é um conceito de qualquer coisa que enche a barriga, que a barriga pare de roncar. Isso pra eles é um alimento e a gente sabe que alimento não é isso. Alimento é diferente de comida. Tem muita gente que, pela sua necessidade e poder aquisitivo, tem a necessidade de encher a barriga, e outras conseguem se alimentar. Eu acho que essa é a grande diferença. O rico tem escolha, mas o pobre não tem escolha. Quem é que não tem dinheiro e vai dizer: 'não, eu vou fazer o bolo sem farinha de trigo, eu vou fazer o bolo com farinha de aveia'? Não tem escolha, ela não tem escolha”.

Já Gabriela, ao ser interpelada com a pergunta “Você acha que existem classes ou grupos que comem mais do que deveriam?”, respondeu que “se você generalizar, acho que a classe mais educada, mais rica, come menos”, porém, questionada sobre seus motivos, demonstrou um cuidado em não abordar a questão como algo inato, mas como fruto do acesso ou não à educação, explicando:

Porque eu acho que teve formação, tem informação de que não precisa comer tanto, e é saciado, né? Acho que tem educação doméstica, deve ser isso. Não é porque pode pagar mais que vai comer mais, acho que não é por aí. Acho que é mais educação, isso eu tô falando da minha convivência, né.

Laura, 79 anos, advogada aposentada, vinda de família tradicional, também se centra no ponto sobre o acesso à educação e à informação para explicar as diferenças nas práticas alimentares:

Isso tudo devia ser feito pela escola. A educação, que aqui ninguém tem, é educação. Porque se todo mundo tivesse educação, ia ter mais saúde, ia ter tudo. O problema todo é educação. (...) O que é que eles comem? Churrasco no fim de semana e eles vão comendo... tudo gorduroso e não sei quê... Não teve acesso a saber o que é uma alimentação melhor.

Elisa P. Reis (2000), ao estudar como os membros pertencentes às elites brasileiras percebem a pobreza e a desigualdade, mostra que, apesar da ideia generalizada de que tais grupos não se preocupam com as classes populares, sua pesquisa contradiz essa concepção. A pesquisa de Reis abrangeu diferentes setores da elite brasileira, incluindo elites políticas (parlamentares no Congresso), burocráticas (altos funcionários do Estado), empresariais (líderes do setor privado), sindicais (lideranças trabalhistas), militares, religiosas e intelectuais. Ela percebeu que esses grupos tendiam a atribuir ao Estado a responsabilidade por solucionar as desigualdades e, ao mesmo tempo, frequentemente culpavam a ineficiência estatal pela persistência desses problemas. Assim, a forma como eles entendiam o enfrentamento dos problemas sociais era marcada por uma “terceirização” da responsabilidade, não havendo uma autocrítica no que tange à atribuição de culpa ou um engajamento direto em programas sociais capazes de promover mudanças estruturais, como a reforma tributária.

Esse distanciamento fica evidente na priorização da educação como solução para a desigualdade: em vez de apoiar políticas redistributivas diretas, como reformas fiscais ou ampliação de programas sociais, as elites defendem investimentos em educação como forma de oferecer oportunidades aos setores populares sem comprometer seus próprios privilégios. Dessa forma, a mobilidade social é tratada como um esforço individual, e não como um processo que exige transformações estruturais, reforçando a lógica da terceirização da responsabilidade.

Em nossa pesquisa, as falas de Gabriela e Laura, comuns entre outros entrevistados, coadunam com os achados da pesquisadora acima. Essa lógica aproxima-se dos achados de Rachel Sherman (2017 p. 125), a qual analisa as elites de alta renda e sua relação com a desigualdade. A autora mostra que, embora algumas reconheçam a conexão entre sua riqueza e a precariedade das outras pessoas e grupos, suas ações filantrópicas não promovem mudanças estruturais, funcionando mais como mecanismos de justificação da riqueza e alívio da culpa do que como redistribuição efetiva, possibilitando a manutenção de seu status social e, consequentemente, do *status quo*.

Assim, percebemos que, quando questionados sobre as diferenças alimentares entre as classes, houve entre os entrevistados uma sensibilidade em não naturalizar o gosto, evitando exprimir juízos negativos de valor e recorrendo a explicações de cunho social – ainda que superficiais, como vimos acima. Todavia, quando as questões passavam a tratar mais especificamente de práticas de consumo, foi possível perceber que os entrevistados emitiam apreciações que estabelecem hierarquizações envolvendo esses restaurantes e seus diversos atributos distintivos.

Gabriela, por exemplo, torna suas classificações sociais mais evidentes quando, ao ser indagada sobre suas preferências no âmbito de restaurantes, diz que não frequenta os populares. Embora inicie dizendo que escolhe os restaurantes segundo o ambiente e a comida, afirma claramente que para ela o público também importa e que gosta de frequentar lugares com público “legal”, o que significaria “igual” a ela:

Eu vou mais aos restaurantes pelo ambiente, pela comida. O público, por exemplo, o Quina eu adoro porque a comida é muito boa, aí o público lá é um público legal, igual a mim, não sei quê, eu não vou, por exemplo, em restaurante popular aí, não vou. Esse negócio, como é? Da comida em excesso, que de vez em quando eu vou, mas não gosto. Não gosto de churrascaria, detesto churrascaria.

Já o grupo dos *upward-oriented*, em nossa pesquisa, é representado por aqueles com altíssimo capital econômico e capital cultural comparativamente mais baixo. Estes tendiam a enxergar as opções alimentares das classes populares como meras escolhas erradas, questão de “falta de gosto” ou de “mau gosto”. Trazemos, nesse sentido, a fala de Milena, mencionada anteriormente, a qual, questionada sobre se haveria diferenças de alimentação entre as classes altas e as populares, verbalizou:

Com certeza. É a questão da disparidade do brasileiro, né? Tem o de lá de cima e o... Existe o meio, né? Que vive num aperto desgraçado. E tem a classe bem baixa. Essa classe bem baixa tem uma diferença de alimentação. E comem errado. Veja, é... Eu vejo... na minha funcionária, que tem um menino pequenininho, né? E eu sempre dei pitaco, ó, não deixe o menino comer isso... E ela é uma mãe super protetora, então

ela procura nutricionista no SUS, para levar o menino. Quer dizer, a pessoa é preocupada. Mas é cuscuz com salsicha... Salsicha é um... E eu vejo lá na praia a misturinha. Porque eu vejo lá na praia muita miséria. E é o quê? É cuscuz com peixe.

Frisamos que, em tal comentário, levando em conta a oralidade, Socorro utilizou o termo “miséria” de maneira desabonadora, e não como expressão de uma consciência social. Ao dizer que as classes baixas “comem errado”, ela expressa uma clara carga valorativa negativa. Ademais, poucos momentos antes ela havia pontuado como a filha era talentosa e havia sido chamada para uma posição importante em um grande banco de São Paulo – em suas palavras, “por mérito próprio dela”.

Alexandre, por sua vez, constrói uma estratificação do público dos restaurantes com base em critérios que incorporam elementos como comportamento, atmosfera e localização. Suas falas revelam uma hierarquia subjetiva que combina intimidade, exclusividade e distinção moral, sem necessariamente estar atrelada ao luxo extremo. Na fala sobre um restaurante notoriamente sofisticado da cidade, ele expressa claramente sua noção do que significa um restaurante bem frequentado: “É o seguinte, você não encontra maloqueiro nesses lugares. O pessoal que vai fica na dele, ali com sua mulher, com sua namorada...”.

Com essa afirmação, Alexandre reforça uma hierarquia simbólica que estabelece hierarquias expressas não apenas na relação com o capital econômico, mas sobretudo nas maneiras de ocupar o espaço, evidenciando o peso das disposições incorporadas – o *habitus* – na definição do que é considerado legítimo. Assim, “maloqueiro”, para ele, não denota uma questão de pobreza, mas adjetiva quem não cumpre com as regras de etiqueta por ele valorizadas. Como observa Bourdieu, a alimentação, para as frações dominantes, é cercada de controle e ritualização: “a refeição é uma cerimônia social, uma afirmação da conduta ética e do requinte estético” (Bourdieu, 2007, p. 187). Nesse contexto, a descrição, o controle das expressões e a ausência de atitudes vistas como “excessivas” tornam-se marcas de distinção. O bom gosto, portanto, não se manifesta apenas na escolha do que se consome, mas principalmente na forma como se consome e com quem se compartilha o espaço. Conforme Bourdieu pontua, a qualidade torna-se muito mais importante que a quantidade (Bourdieu, 2007, p. 187), deslocando o prazer da fartura para a valorização estética e simbólica da experiência.

O entrevistado realiza, assim, uma hierarquização gastronômica baseada na oposição entre práticas reconhecidas como refinadas, nas quais o gosto legítimo revela-se na moderação, no comedimento e na ambientação do espaço – elementos atravessados pelo capital cultural –

e práticas de gosto tido como popular, apresentadas por pessoas de classe média, classe média alta ou mesmo emergentes, que tiveram uma ascensão social relativamente recente.

O mais relevante, para esta pesquisa, é perceber que essa oposição não se dá entre ricos e pobres, ou entre alta e baixa renda. A verdadeira clivagem aparece entre as frações das classes dominantes, diferenciadas pela posse e mobilização do capital cultural. Essa estrutura de capitais é justamente o que organiza o campo dos restaurantes: de um lado, estabelecimentos que obedecem a práticas mais marcadamente populares, com valorização da fartura e do apelo sensorial direto, atendendo ao público que, embora com alto ou significativo capital econômico, têm um paladar ainda muito orientado por suas origens sociais; de outro, restaurantes que oferecem uma experiência estética, ritualizada e controlada, na qual o alimento é menos sobre nutrir e mais sobre significar. Essa perspectiva desvela o que Bourdieu chama de estilização da vida cotidiana, matriz de comportamento na qual as escolhas alimentares, os gestos e as interações sociais são profundamente codificados e funcionam como marcadores simbólicos de distinção e pertencimento de classe.

Ao ser questionado a respeito de sua opinião sobre um restaurante movimentado e de amplas dimensões que oferece rodízio de carne, Alexandre verbaliza essa lógica de maneira direta:

É um excelente restaurante, mas pra mim é um restaurante grande, entendeu? E não sou comilão, o restaurante pra mim não é... a comida tem que ser boa? Tem, mas eu não vou pela comida, eu vou por um contexto, uma coisa mais intimista, entendeu?.

Tal fala sintetiza de forma exemplar a inversão típica das frações dotadas de alto capital cultural, para as quais a refeição perde seu sentido estrito de nutrição ou de busca pela fartura e se converte em ritual e experiência estética. Aqui, o alimento deixa de ser o centro e se torna parte de um cenário mais amplo, no qual a forma prevalece sobre a função e o contexto social da refeição ganha centralidade. Como aponta Bourdieu, nas classes dominantes o ato de comer é cercado de rituais e controle, funcionando como uma afirmação de conduta ética e de requinte estético (Bourdieu, 2008, p. 187).

O discurso de Alexandre revela uma clara estratificação social dos restaurantes, ancorada em julgamentos de gosto que consideram o comportamento dos frequentadores, a apresentação harmônica das refeições, a atmosfera, a ambiência e a estética do espaço, além da postura moral – contida ou ruidosa – de quem ocupa o ambiente. Seu critério de avaliação dos espaços gastronômicos não se restringe ao luxo ou ao poder aquisitivo dos frequentadores, mas se concentra na forma como as pessoas comportam-se dentro desses locais.

Relembramos que, para Bourdieu, a alimentação jamais se reduz à função biológica. Trata-se, sobretudo, de um marcador social e simbólico que reflete e reforça estilos de vida e diferentes posições de classe. O gosto, longe de ser uma escolha individual, é uma construção social que distingue e hierarquiza os grupos. Enquanto nas classes populares o alimento precisa ser “farto” e “saboroso”, garantindo a afirmação da força e da substância – uma escolha orientada pelas urgências da necessidade e pelo prazer imediato –, as frações cultivadas das classes médias e superiores tendem a privilegiar a qualidade, os sabores sutis e a forma da experiência (Bourdieu, 2008, p. 184-187).

É nesse ponto que o ambiente, o silêncio e a privacidade tornam-se tão ou mais importantes quanto o prato servido. Saber degustar, harmonizar sabores, conhecer a história dos ingredientes e valorizar a apresentação dos pratos tornam-se repertórios de quem circula nesses espaços e reafirmam sua posição social. Na fala de Alexandre, esse movimento é nítido: suas escolhas alimentares não se restringem à qualidade da comida, mas priorizam o contexto da refeição. Ao declarar sua preferência por lugares mais discretos e aconchegantes, de menor circulação e exposição, ele sinaliza a rejeição dos excessos e a valorização da moderação – traço distintivo das frações cultivadas. Ao afirmar “não sou comilão”, ele revela o que Bourdieu interpreta como uma das formas mais elaboradas de negação das necessidades e dos impulsos primários, substituída pela apreciação controlada e pela experiência estilizada do comer (Bourdieu, 2008, p. 186).

A denegação da função – ou seja, o deslocamento do ato de comer da necessidade para a forma – evidencia como a estilização da alimentação manifesta-se não apenas nas escolhas dos pratos, mas também na maneira como a comida é consumida, nos espaços legitimados para essa prática e na rejeição de formas populares de alimentação, tidas como inferiores. Nesse processo, as hierarquias culturais e sociais são reforçadas: o gosto revela-se como um campo de disputas simbólicas, no qual se desenham e se reproduzem os contornos da distinção social (Bourdieu, 2008, p. 186-187). Nesse universo, a apresentação dos pratos e o próprio espaço da refeição passam a existir para agradar a vista antes do paladar. O excesso, o volume e a fartura, símbolos de prazer nas classes populares, tornam-se sinais de vulgaridade ou de mau gosto.

A fala de Lúcio é exemplar de uma leitura bourdieusiana do gosto: ela encena, em termos cotidianos, o funcionamento do gosto como um campo de disputas simbólicas, no qual se traçam fronteiras sociais por meio de juízos estéticos aparentemente neutros. Ao rejeitar a Pizzaria Atlântico com expressões como “péssima”, “muita cargação”, “acho um horror aquele negócio, você misturar o talharim com purê, com não sei o quê”, ele não está apenas

criticando um prato específico, mas rejeitando um modelo de alimentação e de sociabilidade marcado por traços populares: a fartura, a mistura de ingredientes, o ambiente ruidoso e familiar, a logomarca, o ritmo apressado do consumo. Sua crítica à marca é igualmente significativa: “Eles nunca mudaram a logomarca, acho muito esquisita aquela logomarca... isso é preconceito, mas eu não gosto do ambiente, acho ruim.”

Essa recusa opera como uma afirmação prática de um gosto mais contido, silencioso e esteticamente legitimado – atributos associados, segundo Bourdieu (2008), ao *gosto de luxo* e às frações com maior capital cultural. Lúcio opõe à Atlântico o restaurante Nez, que, segundo ele, é frequentado por um público que “vai mais pra conversar, vai mais pra tomar um vinho, não tem hora pra sair”. A distinção, portanto, não se faz apenas entre comidas, mas entre formas de estar no mundo, onde a alimentação se articula com o tempo, o espaço, a linguagem e a sensibilidade estética. Nesse jogo de classificações, a Atlântico aparece como o espaço do “alvorço da família”, do “parquinho”, da “criança”, da “babá”, da “bela de uma pizza gigante”, isto é, como símbolo de uma sociabilidade popular e familiar que ele rejeita abertamente.

Nesse sentido, sua fala é mais do que uma opinião individual: é a manifestação prática de um habitus cultivado, que classifica e se classifica ao selecionar lugares, pratos e estilos de consumo legitimados – rejeitando, simultaneamente, aquilo que representa o excesso, a mescla e a desordem simbólica associadas ao gosto popular, expressas na imagem de uma pizza “que parece Pizza Hut”, com “aquela massa alta”, que ele descreve como um verdadeiro “bate-entope”.

Em última instância, os restaurantes analisados não operam apenas como espaços de consumo alimentar, mas como posições ocupadas e disputadas no campo simbólico do gosto, estruturado pelas lógicas de distinção, capital e habitus. Cada escolha, cada juízo sobre o ambiente, a comida, o público ou a iluminação constitui um gesto de classificação que situa os sujeitos socialmente – e, ao mesmo tempo, os diferencia dos outros. O Nez, a Ilha da Kosta e a Pizzaria Atlântico, nesse sentido, tornam-se marcadores espaciais de estilos de vida e de disposições incorporadas, expressando fronteiras entre o gosto legítimo e o popular, entre a contenção e a fartura, entre a sofisticação e o excesso percebido. As falas analisadas são plenamente adequadas a uma leitura bourdieusiana: elas encenam, em termos cotidianos, o que Bourdieu descreve como o funcionamento do gosto como campo de disputas simbólicas. Rejeita-se um modelo de alimentação e de sociabilidade que carrega traços populares e afirma-se outro, mais contido, mais silencioso, mais estético – e, portanto, mais legítimo aos olhos de

quem detém maior capital cultural. E assim, os restaurantes e seus públicos são hierarquizados, segundo os critérios simbólicos que organizam o espaço social.

Essas percepções não são exclusivas de Lúcio. Outros entrevistados também expressam, em suas falas, rejeições estéticas e simbólicas semelhantes à Pizzaria Atlântico, que podem ser lidas como manifestações práticas de um *habitus* cultivado e orientado pela busca da distinção. Gabriela, por exemplo, afirma: “Atlântico acho horroroso. A comida não é boa, a pizza, horrorosa... aquele ambiente grande, não, não vou.” Sua crítica ultrapassa o sabor da comida e incide sobre a repetição do cardápio, o ambiente “feio, desarrumado” e a estética do espaço, que, segundo ela, “não tem nada a ver comigo”. Ao valorizar restaurantes “intimistas” como o Nez e rejeitar o Atlântico como sinônimo de mesmice e desorganização, Gabriela expressa um julgamento de gosto que hierarquiza não apenas o que se come, mas onde, como e com quem se come.

Bibiana, por sua vez, descreve a Pizzaria Atlântico como um local “feito exatamente pra abranger um grande público de cada vez”, associando-o a um ambiente tumultuado e pouco sofisticado, em contraste com espaços mais tranquilos e seletivos. A distinção que ela estabelece entre o Nez, a Ilha da Costa e o Atlântico segue uma lógica semelhante à de Lúcio, evidenciando como os critérios de escolha estão ligados à atmosfera, ao ritmo da refeição e ao perfil do público – e não apenas ao cardápio.

Essas falas reforçam a tese de que, no campo da alimentação, o gosto opera como um instrumento de classificação social. Ao rejeitar o excesso, o ruído e a repetição – atributos associados ao gosto popular – os entrevistados reafirmam uma forma de consumo estetizado e controlado, no qual a experiência simbólica do espaço é mais importante do que o alimento servido. A estilização da alimentação, portanto, torna-se um marcador visível das fronteiras simbólicas entre frações de classe, entre modos distintos de estar e de pertencer socialmente.

Assim, a alimentação passa a se dar de forma eufemística, marcada pela censura e pelo controle das manifestações corporais. Comer deixa de ser um ato espontâneo e se converte em um exercício de descrição e domínio sobre o corpo, evidenciando duas visões antagônicas sobre o alimento: uma que prioriza a substância, o volume e o prazer imediato; e outra que valoriza a forma, a apresentação e a moderação.

Frisamos que, nos circuitos gastronômicos de distinção, a diferença entre restaurantes legítimos e populares não se resume apenas à qualidade da comida servida, mas à experiência completa que cada espaço proporciona. Restaurantes considerados legítimos não são apenas aqueles que oferecem pratos elaborados e ingredientes selecionados, mas que conseguem

proporcionar uma atmosfera sofisticada e reservada. A ambientação desempenha um papel essencial nessa categorização: decoração discreta, serviço atento e não invasivo, música ambiente, disposição das mesas e iluminação são cuidadosamente planejados para evitar um ambiente ruidoso ou excessivamente informal, aspectos frequentemente rejeitados por aqueles que buscam uma experiência gastronômica refinada. Sobre a iluminação, trazemos a fala de Camila, 59 anos, arquiteto, que enunciou:

Tem a questão da luz, isso é muito... É um ponto que pesa muito quando você entra num espaço e você tem uma luz mais amena, uma luz aconchegante, uma luz colocada no local certo. Então, assim... por exemplo, quando eu vou num restaurante que eu tenho uma luz muito agressiva, que ela me ofusca, brilhante como são agora os LEDs que eles brilham demais, então isso me incomoda. Ou eu mudo de lugar ou peço para mudar a luz.

Além da ambientação, a relação com a fartura da comida é outro aspecto que distingue os espaços sofisticados daqueles marcados por uma estética e linguagem popular. Nos restaurantes ligados a um gosto mais refinado, a moderação é vista como um elemento de sofisticação, enquanto o excesso no prato pode ser interpretado como um traço de vulgaridade associado a uma noção exagerada de abundância. A ideia de fartura está muitas vezes associada a um perfil de “novos ricos”, para quem o tamanho das porções ou a ostentação dos ingredientes importam mais do que a experiência sensorial equilibrada e a valorização de detalhes sutis. Em contrapartida, nos espaços legitimados, a valorização do prato se dá pelo equilíbrio de sabores e pela harmonização dos elementos, não pela quantidade servida.

Assim, a hierarquização dos restaurantes não ocorre apenas pela gastronomia em si, mas pela forma como a experiência é construída. Um restaurante legítimo deve garantir não apenas uma refeição de qualidade, mas um ambiente que reafirme um ideal de sofisticação, reforçando a distinção entre aqueles que compreendem e dominam as sutilezas do gosto e aqueles que apenas reproduzem uma ideia de luxo desprovida de curadoria e refinamento.

Como já mencionado mente, essa relação em que as frações de elite buscam colocar suas práticas de consumo como mais legítimas se dá em face das classes médias ou altas ascendentes – chamadas de “novos ricos” –, com as quais é possível estabelecer competições e hierarquizações de gosto, revelando uma tensão entre a busca por *status* e o domínio legítimo dos códigos de sofisticação. Enquanto aqueles que possuem uma posição de classe privilegiada já consolidada expressam o gosto por experiências mais sutis e refinadas, os emergentes frequentemente apoiam-se em marcadores mais explícitos de luxo e ostentação, desprezados pelos primeiros.

No que se refere à experiência gastronômica, os “novos ricos” costumam buscar estabelecimentos que ofereçam uma experiência de exclusividade de maneira mais evidente, muitas vezes associada ao luxo ostensivo. Nesses espaços, o que é tido como sofisticado frequentemente inclui elementos visuais chamativos, como lustres imponentes e mobiliário extravagante; e menus com pratos de valor elevado, sem necessariamente um cuidado profundo com a curadoria do sabor, dos ingredientes ou da ambientação. Essa diferenciação torna-se ainda mais clara quando contrastada com restaurantes tradicionalmente legitimados, que prezam por um luxo mais discreto, onde a experiência está na harmonia dos sabores, na apresentação elegante e na serenidade do ambiente.

Além disso, a escolha dos restaurantes está diretamente ligada à noção de pertencimento: enquanto os “novos ricos” podem buscar espaços luxuosos e que, por isso, são mobilizados como símbolo de sua ascensão, aqueles que dominam os códigos da alta gastronomia evitam locais que se tornaram excessivamente populares ou que perderam seu caráter exclusivo, uma vez que, em sua percepção, a presença de um público amplo e heterogêneo pode desvalorizar um restaurante antes altamente prestigiado, deixando ele de cumprir sua função de espaço de distinção. Assim, o consumo alimentar torna-se um marcador não apenas de *status* econômico, mas também de reconhecimento social.

Em síntese, o consumo alimentar, longe de ser uma prática neutra, é um dos mais potentes marcadores das hierarquias sociais, distinguindo-se não apenas pela capacidade econômica dos agentes, mas sobretudo por seu capital cultural. Essa diferença entre ter acesso ao luxo e saber interpretá-lo e legitimá-lo é o que organiza o campo da gastronomia e dos restaurantes, revelando a estrutura social muito além do prato servido à mesa.

Diante desse cenário, torna-se evidente como a alimentação, bem como o corpo, passam a operar como espaços de expressão material dessas hierarquias simbólicas. Para as frações mais cultivadas das classes dominantes, comer e cuidar do corpo não se reduzem a funções exclusivamente biológicas, sendo, ao contrário, atividades profundamente estilizadas, marcadas pelo controle, pela moderação e pela capacidade de impor a forma sobre a função, negando as urgências do corpo em nome da distinção.

Esse *ethos* aparece de maneira clara nas entrevistas, quando o alimento é descrito não mais como fonte de prazer sensível ou saciedade, mas como parte de um ritual cotidiano em que o conhecimento, a disciplina e a estética ganham centralidade. O corpo, por sua vez, torna-se o território privilegiado para a demonstração desse capital cultural: manter-se magro, saudável e controlado não apenas exhibe a capacidade de dominar as próprias pulsões, mas

também revela o pertencimento a um universo de distinção, no qual o verdadeiro privilégio não é poder consumir tudo o que se deseja, mas sim desejar pouco e se restringir muito, sendo o acúmulo de gordura tido como falta de controle e mau gosto⁵⁶.

4.4.1 Formas de apropriação e percepção da Zona Sul e a inescapável relação com o status social.

Os moradores da Zona Sul entrevistados neste estudo apresentam diferentes formas de relação com o bairro, especialmente no que diz respeito à sua dimensão simbólica e ao status social que ele representa. Três grupos se destacam nessa dinâmica: os que veem a escolha de moradia pela área como Símbolo de Ascensão Social, os que guardam um Distanciamento Crítico e os que mantêm um Distanciamento Pragmático diante dos estereótipos da região.

Enquanto o primeiro grupo verbaliza, abertamente e sem pudor, que escolheu morar na Zona Sul como um sinal visível de sucesso econômico – algo que, segundo eles, torna-se mais evidente quanto maior a proximidade com o mar –, os dois últimos compartilham uma postura complexa: a rejeição da narrativa que supõe um movimento de ascensão, para Boa Viagem, que, no limite, o reduziria à expressão material de riqueza. Recusando qualquer associação entre sua escolha residencial e a acumulação de riqueza, esses grupos elaboram e enunciam, de formas diferentes, tal negação - sob uma perspectiva prática ou crítica, sendo mais raro o argumento crítico.

Os integrantes do Distanciamento Crítico não apenas recusam essa associação, mas buscam desvincular-se da imagem estereotipada do morador de Boa Viagem como alguém excessivamente preocupado com status, práticas fúteis e elitismo. Seus membros rejeitam também os códigos sociais e o estilo de vida que são atribuídos como predominantes na região, problematizando o consumo ostentatório e as dinâmicas sociais voltadas à exibição de riqueza. Já os do Distanciamento Pragmático compartilham a rejeição à associação entre a escolha por morar na zona sul e a procura de status e meio de afirmação da riqueza, mas não necessariamente questionam as práticas e valores do bairro. Aqui, essencialmente, a escolha

⁵⁶ “Produto social, o corpo – única manifestação sensível da 'pessoa' – é comumente percebido como a expressão mais natural da natureza profunda dos indivíduos. No entanto, ele funciona como um verdadeiro índice de uma fisionomia 'moral', socialmente caracterizada: carrega traços de ânimo e maneiras de ser que podem ser vulgares ou distintos, naturalmente 'naturais' ou naturalmente 'cultivados'. Os sinais que compõem o corpo percebido, embora sejam produtos de uma fabricação cultural, operam como marcadores das diferenças entre os grupos quanto ao seu grau de cultura – ou seja, à sua distância em relação à natureza. Esses sinais parecem, paradoxalmente, fundados na própria natureza” (Bourdieu, 2008, p. 183).

residencial é tratada como uma decisão funcional e estratégica, sem que a região seja necessariamente problematizada como um espaço de ostentação ou segregação. Essa postura vai depender da centralidade dos capitais econômicos e culturais que estão intimamente ligados à trajetória dos indivíduos.

Entre essas duas posições, entretanto, há um espectro de posturas intermediárias, que poderiam ser descritas como distanciamento reflexivo. Nessa zona de transição ou ambiguidade, os indivíduos mantêm um olhar crítico sobre alguns aspectos da sociabilidade e do consumo em Boa Viagem, mas sem uma rejeição total ao bairro ou à sua lógica de funcionamento. Aqui, a recusa ao estereótipo do morador elitista pode conviver com uma aclimação parcial ao estilo de vida local, mais aberto a sua complexidade e dinâmicas internas de diferenciação. Nesse meio-termo, a pessoa observa e questiona o ambiente, reconhecendo suas contradições, mas sem adotar uma postura nem completamente distanciada nem envolvida com o estilo de vida das elites..

A fronteira entre esses grupos é porosa e o grau de demonstração de suas características sofre gradações. Existem variações na forma como os moradores expressam essa negação ao status, bem como no peso que atribuem a elementos simbólicos e práticos entre as razões que participaram - ou participariam - de sua escolha residencial. O maior ou menor fervor na necessidade de adotar as formas de distanciamento tende a se dar em função da importância que o indivíduo reputa ao capital cultural ou da escolha deliberada em torná-lo o mais significativo para sua constituição identitária (isto é, capital cultural como eixo de identidade).

No que se refere às estruturas de capitais, os do primeiro grupo, como foi possível levantar, têm baixo capital cultural em suas diversas manifestações e alto capital econômico, em geral conquistado há relativamente pouco tempo, por eles próprios ou pela geração de seus pais. Quatro pesquisados enquadram-se perfeitamente neste grupo. Além disso, uma entrevistada tem estrutura de capitais similar, embora tenha feito esforços significativos para se “sofisticar”, de modo que seria correto dizer que seu capital econômico ainda se sobressai sobre o cultural, todavia ela se distingue por ter conquistado o capital cultural das boas maneiras de forma relativamente bem sucedida e deixou de ser uma deslocada - isto é, em desacordo com o habitus dominante - dentro do campo das elites.

Já aqueles com maior capital cultural em detrimento do econômico adotam um distanciamento crítico, reproduzindo os discursos que apontam para uma pretensa “futilidade” e “elitismo” dos demais moradores e empreendendo esforços para se diferenciar deles. Uma tendência, mais forte entre aqueles com um capital cultural mais proeminente, é o enaltecimento

de espaços públicos compartilhados por classes sociais diversas, como a praia, embora isso não seja uma característica geral do grupo. Ainda assim, mesmo quando não frequentam a praia com assiduidade, seu uso, ainda que raro, se destaca em relação ao grupo do distanciamento pragmático. De todo modo, aqueles que fazem uso mais frequente da praia são justamente os que se destacam na posse de capital cultural. Sobre esse grupo, podemos dizer que o capital cultural, embora não necessariamente seja o de maior peso na estrutura de capitais (o que, todavia, pode ser o caso), é mobilizado como um eixo que organiza a identidade.

Por outro lado, os com maior capital econômico em relação ao cultural – ainda que também tenham alto capital cultural –, tendem a rechaçar os estereótipos de que Boa Viagem seria um bairro de pessoas fúteis ou “novos-ricos”. Dessa forma, investem no argumento de que seria simplista essa visão dicotômica, tratando-se de uma composição social mais complexa e heterogênea dentro das classes altas. Já quando falam das classes populares, há uma tendência a uma visão negativa, de distanciamento ou até de desejo de afastamento, associando-os a um sintoma de degradação da região.

Quanto mais o capital econômico se destaca e o capital cultural perde relevância como mobilizador do senso de si, menores se tornam as percepções críticas sobre os moradores da zona sul. Com isso, a forma de obliterar o fator econômico deixa de ocorrer por meio do distanciamento simbólico – que acontece, em geral, pela depreciação ou pela busca de um certo afastamento dos demais moradores por parte de outras frações de classes – e passa a se dar pela valorização explícita de algumas facilidades cotidianas relacionadas à vida na zona sul. Ademais, como já dito, algumas pessoas nesse grupo tendem a romper com estereótipos negativos que circundam os moradores da região, e evitam, muitas vezes, mencionar qualquer distinção entre a zona norte e a zona sul em suas falas, adotando uma postura de indiferença à questão, até mesmo quando instigados a comentá-la.

Diferentemente da amostragem de entrevistados da Zona Norte, os da Zona Sul constituem um grupo com mais camadas de complexidade, é difícil agrupar a amostragem dos entrevistados de forma bem delimitada em um grupo ou outro, pois são gradações que dependem da composição dos capitais e da trajetória social, de modo que alguns entrevistados podem, ao longo da entrevista, em certos momentos aproximarem-se de uma ou de outra definição. Nesse sentido, torna-se mais viável para nós tratar de algumas situações em termos de traços que funcionam como idiossincrasias, contradições ou particularidades, e não como fatos peremptórios e suficientes para se enquadrar uma pessoa em um grupo ou outro.

Há, por exemplo, um elemento que sempre aparece nas falas dos entrevistados da zona sul: a questão do status social, pois esta região carrega um significado coletivo de distinção social na percepção dos moradores do Recife. Tal distinção não é apenas simbólica, mas reflete a estrutura objetiva do espaço social, a qual, segundo Bourdieu, "tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades" (Bourdieu, 2013, p. 134). A estrutura do espaço social manifesta-se, assim, nos mais diversos contextos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de metáfora espontânea do espaço social.

Desse modo, mesmo entre aqueles que negam morar em Boa Viagem por status, essa questão permanece central – mesmo que o status seja negado individualmente, continua sendo um traço compartilhado na construção simbólica da Zona Sul como um território de prestígio no Recife, motivo pelo qual, parece-nos, os moradores acabam sentindo a necessidade de se situar em relação a ela, seja afirmando, rejeitando ou ressignificando tal posição.

Nesse sentido, ao contrário do que se percebeu na amostragem da Zona Norte, na qual há um forte sentimento de pertencimento, bairrismo e orgulho de suas características, os moradores da Zona Sul costumam demarcar uma identidade mais através da negação do que não são do que da afirmação de fazer parte de um grupo com elementos bem definidos e compartilhados que reputam como superiores e exaltam com entusiasmo. Os moradores da Zona Sul não demonstram a percepção de um denominador comum em torno do qual as pessoas se agrupem a partir do pertencimento eletivo, exceto a praia, a qual, ainda assim, assume sentidos e usos diferentes, sendo atrelada à possibilidade de contato com a natureza, admirada com um olhar “puro”, essencialmente paisagístico; mas também associada a um espaço de uso, cujo real usufruto é mais frequente entre os de maior capital cultural e os emergentes que pouco alteraram os estilos de vida de origem, mais próximos aos das classes populares. Ainda assim, mesmo entre aqueles de alto capital cultural, essa não é uma regra fixa, mas uma prática mais recorrente. Existem, por outro lado, indivíduos desse grupo que frequentam a praia esporadicamente, seguindo, entretanto, todas as precauções mencionadas, enquanto outros simplesmente não a frequentam. Trata-se, portanto, de uma propensão relativamente generalizada dentro do grupo, mas não de um traço característico a todos.

Nesse contexto, ademais, a praia também simboliza a conquista social de um espaço de “horizonte livre”, termo recorrente entre os entrevistados para expressar um bom posicionamento no espaço social. Para os emergentes da ascensão social, essa expressão da

praia como conquista econômica é feita sem constrangimento. No caso de entrevistados de outros grupos, tal afirmação pode surgir de maneira mais ou menos velada a depender do capital cultural de que dispõem: essa relação tende a ser mais dissimulada, pois, apesar de também haver emergentes nesses segmentos, sua ascensão se dá de forma mais gradual e, em geral, é acompanhada pela acumulação significativa de capital cultural, diferentemente do que ocorre no primeiro grupo.

Podemos citar o caso de Humberto, 49 anos, sócio fundador de um renomado escritório de advocacia, cuja família encontra-se em processo de emergência há 4 gerações, sendo ele o que alcançou maior sucesso. Em sua entrevista, Humberto, a princípio, não associa explicitamente sua mudança para Boa Viagem ao desejo de demonstrar sucesso econômico, o que foi possível inferir, inicialmente, como um indício implícito pela ordem dos endereços onde ele residiu, sendo nítida uma caminhada para o mar: primeiro o bairro da Iputinga, depois mais dois endereços até chegar à Avenida Boa Viagem. No entanto, ele tenta suavizar essa associação ao enfatizar que sua escolha por Boa Viagem não foi uma necessidade absoluta, mas algo que “calhou de ser”, mencionando que chegou a considerar outros bairros, como a Rua da Aurora e o Poço da Panela, e que a decisão por Boa Viagem foi resultado de um processo e de “vários aspectos”, sem especificar quais seriam. Essa tentativa de naturalizar a escolha pode ser interpretada como uma estratégia para não reforçar diretamente a narrativa de ascensão econômica.

Além disso, em outros momentos Humberto destaca aspectos como a brisa do mar e a sensação de amplitude, o que pode funcionar como uma justificativa que desloca o foco da ascensão econômica para questões de conforto e qualidade de vida:

O mar, que eu adoro! O mar, assim, a questão da brisa, também, que é constante... A gente não tem o calor [ri de leve] que certamente as pessoas têm, que moram mais atrás. É super agradável, é melhor do que você morar numa Agamenon, imagino eu.

Aqui, Humberto já não busca tanto disfarçar a lógica econômica por trás de sua escolha. O que antes era justificado como um simples gosto pessoal ou um conjunto de fatores aleatórios, agora se revela como um objetivo traçado há muito tempo e alcançado por meio do capital econômico acumulado. Além disso, ao construir uma distinção entre quem pode ou não ter acesso a essa amplitude – termo que ele mesmo utiliza para descrever sua experiência espacial –, ele estabelece uma hierarquia tácita entre os bairros e os diferentes grupos sociais que neles habitam. A opção de moradia, nesse sentido, é apresentada como um desdobramento natural de preferências pessoais. Ainda assim, percebe-se, ao fim da sua fala, uma hierarquização dos

espaços da cidade, ao comparar a Avenida Boa Viagem com a Avenida Agamenon Magalhães, principal via que corta a cidade, de trânsito intenso e grande heterogeneidade de classes entre as pessoas que lá residem. Ao longo da entrevista, seu discurso começa progressivamente a revelar, de maneira sutil, a dimensão econômica subjacente a essa escolha. Transcorrida mais de uma hora de entrevista, ele, talvez mais relaxado ou confiante, revela uma outra faceta sobre a escolha de morar perto da praia, exprimindo ter sido motivada por razões que escapam àquelas mencionadas anteriormente:

“Eu sempre morei na Imbiribeira, quando vinha pra praia ficava maravilhado. Eu dizia: ‘Não, um dia eu vou morar aqui’ (risos). Não que eu seja novo rico, nem rico eu sou. Mas eu acho que a pessoa idealiza isso como sendo um objetivo na vida, né, ‘quando eu ganhar dinheiro eu quero tá perto do mar, tá perto do shopping’...”

O entrevistado, assim, tem um perfil mais próximo do grupo de distanciamento pragmático, sendo evidente sua tentativa de não reduzir sua escolha de moradia a um critério exclusivamente econômico. No entanto, essa dimensão transparece de forma sutil ao longo de sua fala, ainda que de maneira menos explícita em comparação com aqueles cuja ascensão foi mais recente e marcada por um movimento ostensivo de distinção social. Ademais, Humberto logrou êxito na construção de um capital social que lhe permite transitar confortavelmente nos círculos da elite. Sua posição é ambivalente no que se refere à dimensão econômica: ainda que não a negue inteiramente, ele a reconfigura de forma estratégica, evitando uma ênfase excessiva em sua trajetória de ascensão. Esse movimento se dá, em parte, porque, apesar de possuir um capital cultural elevado, sua ascensão econômica foi muito mais significativa que a de seu pai, tornando o capital econômico o mais proeminente em sua trajetória, o que marca de maneira fundamental seu estilo de vida e seus posicionamentos diante das práticas e gostos que são atribuídos aos membros da elite da zona sul, que passam a ser incorporados quase que em sua totalidade por ele – um indicativo disso, e de seu sucesso nessa incorporação, é que ele se casou com uma mulher vinda de uma família tradicional da elite, que ele próprio chama de “quatrocentona”.

Podemos evidenciar sua adesão ao estilo de vida de Boa Viagem em um episódio citado pelo entrevistado relativo a um amigo secreto no trabalho. Ele nega se preocupar com roupas sociais ou de marca de luxo e, nesse mesmo momento, ironiza o fato de estar usando uma camisa Lacoste, como se fosse uma coincidência. Mas, logo em seguida, descreve que um colega de trabalho usava camisas coloridas de “gosto duvidoso”, o que Humberto afirmou que interpretava como falta de informação sobre vestuário adequado. Como forma de ironia, ele decidiu presentear-lo com uma camisa da C&A, de cor amarelo-ovo, embalada em uma caixa

da Richards, uma marca mais sofisticada. O episódio da camisa no amigo secreto, que provocou o riso dos demais presentes e o constrangimento do colega ridicularizado, ilustra um caso de violência simbólica, no sentido dado por Bourdieu, ao evidenciar as normas de distinção social operando de forma disfarçada de brincadeira, mas eficaz em transmitir a intenção de corrigir e expor uma inadequação frente a uma regra social típica de ambientes de trabalho e sociabilidade da elite.

É importante pontuar que, quando analisamos o conteúdo da entrevista de Humberto, podemos perceber que seu distanciamento pragmático é um tanto brando, uma vez que ele, por mais que de início tente desvincular sua opção pela avenida Boa Viagem a uma afirmação de prestígio econômico, acaba incorrendo em deslizos. No caso dele, apresenta alto capital cultural, tem inserção nos círculos da elite e sua ascensão social vem sendo construída pela família há algumas gerações, havendo um esforço, consciente ou não, de se alinhar às condutas e motivações dos herdeiros de uma posição de privilégio já consolidada. Nesse sentido, o esforço de denegação do econômico talvez tenha relação justamente com a vontade de apropriação, ainda mal dominada, de uma disposição ou prática própria das elites. Mesmo já vivenciando um processo de ascensão, Humberto a experimentou de forma intensa, o que pode explicar sua negligência quanto a esse aspecto, isto é, incorrendo à falta de tato ao associar moradia a um símbolo de ascensão.

Tal fato demonstra a porosidade das fronteiras. Mas, ainda assim seu capital cultural e inserção nos círculos da elite levam-no a reconhecer que tal falta de pudor não é bem vista, o que é exemplificado em seus esforços para denegar o econômico em sua escolha residencial.

Podemos refletir que seu lapso talvez seja tributário do fato de apesar de experimentar uma trajetória de ascensão longa, ele foi o que vivenciou o momento mais proeminente, por isso, o desejo e a falta de tato talvez estejam explicados aí. Todavia, ainda assim Huberto é bem integrado nas elites, sócio do Cabanga Iate Club, dono de um iate, dirige um Mini Cooper,⁵⁷ carro esportivo comum entre entrevistados dessa fração de elite. Além de, como coloca o entrevistado, ser casado com uma pessoa de “família tradicional” – que supõe, de certa forma, a exigência de comportamentos requintados., .

⁵⁷ Trata-se de um veículo esportivo que pode ser interpretado como uma expressão de luxo sutil e culturalmente legitimado, inserido em um regime de distinção cuja forma se sobressai em relação à função, e a autenticidade sobre a ostentação explícita (Bourdieu, 2008). O Mini Cooper traz consigo a marca de uma tradição estilizada, consumo cosmopolita, um certo despojamento artificialmente calculado - o tipo de distinção que caracteriza as tendências de elite caracterizadas por certa estética retrô e exclusividade, o que exige certo capital cultural e habilidade sofisticada para perceber essas variações de autenticidade, e, claro, capital econômico, para adquiri-lo. Portanto, um veículo que não é pura demonstração de luxo ou alto poder aquisitivo, sendo sinônimo de requinte.

Por fim, destacamos os aspectos que o entrevistado menciona como elementos que o decepcionam na configuração do bairro que são estruturais mas considerados inconvenientes, como trânsito caótico, pavimentação ruim, esgoto deficiente e fiação exposta, o que ele considera incompatível com um bairro turístico e de alta renda - em suas palavras, uma vergonha e indigno de um “bairro nobre”. Sobre os moradores, ele se limita a falar que aqueles com quem tem contato mais direto—os vizinhos de seu prédio—considera-os cordiais. No entanto, ele admite que essa cordialidade talvez não seja uma característica geral dos moradores do bairro. Humberto considera que mora em uma “ilha” e que gosta de ir ao centro, especialmente ao Mercado de São José para entrar em contato com verdadeiro “povo do Recife”, contrastando isso com a vida mais isolada e organizada dos espaços de alta renda em que circula.

Humberto menciona que gosta de levar seus filhos ao Mercado de São José como uma forma de apresentá-los a uma realidade diferente daquela em que vivem em Boa Viagem, e à heterogeneidade do povo recifense. Para ele, esse passeio tem um valor educativo, pois permite que os filhos vejam “o povo do Recife” e entendam que a cidade vai além da “bolha” de alta renda em que estão inseridos. Ele acredita que essa experiência é importante para que eles tenham um contato mais direto com a diversidade social da cidade.

No entanto, há um limite claro no quanto ele está disposto a expô-los a essa realidade. Quando questionado sobre o uso do transporte público, Humberto responde que não pretende que os filhos tenham essa experiência, justificando a decisão pela questão da segurança. Ele reconhece que andar de ônibus e metrô deveria ser algo normal, mas afirma que a violência urbana torna inviável incentivá-los a utilizar esse meio de transporte, tampouco a se locomover a pé, mesmo morando em um lugar razoavelmente seguro. Por isso, seus filhos possuem motorista particular em um carro de luxo blindado.

Dessa forma, embora ele valorize a ideia de mostrar a cidade real para os filhos por meio de passeios específicos ao centro, essa exposição ocorre de forma controlada e limitada, sem envolver aspectos do cotidiano urbano que ele considera inseguros. Dessa forma, a situação contrastante entre viver entre pares e apenas eventualmente expor seus filhos à “cidade real” reflete uma escolha pragmática e uma adesão a um modo de vida parte de um dos espectros dos estilos de vida do morador de Boa Viagem - trata-se de um acordo implícito com a lógica que determina o universo à parte da zona sul. Humberto fala que gosta de levar seus filhos ao Mercado de São José para que eles tenham contato com uma realidade diferente. Ele valoriza a experiência, mas deixa claro que ela é episódica e monitorada.

Aqui há um aspecto importante que define sua pertença ao que chamamos de distanciamento pragmático, pois, ao reconhecer a diversidade da realidade e dos grupos sociais da cidade, reforça a ideia de que Boa Viagem é uma bolha, um mundo autossuficiente, que oferece tudo de que necessitam: escolas privadas, comércio de luxo, restaurantes sofisticados, academias e lazer privado. A área em que mora está relativamente isolada das dinâmicas urbanas mais massificadas e diversas da cidade.

Assim, Humberto não demonstra impulso em romper com essa bolha, sequer se dispõe a fazer uma crítica a esse mundo segregado e a seus grupos privilegiados, pois sente-se confortável nessa realidade, considerada eficiente e segura. A “exposição” de seus filhos a outros espaços urbanos, como o centro comercial, cujo expoente é o Mercado de São José, que acontece em momentos pontuais e controlados, não compromete seu pertencimento ao círculo da elite urbana.

A forma como Humberto equilibra viver em um ambiente social homogêneo e apenas ocasionalmente exhibe a cidade real aos filhos revela um pragmatismo alinhado ao estilo de vida de Boa Viagem. Ele não busca romper com essa bolha, pois subentende que essa separação social é parte natural de uma dinâmica de classes, cuja lógica é mais evidente em Boa Viagem, mas não menos real entre moradores da zona norte (sendo, inclusive, um aspecto utilizado por estes para criticar moralmente o comportamento dos habitantes da zona sul em geral). Seu comportamento não é de rejeição à diversidade da cidade, mas sim de uma escolha consciente por um modo de vida que privilegia conforto, previsibilidade e relações dentro do mesmo grupo social. (Citações)

Um parêntese aberto no parágrafo anterior acerca da separação entre o interior da bolha e o exterior, representado pela diversidade dos grupos sociais e pela dinâmica agitada da parte comercial do centro de Recife, onde encontram-se mais facilmente esses grupos. Chamamos atenção aqui para o fato de que é recorrente atribuir ao morador da Zona norte certa abertura à alteridade, uma maior disposição aos encontros com a diversidade e com os ambientes mais populares da cidade (algo dito, talvez idealizado, por eles mesmos). Da parte dos moradores dos bairros do Pina e Boa Viagem isto vê-se mais raramente. Contudo, como vimos, essa frequência de ou exposição a tais ambientes populares parece acontecer de forma controlada da parte daqueles que moram na zona sul. Este controle não é menos real na zona norte, mas pode acontecer de outras formas, mais ou menos veladas ou sutis, com outras configurações, certamente menos admitidas pela maioria de seus habitantes, que acabam por utilizar essa abertura à diversidade como um trunfo.

Diante dessa concepção, como mencionado e evidenciado em alguns casos, muitos moradores da Zona Sul buscam um distanciamento crítico, isto é, um afastamento simbólico das representações associadas à região. Propomos aqui analisar essas reações e como, frequentemente, esses esforços evocam, de modo espontâneo, a comparação com a Zona Norte – indicando que essa oposição está inscrita no senso comum e nas estruturas classificatórias que organizam a percepção e a valoração do espaço urbano.

Todavia, alguns desses moradores adotam uma postura crítica sem, no entanto, promover uma ruptura completa. Esse é justamente o caso dos três entrevistados aqui analisados, que se inserem no que chamamos de Distanciamento Reflexivo: embora manifestem um olhar questionador sobre certos aspectos da sociabilidade e do consumo na Zona Sul, suas normas e valores sociais, eles não rejeitam totalmente a lógica desse espaço, mantendo algum nível de aclimação ao seu estilo de vida. Há, porém, diferenças sutis entre eles: enquanto dois demonstram um posicionamento ambivalente, reconhecendo as contradições e negociando sua relação com o bairro, uma entrevistada mostra-se mais avessa, expressando desconforto e uma recusa mais explícita em relação a determinadas noções que existem sobre os bairros e os moradores da Zona Sul.

Ainda assim, é revelador como, nas falas desses três entrevistados em particular, emerge de maneira clara – embora possivelmente pouco reflexiva – uma percepção característica das frações das elites sobre as disputas simbólicas que estruturam a apreensão da cidade. O espaço material funciona, assim, como uma metáfora do espaço social: as classificações resultantes das lutas simbólicas entre grupos e frações de classe são mobilizadas para definir e ordenar a cidade, reforçando distinções que são transformadas em fronteiras simbólicas, as quais acabam sendo percebidas de maneira naturalizada. O Distanciamento Reflexivo, nesse sentido, não apenas reflete uma estratégia individual de posicionamento, mas também se insere em um jogo mais amplo de diferenciações internas às elites, em que a negação de certos signos pode funcionar como um marcador de diferenciação e distinção entre as frações de classe.

Richards, Emanuelle compartilham uma origem na Zona Norte, mas suas trajetórias de deslocamento e adaptação à Zona Sul evidenciam como diferentes composições de capitais – econômico, cultural e social –, sua trajetória de acúmulo e seus respectivos pesos na estrutura de capital dos agentes modulam os modos de inserção e as possibilidades de incorporação dos habitus dominantes nesse novo espaço. Suas experiências ilustram as dinâmicas de reconversão de capitais necessárias para a aquisição de legitimidade e reconhecimento em um campo

estruturado pelas disposições das elites, no qual a Zona Sul configura-se como um espaço social que consagra determinados ativos ao mesmo tempo que rebaixa certos estilos de vida.

Nesses três casos, o processo de aclimação foi bem-sucedido precisamente porque os agentes dispunham de um volume e uma estrutura de capitais que viabilizaram sua adequação ao novo espaço social. No entanto, mais do que uma simples integração, suas trajetórias são marcadas por um capital cultural particularmente expressivo, cuja incorporação precoce e naturalizada não apenas facilitou sua inserção – para a qual o domínio das boas maneiras, da etiqueta e do *savoir-vivre* desempenhou um papel essencial –, mas também lhes conferiu uma capacidade reflexiva sobre as distinções simbólicas que atravessam esse território social. Tal sensibilidade diferenciada deve sua razão à familiaridade com os estilos de vida da Zona Norte, onde habitaram por um período significativo de suas vidas. Com o deslocamento territorial, os sujeitos foram capazes de construir um olhar específico, reflexivo, sobre a Zona Sul, marcado tanto pela assimilação de seus códigos sociais quanto por uma consciência crítica sobre suas hierarquias, normas de sociabilidade, os estilos de vida mais característicos e as práticas de gosto correlatas.

No caso de Emanuelle, essa relação é atravessada fortemente pelo capital cultural em suas trajetórias. Para elas, além dos ativos simbólicos disponíveis, expressos nas boas maneiras e na sociabilidade refinada, há também um ativo especialmente relevante, o capital institucional, adquirido em sua trajetória universitária. Este, contudo, não constitui apenas um instrumento de distinção ou um passaporte para aceitação: ele fomenta, sobretudo, um olhar crítico sobre as normas e distinções que estruturam o espaço em questão. Como apontam Bacqué et al. (2015, p. 134), a posse de um capital cultural elevado não implica necessariamente uma adesão acrítica às regras do campo, mas pode produzir formas de reflexividade que permitem aos agentes questionarem os valores e as hierarquias que os cercam. Esse efeito, como apontam Bacqué et al (2015, p. 135), é particularmente relevante no caso de indivíduos cuja formação acadêmica enfatiza a problematização das estruturas sociais, estimulando uma leitura mais atenta às dinâmicas de poder e das barreiras simbólicas presentes no meio em que se inserem. Os mesmos autores pontuam, ainda:

A educação, e particularmente a escolarização, desempenha um papel crucial na formação não apenas do capital cultural dos indivíduos, mas também de sua capacidade de se engajar criticamente com as estruturas sociais. As famílias de classe média, especialmente aquelas com forte ênfase no desempenho acadêmico, veem a educação como um meio de garantir status social, mas também como um espaço onde valores e ideologias sobre mobilidade social, meritocracia e desigualdade são negociados e questionados (Bacqué et al, 2015, p. 135, tradução nossa).

Assim, ainda que tenham desenvolvido um mini-habitus próprio na nova região, uma espécie de amálgama entre as disposições pregressas e as referências e códigos atuais, seu pertencimento não é absoluto, justamente pelo fato de a Zona Sul ser habitada por outras frações das elites, com composições em sua estrutura de capitais diferentes daquelas mais características entre seus bairros de origem, na região da Zona Norte. O conceito de mini-habitus pode ser entendido como um conjunto de disposições específicas associadas a determinados bairros ou espaços urbanos, em contraste com um habitus mais amplo, que se relaciona à classe social ou ao campo em geral. Essa noção é particularmente útil para entender como indivíduos que transitam entre diferentes regiões da cidade – como a Zona Norte e a Zona Sul – desenvolvem práticas, sensibilidades e percepções ajustadas às especificidades desses espaços (Butler; Robson, 2003, p. 74), como veremos mais adiante a partir das falas dos entrevistados.

O conceito de mini-habitus surge na literatura como uma forma de capturar as diferenças dentro de um mesmo campo social, refletindo como o habitus é modulado por contextos espaciais específicos. Butler e Robson (2003, p. 78) argumentam que, dentro de uma metrópole, diferentes bairros podem desenvolver habitus distintos, o que eles chamam de mini-habitus, que coexistem dentro de um habitus metropolitano mais amplo. Esse fenômeno pode ser observado em cidades como Londres e Paris, onde os estilos de vida e as práticas culturais das classes médias variam de acordo com a localização geográfica, criando distinções intra-classe baseadas na territorialidade (Butler; Robson, 2003, p. 82).

Essa fragmentação do habitus em mini-habitus está ligada a processos de diferenciação espacial e à construção de identidades urbanas. Como apontam Bacqué et al. (2015, p. 140), as classes médias não ocupam a cidade de maneira homogênea, mas através de um conjunto de “arquipélagos” de distinção social, nos quais os mini-habitus são moldados tanto pelas características do bairro quanto pelas trajetórias individuais de seus residentes. Esse fenômeno permite entender por que moradores de diferentes bairros da mesma cidade desenvolvem sensibilidades distintas, mesmo pertencendo a frações próximas da mesma classe social.

Além disso, a literatura aponta que esses mini-habitus não são apenas reflexos passivos do espaço, mas participam da construção ativa da diferenciação urbana. Como mostram Benson e Jackson (2013, p. 119), moradores utilizam distinções espaciais para reforçar seu status e se diferenciar de outros grupos, mesmo dentro da classe média. Isso reforça a ideia

de que os bairros não são apenas locais de moradia, mas campos de disputa simbólica nos quais diferentes estilos de vida e estratégias de pertencimento são negociados.

Dessa forma, Emanuelle não simplesmente internaliza um habitus genérico da elite da Zona Sul, mas constroe um mini-habitus específico desse espaço, moldado tanto pelo contexto da Zona Sul quanto pelas experiências anteriores na Zona Norte. Os mini-habitus da Zona Norte e da Zona Sul não são homogêneos, mas específicos a determinados bairros e às frações da classe média e da elite que os ocupam. Como mostram Butler e Robson (2003, p. 84), diferentes frações da classe média em Londres desenvolvem mini-habitus distintos, que refletem os estilos de vida, as redes de convívio e os códigos simbólicos específicos de cada bairro. Esse fenômeno ocorre também no caso de Emanuelle, a qual, passando a habitar um bairro ocupado por frações da elite da Zona Sul, não apenas ajusta seu comportamento para se adequar às normas locais, mas também mantém marcas de seu mini-habitus anterior.

Esse processo de ajuste, contudo, não elimina um senso difuso de deslocamento, consequência da descontinuidade entre suas experiências anteriores e as formas de sociabilidade predominantes na Zona Sul. Como mostram pesquisas sobre gentrificação e mobilidade intraurbanas, o pertencimento a determinados espaços urbanos não se dá apenas pela posse de capital, mas pela internalização de códigos tácitos e de um ethos compartilhado pelos grupos estabelecidos (Butler; Robson, 2003, p. 95; Bacqué *et al.*, 2015, p. 145). Nesse caso, a aclimação bem-sucedida não impede que elas mantenham uma sensibilidade particular às gradações de distinção e às barreiras simbólicas que delimitam o pertencimento legítimo. Como sugere Bourdieu (1997, p. 156), a adaptação a um novo campo não ocorre de forma automática, havendo sempre um jogo de negociações entre habitus pré-existentes e as exigências simbólicas e práticas do espaço que se deseja ou necessita ocupar. Esse desajuste subjetivo impede uma fusão total com os grupos estabelecidos, gerando para os indivíduos uma postura de estranhamento e alerta frente às hierarquias espaciais e sociais que estruturam sua nova inserção.

No caso da Zona Norte, por exemplo, o mini-habitus predominante é ocupado por uma fração de classe da elite, contudo, não da elite econômica, que historicamente se estabelece na Zona Sul. Assim, mesmo com um alto capital cultural, o que supostamente poderia conferir maleabilidade estratégica e flexibilidade social capazes de atenuar a vivência de inadequação e facilitar a entrada em certos espaços simbólicos, persiste um desajuste em relação às normas e valores dominantes do novo espaço. Além disso, o capital cultural da Zona Norte possui uma forma específica, focada no consumo variado de bens culturais, de ortodoxos a não-ortodoxos;

que se diferencia da maneira como ele é mobilizado na Zona Sul, mais centrado nas práticas de boas maneiras e etiqueta e no consumo de “cultura clássica”. Dessa forma, a incorporação ao novo mini-habitus não é uma simples assimilação, mas um processo reflexivo, em que o habitus originário atua como um filtro na apropriação das novas disposições e práticas.

Richards, ao longo de sua vida, passou por um processo ambíguo de percepção e convivência com a Zona Sul. Embora sua origem seja marcada pelos valores e referências da Zona Norte, sua inserção em um novo espaço social ocorreu de forma parcial e seletiva, sem uma assimilação completa dos códigos culturais dominantes de Boa Viagem. O capital econômico não foi sempre um fator determinante para ele, tornando-se mais relevante apenas após a herança que recebeu no início da vida adulta. No entanto, mesmo com essa mudança material, sua vivência permaneceu fortemente ancorada nas disposições adquiridas na Zona Norte, que continuam a moldar sua identidade e suas sociabilidades. Nesse sentido, comenta:

Meus amigos sempre foram da Zona Norte e... eu tinha um certo preconceito com o pessoal daqui. Achava que a galera era muito... é... burguesinha ou que se achava demais, sabe? Pelo fato de eu só ter um ou dois amigos por aqui de quem eu realmente gostava, e os amigos desse pessoal eram, em geral, da high society – algo que eu nunca fui. Às vezes, nem eram tanto, eram gente boa, mas eu tinha esse preconceito. Mas... com o tempo, isso foi mudando. Fui conhecendo melhor as pessoas. Ainda tem, né...? (pausa indicando que poderia continuar falando sobre o perfil que ele evitava). Mas tem muita gente que também é tranquila, que não tem preconceito nem essas coisas. Mas no geral, eu via o pessoal de Boa Viagem como gente fresca...

É importante frisar que, ainda que sua percepção sobre os espaços e círculos sociais de Boa Viagem tenha oscilado ao longo do tempo, não foram rompidas completamente as fronteiras simbólicas que estruturam sua experiência na cidade. Assim, quando questionado acerca de sua percepção atual sobre os moradores da Zona Sul, ele respondeu usando mais uma vez a Zona Norte como crivo e referência e demonstrando que suas classificações negativas se mantêm mesmo após a mudança e ainda que anteriormente tenha afirmado uma mudança de perspectiva:

Eu não tenho tanta amizade ainda. Eu conheço dois ou três amigos daqui, mas a maioria dos meus amigos estão da Zona Norte. Eu acho que o pessoal da Zona Norte é muito mais assim... sem frescura, não tem tanto aquela questão de... como é que eu posso dizer? De se amostrar muito, de tipo, ah, não conversa com fulaninho porque fulaninho não tem dinheiro, sei lá. O pessoal lá é mais descolado, é mais assim, eu acho o pessoal mais tranquilo, mais aberto. Aqui em Boa Viagem não, aqui em Boa Viagem eu acho que é muito daqueles ciclozinhos que as famílias ricas só mandam pro pessoal de família rica, não se mistura. Assim, não posso generalizar, né, mas o pessoal que eu conheço, eu acho lá muito mais tranquilo em relação a isso. Eles vão pra vários tipos de lugares que não é só aqueles da classe A... Mas lugares que frequenta, é classe B, C, D.

Essa ambiguidade na adaptação de Richards pode ser compreendida a partir da ideia de mini-habitus. Nesse sentido, a Zona Norte, espaço em que cresceu e consolidou suas referências, é marcada por um mini-habitus estruturado pela idealização de maior diversidade cultural e, conseqüentemente, por um acúmulo de capital cultural. Esse cenário alimenta a percepção de que sua sociabilidade é mais aberta e flexível, permitindo maior circulação entre diferentes grupos, e menos demarcada a partir da rigidez do capital econômico. Já a Zona Sul, e especificamente Boa Viagem, opera segundo um mini-habitus fortemente estruturado pela reprodução de redes de status e pertencimento, em que o capital econômico não apenas viabiliza o acesso aos espaços sociais, mas também delimita fronteiras simbólicas mais rígidas, restringindo interações a circuitos mais fechados.

A transição de Richards entre esses dois contextos estruturou sua percepção sobre as diferenças entre os espaços urbanos. Seu mini-habitus da Zona Norte funcionou como um filtro interpretativo, tornando mais visíveis para ele as fronteiras simbólicas que organizam a sociabilidade na Zona Sul. Como apontam Bacqué et al. (2015, p. 203), a configuração dos espaços urbanos e seus códigos sociais influencia diretamente a forma como diferentes frações das classes médias se percebem e se distinguem, mesmo dentro da mesma cidade. Assim, mesmo inserido em Boa Viagem, ele não se apropriou integralmente dos códigos locais, mantendo uma leitura enviesada sobre a dinâmica social do bairro. Essa posição híbrida reforça como a mobilidade espacial não implica necessariamente em uma fusão com os valores do novo meio, mas sim em uma navegação seletiva entre diferentes estilos de vida, na qual os códigos de origem permanecem como referência para interpretar e negociar novos espaços sociais e, inclusive, para a possibilidade de se posicionar de maneira crítica diante deles.

Emanuelle, por sua vez, sempre dispôs de um volume significativo de capitais, com destaque para o capital cultural. Proveniente de uma família com expressivo acúmulo nesse campo, já possuía uma condição financeira estável e confortável, que se tornou ainda mais favorável após seu casamento com um empresário do varejo. Embora essa ampliação do capital econômico tenha fortalecido sua posição social, ela não deslocou a centralidade do capital cultural em sua formação e suas interações sociais. Sua trajetória evidencia como a mobilidade não se define apenas por recursos financeiros, mas também por marcadores simbólicos que estruturam pertencimentos e distinções sociais ao longo da vida. Assim, sobre a Zona Sul e morar na Avenida Boa Viagem, ela comenta:

Eu acho que é um bairro confortável, que proporciona essa vista para o mar, esse contato com a natureza. Eu moro aqui no primeiro andar, então tem essa vista legal

aqui da orla. Eu vejo esse coqueiral bem próximo da gente, que traz muita... É assim, é confortável, é bonito, você tem um contato com a natureza dentro de uma cidade tão poluída como Recife, né? Então eu gosto, assim, tem muita coisa próxima também, tem restaurante... Eu gosto de morar por aqui. Eu morei antes na Zona Norte, morei ali no Parnamirim. E lá era assim, isso é que eu acho estranho, é que lá era super silencioso. Até demorei um pouco pra me habituar aqui, as pessoas, se fosse comparar entre lá e cá, até porque eu demorei um pouco pra me habituar aqui, eu gosto mais do estilo do pessoal da Zona Norte, que foi onde eu fui criada e morei muito tempo. Mas, assim, hoje em dia eu já me adaptei. E gosto também. Acho que é um lugar legal pra se morar. É um privilégio, na verdade, morar aqui, nessa proximidade do mar.... Entendo assim.

Questionada, por sua vez, sobre as diferenças por ela percebidas entre os moradores da Zona Sul e da Zona Norte, Emanuelle compartilhou:

Eu acho que é uma informalidade... Eu acho que o pessoal da Zona Norte tem uma informalidade. Isso me chama muito a atenção, assim, nas padarias, logo que eu vim pra cá, eu achava que o pessoal aqui era menos amigável, vamos dizer assim. Outra coisa que me chamava muita atenção, o povo andava sempre com roupa de academia e não sei o quê, era uma vibe diferente. Eu acho que na Zona Norte, onde eu morei em Parnamirim, por ali, em Casa Forte, eu morei na Encruzilhada, quando solteira, as pessoas eram mais tranquilas, mais relaxadas. Aqui eu acho que é o ritmo... assim, sabe, mais alucinante. Eu não consigo dizer, explicar precisamente o que é isso, eu acho que é um perfil talvez mesmo de moradores, não sei dizer precisamente. Foi uma coisa que eu sempre percebi muito. Essa diferença de... perfil, não sei. (voltando a falar da Zona Norte) Assim, o ritmo é diferente, a gente percebe que as pessoas são um pouco mais tranquilas, enfim, ver aquilo ali onde elas moram. Já aqui, eu acho que é assim, é muito corre-corre, é uma coisa mais... acelerada, eu acho que eu definiria assim.

A experiência da entrevistada revela como a mudança entre diferentes regiões da cidade não envolve apenas uma transição física, mas é marcada pelo estranhamento advindo das classificações sobre estilo de vida. Para ela, a Zona Norte está relacionada a um estilo de vida mais informal e tranquilo, no qual as relações sociais são percebidas como mais abertas e espontâneas, a uma vida mais leve e à menor preocupação e intensidade com o trabalho – quase uma manifestação de tomada de posição prática que rejeita o mundo corporativo e os espaços em que o capital econômico prevalece. Tais observações, assim, demonstram como, indiretamente, nessas práticas, a pesquisada localiza o capital cultural na Zona Norte e o econômico na Zona Sul.

Espontaneamente, Emanuelle identifica as diferenças, em sua percepção – e em consonância com o senso comum mais generalizado –, relativas às duas regiões. Essas diferenças não são apenas subjetivas, mas revelam a forma como o capital cultural manifesta-se em cada contexto, estruturando os códigos e expectativas que regulam a convivência nos diferentes bairros.

Já a Zona Sul apresenta-se na fala de Emanuelle como um espaço mais acelerado, marcado por um forte dinamismo urbano e por práticas associadas à distinção, ao consumo e à preocupação com o corpo, como ela explicita ao mencionar o uso frequente de roupas de academia. E, como Richards, ela também enfatiza na Zona Sul o rigor nas interações, mais restritas e ritualizadas, remetendo a uma frieza e a uma formalidade maiores. Emanuelle também coloca que admira a natureza, o que seria um ponto positivo de sua nova moradia, filiando-se a aspectos mencionados no início do capítulo, e se diz acostumada com o bairro, contudo essa aclimação parece-nos permeada por um olhar analítico e de distanciamento, além de saudoso quanto aos valores atribuídos à Zona Norte.

É importante salientar que Emanuelle afirmou ser praticante habitual de exercícios físicos, cerca de duas horas diárias. Tal prática também foi percebida na Zona Norte entre os entrevistados com alto capital econômico, no subgrupo dos abertos à Zona Sul. Dessa forma, podemos apontar que possivelmente houve uma adequação de Emanuelle, antiga moradora da Zona Norte, às práticas corriqueiras no estilo de vida atribuído à Zona Sul. Entretanto, também trata-se de uma postura ambivalente, uma vez que a entrevistada diz ter estranhado o fato de, no novo bairro, frequentemente avistar pessoas com vestimentas de academia.

A disciplina e o exercício ascético, isto é, o exercício pelo exercício visando à forma física, no ambiente das academias, inclusive foi alvo de críticas entre entrevistados da Zona Norte, que, em geral, valorizam tal ato quando associado a práticas culturais como caminhar em ambientes com paisagens agradáveis. Desse modo, a prática de exercício físico é feita de maneira associada mais ao capital cultural e menos ao cultivo de um corpo atlético.

O processo de adaptação da entrevistada ilustra como os indivíduos negociam e reinterpretam essas distinções ao longo do tempo. Ainda que inicialmente tenha sentido um certo estranhamento em relação ao novo ambiente, sua experiência revela uma integração gradual, na qual o pertencimento se constrói sem que haja uma completa ruptura com as referências anteriores, assim como no caso de Richards. Esse movimento reforça como o *mini-habitus* da Zona Norte continua a operar como um filtro interpretativo, tornando evidentes as fronteiras simbólicas entre os espaços urbanos. Assim, a trajetória de Emanuelle ilustra, mais uma vez, como a mobilidade residencial não implica em uma absorção automática dos códigos do novo meio, mas sim em um processo contínuo de ajustes e reconfigurações. Ao reconhecer de forma espontânea as diferenças entre a Zona Norte e a Zona Sul, a entrevistada evidencia como os estilos de vida urbanos são profundamente marcados por disposições sociais preexistentes, que delimitam os sentidos de pertencimento e os modos de habitar a cidade.

4.5 Distanciamento pragmático: reabilitação simbólica Boa Viagem

Na Zona Sul, e especificamente em Boa Viagem, há uma parcela de moradores que adota aquilo que podemos chamar de distanciamento pragmático. São indivíduos que reconhecem os benefícios do bairro e se beneficiam das suas comodidades, paisagem e infraestrutura, porém não buscam distanciar-se dos estereótipos de ostentação, futilidade ou consumo vulgar frequentemente associados ao local. Nesse caso, o que ocorre não é propriamente uma rejeição ao bairro ou ao estilo de vida que ele proporciona, mas sim um esforço discursivo para negar a imagem negativa que recai sobre ele, sobretudo quando em comparação com a Zona Norte.

Esse distanciamento opera de forma pragmática, de modo que, em vez de buscar um afastamento em relação a Boa Viagem, o sujeito argumenta contra o rótulo atribuído a ela e afirma, por exemplo, a diversidade de perfis e a presença de moradores cultivados, discretos e críticos, no intuito de desmontar a ideia de uma homogeneidade sociocultural na Zona Sul. Tal movimento pode ser ilustrado pela fala de Luizinho, emitida ao ser questionado sobre como descreveria Boa Viagem e seus moradores:

Nossa senhora. É difícil. Como é que eu vou descrever os moradores do bairro... não sei, é muito difícil (...), acho que generalização é sempre um negócio muito arriscado. E como eu venho de uma zona... quer dizer, eu criança morei em Boa Viagem, depois eu, criança ainda, fui morar numa zona em que ninguém morava, que era uma zona... vou dizer que ali era uma zona neutra, não é nem centro, que quando você diz centro parece que você mora aqui dentro do centro do Recife. Mas eu morava ali, sabe onde é o Sport? Pronto, não tem aquela Beira Rio pequena, entre o Sport e aquela ponte que vai pro Fórum? Pronto, eu morava ali naquele trecho da Beira Rio. Quando a gente foi morar lá eu devia ter 8 anos de idade, e saí de lá depois que casei. E ali nem era Casa Forte, Espinheiro, que é considerado zona norte, nem era Boa Viagem, né, que era zona sul. Então eu nem tava num canto nem tava no outro. Então, assim, pra mim eu não... é muito difícil, eu não sei generalizar... até porque, hoje, por uma praticidade, muita gente que morava na zona norte ou coisa equivalente de região, foi morar em Boa Viagem em apartamento, que era o nosso caso, por exemplo. (...) Então, assim, eu acho que Boa Viagem tem muita mistura. Tem gente que era zona norte, que tem um perfil mais alternativo, não, eu diria mais conservador, mais intelectualizado, normalmente, né? Mas você tem muita gente também intelectualizada na zona sul. Então eu acho que generalizar não é uma atitude inteligente.

É também exemplar desse movimento discursivo que busca dissociar Boa Viagem da imagem vulgar comumente atribuída à Zona Sul a fala de Marta, artista plástica, 75 anos, moradora de Boa Viagem há mais de cinco décadas e pertencente a uma família ligada historicamente ao comércio e à indústria hoteleira, com raízes também na zona canavieira de Pernambuco. Ao longo da vida, construiu uma trajetória marcada pela valorização do capital cultural, com formação em *design* de joias na Itália, dedicação à cerâmica, pintura, escultura e

inserção em círculos sociais sensíveis à arte e à estética. Quando perguntada sobre se haveria, em sua percepção, diferenças entre a Zona Norte e a Zona Sul, ela mencionou a associação desta última com a figura dos “novos ricos”, a qual classificou como “grotesca e infeliz”. Podemos depreender que o desconforto com esse enquadramento revela a disputa simbólica em torno da legitimidade do espaço urbano e de seus ocupantes. Em seguida, a entrevistada procurou contextualizar o processo de transformação da Zona Sul, apontando que a migração para Boa Viagem também teria sido protagonizada por famílias tradicionais, que buscavam praticidade, qualidade de vida e apartamentos amplos:

Por exemplo, quem vem de fora, diretores de fábricas, pessoas que são do sul, querem morar na praia. (...) Famílias tradicionais que moraram em casa e depois de um certo tempo essas casas viraram clínicas, viraram negócios, viraram estórias. Há a tendência de morar em apartamentos caros, apartamentos grandes. É uma constatação.

Além disso, ela fez questão de frisar que no território do edifício onde mora havia a casa de veraneio de uma tradicional família da elite pernambucana – que ela adjetivou como “de muito bom gosto” – e que muitas pessoas dessa família optaram por residir no prédio após a demolição da casa. Ainda nesse tema, ela verbalizou:

Eu acho que há um individualismo muito grande nos edifícios. As pessoas vivem suas vidas morando com dois metros e meio de distância. Isso eu acho estranho, continuo estranhando. Nesse aqui talvez seja um pouco melhor porque há uma família. São muitas irmãs, seis irmãs.

Essa observação revela que Marta valoriza não apenas o apartamento em si, mas a atmosfera social do prédio, marcada por laços familiares e por uma certa continuidade de convivência entre vizinhos. Ao destacar que “há uma família” vivendo ali, ela sugere que o prédio é ocupado por pessoas com vínculos anteriores, herdeiras ou descendentes de uma mesma linhagem – um contraste simbólico importante em relação a edifícios mais recentes e anônimos, associados à lógica da especulação ou da mobilidade ascendente rápida. Esse detalhe reforça sua tentativa de reposicionar Boa Viagem como um espaço legítimo de continuidade e sensibilidade social, sofisticação e refinamento cultural, e não como território de anonimato, ostentação ou mobilidade oportunista.

Esse senso de continuidade também é reivindicado por Luizinho, em afirmação que aqui transcrevemos:

(...) Eu tô lembrando especificamente de uma família que morava em Casa Forte e tinha casa de veraneio em Boa Viagem. O marido morreu, a viúva continuou morando lá por um bom tempo, tinha um monte de filhos, e construíram, na casa onde era a casa de veraneio da família, um prédio e foram morar lá. E não mudou a família, as

peessoas são as mesmas. Aliás, é uma família de gente muito culta. Então eu acho que não cabe essa ideia de que ‘ah, foi todo mundo pra Boa Viagem e virou novo rico’. Eu acho isso uma simplificação muito grosseira, que não traduz a complexidade do que aconteceu.

Essa fala é poderosa justamente porque desmonta a ideia de ruptura simbólica associada à migração da elite da Zona Norte para a Zona Sul. Ao afirmar que “não mudou a família, as pessoas são as mesmas. Aliás, é uma família de gente muito culta”, ele reivindica continuidade de capital cultural, de pertencimento de classe e de modos de vida mesmo após a mudança territorial. Quando ele diz “continuaram como cultas”, assevera a manutenção de um repertório simbólico reconhecido como legítimo independentemente da localização geográfica e afasta a narrativa de que os moradores de Boa Viagem seriam, por definição, “novos ricos” ou pessoas de baixo capital cultural.

Voltando a Marta, ressaltamos que ela comentou que tem muitas amigas na Zona Sul, além das pessoas do próprio prédio com quem convive; informação indicativa de que encontra pessoas com estilo de vida semelhante ao dela. Considerando os aspectos por ela destacados, Marta propõe uma leitura diferente da Zona Sul: não como reduto da ostentação vazia, mas espaço legítimo de uma elite consolidada e sensível, apreciadora do conforto e da natureza. Ela, portanto, busca reposicionar o território como um lócus também da alta cultura e da sensibilidade estética, em oposição às ideias que acompanham a caricatura do “novo rico”. Sua fala, assim, reafirma um pertencimento cultivado à Zona Sul, contestando o estigma e reivindicando o bairro como território também da alta cultura, da discrição e da sofisticação não performática.⁵⁸

Trazemos também o exemplo de Alceu, 71 anos, formado em Direito, com trajetória em instituições renomadas, tradicionais e de elite, inclusive no Sudeste; empresário do ramo da hotelaria e de lojas de automóveis de luxo, descendente de tradicionais famílias coloniais pernambucas. Questionado sobre suas motivações para residir no Pina, ele respondeu:

⁵⁸ Como mostra Sherman (2017), membros de elites consolidadas há gerações frequentemente recorrem à denegação econômica para evitar associações com a ostentação e o consumo ilegítimo. Seus entrevistados buscam agir segundo a lógica de que “*having is acceptable as long as it is not shown (or shown off) in particular ways*”, reconhecendo que mesmo práticas não chamativas de consumo poderiam gerar distanciamento simbólico diante de pessoas com menos recursos (p. 10). Essa postura articula-se à construção de uma distinção moral e estética frente aos “ricos ruins”, uma vez que “*drawing boundaries against ostentation and against spending for its own sake is a way for my subjects to distinguish themselves from the ‘bad rich’ who spend illegitimately. They appeal to distinction, demonstrating high cultural capital (...) and that ‘flash’ is gauche*” (p. 104). Esse tipo de racionalidade aparece nos casos aqui analisados, quando certos moradores de Boa Viagem reivindicam formas legítimas, discretas e sensíveis de pertencimento à Zona Sul, recusando o estigma da ostentação.

Foi por contingência, ou seja, como é que eu poderia voltar para ver o mar? É uma coisa extremamente... é um vício. Depois que você vê o mar, você fica apegado a acordar e ver aquela água assim.

Essa valorização do mar, da paisagem e do cotidiano revela uma forma sofisticada de ocupar a Zona Sul, desvinculada da ostentação performática ou da imagem do emergente. Salientamos que sua posição social insere-o em um segmento consolidado da elite recifense, com acesso histórico a bens econômicos e simbólicos, o que lhe permite habitar Boa Viagem sem buscar nela uma plataforma de ascensão, mas sim de conforto, mobilidade e valorização. Assim, ao falar sobre sua decisão de morar no Pina, ele não a associa a um desejo de distinção visível, mas a um conjunto de elementos práticos, estéticos e patrimoniais que compõem sua relação com o espaço.

Alceu também busca exaltar que em seu apartamento há diversos móveis e artigos de louça herdados – inclusive vindos de Portugal, no passado açucareiro – e quadros dos principais pintores do cânone pernambucano, como Reynaldo Fonseca, João Câmara e Cícero Dias. Desse modo, ele projeta em sua fala uma imagem de continuidade de prestígio, refinamento e racionalidade patrimonial. Ele completa:

Hoje estou ultra satisfeito. Hoje evoluiu, né? Você tem o maior shopping do Recife, esse Rio Mar, e você está tendo as melhores construções. É como se... o Pina é como se fosse a Ipanema do Leblon do Rio de Janeiro”.

Nessa fala, o bairro é reposicionado como espaço nobre, cosmopolita, funcional e desejável; lugar onde a elite consolidada pode viver com conforto, praticidade e distinção simbólica discreta. Trata-se, portanto, de um caso exemplar de distanciamento pragmático, no qual o morador não repudia a Zona Sul, mas rejeita ser confundido com os estereótipos que pesam sobre ela – e ao fazer isso, contribui para requalificar simbolicamente o território.

Por fim, entre os entrevistados moradores da Zona Sul com trajetórias marcadas pela convergência de alto capital econômico e cultural, há ainda aqueles que, diferentemente de outros perfis mais argumentativos, simplesmente não se dão ao trabalho de refutar a oposição simbólica entre Zona Norte e Zona Sul. Para esses sujeitos, a disputa é irrelevante e secundária. Essa atitude de indiferença pode ser interpretada, em termos bourdieusianos, como uma forma sutil de dominação simbólica naturalizada, típica da fração dominante da classe dominante, que ocupa as posições mais elevadas no espaço social, seja na esfera política, empresarial ou nas altas burocracias.

Com capitais consolidados e reconhecidos, esses grupos não sentem a necessidade de participar das disputas simbólicas de consagração territorial para afirmar seu pertencimento. Ao

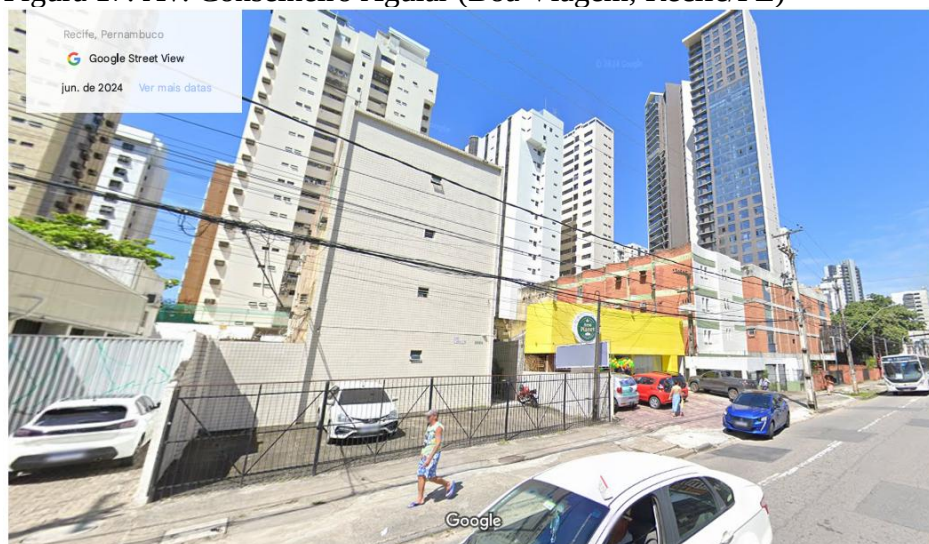
ignorar o conflito, eles não o enfrentam, mas o deslegitimam por omissão, reforçando, paradoxalmente, sua própria superioridade simbólica. A indiferença, assim, acaba por funcionar como estratégia de distinção refinada, na qual a ausência de reação é, por si só, um gesto de afirmação e de segurança de sua posição. Podemos ilustrar a postura desse grupo a partir da fala de Isadora, 75 anos, moradora da Avenida Boa Viagem, filha de industriais, com trajetória profissional marcada pela direção de museus e galerias na cidade e cujo marido vem de família com forte tradição política em Pernambuco. Interpelada sobre as possíveis diferenças entre as zonas Norte e Sul, ela sintetizou: “é tudo igual, não vejo diferença, isso é balela”.

Figura 16. Trechos típicos da Zona Sul do Recife.



Fonte: Google Street View, 2025. Descrição: As imagens mostram um trecho emblemático da paisagem de Boa Viagem: grandes espigões, muros cegos elevados e ausência de interação com a rua. Essa arquitetura fechada, verticalizada e pouco permeável ao espaço público não apenas reflete uma lógica de enclausuramento e separação social, como discutido nesta tese, mas também contribui para alimentar a percepção crítica que muitos moradores da Zona Norte têm sobre a Zona Sul. A fisionomia hostil dos edifícios, marcada por barreiras visuais e desumanização da escala urbana, reforça a imagem de um território voltado para dentro, centrado na segurança privada e no isolamento, distante de ideais de convivência, tradição e vida pública valorizados discursivamente pelos moradores da Zona Norte.

Figura 17. Av. Conselheiro Aguiar (Boa Viagem, Recife/PE)



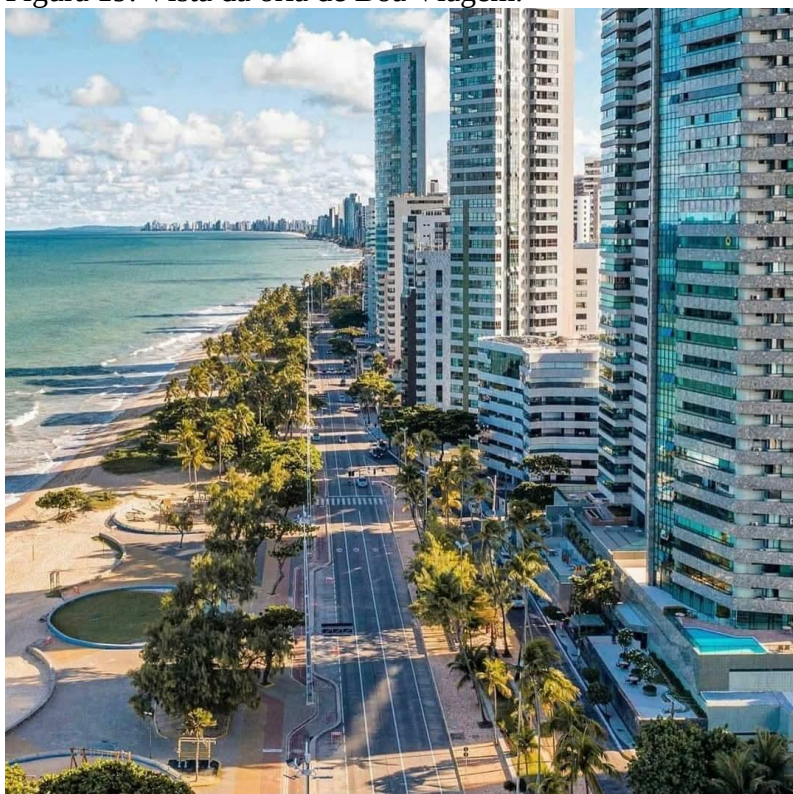
Fonte: Google Maps, 2025.

Figura 18. Edifício Holiday



Fonte: Uol, 2021. Descrição (Fotos 15 e 16): Localizado a poucos metros da orla, o Holiday tornou-se símbolo das tensões estéticas, sociais e institucionais que atravessam a Zona Sul. A Avenida Conselheiro Aguiar, onde o edifício se insere, marca uma zona de transição entre os condomínios de alto padrão da beira-mar e os circuitos populares do bairro, funcionando como fronteira simbólica na paisagem urbana.

Figura 19. Vista da orla de Boa Viagem.



Fonte: Google, 2025. Descrição: Zona emblemática da elite recifense, onde predominam edifícios-torre com grandes recuos, muros contínuos e ausência de comércio de rua. Trata-se de um espaço marcado pela verticalização excludente e pela arquitetura do medo, que reflete um modelo de moradia centrado no isolamento, na vigilância e na separação simbólica entre dentro e fora. Essa configuração espacial reforça a condição da orla como bolsão de riqueza segregado do tecido urbano popular.

Figura 20. A praia de Boa Viagem, apesar de ladeada por edifícios voltados ao enclausuramento, segue como o maior equipamento popular de Recife.



Fonte: Diário de Pernambuco, 2020. Como mostra a imagem, a faixa de areia é intensamente ocupada por diferentes públicos, revelando a ambivalência entre o isolamento arquitetônico e a convivência popular no espaço costeiro.

Figura 21. Vista aérea da Zona Sul do Recife, destacando a orla de Boa Viagem, densamente ocupada por edifícios de alto padrão, que se estendem em linha contínua à beira-mar.



Fonte: “Recife - vista aérea” (Wikimedia Commons). Descrição: A imagem evidencia a lógica do enclausuramento verticalizado e a valorização simbólica da faixa litorânea, especialmente entre a Avenida Boa Viagem e a Domingos Ferreira. Mais ao interior, a Conselheiro Aguiar marca uma fronteira simbólica com áreas de comércio mais popular e menor prestígio, indicando a gradação socioespacial do bairro. Ao fundo, nota-se a presença do manguezal e do estuário do rio Pina, que funcionam como barreiras naturais e sociais à expansão imobiliária. Nas bordas desse ecossistema, visualizam-se comunidades populares como as do Bode, Areinha e Ilha do Destino, revelando a justaposição de formas urbanas altamente desiguais. À direita, sobre a península, encontra-se Brasília Teimosa, território popular historicamente estigmatizado, cuja proximidade com a orla elitizada escancara os contrastes urbanos da cidade. A imagem permite observar com nitidez a coexistência de espaços marcados por

diferentes regimes de valor simbólico, pertencimento e destinação urbana – entre o luxo da orla, o enclave ecológico do mangue e os territórios populares da resistência.

4.6 A estilização da vida como *Class ceiling*

As trajetórias de moradores tanto da Zona Norte quanto da Zona Sul revelam como a sofisticação e a estilização da vida cotidiana são predicados centrais para o reconhecimento social desses indivíduos pelos membros das diversas frações das elites e sua incorporação nos círculos sociais das elites – e requerem esforços, que podem ser estratégicos, despertados por uma socialização secundária tardia, ou inconscientes, resultado da exposição a novos espaços de socialização ao longo da vida. É importante pontuar, ainda, que nem sempre esse processo gerará frutos: trataremos de casos de pessoas que não conseguiram fazer de maneira satisfatória a incorporação desse capital cultural, o qual atua como uma barreira, ou *Class ceiling*.

Ao longo de suas trajetórias, cada um desses agentes mencionados incorpora práticas, objetos e escolhas que vão muito além das necessidades materiais, funcionando como marcadores de um gosto adquirido e legitimado – ferramentas fundamentais na busca por pertencimento aos circuitos mais prestigiados da sociedade.

Nicolau explora a gastronomia como um território privilegiado da sofisticação. Ao refletir sobre a diferença entre sua trajetória e a da irmã, ele expõe, de forma espontânea, o quanto a capacidade de frequentar certos restaurantes, entender o serviço e saber escolher um prato não é natural, mas resultado de um aprendizado, de uma educação do gosto. A experiência internacional e a inserção em ambientes de trabalho de alto prestígio ampliam ainda mais seu repertório, permitindo um olhar crítico sobre o luxo e um domínio das sutilezas que distinguem a mera ostentação da verdadeira sofisticação.

Liana também percorre essa trilha de refinamento, diferenciando-se pelo fato de seu processo ter sido mais precoce, iniciando-se na infância, quando precisou adequar seu gosto ao dos seus colegas na escola de elite que frequentava. Esse convívio precoce com os códigos da alta classe moldou sua percepção estética e a direcionou para um campo profissional, o design de interiores, em que o domínio da estética transforma-se em capital cultural e econômico. Sua casa, a escolha dos materiais, a luz, a disposição dos móveis, tudo é pensado como parte de um projeto de vida no qual a estetização é central para afirmar sua posição social.

Como vimos, a educação e a etiqueta são formas de estabelecer barreiras de convivência, que em geral se herda ou adquire de uma educação doméstica. As boas maneiras, como senso de adequação social, são marcadores que identificamos em diferentes momentos das falas dos

entrevistados, tanto daqueles da Zona Norte, quanto nos da Zona Sul. Assim, se falamos anteriormente de Milena e seu marido, moradores da Zona Norte, que dizem valorizar pessoas com certas características como discrição, tato, comedimento etc., reencontramos essa mesma postura em personagens da Zona Sul. O refinamento de conduta estabelece, como veremos, um pretexto que dissimula afinidades ideológicas e morais, funcionando, como dissemos antes, como uma senha de pertencimento. Por isso, veremos adiante, como são identificadas, ou caracterizadas, as pessoas filtradas, ou seja, aquelas que não passaram pelo teste do “ceiling glass”, não tendo assimilado plenamente os códigos de boa conduta.

4.7 Desejo e desençaixe na Zona Sul: limites do pertencimento eletivo

Diferentemente da maioria dos entrevistados da Zona Sul do Recife, que tende a rejeitar explicitamente a associação entre moradia e ostentação – buscando se afastar da imagem estigmatizada dos “novos ricos” excessivamente preocupados com a exibição de riqueza –, um pequeno grupo se destaca por adotar justamente essa associação como sinal de conquista e prestígio. Esses moradores, oriundos de trajetórias de ascensão social recente, habitam a Zona Sul não apenas por razões práticas, mas como afirmação direta de status. Sua posição, no entanto, é minoritária no conjunto dos casos que levantamos e se caracteriza por uma relação com a riqueza pouco mediada por códigos de recato e contenção, operando antes por uma lógica de visibilidade e demonstração. Trata-se de uma forma de distinção direta, que contrasta com os estilos valorizados pelas elites estabelecidas, marcados por discrição e domínio de códigos estéticos e comportamentais mais sutis.

Como analisa Rachel Sherman (2017), mesmo entre famílias muito ricas em Nova York há uma preocupação constante em evitar a aparência de ostentação, buscando justificar seus privilégios por meio de narrativas de discrição, contenção e sensibilidade moral. Práticas que expõem de forma explícita os signos da riqueza, sem esses filtros simbólicos, tendem a ser percebidas como exageradas ou de “mau gosto” – e, por isso, perdem legitimidade nos espaços mais prestigiados. A consonância entre esse padrão descrito por Sherman e os julgamentos expressos por entrevistados mais bem estabelecidos em Recife reforça a percepção de que a ostentação aberta é malvista entre os grupos dotados de maior capital simbólico. A forma como esse grupo recifense valoriza abertamente a moradia em Boa Viagem – celebrando o endereço e a proximidade da praia como marcas evidentes de vitória pessoal – revela, assim, um desalinhamento em relação às expectativas simbólicas que moldam o pertencimento pleno às

elites urbanas estabelecidas. Embora compartilhem o território da elite, esses moradores não dominam plenamente os códigos de reconhecimento que estruturam os circuitos legítimos de pertencimento, o que torna sua inserção instável e sujeita a limites sociais sutis, mas eficazes.

O grupo de entrevistados que associa explicitamente status social à moradia constitui uma minoria entre os moradores da Zona Sul entrevistados. Como observado, apenas quatro moradores entre os trinta entrevistados exaltaram abertamente a moradia em Boa Viagem como símbolo de conquista social e prestígio. Para esses sujeitos, a proximidade da orla é um fator decisivo na produção de status. Consideram muito negativa qualquer distância – ainda que de poucas quadras – em relação à praia, e veem como impensável residir para além da Avenida Conselheiro Aguiar, que funciona como uma fronteira simbólica no bairro: a partir dela, Boa Viagem torna-se socialmente mais heterogênea, abrigando edifícios mais antigos e até mesmo decadentes, embora ainda coexistam construções de alto padrão.

Trata-se, em geral, de indivíduos com trajetória de ascensão social recente, sustentada sobretudo pelo capital econômico, e com menor inserção nas redes simbólicas e sociais das elites tradicionais. Entre eles, apenas uma pessoa passou por um processo de sofisticação cultural mais evidente; os demais não lograram êxito na incorporação de disposições legitimadas, o que os coloca numa posição relativamente insular frente aos circuitos de sociabilidade prestigiados da região – especialmente aqueles frequentados por membros da burguesia tradicional.

Essa forma de distinção direta, ancorada na visibilidade da localização e na celebração explícita da moradia como conquista, encontra expressão emblemática na trajetória de Sebastião. Aos 65 anos, com formação em Administração e Direito, ele é herdeiro de um patrimônio acumulado por seu pai e construiu, ao longo dos anos, um negócio próprio no ramo de móveis planejados. Sua aposentadoria, no entanto, não resultou de uma trajetória consolidada de sucesso, mas foi precipitada pelo declínio do seu empreendimento, que não resistiu às transformações do mercado. Desde então, vive da gestão de alguns poucos ativos remanescentes. Diante da ascensão de um mercado orientado por design, refinamento estético e códigos culturais mais sofisticados, viu sua empresa entrar em decadência. Em suas falas, Sebastião atribui a falência à “concorrência desleal” e aos “novos tempos”, mas não demonstra compreender plenamente os mecanismos simbólicos que passaram a organizar esse campo. Mais do que um problema estratégico ou conjuntural, o insucesso de seu negócio revela um descompasso entre os capitais que herdou e aqueles exigidos para manter-se reconhecido nos círculos prestigiados. Sua trajetória habitacional na Zona Sul – marcada por sucessivas

mudanças dentro da Avenida Boa Viagem até a migração forçada para a Rua dos Navegantes – será analisada a seguir como expressão espacial dessa busca por distinção e dos limites encontrados nesse processo.

Ele realiza grandes esforços para manter-se o mais próximo possível da Avenida Boa Viagem. Apesar de ter morado na referida avenida, foi, ao longo do tempo, sendo deslocado para prédios progressivamente mais simples – ainda localizados na orla – por questões financeiras. Foram mudanças sucessivas, sempre dentro da própria Avenida, em direção a edifícios mais antigos, menores, menos conservados e com menos facilidades, como áreas de lazer com piscina, quadra, serviço de portaria contínua, entre outros. Tais deslocamentos, embora materialmente significativos, não representavam, até então, uma ruptura com o espaço simbólico valorizado da elite recifense. Pelo contrário: podem ser compreendidos como estratégias de contenção simbólica, tentativas de manter-se no circuito legitimado da orla, mesmo diante de perdas econômicas.

Como ele próprio narra:

“Morei no Edifício X, depois fui para o Y, depois para o Z, e agora estou aqui. [...] A primeira mudança foi por conta do aumento muito grande no condomínio, e porque o apartamento era muito grande, tinha mais de 200 metros. Fui reduzindo, hoje moro num de 100 e poucos metros. Mas continuo por aqui.”

Importa destacar que os edifícios X, Y e Z, apesar de estarem localizados na Avenida Boa Viagem, já marcavam uma certa transição simbólica. Eram prédios com menos prestígio, mais antigos, menos equipados, mas ainda dentro do espaço nobre da orla – o que permitia preservar parte do capital simbólico atrelado à localização. A permanência na avenida operava como uma forma de afirmar, mesmo que sob novas condições materiais, um pertencimento ainda reconhecível ao circuito de distinção da elite local.

A mudança para a Rua dos Navegantes, situada logo atrás da orla, marca um novo momento nesse processo. Embora a Navegantes ainda seja considerada um endereço valorizado e desejado na Zona Sul, ela é percebida como um espaço mais heterogêneo socialmente e menos prestigiado do que a própria Avenida Boa Viagem. O prédio onde Sebastião passou a morar é mais modesto, com infraestrutura reduzida, e não oferece o mesmo padrão de serviços dos edifícios onde viveu anteriormente. Ainda assim, não se trata de uma ruptura com o universo simbólico da elite, mas sim de uma retração dentro de seus limites periféricos. A frase “*mas continuo por aqui*”, dita com ênfase pelo entrevistado, revela esse gesto de resistência: mais do que constatar uma permanência geográfica, ela comunica um posicionamento simbólico, um

desejo de manter-se dentro das bordas do espaço legitimado, mesmo que sob condições materiais reduzidas.

A trajetória habitacional de Sebastião expressa, assim, uma tentativa clara de preservar signos espaciais de distinção – especialmente a orla de Boa Viagem – diante de perdas econômicas progressivas.⁵⁹ A insistência em permanecer nos limites simbólicos da orla, ainda que em suas franjas, revela a centralidade da localização como marcador de status para esse grupo emergente – e como recurso de distinção em momentos de retração material.

Essa insistência em manter-se vinculado a um marcador espacial de prestígio, mesmo em meio a perdas materiais significativas, é compartilhada por outros entrevistados cujas trajetórias revelam um padrão semelhante: forte valorização da moradia em Boa Viagem como símbolo de conquista, desejo de reconhecimento social, mas baixa incorporação dos códigos legítimos de distinção. Antônio, por exemplo, apresenta uma trajetória emblemática desse perfil. Oriundo de uma família humilde, chegou a vender espetinhos na infância, no bairro de Água Fria. Formou-se engenheiro, trabalhou como servidor público federal e, paralelamente, desenvolveu uma construtora de pequeno porte. Ao longo dos anos, acumulou capital econômico por meio da construção e aluguel de edifícios populares, e estabeleceu-se com sua família em um apartamento de andar alto em Boa Viagem, do qual se orgulha intensamente: “Boa Viagem é um país. Aqui tem tudo: comércio, lazer, praia. Vim de Candeias e não volto de jeito nenhum.”

Sua fala revela o quanto a localização residencial funciona como um marcador de distinção e de sucesso para ele e sua família. A escolha pela orla não é apenas prática, mas carrega uma dimensão simbólica central – como se o território sintetizasse a vitória pessoal sobre a origem modesta. No entanto, o capital cultural de Antônio permanece limitado: seu gosto é orientado por noções mais utilitárias de conforto, sua sensibilidade estética não é particularmente refinada, e sua rede social se restringe, em grande parte, a antigos colegas de colégio e universidade – em geral, pessoas de perfil semelhante ao seu. Ao descrever sua casa ideal, por exemplo, ele enfatiza móveis “normais”, conforto funcional e uma vista privilegiada da praia; não há referência à ambientação, ao design ou à estética como critérios de valor.

Essa limitação também se expressa na forma como interpreta o desempenho profissional das filhas. Embora ambas tenham cursado moda e design, o negócio de biquínis que mantêm não prospera – fato que Antônio atribui à falta de iniciativa ou à ausência de espírito empreendedor. O que não entra em seu horizonte de análise são as exigências simbólicas

⁵⁹ Esse movimento se aproxima dos casos descritos por Gilberto Velho (2010) em Copacabana, embora, no caso recifense, os déficits relatados não assumam o mesmo grau de precariedade observado nos estudos cariocas.

próprias dos mercados voltados às elites culturais: as filhas estudaram em instituições pouco prestigiadas e não possuem os repertórios estéticos, os códigos linguísticos e as redes de contato que conferem legitimidade em espaços seletivos. Falta-lhes o tipo de capital cultural e relacional que permite circular com naturalidade em ambientes de prestígio e projetar valor simbólico no produto que oferecem. A comparação com o caso das filhas de Liana é elucidativa: também formadas em moda praia, elas operam uma marca com identidade autoral, voltada a um público qualificado, e fazem escolhas estilísticas que comunicam sofisticação. A recusa em vender seus produtos em lojas de grande circulação, como forma de preservar a singularidade da marca, é interpretada pela própria mãe como um gesto de distinção consciente – algo que não parece fazer parte do horizonte simbólico da família de Antônio.

A comparação com o caso de Liana é reveladora. Também de origem modesta, Liana conseguiu incorporar um *habitus* esteticamente mais afinado com os códigos da elite e, por isso, suas filhas, que atuam na mesma área de moda praia, operam uma marca descrita como *boutique*, voltada a um público com alto capital cultural. Elas recusaram, inclusive, uma proposta de venda em uma loja de prestígio da Zona Sul, preferindo manter o caráter autoral e independente do negócio – um gesto que, embora arriscado economicamente, comunica distinção simbólica.

Assim como Sebastião, Antônio compartilha o espaço físico da elite, mas sem acessar plenamente seus códigos e disposições. A permanência na orla é importante – e reiterada com orgulho –, mas não se traduz automaticamente em pertencimento social reconhecido. O resultado é um posicionamento ambíguo: ao mesmo tempo integrado e periférico, visivelmente emergente e simbolicamente desalinhado. Deseja o prestígio, mas não detém os instrumentos para convertê-lo em reconhecimento legítimo.

Essa ambivalência simbólica aparece de forma ainda mais nítida em outro episódio relatado por Sebastião. Em uma de suas falas, ele comenta com certo espanto o comportamento de um colega com quem costuma caminhar pela orla:

O cara é meio excêntrico, sabe? Por exemplo: se alguém pede dinheiro a ele, ele dá na hora. Esses dias mesmo, lá na Diplomata, um cara pediu... A gente tava caminhando, aí ele olhou pro sujeito e disse: 'Esse coitado, a vida endoidou ele'. Aí pegou cem reais e deu. Tem umas coisas assim, bem exóticas, diferentes. Não é normal alguém chegar, um estranho, e você dar cem reais assim. Mas ele não faz isso pra se mostrar. Ele dá mesmo, discretamente, só estende a mão e entrega.

A fala revela uma distância simbólica importante: embora Sebastião se orgulhe de caminhar ao lado de figuras prestigiadas, sua leitura do gesto evidencia um descompasso entre

sua sensibilidade moral e a lógica de distinção operante entre os detentores de alto capital social e cultural. O que para elites mais legitimadas pode ser lido como um ato de nobreza simbólica (Sherman, 2017) – generosidade performada com naturalidade e elegância –, para Sebastião aparece como algo “excêntrico” ou “fora do normal”. A tentativa de pertencimento, aqui, esbarra na clivagem entre formas de percepção e julgamento: ele observa, admira e convive, mas não compartilha plenamente dos códigos incorporados que estruturam esse universo. Esse estranhamento sutil revela um habitus em tensão – aproximado da elite, mas ainda marcado por disposições construídas em uma outra região de espaço social, onde o dinheiro é associado ao esforço individual e a generosidade sem cálculo pode soar como exagero ou imprudência.

Essa forma de habitar e valorizar o espaço revela o que poderíamos chamar, com base em Bourdieu (2008), de uma incorporação parcial das disposições legitimadas. Antônio deseja estar entre os “de cima” – e em muitos sentidos acredita já estar –, mas não domina as sutilezas das práticas e gostos que estruturam os espaços sociais da elite. Sua preocupação com o futuro profissional das filhas, por exemplo, gira em torno da reprodução econômica, mas ignora as exigências simbólicas do meio social que almeja. O negócio de biquínis não prospera, o que para ele se torna fonte de frustração. Espera que elas sigam seus passos na construção civil, sem perceber que os caminhos da ascensão – sobretudo para as mulheres – exigem hoje uma outra gramática de distinção, mais cultural do que material.

Já no caso de Antônio, a ausência de capital social e cultural limita o alcance e a legitimidade das iniciativas familiares. Sua moradia na orla representa um esforço contínuo de afirmação de status, mas sua inserção simbólica permanece frágil. Como no caso de Sebastião, a permanência física no território da elite não se traduz em pertencimento pleno: o espaço é compartilhado, mas os códigos não são inteiramente dominados. O resultado é uma forma de pertencimento ambivalente – ao mesmo tempo dentro e fora, próximo e distante, desejoso de reconhecimento, mas frequentemente desalinhado com as exigências simbólicas do grupo social que se quer integrar.

No entanto, seu padrão de consumo revela um habitus forjado em experiências populares, alheio às exigências simbólicas de contenção e distinção da elite tradicional. Sua relação com a moda, por exemplo, está orientada pela simulação, e não pela curadoria estética: “A calça que eu compro por 40 reais... o jeans que eu compro por 40 conto em Toritama, aqui nessa galeria custa 180, 200. E é o mesmo! A gente só tira a marca e coloca a etiqueta deles.” A etiqueta de marca funciona como signo vazio de distinção, dissociada do conhecimento estético e das disposições incorporadas que organizam o gosto legítimo. Do mesmo modo, sua

valorização do churrasco de rua – “Meu irmão, é um dismantelo. Eu lhe digo uma coisa. É o melhor churrasco. Não é de Boa Viagem, não. Do Recife.” – evidencia um modelo de prazer baseado na substância, na informalidade e na intensidade, distante das práticas ritualizadas e estetizadas que marcam o gosto cultivado. Sua fala espontânea, direta, marcada por expressões hiperbólicas e emocionadas – “Eu dou mil conto a cada um, meu Deus do céu” – reforça a ausência de censura simbólica típica das elites contidas.

Sebastião explicita ainda mais essa inadequação simbólica. Sua relação com o corpo revela uma total ausência de investimento simbólico ou disciplina: “Nunca pratiquei nada de esportes. Nem de bicicleta sei andar. [...] Eu nunca regulei nada. É o que eu acho bom e eu procuro também. [...] Peso, se tu engordar? Nem um pouco”. O corpo, que nas elites funciona como superfície simbólica da distinção – controlado, magro, comedido –, aparece aqui como um instrumento funcional, indiferente à estilização. Sua linguagem, marcada por espontaneidade, improviso e gírias, reforça um ethos popular de fruição imediata e ausência de censura incorporada.

Duda, por sua vez, revela uma ambivalência típica de frações intermediárias em processo de mobilidade social. Em suas falas, há indícios de tentativa de alinhamento com práticas legitimadas, como a crítica à “mistureba” alimentar das empregadas: “sopa, depois cuscuz, depois inhame... vai comendo tudo!”, contrapondo-se ao comportamento de sua família: “a gente escolhe só uma opção pra comer.” No entanto, suas escolhas alimentares concretas apontam para outra direção: “filé quatro queijos, com macarrãozinho e picanha fatiada”, pratos de fartura e mistura, valorizados mais pela intensidade do sabor e pelo custo-benefício do que pela curadoria gastronômica. Ao falar sobre lazer – “a gente sai muito pra festa, basicamente é sair, beber, ir pra festa” –, evidencia uma relação com o tempo livre centrada na informalidade, no excesso e na exposição, em contraste com os estilos contidos e intimistas valorizados pelas elites.

O referido entrevistado faz parte de um grupo que também é composto por Liana, Antônio e Duda, aqueles que valorizam o status e não desempenham a denegação do econômico. Todos compartilham o fato de serem emergentes: sua ascensão social ocorreu na geração de seus pais ou ao longo de suas próprias trajetórias, resultado, por vezes, de esforços individuais das gerações precedentes, mas sempre na esteira do empreendedorismo.

Além disso, Liana, Sebastião e Antônio se declararam bolsonaristas. Sebastião e Antônio expressaram uma visão fatalista da política, percebida como uma esfera inacessível. Parece evidente que suas opiniões e determinados padrões de vida podem ser compreendidos à

luz de uma ascensão social que não foi acompanhada por um correspondente desenvolvimento de capital social - este, decorrente, em nossa análise e interpretação, da baixa eficácia na incorporação de capital social e cultural, isto é, principalmente as boas maneiras e a capacidade de estilização da vida, aspectos discutidos anteriormente por nós que se mostraram relevantes para o sucesso de aceitação social.

Buscaremos argumentar, neste capítulo, como esses déficits nos referidos capitais, que identificamos neste grupo, mostram-se como barreiras no reconhecimento e na inserção no campo das elites, evidenciados principalmente pelo casal Jaciara e José, moradores da Zona norte, que serão observados mais profundamente adiante. Antes, daremos continuidade a este comentário panorâmico, observando de forma mais superficial esses moradores, sujeitos em descompasso com as disposições legitimadas da Zona Sul, como o já mencionado Sebastião, Antônio e Duda. Nosso argumento tem como objetivo demonstrar como o conjunto de recursos disposicionais, como boas maneiras, capital cultural, etiqueta, sofisticação do gosto, é um critério de validação em ambas as elites da Zona Sul e Zona Norte.⁶⁰ Até então, tratamos de casos bem sucedidos; agora, observaremos o grupo daqueles que não alcançaram a incorporação plena das propriedades relevantes para a reprodução social e entrada no campo das elites.

O caso de Sebastião, 65 anos, é emblemático. Ele herdou do pai um patrimônio expressivo e chegou a construir um negócio lucrativo no ramo de venda de imóveis e móveis planejados. No entanto, à medida que o mercado foi se transformando – com a crescente valorização de móveis com design sofisticado, acabamento refinado e apelo estético –, seu negócio entrou em declínio. Sebastião relata que "não tinha como competir com essas novas lojas", administradas por pessoas com formação em design de interiores ou com maior familiaridade com as tendências estéticas emergentes. Ele atribui a queda do negócio a uma "concorrência desleal", embora não consiga explicar claramente como essa nova dinâmica produziu tamanho desequilíbrio competitivo.

⁶⁰ Importante mencionar - se já não apontamos com a devida ênfase - que os moradores da Zona Norte compõem a fração dominada no campo das elites, enquanto a Zona Sul, em nossa leitura, é composta pela fração dominante. Essa assimetria, como posta por nós, fundamenta-se, principalmente, no critério de comparação entre capitais econômicos, que é evidentemente maior na Zona Sul, sem deixar de levar em conta os capitais simbólico, cultural e social, que tiveram relevante peso na composição dessa região. Esta é uma constatação que surpreende o senso comum, pois verificamos a existência de famílias da burguesia tradicional, antigas gerações cujos membros fizeram parte do privilegiado grupo de frequentadores da praia de Boa Viagem, no começo do século passado, mas que residiam na Zona Norte ou próximo ao centro (Soledade, Boa Vista, principalmente). Isso desmistifica a ideia de que Boa Viagem, e a parte nobre da Zona Sul, seria ocupado pelos emergentes que estamos tratando nesta seção.

Sua dificuldade em compreender as transformações do campo e reposicionar-se dentro dele revela não apenas limitações estratégicas, relacionadas especialmente a suas disposições. A partir da teoria de Bourdieu, é possível interpretar esse fracasso como resultado de um descompasso entre o volume de capital econômico herdado e a ausência de capital cultural suficiente para perceber e se apropriar das regras dos respectivos mercados em transformação. Faltava-lhe o *habitus* adequado para captar os sentidos simbólicos atribuídos ao design, à sofisticação estética e às novas formas de distinção cultural no consumo de mobiliário e imobiliário.

A perda da rede de lojas e, posteriormente, de sua empresa não o retirou imediatamente da fração da elite. Sebastião ainda se orgulha de realizar caminhadas matinais no calçadão com um pequeno grupo, do qual participa uma pessoa que, em nossa leitura, se destaca por seu elevado capital cultural, econômico e prestígio social. Ele a descreve como alguém “acessível”, mas logo ressalta traços que revelam um certo desconforto: diz que seu modo de falar é “empolado” e que costuma dar grandes quantias de dinheiro a pedintes durante as caminhadas. Essas observações, ainda que feitas em tom aparentemente neutro, expressam uma distância simbólica significativa.

Para Sebastião, que demonstra ter uma relação mais ascética com o dinheiro, e cuja fala é marcada por referências constantes ao esforço individual, essa prática de desprendimento pode soar como exagerada, ou mesmo desnecessária. É possível que sua visão meritocrática do mundo – bastante presente ao longo da entrevista – leve-o a considerar que os pedintes não “merecem” ajuda, ou que o auxílio direto represente uma forma inadequada de lidar com a pobreza. A generosidade ostensiva do outro, que poderia ser interpretada como nobreza simbólica dentro da lógica da elite (Sherman, 2017), é percebida por ele como uma excentricidade. Essa diferença de sensibilidade não se limita ao campo moral: diz respeito também à ausência de um *habitus* estetizado, afinado com os códigos da distinção legitimada, como as boas maneiras, a etiqueta, o domínio sutil da linguagem e o refinamento nas formas de se portar. Ele se vê próximo à elite, mas não plenamente pertencente – é possível dizer, em nossa percepção, que há certo embaralhamento ao se reconhecer como parte dessa elite, ora percebendo-se como não pertencente ao grupo dos seletos, ora performando uma pseudo proximidade, que no fundo ele sabe que não existe. Para o olhar sociológico, essa tensão é reveladora: expressa uma trajetória de ascensão marcada pela ausência de sofisticação cultural e pela dificuldade de apropriação plena dos estilos e disposições valorizados nesse universo social. Assim, seu fracasso pode ser lido como expressão de uma dificuldade de apropriação

das regras do jogo, que, no campo da elite, exige muito mais do que recursos materiais: exige também um *habitus* sintonizado com as formas legitimadas de distinção. Outro exemplo significativo para a sustentação de nosso argumento é o caso de Jaciara e José, que estudaremos com mais profundidade, a fim de demonstrar como os recursos performáticos da elite são fundamentais para a inserção neste grupo.⁶¹

Antônio, 70 anos, veio de uma origem bastante humilde. Quando criança, chegou a vender espetinhos nas ruas do bairro de Água Fria, onde morava. Formou-se em engenharia em uma faculdade conceituada e ascendeu economicamente por meio da construção e do aluguel de edifícios populares. Apesar de bem-sucedido na reprodução de seu capital econômico, sua falta de sofisticação o impede de converter esse capital em outras formas – como capital cultural ou social. É sintomático que o negócio de venda de biquínis de suas duas filhas não esteja prosperando, o que se tornou sua maior preocupação. Ele espera que elas, graduadas em moda e design por instituições não muito conceituadas, desenvolvam interesse pelas mesmas atividades profissionais que ele exerceu, como forma de garantir a continuidade da reprodução econômica da família.

O contraste com o caso de Liana é revelador. Como mencionado, Liana passou por um processo de sofisticação bastante eficaz ao longo da vida, o que se reflete não apenas em seu comportamento, mas também na trajetória das filhas, que coincidentemente também têm formação em moda e atuam com roupas de praia. No entanto, diferentemente das filhas de Antônio, elas operam um negócio descrito como boutique, voltado a um público de maior capital cultural. Liana dispõe de capital social, sustentado pelas boas maneiras e disposições que incorporou, o que lhe permite inserir as filhas em redes qualificadas de contato. Como ela mesma relatou, suas filhas chegaram ao ponto de recusar uma proposta para vender seus produtos em uma loja famosa frequentada por agentes da alta elite da Zona Sul, preferindo manter o negócio em bases mais autorais e independentes. Esse gesto pode ser lido como uma forma de distinção simbólica, sustentada por um capital incorporado que legitima a recusa ao mainstream em nome de uma estética própria.

Esse contraste evidencia que o êxito de um negócio voltado às elites depende não apenas de qualificação técnica ou acesso a recursos, mas de um conjunto mais amplo de disposições – como boas maneiras, senso estético refinado e capacidade de navegação em redes sociais legítimas. Sem isso, a atuação pode ser percebida como exagerada, fora de tom, ou mesmo

⁶¹ Esses recursos podem ser aqueles descritos por Friedman e Laurison (2019), como polidez, segurança no domínio da etiqueta, performance cultural, assertividade e confiança etc.

“over”, o que tende a levar à marginalização simbólica, ainda que o investimento econômico seja elevado. A estetização da vida e a naturalização das formas legítimas de comportamento tornam-se, assim, critérios decisivos para o pertencimento e o reconhecimento nos circuitos sociais mais valorizados.

A fala, portanto, explicita a tensão entre localização e pertencimento simbólico. Estar fisicamente inserido em um território de prestígio não garante, por si só, o reconhecimento simbólico da elite. É preciso dominar as linguagens, os gostos, os comportamentos e as disposições que estruturam aquele espaço como campo legítimo. Duda, apesar de habitar a Avenida Boa Viagem desde os dois anos de idade, expressa em suas práticas alimentares, no modo de falar, nas escolhas de lazer e na relação com o corpo uma familiaridade com traços populares ou de classe média ascendente, que contrastam com o *habitus* das elites culturais tradicionais.

A tentativa de Sebastião de se associar a uma figura de prestígio, assim como o campo restrito de possibilidades profissionais das filhas de Antônio, expressa a inserção precária de suas famílias no seio da elite recifense. Em ambos os casos, a ascensão econômica não foi acompanhada por uma incorporação consistente de capitais culturais e sociais, o que limita suas possibilidades de pertencimento pleno aos circuitos legítimos de sociabilidade da elite local.

Quando perguntados quantos amigos tinham na Avenida Boa Viagem, um deles respondeu que não tinha nenhum, e o outro mencionou apenas um conhecido – que mora em um prédio mais antigo da orla, fora dos trechos mais valorizados. Nenhum dos dois frequenta os restaurantes, bares ou espaços de sociabilidade mais prestigiados da Zona Sul.

O capital social, nesses contextos, revela-se fundamental para a reprodução intergeracional das posições sociais. Pode ser decisivo para amortecer momentos de declínio ou, ao contrário, representar um obstáculo à permanência das gerações seguintes nos estratos superiores. Voltemos a Sebastião: sua filha formou-se em odontologia, e ele montou para ela um consultório completo em um empresarial de altíssimo padrão na Zona Sul. No entanto, o negócio não se mostrou viável. O consultório não atraiu a clientela de alto poder aquisitivo necessária para sustentar um ponto com aluguel tão elevado. Ao relatar esse episódio durante a entrevista, Sebastião atribuiu o fracasso à “situação do país”, dizendo que “só ladrão se dá bem” e lamentando que seu voto “não mudou nada”, em referência ao governo Bolsonaro.

Nem Sebastião nem Antônio parecem perceber que sua posição periférica nos circuitos simbólicos e sociais da elite está no centro de suas dificuldades. Essa condição, aliás, está longe de ser incomum entre indivíduos emergentes, cuja trajetória de ascensão econômica não veio

acompanhada da incorporação das disposições legítimas – estéticas, morais, linguísticas e relacionais – que regulam os modos de estar e circular no mundo social das elites. As chances de seus filhos manterem ou ampliarem essas posições são visivelmente reduzidas.

O caso de Duda, 24 anos, aprofunda esse diagnóstico. Seu pai enriqueceu no interior de Pernambuco com a construção de uma rede varejista, e a família se mudou para Recife quando ela ainda era jovem. Sua trajetória escolar foi marcada por experiências de rejeição. No tradicional colégio Santa Maria, foi chamada de “jeca” e socialmente excluída. Ao mudar para uma escola alternativa na Zona Sul, passou a ser vista como “cocota”, outro estigma que expressa sua posição ambígua entre diferentes códigos culturais. Somente ao se transferir para o GGE, uma escola mais diversa, afirma ter encontrado “seu grupo”.

Sua inadequação aos códigos da elite fica ainda mais evidente em um episódio que ela mesma relata. Certa vez, Duda e suas amigas foram convidadas a se retirar do Alphaiate Recife – um bar de altíssimo padrão na Avenida Boa Viagem, conhecido pelo consumo exclusivo de uísques e charutos – por estarem ouvindo música em uma caixa de som portátil e agindo de maneira expansiva. Um cliente, incomodado, disse que estavam “atrás de macho”, traindo um julgamento de classe que as percebia como deslocadas, pertencentes a outro mundo social. Duda, formada em medicina veterinária por uma faculdade privada de pouco prestígio, hoje planeja retornar ao interior para exercer a profissão, visivelmente desconectada dos espaços e expectativas da elite urbana.

As entrevistas com Antônio, Sebastião e Duda revelam de forma exemplar que a mera inserção territorial em espaços consagrados pela elite, como Boa Viagem, não é suficiente para garantir pertencimento simbólico pleno. O capital econômico, embora importante, não substitui o capital cultural incorporado, tampouco compensa a ausência de domínio sobre os códigos legítimos da sofisticação, das boas maneiras e da estilização da vida. Nessas trajetórias, o que se observa é um descompasso entre conquistas materiais e disposições simbólicas: práticas de gosto pouco estilizadas, ausência de contenção corporal, informalidade verbal e escolhas orientadas mais pela função e pelo excesso do que pela forma e pela moderação.

4. 8 Conclusão do capítulo:

A análise dessas trajetórias permite observar que o espaço residencial nobre, por si só, não redefine habitus nem confere pertencimento simbólico automático. Ser de Boa Viagem, nesse sentido, não significa ser da elite – pois, no campo da distinção, a legitimidade se joga

menos na posse de bens do que no domínio das formas. Como mostra Bourdieu (2008), as elites não apenas possuem capitais, mas sabem mobilizá-los com discrição, naturalidade e coerência simbólica. Quando esses códigos não são dominados, ainda que o capital econômico esteja presente, o habitus revela-se deslocado, inadequado, e os sujeitos permanecem à margem dos circuitos de reconhecimento legítimo.

Esses casos mostram que não basta estar fisicamente presente nos territórios da elite. É preciso dominar os códigos – as boas maneiras, a contenção emocional, o domínio corporal e verbal, a sensibilidade estética – que estruturam silenciosamente os critérios de pertencimento. Quando essas disposições não são incorporadas, os indivíduos tendem a ser percebidos como deslocados, “exagerados” ou “over”, e são facilmente rejeitados. A estetização da vida, o domínio das formas e o capital social legítimo tornam-se exigências tácitas para a permanência e o reconhecimento nesse universo. Sua ausência evidencia os limites de uma ascensão baseada apenas em capital econômico – e os riscos reais de um refluxo de classe. Assim, seu fracasso pode ser lido como expressão de uma dificuldade de apropriação das regras do jogo, que, no campo da elite, exige muito mais do que recursos materiais: exige também um habitus sintonizado com as formas legítimas de distinção.

Por sua capacidade de permitir identificar as disputas simbólicas entre frações da elite, as gradações dessa aversão à Zona Sul da cidade são o objeto deste capítulo. Através da análise desses julgamentos pretendemos elucidar a relação entre a disputa intraclasse no campo social e o espaço geográfico da urbe. Variações no julgamento em relação à Zona Sul podem estar conectadas a posições de classe dos entrevistados. Os moradores da Zona Norte, a depender de sua composição de capitais e da evolução no tempo desses capitais, tenderão a apresentar diferentes tomadas de posição quanto à Boa Viagem e à Zona Sul, que podem variar de alta rejeição - opinião mais comum - à aceitação da região, em maior ou menor grau.

A Zona Norte e a Zona Sul, defendemos ao longo desta tese, são princípios de noções de classe ligados a distintas frações da elite recifense em disputa, utilizadas para a criação de fronteiras simbólicas entre os grupos. O conhecimento desta disputa simbólica (sobretudo por parte da Zona Norte) nos motivou a realizar esta investigação sobre seus mecanismos.

É importante destacar que essa lógica não se restringe à Zona Sul. No campo das elites recifenses, o reconhecimento exige contenção, polidez, domínio da etiqueta e estilização da vida – capitais performativos descritos por Friedman e Laurison (2019). A diferença é que, enquanto a Zona Sul compõe a fração dominante – com maior capital econômico e crescente poder de impor estilos legítimos –, a Zona Norte corresponde à fração dominada, com densidade

maior de capital cultural e simbólico herdado. Apesar da assimetria, ambas operam com os mesmos critérios de distinção.

Como exposto no capítulo anterior, parecíamos encontrar certa coerência entre os entrevistados da Zona Norte, no que concerne à questão sobre a noção intuitiva de sua própria classe como distinta das outras (que poderia configurar uma protoclasse). Também se percebeu como pareciam compartilhar de uma imagem semelhante em vários aspectos sobre seu bairro. Contudo, no interior desse grupo, bem como do grupo de entrevistados da Zona Sul, encontramos pequenas distinções - que reforçariam mini-habitus - que os diferencia entre si.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a Idealização da Zona Norte e a Moralidade

O conteúdo das falas dos entrevistados – especialmente aqueles da Zona Norte –, desenha a Zona Norte como um espaço de espírito gregário, no qual a diversidade encontra solo fértil e o senso de pertencimento entranha-se no tecido do cotidiano. Em contraste com a contenção e a rigidez das relações mais hierarquizadas atribuídas à Zona Sul, suas percepções moldam a Zona Norte como um lugar onde as interações parecem acontecer de maneira mais espontânea, sem que barreiras sociais se imponham como um traço marcante do convívio.

Essa diferença percebida pelos citados interlocutores não é apenas uma constatação, mas um marcador simbólico que eles utilizam para diferenciar as duas regiões. Este, aliás, assume uma dimensão moral, em que a maior abertura à diferença é valorizada como virtudes. Como apontam Bacqué et al. (2015), a mobilização de discursos sobre diversidade e tolerância pode funcionar como uma forma de distinção social e moral, em que a convivência é valorizada em contraste com a sociabilidade mais restrita e elitista da Zona Sul.

Nas falas que levantamos, a identidade dos moradores da Zona Norte constrói-se no compartilhamento de um *ethos* de proximidade e valorização de laços sociais horizontais. Tal percepção manifesta-se na forma com que os moradores da região narram, percebem e formulam sentidos sobre suas próprias experiências cotidianas, como se vê na fala a seguir, do entrevistado Samuel, 50 anos, artista plástico cuja renda é composta, em grande parte, por valores provenientes de imóveis que ele aluga, fruto de herança familiar:

Poucos lugares têm isso. Tipo assim, entrega de água, entrega de gás... Aqui na esquina, o cara já me conhece pela voz. Se eu preciso de água, ele logo diz: ‘Bom, daqui a pouco eu chego aí’. Essas são coisas bem interioranas. Muita gente pode achar isso ruim, mas eu acho ótimo. Esse espírito de as pessoas se conhecerem pelo nome, de se ajudarem. Tem muita gente aqui que ajuda os outros, e eu mesmo já ajudei bastante. Por exemplo, quando vou fazer uma mudança, comprar uma geladeira ou um fogão novos, eu faço doação. Isso aproxima as pessoas, cria laços. Apesar de ser um lugar que, se olharmos pelos dados do IBGE, tem um nível de desenvolvimento humano e financeiro alto, ainda há uma diferença social muito grande. Todo cantinho tem sua comunidade, e, mesmo assim, todo mundo se trata de forma igual. Hoje mesmo, no final da tarde, vi pessoas de realidades sociais muito diferentes sentadas juntas, jogando dominó e tomando cerveja. Aqui é assim, bem democrático. E o mais interessante é que isso acontece de forma natural, sem distinção de classe social. Tem gente que mora em casas enormes e outras que vivem de maneira mais simples, mas todos compartilham os mesmos espaços (...). Isso quebra barreiras e aproxima as pessoas. E eu acho que essa é uma das maiores riquezas desse lugar. É um bairro que mantém suas tradições, sua história, mas, ao mesmo tempo, consegue ser um espaço

de encontro, onde o novo e o antigo se misturam. Essa mistura é o que faz tudo funcionar.

A narrativa construída pelos entrevistados sobre a Zona Norte não é apenas uma descrição da região, mas reflexo de um processo mais amplo de categorização simbólica dos espaços urbanos. Como mostram Bacqué et al. (2015, p. 83), discursos sobre diversidade e tolerância são frequentemente utilizados para marcar distinções entre diferentes áreas da cidade, reforçando hierarquias simbólicas e sociais:

“A diversidade é frequentemente apropriada por grupos de classe média como um valor positivo, que os diferencia daqueles que vivem em espaços mais homogêneos. No entanto, essa valorização ocorre dentro de uma estrutura de distinção social que mantém formas sutis de segregação” (Bacqué *et al.*, 2015, p. 83).

Esse fenômeno pode ser observado na forma como bairros são classificados em duas categorias opostas: de um lado, espaços “abertos”, valorizados por sua fluidez social, pela presença de diferentes grupos e pela suposta ausência de barreiras simbólicas; do outro, bairros “fechados”, percebidos como exclusivos, elitistas e menos permeáveis à diversidade. Essa oposição, como apontamos, não se dá apenas no nível da estrutura urbana, mas é um componente essencial da construção da identidade dos moradores e das fronteiras sociais dentro da cidade.

Savage et al. (2004) argumentam que essa diferenciação entre bairros não se baseia apenas em diferenças objetivas, mas é moldada por discursos que posicionam certos espaços como moralmente superiores a outros. Segundo os autores:

Os moradores de bairros como Chorlton utilizam a diversidade e o cosmopolitismo como marcadores distintivos em relação a outras áreas percebidas como homogêneas ou convencionais (Savage *et al.*, 2004, p. 121).

No entanto, essa celebração da diversidade não implica necessariamente uma convivência igualitária entre diferentes grupos sociais. Como apontam Savage et al. (2004, p. 134), embora Chorlton seja visto como um espaço aberto e progressista, sua sociabilidade ainda é estruturada por padrões específicos de distinção social:

Apesar de se considerarem inclusivos, os moradores de Chorlton estabelecem redes sociais que mantêm barreiras simbólicas entre diferentes grupos sociais, restringindo suas interações àqueles que compartilham determinados valores e capitais culturais (Savage *et al.*, 2004, p. 134).

Essa seletividade pode ser compreendida a partir da distinção entre as chamadas “vilas urbanas” e “vilas rurais”, como descrito por Bacqué et al. (2015, p. 105), segundo os quais as

primeiras têm densidade populacional e uma diversidade social que é entendida pelos moradores como um valor distintivo, embora, na realidade, tal diversidade frequentemente esteja limitada por certos códigos culturais dominantes; enquanto as segundas tendem a apresentar uma homogeneidade social e racial, da qual decorre um senso de pertencimento baseado na similaridade.

Tal fenômeno também se verifica em Paris e Londres. Nessas localidades, Bacqué et al. (2015, p. 147) analisam como bairros de classe média, como Peckham e Belleville, passam por processos semelhantes, sendo que a diversidade é frequentemente utilizada como um valor simbólico que distingue os moradores de classe média dos residentes de bairros mais homogêneos:

Nos bairros gentrificados, os novos moradores destacam a diversidade como um dos principais atrativos do local. No entanto, as interações sociais continuam seletivas e certas populações – especialmente imigrantes e trabalhadores de baixa renda – permanecem em posições marginalizadas dentro da hierarquia do bairro” (Bacqué et al., 2015, p. 147).

Desse modo, a categorização simbólica dos bairros, com distinção entre espaços “abertos e tolerantes” e “fechados e elitistas”, não é apenas um reflexo das relações sociais, mas também um mecanismo ativo de diferenciação, de construção de pertencimento urbano, forma de afirmar valores e de demarcar fronteiras sociais dentro da cidade. Como mostram os relatos dos entrevistados, a identidade dos moradores da Zona Norte define-se em grande parte pelo modo como contrastam sua sociabilidade com aquela atribuída à Zona Sul.

5.1 Proximidade Sem Mobilidade: A Convivência Que Não Rompe Barreiras

Como vimos, a ideia de uma convivência harmoniosa entre grupos sociais distintos é frequentemente defendida pelos moradores da Zona Norte como um traço característico da região. Mais do que um efeito da interação cotidiana, essa abertura à diversidade de classes é vista como uma predisposição dos próprios moradores, que se percebem como mais tolerantes e menos condicionados por barreiras sociais rígidas. Nesse imaginário, enquanto a Zona Sul se associa à contenção e à rigidez das distinções de classe, a Zona Norte aparece como um território onde a diversidade social se insere no cotidiano com maior fluidez, reforçando a ideia de um espaço menos segregado.

No entanto, a história de Juca e seus amigos de infância, narrada por seu pai, Roberto, artista plástico, morador do Poço da Panela, ilustra como a proximidade física nem sempre se

traduz em uma verdadeira integração social. Crescendo juntos, compartilhando os mesmos espaços, brincando nas mesmas ruas, Juca e seus amigos tiveram infâncias semelhantes. Ainda assim, suas trajetórias tomaram rumos diferentes e as oportunidades que cada um encontrou ao longo da vida foram drasticamente distintas. Roberto reconhece essa divergência ao mencionar que, enquanto Juca seguiu um caminho que ele considera de sucesso, seus antigos amigos, moradores das comunidades ribeirinhas do Poço da Panela, já têm filhos e, segundo ele, “não tiveram a chance gigante de Juca”. Essa frase carrega uma constatação fundamental: a de que a convivência cotidiana não anulou as barreiras que existiam entre eles e as diferenças de acesso a disposições de classe. Ainda que o espaço urbano tenha proporcionado uma interação inicial, a reprodução das desigualdades ocorreu de maneira silenciosa, naturalizada, a despeito da idealização, comum entre os moradores da Zona Norte, de que as relações na região são mais horizontais.

Essa percepção torna-se ainda mais evidente quando Roberto descreve o bairro e sua diversidade, reforçando tanto a valorização do espaço quanto a distinção entre seus moradores:

Meu filho se relacionou com os meninos da população ribeirinha, que é uma população simples, não chega a ser uma favela, é uma população simples, mas tudo bacana aqui, né? Um privilégio morar num lugar desse, é o melhor lugar de Recife, não tem papo, né? Certo, você pode sair daqui, andar de bicicleta, você pode passar horas andando por aí nessas ruas de pedra, o Rio Capibaribe está ali. E uma coisa que tem muito aqui é árvore, muitas árvores ainda tem. Tem tanta árvore que já gera problemas de calçada, que árvore, que não sei o quê de fruta, que cai sobre os carros.

Sua fala carrega duas camadas importantes de análise. Primeiro, há a valorização da diversidade e da convivência urbana, quando menciona que seu filho cresceu próximo a crianças da população ribeirinha e que o bairro oferece uma experiência singular de contato com a natureza e a cidade. No entanto, ao descrever esse espaço como um “privilégio” e adjetivar a população ribeirinha como “simples”, ele estabelece uma distinção que sugere que a diversidade existe, mas dentro de um quadro em que há certas posições delimitadas – o próprio uso do termo “população ribeirinha” já demonstra uma diferenciação de classes e suas diferentes condições materiais de moradia e existência, ainda que haja uma grande proximidade geográfica.

Assim, Roberto verbalizou que os amigos de seu filho, com idades variáveis entre 23 e 25 anos, “já têm dois filhos, três filhos”, o que ele afirmou com pesar. Nesse sentido, embora seu filho tenha crescido ao lado de crianças da população ribeirinha, as oportunidades de vida que cada grupo teve foram bastante distintas, o que ilustra bem como a proximidade física não

se traduz necessariamente em trajetórias sociais semelhantes. A convivência poderia sugerir uma experiência de integração, mas a trajetória dos indivíduos revela que essa convivência não foi suficiente para transformar as barreiras estruturais que separavam esses grupos, as quais apenas se reconfiguraram de forma menos visível.

Nesse contexto, enquanto Juca seguiu um caminho que permitiu postergar a formação de família e investir em outras áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, seus amigos não tiveram o mesmo horizonte de possíveis. A diferença entre as trajetórias não é meramente circunstancial, mas evidencia um sistema de oportunidades desiguais, em que o capital social, o acesso ao tempo e ao capital cultural determinam os caminhos que cada um pode percorrer. Embora tal aspecto não se tenha feito presente na fala do entrevistado, o qual pareceu reconhecer o contraste de condições materiais entre Juca e seus amigos, o “destino” de um e dos outros poderia, em outros contextos, ser interpretado através de um viés meritocrático, reforçando discursos que mascaram as desigualdades ao invés de problematizar as estruturas que tornam essa “chance gigante” possível para alguns e inacessível para outros.

Na dissertação “Territorialidade e sociabilidade nos espaços livres dos assentamentos populares: o caso da ZEIS do Poço da Panela, Recife, PE” (2009), Cecília Carvalho de La Mora analisa como diferentes grupos sociais compartilham, de forma desigual, os espaços públicos em um dos bairros mais socialmente segmentados da Zona Norte do Recife. Sua etnografia revela que, apesar da proximidade física entre moradores das frações médias/altas e os residentes da ZEIS, há fronteiras simbólicas bem definidas que limitam o convívio entre esses grupos. Essas barreiras não se expressam apenas no olhar dos que detêm maior capital cultural, mas também são sentidas pelos moradores das ZEIS, como no caso de Dona Maria, entrevistada por Cecília, que afirma: “ao passar da Igreja Nossa Senhora da Saúde, a partir de lá, passa a ser bem perigoso” (DE LA MORA, 2009, p. 123). A fala revela um ponto de inflexão simbólica no território – um espaço que, embora fisicamente próximo, é vivido como outro, com códigos de circulação, sociabilidade e pertencimento percebidos como distantes ou hostis.

Esse sentimento de inadequação pode ser compreendido à luz do pensamento de Pierre Bourdieu (2008) sobre fronteiras de classe como parte de uma gramática social silenciosa, definindo não apenas preferências, mas também fronteiras implícitas entre grupos. Como mostra De La Mora, os espaços públicos mais valorizados do Poço da Panela são fortemente marcados por práticas e estilos de classe que funcionam como filtros simbólicos. Ela observa, por exemplo, que o campo de futebol localizado dentro das ZEIS “é utilizado 100% por pessoas de baixa renda, não havendo relação alguma com os moradores do restante do bairro do Poço,

que continua tão próximo geograficamente, mas distante socialmente” (DE LA MORA, 2009, p. 96). A cidade, assim, encena suas desigualdades não só na forma da segregação material, mas também nos modos como o gosto e o pertencimento definem quem se sente autorizado a ocupar certos espaços e quem se percebe, mesmo sem ser expulso, como “fora do lugar”⁶².

Dessa maneira, a segregação não aconteceu por meio de muros ou barreiras explícitas, mas pela reprodução silenciosa de diferenças estruturais que moldaram seus futuros de forma desigual. A fala de Roberto expressa certo orgulho pela trajetória do filho, contudo também traz o reconhecimento implícito de que nem todos puderam trilhar o mesmo caminho. E essa é, talvez, a maior contradição dos espaços urbanos “diversos”: eles podem permitir a convivência, mas, ao mesmo tempo, esta pode servir para obliterar desigualdades, dando a impressão de que foram superadas quando, na realidade, continuam operando de forma estruturante nas trajetórias individuais e ainda servem como trunfos simbólicos às frações que concentram capitais.

5.2 A Estética do Pertencimento: Zona Norte, Zona Sul e a Apartação Moral Invisível

A distinção entre Zona Norte e Zona Sul do Recife não se dá apenas em termos urbanísticos e socioeconômicos, mas se inscreve no campo da moralidade estética, regulando os limites da diversidade aceitável e os contornos invisíveis da exclusão social. Se a Zona Sul protege-se através da contenção e do isolamento explícito – condomínios fechados, segurança privada, acesso restrito aos espaços de lazer e consumo –, a Zona Norte projeta sua identidade em uma lógica oposta, baseada na fluidez das interações e na valorização simbólica da convivência entre diferentes classes sociais. A esse respeito, frisamos que na Zona Norte também estão presentes edifícios de arquitetura avessa ao ambiente externo, porém trata-se de uma hostilidade atenuada em comparação com a Zona Sul, inclusive em função da Lei dos Doze

⁶² Na etnografia de Cecília de La Mora (2009), a pracinha do Amor e o pátio da Igreja Nossa Senhora da Saúde surgem como exemplos emblemáticos de como a partilha do espaço urbano pode ser profundamente atravessada por códigos de classe que estruturam a convivência – ou, mais precisamente, a sua ausência. Embora formalmente públicos e geograficamente situados no coração do Poço da Panela, esses espaços não são efetivamente comuns. Segundo a autora, o pátio da igreja, por exemplo, é utilizado de maneiras muito distintas pelos diferentes grupos sociais: os moradores das ZEIS o ocupam como prolongamento de suas casas, um lugar para conversar com vizinhos, deixar crianças brincando, lavar roupas ou descansar. Já os moradores das frações mais abastadas do bairro aproximam-se do mesmo espaço para práticas completamente diferentes, como passear com seus cães, visitar a igreja ou participar de eventos culturais e atividades artísticas (DE LA MORA, 2009, p. 116–117). Trata-se, portanto, de uma convivência marcada pela justaposição e não pela interação: corpos distintos ocupam o mesmo território, mas sem produzir sociabilidade entre si.

Bairros⁶³, a qual busca promover um planejamento urbano que valorize a qualidade dos espaços públicos e a integração social, contribuindo indiretamente para a criação de ambientes mais acolhedores e menos excludentes (Lacerda *et al*, 2018).

Skeggs (2004) destaca que, ao longo dos debates sobre segregação urbana, a dimensão moral da exclusão social tem sido negligenciada, com análises focando principalmente em desigualdades materiais e espaciais. No entanto, embora nossos entrevistados frequentemente apontem e critiquem a separação entre grupos marcada pelas barreiras físicas como um aspecto muito emblemático da Zona Sul, e emitam discursos de idealização de que na Zona Norte essas barreiras seriam menos hostis, tal situação também se verifica na Zona Norte, assim como fronteiras simbólicas também são estabelecidas intensamente na Zona Sul. Nesse sentido, apontamos que esses mesmos entrevistados, por vezes, acabam por demonstrar contradições e autocritica ao reconhecer a existência de semelhanças entre a arquitetura das duas regiões. A seguinte fala, do entrevistado Pedro, revela uma mudança de perspectiva e adoção de uma visão mais crítica quanto à imagem da Zona Norte que foram adquiridas com o tempo:

Eu já tive a sensação de que a Zona Sul era realmente mais... mais *new rich*, mas hoje eu não tenho tanto isso não. Eu acho que aqui é tanto quanto lá, no sentido de que a única diferença é que os imóveis aqui são um pouco mais antigos. Você tem um imóvel desse aí que é um pouco mais antigo e supostamente tem um pouco mais de carisma, mas o habitante desse apartamento aí provavelmente tem a mesma cabeça do habitante do cara que mora na Beira-Mar.

O mesmo entrevistado também verbalizou, a respeito das reuniões no condomínio de luxo onde reside com a mãe, no bairro de Casa Forte, perceber semelhanças veementes entre os moradores da Zona Sul e da Zona Norte:

Como eu interajo com eles em circunstâncias, sei lá, reunião de condomínio, que geralmente sou eu que participo, porque... é uma tortura e eu prefiro não fazer minha mãe passar por isso mais. Quando eu tenho a oportunidade de estar em Recife, eu costumo participar. E aí eu tenho a oportunidade de conversar, interagir com eles por alguns momentos. Eu vejo que a percepção de mundo, a percepção de cidade, não é nada diferente de um habitante da Zona Sul.

⁶³ Como mencionado anteriormente, a iniciativa para a criação dessa lei foi tomada pelos próprios moradores da Zona Norte, especialmente Casa Forte, Graças e Poço da Panela, movidos justamente pelo desejo de conservar o caráter diverso e aberto da região e o estilo de vida mais espontâneo reputados à Zona Norte e tidos como responsáveis por sua “singularidade”. Tal ação, que além da lei resultou na publicação do livro “Lei dos 12 Bairros: Contribuição ao Debate sobre a Produção do Espaço Urbano do Recife” (2018), reforça uma disparidade na forma de uso da cidade, sobretudo quando observamos que o livro é praticamente uma exaltação dessa conquista como promotora de uma maneira de melhor vivenciar a cidade em comparação com a Zona Sul, sobre a qual recai uma crítica sutil devido à especulação imobiliária e à omissão no que tange à criação de mecanismos para controlar o adensamento urbano desordenado.

Além disso, Pedro tece fortes críticas aos próprios condomínios da Zona Norte e à escolha de seus moradores de residir em ambientes de interação social cada vez mais aut centrada:

Por exemplo, no meu condomínio agora, eles estão colocando vending machines, eles estão colocando tipo mini espaços de compra, sabe? Fica como se fosse um mini mercadinho dentro. Eu também. E aí eu fico olhando, qual é o próximo ponto? Tipo, você vai ter co-working dentro do seu condomínio. Muitos já têm. O que vai acontecer agora? Eles vão declarar a independência e ter estatuto? Estatuto já tem. Já tem pessoas que vão declarar a independência da cidade de Recife e proclamar república independente dos condomínios. A verdade é que as pessoas não querem se misturar. Existe um quê de uma questão de classe muito forte.

Nossa interlocutora Isabela, já mencionada, coloca em certo momento da entrevista que seu prédio tem um modelo arquitetônico que poderia ser visto na Avenida Boa Viagem, mas busca atenuar essa afirmação colocando que, pelo fato de a vista ser voltada para comunidades pobres, ela e os demais moradores teriam maior conexão com diferentes classes sociais e sensibilidade à realidade e às desigualdades sociais.

Vemos, dessa forma, como as fronteiras materiais e simbólicas também estão presentes na Zona Norte. Ainda assim, simultaneamente, persiste a busca por diferenciação em relação à Zona Sul não só como uma oposição material, mas por limites que se estabelecem por meio do gosto, da estética e da moralização das diferenças e através da afirmação moral de uma identidade coletiva na qual a convivência e a abertura são vistas como um valor positivo e a diversidade torna-se um símbolo de distinção em si mesma (Miqueli, 2012; Mira, 2012).

Contudo, essa abertura não é irrestrita, tratando-se mais de uma “convivência por conveniência” que acaba por ser instrumentalizada para validar o distanciamento simbólico estabelecido em relação à Zona Sul. Como apontam Bacqué et al. (2015), discursos sobre diversidade e tolerância podem reforçar hierarquias sociais ao estabelecer quem é aceito dentro da pluralidade e quem permanece à margem. A já citada chegada de novos moradores ao bairro do Poço da Panela e a decorrente comoção entre os antigos moradores revela essa tensão, pois, embora a Zona Norte se diferencie da Zona Sul por sua suposta fluidez social, há um regime estético e moral que define quais presenças reforçam a identidade do bairro e quais causam incômodo.

Tal incômodo não se manifesta de forma aberta ou diretamente excludente, mas através de uma linguagem sutil de desalinhamento estético e desconforto sensorial. Como afirma Skeggs (2004), no contexto de bairros das classes trabalhadoras, a apartação moral é frequentemente expressa por meio de narrativas sobre gosto, higiene e respeito às normas de

convivência. No contexto com o qual trabalhamos, entre a Zona Sul e a Zona Norte – e também entre as diferentes classes que habitam esta última – a apartação moral se dá por meio de discursos que mascaram distinções de classe sob o verniz de preocupações com “tradição e história” e “harmonia urbana”. No caso da Zona Norte, a chegada dos novos moradores do Poço da Panela produz falas como “a dinâmica da rua mudou”, “o bairro está com outra energia” de “algumas áreas não são mais tão agradáveis”.

Ainda que essas frases não nomeiem diretamente um grupo social ou classe específica, elas expressam um sentimento difuso de que certas estéticas e modos de vida não se encaixam na paisagem moral da região. O que se desenha, portanto, não é uma rejeição explícita aos novos moradores, mas uma inquietação com o deslocamento dos códigos de gosto e pertencimento que organizavam simbolicamente a identidade da Zona Norte.

A obra de Skeggs (2004) também nos ajuda a entender como essas distinções operam de forma relacional. Inspirados por sua análise sobre classe e moralidade e as dinâmicas que percebe entre as classes trabalhadoras, podemos argumentar que, no que tange às classes média-alta e altas, elas frequentemente constroem sua identidade em oposição àquilo que consideram vulgar, desordeiro ou inadequado, lógica esta que se reflete nos discursos sobre espaço urbano. Assim como os moradores de Woodlands, no estudo de Watt (2009), evitavam áreas populares vizinhas porque a estética desses lugares não correspondia ao seu *habitus* de classe média, os moradores tradicionais da Zona Norte podem conceber a transformação do Poço da Panela como um desvio da gramática sensorial que estruturava sua percepção da vizinhança – essa mesma percepção também é direcionada, de modo velado, para as comunidades populares que existem dentro dos bairros da Zona Norte, de modo que também os moradores dessas comunidades são mantidos à distância por meio de barreiras simbólicas, a despeito da abertura à diversidade que supostamente seria marca da região.

Essa seletividade estética também se manifesta na relação com os espaços de consumo e lazer: determinados bares, praças e estabelecimentos deixam de ser frequentados, não por terem perdido qualidade objetiva, mas por passarem a ser ocupados por um público que desorganiza a ordem moral vigente até então. Como Bourdieu (2008) observa, as diferentes frações das classes dominantes frequentemente constroem suas fronteiras simbólicas não apenas através do que consomem, mas também daquilo que evitam consumir. Assim, na Zona Norte, a distinção entre espaços legítimos e espaços indesejáveis não é marcada por barreiras físicas, mas por uma seleção silenciosa e contínua dos lugares e eventos de socialização endógena e aqueles que perderam esse caráter.

Essa dinâmica reforça a oposição entre Zona Norte e Zona Sul não apenas como uma distinção espacial, mas como um embate moral, como já apontado por nós. A Zona Sul se estrutura pela exclusividade visível e formalizada; a Zona Norte, pela invisibilização das hierarquias sociais, convertendo diferenças de classe em diferenças de gosto. Neste último caso, o que está em disputa, no fim das contas, não é apenas a moradia, mas a atmosfera moral da Zona Norte. A identidade dos bairros que a compõem construiu-se historicamente pela questão da interação aberta e plural, mas essa pluralidade sempre foi filtrada por um sistema de gostos e valores que manteve a convivência dentro de um quadro confortável para seus moradores tradicionais. O crescimento do Poço da Panela, ao trazer novas estéticas e formas de uso do espaço urbano, expõe os limites dessa aceitação, evidenciando que a convivência não significa integração real, havendo uma distinção baseada em julgamentos morais entre modos de vida aceitáveis e modos de vida que causam desconforto.

Se, como observa Skeggs (2004), as hierarquias de classe foram sendo progressivamente deslocadas do campo material para o moral no contexto das classes trabalhadoras, a Zona Norte insere-se exatamente nessa lógica: um espaço que celebra a diversidade como um valor, mas regula seus limites por meio de um julgamento silencioso, sendo certas diferenças toleradas enquanto outras tornam-se uma ameaça à identidade sensorial e simbólica do bairro. No fim, a Zona Norte não é apenas um território de convivência, mas também de gosto, em que o que está em jogo não é somente quem pode estar ali, mas quem pode estar sem transformar a paisagem moral do lugar.

Na Zona Sul, a separação entre classes é mais nítida materialmente – por meio da arquitetura mais hostil de seus condomínios – e também mais assumida no discurso de seus moradores. Tal separação fica evidente no uso da praia, em que moradores de classe média-alta e elite ritualizam seus comportamentos de modo a evitar interações com classes populares. Nesse movimento, ao invés de tentar controlar ou modificar a dinâmica do espaço público, escolhem a deserção urbana como estratégia de distinção.

Já na Zona Norte, as fronteiras de classe, embora mais escamoteadas no campo do discurso dos moradores, expressa-se de maneira mais explícita na tentativa de controle dos espaços públicos, havendo esforços ativos para regular e delimitar quem pode circular e de que maneira em determinados lugares. Nesse sentido, paradoxalmente, a separação entre classes nessa região acaba por ser, na prática, mais rígida e institucionalizada, ainda que bastante velada. Esse controle reflete-se em códigos de conduta e regras de convívio que impõem barreiras simbólicas e práticas à circulação e uso dos espaços.

Os moradores da Zona Norte colocam-se em oposição ao da Zona Sul por sua suposta abertura ao outro – especialmente à figura genérica do “pobre” –, porém, as comunidades com as quais eles se vangloriam de conviver, por sua vizinhança, são muito pequenas, conhecidas e por isso observáveis e até controláveis, tratando-se, em muitos casos, de pessoas que prestam serviços para eles, o que reforça o sentimento de controle e segurança. A fala de Alberto, 79 anos, arquiteto aposentado, ex-usineiro e uma espécie de liderança e morador-referência do bairro, é bastante representativa dessa relação desigual, chegando ele a afirmar que os moradores mais antigos do Poço da Panela catalogaram aqueles das comunidades pobres da vizinhança a partir de sua capacidade de prestar serviços para eles:

Aqui no Poço da Panela tinha uma favela. Quando a cheia veio, era casa de taipa. Arrasou tudo. (...) E aí foi feito 22 casas de madeira. Mas aí a coisa foi evoluindo, não foi? Fazendo o quê? Um puxadinho, puxadinho, voltando pra fazer de tijolo, (...) Hoje deixou de ser favela pra ser uma comunidade onde a grande maioria desse povo trabalha aqui. Nós fizemos, inclusive, um catálogo. Chamava o cara, “o que você faz?” “Eu corto unha, na fulana tem uma boa faxineira, sicrana lava roupa, seu Sicrano é pintor....”

Acrescentamos que o outro contato com a pobreza que têm os moradores das frações médias e altas da Zona Norte é bastante contingente: pessoas que passam nas linhas de ônibus que vão do subúrbio para o centro e atravessam sobretudo a Avenida Dezanete de Agosto, eventualmente descendo para seus trabalhos na Zona Norte. Não há, nesse contexto, um contato massivo como o que a praia promove na Zona Sul, uma vez que esta é o maior espaço público da cidade – inclusive, veremos como a evitação da praia pela Zona Norte desvela esse sentido.

Assim, tanto a Zona Sul quanto a Zona Norte compartilham da existência de fronteiras simbólicas baseadas no gosto e na lógica de vizinhança que alimentam fronteiras de classe, havendo, em ambas as regiões, uma forte ênfase na manutenção de códigos de convivência que regulam a proximidade social e determinam quem pode ou não pertencer a determinados espaços.

Ainda que capital cultural e a pretensa abertura à diversidade dos moradores da Zona Norte sejam seus trunfos para posicionar-se contrários aos da Zona Sul, as duas zonas, por meios distintos, reproduzem estruturas de exclusão e diferenciação social que reforçam hierarquias e limites entre as classes. A disputa entre as elites das duas zonas se dá entre frações de classes com diferentes composições de capitais por meio das quais exercem sua influência no espaço urbano e buscam legitimar suas maneiras de viver a cidade como as mais adequadas.

A fala de Alexandre, morador de Casa Forte, já aqui referido, delineia como a Zona Norte é reservada e demanda códigos que também são regras de etiqueta e “bom gosto” ou, como estamos nomeando, “boas maneiras”:

Antes de ir pro Rio, eu morei em Boa Viagem, em três endereços diferentes, mas todos na Avenida Boa Viagem. Mas não tenho saudade de Boa Viagem, não. Eu acho aqui mais meu jeito. Uma coisa mais... menos turística, com menos gente estranha, mais gente conhecida... você deve saber disso, você tem aqui uma oferta de serviços excelente e tal. Então meu jeito de ser é mais aqui do que em Boa Viagem.

Essa tensão também se reflete na estrutura urbana. O espaço público da Zona Norte não é igualmente acessível para todos os seus moradores. Há desigualdades na distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos que reforçam certas hierarquias dentro do bairro. A valorização de determinados espaços em detrimento de outros, assim como a desigualdade nos seus usos por diferentes tipos de moradores, não é aleatória. Pelo contrário, reflete um investimento seletivo que preserva uma ideia de qualidade urbana associada a um ideal de estética e gosto dominante. Além da infraestrutura, existe, sobretudo, toda uma valorização simbólica: enquanto algumas ruas, parques e pontos comerciais são amplamente frequentados, outros são nitidamente restritos a determinadas classes sociais. Dessa forma, a ocupação dos espaços e eventos do bairro não acontece de maneira homogênea.

Nesse contexto, não são todos os novos moradores que são rejeitados, havendo a tendência de que aqueles com maior capital cultural e econômico acabem por se aclimatar ao bairro ou criar espaços próprios. Por outro lado, os moradores mais pobres, e que estão no local há gerações – ocupando um espaço cada vez menor devido às transformações do mercado imobiliário –, tendem a ficar restritos às suas pequenas comunidades, sendo, muitas vezes, percebidos mais como partes de uma conveniência urbana e econômica do que como sujeitos cívicos plenamente integrados. Se, por um lado, reforçam uma distinção simbólica em relação a outros bairros, por outro, sua permanência justifica-se pela necessidade dos serviços que oferecem.

A tensão entre a tradição dos bairros e sua transformação torna-se mais evidente e o que antes era apenas um incômodo sensorial pode se converter em conflitos mais explícitos sobre o direito à cidade e à identidade dos bairros, como, frisamos, ocorreu no caso do Poço da Panela. Nesse sentido, os bairros da Zona Norte construíram-se historicamente, ao menos no plano do discurso, como espaços de interação aberta e plural, porém essa pluralidade foi e é filtrada por um sistema de gostos e valores que acabou por manter a convivência dentro de um quadro confortável para seus moradores tradicionais. O crescimento desses bairros, ao trazer novas

estéticas e formas de uso do espaço urbano, expõe os limites dessa aceitação. Podemos ilustrar como as práticas de gosto e de sociabilidade na cidade são centrais para o sentir-se parte, isto é, para o pertencimento eletivo; ou para os desconfortos gerados por julgamentos negativos quanto a certas práticas – tais como o aumento da movimentação de pessoas devido à construção de um Shopping Center no bairro do Parnamirim, a mudança de sociabilidade, a poluição e o barulho decorrentes desse fluxo que transforma o que era tido como bucólico em fortemente metropolitano –, desconfortos estes que podem gerar um processo de desidentificação.

O caso de Marie, o qual citamos novamente, ilustra bem que, se a Zona Sul impõe suas hierarquias por meio de barreiras explícitas de modo mais evidente, a Zona Norte as mantém por meio de julgamentos estéticos e sensoriais, os quais, como aponta Skeggs (2004), operam de forma tão excludente quanto os mecanismos espaciais de segregação, todavia são mais imperceptíveis, sobretudo no discurso de se “viver a cidade” e ter abertura à diversidade. A esse respeito, a entrevistada verbalizou, sobre sua mudança do bairro de Parnamirim para Casa Forte, ambos bairros da Zona Norte:

Parnamirim eu gostava muito do bairro, é bem perto do Plaza, agora, no prédio, que o apartamento era muito amplo, era muito barulhento. Então um dos motivos, por exemplo, da gente ficar aqui e não lá, porque a gente podia ter alugado aqui e tal, é que era muito barulhento, o barulho da 17 de Agosto, do Shopping, do Plaza, era muito desagradável. Isso é uma coisa que me incomoda, ter poluição sonora.

Desse modo, as fortes transformações urbanas que atravessaram Parnamirim – Marie também cita que a criação de um ponto de ônibus em frente ao seu prédio e a consequente movimentação de pessoas a irritaram profundamente – geraram para nossa entrevistada um nível tal de desagrado e repulsa estética que ela optou por adentrar ainda mais em regiões mais “calmas” da Zona Norte. Em Casa Forte, ela reside em uma rua muito arborizada, sem circulação de transporte público e pouco movimento de carros – extremamente bucólica, como ela mesma descreve, frisando que é possível ouvir o canto dos passarinhos, o som do vento perpassando as folhas das árvores e das crianças brincando. Tal mudança foi bastante emblemática em sua trajetória de vida, considerando que ela saiu do prédio em cuja área está preservada a casa em que cresceu, a qual é utilizada como salão de festas, preferindo construir uma réplica da casa de sua infância e juventude em Aldeia, bairro que constitui uma espécie de refúgio urbano no subúrbio da região metropolitana do Recife.

Se a Zona Norte do Recife historicamente se constituiu como um espaço de interação aberta e plural, embora esses predicativos nem sempre se reflitam na prática, suas transformações recentes revelam os limites dessa aceitação. A urbanização acelerada, acentuada

nos anos 80, como já mencionado; impulsionada pela chegada de novos empreendimentos e pelo aumento da circulação de veículos, tem alterado a dinâmica dos bairros e as antigas formas de socialização.

Nesse contexto, os pequenos blocos e troças carnavalescas, antes frequentados principalmente por moradores, amigos e alguns visitantes de outros bairros da Zona Norte, perderam seu caráter intimista e passaram a atrair um público cada vez maior. Como consequência, esses eventos tornaram-se difíceis de controlar e novas formas de vivenciar o carnaval – nem sempre bem aceitas – foram introduzidas. Isso levou à adoção de estratégias para reduzir a frequência desses eventos públicos e conter as mudanças percebidas como indesejáveis. Ivan, artista plástico e herdeiro de uma grande indústria etílica e açucareira, expressa essa insatisfação:

Olha, tem uma coisa que a gente já questionava desde os anos... e, dos anos 2000, né? Que já estava crescendo muito, porque nos anos 1990 já tinha, era essa coisa do carnaval. E, ao mesmo tempo, a gente conversava e discutia, e dizia que era irreversível, que era um pouco Olinda. Não tem como... Já teve aqui uns anos que tinha encontro de blocos. O Os Barbas cresceu muito. Antes já tinha o Guaiamum Treloso, que vinha para cá. (...) Eu dizia, porra, que legal, e tal. Mas aí quando começa a ver que vai crescendo, depois criaram o Paraquedista Real, *e muita gente começa a conhecer o Poço. Porque quando você dizia 'Poço da Panela', ninguém sabia, como eu também, uma época, não sabia. Você sabia nem que rua entrava pra chegar no Poço. Porque aí o Poço, alguns arquitetos explicam, né? Que o Poço fica na curva do rio, era um lugar que não ia pra canto nenhum. (...) Aí já tinha braseiro no meio da rua, vendendo churrasquinho no meio da rua, não é na calçada nem nas laterais da rua, era no meio. E você vai pedir ao cara para tirar, ele não tira. E vai passar a orquestra como? Muito ambulante, muita coisa ambulante de fora, e os Barbas tentavam, primeiro no miolo, manter só os ambulantes da comunidade. Mas vira um caos, aí começa a ter roubo, roubo de carro, etc, etc, etc.*

Tal incômodo não é voltado apenas para o crescimento da quantidade de pessoas frequentando os eventos carnavalescos, mas pela perda de controle no que tange à exclusividade do bairro e seus festejos e, conseqüentemente, à quebra com os códigos estéticos e de conduta que até então eram a norma. Esse sentimento de perda é acompanhado pela tentativa de regradar a população pobre – os ambulantes – e manter apenas os “da comunidade”, sendo interessante perceber como Ivan associa os ambulantes “de fora” à criminalidade. Em outro momento da entrevista, ele verbalizou:

Tem muito assalto e o outro lado é Iputinga, Vila Detran... O cara atravessa o eixo e atravessa o rio na manha, né? Você pega o rio e atravessa... Atravessa o rio e vem roubar do lado de cá, né? Mas aqui tem uns bandidinhos, uns ratinhos daqui também.

Ivan, assim, sugere que o problema maior vem de fora, especialmente daqueles que atravessam o rio, vindos de áreas como Iputinga e Vila Detran – bairros da Zona Oeste com

moradores de nível socioeconômico muito mais baixo do que nossos entrevistados, tanto da Zona Norte quanto da Zona Sul, o que evidenciamos nos mapas que mostram que essas duas zonas são verdadeiros bolsões de riqueza em uma cidade marcada pelas desigualdades. Isto é, a criminalidade está para ele associada a sujeitos externos, não familiares e não controláveis, o que reforça a ideia de que o perigo maior vem daqueles de fora da comunidade, demonstrando uma visão de segurança baseada na divisão espacial e social da cidade.

A contradição entre discurso e realidade faz-se evidente na Zona Norte: a mesma diversidade que antes era celebrada pode estar sendo erodida pelo próprio processo de modernização e expansão urbana que redefine os territórios de pertencimento. O crescimento do Poço da Panela não apenas transforma sua paisagem, mas desafia os próprios moradores a confrontarem os limites de sua identidade coletiva.

A esse respeito, Lúcio, 50 anos, advogado renomado em um grande escritório e galerista, expressa sua nostalgia por uma cidade que, aos poucos, ele vê dissolver-se diante da especulação imobiliária e do crescimento comercial:

Eu percebo... primeiro que o ritmo é mais lento, fazendo uma comparação com a Zona Sul, o ritmo da Zona Sul é muito rápido, é muito cedo (...) e eu percebo isso, o ritmo daqui do Poço é mais lento, é mais devagar.

Para Lúcio, o bairro do Poço da Panela tem perdido sua característica de pequeno refúgio urbano, onde se podia viver um “interior” dentro da cidade. Em suas palavras,

A minha rua virou um inferno, minha rua, que não tem a menor condição de ser via dupla, se estaciona dos dois lados (...) Muito flanelinha... ou seja, tá acabando aquele sossego do Poço.

Boa Viagem, bairro em que o entrevistado morou por anos, representa para ele o contrário de sua idealização do Poço: “Eu fugi da Avenida por conta do barulho, acho insuportável aquele barulho de carro passando”. Ali, o turismo massificado e o consumismo acelerado criam uma paisagem social na qual os encontros são efêmeros, impessoais e regidos pelo cálculo econômico. Para Sennett (2015), o ideal contemporâneo da cidade não é mais o de um espaço de encontro e intercâmbio, mas o de um espaço de segurança e conforto, onde o indivíduo se cerca apenas daqueles que já são previsíveis e familiares.

Berman (2015, p. 56) aponta que a cidade moderna, em um modelo ideal, caracteriza-se pela possibilidade de encontros espontâneos, os quais desencadeiam novas experiências e ampliam as formas de liberdade para as massas urbanas. Nesse contexto, destacamos a potência desses encontros na promoção do contato entre alteridades, fazendo emergir tanto desconfortos

quanto reflexões capazes de fomentar a convivência entre grupos socialmente distintos. No entanto, Berman também argumenta que tal ideal não se concretiza plenamente. Souza (2008) e Caldeira (2008), no mesmo sentido, pontuam que esse ideal de cidade como “unidade na diversidade” (Souza, 2008, p. 24) é sistematicamente sabotado por dinâmicas sociopolíticas que reforçam segregações e hierarquias urbanas, limitando, assim, o potencial emancipador dos espaços públicos.

Assim, sobre suas práticas de consumo, Lúcio menciona:

Adoro ir pra restaurante, adoro, amo, seja ele o mais fino da cidade ou o botequim da esquina. Adoro um botequim, adoro uma venda, sabe, uma barraca. Desde que tenha uma cerveja gelada e uma comida gostosa, se tiver isso, eu tô no céu. E não tiver música ruim, se tiver música ruim eu nem entro.

Aqui, percebemos que a cidade é valorizada pela possibilidade de consumos muito diversificados, mas não sem que sejam traçados certos parâmetros. Essa contradição, apontada por Sennett (2015, p. 78), é uma das marcas da sociedade contemporânea: desejamos experiências urbanas vibrantes, mas dentro de limites controláveis. Quando esses limites são rompidos – por transformações urbanas que trazem novos habitantes e novos usos –, surge um sentimento de rejeição e desidentificação.

O sentimento de pesar externalizado por ele pela mudança do bairro não é apenas uma manifestação de nostalgia, mas uma resistência às novas dinâmicas urbanas que funciona como um mecanismo de preservação de uma hierarquia simbólica. O discurso sobre a “perda da tranquilidade”, desse modo, oculta o desejo de restringir quem faz parte do bairro, dificultando que o espaço torne-se acessível a outras camadas sociais. Como Sennett (2015 203) aponta, a erosão da vida pública significa que os espaços urbanos se tornam cada vez mais nichos privados, onde o desconhecido é visto como uma ameaça ao pertencimento. Essa lógica reflete-se no desejo do entrevistado por um bairro “menos turístico, com menos gente estranha, mais gente conhecida”, vontade expressa também por outros entrevistados da Zona Norte, especialmente ao estabelecer comparações em face da Zona Sul.

Retomamos, a esse respeito, que a Zona Sul foi se transformando ao longo do tempo em um espaço mais dinâmico no que tange à circulação de pessoas, mas também mais ameaçador para aqueles que buscam manter uma noção de comunidade. Boa Viagem, por exemplo, abriga o maior espaço público de Recife – a praia –, o que faz com que seja um local frequentado por diferentes camadas sociais. Esse trânsito é visto com reserva pelos moradores mais ricos, que preferem praias mais exclusivas no litoral sul ou pequenas vilas de pescadores no litoral norte, onde podem usufruir da paisagem sem a mistura social que a praia urbana proporciona.

Também os moradores mais ricos da Zona Norte expressaram rejeitar as praias de Boa Viagem e Pina e possuir casas de praia em localidades menos populares, como Gabriela, 70 anos, moradora de Casa Forte, uma das fundadoras e atualmente acionista de um dos maiores laboratórios de Pernambuco: a entrevistada possui, por exemplo, uma casa de praia em Serrambi. Ela mencionou ter escolhido esse local devido à organização da praia e à frequência dos visitantes, acrescentando que tinha uma casa em Itamaracá, mas não suportava mais ouvir “som de rádio e som de vizinho”. Em relação à praia de Boa Viagem, verbalizou que há muito tempo não a frequenta porque

(...) era cheio de fogareiro, cheio de gente comendo, cheio de gente duvidosa... enfim, esse comércio na praia de Boa Viagem me incomoda muito, eu não vou pra praia pra ter cuidado pra não me queimar num fogaréu, eu vou pra praia pra conversar, andar, tomar banho. Isso aí me desagrada muito, vou a praia pra apreciar a natureza e ter paz.

Marie, médica e professora universitária, mencionada anteriormente, também moradora de Casa Forte, expressou também não frequentar a praia de Boa Viagem por não gostar de “lugar muito aglomerado”, acrescentando: “eu não vou pra praia pra beber (...) eu odeio música, aquela música que você não quer ouvir, que você é obrigado a ouvir”. Assim, prefere praias “não urbanas”, silenciosas e tranquilas e, embora não possua casa de praia, com frequência aluga casas no litoral sul. Nesses momentos, “eu cozinho, caminho de manhã, faço comida de mar, de tarde eu tomo banho de mar...”.

Já Nara e Juscelino, já citados, moradores do Poço da Panela, costumam ir à praia do Pina, mas acabam ficando em uma região onde percebem que o público é mais semelhante ao da Zona Norte: “A gente sempre acaba indo para a Barraca do Pingo”, comentou Nara. “É um ponto mais afastado, onde não tem aquele público...”. Explicamos que tal barraca encontra-se em uma região geograficamente peculiar das praias da Zona Sul, pois tem um areal maior, com bancos de areia e restingas entre a orla e a barraca. Além disso, a barraca tem uma vizinhança mais distanciada. Ambos os fatores combinam-se para conferir maior privacidade à área.

Juscelino complementou: “É, a gente não vai para Brasília Teimosa, mas também não chega até o Pezão. Ficamos ali no limbo! Mas é justamente lá que encontramos o pessoal da Zona Norte”. Tal escolha vai além de uma simples questão de preferência, mas combina identificação cultural, distinção simbólica e conforto. Ao evitarem Brasília Teimosa e o Pezão, Nara e Juscelino estabelecem barreiras invisíveis que delimitam onde se sentem confortáveis. Nesse sentido, Brasília Teimosa tem um histórico de ocupação popular e resistência urbana, sendo associada a uma população de baixa renda, enquanto o Pezão, embora mais diverso, ainda é majoritariamente frequentado por camadas populares. Já na Barraca do Pingo eles percebem

um público mais próximo ao da Zona Norte, com o qual compartilham gostos, hábitos e estilos de vida, como a valorização de bares e espaços culturais que oferecem cerveja artesanal, música ao vivo e uma experiência mais alternativa.

Ao ser escolhida como ponto intermediário, a referida barraca torna-se um espaço que permite uma experiência de praia mais autêntica e menos “elitizada” do que outras áreas da orla, mas sem a imersão total nos espaços mais populares. Essa escolha reflete um discurso de distinção social, em que eles buscam se identificar com um público que rejeita tanto a ostentação quanto a massificação dos espaços urbanos, expressando fronteiras sociais invisíveis que combinam elementos de classe, cultura e estilo de vida.

Além disso, citamos a entrevistada Mariana, moradora de Casa Forte, que frequenta “pouquíssimo” a praia da Zona Sul e dá prioridade à casa de praia da família, mencionando ter aversão a lotação, desordem, falta de privacidade e à importunação por parte de ambulantes. Mariana verbalizou que “a galera da Zona Norte não é uma galera de praia”. Desse modo, quando vai à praia da Zona Sul, também opta pela Barraca do Pingo, acompanhada de amigos de bairros que não estão localizados nem na Zona Norte nem na Zona Sul. Ela ressalta que

(...) é uma galera que gosta de tomar seu caldinho, tomar sua cervejinha, é aquela galera que bebe! Nem é meu estilo conviver com uma galera que bebe, mas eu tenho alguns amigos assim. E é uma galera que no fim toma banho de mar e faz aquela “farofada”.

Suas raras idas à praia do Pina, desse modo, são feitas com pessoas que, em suas palavras, “não são exatamente de um nicho classe média” e que têm um estilo de vida diferente do dela, mais expansivo, o que ela expressa pelo uso da palavra “farofada”. Assim, essa prática representa para ela uma quebra diante de seus próprios padrões comportamentais, de consumo e de sociabilidade.

Como Richard Sennett (2015) argumenta, a vida pública só pode ser plena quando nos permitimos encontrar e ser surpreendidos pelo outro. No entanto, o modelo de sociabilidade predominante na Zona Norte recifense tolera a diversidade apenas sob condições controladas, fazendo com que os encontros sociais ocorram dentro de um código tácito de pertencimento. Essa tendência da Zona Norte de hesitação e ressalvas, ou mesmo apreensão, à praia da Zona Sul acaba por revelar que o morador das frações médias e altas da Zona Norte é tão avesso quanto o morador das frações de elite da Zona Sul no que se refere ao encontro com aquilo que rompe com suas regras de conduta. Assim, esse exemplo da tensão em torno da praia nos ajuda a perceber que o respeito às boas maneiras ocupa uma importância equipotente para as referidas frações das diferentes zonas.

Assim, o discurso de abertura ao uso do Poço da Panela por diversas classes não representa necessariamente uma verdadeira disposição ao encontro público irrestrito. Em vez disso, opera como um mecanismo de distinção que diferencia a Zona Norte da Zona Sul, ao defender um modelo de sociabilidade menos ostensivamente segregador, mas ainda regulado por códigos tácitos de comportamento e pertencimento. Assim, enquanto na Zona Sul o controle da convivência entre classes ocorre de forma mais explícita – por meio do enclausuramento residencial e do consumo segmentado –, na Zona Norte ele se dá de maneira mais sutil, por meio de expectativas normativas sobre o uso adequado do espaço público e sobre quem pode ou não ocupar determinados territórios. Morar há anos no bairro, conhecer os vizinhos e preservar certos rituais são elementos fundamentais para demarcar quem verdadeiramente faz parte daquele espaço e quem é percebido como um intruso. Dessa forma, o morador que se diz aberto à diversidade acaba, na prática, operando mecanismos de distinção semelhantes aos do morador da Zona Sul, ainda que sob um discurso de valorização da alteridade.

5.3 Entre Grifes e Livros – A geografia simbólica do Recife como tradução do espaço social

Os conceitos de civilização e cultura, como elaborados por Norbert Elias, nasceram imersos em disputas simbólicas que atravessavam as estruturas de classe e, posteriormente, transfiguraram-se em expressões de identidade nacional. Longe de serem categorias neutras ou descritivas, carregaram desde o início a função de condensar orgulho, autoimagem e a afirmação de uma superioridade relativa, seja no interior das sociedades europeias, seja no cenário das rivalidades entre nações.

Inicialmente, a ideia de civilização emerge no Ocidente como uma distinção de classe: um vocabulário das elites aristocráticas para marcar o domínio sobre os corpos, os afetos e os costumes – uma maneira de afirmar a superioridade moral e social diante da grosseria atribuída às camadas populares. Com o avanço dos Estados-nação e das tensões imperialistas, essa noção é nacionalizada, servindo como bandeira de superioridade dos povos ocidentais, especialmente França e Inglaterra, sobre o resto do mundo “incivilizado”.

Diante desse cenário, a Alemanha – politicamente fragmentada e sem o mesmo protagonismo imperial – constrói o conceito de “Kultur” como reação e contraponto à “civilização” ocidental. Ao Bildungsbürgertum, classe média letrada alemã, faltava o capital político e econômico das elites de corte ou dos grandes impérios coloniais. Restava-lhe, então, reivindicar para si a profundidade espiritual, filosófica e intelectual, atribuindo ao povo alemão

a posse de uma qualidade mais autêntica e verdadeira. Nesse gesto, a “Kultur” não apenas expressa um orgulho de classe, mas também funciona como refúgio simbólico diante da exclusão política e material, transformando ressentimento em superioridade moral.

Na sociogênese de tais conceitos, realizada por Elias, não está em questão apenas a origem das palavras, mas as condições sociais e estruturais que lhes conferiram sentido e função. “Civilização” e “cultura” não emergem como categorias abstratas ou essencialmente distintas, mas como expressões simbólicas de disputas entre grupos sociais com diferentes composições de poder e capital. A civilização, vinculada inicialmente à vida das cortes e à classe aristocrática cosmopolita, opera como marca de distinção pelo refinamento exterior, pelo controle dos impulsos e pelas formas de sociabilidade da elite. Já a cultura, no contexto alemão, nasce como oposição interna – como um termo apropriado por intelectuais e pela classe média letrada para marcar a diferença entre uma formação interior, espiritual e nacional, contra os modelos considerados superficiais e externos da civilização francesa. Assim, a sociogênese revela que esses conceitos são moldados por processos de diferenciação e concorrência social, servindo como instrumentos simbólicos de pertencimento, orgulho e classificação, que mais tarde foram nacionalizados e convertidos em signos de identidade coletiva. Essa sociogênese dos conceitos, descrita por Elias, pode ser relida à luz de Bourdieu como uma luta por legitimação no interior dos campos sociais. Para Bourdieu, tais classificações não operam apenas como ideias abstratas, mas como formas incorporadas de distinção, inscritas nos gostos, nos gestos e nos modos de vida. Nesse sentido, podemos compreender a “civilização” como parte de um processo mais amplo de estilização da vida, no qual os grupos dominantes imprimem às suas práticas cotidianas uma forma estética e moralmente valorizada – transformando disposições de classe em critérios implícitos de superioridade. O que está em jogo, portanto, é a luta por definir os modos legítimos de ser, viver e sentir.

Essa lógica de disputa simbólica e de elaboração de autoimagens encontra eco nas oposições internas que estruturam o espaço social e urbano do Recife. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a oposição entre Zona Norte e Zona Sul não se reduz a um simples recorte geográfico, mas opera como uma verdadeira fronteira simbólica, na qual se projetam diferentes visões de mundo, estilos de vida e sentimentos de pertencimento.

Curiosamente, como na Alemanha de Elias, é sobretudo a Zona Norte – tradicional, letrada e com alto capital cultural – que mobiliza essa oposição como crítica à superficialidade, formalidade e ao exibicionismo que atribui à Zona Sul. Assim como a Bildungsbürgertum alemã, as frações dominantes da Zona Norte ocupam uma posição ambígua: possuem prestígio

simbólico e cultural, mas veem-se desafiadas ou mesmo deslocadas diante da ascensão econômica e estética de uma Zona Sul ligada ao consumo ostentatório, às novas formas de riqueza e à estilização da vida cotidiana.

Nesse embate, “Zona Norte” e “Zona Sul” deixam de ser apenas designações urbanas para tornar-se significantes carregados de orgulho, ressentimento e defesa de estilos de vida específicos. A Zona Norte constrói para si uma autoimagem de profundidade, tradição e autenticidade – “cultura”, no sentido eliasiano – enquanto acusa a Zona Sul de encarnar o rigor das aparências, o gosto pela forma em detrimento do conteúdo, a exemplo do que a “civilização” francesa e inglesa representava no olhar crítico dos alemães do século XIX.

A oposição entre “Kultur” e “Civilização”, representada entre as nações europeias, revela que, mais do que diferenças materiais ou estéticas, o que está em jogo é uma luta por reconhecimento e distinção, na qual cada fração social constrói sua autoimagem como forma de resistir, afirmar-se ou compensar sua posição relativa no espaço urbano e social. Tal como a “Kultur” alemã, a “Zona Norte” recifense reivindica para si o monopólio da profundidade e da autenticidade, convertendo em orgulho e superioridade simbólica o ressentimento frente às dinâmicas de poder e visibilidade – questões problematizadas pela análise bourdieusiana.

Essa leitura final revela como o espaço urbano e as oposições que o atravessam não são meros dados geográficos, mas campos de disputa simbólica nos quais se condensam emoções, afetos e projetos de mundo, reafirmando a atualidade da perspectiva de Elias para pensar não somente a Europa moderna, mas também as tensões e distinções inscritas nas cidades brasileiras contemporâneas.

É necessário, contudo, que busquemos evitar a armadilha de tratar a oposição entre Zona Norte e Zona Sul como uma clivagem fixa e unilateral, na qual a Zona Norte deteria o monopólio da profundidade e da cultura enquanto a Zona Sul encarnaria apenas o luxo vazio e a estética das aparências. As trajetórias e falas dos entrevistados revelam que essa dicotomia é produzida socialmente, mas também reconhecida e contestada por indivíduos da própria Zona Sul que se mostram conscientes da caricatura que deles se faz e se esforçam para reivindicar para si um *ethos* que vai além do consumo ostentatório.

Além disso, as práticas de distinção não se esgotam na oposição entre a tradição e o consumo de luxo. Moradores da Zona Norte, ainda que critiquem seus “antípodas” por um certo “exibicionismo”, não deixam de valorizar, eles próprios, a etiqueta, as boas maneiras e o autocontrole, códigos herdados de um *habitus* burguês que se aproxima, em muitos aspectos, dos mesmos valores que Elias identifica no processo civilizador europeu. Esses moradores não

manifestam um desprezo pelo decoro, supostamente característico das elites da zona sul, mas à maneira como o consumo é mobilizado como performance e marcador visível de posição social.

Se para parte da Zona Norte o consumo ostentatório parece ser o signo da superficialidade da Zona Sul, isso se dá, sobretudo, porque o capital econômico e o acesso aos espaços de visibilidade do luxo estão desigualmente distribuídos. O ressentimento que transparece no discurso da Zona Norte nos parece ter menos a ver com o desprezo puro e simples pela estética ou pelo luxo – e mais com o reconhecimento da desvantagem material na capacidade de performar socialmente os signos da distinção contemporânea.

Essa assimetria aprofunda o sentido da analogia com a “Kultur” alemã, pois também na Zona Norte recifense há uma tentativa de converter a limitação econômica em capital simbólico, elaborando um discurso no qual a tradição, a formação, a profundidade e o “conteúdo” são celebrados como antídotos à efemeridade e à estética das aparências.

Por outro lado, é significativo que os próprios entrevistados da Zona Sul, em suas narrativas, não se reconheçam inteiramente na imagem que a Zona Norte projeta sobre eles. Há, entre eles, a percepção de que a Zona Sul não se reduz ao consumo ou à ostentação e de que essa leitura faz parte de um jogo simbólico de disputas por legitimidade e valor social.

Ao final, o que está em jogo não é apenas o luxo ou a tradição, mas a luta por definir o que conta como verdadeiro valor – uma disputa pela hegemonia simbólica em que cada fração tenta impor sua própria versão de distinção e de superioridade moral. Essa complexidade revela o quanto as cidades brasileiras carregam camadas sobrepostas de distinção e pertencimento, nas quais o capital econômico, o capital cultural e o controle dos afetos e das maneiras se entrelaçam de formas específicas, atravessando e reconfigurando as geografias sociais da metrópole.

Porém, se a analogia entre a oposição civilização/Kultur e a polarização entre Zona Sul e Zona Norte do Recife ajuda a iluminar a lógica simbólica em questão, é preciso reconhecer que ela encontra ainda mais aderência quando observamos o que foi apontado pelos próprios entrevistados: existe, de fato, uma diferença sensível de estilo de vida e de *ethos* comportamental entre as duas regiões.

A Zona Sul, segundo os relatos colhidos, associa-se mais diretamente a uma estética da visibilidade: o trânsito entre as lojas de grife, a exibição de corpos malhados, o desfile de carros de luxo e a adesão a padrões de beleza fortemente marcados pela magreza e pela performance do corpo como capital simbólico. O consumo ostensivo não é apenas um efeito das condições materiais, mas parte de um *ethos* que valoriza o “aparecer” – tal como as formas exteriores da civilização ocidental criticadas pela intelectualidade alemã do século XIX.

Por outro lado, se há valorização de códigos tipicamente burgueses, traços de um *habitus* burguês mais antigo, por parte da Zona Norte, por que parte de seus moradores exibem uma postura crítica em relação a esse modo de vida? Como se depreende da atitude germânica diante das nações vizinhas, parece se entrever, nessa postura, uma resistência simbólica. Os estilos alternativos de vestir, os modos de sociabilidade menos centrados na ostentação do luxo e a defesa de um ideal de profundidade cultural são frequentes nos relatos e aparecem, sobretudo, entre aqueles que expressam desconforto com a “vibe” da Zona Sul ao se mudarem para lá ou moradores da zona norte que descrevem um desconforto sobre essa região, sendo nítido uma menor posse de capital econômico desses. Assim, para certos grupos majoritários da Zona Norte, em que se encontra tal pendor avesso ao modo de vida consumista, cabe dizer que a bandeira da abertura à diversidade, da flexibilidade diante das etiquetas, do modo de vestir, a opinião crítica aos automóveis, a maneira como pensam a cidade, são alguns dos subterfúgios contra o fato de que, economicamente falando, estão em uma assimetria clara em relação a seus homólogos - seriam eles a fração dominada da fração dominante.

Essa percepção não é trivial: ela sugere que a oposição, longe de se ater ao plano dos discursos, atravessa também os corpos, os gestos e as práticas cotidianas, conferindo materialidade às fronteiras simbólicas. Ainda assim, é fundamental reconhecer que a força dessas fronteiras não significa que a Zona Norte ocupe uma posição de abertura ou que não tenha seus próprios mecanismos de distinção e exclusão. Pelo contrário, como se verá adiante, a relação ambígua que parte da Zona Norte estabelece com os moradores das ZEIS – as Zonas Especiais de Interesse Social, que concentram territórios populares e marcados pela precariedade – que permeiam o território revela o quanto, ainda que negadas ou atenuadas pela via do discurso, as barreiras existem e residem justamente no âmbito dos estilos de vida diferentes entre as classes, que geram apreciações e juízos de valor negativos por parte das frações médias e altas, resultando em um convívio que, para além da aparente harmonia e senso de comunidade sugeridos pelas entrevistas, é permeado por tensões, superficialidade e uma segregação velada.

Nesse cenário, frisamos que as frações médias e altas, possuidoras de alto capital cultural, detêm maior influência simbólica e, assim, acabam por monopolizar o cronograma cultural dos principais espaços públicos da Zona Norte; ficando à margem os moradores das ZEIS, por terem outro tipo de consumo, não abarcado nesses eventos, além de não dominarem os códigos de sociabilidade neles predominantes.

Assim, ao mesmo tempo em que a Zona Norte elabora um discurso de crítica ao consumo e à ostentação da Zona Sul, ela também sustenta suas próprias formas de distinção, reafirmando, por outros meios, o orgulho, a autoimagem e a identidade de uma fração social que, como a *Bildungsbürgertum* alemã, encontra na cultura e na tradição o refúgio simbólico diante da centralidade do capital econômico na definição do prestígio social.

Por outro lado, para além de uma oposição simbólica de proporção internacional, Norbert Elias mostra também que esses mesmos conceitos de “civilização” e “cultura” são produtos históricos de lutas sociais no interior de uma sociedade. Em escala mais ampla, ambos os termos expressavam formas de distinção entre classes: enquanto a “civilização” associava-se às práticas da corte e aos refinamentos das elites (como as boas maneiras, o domínio do corpo e o autocontrole), a “cultura” foi um termo mobilizado por frações da burguesia intelectual e da classe média alemã para se contrapor à artificialidade e superficialidade atribuídas à vida cortesã e ao cosmopolitismo francês e das elites afrancesadas.⁶⁴ Assim, antes de se tornarem símbolos nacionais, esses termos expressavam uma cisão interna nas sociedades europeias – entre modos de vida concorrentes, legitimidades distintas e formas de orgulho social.

Com o tempo, no entanto, essa clivagem de classe desloca-se para o plano internacional, assumindo uma função nacionalista. A classe média alemã, excluída dos centros de poder político e econômico, apropria-se do termo “Kultur” como forma de compensar sua subalternidade. O que antes era crítica à aristocracia transforma-se em crítica às nações estrangeiras: a “civilização” francesa e inglesa passa a ser representada como frívola e superficial, enquanto a Kultur alemã é celebrada como profunda, espiritual e autêntica. Como sintetiza Elias, “a função do conceito germânico de Kultur ganhou vida nova em 1919 (...) por causa da autoimagem que os alemães tiveram que redefinir” (ELIAS, 1994, p. 37). Esse deslocamento da luta simbólica interna para a luta entre nações é um exemplo claro de como os significados transformam-se historicamente, articulando orgulho, identidade e ressentimento. A Kultur torna-se, assim, não apenas uma alternativa moral à civilização francesa, mas um emblema da própria nação alemã, uma forma de reivindicar superioridade em um campo onde o poder político e militar não bastava.

O que Elias mostra para o contexto europeu pode ser lido, com as devidas mediações, como modelo para entender as disputas simbólicas nas cidades brasileiras e, mais

⁶⁴ Como diz Elias, o contraste entre *Zivilisation* e *Kultur* remete originalmente ao antagonismo entre “a nobreza cortês, que usava predominantemente a língua francesa e era ‘civilizada’ segundo o modelo francês, e um estrato de *intelligentsia* de classe média que falava alemão” (ELIAS, 1994, p. 28).

especificamente, no espaço urbano do Recife. A oposição entre Zona Norte e Zona Sul opera de forma análoga à transposição eliasiana: o que inicialmente é uma diferença de classe e de frações sociais passa a ser significada como diferença entre regiões, entre “modos de vida” e “tipos de gente”, criando barreiras que são menos físicas do que simbólicas, mas que operam com notável eficácia.

Assim como a Alemanha construiu, com a “Kultur”, uma narrativa de profundidade espiritual para compensar sua posição marginal no concerto das nações ocidentais, a Zona Norte elabora uma imagem de si mesma como guardiã de valores mais “verdadeiros”: tradição, sobriedade, intelectualidade e crítica ao consumo. Essa construção não se dá apenas em contraste com a Zona Sul, mas em oposição ativa a um estilo de vida percebido como superficial, espetacular e moralmente menos legítimo.

E, como no caso europeu, essa construção regional enraíza-se em um processo mais antigo: o das disputas entre frações sociais com diferentes composições de capital. Na Zona Sul, a concentração de capital econômico permite maior acesso ao consumo de luxo, aos espaços de visibilidade e às formas contemporâneas de distinção. Na Zona Norte, a força está no capital cultural herdado, na tradição familiar, na formação acadêmica e nas marcas de uma distinção pretensamente mais discreta, mas ainda assim poderosa.

Portanto, assim como “civilização” e “cultura” evoluíram de signos de classe para bandeiras nacionais, a oposição entre Zona Norte e Zona Sul pode ser compreendida como uma reconfiguração urbana dessas mesmas lógicas simbólicas. O espaço urbano condensa, dramatiza e dá forma visível às distinções invisíveis, sendo o palco onde são encenados estilos de vida, reafirmadas identidades e projetadas formas de orgulho e ressentimento.

Ao fim, essa leitura ajuda a entender que o que está em jogo não é simplesmente uma diferença entre bairros ou estilos de vida, mas uma disputa contínua por legitimidade social, definição de valor e reconhecimento – nos mesmos termos que Elias identificou entre aristocratas, burgueses, nações e impérios. A cidade, nesse sentido, é o lugar onde essas batalhas simbólicas se corporificam e onde distinções estabelecidas historicamente continuam a se perpetuar.

A Zona Norte e a Zona Sul, como categorias que extrapolam o dado geográfico, funcionam como signos condensadores de disposições sociais historicamente constituídas – verdadeiros mapas morais por meio dos quais se constroem pertencimentos diferenciados e se elaboram fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, fronteiras estas que emergem de disputas entre frações de classe que, em contextos específicos, buscam afirmar como legítimos certos

estilos de vida, valores e sensibilidades. Em síntese, o Recife contemporâneo – como tantas cidades marcadas pela desigualdade – é também um campo de lutas por reconhecimento, onde categorias como Zona Norte e Zona Sul condensam mais do que localização: elas organizam valores, afetos, hierarquias e visões de mundo. À semelhança das categorias de civilização e cultura descritas por Elias, essas zonas operam como formas urbanas de distinção, modos de nomear e narrar a si e aos outros, com todas as ambiguidades, tensões e contradições que isso carrega. Nesse sentido, as disputas simbólicas que atravessam o espaço da cidade são também disputas sobre quem tem o direito de representar o valor, de definir o bom gosto, de marcar o pertencimento e de imaginar o futuro.

5.4 À guisa de conclusão

Esta tese buscou compreender como se manifestam, no Recife, as disputas simbólicas entre diferentes frações da elite, especialmente a partir da oposição historicamente construída entre a Zona Norte e a Zona Sul. Mais do que uma simples divisão geográfica, essa clivagem expressa uma luta por reconhecimento na definição da forma legítima de viver a cidade. Ao longo da pesquisa, observou-se que os julgamentos, recusas e distinções não operavam apenas por meio de discursos diretos sobre gosto ou estilo de vida, mas principalmente através de escolhas espaciais, sensibilidades incorporadas e classificações tácitas, estruturadas por formas distintas de capital e por disposições historicamente sedimentadas.

A Zona Norte, marcada por alto capital cultural e menor poder econômico, mostrou-se mais mobilizada na construção de fronteiras simbólicas e na elaboração de juízos classificatórios, buscando reafirmar sua posição como fração legítima e ilustrada da elite recifense. Já a Zona Sul, embora dominante no plano econômico e frequentemente associada à ostentação e ao consumo visível, apareceu menos articulada simbolicamente, mas não indiferente: os entrevistados dessa região revelaram esforços de distinção interna e de afastamento diante dos estigmas que lhes eram atribuídos. Em ambos os casos, a cidade surge como palco privilegiado para a encenação de pertencimentos simbólicos, onde o espaço físico reatualiza a estrutura do espaço social.

A análise revelou que, mesmo entre indivíduos com trajetórias sociais próximas, operam distinções finas, marcadas por *pertencimentos eletivos*, por *mini-habitus* e por disputas classificatórias em torno de estilos de habitar, conviver e consumir. Não se trata, portanto, de frações rigidamente consolidadas, mas de posicionamentos simbólicos em tensão; expressos

em escolhas de bairro, critérios estéticos, sociabilidades e práticas cotidianas que atualizam as lutas de classe em chave urbana e cultural.

Com isso, a tese reafirma a atualidade da teoria bourdieusiana do gosto e do espaço social, ao demonstrar como formas sutis de distinção continuam a operar mesmo em contextos marcados por mobilidade social e acesso ampliado a bens materiais. Ao colocar a cidade no centro da análise, o trabalho contribui para compreender como o espaço urbano, mais do que pano de fundo, atua como operador ativo na produção e reprodução das hierarquias simbólicas.

Por fim, reconhece-se que este estudo não dá conta de todas as dimensões envolvidas nessa disputa. Aspectos como a corporalidade, a circulação entre bairros, os consumos culturais e a performance das classes médias emergentes merecem ser aprofundados em pesquisas futuras. Ainda assim, ao iluminar os modos pelos quais a elite se define, se diferencia e disputa legitimidade na cidade, esta tese espera ter contribuído para o avanço das reflexões sobre classe, espaço e cultura no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS. *Histórico e sede institucional*. Disponível em: <>. Acesso em: 06 maio 2025.

ALLEN, Chris. *Housing market renewal and social class*. London; New York: Routledge, 2008. (Housing, Planning and Design Series).

ANDRADE, Manuel Correia de. “Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco.” In: *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 267–280, set./dez. 2001.

ANJOS, Bianca Cruz dos. *A casa de banhos dos Arrecifes: sociabilidades e difusão do higienismo em Recife (1880–1924)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

ANJOS, Bianca Cruz dos. “O encontro com as virtudes terapêuticas dos banhos de mar na Casa de Banhos dos Arrecifes no século XIX.” In: *Anais do XXX Simpósio Nacional de História*. Recife: ANPUH, 2018. [páginas?]

ANJOS, Bianca Cruz dos. “É do mar que se avista a cidade: as implicações sociais do uso dos banhos de mar na construção do ‘novo’ Recife.” In: *Revista Hydra*, v. 4, n. 8, p. 339–344, set. 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. “A vida ao ar livre: os banhos de rio, de mar e de sol.” In: *CLIO – Série História do Nordeste (UFPE)*, v. 2, p. 155–184, 2007a.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007b.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. “Cultura da praia: urbanização, sociabilidade e lazer no Brasil, 1840–1940.” In: *Acta Científica – XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, Facultad de Ciencias Sociales de Chile, p. 1–8, 2013. Disponível em: <>. Acesso em: [colocar data].

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/USP, 2004.

BACQUÉ, Marie-Hélène; VERMEERSCH, Stéphanie. “The middle class ‘at home among the poor’: how social mix is lived in Parisian suburbs.” In: *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, n. 4, p. 1211–1233, 2014. DOI: 10.1111/1468-2427.12130.

BACQUÉ, Marie-Hélène; BRIDGE, Gary; BENNETT, Tony; et al. *The middle classes and the city: a study of Paris and London*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Work, consumerism and the new poor*. Philadelphia: Open University Press, 1988.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudo de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENNETT, Tony; EMERY, David; GATRELL, Caroline; SILVA, Elizabeth B. *Culture, class, distinction*. London: Routledge, 2009.

BENSON, Michaela. “Negotiating privilege in and through lifestyle migration.” In: BENSON, Michaela; OSBALDISTON, Nick (orgs.). *Understanding Lifestyle Migration: Theoretical Approaches to Migration and the Quest for a Better Way of Life*. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 47–69.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Denis. *Recife, o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

BERTONCELO, Edison. “As classes na teoria sociológica contemporânea.” In: *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [n.?), [páginas?], 2009.

BERTONCELO, Edison. “Classes e práticas sociais.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, [v.?), [n.?), [páginas?], 2013.

BEZERRA, Izabel; BITOUN, Jan. “Região Metropolitana do Recife: estratificação social, estrutura e organização do território.” In: SOUZA, Maria Angela de Almeida; BITOUN, Jean (orgs.). *Recife: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. [páginas?].

BOTERMAN, W. R. “Residential mobility of urban middle classes in the ...” In: [revista?], 2012. [dados incompletos].

- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. “Capital simbólico e classes sociais.” In: *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 96, p. 105–115, jul. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado.” In: *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 133–144, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e poder simbólico.” In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. [páginas?]
- BOURDIEU, Pierre. “Making the Economic Habitus: Algerian Workers Revisited.” In: *Ethnography*, v. 1, n. 1, p. 17–41, jul. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/14661380022230624>.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões fundamentais de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral: vol. 1 – Lutas classificatórias*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. “The Field of Power and the Division of the Labour of Domination.” In: DENORD, François; PALME, Mikael; RÉAU, Bertrand (eds.). *Researching Elites and Power: Theory, Methods, Analyses*. Cham: Springer, 2020. p. [páginas?]
- BRIDGE, Gary. “It’s not just a question of taste: gentrification, the neighbourhood, and cultural capital.” In: *Environment and Planning A*, v. 38, n. 10, p. 1965–1978, 2006. [DOI?]
- BUTLER, Tim; ROBSON, Garry. *London calling: the middle classes and the re-making of inner London*. Oxford; New York: Berg, 2003.
- BUTLER, Tim; ROBSON, Garry. “Social capital, gentrification and neighbourhood change in London: a comparison of three South London neighbourhoods.” In: *Urban Studies*, v. 38, n. 12, p. 2145–2162, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1080/00420980120087090>.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. “Culturas híbridas, poderes oblíquos.” In: *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 283–350.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2006.
- CATANI, Afrânio; PEREIRA, Gilson. “Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social.” In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. especial, p. 107–120, jul./dez. 2002.
- CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CLARK, W.; MAAS, R. “Spatial Mobility and Opportunity in Australia: ...” In: [revista?], 2015. [dados incompletos].
- CORTÊS DE LIMA, Rosa Maria. *A cidade autoconstruída*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.
- DE LA MORA, Cecília Carvalho. *Territorialidade e sociabilidade nos espaços livres dos assentamentos populares: o caso da ZEIS do Poço da Panela, Recife-PE*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- DE SAINT MARTIN, Monique. “Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França.” In: *Revista TOMO*, n. 13, p. 43–74, 2008.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.
- FOGLE, Nikolaus. *The spatial logic of social struggle: a Bourdieuan topology*. Lanham: Lexington Books, 2011.
- FREYRE, Gilberto (org.). *Livro do Nordeste*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2006.
- FRIEDMAN, Sam; LAURISON, Daniel. *The class ceiling: why it pays to be privileged*. Bristol: Policy Press, 2019.

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Patrimônio cultural de Pernambuco*. Disponível em: <>. Acesso em: 06 maio 2025.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ). *Museu do Homem do Nordeste e centros culturais*. Disponível em: <>. Acesso em: 06 maio 2025.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.” In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. [páginas?].

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens tombados*. Disponível em: <>. Acesso em: 06 maio 2025.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JORNAL DO COMMERCCIO. “Lei dos 12 bairros é analisada 17 anos após aprovação.” In: *Jornal do Commercio (Recife)*, 18 set. 2018. Disponível em: <>. Acesso em: 06 maio 2025.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACERDA, Norma et al. *Lei dos 12 Bairros: contribuição para o debate da produção do espaço urbano do Recife*. Recife: Cepe, 2018.

LAHIRE, Bernard. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAHIRE, Bernard. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. “Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual.” In: *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 49, p. [páginas?], 2005.

LAHIRE, Bernard. “Do homem plural ao mundo plural.” In: *Análise Social*, v. XLVII, n. 202, p. [páginas?], 2012a.

LAMONT, Michèle. *Money, morals and manners: the culture of the French and the American upper-middle class*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LAREAU, Annette. *Unequal childhoods: class, race, and family life*. Berkeley: University of California Press, 2003.

LASH, Scott; URRY, John. *Economies of signs and space*. London: SAGE, 1994.

LASH, Scott; URRY, John. *The end of organized capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1987.

LEITÃO, Lúcia. *Quando o ambiente é hostil*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

MACIEL, Louise Claudino. “Pensar com Lahire e Bourdieu: disposições sociais e gostos de elite no Recife.” In: *Revista de Ciências Sociais: Política e Trabalho (UFPB)*, [v.?], [n.?], [páginas?], 2019.

MACIEL, Louise Claudino. *Pode entrar: manifestações de gosto no âmbito da moradia e da decoração das elites culturais na Região Metropolitana de Recife*. Recife: [s.n.], 2018. [Tese de Doutorado – dados incompletos].

MACHADO, Helena Cristina Ferreira. “A construção social da praia.” In: *Sociedade e Cultura: Cadernos do Noroeste – Série Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 201–218, 2000.

MARICATO, Ermínia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.” In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. [páginas?].

MÉNDEZ, María Luisa; GAYO, Modesto. *Upper middle class social reproduction: wealth, schooling, and residential choice in Chile*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

MICHETTI, Miqueli. “Atualizações da ‘boa vontade cultural’: internacionalização e diversidade no ensino superior brasileiro.” In: *Estudos de Sociologia (Araraquara)*, v. 24, n. 46, p. 65–88, jan./jun. 2019.

MIRA, Maria Celeste. “Estilo Xique Chique: o consumo de ‘cultura popular’ na metrópole paulistana.” In: *Revista de Ciências Sociais (Fortaleza)*, v. 48, n. 1, p. 126–154, jan./jul. 2017.

MIRA, Maria Celeste; BERTONCELO, Edison Ricardo. “Apresentação. Para além da distinção? Desafio à abordagem bourdieusiana da formação do gosto.” In: *Estudos de Sociologia (Araraquara)*, v. 24, n. 46, 2019. Disponível em: <>.

NICHOLS, Geoff; SAVAGE, Mike. “A social analysis of an elite constellation: the case of Formula 1.” In: *Theory, Culture & Society*, v. 34, n. 5–6, p. 201–225, 2017. DOI: [inserir].

NOVAIS, Marcella Velloso Borges Ribeiro. “*O meu prédio tem tudo*”: intersecções entre espaço social, simbólico e geográfico nas práticas residenciais de frações de elite em João Pessoa – PB. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

OLIVEIRA, Camilla de Mello. *A construção social da praia: um estudo sobre o Litoral Norte paulista*. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. *O universo do luxo*. São Paulo: Alameda, 2019.

ORTIZ, Renato; MICHETTI, Miqueli; NETTO, Michel Nicolau (orgs.). *Distinção e globalização*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

PAHL, R. E. *On friendship*. Cambridge: Polity Press, 2005.

PAHL, R. E. *Urbs in rure: the metropolitan fringe in Hertfordshire*. London: London School of Economics and Political Science, 1965.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889–1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PETERS, Gabriel. “Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 28, n. 83, [páginas?], 2013.

PETERS, Gabriel. “A caminho da cidade: momentos decisivos na teorização do espaço geográfico em Bourdieu.” In: *Sociedade e Estado*, v. 37, n. 3, p. 1003–1025, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237030011>.

PETERSON, Richard; SIMKUS, Albert. “Understanding audience segmentation: from elite and mass to omnivore and univore.” In: *Poetics*, v. 21, n. 4, p. 243–258, 1993.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. “A teoria de Pierre Bourdieu aplicada às pesquisas sobre a grande burguesia.” In: *Revista de Ciências Humanas (Florianópolis)*, [ano?], [páginas?], 1999.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. “Sociologia da alta burguesia.” In: *Sociologias*, ano 9, n. 18, [páginas?], 2007.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Voyage en grande bourgeoisie: journal d'enquête*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

PREFEITURA DO RECIFE. Decreto nº 28.766, de 15 de julho de 2015. *Dispõe sobre o tombamento de bens culturais no município do Recife*. Disponível em: <>. Acesso em: 06 maio 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. *Portal de dados georreferenciados – ESIG*. Disponível em: <>. Acesso em: 06 maio 2025.

PULICI, Carolina. *O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo*. São Paulo: USP, 2010. [Tese de Doutorado].

REIS, Elisa P. “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade.” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 43–66, 2000.

SÁ, Luís F. *Do pântano ao riacho: a formação do espaço público do Recife colonial*. Recife: [s.n.], 2003.

SAVAGE, Mike; BAGNALL, Gaynor; LONGHURST, Brian. *Globalization and belonging*. London: SAGE Publications, 2005.

SAVAGE, Mike; BARLOW, James; DICKENS, Peter; FIELDING, Tony. *Property, bureaucracy and culture: middle-class formation in contemporary Britain*. London: Routledge, 1992. (International Library of Sociology).

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1999.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SHERMAN, Rachel. *Uneasy street: the anxieties of affluence*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2017.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental.” In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. [páginas?].

SILVA, José R. *Recife, cidade roubada: modernização, natureza e exclusão social*. Recife: [s.n.], 2016.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SKEGGS, Beverley. *Class, self, culture*. London; New York: Routledge, 2004. (Transformations: Thinking Through Feminism).

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidade e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. “Esclarecer o habitus.” In: *Educação & Linguagem*, ano 10, n. 16, p. 63–71, jul./dez. 2007.

WACQUANT, Loïc. “Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes.” In: *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 96, p. 87–103, 2013b.

WACQUANT, Loïc. *Bourdieu na cidade: desafios a uma teoria urbana*. Porto: Outro Modo, 2023.

WACQUANT, Loïc. *Bourdieu in the city: challenging urban theory*. Cambridge: Polity Press, 2023.

WARDE, Alan; WRIGHT, David; GAYO-CAL, Modesto. “Understanding cultural omnivorousness: or, the myth of the cultural omnivore.” In: *Cultural Sociology*, v. 1, n. 2, p. 143–164, 2007.

WATT, Paul. “Living in an oasis: middle-class disaffiliation and selective belonging in an English suburb.” In: *Environment and Planning A*, v. 41, p. 2874–2892, 2009. DOI: [inserir].

WEBER, Max. “Classe, estamento e partido.” In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2010. p. [páginas?].

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ZANCHETI, Sílvia Mendes; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Fábio; LIRA, Flaviana; PICCOLO, Rosane. *Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 2008.

ANEXO A - GLOSSÁRIO

O glossário⁶⁵ apresenta os perfis dos(as) entrevistados(as), organizados de forma padronizada para facilitar a consulta.

ZONA SUL (31 perfis)

Entrevistado 1 (47): Engenheiro civil e grande empresário nos setores de energia, cimento, logística e incorporação de alto padrão. Família tradicional pernambucana de origem açucareira.

Entrevistado 2 (65): Empresária e filantropa, bailarina e fundadora de projeto social de arte e educação, reconhecida pela Forbes. Família tradicional pernambucana.

Laura (79): Ex-advogada pública e fotógrafa profissional. Família tradicional do açúcar e do empresariado urbano.

Alceu (71): Empresário do setor hoteleiro, com atuação destacada no turismo cultural. Família tradicional do açúcar e do empresariado urbano.

Entrevistado 3 (59): Empresário da construção civil. Família tradicional urbana de origem imigrante.

Entrevistado 4 (75): Economista e ex-empresária da construção; renda baseada em imóveis rurais de antigas propriedades açucareiras. Família tradicional do açúcar.

Socorro (61): Empresária de energia solar. Família em ascensão recente.

Antônio (70): Engenheiro civil, dono de construtora pequena e aposentado do serviço público. Família de ascensão recente com reprodução social em risco.

Humberto (59): Advogado e proprietário de escritório de médio porte. Família em ascensão consolidada há mais de três gerações.

Entrevistado 6 (49): Profissional da hotelaria e dono de rede de restaurantes. Família de alto padrão.

Richards (33): Empresário do varejo e herdeiro. Família tradicional urbana ligada à antiga indústria têxtil.

Marta (75): Artista plástica e ex-empresária de joias. Família ligada à antiga aristocracia açucareira e às elites urbanas.

⁶⁵ O glossário apresenta os perfis dos(as) entrevistados(as), organizados de forma padronizada para facilitar a consulta. Cabe destacar que há uma concentração significativa de entrevistados(as) residentes na Zona Norte do Recife, muitos dos quais se encontram em situação de declínio social ou pertencem a famílias tradicionais em processo de perda de capital econômico. Em contraste, na Zona Sul, embora também haja representantes de famílias tradicionais, estas tendem a manter sua posição socioeconômica. É igualmente relevante observar a presença expressiva de indivíduos que ascenderam socialmente em gerações recentes, em geral por meio da educação formal, concentrando-se sobretudo na Zona Norte. Esses dados refletem a composição do corpus empírico e devem orientar a leitura das análises desenvolvidas ao longo da tese.

Villa (23): Profissional de Jogos Digitais. Família com ascensão consolidada na terceira geração.

Eduardo (57): Médico, pesquisador e professor universitário. Família tradicional do açúcar.

Cláudia (56): Arquiteta. Família tradicional rural.

Bibiana (59): Administradora e advogada, ex-empresária de massas, reconvertida ao Direito. Família tradicional de origem imigrante.

Duda (22): Estudante de Medicina Veterinária. Família de classe média alta em ascensão.

Entrevistado 7 (60): Engenheiro civil e diretor regional de multinacional de auditoria. Família de classe média alta em ascensão.

Sebastião (60): Ex-empresário da construção e do varejo de móveis. Família de classe média em declínio.

Entrevistado 8 (52): Juíza. Família de origem popular que ascendeu via serviço público; unida por casamento a família tradicional acadêmica.

Liana (49): Empresária e designer de interiores. Família em forte ascensão na terceira geração.

Emanuele (45): Auditora do TCE. Família com status consolidado há mais de três gerações.

Entrevistado 9 (48): Empresária da moda de luxo. Família tradicional do açúcar, preservou o status evitando declínio por meio da empresa.

Entrevistado 10 (49): Empresária cultural. Família tradicional com raízes rurais e urbanas.

Luizinho (63): Empresário agrícola e cultural. Família tradicional do açúcar.

Entrevistado 11 (59): Empresário de equipamentos industriais. Família tradicional do açúcar.

Entrevistado 12 (59): Arquiteta autônoma. Família tradicional do açúcar.

Isadora (75): Advogada aposentada, escritora e ex-galerista. Família tradicional de outro estado nordestino.

Entrevistado 13 (68): Engenheiro civil e escritor. Família em ascensão há três gerações.

Nicolau (45): Presidente de banco público. Família em ascensão consolidada há três gerações.

Entrevistado 14 (69): Representante comercial e ex-empresário do entretenimento. Família tradicional historicamente ligada à elite empresarial e açucareira, em declínio.

ZONA NORTE (49 perfis)

Ivan (59): Artista plástico e rentista, com renda vinda da empresa familiar de bebidas. Família tradicional do açúcar e do comércio.

Luiza (55): Produtora cultural e ex-dona de restaurante renomado. Família tradicional do açúcar, em acentuado declínio.

Entrevistado 15 (34): Jornalista e multiartista. Família ligada a ramo distante da elite açucareira e política.

Entrevistado 16 (72): Engenheiro civil aposentado de estatal. Família de ramo distante da elite rural tradicional.

Alberto (82): Arquiteto e ex-usineiro. Família tradicional do açúcar, em declínio acentuado.

Marcelino (27): Empresário de importados. Família tradicional do açúcar.

Marina (49): Juíza. Família em ascensão por pelo menos três gerações.

Entrevistado 18 (50): Juiz. Família em ascensão por pelo menos três gerações.

Entrevistado 19 (38): Arquiteto e alto servidor público. Família consolidada há mais de três gerações.

Mariana (31): Advogada. Família tradicional de outro estado com forte presença no setor hospitalar.

Diego (38): Artista plástico e rentista. Família tradicional do açúcar, iniciando declínio.

Roberto (70): Artista plástico reconhecido. Origem familiar não declarada por escolha.

Lúcio (51): Advogado e galerista. Família em ascensão consolidada na terceira geração.

Gabriela (71): Médica e acionista de laboratório. Família em ascensão consolidada na terceira geração.

Marcela (53): Empresária de publicidade e pesquisa. Família tradicional do açúcar.

Entrevistado 20 (24): Estudante de concurso para alto escalão. Família de classe média alta em ascensão por três gerações.

Entrevistada 21 (75): Jornalista e empresária do terceiro setor aposentada. Família de classe média alta em ascensão por três gerações.

Camila (65): Arquiteta e ex-proprietária de loja de iluminação. Família de classe média tradicional com ativos rurais, em declínio.

Entrevistado 22 (65): Engenheiro civil e funcionário público. Família tradicional de outro estado nordestino.

Entrevistada 23 (79): Proprietária de escola de dança e ex-professora de balé. Família tradicional do açúcar.

Guilherme (38): Empresário dos setores de comunicação e tecnologia. Família de classe média em ascensão consolidada por ele.

Samuel (50): Artista plástico e rentista, com renda de imóveis familiares. Família tradicional de imigrantes urbanos em declínio.

Almir (46): Contador e alto funcionário público. Família de origem popular em ascensão há duas gerações.

Jacó (27): Profissional de tecnologia. Família tradicional da intelectualidade, após declínio familiar recente.

Nara (37): Psicóloga. Família de classe média alta consolidada há três gerações.

Entrevistado 23 (62): Presidente de grande empresa de engenharia. Família de classe média alta consolidada há mais de três gerações.

Entrevistada 24 (57): Artista e repentista, com renda de imóveis herdados. Família tradicional em declínio.

Entrevistada 25 (55): Proprietária de antiquário e rentista. Família tradicional em declínio acentuado.

Pedro (57): Empresário, rentista e incorporador. Família tradicional ligada a imigrantes europeus e ao algodão.

Marie (60): Médica e professora universitária. Família de classe média alta consolidada há mais de três gerações.

Diana (43): Executiva do setor financeiro. Família tradicional do açúcar.

Entrevistada 26 (70): Professora aposentada. Família tradicional rural que reconverteu capitais após declínio.

Thiago (46): Advogado. Família que ascendeu há duas gerações e está consolidada.

Milagres (66): Auditora fiscal. Família em ascensão há duas gerações, com reprodução social em risco.

Milena (44): Advogada e professora. Família de origem humilde em ascensão recente.

José (58): Auditor fiscal aposentado. Família de classe média baixa ascendente, com reprodução em risco.

Entrevistada 28 (56): Professora universitária. Primeira da família com ensino superior; ascensão por capital cultural.

Fernando (38): Empresário. Família de classe média alta consolidada há três gerações.

Juliano (48): Funcionário público da área de segurança. Família de classe média ascendente, com reprodução social em risco.

Odete (58): Advogada, ex-delegada e ex-secretária de segurança. Família de origem popular com ascensão consolidada em duas gerações.

Luigi (71): Promotor público. Família tradicional urbana consolidada há mais de três gerações.

Jussara (63): Engenheira. Família tradicional urbana consolidada há mais de três gerações.

Entrevistada 29 (57): Médica. Família que ascendeu há duas gerações e se consolidou.

Juscelino (39): Médico e professor universitário. Família que ascendeu há duas gerações e se consolidou por meio dele.

Entrevistado 30 (26): Marchand e galerista. Família tradicional do açúcar em acentuado declínio.

Alexandre (68): Empresário e servidor público de alta patente. Família tradicional de origem estrangeira vinculada à elite urbana recifense.

Isabela (54): Produtora cultural e de eventos. Família ligada às antigas elites econômicas e açucareiras, revitalizada pelo capital cultural.

Bento (24): Cientista político e concurseiro. Família de classe média alta em ascensão.

Entrevistado 31 (50) – Juiz. Pertence a uma família em processo de ascensão.

ANEXO B - Questionário aplicado

BLOCO 1:

1. Com quem você vive? (qual a ocupação, e, ou, onde estudam/estudaram).
2. Qual a sua ocupação atual?
3. Qual seu grau de escolaridade? Em que instituição se formou?
4. Você saber informar qual a escolaridade de seus pais? E de seus avós? Onde estudaram? Quais ocupações exercem ou exerceram?
5. Qual a sua renda atual (individual e familiar)?
6. Qual a sua idade?
7. Sabe dizer quantos imóveis sua família tem? Onde estão? (Cidade e bairro)
8. Quantos automóveis sua família possui? Sabe dizer quais são? Você tem acesso a algum deles?
9. Existe algum tipo de ajuda na sua casa como funcionários, motoristas, jardineiros?

BLOCO 2:

10. Em que escolas você estudou? Caso tenha mudado de escola, quais foram os motivos?
11. As escolas em que você estudou eram públicas ou privadas? Eram de boa qualidade? Por quê?
12. Qual sua opinião sobre as escolas que estudou? (descrever)
13. Os seus pais ou responsáveis acompanhavam seu andamento na escola? Como eles faziam isso?
14. Você já aprendeu alguma coisa que tenha a ver com disciplinas escolares com o seu pai ou com a sua mãe?
15. Que atividades extracurriculares você fez durante a infância e a adolescência? A escolha foi feita por você ou por seus pais?
16. Você lembra que tipo de passeio você fazia com seus pais/família enquanto criança e adolescente?
17. Quando criança, seus pais tinham o hábito de ler? Se sim, o que eles liam? Eles liam para você durante a infância?
18. Em geral, como era sua relação com os professores?
19. Você era uma criança sociável na escola? (em caso de resposta insatisfatória perguntar se tinha muitos ou pouco amigos)
20. Como você descreveria os demais alunos das escolas em que estudou?
21. Você manteve contato com seus colegas após a escola?
22. Com relação a seu desempenho escolar, como você o descreveria? A escola foi uma experiência “fácil” ou marcada por dificuldades?
23. Você tem irmãos? Como era e é sua convivência com eles? (também perguntar ocupação e onde estudam)
24. Qual o seu sentimento em relação a sua família?
25. Durante a sua infância, ocorriam reuniões familiares? Você era integrado/a nelas? Eram frequentes? Qual memória você tem desses momentos? (caso sinta falta de descrições sobre o caráter formal ou informal dos eventos, perguntar).
26. Durante a infância você era levado para restaurantes ou eventos sociais? O que você lembra desses momentos e como se sentia a respeito?

BLOCO 3:

27. Onde você mora?
28. Como você descreveria o bairro e seus moradores?
29. Você mora de aluguel ou tem casa própria?
30. Em que bairros você já morou? Qual a sua opinião sobre eles e o que motivou suas mudanças?

31. Você prefere morar em casa ou apartamento? Por quê?
32. Como você se sente a respeito de sua atual residência?
33. Pretende se mudar no futuro? Por quê? Para que bairro e por quê?
34. Como é sua relação com seus vizinhos (tanto de prédio quanto de bairro)?
35. Em que bairros da RMR você não moraria por não se identificar com as características e estilo de vida desse bairro? (Estimular uma resposta detalhada).
36. Em geral, em que bairro moram seus amigos?

BLOCO 4:

A. Consumo Cultural (Gosto Legítimo e "Onivorismo")

37. Você gosta de assistir à televisão? Quais os seus programas favoritos?
38. Quais programas evita e por quê?
39. Você gosta de ler? O que você lê e por quê?
40. Você tem prazer lendo? Poderia citar alguns de seus autores e livros favoritos?
41. Há algo que você evita ler? Por quê?
42. Você gosta de assistir a filmes? Com que frequência você o faz?
43. Quais os seus estilos favoritos? Cite alguns filmes que mais o/a agradaram, bem como os diretores.
44. O que você pensa sobre filmes com finais tristes, narrativas pouco lineares e personagens ambíguos?
45. Você gosta de ir ao cinema? Quais salas de cinema da cidade você prefere e por quê?
46. Há algum cinema para o qual você não gosta de ir? Por quê?
47. Há algum tipo de filme no qual você não tem interesse? Por quê?
48. Você frequenta museus e galerias de arte? Quais e com que frequência?
49. Sabe dizer qual a última exposição que visitou?
50. Você tem interesse por arte? Desde quando tem esse interesse?
51. Em sua opinião, a arte deve necessariamente ter alguma função de melhoria social ou deve ser livre?
52. Em sua opinião, existem pessoas que vivem distantes da arte? Por quê?
53. Que tipo de música você gosta?
54. Que tipo de música você não gosta e por quê?
55. Em sua opinião, qualquer objeto pode ser fotografado, pintado ou transformado em obra de arte?
56. Como você se sente diante de cenas com nudez na arte em suas várias manifestações?
57. Para você, existem obras de arte (em um sentido amplo) que seriam de mal-gosto? Por que?
58. Você frequenta ao teatro? Sabe dizer peças ou diretores que mais gosta?

B. Consumo Material e Estética Cotidiana

59. Qual o seu atual carro? Como você se sente em relação a ele?
60. E as outras pessoas que moram com você, você sabe dizer como se locomovem? (se for carro, perguntar qual).
61. Como você descreveria a decoração de sua casa? Você sabe dizer a procedência dos móveis, quadros e outros elementos decorativos que a compõem?
62. Onde você costuma comprar móveis e itens de decoração? Há móveis herdados de família?
63. Se houver quadros e outras obras de arte perguntar quais os artistas? Por que escolheu tais obras?
64. Quem costuma escolher os móveis e decoração da casa?
65. Você já fez uso de serviços de algum arquiteto? Como foi essa experiência?
66. Como você definiria seu estilo em termos de vestimenta?
67. Quais estilos ou formas de se vestir você considera cafonas ou impróprias?

C. Alimentação, Corporalidade e Sociabilidade

68. Você costuma ir a restaurantes? Com que frequência?
69. Quais são os restaurantes de que você mais gosta e por quê?
70. Você se identifica com esses restaurantes? Com seu público? Acha essas identificações importantes para ir a um restaurante?
71. Há algum restaurante que você frequentou e não gostou ou deixou de frequentar? Por quê? (Ou que você considera impróprio ou cafona? E por quê?)
72. Onde você costuma fazer feira para sua casa? Você gosta dessa atividade?
73. Você se importa com as maneiras à mesa?
74. Você se importa com a organização de uma refeição? E com a aparência do prato?
75. O que você pensa a respeito do hábito de comer sem limite de quantidade?
76. Você acha que no Brasil, em geral, as pessoas se preocupam com a alimentação e a saúde? Por que você pensa isso?
77. Os jornais estão repletos de matérias sobre sedentarismo e obesidade que aumentam no Brasil, por que algumas pessoas se descuidam com o corpo?
78. Quais as carnes mais frequentes no seu cardápio? É mais comum você escolher carnes fritas, grelhadas ou cozidas? O que pensa a respeito desses modos de preparo?
79. Quais são suas bebidas favoritas no dia-a-dia? E em ocasiões especiais? Qual a sua bebida alcoólica preferida? Qual a marca?
80. Você pratica esportes? Quais? Para você, qual a importância de sua prática esportiva?
81. Com que adjetivos você descreveria seus principais amigos? Quais os principais atributos que eles têm?
82. Que conversas você gosta de ter com seus amigos?
83. Você se incomoda com erros gramaticais?

D. Lazer e Viagens

84. Quais são suas atividades de lazer favoritas?
85. Para quais lugares você costuma ir para se divertir? Você poderia descrever esses lugares e falar sobre o que te motiva a escolhê-los?
86. Você se identifica com o público que frequenta esse local? Por que? Saber fazer uma descrição do tipo de público?
87. No geral, você se identifica com o público dos locais que frequenta? Seja em restaurantes, cinema, viagens, clubes etc.?
88. Quais são os lugares de lazer que você evita ou não gosta? Você pode descrever esses locais e o que desagrada neles? (Em caso de ausência de resposta apelar para locais considerados cafonas ou impróprios para frequentar?)
89. Com que frequência você viaja?
90. Quais destinos turísticos você mais gostou de visitar? Quais menos? Por quê?
91. O que você costuma fazer ao viajar?
92. Quais pontos turísticos famosos você não tem vontade de visitar? Por quê?
93. O que você costuma fazer durante o carnaval? Caso frequente, que blocos e festas você tem predileção e por quê? E que blocos e festas você evita? Por que?

BLOCO 5:

94. Quais são suas principais formas de deslocamento pela cidade?
95. Como você se desloca até o trabalho?
96. Com que frequência você anda a pé ou de transporte público? Como se sente nessas situações? Qual a sua opinião sobre isso?

97. Você frequenta algum parque ou espaço público da cidade? Com que frequência? Como se sente a respeito dessas experiências?

98. Costuma ir à praia de Boa Viagem? Em que ponto costuma ficar e por quê? Há algum ponto da orla do Recife que você evita? Por quê?